

OS ITALEMÃES NA TERRA DOS BOTOCUDOS



JOSÉ EUGÊNIO VIEIRA
JOEL GUILHERME VELTEN

OS ITALEMÃES NA TERRA DOS BOTOCUDOS

JOSÉ EUGÊNIO VIEIRA | JOEL GUILHERME VELTEN



OS ITALEMÃES

NA TERRA DOS BOTOCUDOS



JOSÉ EUGÊNIO VIEIRA
JOEL GUILHERME VELTEN

OS ITALEMÃES

NA TERRA DOS BOTOCUDOS

VITÓRIA, ES
GRAFITUSA
2015

© Copyright by José Eugênio Vieira, Vitória, 2015
Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte desta obra,
por qualquer meio, sem a autorização do autor, constitui violação da LDA 9.610/98.

PESQUISA

José Eugênio Vieira
Joel Guilherme Velten

COORDENAÇÃO E DIGITAÇÃO

Georgina Maria Feitosa da Costa Corrêa

NORMALIZAÇÃO

Márcia Selvátice Tourinho
Claudia de Oliveira Barros Feitosa

CATALOGAÇÃO

Ana Maria de Matos Mariani - CRB: 6/ES 425

REVISÃO

Rubens Pontes

CAPA, PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Bios Editoração Eletrônica

IMPRESSÃO

Grafitusa

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Vieira, José Eugênio
V658i Os italemães na terra dos botocudos / José Eugênio Vieira,
Joel Guilherme Velten. – Vitória, ES : Grafitusa, 2015.
577 p. : il. ; 25 cm.
ISBN 978-85-60952-42-7
1. Italianos – Domingos Martins (ES) – História. 2.
Alemães – Domingos Martins (ES) – História. 3. Imigrantes
– Italianos – Domingos Martins (ES). 4. Imigrantes – Alemães
– Domingos Martins (ES). 5. Migração – História – Domingos
Martins (ES). I. Título. II. Velten, Joel Guilherme.

CDD: 981.52

CDU: 94(815.2):314.15

Agradecimentos

Agradecemos às seguintes pessoas pela ajuda nas pesquisas, cessão de material, depoimentos aos autores e àqueles que nos incentivaram na realização do trabalho e que contribuíram para a sua digitação e diagramação.

NÚCLEO DE APOIO DO SEBRAE-ES

Carla Cremasco Cruz
Flávia Lessa Pena Nascimento
Georgina Maria Feitosa da Costa Corrêa – “Gina” (coordenadora)
Jéssika Gomes Tristão
Katiane Dutra de Meireles
Lucielen Marina Mendes
Maria Cristina Silva Souza
Rode Port
Thamiris Telis

DEMAIS COLABORADORES

Ana Clara Merscher | *Câmara Municipal de Domingos Martins*
Aline Tesch Simon Küster | *Sebrae-ES*
Arthur Wernersbach | *Domingos Martins*
Arnaldo Joaquim Rosa – “Jake” – *Domingos Martins*
Alexsandro Izidoro Schultz – “Alex” | *Domingos Martins*
Ademir José Stein | *Domingos Martins*
Ana Paula Chagas | *Biriricas – Domingos Martins*
Aline Godinho Valadares | *Sebrae-ES*
Alésia Hollunder | *Ponto Alto – Domingos Martins*
Alda Lampier | *Domingos Martins*

Adriana Fernandes | *Vitória*
Benildo Denadai | *Sebrae-ES*
Bruno Kalk | *Domingos Martins*
Cláudia Maria Oliveira Seidel | *Domingos Martins*
Carlos Aurélio Linhalis – “Kael” | *Vitória*
Cilmar Francischetto | *Vitória*
Carla Cardoso | *Sebrae-ES*
Cenira Degen Rocon | *Perobas – Domingos Martins*
Carla Stein Fernandes | *Sebrae-ES*
Carlos Augusto de Magalhães | *Sebrae-ES*
Carly Guarnier | *Vitória*
Denis Pedro Nunes | *Sebrae-ES*
Denilson da Silva da Costa | *Domingos Martins*
Douglas Puppim | *Vitória*
Elenita Stein | Santa Isabel | *Domingos Martins*
Euvaldo Schineider Velten – “Gordo” | *Domingos Martins*
Evaloer Hand Strey | Ponto Alto – *Domingos Martins*
Esthério Sebastião Colnago | *Vitória*
Edinho Hollunder | Ponto Alto – *Domingos Martins*
Elisabeth Christ Uliana | *Domingos Martins*
Elisabete Mees Erlacher | *Perobas – Domingos Martins*
Fabiana Conceição Krause | *Domingos Martins*
Floripes Isaura Rosa Lampier | *São Miguel – Domingos Martins*
Floriano Eduardo Simon | *São Miguel – Domingos Martins (in memorian)*
Fábio Euzébio | *Vitória*
Fabiene Mariano | *Viana*
Gilmar Gusmão Dadalto | *Vitória*
Guilherme José Brickwedde – “Willy” | *Domingos Martins*
Gustavo José Wernersbach | *Vale da Estação – Domingos Martins*
Gabriel de Souza Cardoso | *Domingos Martins*
Helena Lemke Tesch | *Perobas – Domingos Martins*
Hudson Kill | Biriricas | *Domingos Martins*
Henrique Antonio Valadares Costa | *São Paulo*
Ivonete Ferreira de Freitas | *Vitória*
Irene Braum Nichel | *Melgaço – Domingos Martins*
Ilda Braum | *Domingos Martins*
João Vicente Pedrosa Moreira | *Sebrae-ES*
Jorge Chaves de Azevedo (*in memorian*) | *Sebrae-ES*
Juliano Beringer | *Domingos Martins*
Juliana Barreiros Faria de Castro | *Sebrae-ES*
Jair Littig | *Domingos Martins*
Joel Lyrio Filho | *Vitória*

Karla Monteiro | *Sebrae-ES*
Lorena Loss Müller | *Domingos Martins*
Leonardo Barth | *Domingos Martins*
Lurdes Stein Cardoso | *Soído – Domingos Martins*
Maria Luiza Negrelli dos Reis | *Sebrae-ES*
Moacir da Silva Vargas | *Paraju – Domingos Martins*
Mathias Nickel | *Melgaço – Domingos Martins*
Maria Augusta Habermann Denzin | *Domingos Martins*
Miguel Arcanjo Kill | *Vitória*
Maria Ângela Lopes | *Domingos Martins*
Mary Ellen U. Barcellos Huver | *Domingos Martins*
Maria Aparecida Trarbach – “Cida” | *Marechal Floriano*
Neider Freitas Helmer | *Domingos Martins*
Néia | *Domingos Martins*
Nelson Soares da Silva Junior | *Domingos Martins*
Naranei Ingle | *Domingos Martins*
Osmério | *Domingos Martins*
Paulina Wernersback Tarqueta | *Domingos Martins*
Patrícia de Lourdes Galvani | *Rio Barcelo – Aracê – Domingos Martins*
Phellipe P. Modolo | *Alto Jucu – Aracê – Domingos Martins*
Roberto Anselmo Kautsky Júnior – “Alemão” | *Domingos Martins*
Roberto da Cunha Penedo | *Vitória*
Ruy Dias de Souza | *Sebrae-ES*
Roberto Agostinho Rizzi | *Domingos Martins*
Roseclair Rodrigues Christ | *Biriricas – Domingos Martins*
Rosane Maria Neves Brememkamp | *Biriricas – Domingos Martins*
Rodrigo Calheiros de Oliveira | *Vitória*
Rodrigo Belcavello Barbosa | *Sebrae-ES*
Rita de Cássia Stein | *Santa Isabel – Domingos Martins*
Regiano Erlarcher | *Perobas – Domingos Martins*
Romério Gerhant Bortolini e Alda | *Domingos Martins*
Samuel Graciolli Silva | *Sebrae-ES*
Silas Raasch | *Vitória*
Sandra Maria Wernersback Cola | *Vitória*
Sinval Elias Vieira Feitosa | *Rio de Janeiro*
Sérgio Bizzoto Pessoa Mendonça | *Vitória*
Sirla Corrêa Pimenta | *Melgaço – Domingos Martins*
Theozilda Schwamback Machado | *Guarapari*
Valéria Simon Kautsky | *Domingos Martins*
Valmir da Silva Coutinho | *Domingos Martins*
Wanzete Krüger | *Domingos Martins*
Zilda Maria da Silva Borghardt | *Tijuco Preto – Domingos Martins*

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO.....	14
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I	
ORIGEM DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS	
A Imigração e a Colonização de Santa Isabel 1846 a 1866	21
Histórico e Primeiros Imigrantes Alemães.....	21
População – 1847 a 1866 e Imigração Suíça.....	44
Construção da Casa do Diretor e Servidores da Colônia	48
Primeiros Imigrantes Italianos e Conflitos Administrativos.....	58
Regularização dos Prazos – Lotes de Terras.....	63
Outros Imigrantes Europeus – 1857 a 1890	68
Contrato Modelo para Imigrantes Europeus	73
Expansão da Colônia.....	79
Custos Financeiros com a Implantação da Colônia.....	82
Presidentes da Província e Imperador que Visitaram a Colônia – 1848 a 1864.....	84
Diário da Visita de D. Pedro II à Colônia	85
A Estagnação (Freguesia) 1867 a 1891	88
Criação do Município 1892 a 2010	91
Formação Administrativa	92
Características Físicas e Geográficas	115
Comarca Estadual (Juizado e Ministério Público)	116
Primeiros Servidores (funcionários) do Município	129
Primeiras Leis	130
Outras Ações Administrativas	131

CAPÍTULO II

ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO DE SANTA ISABEL

SOB A ÓTICA DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA – 1847 A 1866	133
--	-----

CAPÍTULO III

INFRAESTRUTURA COLONIAL E PÓS-COLONIAL

Agricultura	159
--------------------------	-----

Aspectos Culturais	171
---------------------------------	-----

De Caráter Geral	171
------------------------	-----

Casa da Cultura	176
-----------------------	-----

Símbolos Municipais: Bandeira – Brasão e Hino	178
---	-----

Bandas Musicais	186
-----------------------	-----

Centro Cívico Recreativo Domingos Martins	189
---	-----

Escritores e Poetas Martinenses	191
---------------------------------------	-----

Pontos Turísticos e de Lazer	201
------------------------------------	-----

Teatro, Cinema e Outros Divertimentos	206
---	-----

Sport Club Campinho – SCC	212
---------------------------------	-----

Assistência Religiosa	217
------------------------------------	-----

Aspectos Gerais	217
-----------------------	-----

Igreja Luterana da Sede	231
-------------------------------	-----

Paróquia Luterana da Califórnia	242
---------------------------------------	-----

Paróquia Luterana de Rio Ponte	245
--------------------------------------	-----

Paróquia Luterana do Tijuco Preto	246
---	-----

Paróquia Luterana de Melgaço	247
------------------------------------	-----

Igreja Luterana de Soído	248
--------------------------------	-----

Paróquia Católica de Santa Isabel	250
---	-----

Igreja Católica São Geraldo - Sede	259
--	-----

Igreja Sagrado Coração de Jesus - Biriricas	260
---	-----

Igreja Nossa Senhora da Conceição - Ponto do Alto	262
---	-----

Igreja Santa Úrsula - Soído	263
-----------------------------------	-----

Igreja de São Miguel – São Miguel	265
---	-----

Igreja São Sebastião de Aracê	266
-------------------------------------	-----

Igreja Cristo Rei de Perobas	270
------------------------------------	-----

Cadeia Pública e Primeiros Conflitos da Colônia	272
Caminhos, Estradas e Principais Rios.....	286
As principais rodovias municipais	307
Outros Meios de Transportes.....	308
Principais Rios.....	309
Comércio	311
Educação	323
Histórico do Município	323
Escola de Biriricas 1869.....	333
Escola de Soído 1883.....	335
Escola de Rio Ponte 1886.....	337
Pedra Branca 1903	339
Escola de Ponto do Alto 1910.....	341
Comunidade Bringer 1912.....	343
Califórnia – Galo 1912.....	343
Rapadura 1920	346
Escola Córrego de São Bento 1924	348
Escola Teófilo Paulino – Sede 1939.....	350
Escola de Melgaço 1940.....	352
Escola de Perobas 1940	354
Escola de Tijuco Preto 1942.....	357
Escola de Alto Jucu 1945	359
Escola de Aracê 1947.....	361
Escola de Melgacinho 1948.....	362
Escola de São Miguel 1950.....	363
Ginásio de Domingos Martins – Sede 1952.....	364
Escola de Pedreiras 1960	377
Fazenda Germano Schwanz 1967	380
Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Isabel 1967	384
Escola São Bento 1970	386
Escola Vô Rezende 1984.....	390
Escola de São Bento do Chapéu 1990	393
Escola de Ponto Alto e Perobas 1992.....	395
CMEI de Domingos Martins 1994	397

CMEI de Santa Isabel 2001	398
CMEI de São Bento 2009	399
Saúde	402
Serviços.....	423
Água e Esgotos	423
Agências Bancárias.....	426
Cemitérios.....	431
Evolução urbana.....	435
Fotógrafos.....	441
Agência dos Correios e Telégrafos	449
Iluminação Pública.....	450
Imprensa ou Principais Jornais.....	453
Telefonia	457
The Leopoldina Railway Limited	458
Lixos – Resíduos Sólidos	465
CAPÍTULO IV	
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA.....	467
CAPÍTULO V	
INTEGRALISMO E 2ª GUERRA MUNDIAL - REFLEXOS NO MUNICÍPIO	
Integralismo	517
Segunda Guerra Mundial 1939 a 1946.....	520
CAPÍTULO VI	
ASPECTOS NATURAIS	525
CAPÍTULO VII	
CURIOSIDADES, FATOS FOLCLÓRICOS E OUTRAS HISTÓRIAS	
Sinos da Igreja Luterana.....	533
Sanatório.....	533
Proibido Falar em Alemão I.....	533

Proibido Falar Alemão II.....	534
Jogo do Bicho Alefante.....	534
Cachaça em Alemão e o Pato Voador	535
Lourdes à Venda.....	535
Dinheiro no Forro do Chapéu do Defunto	536
Açúcar no Penico.....	536
O Vinho Champanhado do Sr. Cypreste	536
Chico Vitória e seu Pastel de Gingibier	537
O Violão de Oswaldo Schneider	537
Condecorações	538
Pioneira no Paraquedismo	538
Eduardo Huwer – O Motorista.....	539
É o Dia da Penitência	540
Fábrica de Arcos.....	540
Deputado Gustavo Wernersbach	542
Estação e os Surdos.....	543
Domingo de Páscoa.....	544
Gripe Espanhola.....	545
Bêbados da Freguesia	545
Venda de um Sítio.....	546
1º Casamento Civil	547
Festa da Padroeira da Freguezia	548
Maria Lobato Lopes.....	548
Alan Gabriel.....	548

CAPÍTULO VIII

BIBLIOGRAFIA CITADA E UTILIZADA	549
--	------------

CAPÍTULO IX

ANEXO.....	557
-------------------	------------

OS AUTORES	574
-------------------------	------------

Apresentação

Eis uma publicação farta em informações importantes sobre a história do Espírito Santo, em um dos seus períodos mais marcantes: a chegada de Imigrantes. Uma publicação repleta de documentos que registram, fielmente, um período em que a história da transição do País começa a se transformar com o fortalecimento da mão de obra da massa de imigrantes, que contribui, de maneira decisiva, para a composição do perfil étnico dos capixabas.

Este livro é rico, portanto, tanto quanto os fatos que nos permitem conhecer, com detalhes, especificamente, o município de Domingos Martins, desde sua origem.

Os personagens e seus legados, os cenários de uma dura realidade, que se transformaram em um lindo e aprazível município são descritos com maestria por José Eugênio Vieira e Joel Velten.

A eles, o nosso reconhecimento e o agradecimento por permitirem ao Instituto Sincades acrescer, ao seu acervo, já composto por mais de 100 publicações de autores capixabas, este novo e belo capítulo da história do Espírito Santo.

Boa Leitura!

*Idalberto Luiz Moro
Presidente
Instituto Sincades*

Prefácio

Ao ser convidado para prefaciar este livro, senti-me duplamente honrado. Primeiramente, por ser uma obra de relevância histórica para o nosso Estado e que com toda a certeza será fonte de pesquisa de muitos estudantes e, segundo, porque o convite partiu do meu amigo querido de Domingos Martins, Joel Guilherme Velten, por quem tenho muita admiração por sua determinação e persistência em divulgar a cultura e a história das imigrações de seu município e, é claro, do não menos valoroso José Eugênio Vieira, homem íntegro e brilhante, um grande incentivador da recuperação e conservação das histórias dos municípios capixabas.

Esta obra detalha de maneira primorosa a fundação da então Colônia de Santa Isabel, hoje município de Domingos Martins, até os dias atuais. Traz importantes registros não só de sua imigração e colonização, mas também dos aspectos culturais, econômicos, religiosos, políticos e da educação. É impressionante a maneira com que se pode vislumbrar informações sobre o seu desenvolvimento em todos os aspectos e é um deleite, no final da obra, saborear as curiosidades advindas dos que habitaram o município de Domingos Martins.

Esta obra terá, com toda certeza, importância fundamental na preservação da história do município e no seu desenvolvimento, que como bem diz o autor José Eugênio Vieira: “uma cidade que não constrói a sua memória, não pode ter identidade própria”.

Cabe-me aqui tão somente parabenizar aos amigos autores pela iniciativa e pela belíssima obra e desejar aos curiosos e estudiosos uma ótima leitura.

Helmut Meyerfreund

Introdução

A realização deste livro teve início numa reunião realizada na Casa da Cultura de Domingos Martins, em setembro de 2009, quando se discutia com representantes da comunidade o setor turístico do município. Ao final do encontro, surgiu mais este desafio, que agora está sendo compartilhado com um estudioso do assunto, residente na cidade.

Definida a proposta, iniciado o trabalho eis que a mesma problemática é encontrada em Domingos Martins, onde os setores responsáveis pelos arquivos não preservaram a história do seu passado, constatação que já não causou maior surpresa.

Mesmo correndo o risco de ouvir perfuntórios de pessoas da sociedade, não se encontrou outra alternativa para parte do resgate desta memória. Alguns documentos deixados por Roberto Anselmo Kautsky, Bruno Guilherme Kalk, foram bastante utilizados nesta pesquisa.

Os mesmos caminhos trilhados em outros trabalhos foram percorridos, como a Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo, APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Casa da Cultura de Domingos Martins, Arquivo Público Municipal, visitas à sede e interior do município, Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, arquivos das igrejas católica e luterana, cartórios, entidades na Alemanha e escolas públicas.

Como se sabe, a última Colônia criada na Província do Espírito Santo tinha sido a de Viana, pelo ex-Presidente Francisco Alberto Rubim, sem que, até 1847, “nenhuma outra tentativa deste gênero houvesse sido empreendida, quer pelo governo, quer pela iniciativa privada”.

A oportunidade coube ao ex-Presidente da Província, Sr. Luiz Pedreira de Couto Ferraz, o Barão de Bom Retiro, que, sentindo a falta de mão de obra na zona agrícola, com o consequente abandono das fertilíssimas terras e também a solidão que reinava por toda parte, numa Província abençoada pela natureza, teve a ousadia de empreender a fundação da Colônia.

Acredita-se que a previsão da passagem da iniciada construção da estrada denominada de São Pedro de Alcântara, que deveria promover a comunicação com a Freguesia de Minas Gerais, teria sido outro argumento importante.

A estrada teve início em 1814, quando foram realizadas as primeiras explorações com vistas a se reconhecer a “exequibilidade da empresa e o melhor meio de realizá-la”. “Fora o capitão Ignácio Pereira Duarte Carneiro quem se encarregara desta tarefa difícil e arriscada”. Em 10 de abril de 1815, o El-Rey D. João VI, emitia o aviso ordenando que se prosseguisse com o projeto.

Inicialmente, foram enviados para a Colônia criada 163 alemães, que receberam terras agrícolas entre os rios Jucu e Braço do Sul, num solo montanhoso, porém fértil.

Outro obstáculo à pesquisa foi que, nos arquivos oficiais, pouca informação foi encontrada no período de 1846 a 1858, ocasião em que a Colônia foi administrada pelo capuchinho austríaco Pe. Wandelino Gain d’Insbrück e por Gustav Bungenstab, que não efetuaram os levantamentos e principais registros, como população, número de fogos¹, áreas desmatadas e lavouras plantadas, construções de maneira geral, etc. Somente após a chegada do Engenheiro Dr. Adalbert Jahn é que estes registros começaram a aparecer. Os relatórios existentes eram considerados inconsistentes, principalmente aqueles que se referiam a mortalidade. Há informações de que os luteranos faziam os registros mas os católicos só o fizeram a partir de 1862.

O município ainda é um dos poucos privilegiados, pois conseguiu criar e implantar a sua Casa da Cultura, onde o pouco que restou de sua história, encontra-se pre-

1 Fogos – [...] Residência de uma família; lar, casa; [...]

servado, com o apoio populacional para a sua concretização. É ali também que há 30 anos é mantido o grupo folclórico que revolucionou o folclore alemão no Espírito Santo (inaugurado em 17/12/1983).

Buscando auxílio no trabalho de Costa (2011), Henrique Antonio Valadares, lê-se: “uma das dúvidas mais frequentes sobre as populações indígenas que habitavam o interior do Espírito Santo é sobre as denominações que são atribuídas a eles como boto-cudo e tapuia e quem seriam eles de fato na história”. Ainda é dele a informação de que “[...] as populações que habitavam o território do vale do rio Jucu entre os séculos XVI ao XIX são os índios denominados historicamente como puri, puri-coroadado, coroadado, coropó ou goitacá.” “A expressão ‘índio botocudo’ foi atribuição dada pelos portugueses aos índios que usavam adornos de madeira nos lábios, denominado botoque” [...]

É ainda do autor citado: “A região da antiga colônia Santa Isabel indica que, dentro do sistema de ocupação indígena, funcionava como centro de atividades culturais e de subsistência ao mesmo tempo em que era a fronteira entre o litoral ocupado pelos luso-brasileiros e os conflitos com os botocudos vindos do norte.”

O primeiro nome dado ao local – Santa Isabel – foi em homenagem à princesa Isabel e à Santa Isabel de Portugal. A princesa, cujo nome era Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, nasceu no Rio de Janeiro em 29 de julho de 1846 e veio a falecer em Paris, no dia 14 de novembro de 1921 aos setenta e cinco anos de idade. Além de princesa, foi regente e a primeira senadora do Brasil, tendo ocupado o cargo de herdeira do trono a partir dos vinte e cinco anos de idade. É também reconhecida como a Redentora pelo fato de ter assinado a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888. Isabel “a Santa”, era a filha mais velha de Pedro III de Aragão com Constança da Sicília, nascida em 14 de fevereiro de 1282. Foi beatificada pelo papa Leão X e em 1625 foi canonizada pelo papa Urbano VIII.

Foram os índios botocudos os primeiros habitantes da região antes da chegada dos imigrantes europeus. À esta parte da história, pouco conhecida, que pretendem os autores, buscá-la de modo a manter acesa a memória cultural do município de Domingos Martins.

CAPÍTULO I

ORIGEM DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS



A Imigração e a Colonização de Santa Isabel | 1846 a 1866

Histórico e Primeiros Imigrantes Alemães

De acordo com Reginato (2004), “Por determinação do Imperador Dom Pedro II, a partir da primeira metade do século XIX, teve início a imigração para o Espírito Santo, com o estabelecimento das colônias de povoamento”. Essa “iniciativa do Império foi muito bem recebida pelas autoridades da Província, segundo Raasch (2010), pois viam na imigração uma forma de acelerar o seu desenvolvimento.”

Segundo Martinuzzo (2008), “profundas mudanças sociais, econômicas e políticas” motivadas pela fome, miséria, desencontros políticos-ideológicos, desemprego, guerras e mais guerras, em vários países europeus fez com que se processasse a imigração para outras partes do mundo, inclusive o Brasil. Especificamente com relação ao Brasil, a sua grande extensão territorial ainda inexplorada, além da necessidade da posterior substituição da mão-de-obra escrava nas lavouras, fez com que fosse intensificada a política de imigração, com atrativos criados por meio de programas oficiais. Esses programas traziam em seu bojo: “pagamento do transporte intercontinental de imigrantes, financiamento de lotes agrários, subsídios para assentamentos (instrumentos de trabalho indispensáveis a lavoura: enxadão, foices, facões e machados; sementes e mudas de milho, feijão, batata e abóbora, além de um casal de porcos, duas galinhas e um galo), hospedagem provisória em Vitória, e nas colônias, assistência médica por dois anos, um lote de terras que chegava a 50 hectares, meios de subsistência por seis meses.

Efetivamente, a imigração européia (germânica) para o Espírito Santo se deu em 1846, quando da fundação da Colônia de Santa Isabel, criada pelo 27º Presidente

da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o “Barão de Bom Retiro” (11/09/1846 a 14/06/1848) e que contou “com apoio explícito do Imperador D. Pedro II”.

Rocha (2000) afirma em seu trabalho sobre a imigração estrangeira no Estado que o “Governo Imperial enviou para o Espírito Santo, por sua solicitação, 163 imigrantes alemães provenientes do Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia Renana, das cidades de Koblenz, Lötzebeuren, Traben-Trarbach e do Hesse, região central do Reno. Eram 39 famílias que foram instaladas entre os rios Jucu e Braço do Sul, a sete léguas de distância de Vitória e três da povoação de Viana”. Esta região montanhosa da Alemanha, conhecida também como “Costa do Cachorro”, fica a 100 km de Frankfurt, na divisa com a Bélgica e Luxemburgo. Essas foram as primeiras famílias germânicas que vieram para a Colônia de Santa Isabel, conforme registros constantes dos livros nºs 163 e 242, respectivamente, Matrículas dos Colonos de Santa Isabel e Socorros aos Colonos de Santa Isabel, do APE-ES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo:

QUADRO Nº 01 – RELAÇÃO DOS PRIMEIROS IMIGRANTES ALEMÃES VINDOS PARA SANTA ISABEL – 1846 E 1847

SOBRENOME	NOME	NOME 2	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ALEMANHA	NAVIO QUE CHEGARAM ESPÍRITO SANTO	DATA
01 Bohn	Mathias	–	27	Só	Renânia	Urânia	21.02.1847
02 Christ	Johann	–	25	Chefe			
Faller	Margaretha	–	20	Esposa			
03 Christ	Marie	Margaretha	50	Chefe			
Christ	Michael	–	22	Filha			
Christ	Peter	Joseph	19	Filho			
Christ	Maria	Magdalena	08	Filha			
04 Degen	Estevan	–	33	Chefe	Renânia	Eolo	21.12.1846
Tösen	Margaretha	–	33	Esposa	Renânia	Eolo	21.12.1846
Degen	Caroline	–	04	Filha			
Degen	Bárbara	–	01	Filha			
05 Effgen	Johann	Nicolaus	31	Chefe			
Effgen	Elisabeth	–	28	Esposa			
Effgen	Margaretha	–	57	Mãe			
Effgen	Elisabeth	–	04	Filha			
Effgen	Catharina	–	01	Filha			
06 Faller	Adam	–	53	Chefe	Renânia	Urânia	21.02.1847
Faller	Margaretha	–	21	Filha			
Faller	Mathias	–	12	Filho			
Faller	Anna	Agnes Elisabeth	09	Filha			
Faller	Nicolau	–	19	Filho			

SOBRENOME	NOME	NOME 2	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ALEMANHA	NAVIO QUE CHEGARAM ESPÍRITO SANTO	DATA
07 Feiper	Nicolau	–	32	Só	Renânia	Aurélia	13.03.1847
08 Feiper	Johann	Jacob	37	Chefe			
Feiper	Elisabeth	–	34	Esposa			
Feiper	Adam	–	13	Filho			
Feiper	Marie	Elisabeth	11	Filha			
Feiper	Marie	Catharina	08	Filha			
09 Flotinger	Daniel	–	24	Só	Renânia	Urânia	21.02.1847
10 Franz	Dorothea	–	24	Só			
11 Gerhardt	Jacob	–	33	Chefe	Renânia	Eolo	21.12.1846
Stumm	Margaretha	–	33	Esposa			
Gerhardt	Filippina	–	10	Filha			
Gerhardt	Jacob	–	08	Filho			
Gerhardt	Petter	–	02	Filho			
12 Gills	Mathias	–	35	Chefe			
Stumm	Gertrudes	–	34	Esposa			
Gills	Paulus	–	05	Filho			
Gills	Gertrudes	–	03	Filha			
Gills	Clara	–	01	Filha			
Gills	Margaretha	–	65	Mãe			
13 Hand	Adam	–	30	Chefe	Renânia	Aurélia	13.03.1847
Schopp	Marie	Elisabeth	21	Esposa			
Schopp	Marie	Agnes	48	Agregada			
Hand	Marie	Margaretha	02	Filha			
14 Junkblut	Marie	Elisabeth	30	Só	Renânia	Urânia	21.02.1847
15 kill	Johann	–	25	Chefe	Renânia	Rodrigues	21.02.1847
Gass	Catharina	–	22	Esposa			
16 Ludwig	Joseph	–	23	Só	Renânia	Eolo	21.12.1846
17 Marx	Mathias	II	37	Chefe			
Ludwig	Anna	Marie	37	Esposa			
Marx	Mathias	–	07	Filho			
Marx	Johann	–	06	Filho	Renânia	Eolo	21.12.1846
Marx	Mathias	Joseph	03	Filho			
Marx	Louise	–	O	Filha			
18 Marx	Heinrich	–	52	Chefe			
Marx	Anna	Elisabeth	42	Esposa			
Marx	Heinrich	–	18	Filho			
Marx	Anna	–	07	Filha			
Marx	Anna	Elisabeth	12	Filha			
19 Marx	Mathias	Joseph	37	Chefe			
Gorges	Anna	Marie	27	Esposa			
Marx	Johann	Eberhard	08	Filho			
Marx	Jacob	–	04	Filho			

SOBRENOME	NOME	NOME 2	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ALEMANHA	NAVIO QUE CHEGARAM ESPÍRITO SANTO	DATA
Marx	Johann	–	0	Filho	Renânia	Eolo	21.12.1846
20 Marx Schmidt	Mathias	Marx	43	Chefe			
Dürnhöfer	Anna	Marie	41	Esposa			
Marx Schmidt	Elisabeth	–	15	Filha			
Marx Schmidt	Joseph	–	12	Filho			
Marx Schmidt	Johann	–	10	Filho			
Marx Schmid	Mathias	–	08	Filho			
Marx Schmidt	Marie	–	13	Filha			
Marx Schmidt	Margaretha	–	02	Filha			
Marx Schmidt	Marianna	–	04	Filha			
21 Mildenberger	Nikolau	–	27	Chefe	Renânia	Urânia	21.02.1847
Feiper	Anna	Elisabeth	32	Esposa			
Mildenberger	Caroline	–	03	Filha			
22 Marger	Friedrich	–	29	Só			
23 Rhein	Petter	–	34	Chefe			
Rhein	Catharina	–	37	Esposa			
Rhein	Elisabeth	–	02	Filha			
Rhein	Petter	–	11	Filho			
Rhein	Catharina	–	09	Filha			
Rhein	Maria	Catharia	05	Filha	Renânia	Eolo	21.12.1846
24 Schneider	Michel	–	38	Chefe			
Heinz	Marie	Catharina Elisabeth	38	Esposa			
Schneider	Johann	Nicolaus	11	Filho			
Schneider	Marie	Catharina	08	Filha			
Schneider	Friedrich	–	04	Filho			
25 Schneider	Mathias	–	32	Chefe			
Schneider	Helene	Elisabeth	20	Esposa			
Schneider	Nicolaus	–	04	Filho			
Schneider	Petter	–	07	Filho			
26 Schneider	Petter	Joseph	65	Chefe			
Schneider	Nicolaus	–	24	Filho			
Schneider	Joseph	–	22	Filho			
Schneider	Bárbara	–	28	Filha			
Schneider	Christine	–	26	Filha			
27 Stein	Bernard	–	45	Chefe			
Reiter	Anna	Marie	36	Esposa			
Stein	Petter	–	05	Filho			
28 Stein	Thomas	–	42	Chefe			
Anton	Margaretha	–	42	Esposa			
Stein	Nicolaus	–	16	Filho			
Stein	Marie	–	13	Filha			
Stein	Jacob	–	11	Filho			

SOBRENOME	NOME	NOME 2	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ALEMANHA	NAVIO QUE CHEGARAM ESPÍRITO SANTO	DATA
29 Stein	Nicolau	–	41	Chefe	Renânia	Eolo	21.12.1846
Roth	Marie	Catharina	35	Esposa			
Stein	Bernard	–	14	Filho			
Stein	Anna	Marie	12	Filho			
Stein	Johann	–	09	Filho			
Stein	Susana	–	05	Filha			
30 Stumm	Adam	–	37	Chefe	Renânia	Urânia	21.02.1847
Stumm	Catharina	–	36	Esposa			
Stumm	Michael	–	09	Filho			
Stumm	Catharina	–	11	Filha			
Stumm	Laurian	Julian	06	Filho			
31 Tender	Margaretha	–	58	Chefe	Renânia	Eolo	21.12.1846
Tender	Joseph	–	23	Filho			
Tender	Marie	–	33	Filha			
Tender	Jacob	–	19	Filho			
Tender	Magdalena	–	10	Filha			
32 Trarbach	Daniel	–	65	Chefe			
Bautz	Elizabeth	Margaretha	60	Esposa			
Trarbach	Michel	–	19	Filho			
Trarbach	Elisabeth	–	25	Filha			
Trarbach	Marie	–	30	Filha			
Trarbach	Nicolaus	–	21	Filho			
33 Trarbach	Carl	–	28	Só			
34 Trarbach	Johann	Nicolaus	26	Chefe			
Lange	Gertrudes	–	24	Esposa			
Lange	Joahnn	–	20	Agregado			
35 Trarbach	Petter	–	32	Chefe			
Bautz	Anna	Dorothea	32	Esposa			
Trarbach	Heinrich	–	09	Filho			
Trarbach	Adam	–	04	Filho			
Trarbach	Elisabeth	–	16	Irmã	Renânia	Eolo	21.12.1846
Trarbach	Elizabeth	–	53	Sogra			
Bautz	Heinrich	–	21	Cunhado			
36 Velten	Johann	Jakob	39	Chefe	Renânia	Urânia	21.02.1847
Haar	Marie	Agnes	36	Esposa			
Velten	Jacob	Peter	11	Filho			
Velten	Joahnn	Peter	09	Filho			
Velten	Wilhen	–	08	Filho			
Velten	Joahnn	Nikolaus	02	Filho			
Velten	Michel	–	06	Filho			
37 Walker	Jacob	–	36	Chefe	Renânia	Eolo	21.12.1846
Walher	Johann	–	18	Irmão			

SOBRENOME	NOME	NOME 2	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ALEMANHA	NAVIO QUE CHEGARAM ESPÍRITO SANTO	DATA
38 Waiaandt	Adam	–	37	Chefe	Renânia	Urânia	21.02.1847
Ochs	Marie	Anne Elisabeth	44	Esposa			
Waiaandt	Johann	Nicolau	20	Filho			
Waiaandt	Anna	Elisabeth	06	Filha			
Waiaandt	Jacob	–	13	Filho			
Waiaandt	Johann	Petter	11	Filho			
39 Wassen	Johann	–	-	Só	Renânia	Eolo	21.12.1846
40 Wassen	Franz	Ignaz	44	Chefe			
Schärtchen	Josepha	Bárbara	49	Esposa			
Wassen	Anna	Marie	19	Filha			
Wassen	Jacob	–	08	Filho			
41 Wastian	Mathias	–	41	Chefe			
Görgen	Marie	Anna	43	Esposa			
Wastian	Helene	–	12	Filha			
Wastian	Anna	Marie	10	Filha			
Wastian	Marie	Anna	07	Filha			

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - 2009

Velten², Nicolau, em entrevista ao jornal Umschau, do Rio Grande do Sul, na década de 1930 e publicada somente em 10 de março de 1984, em alemão e posteriormente traduzida para o português por D. Santa Lewin³ e Roberto Anselmo Kautsky⁴, assim se manifestara sobre os seus pais e outros imigrantes que vieram para o Brasil:

“No ano de 1846, D. Pedro II havia promulgado um decreto com a finalidade de incentivar a colonização da região sul do país, principalmente o Rio Grande do Sul, com colonos alemães. Com essa finalidade foram enviados alguns agentes à Alemanha, com a atribuição de recrutá-los.

-
- Nicolau, Velten, filho dos imigrantes Johann Jakob Velten e Marie Agnes Haar, chegados à Colônia em 21 de fevereiro de 1847, com os filhos Jacob Peter, Johann Peter, Wilhelm, Johann Nikolaus e Michael. Década de 1930. 4p.
 - Krescentia Droeder Lewin, natural de Blocktach, na Baviera Alemã, foi a primeira gerente do Hotel Imperador de 1955 a 1961. Era professora de Inglês no Ginásio Domingos Martins.
 - Roberto Anselmo Kautsky, nascido a 23 de maio de 1924, primeiro filho do casal Roberto Carlos Kautsky e Elizabeth Schwambach. Fez os primeiros estudos no Colégio da Igreja Luterana, depois o ginásio no Colégio São Vicente (Vitória), Escola Normal Pedro II e Escola Agrotécnica de São João de Petrópolis, em Santa Teresa.

Um desses agentes chegou à região de Hunsrück, local onde viviam muitos agricultores em pequenas propriedades agrícolas e exploradas por trabalhadores braçais, com a promessa de que se viessem para o Brasil teriam toda a viagem livre de despesas, terra suficiente para sustentar uma família, que o governo brasileiro cederia por um preço bem barato a ser paga em prestações suaves e que somente venceriam após alguns anos. Finalmente que, durante o período em que estivessem se estabilizando, o Estado se obrigaria a sustentá-los, ou seja, até que as suas lavouras e/ou colheitas fossem suficientes para suas sobrevivências.

Essas condições soaram bem aos ouvidos dos colonos e de imediato alguns assinaram o contrato que lhes fora apresentado com as condições citadas e venderam seus parques haveres, para partir em 1846 com destino ao Brasil.

A viagem com início no porto de Antuérpia – Bélgica – em direção ao Brasil – Rio de Janeiro – teve escala em Dunkerque, na França, onde tiveram dificuldades de embarque por falta de navios. Ainda segundo o relato de Velten (1930), em Dunkerque encontraram-se com o agente conhecido com o nome de ‘Delry’, cuja função era a de resolver os problemas de embarque para o Brasil. Prossegue a fonte citada que, no princípio ‘Delry’ havia dito que os contratos assinados não tinham validade, gerando uma consternação geral entre eles. Após semanas de espera, os contratos foram declarados válidos, porém, na ocasião não havia navio disponível para a viagem. Depois de vários dias de ‘vai e vem’, o agente ‘Delry’ localiza um navio para trazê-los ao Brasil. Entretanto, grande parte dos alimentos estocados e dos recursos financeiros foram gastos em Dunkerque, o que fez com que o capitão do navio se recusasse a recebê-los a bordo, se não lhe dessem alimentos e água suficientes para a longa viagem. No que respondera o agente:

‘Se o alimento vier a acabar, jogue os imigrantes ao mar’!

Gastando quase todo o dinheiro que traziam, conseguiram à última hora, um navio veleiro alemão chamado Philomena (The Phillomela)⁵ para trazê-los. Deixando sua

5 “O Philomela foi uma embarcação fabricada em Harrington, Inglaterra, por Willian Peile & Co, lançado ao mar em 19/01/1828. Infelizmente foi destruído por fogo em 28/01/1848. O capitão e a tripulação, num total de 12 pessoas, conseguiram se salvar através de um barco e com sucesso chegaram a Suriname, de onde seguiram em uma embarcação holandesa até a Ilha de Barbados e chegaram em terra firme no dia 24 de fevereiro. O Philomela foi comandado pelo capitão Joseph Sprott em 1840 e que se tornou proprietário do navio. Foi ele, provavelmente, quem comandou a viagem dos imigrantes do Hunsrück até o Rio de Janeiro em 1846”.



Navio Philomela que trouxe os imigrantes alemães de Hunsrück – 1846.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

terra em 20 agosto de 1846 e após 70 dias de viagem, chegaram no dia 20 de outubro de 1846, dia de São Wandelino, ao porto do Rio de Janeiro, com destino final a região sul do país.”

“A bordo, os imigrantes tinham que preparar suas próprias refeições. Faltando alguns dias para chegar ao Rio de Janeiro, a água acabou e a lenha ficou escassa, fazendo com que os imigrantes tivessem que quebrar os caixotes e suas malas, onde abrigavam seus poucos haveres, em diversos pedaços, transformando-os em lenha. Assim exaustos e abatidos chegaram ao Rio de Janeiro.

Vieram atraídos por falsas expectativas, criadas pelos agentes de recrutamento, que ganhavam comissão por imigrante levado aos navios. Normalmente gastava-se em média 50 dias para atravessarem o Atlântico.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro, onde permaneceram por mais de 60 dias alojados num galpão, construído para esse fim, segundo Vieira (2004) passaram por muitas privações, sem que alguém tomasse qualquer decisão sobre os seus destinos. Não houve reclamações quanto a comida e bebida servida naquele galpão, entretanto, aguardaram semanas e semanas na expectativa de seguirem viagem para o Rio Grande do Sul, aliados à ansiedade de poder iniciar os trabalhos. Era uma hospedaria da ilha do Bom Jesus.

Nessa ocasião, um cidadão que se dizia alemão procurou-os prometendo trabalho em fazendas próximas da cidade do Rio de Janeiro. Muitos estavam dispostos a assinar o contrato, que ele ficou de trazer no dia seguinte. Por coincidência, um dos imigrantes encontrou um alemão bem intencionado numa das ruas do Rio e contou-lhe sobre a viagem e também do contrato de trabalho.” A narrativa entre ambos foi do seguinte teor:

“Cuidado com este vigarista. Ele poderá fazer de vocês seus escravos e terão que trabalhar que nem eles. Talvez ele nem apareça mais e, se aparecer, não assinem, e verão como ele desaparecerá rapidamente”.

Dito e feito. O bom amigo deu-lhes ainda um conselho, de seguir somente as diretrizes do Governo, mas também não sabia explicar por que motivo ainda se encontravam no barracão. Deu-lhes então outro bom conselho.

“Escolham 3 homens entre vocês e peçam audiência a D. Pedro II. Estou certo de que o Imperador os atenderá primeiro do que qualquer pessoa”.

Assim o fizeram. D. Pedro II os recebeu, ouviu suas lamentações e disse-lhes o seguinte:

“Fui eu quem recomendou a permanência de vocês aqui. Se os tivesse mandado para o Rio Grande do Sul, vocês teriam enfrentado amargos dissabores, pois lá só existem matas virgens e meus agrimensores não estão dando conta de medir os lotes, em face do grande fluxo de colonos. Vocês terão que esperar até que eu tenha terra ou lugar de trabalho disponível”.

De todo, eles não ficaram satisfeitos com as explicações do Imperador e retrucaram:

“Nós precisamos trabalhar, pois nosso trabalho é a essência de nossas vidas.”

O Imperador riu e disse mais ou menos o seguinte:

“Vocês vieram do Hunsrück. Aqui no Brasil eu tenho também uma região parecida com a de vossa pátria. São às margens do Rio Jucu na Província do Espírito Santo. Essas terras eu vos dou de presente. Vocês dividam uma margem do rio, construam no centro uma casa e a partir dela comecem a cultivar e urbanizar. Antes de vocês entrarem em conflito de divisas, meus agrimensores já deverão ter chegado lá e medido as colônias”.

O plano agradou e, em vez de irem para o Rio Grande do Sul, a viagem continuou para o Espírito Santo, num navio à vela, o Eolo, até Vitória, capital do Estado.

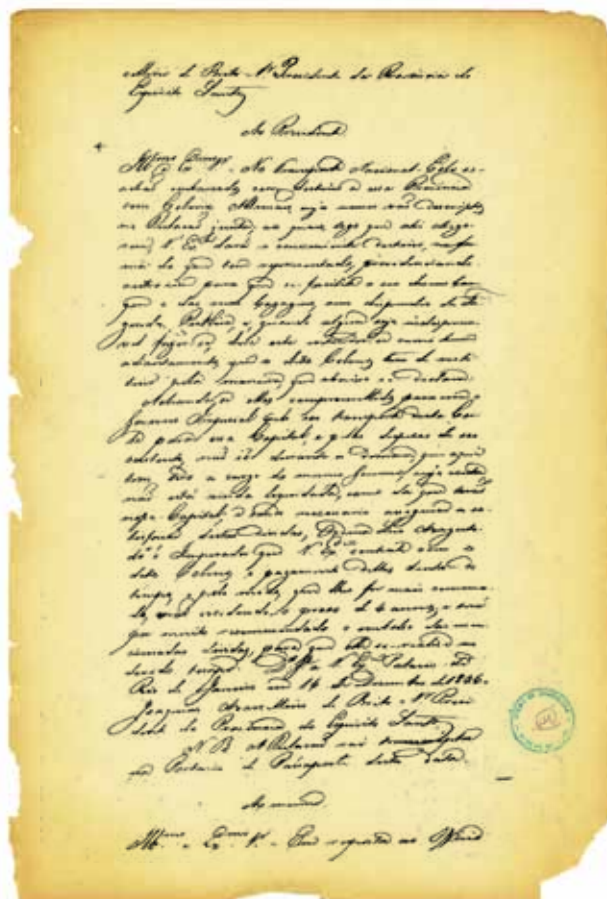
Hörmeyer (1966), também assegura que “estes imigrantes vieram para o Brasil através de um especulador desumano que os trouxera, sem recursos pecuniários, sem teto, sem auxílio algum e que por isso vagaram pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro



Dunquerque – 1845.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

como imagens do desprezo e da miséria”. Com o auxílio de Oliveira (2008), pesquisou-se junto ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, por ocasião da feitura do livro sobre a família Vieira, quais foram os imigrantes que vieram para o Espírito Santo e encontrou-se a correspondência emitida pelo Governo Imperial ao Presidente da Província, datada de 16 de dezembro de 1846, encaminhando os primeiros imigrantes para o Estado (AN –MS do NA, IJJ9 24, p. 194), da qual conseguiu-se uma cópia do original que ora é apresentada, sem entretanto, a relação com os respectivos nomes, já que não se encontrava mais anexa à correspondência.



Cópia original da correspondência Imperial remetida ao Presidente da Província do Espírito Santo - 16 de Dezembro de 1846.

ACERVO: ARQUIVO NACIONAL – RIO DE JANEIRO

O documento retrata:

“... M. Presidente da Província do Espírito Santo

Ao Presidente

Ilmoº e Exmº Sr.

No Transporte Nacional EOLO se achao embarcados com destino a essa Provincia cem Colonos Allemaes, cujos nomes vão descriptos na Relação junta; aos quaes, logo que ahi chegarem, V. Exª dará o conveniente destino, na forma do que tem representado; providenciando outrossim para que se facilite o seu desembarque e das suas bagagens, sem dispendio da Fazenda Publica e quando algum seja indispensavel fazer-se, deve este entender-se como hum adiantamento, que os ditos Colonos tem de restituir pela maneira, que abaixo se declara:

Achando-se elles compromettidos para com o Governo Imperial pelo seo transporte desta Corte para essa Capital, e pelas despesas do seo sustento, não só durante a demora, que aqui tem sido a cargo do mesmo Governo, cuja conta não está ainda liquidada, como da que terão nessa Capital; e sendo necessario assegurar a satisfação destas dividas, Ordena Sua Magestade o Imperador que V. Exª contrate com os ditos Colonos o pagamento dellas dentro do tempo, e pelo modo, que lhe for mais commodo, não excedendo o praso de 4 annos; e sera por muito recommendado o embolso das mencionadas dividas, para que elle se realize no devido tempo. Deus G. a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1846.

Joaquim Marcelino de Brito” = Sr.. Presidente da Provincia do Espirito Santo.

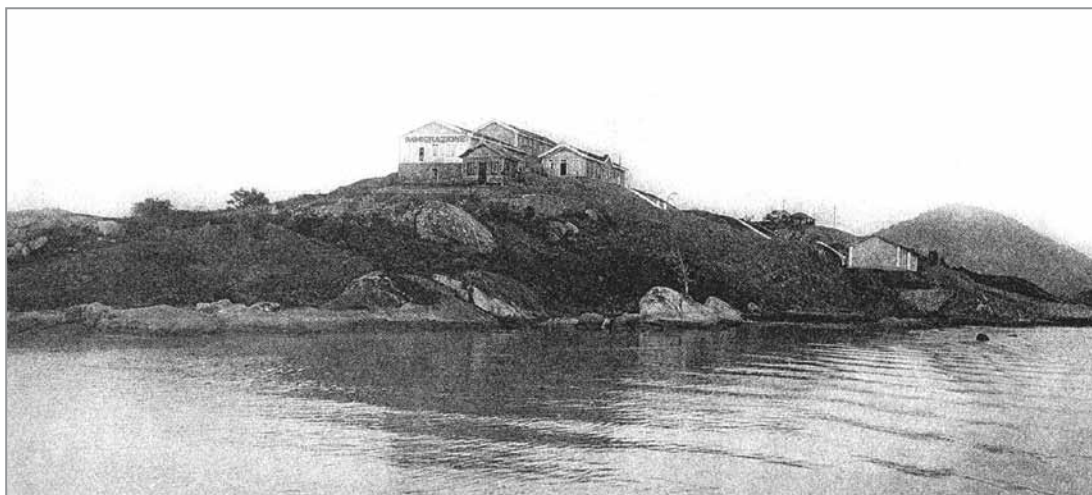
N. B. A Relação vai transcripta na Portaria de Passaporte desta data.

Ao mesmo

Ilmoº e Exmo Sr. Em resposta ao Officio”

OBS.: O registro da correspondência trata de 100 colonos, entretanto na relação do APEES – Arquivo Público Estadual, são 108 os primeiros a chegar ao Espírito Santo. Num navio denominado “EOLO”, desembarcaram inicialmente 108 imigrantes, e logo a seguir em outro navio vapor de guerra, “URÂNIA RODRIGUES”, mais 45 e finalmente, no navio AURÉLIA, os 10 outros restantes. Não confere também o número de famílias, que em todos os trabalhos sobre o assunto afirmam ser de 38 ou 39 e finalmente, no APEES, 41. (Considera-se família, o chefe ou sozinho)

Santos et al apud Wagemann (1949), asseveram que durante a permanência dos alemães em Vitória, foram responsáveis pela limpeza e calçamento da praça em frente ao Palácio Anchieta. Wagemann (1949) também afirma que para esta tarefa foram remunerados.



Alojamento (Immigrazione) onde os primeiros imigrantes alemães ficaram no Espírito Santo – Pedra D' Água - 1847. (Foto tirada em 1905).

ACERVO: ANTÔNIO SESSA NETO – TONICO

Após a permanência na cidade de Vitória, foram levados até “Viana para uma colônia de açorianos católicos, fundada em 1812, a meio caminho do local onde iriam se radicar”. Depois seguiram subindo pelo rio Jucu até a localidade de Cuité (Boa Vista), para trabalharem, como a maioria dos colonos imigrantes, na agricultura, onde os primeiros chegaram em 27 de janeiro de 1847 quando também foi fundada a primeira

sede da Colônia. Os homens seguiram a pé, as mulheres e crianças em canoas pelo Braço do Sul, o que fez com que chegassem a Vista Linda/Cuité – Santa Isabel, antes dos homens.

Os homens abriram uma picada em direção ao morro de Campinho, sempre em direção ao sol, isto é, em direção ocidente/oriente no meio da mata virgem. Um grupo de índios já meio civilizados ajudou-os a abrir o caminho removendo as árvores derrubadas.

Entre as 39 famílias, 16 eram de confissão evangélica luterana, as demais eram católicas.

Ficaram hospedados na Serra da Boa Vista por mais de três anos. Enquanto aguardavam pela definição de seu lote, passaram a trabalhar na construção de estradas.

Por aquela ocasião, o diretor da Colônia ou Superintendente, de acordo com Tschud (2004), “era um capuchinho austríaco fanático, Padre Wandelino Gain D’Insbrück. Depois de sua partida, um colono quase sem instrução foi chamado a sucedê-lo (Gustav Bungenstab) e a Colônia teria caminhado para a ruína total, se ficasse sob sua direção”. Esse diretor provisório morava em Porto do Cachoeiro (Santa Leopoldina) e quase levou a Colônia a uma grande desordem (Wagemann, 1949, p. 25).



Hospedaria dos Imigrantes no Porto de Vitória - ES.
FONTE: SCHAYDER, 2002



Local onde as primeiras famílias ficaram instaladas. Sem data.
ACERVO: JAIR LITTIG

N.º 134 Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império
 Repartição Geral das Terras Públicas em 11 de Dezembro de 1858
 Ilmo. Excmo. Sr.º

A vista do que houver o Engenheiro Adalberto Jahn na sua
 apresentação, que V.ª Ex.ª me transmittio com Officio datado de 12 de
 Janeiro, fica V.ª Ex.ª authorizada a nomear o Director do Colégio
 de S. Thome, com a gratificação de 50000 reis annuaes, contendo
 elle no annexo, um plano de actão.

V.ª Ex.ª providenciará pela melhor forma,
 ser possível para proporcionar aquelle Director habitação commoda
 em Colônia, mandando fazer o orçamento, e levantar a planta d'ella
 com o custo, mas sem as accommodações necessarias para moradia
 do Director do Colégio de S. Thome, e que tudo suggestão a offi-
 cina do Governo Imperial, antes de mandar principiar as obras.

Deo Guarde a V.ª Ex.ª

Marquês de Olinda

Seu Parelho da Província do Espírito Santo

Enfim, em 7 de agosto de 1858, coube a um ex-oficial prussiano e engenheiro, Adalbert Jahn⁶, a direção da Colônia. Em 31 de janeiro de 1859, Sr. Adalbert informava ao Vice-Presidente da Província “ser impossível encaminhar dentro do prazo que havia sido estipulado (26/01/1859), os dados gerais sobre a Colônia⁷, pelo motivo de que o diretor anterior, não havia feito nenhum controle estatístico sobre o lugar.”

Quando Adalbert Jahn chegou a colônia passava por muitos problemas com conflitos de religião, falta de demarcação de terras, os luteranos não tinham igreja, brigas entre imigrantes, alcoolismo, doenças e falta de estradas.

Durante sua administração, Adalbert Jahn conseguiu demarcar terras, construir pontes, um galpão para alojar novos imigrantes, projetou a igreja luterana de Campinho, elaborou o primeiro mapa da colônia, entre outras ações. Acumulou o cargo de diretor da colônia e a de engenheiro oficial.

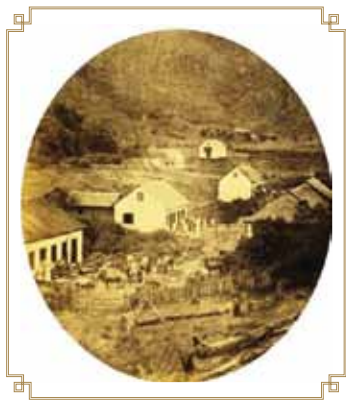
O último diretor foi Augusto Guilherme Linde, por ocasião da emancipação em 10 de julho de 1866.

Voltando a Tschud (2004), ele afirma em sua obra sobre a Colônia Santa Isabel, que “Adalbert Jahn, era homem de perfeita probidade que, aliando a seus vastos conhecimentos, um caráter firme e uma rigorosa imparcialidade, cumpriu sua missão de maneira honrosa”.

Depois de cerca de 10 anos, devido ao clima muito quente naquele local e também a algumas divergências religiosas provocadas pelos padres capuchinhos que viviam em Viana, os colonos subiram mais as montanhas à procura de um clima mais ameno e foi assim que os católicos fundaram a Vila de Santa Isabel e os Luteranos caminharam um pouco mais em direção ao Campinho, local onde os mineiros costumavam acampar em suas viagens com tropas de Ouro Preto para o porto de Vitória. No Campinho, os luteranos

6 Nascido em 20 de julho de 1821, em Königsberg, Prússia.

7 O vice-presidente da província por autorização do aviso do Ministério do Império, de 11 de dezembro de 1858 – Resolução nº 154, nomeou o engenheiro Adalbert Jahn para diretor da Colônia de Santa Isabel, com a gratificação de 50\$rs mensais.



Campinho de Santa Isabel - Nos fundos perto da floresta, residência dos Schlenz. No primeiro plano (esquerda) a casa do Sr. August Schwambach, seguindo-se a ela a residência do Sr. Pedro Gerhardt (atualmente residência do Roberto Mayer). Aos fundos, a igreja luterana, ainda sem a torre e a esquerda, a casa do pastor – 1869.

Esta foto fez parte de uma grande exposição, realizada no Rio de Janeiro, organizada pela filha do ex-presidente Geisel, sobre as colônias alemãs no Brasil. Foi através dessa exposição que se conseguiu esta foto.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS - A FOTO ORIGINAL ENCONTRA-SE NA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

construíram a sua igreja e aos poucos a vila foi crescendo. Hoje é a sede do município de Domingos Martins.

Wagemann (1949), já citado, ilustra que os imigrantes, ao chegarem para o seu lugar de destino, encontraram “algumas dúzias de botocudos, com mulheres, crianças e o inspetor que servia de intérprete. Os índios tinham feito um roçado na mata e construído choças... Quando os alemães, trazendo às costas, colchões, trem de cozinha, instrumentos de trabalho e virtualhas⁸, quiseram tomar conta dos respectivos terrenos, foram surpreendidos com a notícia de que só a metade deles fora demarcada e de que não havia nem caminho nem vereda que rompesse a espessa mata que cobria os lotes. Na demarcação das terras, somente os limites extremos foram assinalados por meio de uma picada... Os colonos tinham de abrir veredas através de suas terras, até alcançar um riacho, e, ao mesmo tempo, estabelecer ligação entre os lotes... Pela picada aberta, transportavam às costas para a nova moradia virtualhas e instrumentos de trabalho. Mal começaram a tornar o lugar habitável, quando receberam ordem de Vitória, para voltar para as cabanas de emergência, de Viana, onde haviam-se abrigado antes. Os Índios tinham fugido para a floresta, e o governo temia que atacassem os colonos. Os soldados da polícia deviam, antes, aprisionar os índios e distribuí-los por diversos lugares... Os alemães ficaram, durante algum tempo, sob proteção armada. Os selvagens permaneceram

8 Virtualhas, s.f. pl.. O mesmo que víveres. VÍVERES, s.m. pl. Gêneros alimentícios, provisões de boca; mantimentos.

nas proximidades das terras dos colonos, e frequentes vezes, assustavam-nos: mas, pouco a pouco, foram-se retirando para o interior, deixando os alemães em paz. Na primeira noite foram hóspedes dos índios botocudos.”

Entre os imigrantes haviam “ferreiros, pedreiros, carpinteiros, um sapateiro, um tapeceiro, um marceneiro e um músico” mas, dadas as condições encontradas, os levaram também a trabalhar na lavoura, por falta de demanda por seus serviços, além é óbvio de agricultores. Daemon (1880) também asseverou que em 1847 “é fundada a província da Colônia Santa Isabel com 163 colonos chegados na sumaca⁹ Rodrigues, de propriedade de Antônio Joaquim Rodrigues, sendo-lhes concedidas terras com 200 braças de testada (frente) e 600 de fundos (pouco mais de 50 hectares)”.

Santos et al (1992) afirmam que “cada colono recebeu, inicialmente cerca de 50 hectares de terras, mas isso foi modificado posteriormente para 25 hectares e o colono teria que pagar 93\$000 (noventa e três mil réis), que não precisavam ser resgatados na hora”. Este prazo correspondia a 200 braças de frente e 600 de fundo, transferível a seus herdeiros.

Ainda segundo Rocha (2000), buscando agasalho no relatório de José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1861/1863), os colonos assinaram um contrato com o Governo, no dia 8 de outubro de 1847, conforme ilustração a seguir, que os obrigavam ao reembolso das despesas pelo que receberam, assim que aqui chegaram; passagens até a colônia, um lote, sustento por 6 meses, medicamentos, algum gado e instrumentos de lavoura. O prazo dado para este reembolso foi de 4 anos, como melhor pudesse, hipotecando seus prazos, obrigando os seus serviços a esse pagamento, e não podendo sair da Província sem licença antes da solução dos respectivos débitos. (Informação obtida do relatório da Presidência da Província José Fernandes da Costa Pereira Júnior (20/02/1861-21/05/1863), apresentado à Assembléia Legislativa em 25 de maio de 1862, p. 70, APEES.

9 Sumaca, s.f. Pequena embarcação de dois metros, usada principalmente na América do Sul.

No reembolso das despesas também foi incluído o alojamento na hospedaria Pedra D'Água, que, embora tivesse sido garantido, culminou por aumentar o volume da dívida de cada colono imigrante para com o Estado.

“Aos dois dias do mes de Outubro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos quarenta e sete, compareceu n’esta Secretaria do Governo da Provincia do Espirito Santo o Colono Alemão..... acompanhado do Engenheiro Civil Frederico Willmer, e de Agostinho....., ambos naturaes da Alemanha, e aos quaes se diferiu o juramento dos Santos Evangelhos para bem, e fielmente servirem de interpretes n’este acto, e logo o Excelentissimo Presidente da Provincia fez ver ao mesmo Colono, que tendo desde a sua chegada ao Brazil sido socorrido pelo Governo Imperial com o adiantamento de sua subsistencia, e ministrando-lhe passagem para esta Provincia, onde ainda continua a prestar-lhe taes soccorros, bem como medicamentos necessários, e outros auxilios, e na qual lhe foi concedido um prazo com duzentas braças de frente e seiscentas de fundo para ser por ele cultivado, e ficar pertencendo aos seus sucessores, era necessário que o mesmo Colono reconhecesse a obrigação de reembolsar taes despesas dentro do prazo de quatro annos da maneira que lhe for mais commodo por um acto em forma, ao que foi respondido pelo referido Colono, que nem-uma duvida n’isso tinha, antes pelo contrário de sua mui livre vontade declarava que acceitava a referida obrigacao, e que pelo pagamento das despesas que se reconhecesse serem por elle divididas apenas porem liquidadas comprovantemente as contas de seu respectivo debito sujeitava seus serviços pessoaes, e todos os bens de qualquer natureza tidos e por haver, bem como os serviços pessoaes de seus filhos menores, obrigando-se a dentro do referido prazo de quatro annos satisfazer o mencionado debito, e sujeitando-se para isso a as medidas fiscaes que para sua segurança o Governo da Provincia entendesse necessarias, sendo uma dellas a de não poder sahir da Provincia em quanto não realizar o pagamento de sua divida sem licença do Governo da Provincia, e deixando as garantias, que forem precisas, nem poder mudar de domicilio sem o participar ao mesmo Governo por intermedio do seu Director, e da maneira que lhe for mais commodo. E que tendo depois de reduzido a escripto lhe foi novamente lido e por elle acceito, e assignado com o Presidente, e interpretes supra-mencionados.”

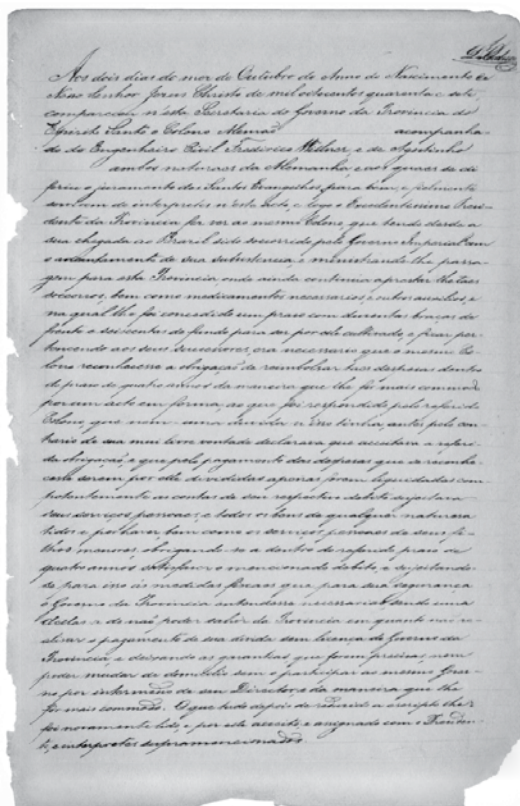
Diversas pessoas conseguiram por outros meios (mediante pedidos, subterfúgios, heranças simuladas), dois a três lotes, ficando impossibilitados de cultivá-los todos, devido a grande extensão dessas áreas.

A margem do rio que se prestava para plantio foi medida em braças e depois dividida em 16 lotes. Cada lote recebeu uma estaca com seu respectivo número. Posteriormente, foram preparadas 16 papeletas com o número de cada lote, em seguida, estes papéis foram dobrados e colocados num chapéu, onde cada colono tirou um e por sorteio obteve a sua propriedade.

As famílias ficaram misturadas. Os católicos e os luteranos barganharam então as posições com os sorteados. Os primeiros tomaram a direção de Santa Isabel, e os últimos subiram para a região da atual sede de Domingos Martins.

Aí, começaram a trabalhar.

Trabalhavam em conjunto e não individualmente, em um sistema de mutirão. Em meio ano, cada um já tinha a sua casa, com muito trabalho. Às segundas-feiras de manhã os homens iam para a “roça” e só retornavam aos sábados ao seio da família.



Modelo de contrato assinado entre os imigrantes e o Governo Imperial – 02.10.1847.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Lote e rancho do colono Adam Wayandt na colônia de Santa Isabel – 1860.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – VÍCTOR FROND

A alimentação colocada à disposição deles era pouquíssima. Felizmente, por sorte, como eles mesmo disseram: “nas matas havia abundância de animais selvagens e muitos palmitos”. Experimentaram comer outras plantas como legumes, mas, muitas eram amargas.

Todos estavam satisfeitos por terem novamente um lar, mesmo sendo uma cabana feita de barro e coberta de folhas de palmeiras.

As mudas de mandioca, café e sementes de milho, eles tinham que mandar buscar em Viana (metade do caminho até Vitória), por brasileiros.

Estavam faltando ainda os prometidos apetrechos agrícolas, principalmente o alguidar¹⁰ para tostar a farinha. As raízes eram raladas num ralador manual e depois dourada numa frigideira no fogão.

Os colonos tencionavam fazer uma petição ao Governo de Vitória, reclamando dos apetrechos prometidos. Infelizmente, ninguém sabia a língua e muito menos escrever o português.

10 Alguidar, s.m. Vaso, ordinariamente de barro, mais longo que alto, em forma de cone invertido, para uso doméstico.

Por força dessa insuficiência, foram até Santa Isabel procurar um brasileiro (observação: não havia padre brasileiro lá, todos, eram de origem germânica), para que lhes fizesse uma petição, a fim de conseguir os utensílios e as ferramentas prometidos.

Um colono saiu a pé até Vitória, levando tal petição ao Governo.

Além da freguesia de Viana, morava no trajeto um alemão conhecido pelo cognome de “João Alemão”, muito prestativo aos colonos. Dava-lhes bons conselhos e sempre estava ao lado deles. Quando o colono passou por sua casa, interpelou-o perguntando qual era a sua missão e para onde ia.

“Vou a Vitória entregar uma petição ao Governador por causa do alguidar.” João perguntou:

“Quem foi que escreveu isto? Foi o Padre de Santa Isabel. Posso vê-la?”

João leu e devolveu-lhe o papel dizendo:

“Volte para casa, pois com este papel vocês jamais conseguirão o alguidar”.

“O que está escrito nele?” Perguntou o colono.

“Vá para casa, Seu protestante” foi a resposta, o que entristeceu muito o colono. João Alemão prometeu então que ele mesmo entraria em contato com o Governo em Vitória. Cumpriu e foi bem sucedido.

Infelizmente ninguém ficou sabendo o conteúdo daquela petição.

Isolados de tudo e de todos, os colonos viviam absorvidos em seu trabalho. Depois de 3 a 4 anos, suas barracas começaram a ruir. Construíram então casas no estilo usada na sua pátria de origem, Hunsrück, nas encostas das montanhas, onde haviam feito as suas lavouras de café. Circundando a casa, havia sempre uma varanda. A cobertura era feita de taboínhas, cujas madeiras eram apropriadas para tal, pois, eram de maneira geral, artesãos.

As casas tinham aspecto muito agradável, o que despertou tanto a curiosidade dos brasileiros, que as pessoas de Vitória iam vê-las.



Lote e habitação do colono Michel Schneider em Santa Isabel – 1860.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – VÍCTOR FROND

Uma vez eles receberam até a visita do Presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Eles se sentiram honrados e receberam-no com tiros de rojão e também de suas espingardas de caça como se fora um membro da comunidade. Em sua fala, ele encantou o trabalho dos colonos que ficaram satisfeitos. Todavia, faltava-lhes dinheiro.

Oliveira (2008) afirma que “em 1847, foi reencetado o encaminhamento de europeus para as terras capixabas”. À p. 334 de sua obra original cita o ofício do Presidente Antônio Pereira Pinto (14/6/1848-31/10/1848) dirigido ao Ministro do Império e datado de 20 de outubro de 1848 cujo conteúdo foi o seguinte:

Tratarei primeiramente de um estabelecimento, que promette amplas e futuras vantagens, fallo da colônia allemã, denominada de Santa Izabel; fundada ainda não há dous annos, apresenta Ella prospero aspecto, quasi todos, ou todos os colonos já tem suas casas e plantações; muitos d'elles fabricao a farinha de mandioca, e a vendem; são em geral sóbrios, da melhor índole.

Hörmeyer (1966), já citado, narrando as suas histórias sobre o Brasil, escreveu que após 8 anos da imigração, os alemães já “eram gente que se podia chamar abastada”.

Wagemann (1949) ilustra ainda em sua obra que: “demais, o clima da terra não lhes ser desfavorável, contudo

nos primeiros anos de permanência, foram acometidos de graves doenças. A alimentação que lhes era estranha (em regra não tinham outra coisa para comer além de feijão preto e farinha de mandioca), as habitações precárias, a praga dos insetos, em particular, que, antes da derrubada da mata, era muito grande – tudo isso pôs de cama a maioria dos 163 imigrantes e ceifou nove deles, conforme verifiquei nos assentamentos da igreja paroquial de Campinho. Tifo, malária e febre amarela são dados como causa mortis. Esse período de sofrimentos porém, passou rapidamente, em virtude da ação energética do Governo que lhes proporcionou assistência médica, remédios e alimentos”.

Muitos destes imigrantes germânicos como se vê, faleceram logo que aqui chegaram, alguns com menos de um ano de permanência, motivados pelas doenças e condições insalubres.

Bichara (1984) assegura que: “A colônia fundada em 1847 para acolher imigrantes alemães, prosperara. Todos os colonos possuíam casas e produziam mantimentos em abundância, cujas sobras eram vendidas na Freguesia de Viana”.

Dos quase duzentos habitantes em 1853, “já se contava com sessenta nascidos no Brasil. Relatava que o Evaristo Ladislau e Silva (08/10/1852-09/11/1853), em visita empreendida na referida povoação, na proximidade do verdor das plantações, afirmava que era um gosto ver o contentamento com que as mães mais apressadas me apresentavam os filhinhos nos braços clamando que já eram brasileiros”. Esta afirmativa foi extraída da fonte Silva (1853).

Alves (1954), descrevendo sobre a cidade de Domingos Martins, assim se manifestou: “O progresso foi lento, sem lampejos, mas sem escuros”.

Continua Alves (1954): “junto à sede da antiga colônia de Santa Isabel, hoje Vila de Isabel, um outro núcleo surgiu, sem fundir-se com ele. Chamou-se Campinho de Santa Isabel, hoje a cidade de Domingos Martins”.

Em que pese até então, 1854, a Colônia não ter tido melhores resultados, de modo a corresponder aos sacrifícios que ela teria custado aos cofres nacionais, no período de 21 de dezembro de 1846 a 1895, 592 imigrantes da Alemanha já estavam radicados na Colônia

de Santa Isabel, conforme cronologia de ingresso ora apresentada, extraída dos arquivos do APEES – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – Projeto Imigrantes do E.S.

QUADRO Nº 02 – IMIGRANTES INSTALADOS EM SANTA ISABEL – 1846 A 1895

ANO	IMIGRANTES		TOTAL
	ALEMÃES	OUTROS IMIGRANTES	
21.12.1846	108	–	108
21.02.1847	45	–	45
13.03.1847	10	–	10
1855	09	01	10
1856	01	–	01
1857	18	16	34
1858	49	33	82
1859	156	04	160
1860	107	–	107
1861	47	05	52
1862	17	11	28
1863	16	–	16
1871	01	–	01
1876	03	–	03
1890	01	08	09
1894	–	20	20
1895	04	–	04
TOTAIS	592	98	690

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - 2009

Os novos imigrantes alemães que vieram entre 1857 e 1873, chamados pomeranos, instalaram-se em Melgaço (na sede e em Califórnia), em Parajú (sede, Tijuco Preto e Rio Ponte). Vieram das províncias pomeranas de Koslin, Kolberg, Greifswald, Brandenburg e outras localidades.

População – 1847 a 1866 e Imigração Suíça

A partir da emancipação de Santa Isabel a 19 de junho de 1866 pelo Governo Imperial, “nenhum imigrante foi nela instalado oficialmente” [...]. Nesta ocasião, a Colônia já possuía 1.125 habitantes, entre imigrantes e brasileiros.

QUADRO Nº 03 – QUANTITATIVO POPULACIONAL DA COLÔNIA DE SANTA ISABEL – 1847 A 1866

ANO	POPULAÇÃO	ANO	POPULAÇÃO
1847	163	1857	286
1848	s/inf.	1858	374
1849	s/inf.	1859	600
1850	s/inf.	1860	662
1851	176	1861	753
1852	201	1862	801
1853	195	1863	890
1854	213	1864	931
1855	225	1865	1109
1856	250	1866	1125

Fontes: Gilda Rocha (2000) e Renzo M. Grosselli (2009)

Ainda por essa ocasião (1866), a Colônia já contava com 232 fogos (casas). Do total de habitantes, 606 eram do sexo masculino, o número de estrangeiros de 519, dos quais 471 alemães.

Esses dados mostraram que a imigração havia deixado de se manifestar e que o crescimento populacional se devia ao excedente de nascimentos populacional sobre os falecimentos. Entretanto, os imigrantes alemães ainda detinham o maior percentual dos habitantes estrangeiros da Colônia, ou seja, 90,75%.

A Colônia contava então, com imigrantes prussianos, suíços, franceses, sardenhos, piemonteses, italianos e brasileiros (filhos dos colonos nascidos no Brasil).

Os suíços que vieram para a Colônia de Santa Isabel e outros eram provenientes da “fazenda Nova Olinda, em Ubatuba, São Paulo para onde emigraram a princípio para trabalhar em regime de parceria, atraídos pelos grandes plantadores de café”, segundo Tschud (2004), já citado. Prossegue a mesma fonte:

“Descontentes com a situação nas fazendas de São Paulo, se rebelaram e exigiram ser transferidos para outras regiões onde pudessem cultivar seus próprios lotes. Foram os pioneiros da recém-criada Colônia de Santa Leopoldina”, de cujo grupo sete suíços e um alemão vieram para Santa Isabel em 1857.

Tschud (2004) ilustra que o porto de partida dos suíços foi o de Hamburgo, ao norte da Alemanha, onde estava estabelecida a maioria das agências de emigração e que eram os responsáveis pelo recrutamento dos agricultores daquela região européia.

No período de 1857 a 1862, foram os imigrantes suíços que vieram para Santa Isabel, aportados no navio Mucury, sendo 7 famílias (chefes e só) originários de Cantão de Züri-ch e Aargou. Do Cantão de Glaurus, veio uma viúva e um filho (da pequena vila de Engi).

QUADRO Nº 04 – IMIGRANTES SUÍÇOS – COLÔNIA SANTA ISABEL – 1857 E 1862

FAMÍLIA	NOME	IDADE	ANO	PARENTESCO	DESTINO
GINSBERG	Friedrich	–	1857	Chefe	Santa Isabel
	Margaretha	–	1857	Esposa	
	Anton	–	1857	Filho	
KUSTER	Johann	42	1862	Chefe	Santa Isabel
	Anna Bárbara	38	1862	Esposa	
	Johannes Ulrich	16	1862	Filho	
	Catharina	14	1862	Filha	
	Anna Bárbara	11	1862	Filha	
	Gustav Adolf	10	1862	Filho	
	Elisabetha	9	1862	Filha	
	Anne Madalene	8	1862	Filha	
	Johann Jacob	6	1862	Filho	
	Susanne	2	1862	Filha	
SCHOPF	Marie Agnes	–	1857	Só	Santa Isabel
VOLKART	Rudolf	–	1857	Só	Santa Isabel
WERFELI	Samuel	–	1857	Chefe	Santa Isabel
	Marie Elisabeth	–	1857	Esposa	
	Filho	0	1862	Filho	
BAUMGARTNER	Elisabeth	–	s/d	Viúva	Santa Isabel
	Christovan	–	s/d	Filho	

Fonte: APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - 2009

A colônia progredia com o apoio do Presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que estabelecera junto do Governo Imperial a necessidade de que a estrada São Pedro de Alcântara passasse pela povoação, pois dessa forma estaria proporcionando o desenvolvimento da agricultura e consequente povoamento do solo.

Tschud (2004) afirma em seu relatório que a colônia de Santa Isabel era declaradamente a “menina dos olhos de Pedreira (Luiz Pedreira do Couto Ferraz) presidente da Província, e tinha continuado sob sua proteção especial mesmo quando este excelente estadista assumiu o Ministério do Interior”.

“A colônia manteve-se durante dez anos quase que totalmente estacionada, sem qualquer organização”.

Essa situação ficou resolvida quando a direção da colônia passou para o Sr. Adalbert Jahn, que conseguiu regulamentar as difíceis condições até então enfrentadas. Este engenheiro tinha uma remuneração mensal de rs. 50\$000 - (cinquenta mil réis).

Convém salientar também que o Dr. Luiz Ferraz era amigo de D. Pedro II, o seu cicerone quando da visita do Imperador à colônia de Santa Isabel, em 30 de janeiro de 1860. O Dr. Luiz era fluminense e devido a essa amizade se tornou presidente da província.

Rocha (2000), resgatando anotações e desenhos da expedição de D. Pedro II à província do Espírito Santo, quando se refere à viagem do Imperador à Colônia, afirma, que durante o percurso de Viana à Santa Isabel, sentira-se incomodado e “vomitara mesmo a cavalo”. Assim que chegaram, se hospedaram na residência do funcionário do Governo Sr. Adalbert Jahn, onde foi assistido por um médico e encontrou “cama macia e um ambiente de ordem e bom gosto proporcionado pela gentil e culta dona de casa”.

Prossegue a narrativa:

“Recolheu-se cedo, marcando a hora da partida do dia seguinte para os três da madrugada, mas já às duas se mostrava acordado, reiterando a recomendação da hora de arrearem os cavalos”. [...] Gastava-se um dia de viagem à cavalo de Vitória a Domingos Martins.

Quando da visita do Imperador à Colônia, foi ele padrinho de batismo de Clara Margaretha, filha de Gustavo Bungenstab e Maria Wastian, juntamente com Margaretha Christ, no dia 30 de janeiro de 1860, realizado pelo padre Pedro, conforme registro nº 100 do livro nº 01, p.6v. Nesta mesma data Frei Pedro Regalado foi quem saudou D. Pedro, vindo em procissão para recepcioná-lo com o painel da Virgem Maria. D. Pedro foi representado no batizado pelo Visconde de Sapucaí¹¹.

11 Visconde de Sapucaí era um camarista da comitiva de D. Pedro II – Camarista: s. 2 gen. Fidalgo ou fidalga a serviço de pessoas reais; camareiro; vereador municipal. (De câmara). Era o Conselheiro de Estado, Cândido José Viana, Visconde de Sapucaí, que viera no séquito de D. Pedro II, como camarista.

Ainda segundo Rocha (2000), D. Pedro II tensionava visitar os sardos no Morro do Chapéu, onde passava a estrada para Minas Gerais.

Rocha (2000), ao narrar as viagens de alguns estrangeiros ao Espírito Santo, incluiu na sua relação o suíço Jean Jacques de Tschud, que fora nomeado pelo governo de seu país para estudar os problemas dos seus imigrantes.

Utilizando-se do mesmo trajeto da comitiva de D. Pedro II, chegou à Colônia de Santa Isabel no dia 31 de outubro de 1860, hospedando-se também na residência de Adalbert Jahn. O relatório sobre os proprietários suíços refletiu o que já constara no do Imperador.

Esses colonos, mesmo explorando terrenos acidentados, cultivavam com sucesso café, mandioca e milho. O clima temperado era saudável, o que refletia na boa aparência física dos colonos mais antigos.

Construção da Casa do Diretor e Servidores da Colônia

Ainda segundo Martinuzzo (2008), em 1858 era erguida a casa do diretor da Colônia, a primeira construção naquela localidade, hoje ainda preservada na sede do atual município de Domingos Martins.

A casa a que se refere os relatórios, ficava numa área de terra rural e legitimada de 15 hectares e era coberta de telhas em estilo colonial, também ali existiam duas casas para colonos [...].



Primeira casa construída na colônia Santa Isabel –
Residência do diretor da Colônia – 1858/1860.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – VÍCTOR FROND

A construção teve início em 30 de junho de 1858, conforme registros no APE-ES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Fundo Agricultura – Livro nº 145 – Despesas da Colônia de Santa Isabel). Foi contratado na mesma data para “levantar” a casa, o Sr. Nicolao Waiandt, que teve como ajudantes diretos os Srs. Jérôme Blanc Serierie (serralheiro ou ferreiro) e Carlos Huwer (marceneiro). Outros operários que ajudaram na construção: Wilhelm Schlenz (carpinteiro), Christian Hollunder, Pedro Trarbach, Augusto Schlenz, Gottfried Hollunder, Mathias Schneider, Miguel Schneider, Lorenzo Hepp, Henrique Müller e João Endlich. Quem fez o transporte dos objetos destinados à casa do Diretor, foi o Sr. Carlos Winker, em 3 de outubro de 1858. A construção da casa foi concluída em maio de 1860.



Moradia dos diretores da colônia de Santa Isabel pertencente a família Venturini – Preservada na sede de Campinho – Domingos Martins. 2009.
ACERVO: JOSÉ ANTÔNIO MARTINUZZO

No período de 1860 a 2014, estes foram os moradores e proprietários da casa:

■ de 1860 a 1866:

- 1) Pe. Wandelino Gain d' Innsbrück
- 2) Gustavo Bungenstab

- 3) Engº Adalbert Jahn, imigrante prussiano, que fora nomeado Diretor a partir de 22 de agosto de 1858. Há documento afirmando que a data foi de 31 de dezembro de 1858. Jair Littig¹² afirma que o aviso é datado de 22 de outubro de 1862.

OBS.: Estes dados não batem com a da fonte Rocha (2000).

Em 1862 obteve licença para ir à Corte no Rio de Janeiro tratar de negócios respectivos à Colônia tendo sido substituído interinamente pelo Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, médico da Colônia.

Novamente em 13 de julho de 1863, retornou à Corte a bem do serviço público, e o Dr. Ernesto é outra vez nomeado para substituí-lo interinamente.

Ilm.º Ex.º Sr.º

Tenho a honra de dar parte a V. Ex.ª q̄ no proximo vapor pretendo, se V. Ex.ª não ordenar o contrario, seguir a Corte do Rio de Janeiro, a bem do serviço publico, como é de meu dever de conformidade com o Aviso de 22 de Outubro do anno pr. pass.º do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas; e p.ª um tal fim. Digne-Se V. Ex.ª mandar pôr a minha disposição uma passagem de repor conta do mesmo Ministério, de conformidade ainda com aquelle Aviso.

Outrossim communico a V. Ex.ª que tenho deixado interinamente, como é de costume, no exercício de meu encargo de Director desta colonia, o medico da mesma o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, a quem V. Ex.ª Digne-Se officiar em tal sentido caso q̄ V. Ex.ª aprovar o meu acto, marcando-lhe uma gratificação que julgar conveniente.

Deos Guarde a V. Ex.ª

Colonia de Santa Izabel em 13 de Julho de 1863.

Exm.º Sr.º

André Augusto de Padua Fleury, Presidente desta Província

Adalbert Jahn

Director geral das colonias desta Província.

12 Nascido em Domingos Martins em 10 de setembro de 1948. Desde 1970, vem pesquisando e publicando informações que tratam do resgate da cultura alemã e pomerana da região de Domingos Martins.

Em 16 de julho 1863. Alm. Exm. Sn.^o 117

Tenho a honra de dar parte a V. Ex.^a q^{ue} no próximo vapor fretado, se V. Ex.^a não ordenar o contrario, seguirei a Corte de Rio de Janeiro, a bem do serviço publico, como é de meu dever de conformidade com o Aviso de 22 de Outubro do anno pr. p. do Ministerio de Agricultura, Commercio e Obras Publicas; e p.^o em tal fin Digne. de V. Ex.^a mandas por a minha disposição uma passagem de re por conta do mesmo Ministerio. De conformidade ainda com aquelle Aviso.

Antes de communicar a V. Ex.^a que tenho decaido interiormente, como é de costume, no exercicio de meu encargo de Director desta colonia, o medico da mesma o Dr. Ernesto Moniz de Andrade e Alencar a quem V. Ex.^a Digne. de officiar em tal sentido caso q^{ue} V. Ex.^a aprovar o meu acto, marcando-me uma gratificação que julgar conveniente.

Deos Guarde a V. Ex.^a

Colonia de Santa Isabel em 13 de Julho de 1863.

Em. Sn.^o

Augusto de Pádua Fleury, Presidente
desta Provincia.

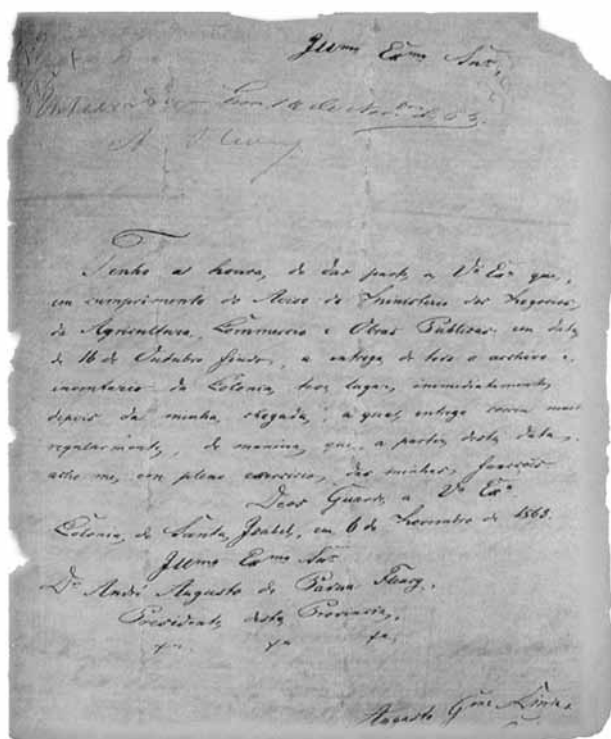
Alberto Jahn

Ofício do Dr. Albert Jahn encaminhado ao Presidente da Província
Sr. Augusto de Pádua Fleury – 13/07/1863.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDO GOVERNADORIA – 383
LIVRO Nº G -27 – P. 117

No fim do ano de 1863, viajou para o Rio Grande do Sul em missão especial. Para substituí-lo foi nomeado o Sr. Augusto Gomes Lindes.

- 4) Augusto Gomes Lindes, também prussiano, foi o último servidor a ocupar a casa, por volta de 6 de dezembro de 1863.



Posse (exercício) do diretor Augusto Gomes Lindes – 06/11/1863. (nomeado em 16/10/1863).

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ilm.º Exmo S.º

Tenho a honra de dar parte a V.ª Ex.ª que, em cumprimento do Aviso do Ministério dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas com data de 16 de Outubro findo, a entrega de todo o archivo e inventario da Colonia, teve lugar immediatamente depois da minha chegada, a qual, entrega correu muito regularmente, de maneira que, a partir desta data acho-me em pleno exercício das minhas funções.

Deos Guarde a V.ª Ex.ª

Colonia de Santa Izabel,
em 6 de Novembro de 1863

Ilm.º Exmo Sr.º

Dr. André Augusto de Padua Fleury
Presidente desta Província

Augusto Gomes Lindes
Director da Colonia

Em 2 de agosto de 1864, também precisou ir à Corte para tratar de uma moléstia dos olhos, sendo substituído durante sua ausência pelo Pastor Protestante Henrique Eger, o segundo empregado em antiguidade. A autorização foi concedida em 28/07/1864.

Ilm.º Ex.º Sr.º

Tendo me dirigido em data, de 12 do mez passado ao Ex.º Sr.º Ministro da Agricultura, Commercio, e Obras Públicas para obter a licença de um mez com vencimento, afim de ir na Corte tratar de uma moléstia nos olhos, e sendo informado particularmente que a licença está concedida, portanto não chegou o Aviso competente, neste vapor, peço a V.ª Ex.ª por isto que se digne, accordar-me uma licença de quinze dias sem vencimento para poder partir com o vapor Juparanã deste mez.

Para susbtituir-me na Direcção da Colonia de Santa Izabel durante a minha aussencia permitto me apresentar o Sr.º Henrique Eger, Pastor protestante, e 2º empregado em antiguidade, não podendo, em minha firme opinião, aquella substituição ser confiada ao 1º empregado, Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, sem grande prejuízo da Colonia.

Deos Guarde a V.ª Ex.ª

Victoria, em 2 de Agosto de 1864

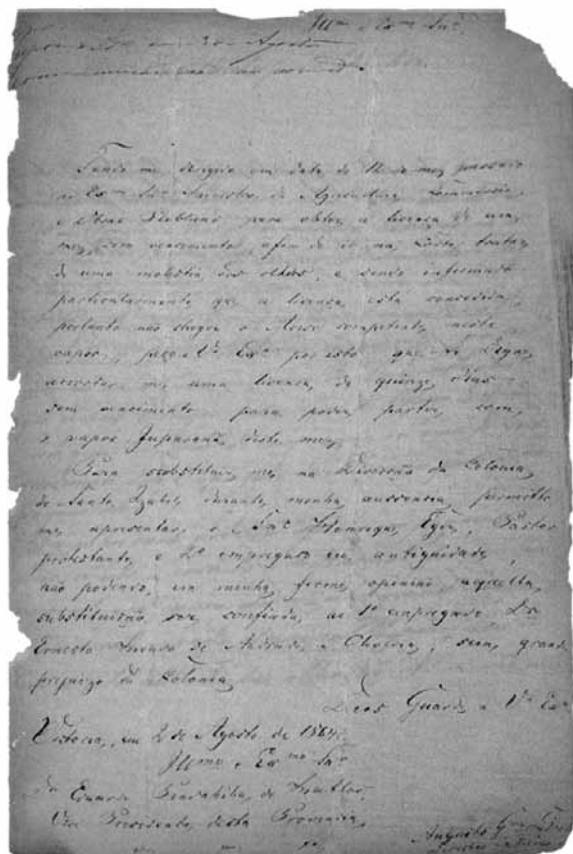
Ilmo. e Ex.º Sr.

Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos

Vice Presidente desta Província

Augusto Gomes Lindes

Director Interino



Offício do Sr. Augusto Gomes Lindes ao Presidente da Província Sr. Eduardo Pindahiba de Mattos – 2/08/1864.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDO GOVERNADORIA – 383 – LIVRO Nº G 27

- 5) a partir de 06/09/1898: O Governo do Estado vendeu a propriedade para Pedro Schwambach e esposa Petronilha Schwambach, que a passaram para seu filho Augusto Schwambach e esposa Catharina Faller.
- 6) 13/08/1936: José Endlich e Catharina Kill Endlich.
- 7) 17/11/1945: Alberto Müller e esposa Anna Helene Müller.
- 8) 21/08/1954: Dalila Pinto Carneiro, que era solteira e casou-se posteriormente com o Sr. Madeira.
- 9) 20/06/1958: Jasson Ribeiro do Prado e Edith Eugênia Vervloeth Gomes Prado.
- 10) 16/11/1964: Barcellos Incorporações, Engenharia e Comércio Ltda.
- 11) 22/12/1965: Harry de Freitas Barcellos
- 12) sem escritura (1981): Isabel e Therezinha Venturini.

OBS.: 1) Frederico Willmer foi o primeiro administrador da Colônia, conforme correspondência endereçada ao mesmo em 13 de abril de 1848, pelo Governo Provincial (Livro 387 – APEES).

2) Segundo o jornal “Correio da Victoria”, de 27 de janeiro de 1849, na sessão expediente, aparece a autorização para pagamento ao senhor Carlos Trarbach da importância de 40\$000 (quarenta mil réis), a título de gratificação, por ter dirigido a colônia de março a junho de 1848.

Aparece também na edição nº 7, na coluna expediente do dia 1º de fevereiro de 1849:

“Ao encarregado da colônia de Santa Isabel Carlos Trarbach, para que informe especificadamente sobre a alteração que na mesma houve durante o anno passado, relativo ao augmento de sua população, e crescimento de sua indústria”.

Na mesma data aparece a solicitação feita ao “missionário Frei Wendelino para informar quantos colonos alemães tem casado, quantos nascidos, e quantos morrido durante o ano passado”.

Além do engenheiro Adalberto, a Colônia possuía um agrimensor com salário mensal de rs. 50\$000 (cinquenta mil réis) - Sr. Rudolf Hermann Hülle (há documentos que aparece com o nome de Hermann Steinkopf), do Sr. Rodolfo Volkart e Gustav Liebmann, que eram os tratadores dos animais, com uma remuneração mensal de rs. 10\$000 (dez mil réis) cada.

Jair Littig informa que:

o governo imperial, reconhecendo a conveniência de melhorar o serviço da direção e inspeção das colônias da província, entre outras atividades, [...] nomeou o engenheiro Adalbert Jahn”. Prossegue ainda a mesma fonte: “Por esta comissão, da qual o nomeado se tornou digno pelos seus honrosos precedentes, percebera elle apenas uma gratificação mensal de 50\$000 rs. Além dos vencimentos que já percebia, e tendo à sua disposição uma passagem de Estado livre, à ré¹³ dos vapores subvencionados, em que tiver de transportar-se no desempenho de suas funções.

Demoner (1983) assegura que “até o ano de 1858 a administração da colônia esteve a cargo de vários funcionários: um diretor, um superintendente, um inspetor, um administrador de regras e um encarregado dos negócios da colônia”.

Afirma também que “desde a sua fundação era assistida por um médico”.

A partir daquela data (1858), “o número de funcionários foi reduzido para um diretor, um administrador de rendas e um médico, a quem competia inspecionar o estado sanitário da colônia e dar assistência à população.”

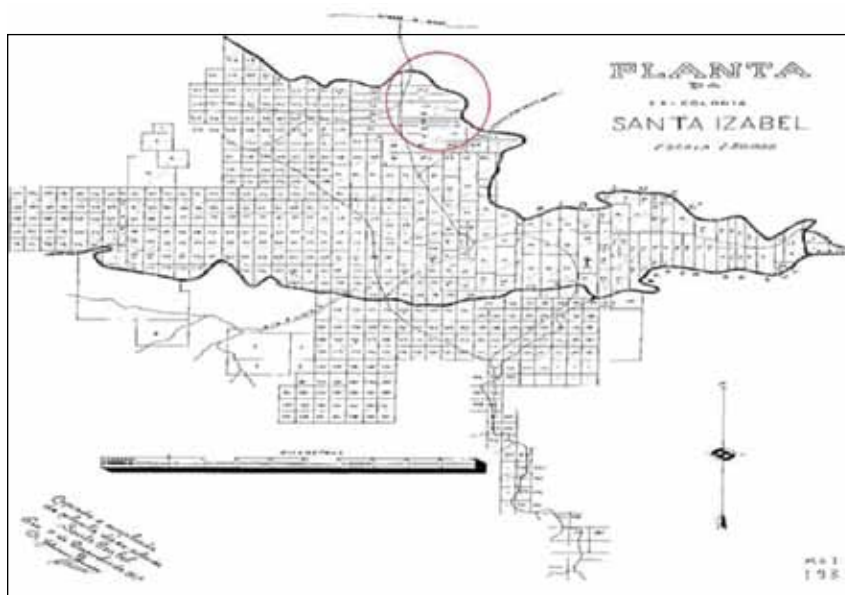
A Colônia mantinha também como seus funcionários “os tractadores” de animais os Srs. Christóvão Werner, que fornecia o milho, e Gustav Liebmann, que era o tratador.

13 Ré. s.f. 1 – A parte traseira de um navio ou veículo. 2 – A parte de trás.

“Pelo artigo 16, da Lei Provincial nº 514, de 28 de outubro de 1848, foi reservada a área de seis léguas quadradas de terras para que fossem demarcados os lotes dos colonos de Santa Isabel.”

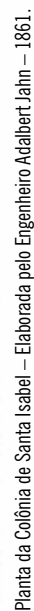
A administração em 1860 achava-se provida do pessoal necessário:

- Diretor: Engenheiro militar Adalbert Jahn
- Médico: Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira
- Capelão católico: Frei Pedro Regalato
- Pastor protestante: Henrique Egger
- Agrimensor: Hermann Steinkopf
- Professores: Frei Pedro Regalato e Henrique Egger



Cópia da Planta Ampliada da Colônia de Santa Isabel – 1º de dezembro de 1915.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – MAPOTECA (193 M G1) (C)



Primeiros Imigrantes Italianos e Conflitos Administrativos

Em 1859, 27 súditos italianos chegaram à Colônia de Santa Isabel, conforme afirma Villaça; Dadalto (2008). Estes italianos concentraram-se nas localidades de Araguaia e Aracê.

A sua chegada se dera por caminhos desconhecidos até então pelos alemães e que foram desbravados a partir de outras direções. Uma turma chegou pelo lado de São Floriano, saindo de Alfredo Chaves, pela região de São Bento de Urânia. Outros chegaram por Pedreiras, outras por trás da Pedra Azul, passando por Castelinho em direção a São Paulinho.

Entretanto, nos arquivos do APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, foram 29 cidadãos italianos que aqui chegaram em 5 de setembro de 1858, no navio Mucury, proveniente da região de Piemonte. Mais tarde, em 11 de dezembro de 1894, mais 20 italianos da região do Vêneto, no navio Laguna, eram incorporados aos primeiros imigrantes.

Esse primeiro grupo de italianos aqui chegados, inserido na Colônia Agrícola de Santa Isabel em 1858, era composto de camponeses em sua maioria, provenientes de um vale montanhoso piemontês, de acordo com Reginato (2004).

Há controvérsias quanto a esta afirmativa, pois que, na data de 11 de setembro de 1858, o Superintenden-

te da Colônia, Sr. Gustavo Bugenstab comunicava ao Vice-Presidente da Província João Francisco de Andrade e Almeida Monjardim que, por ofício de 4 do mesmo mês e ano, eram enviados a Colônia diversos colonos sardenhos.

Ilm.º Exm.º Snr.º

Forão me entregado sete indivíduos Colonos Sardenhos, pela ordenança mandado por V. Ex.ª, também e officio de 04 de Setembro cr.

Não tem mais praso nenhum medido e marcado em essa Colonia, e sou da espera do Engenheiro, para medir os lotes para os ditos Colonos Sard.ºs

Estou certo em que V. Ex.ª me diz no officio, e vou tomar cuidado para dêr lhes todas as necessarias.

Providencias do seu alcance.

Deus Guarde a Vossa Ex.ª

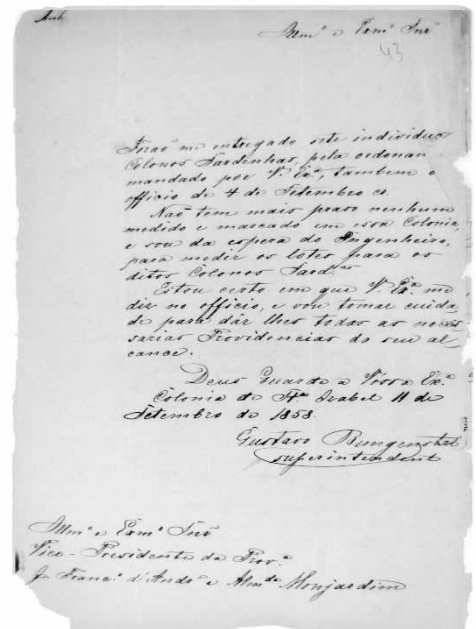
Colonia de Stª Isabel. 11 de Setembro de 1858

*Gustavo Bugenstab
Superintendente*

Im.º e Exm.º Snr.º

Vice-Presidente da Prov.ª

Dr. Franc.º d' Andr.ª e Almida Monjardim.



Correspondência do Sr. Superintendente esclarecendo sobre lotes para os imigrantes sardenhos – 1858.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A controvérsia é que a Sardenha é uma ilha do Mar Mediterrâneo ocidental situada a oeste da Península Ibérica e sul da Córsega, Piemonte fica na região situada no norte da Itália e Vêneto é uma região do nordeste da Itália, cuja capital é Veneza.

Pela correspondência do Superintendente da Colônia datada de 1º de outubro de 1858, é possível identificar 4 colonos sardos, provenientes da família de Jean Barthelemy Reveglia, sua esposa Maria Platte e os filhos Jean e Thomaz

QUADRO Nº 05 – IMIGRANTES ITALIANOS – COLÔNIA DE SANTA ISABEL – 1858 E 1894

SOBRENOME	NOME	NOME 02	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ITÁLIA	NAVIO QUE CHEGARAM AO ES	DATA
Bermond	Jean	Jerome	32	Só	Piemonte	Mucury	05.09.1858
Blanc	Jerome	–	30	Chefe			
Brunel	Anne	Marie	30	Esposa			
Blanc	Jean	Jerome	01	Filho			
		Gaspard					
Boes	Jean	Augustin	23	Só			
Bourlot	Michel	Pascal	39	Chefe			
Breuss	Marie	Therese	32	Esposa			
Bourlot	Anne	Marie Flore	12	Filha			
Bourlot	Marie	Therese Josephin	05	Filha			
Bourlot	Anne	Marie Elizabette	03	Filha			
Bourlot	Joseph	Michel	10	Filho			
Bourlot	Jean	–	07	Filho			
Bruss	Maria	Martin	53	Só			
Challiol	Jean	Barthele-my	27	Só			
Coutandin	Thomaz	–	33	Só			
Diacomo	Antoine	–	28	Só			
Reviglio	Jean	Barthele-my	32	Chefe			
Platt	Maria	–	21	Esposa			
Reviglio	Jean	–	04	Filho			
Reviglio	Thomaz	–	02	Filho			
Ribet	Jean	Thomaz	35	Chefe			
Charbonnier	Marianne	Eléonore	32	Esposa			
Ribet	Marguerite	–	11	Filha			
Ribet	Madalaine	–	03	Filha			
Ribet	Catherine	–	03	Filha			
Ribet	Mathieu	Henri	02	Filho			
Saleng	Pierre	–	51	Chefe			
Saleng	Jean	Jacques	24	Filho			
Terzoli	Thomaz	–	29	Só			

SOBRENOME	NOME	NOME 02	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ITÁLIA	NAVIO QUE CHEGARAM AO ES	DATA
Battistella	Domenico	–	38	Chefe	Vêneto	Laguna	11.12.1894
Borgo	Teresa	–	36	Esposa			
Battistella	Maria	–	10	Filha			
Battistella	Emma	–	06	Filha			
Battistella	Anna	–	03	Filha			
Battistella	Amália	–	0	Filha			
Battistella	Albino	Benedetto	16	Filho			
Battistella	Pietro	–	11	Filho			
Battistella	Giovanni	Santo	08	Filho			
Guaggiotto	Isidoro	–	21	Chefe			
Sartor	Elisabetta	–	28	Esposa			
Guaggiotto	Giulio	–	07	Filho			
Guaggiotto	Cirillo	–	02	Filho			
Guaggiotto	Guinto	–	0	Filho			
Pellanda	Giuseppe	Sante	29	Chefe			
Zuccon	Pietro	–	14	Cunhado			
Zuccon	Virginia	–	25	Esposa			
Pellanda	Luigia	Marie	02	Filha			
Pellanda	Amalia	–	0	Filha			
Pellanda	Pietro	–	03	Filho			

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Ainda em 1858, aparece o primeiro caso com imigrantes: ocorreu com o colono alemão Behrend Ludwig (Luiz) que inicialmente foi localizado na Colônia de Santa Leopoldina em 21 de junho do mesmo ano, juntamente com os seus familiares Dorothea Högert (esposa) e os filhos Carl, Minna, Dorothea e Louise que solicitou a sua transferência para a Colônia de Santa Isabel.

Por essa época já havia ocorrido conflitos de autoridade entre o Engenheiro e o Superintendente da Colônia, respectivamente os Srs. Pedro Cláudio Soído¹⁴ e Gustavo Bugenstab, na questão da definição da ocupação dos prazos¹⁵.

14 Em 1864, o engenheiro Soído foi contratado para concluir as obras da matriz da capital (Vitória), e pouco tempo depois rescindiu o contrato com o governo. Em sua homenagem, foi dado o nome de Soído a localidade existente próximo a Domingos Martins. Foi responsável também pela manutenção da Estrada de São Pedro de Alcântara.

15 Prazos, s.m. [...] 5. Terra ou propriedade constituída com anfeiteuse, aforamento. [...]

Outro conflito gerado pelo Superintendente, na mesma época, foi com relação ao encaminhamento do cidadão sardo Barthelemy à Província para tratamento de saúde. Ele acabou falecendo a caminho, quando se hospedara na casa do Alemão (Viana). Acredita-se que essas divergências tenham sido o principal motivo da exoneração do cargo, do Sr. Gustavo Bugenstab, fato ocorrido em 4 de outubro de 1858.

Grosselli (2009) citado anteriormente afirma que a partir da emancipação da Colônia, “o Estado aboliu qualquer tipo de ajuda aos colonos, tanto com relação à concessão de trabalhos, quanto ao pagamento do pessoal empregado na colônia”.

Se há 20 anos, quando os problemas eram de toda ordem, agora mais uma vez, com a emancipação, a colônia se sentiu no abandono, pois não existiam estradas para se comunicarem e exportarem as suas produções, os caminhos assemelhando-se mais a trilhas “que, devido as chuvas e outros problemas, durante alguns períodos do ano eram intransitáveis”.

Em 1860, a população da Colônia compunha-se de 662 pessoas, divididas por origem, conforme relatório de prestação de contas de Antônio Alves de Souza Carvalho (25/05/1860 a 20/12/1861):

■	Alemães (prussianos)	447
■	Brasileiros (filhos de colonos)	185
■	Suíços	8
■	Sardos	20
■	Franceses	2
■	Total.....	662

Regularização dos Prazos – Lotes de Terras

Ainda por volta de 1860, 589 processos de repartição de terras públicas já estavam matriculados na Repartição Especial de Terras Públicas. O engenheiro responsável pela medição de terras devolutas por parte do governo imperial era o Capitão Pedro Cláudio Soído, que “acabara de aportar 100 prazos com casas provisórias para os colonos que viessem. O Diretor da Colônia já prepara 70, deixando de fazer 35 casas provisórias [...]”

Em 30 de maio de 1860 apareceu a primeira questão sobre a propriedade dos prazos, entre os colonos Christóvão Werner e Firmino d’ Almeida e Silva, com parecer do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, que examinara a questão no próprio lugar e assim se manifestara:

[...] Na época em que tomei conta da Administração desta colônia no dia, 31 de Dezembro de 1858, não achei nem qualquer escripturação pendente a colônia, nem qualquer mappa ou memorial das medições do território della, o que resulta q̄ quanto ao primeiro ponto me vi obrigado a procurar-me informações por tradição, e do segundo de me fazer um mappa por próprias verificações.

Nesta época já achei o colono Werner¹⁶ estabelecido naquelle prazo de que se diz proprietário o Firmino d’ Almeida e Silva, e quanto a inusitada questão entre elles colhi as seguintes noticias, que pelos inclusos autos não são desmentidos.

O colono Mathias Marx¹⁷ era o primeiro proprietário deste prazo, medido pelo Dr. Mello, a pedido da Presidencia da Prov.^a a licença de poder vender a Firmino suas plantações por ser o mesmo colono removido para o prazo, hoje nº 21 e em outro tempo destinado a estabelecimento duma povoação. O Mathias Marx, autorizado por des-

16 Christovan Werner chegou à Colônia em 10 de outubro de 1855, aos 41 (quarenta e hum) anos, acompanhado de sua esposa Friederick Werner e dos filhos Emil, Gustav, Catharina e Richard.

17 Mathias Marx II, chegou à Colônia com 37 (trinta e sete) anos de idade, no dia 21 de dezembro de 1846, proveniente da Renânia (Alemanha), vindo com seus familiares Anna Marie Ludwig (esposa) e Mathias Johann, Mathias Joseph e Louise, filhos, chegados no navio Eolo.

pacho da Presidencia de 11 de Novembro de 1852, vendeo à Firmino as benfeitorias e tomo posse do prazo nº 21.



Praço e Habitação do Colono Christovan Werner e Família na Colônia de Santa Isabel - 1855.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – JOHANN JACOB VON TSCHUDI

Sendo o Firmino assim proprietário das benfeitorias, requereu elle da Presidencia a medição e demarcação do prazo pelo engenheiro Sepulveda, indicando o mesmo Firmino no requert.º os limites ou rumos, como consta a publica forma do requert.º do dia 26 de Agosto de 1853. A Presidencia por despacho de 1 de Setembro de 1853 concedeo a medição na forma da informação do Engenheiro.

Finalmente, como consta a publica forma do 20 de Abril de 1860, vendeo o Firmino a Christovão Werner as benfeitorias pela quantia de 1:600,000 rs. e deo baixa ao cidadão

condições no contracto da mesma data. Não havendo o Christóvão Werner satisfeito as condições do contracto parece o Firmino ser no seu direito de requerer expropriação do dito Werner.

Mas a questão nem é tão clara, nem favoravel a Firmino como ella se apresenta pelos motivos seguintes e pelos quais o Christovão Werner parou com os pagamentos estipulados.

- 1 – O Firmino não pagou a Christ. Werner no dia 31 de Agosto de 1860, o papel da effectiva venda das benfeitorias, o que diz o contracto de 20 de Abril do mesmo anno, nem lhe provou por Documentos $\bar{q}$ o Firmino era legitimo proprietario do terreno medido pelo Engenheiro Sepulveda, e incluido na somma de 1:600 \$ 000.

O contrato não falla da venda do terreno, mas assim se comprehende facilmente porque nenhum lavrador compraria benfeitorias sem qualquer terreno e, por isso já se pode suppor $\bar{q}$ o Firmino vendeo a Werner também o terreno me-

dido pelo mencionado Engenheiro. Além disso me lembro muito bem, $\bar{q}$ algum dia na cidade de Victoria o Firmino na minha presença declarou $\bar{q}$ queria vir na colônia mostrar a Werner os limites exactos, limites já concedidos ao mesmo Firmino pelo colono Nicolao Mildenberger, marido em segundas nupcias da viúva Elisabeth, cujo prazo era também medido e demarcado pelo Sr. Mello.

O Engenheiro Sepulveda, não respeitou na medição do prazo a “marca” do terreno da viúva, o que já no meu tempo de administração deu motivo a disputas entre Mildenberger e Werner.

- 2 – O Christovão Werner contesta contra a legitima possessão do Firmino, por motivos $\bar{q}$ um empregado publico (e um tal era o professor de 1.^{as} letras) não tem direito a um prazo.

Pela Lei nº 14, Decreto nº 629, de 15 de novembro de 1869, foi aprovada a aposentadoria do Sr. Firmino d’ Almeida e Silva, como professor de primeiras letras da cadeira de primeira classe da Vila do Espírito Santo, com o ordenado anual de quinhentos mil réis (Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo – ES. 342.06/E 77 LL/1869/Ex.2).

Não conhecendo o Christovão Werner a informação do Engenheiro Sepulveda, o mesmo colono não acha superfluo de mencionar $\bar{q}$ o dito engenheiro era cumpadre e amigo do Firmino.

Eu estou obrigado a declarar $\bar{q}$ o procedimento, pelo que foi concedido a Firmino a medição do terreno em questão era illegal e da mesma forma acho illegal a possessão do terreno medido pelo Engenheiro Sepulveda. Seja a informação que for e que deu o mesmo Engenheiro, elle na medição não respeitou as marcas da viúva, que erão por ordem da Presidencia postas pelo Dr. Mello e Carvalho, o que o mesmo Snr. me documentou. Novamente também o juiz communitario na medição de terras vizinhas não respeitou aquelles limites que erão feitos pelo Engenheiro Sepulveda por não serem elles legaes. Assim pedes o Christovão Werner pelo menos um pedaço de 7000 braças quant.^{as}.

Quanto a possessão do terreno, pretendido pelo Firmino, julgo $\bar{q}$ elle não tem direito nenhum nem como particular, nem como empregado publico e ainda menos pelo motivo $\bar{q}$ todos os colonos são obrigados a pagar as suas terras, mesmo aquelles antigos colonos a que erão promettidas terras de graça.

Contemplando os factos que se derão neste negocio entre Firmino e Werner, julgo $\bar{q}$ ambas as partidas contrahentes faltarão as condições do contracto estipulado, pelo que acha fora dos limites das leis de expropriação "sem cerimônia" o Christovão Werner, o qual durante a sua residencia no questionado terreno construiu uma grande casa de morada, no valor de 1:500\$000 rs. e augmentou as plantações que, é verdade, de grande parte forão extragadas por formigas.

Teve $\bar{q}$ o Snº Firmino vender a Werner o terreno medido pelo engenheiro Sepulveda me parece incontestavel, não só pelos motivos explicados, como também pelo facto $\bar{q}$ o preço de 1:600\$000 só seria um pouco elevado, se nesta quantia não fosse incluído o valor do terreno - tanto mais acho o preço elevado quanto a casa de Firmino era antigo barracão e feito a custa dos antigos colonos, como consta das cadernetas remetidas a esta Directoria pela Thesouraria da Fazenda.

Não tendo tido o Christovão Werner garantia bastante na possessão de seu sitio, elle, segundo a minha opinião, quasi não pode fazer de outro modo $\bar{q}$ parar com os pagamentos.

Quanto finalmente ao pagamento dos 400\$000 rs. a conta de 1:600\$000, o Christovão Werner declara inexato; porque segundo os recibos não mais elle pagou 400\$000 rs. a Firmino mesmo e 100\$000 rs ao procurador delle, o Snr.º P. Anº Vianna.

Deus Guarde à V. Ex.^a

Colonia de Santa Izabel em 30 de Maio de 1860

Adalbert Jahn

Director da Colônia¹⁸.

18 Parecer do Diretor da Colônia ao Presidente da Província.

A Colônia prosperou muito menos do que se esperava. Após 11 anos de instalada, sem possibilidades de desenvolvimento, não atingindo os fins para a qual se destinara acabou virando um vilarejo. Por essa ocasião, a Colônia não possuía escravos ou seja, 100% eram pessoas livres.

A Diretoria da Colônia pagava o aluguel do imóvel em Viana para os recém-chegados no valor de RS:5\$000 (cinco mil réis), de propriedade do Sr. Joaquim Carlos de O. Guimarães e de outra no valor de rs:40\$000 (quarenta mil réis) de propriedade de Antonio T. dos Passos Loureiro.

Face ao tempo em que já se achava instalada, poderia se ter alcançado prosperidade maior, o que foi dificultado por alguns empecilhos:

- não ter desde o início de sua criação um diretor que pudesse lhe dar impulso, o que só ocorreu a partir de 22/08/1858, com a nomeação do prussiano Dr. Adalbert Jahn;
- terem os primeiros colonos vindo estabelecer-se na Colônia quase às suas custas, uma vez que foram diminutos os favores ou proteção que receberam do Governo Imperial;
- mesmo assim, tendo os primeiros colonizadores se instalado em sofríveis circunstâncias, já apresentavam àquela ocasião, boas plantações, criações de animais e a maioria já residindo em casas de pedra e cal.

Os primeiros edifícios da Colônia foram construídos à custa dos cofres do governo imperial: a capela católica, vasta e bem edificada; a casa da administração colonial; e várias habitações que serviriam para residência dos colonos recém chegados.

O primeiro conflito de invasão de prazos que se conheceu durante as pesquisas, se deu em janeiro de 1863, quando Pedro Simon¹⁹ e filhos, proprietários desde 1858, de terras que haviam sido medidas pelo Capitão Engenheiro Américo Monteiro de Barros. Ao fiscalizarem as suas terras, foram surpreendidos por novas picadas dentro de suas divisas, que

19 Peter Simon chegou à Santa Isabel em 13/08/1857, aos 85 anos, juntamente com a esposa Anna Maria e 5 filhos, Catharina, Joahnn, Petter, Franze e Henrick. Eram originários da Bélgica.

atravessavam dois rumos, cortando duas marcas e um caminho de transportes feito pelos braços e às custas dos familiares de Pedro Simon. Exatamente as terras propícias ao plantio de café, pois o restante do prazo era em terrenos altos e fracos. Estava feito o protesto contra este prejuízo e não aceitação, sob nenhuma condição, de perder uma única árvore dentro de suas demarcações. O assunto foi resolvido pelo Diretor da Colônia.

Por esta época, 1860, os operários empregados no serviço de medição e demarcação de novos prazos eram Guilherme Velten, André Victorino, Hermano Steinkopf, Johann Frederico Preuss, Adam Bardes, Ferdinando Lange, José Pinto, Carlos Binner e Hermans Hueller.

Em 25 de fevereiro de 1860, o Diretor da Colônia, autorizava, de conformidade com os contratos assinados com os colonos, a derrubada de seus prazos, recebendo pela indenização dos trabalhos a quantia de 130\$000 rs. Entre eles: João Endlich, Gaspar Huber, João José Bubach, Ludovico Klein, Faco Littig, Wendel Klippel, Samuel Mees, João Schwambach, Frederico Fischer, João Klippel, Henrico Wertens e João Erlacher.

Outros Imigrantes Europeus – 1857 a 1890

Buscando mais uma vez o auxílio do APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, constatamos o registro oficial de entradas de novos imigrantes, agora Belgos, nos anos de 1857, 1858, 1890:

■ Em 13/08/1857.....	7 imigrantes
■ Em /10/1858.....	4 imigrantes
■ Em 17/01/1890.....	8 imigrantes
■ Total.....	19 imigrantes

Constituíam-se de 6 famílias (chefe e só), tendo aportado no Espírito Santo, no navio Araruama 8 imigrantes e outros 11 sem identificação do transporte.

QUADRO Nº 06 – IMIGRANTES BELGOS – COLÔNIA DE SANTA ISABEL – 1857 A 1890

SOBRENOME	NOME	NOME 02	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA BÉLGICA	NAVIO QUE CHEGARAM AO E.S.	DATA
1857							
Simon	Peter	–	85	Chefe	–	–	13/08/1857
	Annna	Maria	–	Esposa			
	Catharina	–	–	Filha			
	Johann	–	–	Filho			
	Petter	–	–	Filho			
	Franz	–	39	Filho			
	Heinrich	–	–	Filho			
1858							
Bellart	Jean	Baptiste	–	Só	–	–	1858
Illiens	Henry	Arthur D’		Só			10/1858
Linhard	Jean	–	–	Só			10/1858
1890							
Weyn	Carneille	Joseph	49	Chefe	–	Araruama	17/01/1890
	Elizabeth	–	42	Esposa			
	Marie	Maddalena	24	Filha			
	Anne	Marie	14	Filha			
	Carlote	–	12	Filha			
	Augusto	–	16	Filho			
	Pierre	Joseph	15	Filho			
	François	Joseph	10	Filho			
	Cornelle	–	–	Só			

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Entre 1859 e 1861, imigraram para a colônia 6 austríacos, constituído de 2 famílias.

QUADRO Nº 07 – IMIGRANTES AUSTRIÁCOS – COLÔNIA SANTA ISABEL – 1859 A 1861

SOBRENOME	NOME	NOME 02	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO DA ÁUSTRIA	NAVIO QUE CHEGARAM AO E.S	DATA
1859							
Erlarcher	Johann	Nepomuk	28	Chefe	Tyrol	–	19/10/1859
Teinlechne	Agnes	–	29	Esposa			
1861							
Kobler Kohler	Mathias	–	40	Chefe	–	–	12/01/1861
Plater	Marie		40	Esposa			
Kobler Kohle	Anne		06	Filha			
Kobler Kohle	Mathias		09	Filho			

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Nos anos de 1857, 1858 e 1861, a colônia recebeu 5 franceses e 1 holandês:

- Em 04/05/1857..... 2 franceses
- Em 1858 3 franceses
- Em 22/04/1861..... 1 holandês

QUADRO Nº 08 – IMIGRANTES FRANCESES E HOLANDÊS – COLÔNIA SANTA ISABEL – 1857-1861

SOBRENOME	NOME	NOME 02	IDADE	PARENTESCO	REGIÃO	NAVIO QUE CHEGARAM AO E.S.	DATA
1857							
Lebreton	Florentin	–	–	Chefe	França	–	04/05/1857
	Margaretha			Esposa			14/05/1857
1858							
Morel	Francisco	Paul	–	Chefe	França	–	1858
Morel	Criado						
Morel	–	–		–			
1861							
Buchl	Carls	–	–	Só	Holanda	São Matheus	22/04/1861

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Somente em 1855, 9 anos portanto da data do início da imigração dos alemães, é que a Colônia receberia mais 9 ‘germânicos’. Posteriormente, 1 em 1856, 18 em 1857 e 49 em 1858.

Novas levas de imigrantes, alemães representativas em termos de quantidade, ocorreram em 1859 e 1860, respectivamente, com 156 e 107. Pelo documento nº5, de 31 de março de 1860, encontrou-se a relação nominal e recibos ‘daquelles’ novos colonos, que teriam de efetuar os pagamentos das ferramentas recebidas para utilização na lavoura:

QUADRO Nº 09 – IMIGRANTES ALEMÃES – ADIANTAMENTO DE FERRAMENTAS – 1859-1860

NOMES	NÚMERO DE FAMILIARES	DATA DA CHEGADA	FERRAMENTAS			TOTAL RÉIS
			Machado	Enxadas	Foices	
SPRINGER, Friedrich August	06	06/01/1860	01	01	01	6,000
LERCH, Joseph	03	06/01/1860	01	01	01	4,000
RUPF, Hermann	04	06/01/1860	01	02	01	9,760
NAUMANN, Carl	01	/01/1860	01	–	–	2,200
SHADE, August	04	06/01/1860	02	02	02	12,100
WALTHER, Oscar	03	06/01/1860	01	01	01	6,000
BINNER, Carl	06	06/01/1860	01	01	01	6,000
MARTIN, Heinrich Adolph	04	06/01/1860	01	01	01	6,000
ERLACHER, Johann Nepomuk ⁽²⁰⁾	02	19/10/1859	02	02	02	10,000
MOEBIUS, Christovam Christian	04	06/01/1860	01	01	01	6,000
TOTAIS	37	–	12	12	11	68,060

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - 2010

Esse grupo fez parte de uma leva de 107 novos imigrantes que chegaram à Colônia nas datas de 19/10/1859, 06/01/1860, 08/01/1860, 08/10/1860, 27/10/1860, 29/10/1860, 26/11/1860 e aproximadamente 1860. Deste total, 37 constam do quadro anterior, 34%, representando 10 famílias (chefe e só).

A bagagem dos novos colonos mandados para a Colônia no mês de janeiro de 1860, do Porto de Viana, foi transportada pelos imigrantes já instalados, cujos valores recebidos por tal serviço são os constantes do quadro a seguir:

QUADRO Nº 10 – IMIGRANTES PARA A COLÔNIA DE SANTA ISABEL – TRANSPORTE DE COLONOS – 1860

NOMES	CURSOS À		TOTAL RS
	3\$000rs	6\$000 rs	
1. SCHNEIDER, Miguel	6.	9.	72\$000
2. SCHNEIDER, Mathias	2.	6.	42\$000
3. PAGUNG, João	2.	4.	30\$000
4. WERNER, Christovan	11.	2.	45\$000
5. BAUTZ, Eurico	5.	–	15\$000
6. TRARBACH, Michel	5.	–	15\$000
7. STEIN, Pitter	1.	2.	15\$000
8. WEYAND, Nicolau	–	9.	54\$000

20 Trata-se de um imigrante austríaco da região do Tyrol, que aqui chegou com 28 anos, acompanhado da esposa Agnes Teinlechner.

NOMES	CURSOS À		TOTAL RS
	3\$000rs	6\$000 rs	
9. SCHLENZ, Gottlieb	–	1.	6\$000
10. GERHARDT, Jacó	17.	5.	81\$000
11. HAND, Adam	4.	–	12\$000
12. MARX, Henrico	1.	–	3\$000
13. VELTEN, Peter	–	4.	24\$000
14. TOTAIS	54.	42.	414\$000

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Em 15 de março de 1860, era pago novamente ao Sr. Christovan Werner, a importância de rs: 48\$000 (quarenta e oito mil réis), proveniente da gratificação que lhe era devida, a razão de 2\$000 rs por dia pelo espaço de 24 dias, como encarregado da inspeção dos novos colonos e do transporte da bagagem deles de Viana para a Colônia.

Em 10 de junho de 1859, novos alemães chegavam à Colônia, provavelmente tendo se instalados nos barracões construídos para abrigá-los enquanto não se construía as suas casas específicas. Foram 10 famílias da região do Hesse, vindas no navio A. Borsig, num total de 18 pessoas, sendo a maioria solteiros.

Um ano após sua chegada, em 30 de junho de 1860, foi autorizado aos colonos, pelo Diretor da Repartição Especial das Terras Públicas, que fizessem suas casas provisórias, nos seus respectivos prazos, de acordo com recibos daquelas famílias.

QUADRO Nº 11 – IMPORTÂNCIAS CONCEDIDAS AOS COLONOS IMIGRANTES PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS – 1859

NOMES	NÚMERO DE FAMILIARES	DATA DA CHEGADA	VALOR DAS CASAS PROVISÓRIAS
BARDES, Adam	07	10/06/1859	25,000
EBELING, Johan	03	10/06/1859	25,000
EWALD, Mathias	01	10/06/1859	25,000
GROZSKOPF, Friedrich	01	10/06/1859	25,000
KIEFER, Adam	01	10/06/1859	25,000
KNÜETTQ, Gabriel	01	10/06/1859	25,000
KOPP, Margareta	01	10/06/1859	25,000
KREHBIEL, Christian	01	10/06/1859	25,000
SCHMIEDIER, Martha	01	10/06/1859	25,000
WALTER, Jacob	01	10/06/1859	25,000
TOTAL	18	–	Rs:250,000

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Contrato Modelo para Imigrantes Europeus

O contrato-modelo de expedição que entre si fizeram o Governo Imperial e a Casa Comercial Steinmann e C em – 19/10/1861, para vinda de novos colonos, constou das seguintes cláusulas:

“Contracto celebrado entre o Governo Imperial e a casa commercial de Steinmann e C, de Antuerpia, tendo por fim a expedição de emigrantes para o Imperio,

O Dr. Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, director da directoria das terras publicas e colonisação da secretaria de estado dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas, por parte do Governo Imperial, e H. Ludwig, por parte da casa commercial de Steinmann & C, de Antuerpia, competentemente autorizado, contractarão o seguinte:

I.

O Governo Imperial autorisa a casa Steinmann & C., da cidade de Antuerpia, a expedir para o Brazil, por espaço de um anno, o numero de 2.000 emigrantes agricolas, mediante as seguintes clausulas ou condições:

II.

As expedições se farão por famílias, e serão reguladas de modo que não comprehendão no espaço de um mes mais de 200 emigrantes.

III.

Entender-se-ha por familias de emigrantes as legitimamente constituídas, comprehendendo, além do marido e mulher, os ascendentes, sobrinhos, irmãos e cunhados de um e outro sexo, que estejam sob a protecção do chefe da familia.

IV.

Não serão admittidas nas expedições que se fizerem por conta do presente contracto as familias que não apresentarem certificado de boa conducta, e de que estão acostumadas aos trabalhos do campo e da agricultura.

V.

O transporte dos emigrantes não deverá ser feito senão em navios apropriados para este fim, e expedidos de conformidade com as leis ou regulamentos em vigor nos portos de onde sahirem, ou nos do Imperio.

VI.

As expedições dos emigrantes de que trata o presente contracto serão directamente destinadas ao porto do Rio de Janeiro, e para nenhum outro ponto do Imperio se dirigirão sem aviso expresso do Governo Imperial.

VII.

Quando, porém, uma ou mais expedições tiverem de ser feitas directamente para algum outro porto do imperio, e em conformidade de ordem expressa do Governo Imperial, pagará este a Steinmann & C. a differença do preço da passagem que existir para mais do Rio de Janeiro até o porto designado, sendo o dito preço regulado segundo a tabella mais favoravel aos cofres publicos.

VIII.

Os capitães dos navios se obrigarão perante a casa Steinmann & C, de Antuerpia, a conservarem e sustentarem a bordo por 24 horas, depois de sua chegada no Rio de Janeiro, os emigrantes que transportarem, se antes desse tempo não tiverem tomado um destino qualquer.

IX.

Os emigrantes importados por Steinmann & C. em virtude deste contracto serão considerados espontaneos, e sem obrigação alguma de divida para com o Governo Imperial.

X.

Os mesmos emigrantes, portanto, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, ficarão perfeitamente livres de segnirem qualquer destino, e de se estabelecerem, como lhes aprouver, á sua propria custa, e sem o menor embaraço da parte do Governo Imperial, e também sem direito de exigirem deste subvenções, auxilios pecuniarios, ou algum dos favores abaixo declarados.

XI.

Aquelles, porém, que dentro das 24 horas de que faz menção a condição 8ª declararem a bordo dos navios que os tiveram transportado que desejão ir para qualquer das colonias do Governo, comprando terras para se estabelecerem como pequenos proprietarios, gozarão dos seguintes favores:

§ 1º Serão recolhidos á hospedaria da ilha do Bom Jesus, e ahi gratuitamente sustentados e tratados em suas enfermidades e a custa do Governo, até que possão seguir para a provincia e colonia que tiverem escolhido para seu estabelecimento.

Os que não quizerem ir para as colonias poderão ser recolhidos á hospedaria, e se o desejarem; mas pagarão as despesas que fizerem.

As colonias do Governo, que são postas á disposição dos emigrantes de que trata esta condição, são as estabelecidas nas provincias do Espirito-Santo, Minas-Geraes, Santa Catharina e Paraná.

§ 2º Serão transportados com suas bagagens, e tambem gratuitamente, para qualquer das ditas colonias, e este transporte se fara com a menor demora possivel.

§3º Depois da sua chegada ao Rio de Janeiro, e enquanto permanecerem a bordo na hospedaria da ilha do Bom Jesus a espera do vapor que os leve a seu destino ulterior, poderão communicar livremente com os agentes diplomaticos e consulares de suas nações, ou com quaesquer outras pessoas.

A Associação Central de Colonisação lhes facultará os meios que tiver para se transportarem da ilha á cidade e vice-versa, nos dias para esse fim marcados.

Fora daquelles dias, e em outras horas que não sejam designadas para esse serviço, poderão vir á cidade a sua custa quando e como quizerem.

§4º Na colonia a que se destinarem serão recebidos e alojados provisoriamente, até se installarem em seus respectivos lotes de terras.

§ 5º Receberão, a titulo de venda, um lote de terras de 125.000 braças quadradas, ou de metade desta área, conforme preferirem, á razão de trez réis a braça quadrada a prazo de seis annos, e sendo o seu preço pago em quatro prestações iguaes a contar do segundo anno do seu estabelecimento.

Os filhos maiores de 18 annos terão direito a lotes iguaes, e com as mesmas condições se os chefes das familias a que pertencerem assim o requererem.

§6º Os lotes de terras serão entregues medidos demarcados, e com uma casa provisoria de dimensões sufficientes para uma família, e com uma derrubada de 1.000 braças quadradas.

§7º Receberao por adiantamento os instrumentos agricolas mais necessarios, e as sementes para as suas primeiras plantações, bem como, se não tiverem meios de subsistencia, o sustento por seis mezes, quando não haja na colonia trabalhos publicos ou particulares, em que se possão empregar afim de proverem ás necessidades da vida.

Fica expressamente declarado que os adiantamentos de diarias ou alimentos cessarão de todo, findos os seis mezes, ou antes mesmo desse tempo, logo que os emigrantes tiverem os meios precisos para dispensarem um tal auxilio, ou não se empregarem no cultivo das terras que lhes fôrem distribuidas.

XII.

Os colonos poderão ser naturalizados no fim de dous annos, e serão isentos do serviço militar, menos do da guarda nacional dentro do municipio, nos termos do art. 17 da lei de 18 de Setembro de 1850.

XIII.

Steinmann & C. farão bem comprehender aos emigrantes todas as vantagens que lhes são concedidas pelo Governo Imperial, fornecendo-lhes uma copia das condições respectivas com expressa declaração de que não terão elles direito a reclamar outros favores que não sejam os especificados no presente contracto.

XIV.

Fica expressamente prohibido a Steinmann & C. fazer quaesquer promessas de favores alem dos indicados neste contracto, ou descripções enganadoras do paiz com o fim de aliciar emigrantes ; incorrendo por isso na multa de 20\$ por cada emigrante a quem fôrem feitas taes promessas e descripções.

XV.

Steinmann & C. farão aviso previo dos navios que estiverem a partir com as expedições, e remetterão as listas concernentes aos emigrantes de que cada uma dellas se compuzer,

devendo taes listas conter a declaração do numero, nomes e pronomes, idades e lugares do nascimento, e a naturalidade dos emigrantes.

XVI.

Pela mesma occasião, ou pelos capitães que transportarem os emigrantes, tambem declararão Steinmann & C., sempre que for possivel, qual o destino que desejarem aquelles tomar.

XVII.

A casa Steinmann & C. receberá do Governo Imperial a commissão de 50 francos por individuo maior de 2 annos e menor de 50 annos até o numero declarado na condição 1ª.

XVIII.

As quantias respectivas serão pagas na legação²¹ brasileira em Londres, em favor da qual se abrira o competente credito, afim de que a casa Steinmann & C. receba a importancia correspondente a cada expedição, á vista de um certificado do consul brasileiro no porto de embarque, que indique o numero dos emigrantes expedidos conforme as idades acima declaradas.

XIX.

O consul, antes de dar o certificado, examinará se estão cumpridas as condições deste contracto, principalmente as que se referem a profissões agricolas dos emigrantes, e a promessas e esperanças illusorias ; e se alguma dellas houver sido infringidas, o colono a que se refere um tal procedimento tera a liberdade de desembarcar, e no certificado se descontará o importe da multa de que trata a condição 13.

XX.

Os navios que transportarem emigrantes em virtude deste contracto gozarão de todos os favores, isenções e facilidades que as leis em vigor têm garantido a bem da emigração para o Imperio, inclusive o desembarque livre de direitos dos objectos que constituirem propriamente as bagagens dos mesmos emigrantes, assim como os sobresalentes dos viveres destinados á viagem.

21 Legação. S.f. Ato de legar; representação diplomática, de categoria inferior a embaixada; o pessoal que compõe essa representação; a sede de uma legação.

XXI.

O Governo Imperial não concederá a qualquer outra empresa de introdução de imigrantes vantagens maiores do que as consignadas neste contracto, e em caso contrario será posta no mesmo pé de igualdade a casa de Steinmann & C, ou terá esta o direito de rescindir o presente contracto.

Não se deve entender como vantagens ás empresas expedidoras de colonos a commissão de fazer transportar certos e determinados individuos, a quem o Governo quizer dar passagem gratuita ou parte do importe della.

XXII.

Esta mesma casa commercial fica responsavel pela infracção das condições deste contracto, e sujeita á multa de 4:000\$. cuja importancia será descontada das sommas que houver de receber pela introdução dos emigrantes.

XXIII.

Os contractantes renuncião todos os casos fortuitos e extraordinarios, solitos²² e insolitos²³, cogitados e não cogitados, e em todos, e em cada um delles ficão sempre obrigados, sem delles se poderem valer, nem os poderão allegar em tempo algum, e para qualquer effeito que seja, e ao mesmo tempo renuncião qualquer direito a indemnisação sob qualquer pretexto ou titulo que seja.

E para firmeza do presente contracto mandou o referido director lavrar este termo, que assigna com H. Ludwig e duas testemunhas.—Directoria das Terras Publicas e Colonisação, em 19 de Outubro de 1861.—*Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja*.—*Hermann Ludwig, pour la maison Steinmann & C, à Anvers*.—*Como testemunhas: Camillo Liberalli, Carlos Eugenio de Ferreira Contreiras Nabuco de Araujo*.—*Conforme, Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja*.”

22 Solito(s). adj. (bras. do sul/Sozinho).

23 Insólito(s). adj. Não habitual; extraordinário; incrível; desusado.

Expansão da Colônia

O Diretor da Colônia em 20 de fevereiro de 1863 encaminhava uma carta ao Sr. Presidente da Província, em que os colonos Gustavo e Julius Bungenstab²⁴ solicitavam autorização para se estabelecerem nos seus prazos e no centro da Colônia, com um engenho para moer milho e pilar café, além de um auxílio financeiro para sua execução.

A ajuda seria em forma de adiantamento para realização da obras de infraestrutura, no valor de cem mil réis, até a decisão do Governo Imperial. Essas obras já estavam sendo realizadas e outro motivo apresentado é que estes colonos nunca haviam recebido o mínimo de subsídio do governo. O parecer do Diretor Dr. Adalberto era pela concessão do adiantamento, pela importância que representaria na economia local.

Em 28 de maio, também do mesmo ano, apareceu o primeiro registro de encaminhamento por parte do gestor da Colônia, no qual solicitava à Presidência da Província, “mandar pagar pela Polícia da Província o necessário passaporte”, do imigrante francês Florentin Lebreton, a fim de poder seguir com sua esposa Margaretha Lebreton para a Corte. Havia chegado à Colônia em 4/05/1857 e 14/05/1857, respectivamente.

A alegação foi de que Florentin não possuía os meios financeiros para pagar o que devia à Nação, 256\$026 rs (duzentos e cinquenta e seis mil e vinte e seis réis), sendo 70\$000 rs (setenta mil réis) o preço da terra e o restante de subsídios recebidos.

No dia 8 de março de 1849, o jornal “Correio da Victoria”, publicava a informação de que:

“Ao Exmo. Sr. Ministro do imperio, declarando em resposta ao aviso de 5 de fevereiro do mez passado, que a medição dos prazos concedidos aos allemães da collonia de Santa Izabel não se acha concluída por haver fallecido o capitão di imperial corpo d’engenheiros Damazo da Fonseca Lima, e não haver outro a quem este governo incumba tal trabalho”.

24 Gustav Bungenstab era originário da Prússia, tendo chegado à Colônia em 10 de outubro de 1855. Sua esposa, chegaria em 1860, também originária da Prússia e chamava-se Marie Bungenstab. Já o Victor Julius Bungenstab, também da Prússia, chegara em 10 de outubro de 1855.

Em 20 de agosto de 1849 era nomeado, pelo período de 1 ano, o senhor Francisco Cardoso de Oliveira inspetor da colônia. A remuneração era de 10\$000 réis por mês.

Para tanto, o colono negociante Carlos Winker, agora naturalizado brasileiro, garantia o pagamento estipulado, pela qual assinou um documento, que se encontrava à disposição da Diretoria da Colônia, dividida em parcelas não mencionadas, tendo ele já tomado posse do prazo nº 77 do referido colono Florentin.

Naquela oportunidade, 24/11/1863, a Colônia já contava com 890 pessoas, sendo 484 homens e 406 mulheres.

Haviam abandonado a Colônia duas famílias de 8 pessoas, uma francesa que partira para a Côte e outra alemã, que se estabelecera em Viana. Retirava-se também para a Alemanha, um solteiro com “uma fortuna de 4 contos de réis”, adquirida com seu trabalho de marceneiro em 5 anos.

Por essa ocasião (1863/1864) eram empregados como operários da Colônia para prestação de serviços de medição e demarcação de prazos os senhores: Hermann Rupf, Carlos Hausdorf, Hermann Hausdorf, U. Küster, Christovão Beckmann, Samuel Werfeli, Jérôme Bermond, Augusto Teixeira, Samuel Werfeli (suíço), Emil Seibmann, Carl Louis Köhler, Ferdinand Lange, Cornéluis Proescholdt, Hermann e Ernest Hehr. O fornecedor de milho para sustento dos animais era o Sr. Carlos Wicker, para cuja produção utilizava uma área de 8 alqueires, cuja despesa mensal era de 2 \$240 o alqueire.

Entre os anos de 1864 a 1866 o número de colonos continuava a crescer, quer vegetativamente quer por entrada de novos cidadãos.

QUADRO Nº 12 – ENTRADA DE NOVOS COLONOS – 1864 A 1866

ANOS	SEXO			NACIONALIDADE			RELIGIÃO		FOGOS/CASAS
	Masculino	Feminino	Total	Brasil.	Alemães	Outros	Católicos	Protestantes	
1864	506	425	931	394	483	54	452	479	209
1865	596	513	1109	583	479	47	597	512	232
1866	606	519	1125	606	471	48	610	515	232

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – 2010

Era comum a solicitação, por parte dos colonos, de autorização para se locomoverem para outras regiões, como foi o caso de Pedro Tesch, que em 21/02/1863, necessitando de ir até Petrópolis-RJ para tratar de assuntos familiares. Houve necessidade do “passaporte” do Presidente da Província.

Ocorreram diversas situações em que os imigrantes não conseguiram se estabelecer e criar as condições de sobrevivência, ora porque adoeceram, ora porque ainda não haviam tido retorno com as suas lavouras, fazendo com que a Colônia tivesse de lhes conceder mais diárias acima do que estava contratado.

Os trabalhos de ocupação dos prazos continuavam acelerados:

- 1864 – 292 prazos, área de 23.698,000 braças quadradas, dos quais 2.497,000 estavam cultivadas.
- 1865 – 311 prazos, área de 24.885,500 braças quadradas, dos quais 2.849,000 estavam cultivadas;
- 1866 – 311 prazos, área de 24.885,500 braças quadradas, das quais 3.742,000 estavam cultivadas.

No relatório do Diretor da Província aparece a solicitação de um empréstimo de 400\$000 (quatrocentos mil réis) a ser pago em três anos, sem juros, que deveria ser concedido a algum colono para estabelecer-se com uma fábrica de cervejas. (1º/05/1865).

Em julho de 1865 eram encaminhadas pela Presidência da Província 200 títulos de “designação de lotes de terras”, assim como igual número de títulos permanentes, para entrega aos colonos. Ao final deste ano, mais 4 famílias estrangeiras, com 13 pessoas, haviam se retirado da Colônia.

Já se produzia gado cavalar, vacum, muares, suínos e aves, assim como, existiam plantações de café, milho, mandioca, arroz, batata, cebola. Eram exportados os excedentes de café, farinha de mandioca, cebolas e batatas, manteigas e galinhas. As importações ainda eram maiores que as exportações com destaque para carne seca, farinha de trigo, forragens, couro, fazendas (tecidos), sabão e cachaça. Existiam 3 casas de negócios de

pouca importância, 11 moinhos (monjolos) para fubá, 69 engenhos de mandioca e 53 engenhos de café pequenos. Ainda não existiam estabelecimentos considerados industriais. As residências do médicos e do pastor evangélico ainda não haviam sido transferidas para a povoação.

Custos Financeiros com a Implantação da Colônia

Até então, o governo imperial havia gasto com a implantação e manutenção da Colônia os seguintes valores:

■ no primeiro decênio (1847 a 1857)	19:361 \$ 620
■ no exercício de 1858 e 1859	27:607 \$ 904
■ no exercício de 1859 e 1860	58:509 \$ 675
■ no exercício de 1860 e 1861	71:869 \$ 389
■ no exercício de 1861 e 1862	47:169 \$ 139
■ no exercício de 1862 e 1863	44:631 \$ 051
■ julho e agosto de 1863 e	4:762 \$ 680

O que correspondia a aproximadamente 275,0 mil contos de réis durante este período (1847 a 1863).

Com o passar dos anos, a Colônia ia se tornando cada vez menos onerosa ao Estado:

■ no exercício de 1863 e 1864	32:000 \$ 000
■ no exercício de 1864 e 1865	19:000 \$ 000
■ no exercício de 1866	20:000 \$ 000
(data em que deixou de ser Colônia)	

Por essa ocasião, continuava a predominância de imigrantes alemães e a estrutura populacional estava assim representada:

■ brasileiros	606
sendo que 407 nascidos de pais estrangeiros.	
■ alemães	471
■ italianos	21
■ suíços	16
■ belgas	8
■ franceses	2
■ portugueses	1

Os alemães estavam representados por: prussianos (210), hessianos (148), saxônicos (51), badenses (16), tirolese (15), schurazburqueses (14), luxemburgueses (04), honoverianos (3) e bávaros (3).

Além dos colonos que se encontravam no ofício da lavoura, a comunidade já contava também com 12 pedreiros, 9 carpinteiros, 3 marceneiros, 4 cavoqueiros, 4 sapateiros, 3 ferreiros, 3 serralheiros, 2 seleiros, 2 tonoeiros (o que faz ou conserta vasilhas de aduelas-barris, cubos, pipas, tinas, etc), 2 alfaiates e 1 parteira. Quando comparado com os dados do relatório de 1864, a Colônia deixou de ter 1 padeiro e 1 relojoeiro.

Entretanto, já haviam iniciado o plantio de fumo e encontravam-se instalados em pequena escala, 3 casas de negócios, que atendiam à comunidade e seu entorno.

Analisando através de um esboço do que teria sido a colonização da província, o jornal O Cachoeirano trouxe a seguinte análise sobre a colônia Santa Isabel:

A colônia de Santa Izabel, emancipada ha mais de dez annos, foi sempre um estabelecimento que nunca pôde medrar²⁵; jamais atravessou uma phase que podesse aproximar-se ao fim que se destinava, por isso não correspondeu às despesas, de que muito ter-se-ha arrependido o

25 Medrar. Tr. Dir. Fazer crescer, desenvolver [...]

paiz. É hoje uma diminuta povoação ao sul da Victoria, que se demora a 35 kilometros da marinha e com pessima viação tanto para o littoral como para o interior.²⁶

Presidentes da Província e Imperador que Visitaram a Colônia – 1848 a 1864

No período de 1848 a 1866, enquanto Colônia, estes foram os Presidentes da Província e Imperador que ali foram para visitar e verificar o seu desenvolvimento:

- 07/11/1846 a 18/04/1848..... Luiz Pedreira do Couto Ferraz
(visitou a Colônia várias vezes)
- 18/04/1848 a 13/08/1848..... José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim
- 13/08/1848 a 03/11/1848..... Antônio Pereira Pinto
- 16/11/1852 a 01/08/1853..... Evaristo Ladislau e Silva
- 06/07/1855 a 08/03/1856..... Joaquim Marcelino da Silva Lima
- 24/05/1857 a 07/03/1858..... Olimpio Carneiro Viriato Catão (por diversas vezes)
- 04/02/1859 a 14/04/1860..... Pedro Leão Velloso
- em 30/01/1860 Imperador D. Pedro II
- 25/05/1860 a 11/03/1861..... Antonio Alves de Souza Carvalho
- 22/03/1861 a 28/05/1863..... José Fernandes da Costa Pereira Junior
- 23/12/1863 a 24/04/1864..... Eduardo Pindahiba de Mattos

A partir de 19 de junho de 1866, a Colônia de Santa Isabel era emancipada de Viana, portanto extinto todos os empregos e transformada em Freguesia. O governo mantinha até então sob as suas expensas o Diretor da Colônia, o Capelão, o Pastor Protestante, o Médico e o Professor das Primeiras Letras.

26 Extraído do Jornal O Cachoeirano, ano IV, nº 32, de 7 de agosto de 1881.

Diário da Visita de D. Pedro II à Colônia

Em 30 de janeiro de 1860, às 6h15, D. Pedro II embarcou em uma galeota e às 7h20 chegou ao Porto Velho que ficava atrás de onde hoje está localizada a Estação Pedro Nolasco, em Jardim América, Município de Cariacica, e ponto de partida da antiga estrada para Minas, denominada Estrada de São Pedro de Alcântara no ramal que passava pela colônia. Uma comitiva aguardava Sua Majestade para o trajeto à cavalo. O caminho montanhoso, cheio de florestas decoradas com lindas orquídeas, encantou o Imperador que denominou a colônia sua “Menina dos Olhos”. Essa denominação também era usada pelo Dr. Ferraz. (Luiz Pedreira do Couto Ferraz).

Depois de ter recebido homenagens por toda região de Viana, D. Pedro chegou ao morro do Molundu, habitado por uma família alemã. No alto da fazenda do Sr. Rafael Pereira de Carvalho vê-se o Rio Jucu. Nesse alto começa a Colônia de Santa Isabel. Às 12h10 atravessou a ponte sobre o Rio Jucu, onde hoje se localiza a ponte da BR 262. Era uma pequena ponte para a travessia de pedestres e tropas. Sentia-se muito incomodado do sol e do estômago e descansou até às 3h20 na residência do Sr. Carlos Wicher, natural de Hamburgo e genro do colono Nicolau Effgen que já era bem sucedido na colônia. O senhor Carlos era comerciante de secos e molhados. Ao entrar na colônia, D. Pedro foi recebido com honrarias e foguetório. Os colonos não cessavam de beijar-lhe às mãos e uma senhora, assim exclamou:

“É o deus da nossa terra”.

Mais à frente foi recebido por Mathias Marx em um prazo com lindas laranjeiras, casa de sobrado e uma bonita vista. Esse colono já tinha dinheiro e rendas.

Antes de chegar à igreja católica, que tinha como padroeiro São Bonifácio, o estado de saúde do Imperador agravou-se e ele vomitou, mesmo à cavalo. O padre veio em procissão com o painel da virgem e sua Majestade apeou e depois tornou a cavalgar até a igreja, que apesar de simples era bonita com um retábulo de cedro muito bem esculpido pelo colono Nicolau Simmern. Sua Majestade entregou ao capelão, para acabamento das

obras, que era em estilo gótico, a importância de 800 mil reis e destinou 450 mil reis aos pobres. Nesse mesmo dia D. Pedro e a Sra. Margaretha Christ foram padrinhos de uma filha do casal Gustavo Bungestab e Maria Wastian, a menina Clara Margaretha. Às 17h50 Sua Majestade chegou à residência do diretor da colônia, o Dr. Adalbert Jahn. A casa estava toda decorada e houve muita festa para receber o Imperador.

Mais ao centro, a 1 km da casa, existia um campinho, local onde provavelmente os tropeiros ranchavam na época em que a estrada para Minas ainda estava ativada. É possível que o nome Campinho provenha desse local como uma referência aos transeuntes para acampamento. Mais tarde, após a construção da primeira capela que ficava no centro do cemitério, os colonos costumavam falar:

“Hoje tem culto a igreja, lá no Campinhoberg”.

Naquela época o Pastor Held, segundo pastor da paróquia, havia falecido e D. Pedro citou em seu diário que a viúva encontrava-se muito pobre.

Ainda, na residência do diretor da colônia, o imperador admirou o Morro do Chapéu onde pretendia chegar para encontro com as famílias Ribet, Pereira e Espíndula que eram comerciantes às margens da estrada de Minas, São Pedro de Alcântara. Tencionava também ir até o Imperial Afonsino na Serra do Pirão Sem Sal na localidade de Pedra Branca onde os colonos negociavam com os mineiros atravessando o Rio Jucu, numa canoa, no Morro do Chapéu. Só não foi lá porque estava bastante incomodado do estômago. Na residência do diretor da colônia Dr. Adalberto Jahn, além de ter tido assistência médica, foi confortavelmente hospedado em um ambiente de muita ordem e bom gosto, proporcionado pela gentil e culta dona da casa. Recolheu-se cedo, e às 3 horas levantou-se tranquilizando a todos, restabelecido do incômodo, pronto para outra jornada. Às 4h12 já atravessava novamente a ponte do Jucu com destino a Viana e ao Convento da Penha.

Em Vitória, no dia 31 de janeiro de 1860, escreveu a seguinte carta endereçada à Princesa Isabel:

Cara Isabel,

Acabo de chegar da rua e colônia de tua santa que é muito bonita. Estive um pouco incomodado do estômago, mas creio não ter mais nada.

Amanhã sigo para o Rio Doce e a 11 lá me terás no Rio, talvez antes das 7 da manhã.

Queria mandar-te um pedaço do antigo nicho da imagem de N. Senhora do Convento da Penha daqui, mas a minha maleta ainda não chegou. Também vem com as cargas uma linda caixa de madeiras marchetadas que me deram para ti na Colônia de Santa Isabel.

Adeus! O vapor espera só as cartas para partir, e já as aguardava desde ontem.

Receba a benção saudosa de teu pai extremoso.

Pedro.

Fonte: Gilda Rocha (2000).

Para quem não conhece, a residência em que D. Pedro II hospedou-se em Domingos Martins, fica localizada no bairro Vivendas do Imperador, ao lado da indústria Coroa. É uma propriedade particular pertencente à família Venturini, que com o bom gosto dos proprietários, está muito bem conservada.

A Estagnação (Freguesia) | 1867 a 1891

Durante a pesquisa feita no período de 1848 a 1866, portanto em 18 anos em que existiu a Colônia de Santa Isabel, e ainda contando também com o trabalho de Raasch (2010), já citado, algumas ilações podem ser feitas com muita propriedade:

- vários foram os pedidos de extensão de prazos para pagamentos de diárias aos colonos, alguns motivados por problemas de saúde, que os afastavam automaticamente dos trabalhos na lavoura, outros por possuírem “famílias pouco numerosas”, o que também dificultava no preparo e cultivo da terra;
- nos contratos assinados em 1846 e 1859, algumas cláusulas não foram cumpridas pelo Governo, principalmente àquelas “relacionadas à demarcação e preparação inicial que deveriam contar com uma área de mata derrubada e uma instalação provisória” (Raasch, 2010);
- durante 10 anos a Colônia ficou entregue a um capuchinho austríaco fanático chamado Wandelino Gain d’ Innsbrück, que a deixou na “maior desordem e não havia sequer uma lista nominativa dos colonos” (Tschud, 2004), o que fez com que um pouco dessa história ficasse sem ser registrada. Este quadro só viria mudar após a chegada do ex-oficial prussiano, Sr. Adalbert Jahn, que cumpriu a sua missão de maneira honrosa;
- ao chegarem ao Brasil, segundo conclusão de Raasch (2010), “os imigrantes eram encaminhados a empreendimentos coloniais ainda não totalmente preparados para atender suas necessidade básicas de instalação”, como foi o caso da Colônia de Santa Isabel e
- ainda a mesma fonte: “[..] muitos desses imigrantes, principalmente os alemães não conheciam, e menos ainda, compartilhavam traços culturais com a população dos

locais em que foram instalados, ou ainda com as próprias pessoas que compartilhavam, sua condição”.

Esta emancipação veio ocasionar sérios problemas de sustentabilidade da ex-Colônia, pois “toda a ajuda governamental, como a prioridade de emprego nas obras do Governo” (prédios públicos e estradas, principalmente), além dos empregos dos profissionais contratados pela Província para trabalharem na Colônia, deixaram de existir.

O “abandono” definitivo das responsabilidades governamentais para com a “ex-Colônia”, fez com que durante muito tempo os habitantes, até então acostumados a tutela da Província Imperial, ficassem desorientados sobre como se manterem, correndo o risco iminente do próprio desaparecimento do projeto, que fora a esperança de muitos governantes que durante o período administraram a Província. Entretanto, as estatísticas demonstram que a sagacidade dos imigrantes e de outros brasileiros ali radicados fizeram com que a produção e exportação agrícola continuasse a crescer.

Segundo Raasch (2010), em 1866 a ex-Colônia já possuía uma “população de 1.122 habitantes, entre estrangeiros e nacionais [...] e haviam 311 prazos (lotes) ocupados por colonos em Santa Isabel”.

Em 10 de julho de 1866, a Colônia de Santa Isabel foi emancipada de Viana, sendo o cargo de Diretor entregue pelo Sr. Augusto Gomes Lindes ao Presidente da Câmara Municipal daquele município, conforme expediente datado de 16/09/1866.

Ato contínuo, o ex-Diretor da Colônia participava, em 21 de dezembro de 1866, a morte de uma das 3 bestas de serviços, a mais velha, fato ocorrido no dia 20 daquele ano. Continuando com a sua explanação:

Intencionando de retirar-me brevemente daqui para a Côrte, peço a V.^a Ex.^a que, se digne dispor sobre a entrega do archivo e inventario da Directoria desta ex Colonia.

O novo Pastor evangélico Sr.^o Otto Fiege chegou hontem e tomou residência na casa directo-rial, visto que a casa d'elle precisa de alguns consertos.



Correspondência do senhor Augusto Gomes Lindes – Entrega dos arquivos – 1866.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Permitto-me agora de propor respectivamente a V.^a Ex.^a que se digne ordenar que a entrega supra mencionada, será feita por mim a elle, e ainda de consetir que o dito Pastor interinamente possa fixar na casa directorial, até que a entrega de sua parte será feita a quem convier.

Deus guarde a V.^a Ex.^a

Ilmo.^o e Ex.^{mo} Sr.^o Dr.^o Alexandre Rodrigues da Silva,
Presidente desta Província

Augusto Gomes Lindes
Ex. Director da Colônia

Na data de 21/12/1866, o pastor evangélico Otto Flege solicitou o registro de sua nomeação efetuada em 29/11/1866.

Os primeiros conflitos de limites com a criação de freguesia ocorreu em abril de 1891, quando alguns lavradores residentes na freguesia de Santa Isabel do Termo da Vila de Viana do Estado do Espírito Santo, “achando-se em duvida sobre a legitima divisão desta freguesia com a da Cidade do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, que por isso são chamados alguns Cidadãos que residem nas immediações da Villa de Vianna.” [...] a contribuir com pagamento de impostos e outros por aquella Cidade, ora por esta freguesia”.

Por essa razão, rogavam ao Governador do Estado para que definisse qual o limite exato a qual pertenciam, visando resgatar os seus direitos de cidadão.

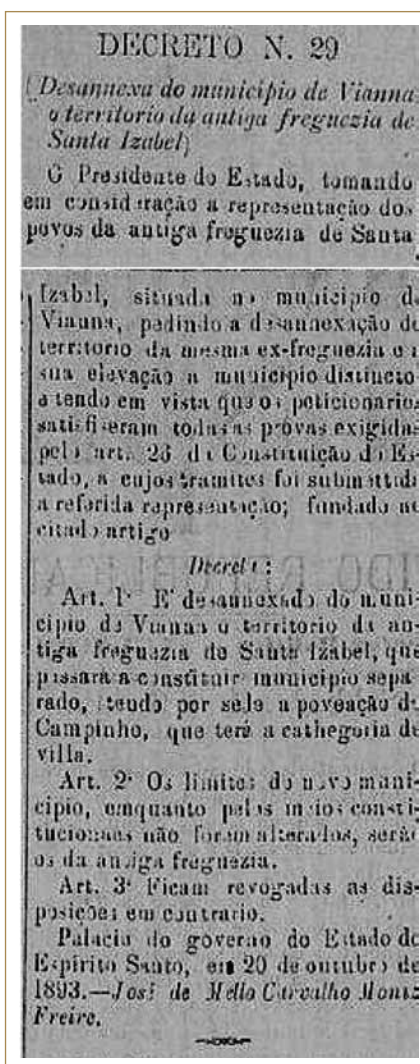
A Colônia de Santa Isabel recebeu este nome em homenagem à Rainha Isabel de Portugal, esposa de D. Diniz, também conhecida como Rainha Santa. Outra homenagem foi à sua filha, a Princesa Isabel.



Correspondência do senhor Otto Liege – Comunicando sua posse – 1866.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Criação do Município | 1892 a 2010



Pelo Decreto Estadual nº 41, de 8 de outubro de 1891, Santa Isabel era elevada à categoria de Vila e criava-se o município. Entretanto, o referido Decreto era suprimido por outro Decreto Estadual na data de 18 de janeiro de 1892. Somente em 20 de outubro de 1893, pelo Decreto nº 29, era restaurado novamente, com território desmembrado do município de Viana.

Decreto nº 29 – 20 de outubro de 1893.
ACERVO: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL

Formação Administrativa

Buscando apoio nas pesquisas de BRAZIL, cronologicamente, as fases administrativas principais do município, acrescida de outros pesquisas dos autores foram:

■ Criação da Colônia

Não se conseguiu a legislação. Ano da criação: 1847.

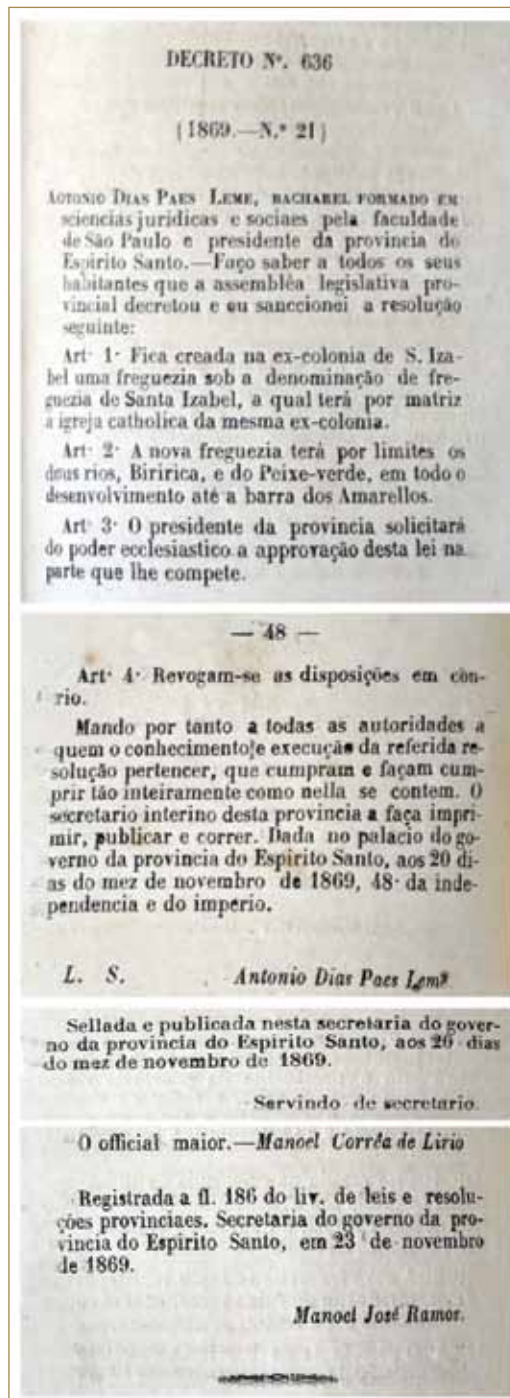
Criada pelo presidente da província senhor doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro.

■ Freguesia

Em 1869, com a denominação de Santa Isabel, através do Decreto Provincial nº 21, de 20 de novembro de 1869 e por ato municipal nº 19, de 26 de junho de 1869, subordinada a Vila de Viana.

Esta lei foi registrada às fls. 186 do livro de leis e resoluções provinciais em 23/11/1869.

Foi publicada no jornal “Correio da Victória”, nº 95, ano XXI, sábado, 4 de dezembro de 1869.



Lei nº 21, de 20 de Novembro de 1869 – Criando na Ex-Colônia de Santa Izabel Uma Freguesia. 1869.

ACERVO: DIO – DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL



Lei nº 2, de 2 de outubro de 1891 – Criando o município.

ACERVO: ARQUIVO MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

■ Distrito Policial - 1878

■ Município

Pela lei estadual nº 2, de 2 de outubro de 1891, criando o município de Santa Isabel.

■ Vila

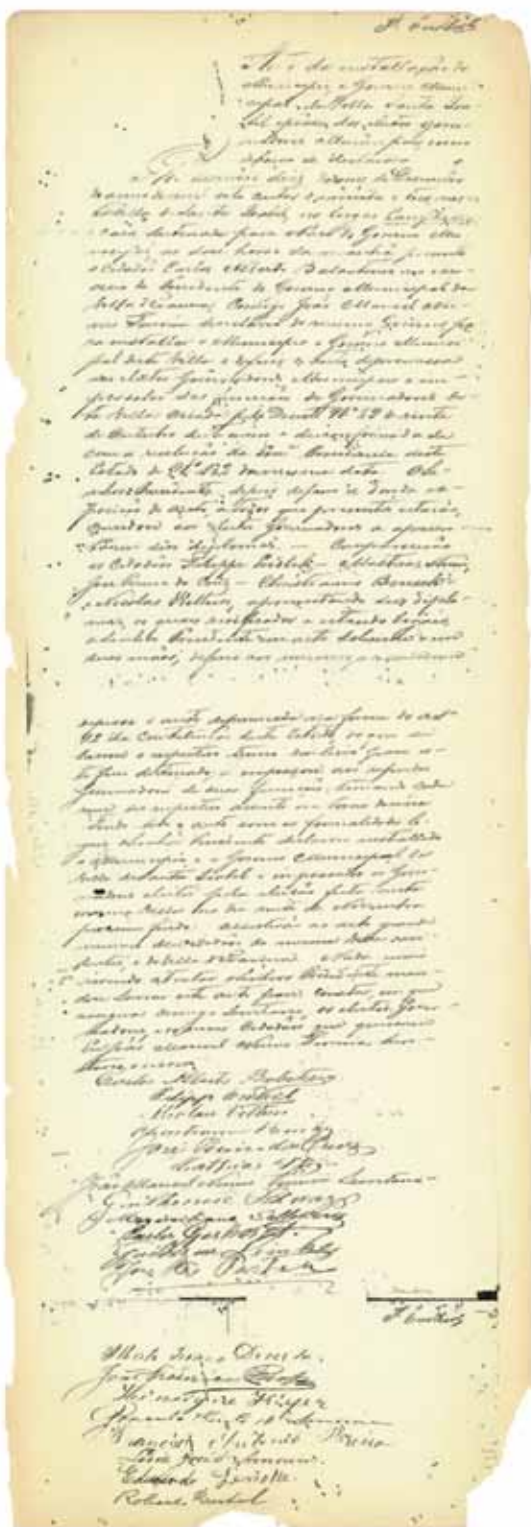
Elevado à categoria de Vila com a denominação de Santa Isabel, pelo Decreto Estadual nº 41, de 08 de outubro de 1891. Quando da aprovação deste decreto, proposto pelo vereador de Viana, senhor coronel Mariano Ferreira de Nazaré, houve protestos dos seus adversários naquela câmara.

■ Extinção da Vila

Pelo Decreto Estadual nº 41, de 18 de janeiro de 1892, a Vila foi extinta e o “velho sonho do coronel Nazaré caiu por terra através de ato da junta governativa”.

■ Restauração da Vila

Novamente, em 1893, pelo Decreto nº 29, de 20 de outubro do mesmo ano, é elevada à categoria de Vila com a denominação de Santa Isabel, desmembrada de Viana e com sede na povoação de Santa Isabel.



Acta da instalação do Município e Governo Municipal da Villa Santa Isabel e posse dos eleitos Governadores Municipais, como abaixo se declarão=

Aos dezanove dias do mes de Dezembro do anno de mil oito centos e noventa e três, nesta Villa de Santa Isabel, no lugar Campinho, Sede e casa destinada para o Paço do Governo Municipal, as doze horas da manhã presente o cidadão Carlos Alberto Balestrero no exercicio de Presidente do Governo Municipal da Villa de Vianna, comigo João Manoel Nunes Ferreira secretario do mesmo, Governo para installar o Municipio e Governo Municipal desta Villa e deferir ao acto depromessa aos eleitos Governadores Municipaes e impossalos das funções de Governadores desta Villa criada pelo Decreto Nº 29 de vinte de Outubro deste anno e de conformidade com a resolução da Exm.^a Presidencia deste Estado de Nº 102 da mesma data. O Senhor Presidente depois defaser a linda exposição do acto, a todos que presentes estavam, convidou os eleitos Governadores a apresentarem seos diplomas: - Comparecerão os cidadãos Felipe Endlich - Mathias Steim, José Pereira da Cruz - Christianno Bruck - Nicolao Weltem, apresentando seos diplomas, os quaes verificados e estando legaes, o Senhor Presidente em acto solen-

Ata da Instalação da Vila de Santa Isabel – 19/12/1893.

ACERVO: CASA DA CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

ne e com suas mãos, deferio aos mesmos e a cada um deferi o acto depromessa na forma do art.º 92 da Constituição deste Estado, do que se lavrou o respectivo termo no livro para este fim destinado, empossou aos referidos Governadores de suas funções, tomando cada um no respectivo assento em torno da mesa.

Findo todo o acto com as formalidades legais, o Senhor Presidente declarou installado o Município e o Governo Municipal da Villa de Santa Isabel e impossados os Governadores eleitos pela eleição feita nesta mesma Villa no dia vinte de Novembro próximo findo: assistirão ao acto grande numero de cidadãos da mesma Villa residentes, e da Villa de Vianna. Nada mas havendo a tratar o Senhor Presidente mandou lavrar este acto para constar, em que assigna comigo o Secretario, os eleitos Governadores, e os mais cidadãos, que quiserem. Eu. João Manoel Ferreira Secretário o assino.

Carlos Alberto Balestrero

Filipe Endlich

Nikolaus Velten

Christianno Bruske

José Pereira da Cruz

Mathias Stein

João Manoel Nunes Ferreira – Secretário

Guilherme Schwartz

Maximiliano Salloker

Carlos Gerhardt

Guilherme Lemke

Jarbas (inelegível).

Alberto Bruno Duesler

João Frederico Cruz

Henrique Kiefer

Gonçalo Pinto de Amorim

Francisco Antônio Pereira

Luiz José d'Amorim

Eduardo Lemke

Roberto Hentel



Lei nº 1.126, de 3º de dezembro de 1917 – Cria o distrito de Campinho.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

■ **Constituição do Distrito Sede**

Através da resolução estadual nº 102, foi marcada para o dia 20 de novembro de 1893 a eleição dos governadores municipais e, em 19 de dezembro do mesmo ano, a instalação do município.

■ **Transfere a sede de Campinho para Santa Isabel**

Pelo Decreto nº 19, de 26 de junho de 1896, é transferida a sede do município de Campinho para Santa Isabel. Por força dessa mudança, o município ficou conhecido por muitos anos como Campinho de Santa Isabel.

■ **Distrito de Araguaia**

A Lei Municipal nº 39, de 21 de dezembro de 1900, criou o distrito de Araguaia e o anexou ao município de Santa Isabel.

■ **Distrito de Sapucaia (hoje Paraju)**

Em 28 de dezembro de 1903, pela Lei Municipal nº 41, foi criado o distrito de Sapucaia, também anexado ao município de Santa Isabel. Portanto, ficava o município constituído de 3 distritos: Santa Isabel (sede), Araguaia e Sapucaia.

■ **Distrito de Campinho**

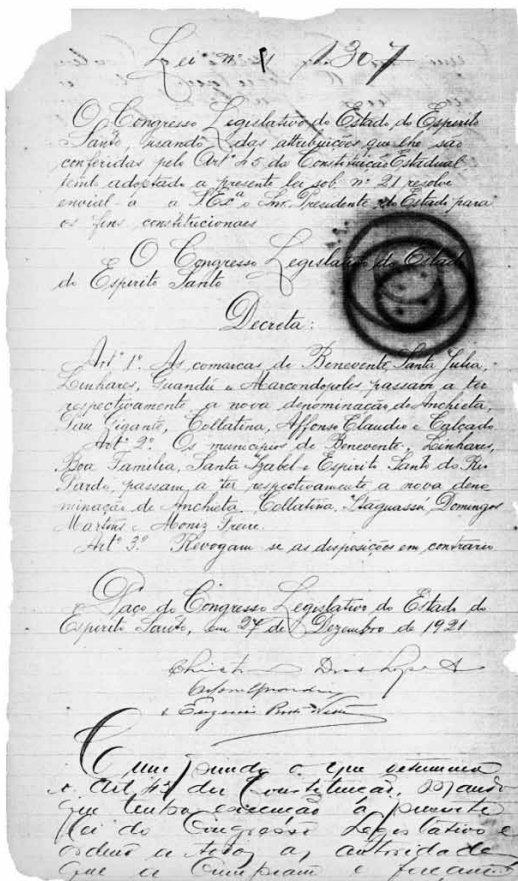
Pela Lei Estadual de nº 1126, de 3 de dezembro de 1917, foi criado o distrito de Campinho, para onde se transferiu a sede municipal, anexado ao município de Santa Isabel. Por uma Lei Municipal, de 16 de outubro de 1917 foi que se iniciou o processo desta criação e transferência da sede.

■ **Criação da Comarca no Município – 1918**

A Lei nº 23, de 26 de Dezembro de 1918, desanexa o município de Santa Isabel da Comarca da Capital e constitui nova Comarca, com sede em Campinho de Santa Isabel.

[illegible][illegible]

Criação da Comarca de Campinho de Santa Isabel – 1918.
ACERVO: ARQUIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO



Nova Denominação da Comarca passando a Domingos Martins — 27/12/1921.

ACERVO: ARQUIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

■ Mudança de Nome

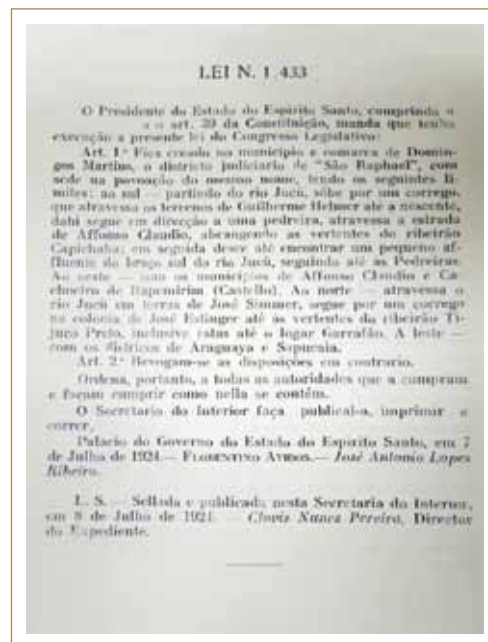
Pela Lei Estadual nº 1307, de 27/12/1921, o município de Santa Isabel passou a denominar-se Domingos Martins.

■ Distrito de São Rafael

Este distrito, também anexado ao município de Domingos Martins, foi criado pela Lei Estadual nº 1433, de 7 de junho de 1924.

■ Divisão Administrativa – 1933

Por esta época o município de Domingos Martins estava constituído de 6 distritos: Domingos Martins,



Lei nº 1.433, de 07 de junho de 1924.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Araguaia, Campinho (sede), Pedreiras, Isabel e Sapucaia.

■ Divisão Administrativa – 1937

Ainda contando com 6 distritos, nesta data, São Rafael, passou a se chamar Pedreiras.

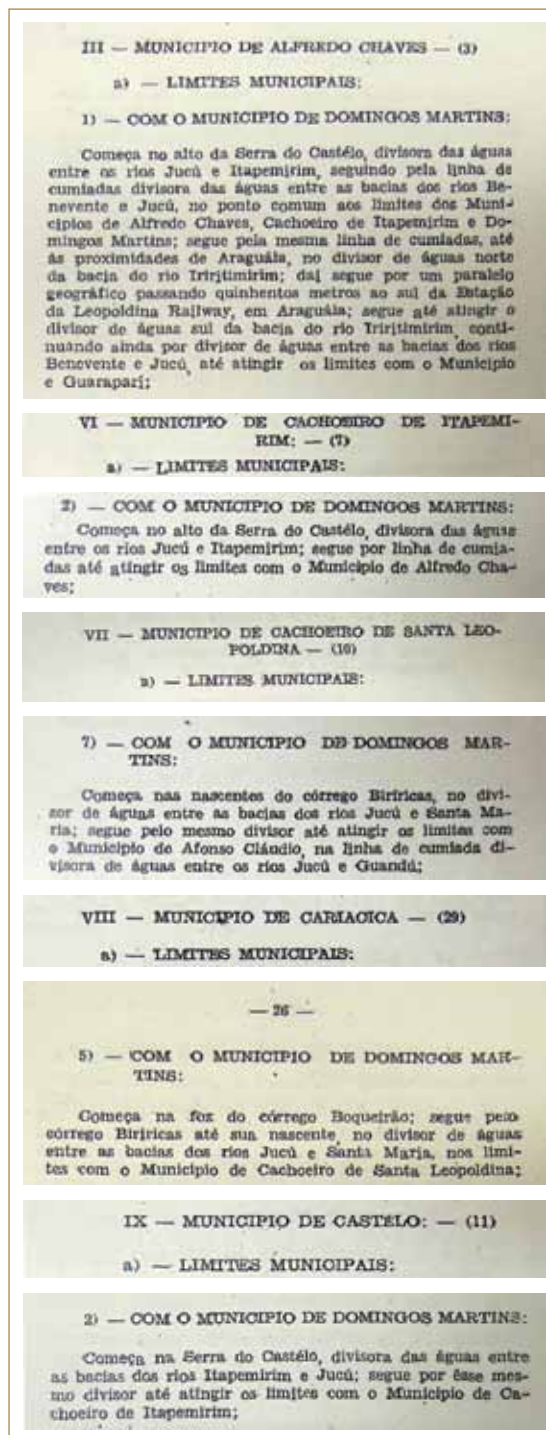
■ Foros da Cidade

Pelo Decreto-Lei nº 9.941, de 02/02/1938, recebeu foro de cidade.



Decreto-Lei nº 9941, 11/11/1938.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



b) — LIMITES INTER-DISTRITAIS

1) — ENTRE OS DISTRITOS DE DOMINGOS MARTINS E SANTA ISABEL

Começa no divisor de águas entre os rios Brijiricas e Panelas, descendo até a foz do córrego Schlenz; sobe até atingir o divisor de águas entre o Braço Sul e o Jucú e desce até diante da foz do córrego Costa Pereira; sobe pelo rio Braço Sul até o primeiro córrego afluente da direita, subindo por este até as nascentes e daí até atingir o divisor de águas nos limites com o Município de Guarapari.

2) — ENTRE OS DISTRITOS DE SAPUCAIA E DOMINGOS MARTINS

Começa no divisor de águas, nos limites com o Município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, e desce pelo divisor de águas entre os córregos Ponte e Pena, até atingir o rio Jucú, diante da foz do córrego Perobas; segue pelo mesmo córrego Perobas até as suas nascentes, no divisor de águas entre os rios Jucú e Braço Sul, descendo pelo córrego Nova Almeida, até a sua foz no Rio Braço Sul.

3) — ENTRE OS DISTRITOS DE DOMINGOS MARTINS E ARAQUAIA

Começa na foz do córrego Nova Almeida, no rio Braço Sul, desce pelo mesmo até atingir a foz do córrego que serve de limite no distrito de Santa Isabel.

4) — ENTRE OS DISTRITOS DE SANTA ISABEL E DOMINGOS MARTINS

Começa na foz do córrego Costa Pereira; sobe pelo rio Braço Sul até o primeiro córrego afluente da direita, nos limites com o distrito de Araguaia.

5) — ENTRE OS DISTRITOS DE SAPUCAIA E PEDREIRAS

Começa no divisor de águas, nos limites com o Município de Cachoeiro de Santa Leopoldina, nas nascentes do córrego Candelaria; desce por este córrego até a sua foz no rio Jucú; segue pelo rio Jucú até a foz do córrego Capichaba.

6) — ENTRE OS DISTRITOS DE SAPUCAIA E ARAQUAIA

Começa na foz do córrego Capichaba; sobe pelo divisor de águas até as nascentes do córrego Sapucaia; daí segue até as nascentes do córrego Waller, descendo por este até a sua foz no rio Braço Sul; segue por este até a foz do córrego Nova Almeida.

7) — ENTRE OS DISTRITOS DE PEDREIRAS E ARAQUAIA

Começa na foz do córrego Capichaba; segue pelo mesmo até suas nascentes; daí até o divisor de águas nos limites com o Município de Alfredo Chaves.

XV — MUNICIPIO DE GUARAPARI — 4

a) — LIMITES MUNICIPAIS

1) — COM O MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS

Começa na Serra divisora das águas entre os rios Jucú e Benevente, seguindo pelo contraforte divisor de águas secundário entre os rios Braço Sul e Jacarandá, até atingir as nascentes do córrego Amarelo; segue por este córrego até sua junção com o córrego Peixe Verde, nos limites com o Município de Viana.

XXXI — MUNICIPIO DE VIANA — 12

a) — LIMITES MUNICIPAIS:

4) — COM O MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS:

Começa na confluência do córrego Peixe Verde com o córrego Amarelo, seguindo por este até sua foz no Rio Jucú. Daí segue pelo Rio Jucú, pelo braço Norte, até a foz do córrego Brijiricas, subindo por este até a foz do córrego Boqueirão.

ANEXO N. 3 DO DECRETO-LEI N. 9941
DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938

RITUAL proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia, para a celebração das solenidades cívicas que, na forma da legislação federal e estadual baseada sobre o assunto, assinalarão a entrada em vigor, a 1.º de Janeiro de 1939, do novo quadro territorial administrativo e judiciário da República, que deverá prevalecer inalterado até 31 de Dezembro de 1943.

OBS.: Deixou-se de publicar o Decreto Lei na íntegra pelo quantitativo de páginas, num total de 72.

Anexo N. 1 do Decreto-Lei N. 9941 de 11 de Novembro de 1938				
Quadro da Divisão Territorial Administrativa e Judiciária do Estado para o quinquênio 1939 - 1943				
Circunscrições exclusivamente judiciárias		Circunscrições exclusivamente administrativas		Cidade ou chefes de povoação
A - COMARCAS	B - TERMOES	C - MUNICÍPIOS	D - DISTRITOS	
1 - Domingos Martins (sede) 2 - Zimundi	3 - Domingos Martins (sede) 4 - Zimundi	5 - Domingos Martins (sede) 6 - Zimundi	7 - Moura (sede) 8 - Domingos Martins (sede) 9 - Campinho 10 - Araputua 11 - Pedreira 12 - Santa Isabel 13 - Espinha 14 - Zimundi	15 - Moura (sede) 16 - Domingos Martins (sede) 17 - Campinho 18 - Araputua 19 - Pedreira 20 - Santa Isabel 21 - Espinha 22 - Zimundi

Anexo nº 1 do Decreto-Lei nº 9941, 11/11/1938.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

■ Novas Denominações

Em 31 de março de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual nº 9.222, o município de Domingos Martins passou a denominar-se Campinho e o distrito de São Rafael, Pedreiras. Pelo Decreto-Lei Estadual 9.941, de 11 de novembro de 1938, o município de Campinho voltou a denominar-se Domingos Martins.

PODER EXECUTIVO
Ato do Exmo. Sr. Interventor Federal
DECRETO-LEI N. 9.222
Da criação do decreto-lei nacional n. 311, de 2 de março de 1938.

O Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, usando de sua atribuição constitucional e considerando o disposto no decreto-lei nacional n. 311, de 2 de março de 1938, publicado no "Diário Oficial" de 7 do mesmo mês e, tendo essa data, em vigor (art. 2º),

RESOLVE

Art. 1º — A divisão administrativa e judiciária do Estado até o dia 30 de junho próximo futuro, é a que consta do quadro anexo à presente lei, compreendendo as circunscrições já instaladas até o dia 7 do mês em curso, isto é, 30 comarcas, 20 termos, 32 municípios e 130 distritos, esta como categoria única de circunscrições primárias do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

Art. 2º — Todos os municípios do Estado estão obrigados, sob pena de perda de sua autonomia (art. 13º e seus §§ do decreto-lei n. 311), a depositar na Secretaria do Diretorio Regional de Geografia, em duas vias autenticadas,

o mapa do respectivo território, satisfazendo os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3º — As áreas mapas deverão ser anexadas às planilhas das áreas "urbana" e "suburbana", tanto da cidade sede do município, como das respectivas "vilas" (sedes distritais).

§ 1º — A delimitação dessas áreas será feita por a os dos governos municipais, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data da presente lei.

§ 2º — A delimitação aqui prevista consistirá na descrição, por linhas naturais ou reas, facilmente identificáveis no terreno, das duas perimetros necessários — o da "área urbana" (interior) e o da "área suburbana" (exterior), de cada vila do município e da cidade que lhe for sede.

§ 3º — Cópias autenticadas desses atos serão enviadas ao Diretorio Regional de Geografia e à Junta Regional de Estatística, que as retransmitirá, respectivamente, ao Conselho Nacional de Geografia e ao Conselho Nacional de Estatística.

§ 4º — Na delimitação dos perimetros das vilas obedecer-se-á desde logo ao critério fixado no art. 11 do decreto-lei n. 311, isto é, o de abrangem as respectivas áreas urbana e suburbana, em conjunto, pelo menos trinta moradias.

§ 5º — Na delimitação, porém, dos perimetros da sede municipal, atender-se-á desde logo, para fins de uniformidade da estatística nacional, à necessidade de ficarem abrangidas pelo menos duzentas moradias no perimetro traçado para a "área urbana" (critério estabelecido no art. 12 da lei citada).

Art. 4º — Para elaborar o novo projeto do quadro territorial do Estado, cuja decretação o mandata vigorar a

partir de 1º de julho vindouro (art. 16 § do decreto-lei n. 311), fica constituída uma comissão de três membros, composta de um representante do "Diário Oficial" do Estado, de um representante da Diretoria Regional de Geografia e de um terceiro técnico de livre designação do Governo.

§ 1º — Ficará incumbida a comissão a elaboração e apresentação dos Governos municipais e dos seus respectivos representantes do cumprimento do art. 2º e art. 3º, dando preferência, relativamente aos perimetros, urbanos e suburbanos.

§ 2º — Essa comissão, dentro de uma vez somente, a atribuição fixada neste artigo, estabelecerá em 15 de maio de 1938 o tempo que for necessário, incumbida de nomear e nomear as providências dos governos municipais, com o cumprimento do art. 12 do decreto-lei n. 311, sob o prazo dos mapas municipais.

§ 3º — Enquanto funcionar, essa Comissão, trabalhará em entendimento com o Diretorio Regional de Geografia e com a Junta Executiva Regional de Estatística, elaborando, no que estiver ao seu alcance, no desenvolvimento dos trabalhos que se fizerem necessários ao fim de que a revisão da Carta Geral da República e a revisão das próximas sessões legislativas, no sentido de serem as providências do decreto-lei n. 237 de 1 de fevereiro de 1938.

Art. 5º — Esta lei, desde a data de sua publicação, revogando a legislação em contrário.

Vitoria, 31 de março de 1938

JOAO PUNARO BLEY
Celso Custódio Nogueira da Silva
Alfredo de Lima Cabral
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

Quarta-feira, 1 de Abril de 1938

DIÁRIO OFICIAL

3.ª PAGINA

Circunscrições exclusivamente Judiciárias			Circunscrições exclusivamente Administrativas		Circunscrições Simultaneamente Administrativas e Judiciárias			Sede das Circunscrições	
A — COMARCAS			B — TERMOS		C — MUNICÍPIOS		D — DISTRITOS		Catagoria
NOME	N. de ordem	NOME	N. de ordem	NOME	N. de ordem	NOME	N. de ordem	NOME	
Domingos Martins ..	9	Domingos Martins ..	15	Domingos Martins ..	15	Matum ..	55	Matum ..	Vila
						Regencia ..	60	Regencia ..	Vila
						Sta. Luzia (ex-N.B. da Penha)	61	Sta. Luzia ..	Vila
						Balco Guandú ..	62	Balco Guandú ..	Cidade
						Afonso Pena ..	63	Afonso Pena ..	Vila
						Mascarenhas ..	64	Mascarenhas ..	Vila
						D. Martins (ex-Campinho) ..	65	Domingos Martins (ex-Campinho) ..	Cidade
						Araguaia ..	66	Araguaia ..	Vila
						Pedreiras (ex-São Rafael) ..	67	Pedreiras ..	Vila
						Esplanada ..	68	Esplanada ..	Vila
						Santa Isabel ..	69	Santa Isabel ..	Vila

Decreto-Lei Estadual nº 9.222, de 31 de março de 1938 – Altera denominações de distritos.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



- **Distrito de Aracê, Paraju e Isabel**
Pelo Decreto-Lei Estadual nº 15.177, de 31/12/1943, Pedreiras passou a denominar-se Aracê, Sapucaia a denominar-se Paraju e Santa Isabel a denominar-se Isabel.

40	Domingos Martins	41	Domingos Martins	42	Domingos Martins
43	Aracê	44	Aracê	45	Aracê
46	Paraju	47	Paraju	48	Paraju
49	Isabel	50	Isabel	51	Isabel

Decreto-Lei nº 15.177 – 31/12/1943

Anexo que fixa a divisão administrativa e judiciária de Domingos Martins.

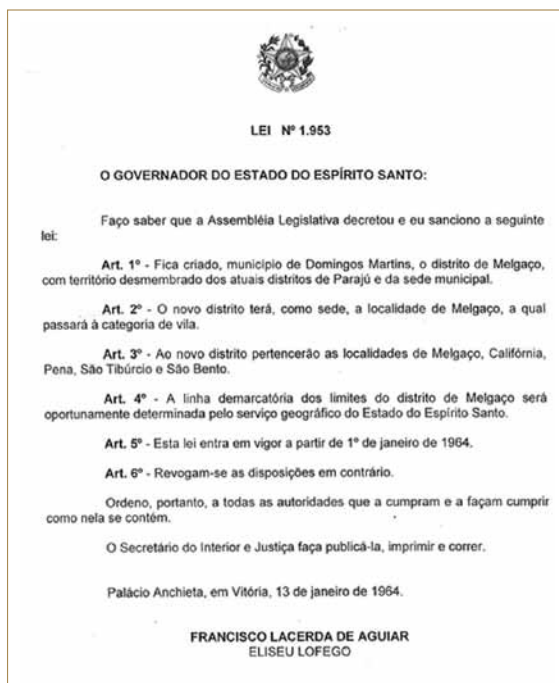
ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

■ **Distrito de Melgaço**

Pela Lei Estadual nº 1953, de 13 de janeiro de 1964, foi criado o distrito de Melgaço e anexado ao município de Domingos Martins.

■ Distrito de Marechal Floriano

Em 13 de janeiro de 1964, pela Lei Estadual nº 1956, foi criado o distrito de Marechal Floriano e anexado ao município de Domingos Martins. Portanto, o município passou a ser constituído de 7 distritos: Domingos Martins, Aracê, Araguaia, Isabel, Marechal Floriano, Melgaço e Paraju.



Lei nº 1953-E, de 13 de janeiro de 1964 - Cria o Distrito de Melgaço.

ACERVO: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Lei nº 1956, de 13/01/1964, que cria o Distrito de Marechal Floriano.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

O distrito sede de **Domingos Martins**, segundo trabalho desenvolvido por Dialog (2005), é compreendido pela sede do distrito, onde se localizam as comunidades de Soído, Panelas, São Bento, Chapéu, Fazenda Lampier, Galo, São Miguel, Pedra Branca, São Tibúrcio, Califórnia e Alto Galo.

Possui a terceira maior população do município e onde 50% de aproximadamente 8 mil habitantes, ainda vivem na zona rural. A maior concentração de equipamentos na área educacional, saúde, bancos, comércio e serviços encontra-se na sede, onde, também se concentra o maior número de construções habitacionais, uma boa parte para uso de final de semana, principalmente de moradores da grande Vitória.

Aracê inicialmente foi criado com o nome de São Rafael, mais tarde transformado em Pedreiras. Segundo Uliana (2004), quando o “governo federal decidiu construir uma rodovia ligando o Espírito Santo a Minas Gerais”, coube aos engenheiros da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo percorrer o trecho após as definições do projeto. Em suas andanças, um dos engenheiros passou a dar nomes a algumas regiões. Pedreiras foi mudado para Aracê e outras por nomes indígenas, pois era ele um admirador dos tupis-guaranis. Assim tivemos Aracê, Indaiá, Iúna, Irupi, Caparaó, Ibitirama, Manhuaçu (MG), Itarana, Itaguaçu etc. O seu nome, sabe-se apenas tratar-se de Dr. Barros. O nome indígena significa “aurora”.

O distrito conta com a quarta maior população do município e 91% desse total de 7 mil e duzentos habitantes, encontram-se na zona rural. Estão ligados a este distrito as comunidades de Bom Parto, Lajinha, São José dos Barcelos, Barcelos, Alto Jucú, Cristo Rei, Peçanha, São Bento, Nossa Senhora do Carmo, Córrego Dantas, Fazenda do Estado, Pedra Azul, o próprio Aracê, Santa Luzia, Alto Ribeirão Capixaba, Córrego Capixaba, Vitor Hugo, São Floriano, São Paulo do Aracê e Santa Bárbara. Conta ainda com a reserva florestal localizada em Pedra Azul.

A vila (sede) é bem bucólica, contando com menos de 200 moradores e está a cerca de 60 km da sede de Domingos Martins, com predominância de italianos.

A região possui muitos condomínios e hotéis construídos ali nos últimos anos, por ser voltada ao turismo.

A região de São Rafael se tornou uma vila importante, pois lá existia o Cartório de Registro Civil. De São Rafael, algumas famílias se aventuraram em direção à nascente do Rio Jucú, chegando até a região de Pedreiras, assim batizada pela grande quantidade de pedras ali existentes. Estabeleceu-se um núcleo de colonização alemã na região com a maioria das posses pertencentes ao Sr. Franz Kuster.

Já **Araguaia**, hoje distrito de Marechal Floriano, possuía como áreas de sua influência as comunidades de Fazenda Manoel Lube, Carlos Prest, Rio das Pedras, as áreas ao sul da Fazenda Buzato e da comunidade de Rio Fundo. A população deste distrito quando incorporava também a área de Santa Maria do Marechal, era responsável por aproximadamente 4 mil habitantes, onde 85% encontravam-se na zona rural.

Isabel é “uma das localidades mais antigas do município, representada pelas comunidades de Peixe Verde, Usina, Vale da Estação e Boa Vista. Esta região possui uma população aproximada de mil habitantes, onde 66%, ainda residem na zona rural.

Segundo a mesma fonte, Dialog (2005), por estar ao lado da BR-262, logo após a subida da serra para quem vem de Vitória e também pelo fato de estar ao lado da estrada de ferro Leopoldina, foi por um bom período o centro logístico e canteiro de obras durante a construção da BR, razão pela qual sua população apresenta um grande número de servidores do DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens do Espírito Santo”.

Marechal Floriano, sua sede, fica localizada também às margens da BR 262, e agrega as comunidades de Costa Pereira, Batatal, setor norte de Rio Fundo, Alto Rio Fundo, Boa Esperança Auxiliadora, Soido de Baixo, setor sul de Nova Almeida, Alto Nova Almeida, setor norte da Fazenda Busato, São Bento de Urânia e Vitor Hugo.

A população do antigo distrito era estimada em mais de 8 mil habitantes, onde 43% viviam na zona rural.



Um dos primeiros moradores de Melgaço – José Francisco Pereira.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Melgaço, com uma população em torno de 4 mil habitantes e 97% ainda residindo e trabalhando na zona rural, abrange as comunidades de Alto Melgaço, Fazenda Schwanz, Alto Rio Ponte, Rio Ponte, Alto Pena, Pena, Vitalino Kalk, Melgacinho, Zibell e Melgaço de Baixo. Está localizado a menos de 30 quilômetros da sede de Domingos Martins, por estrada asfaltada. Grande parte da sua população é de origem pomerana. Um dos primeiros moradores desta localidade foi o mineiro José Francisco Pereira, quando da construção da estrada imperial.

Parajú, o distrito com o maior número populacional do município, tem aproximadamente 8 mil e quinhentos habitantes, dos quais 96% residem na zona rural.

É representado pelas comunidades de Alto Tijuco Preto, Bringer, Tijuco Preto, Alto Areinha, Barra do Tijuco Preto, Areinha, Ponto Alto, Goiabeiras, Ribeirão Capixaba, Alto Parajú, Fazenda do Café, Schreder, Perobas, Granja Walkiria, Parajú, Rapadura e Nova Almeida.

A atividade imobiliária ganhou espaço em algumas localidades, nos últimos anos, com destaque para Parajú, Perobas e Ponto Alto. De uma região essencialmente agrícola, o comércio e serviços começou a aparecer. A região absorveu “diferentes etnias, com destaque para os italianos e alemães mais ao sul e os pomeranos, mais ao norte, na direção de Melgaço e Santa Maria.”

Biriricas. A origem do nome “surgiu de um peixe que existia na Alemanha e que estava presente em grande quantidade no rio da comunidade”. O peixe já não é mais encontrado no rio que banha o distrito.

As primeiras famílias de imigrantes vindas da Alemanha e Áustria foram Bre-menkamp, Thomes, Walcher, Volkers, Helmer e Erlacher. O primeiro desbravador da região foi o senhor João Geraldo Belshoff, “que agradou do local” e incentivou a outros que o acompanhassem.

O distrito é formado pelas comunidades de Alto Biriricas, Biriricas de Baixo, Fazenda Thomas e Biriricas. A maioria dos habitantes reside também na zona rural e produzem banana, café, aipim, frutas e hortaliças, principalmente.

Sapucaia. Com auxílio da diretora da escola, foi possível resgatar esta história: “Essa comunidade originou-se da chegada dos colonizadores alemães que vieram para o município de Domingos Martins, inicialmente, através da colônia de Santa Isabel”.

O município era constituído em sua maioria por matas e não existiam estradas. Alguns colonizadores recebiam serviços para fazerem, e foi quando os alemães Jacó Velten, João Nicolau Velten e Guilherme Velten receberam a missão de abrir estradas de Santa Isabel até a fazenda do estado, para que pudesse ali chegar alimentos, remédios, dentre outras necessidades.

Depois de trabalhar por vários meses, eles chegaram a um lugar denominado Sapucaia (Parajú). Continuaram seus trabalhos e decidiram subir as picadas. Passaram-se algumas semanas e finalmente chegaram a uma localidade mais plana, onde os três alemães começaram a pensar na possibilidade de fazer suas casas. Entretanto, teriam que lutar pela posse daquelas terras. Decorridos alguns meses, eles a obtiveram.

Logo após construíram suas casas com materiais retirados da natureza, formaram suas famílias, mas ainda faltava um nome para esse lugar. Reuniram-se e colocaram o nome de Alto Sapucaia. A localidade começou a crescer e a ela foram chegando novas famílias.

O tempo foi passando e a cada ano aumentava mais o número de moradores em Alto Sapucaia. Nessa região havia muita madeira de Parajú, daí Sapucaia passar a se chamar de Parajú, que se tornou distrito de Domingos Martins tornando-se Alto Sapucaia, e posteriormente Alto Parajú.

Em meio ao crescimento, a comunidade prescindia de comércio, atividade a que o senhor João Oscar Bonifácio e Felipe Klippel se dedicaram construindo as duas primeiras vendas de Alto Parajú.

Algumas localidades que também merecem destaque foram **Soído** – fundada em 1862 pelos imigrantes das famílias Hoffman, Littig, Klippel, Damm, Balzer, Köhler e algumas do Ceará. Essas famílias se estabeleceram em Braço do Sul, no sentido de Guapari. Outras famílias que ali se fixaram foram Hüver, Ewald, Tesch, Kleim, Kill, Schneider, Stein e Wernerbasch.

Tijuco Preto. Também com o auxílio da direção da escola de ensino fundamental Fazenda Alberto Bringer, foi possível resgatar essa história:

“A comunidade Bringer era chamada de Tijuco Preto 2, porque a sua vizinha também se chama Tijuco Preto, que significa barro preto. No passado era uma comunidade só. Os primeiros moradores de Tijuco Preto 2 foram apenas 4, que deram origem às famílias tradicionais: Raasch, Zitlow, Helker e Benevitz. Eles frequentavam a igreja luterana em Tijuco Preto e naquela época não havia estradas para locomoção das famílias. Eram abertas picadas no meio da mata, principalmente margeando o rio Tijuco Preto, uma das fontes de água potável, uma necessidade daquele tempo para alimentação, banho etc. As famílias adoravam um forró e para isso se reuniam uns nas casas dos outros para dançar a noite toda no meio do terreiro, utilizando-se apenas de lamparinas, já que energia elétrica não existia. O primeiro gerador de produção de energia foi montado pelo senhor Edmundo Bringer e foi uma novidade para todos.

O primeiro rádio foi também por ele comprado e muitas pessoas se aglomeravam para ouvir e admirar aquele instrumento fechado falar e tocar música. A primeira estrada para passar carro foi construída com a colaboração de vários moradores e com início no terreiro do senhor Edmundo Bringer até a fazenda Espíndola. Mais tarde, foi

estendida até a comunidade de Tijuco Preto de Baixo, também conhecida como vila dos Borghardt. O primeiro carro foi um Chevrolet adquirido pelo senhor Edmundo. Depois disso, a modernidade foi chegando e outros também fizeram suas aquisições.

A situação sócio-econômica da comunidade era de classe média baixa. As pessoas viviam principalmente da atividade agrícola. A maioria das famílias possuía uma pequena propriedade de terra, onde trabalhavam com produção de café, plantavam milho (apenas para alimentar os animais que criavam), feijão para a alimentação da família e para vender parte da produção. Algumas plantavam verdura (repolho, pepino, etc.), legumes, alho, dentre outros, mas sempre em pequenas quantidades. Tem crescido significativamente o plantio de morango na região.

A criação de animais é pequena e apenas algumas famílias criam gado, apenas para tirar leite e uso da carne. A maioria cria apenas galinhas, também para o sustento da família.

Essa comunidade é povoada por descendentes de pomeranos, que preservam costumes, hábitos e a língua, específico deste povo tradicional. Possuía clima e frio intenso no inverno, chegando até mesmo a ocorrer pequenas geadas. No verão o clima era mais ameno, possibilitando o cultivo de várias hortaliças e frutas apropriadas para temperaturas mais baixas.

Atualmente, a comunidade Bringer conta com uma população maior, possuindo igreja católica na sua sede, uma escola, boas estradas para locomoção das pessoas que por aqui passam, vindo de Santa Maria de Jetibá, de Afonso Cláudio ou da sede do município. É uma comunidade que está se desenvolvendo e apresenta um futuro promissor.”

Galo. Ainda de acordo com a direção da escola, esta comunidade, eminentemente rural, encontra-se distante 12 quilômetros da “sede do Município de Domingos Martins, fazendo divisa territorial com o município de Santa Leopoldina e também com as comunidades de Califórnia, São Miguel, Fazenda Lampier, Panelas e Biriricas.

Toda a comunidade do Galo possui um relevo montanhoso, localizada em um vale podendo ser avistada da sede do município. Apesar de montanhoso, as pequenas propriedades são muito produtivas e os proprietários cultivam plantações de banana, café, mexerica e laranja. As áreas em planaltos são utilizadas para o cultivo de hortaliças, milho e feijão. O trabalho é árduo, pois quase toda a mão de obra necessária para estes plantios é familiar e poucas máquinas são utilizadas para facilitar o trabalho, como a tobata e a roçadeira. Estradas sem pavimentação são conservadas com máquinas niveladoras, sempre que necessário. Também possui pontes de concreto e pontes de madeiras.

Todo esse vale possui um bom número de fontes de águas naturais (nascentes), são captadas e utilizadas nas residências (sem nenhum tratamento específico), ou formam represas artificiais para criação de peixes e irrigação, principalmente de hortaliças. Possui também dois rios com margens pouco preservadas, mas em seu leito natural é possível observar pequenas quedas d'água e uma cachoeira denominada Cascata do Galo, ponto turístico da comunidade.

Nas horas de folga, as pessoas da comunidade têm várias opções de lazer, com atrações turísticas conhecidas em todo o Estado. Na Igreja realizam-se cultos dominicais, missas e festas comunitárias. As religiões predominantes são luterana, da IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e IELB - Igreja Evangélica Luterana do Brasil e católicos, sempre unidas nas melhorias e nas festividades da comunidade. Já as crianças dispõem de mínimas condições de lazer, utilizando a criatividade e a liberdade de espaço para distração. As opções de lazer estão ligadas também à prática de esportes radicais, já que o Circuito do Galo está inserido na Mata Atlântica. As belezas naturais contidas no espaço são ideais para caminhadas, rapel, rafting ou até mesmo um mergulho na cachoeira.

A população, descendente de alemães da Pomerânia e Renânia, preserva alguns costumes, principalmente as línguas pomerana e hunsrückisch, mantendo construções rurais típicas. Essas construções situadas ao redor do circuito eram habitadas por descendentes pomeranos e renanos, adeptos da prática da comida caseira.

A comunidade dispunha de três igrejas, mercearias, pontos turísticos e uma associação de produtores rurais. Possuía também duas escolas municipais, a EMPEF Florianópolis Augusto Dittrich, que atendia Educação Infantil e Ensino Fundamental, e a EMUEF Sítio Dois Pinheiros, desativada desde março de 2010, espaço utilizado para atender à comunidade em reuniões.

Atualmente, a comunidade do Galo está sendo valorizada devido à beleza natural, ao sossego, à segurança, e ao contato direto com a natureza; por isso constantemente há vendas de pequenos lotes e/ou sítios, adquiridos por pessoas das áreas urbanas, sem conhecimento do espaço rural, utilizando a área apenas como fonte de lazer nos finais de semana. Outro fator que deve ser observado é a questão da poluição da água e do solo. Muitas residências ainda não possuem fossas, muitos agricultores utilizam agrotóxicos de forma inadequada e o lixo inorgânico, com coleta acontecendo somente uma vez por semana, não atende toda a coletividade.

OBS.: A professora Mimi Krüger Dietrich, que ainda vive na comunidade, afirma que a origem do nome Galo surgiu da seguinte história:

“Antigamente, os colonos vinham até Campinho para vender os seus produtos. Os frangos eram transportados pendurados em uma grande vara apoiada nos ombros de dois cidadãos. Certo dia, quando atravessaram o rio Galo, sobre uma pinguela, um frango levantou a cabeça e cantou. Os colonos ficaram admirados com o acontecimento e como o rio ainda não possuía nome, batizaram-no como rio do Galo e, com ele, toda a região.”

Pedra Branca. Esse histórico também só foi possível com a participação da direção da escola municipal unidocente e ensino fundamental Pedra Branca.

No início do século XIX, entre 1812 e 1816, o governo mandou abrir uma estrada de tropas de burros que ligaria Vila Rica (Minas Gerais) ao porto de Vitória.

Um dos ramais da estrada passou por Pedra Branca, na direção sul para o norte cruzando uma serra. Os mineiros, como eram chamadas as pessoas que trabalhavam na abertura da estrada, encontraram na virada da serra uma pedra de cristal, com um metro

fora do chão. Ao atravessá-la, logo adiante, construíram um quartel, lugar de segurança contra os animais ferozes que viviam na mata. Era também lugar de abrigo, daí a denominação do lugar: Pedra Branca.

O achado da pedra foi comunicado ao Imperador, mas como não tinham como transportá-la devido ao seu tamanho e encontrar-se num lugar de difícil acesso, o governo mandou cobri-la de terra, para que não fosse danificada pelo fogo, já que era comum na época destruir a mata com queimadas.

Desde então, ninguém viu mais a pedra. Uns dizem que ela foi quebrada e vendida, outros que ela continua enterrada no lugar e que se encontra coberta de mata fechada.

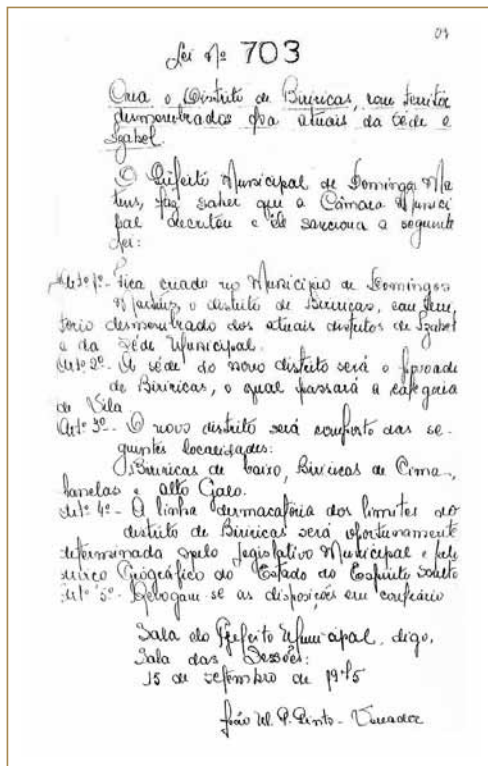
Entre os primeiros moradores figuram: Emanuel Espíndula, José Francisco Pereira, José Espíndula, o Zéca como era chamado, dono de uma fazenda, e Luiz Espíndula que possuía outra. Também as famílias Kill, Baumgartner, Pereira Barcellos, Wellmer, Furtado e Ewald eram proprietárias de terras na localidade.

Por volta de 1890, chegou ali a família Bullerjahn, que comprou boa parte das terras que pertenciam a José Espíndula. Mais tarde, o Sr. Luis Espíndula vendeu toda sua propriedade para o Sr. Eugênio Sant'Ana.

O rio Jucú, que passa perto da escola, divide a comunidade com São Bento do Chapéu e também faz parte desta história. Passou por grandes enchentes nos anos de 1959, 1960 e, mais tarde, no ano de 1979. Nas duas primeiras, levou a ponte que ligava as duas localidades.

Nos anos de 1935 a 1945, o rio foi invadido pelos garimpeiros, que fizeram grandes escavações nas suas margens destruindo a paisagem natural. Não satisfeitos com o ouro que tiravam, passaram a assaltar as casas dos agricultores locais em plena luz do dia, fazendo-os reféns. Depois de presos, foram expulsos do município.

■ Lei nº 703, de 15 de setembro de 1975. Cria o distrito de Biriricas

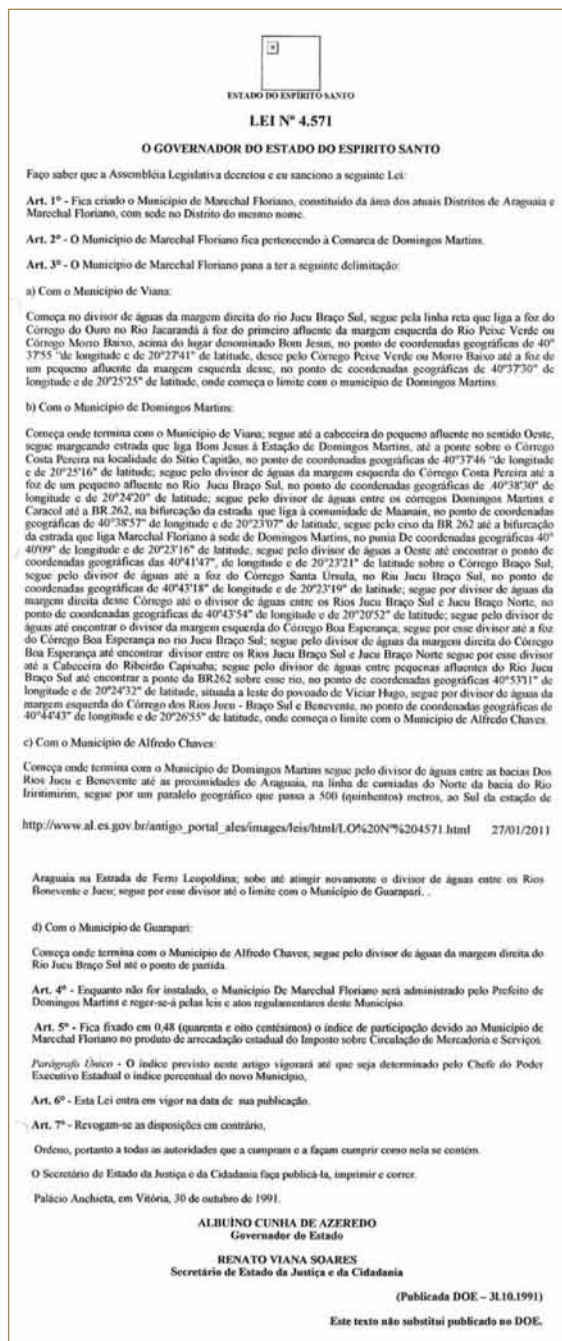


Lei nº 703, de 15 de setembro de 1975.
Cria o distrito de Biriricas.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

■ Criação do município de Marechal Floriano

Pela Lei Estadual nº 4.571, de 30 de outubro de 1991, foram desmembrados do município de Domingos Martins os distritos de Marechal Floriano e Araguaia, para formar o novo município de Marechal Floriano.



Lei nº 4571, 30/10/1991 – Cria o município de Marechal Floriano.

ACERVO: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

■ Nova Divisão Territorial

Até 2010, o município ficou constituído por 6 distritos: Domingos Martins, Aracê, Isabel, Melgaço, Paraju e Biriricas.



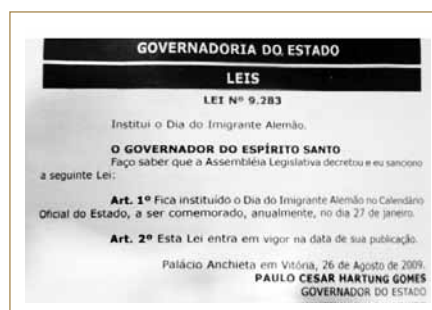
Divisão Territorial de Domingos Martins – 2010.

OBS.: Mapa ainda sem o distrito de Biriricas

ACERVO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

■ Dia do Imigrante Alemão

A Lei nº 9.283, de 26/08/2009, publicada no DOU de 27/08/2008, instituiu o Dia do Imigrante Alemão, comemorado no dia 27 de janeiro de cada ano.



Lei nº 9.283-26/08/2009 – DOE 27/08/2009.

ACERVO: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Características Físicas e Geográficas

O município possui relevo acidentado e montanhoso fazendo parte da chamada zona serrana do centro. Está localizado a 42 quilômetros da capital do Estado. Limita-se com os municípios de Afonso Cláudio, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, ao norte; Vargem Alta, Alfredo Chaves e Marechal Floriano, ao sul; Viana e Cariacica, ao leste, e Castelo e Venda Nova, a oeste.

Possui uma superfície de 1.231, 29 quilômetros quadrados, com uma população estimada de 32 mil habitantes.

Comarca Estadual (Juizado e Ministério Público)

O município foi elevado a comarca em 27 de dezembro de 1918, como 2ª entrância, pela Lei Estadual nº 1.160. Seu primeiro juiz foi o Dr. João Manoel de Carvalho. Funcionou inicialmente no prédio que abriga a Casa da Cultura.

Hoje, a magistratura está instalada em prédio próprio, bastante funcional, à avenida Presidente Vargas nº 589, centro da cidade. O fórum recebeu o nome de “Guterres Valle”.

O seu primeiro juiz, Dr. João Manoel, ficou na comarca por 7 anos (1919 a 1926). Homenageamos os 17 primeiros magistrados que deram sua contrubuição para a manutenção da ordem e da paz no município, utilizando-se como fonte o Tribunal de Justiça – Seção de Registro Funcional de Magistrado – Coordenadoria de Recursos Humanos – Secretaria de Gestão de Pessoas.



João Manoel de Carvalho
(1919 a 1926)

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 09 de junho de 1886.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1911.

Foi reitor da Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo e o primeiro juiz da Comarca de **Domingos Martins**.

Faleceu em 20 de janeiro de 1971



F. A. Torres Bandeira
(1926 a 1931)



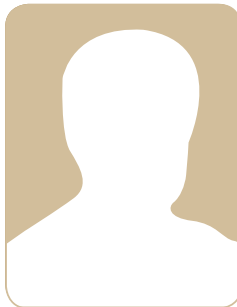
Raimundo José Guterres Valle

(1931 a 1934)

Nasceu em São Luiz, Maranhão, em 1891. Faleceu em 22 de outubro de 1939 na cidade de Vitória.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1914.

Foi promotor público e em 1921 ingressou na magistratura. Exerceu a judicatura nas comarcas de São Mateus, São Pedro do Itabapoana e **Domingos Martins**.



Sem Informação

(1934 a 1936)



Manoel Xavier Paes Barreto Filho

(1936 a 1949)

Nasceu em Petrolina, estado de Pernambuco, em 08 de outubro de 1906. Bacharelou-se em 1929 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, foi promotor público nas comarcas de Santa Teresa e Capital. O seu ingresso na magistratura do estado ocorreu em setembro de 1933 como juiz de direito da comarca de São Mateus. Atuou nas comarcas de Itaguaçu, **Domingos Martins**, Guarapari, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e capital. Faleceu em 10 de outubro de 1991.



José Paulino Alves Junior

(1949 a 1955)

Nasceu em Porciúncula, no interior do Estado do Rio de Janeiro, em 1895. Foi membro do Ministério Público e professor de português e literatura da Escola Pedro II, de Vitória. Pertenceu a Academia Espiritosantense de Letras, tendo ocupado a cadeira nº 32.

Em **Domingos Martins** além de exercer o cargo de juiz de direito, foi um dos coordenadores da criação do ginásio do município. Foi seu primeiro diretor e professor.



Meroveu Pereira Cardoso Junior

(1955)

Nasceu em Alto Calçado, distrito de São José do Calçado, em 21 de abril de 1907.

Formou-se pela faculdade de direito da Universidade Federal do Espírito Santo em 1935.

Foi prefeito da cidade de Muqui. Iniciou a carreira no Ministério Público Estadual e ingressou na magistratura em abril de 1946.

Exerceu as funções nas comarcas de Barra de São Francisco, Muniz Freire, São José do Calçado, Guarapari, **Domingos Martins**, Baixo Guandu e Vitória. Faleceu em 18 de outubro de 1983.



Epaminondas Pimentel

(1955 a 1958)

Nascido no dia 02 de outubro de 1902, no antigo município de Nova Almeida, hoje Fundão. Filho de Manoel Rocha Archimimo Pimentel e de Silvana Martins Pimentel, casou-se com Leopoldina da Costa Pimentel.

Iniciou sua vida pública como professor primário. Em 1933, foi nomeado promotor público, tendo iniciado suas atividades pelo município de São José do Calçado. Em 1949, ingressou na magistratura capixaba como juiz de direito em Iúna, Canceição da Barra, Aracruz e **Domingos Martins**.



Mário da Silva Nunes
(1958 a 1961)

Nascido em Vitória, em 25 de dezembro de 1919. Bacharelou-se pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1935.

Ingressou na magistratura em 1947, na comarca de São Mateus. Judicou nas comarcas de Guarapari, Afonso Cláudio, Colatina, **Domingos Martins** e Vitória. Faleceu em Vitória no dia 19 de abril de 1976.



Jorge Duarte de Azevedo
(1961)

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, aos 14 de julho de 1926, filho de Alexandre Alvares Duarte de Azevedo e de Celina Furtado Duarte de Azevedo. Diplomou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – Rio de Janeiro. No Espírito Santo exerceu o cargo de promotor público, juiz substituto e promovido por merecimento, com cargo de juiz de direito entre 1957 a 1961. **Domingos Martins** foi um dos municípios em que exerceu a suas atividades de juiz. Transferiu-se posteriormente para Brasília – DF.



José Francisco Léllis Horta
(1961 a 1964)

Nasceu em 21 de setembro de 1830, filho de Camilo e Ana Léllis.

Foi aluno do Seminário do Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Casou-se com Francisca Encarnação Léllis.

Professor em Vitória durante 53 (cinquenta e três) anos. Trabalhou em várias comarcas, inclusive em **Domingos Martins**.



Homero Mafra
(1964 e 1965)

Nasceu em Itanhandu, Minas Gerais, no dia 22 de maio de 1923. Bacharelou-se em 1952 e iniciou a carreira na magistratura em 1956.

Trabalhou nas comarcas de Mucurici, São José do Calçado, **Domingos Martins**, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Linhares e Colatina.

Faleceu em 21 de dezembro de 1984.



Hilton Sily
(1965 e 1966)

Nasceu em Vitória, no dia 24 de janeiro de 1922. Os estudos primários e secundários foram realizados na cidade de Castelo respectivamente no Grupo Escolar “Nestor Gomes” e Colégio Estadual e Escola Normal “João Bley”.

Formou-se em direito pela faculdade de Direito do Rio Janeiro em 1959.

Em outubro de 1958 ingressou na magistratura por concurso, tendo judicado nas comarcas de Ecoporanga, São Mateus, **Domingos Martins**, Mucurici, B. São Francisco, Castelo, Guarapari, Colatina, Vila Velha e Vitória.

Faleceu em 02 de fevereiro de 2001



Arione Vasconcelos Ribeiro
(1966 e 1967)

No dia 31 de agosto de 1933, nascia na cidade de Mimoso do Sul, o futuro desembargador Arione Vasconcelos. Foi nesta cidade que iniciou os seus estudos no Grupo Escolar “Monteiro da Silva” e Colégio Normal “Monsenhor Elias Tommasi”. O seu curso de direito foi feito na Universidade Federal do Espírito Santo, concluído em 1957.

Casou-se com uma conterrânea, de família tradicional: “Perciano”.

Ingressou na magistratura em 1964, tendo exercido suas funções nos municípios: Lúna, Alegre, Linhares, Colatina, Muniz Freire, **Domingos Martins**, Afonso Cláudio, Castelo e Vitória.



Antonio José Rua

(1967 e 1969)

Sua origem é de Celina, distrito de Alegre, nascido em 27 de dezembro de 1915.

Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de Niterói em 1938, tendo iniciado a sua advocacia em Castelo.

Ingressou na magistratura no ano de 1949. Foi diretor do Colégio Estadual e Escola Normal “João Bley”, em Castelo.

Ao retornar as suas atividades na magistratura, julgou nas comarcas de Santa Leopoldina, **Domingos Martins**, B. São Francisco, Guarapari e Vitória.

Faleceu em 01 de janeiro de 1989.



Antônio Ferreira de Azevedo

(1969 a 1973)



Sérgio Bizzoto Pessoa de Mendonça

(1973)

Nascido em Belo Horizonte no dia 30 de junho de 1946, filho de Urquiza Pessoa de Mendonça e Gioconda Bizzotto Pessoa de Mendonça.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1970.

Possui conhecimentos da língua russa e alemã. Em 1971 passou a exercer a advocacia em Vitória tendo ingressado no Ministério Público em 1972. No ano de 1974, atuou como juiz de direito da comarca de Mutum – MG. O seu ingresso na magistratura capixaba ocorreu em 30 de dezembro de 1974, tendo atuado nas comarcas de Mucurici, **Domingos Martins**, Lúna, Linhares e Vitória.

Foi promovido a desembargador por merecimento em 16 de maio de 1996.

A partir de 1973, atuaram na comarca sem cronologia de datas (não há este tipo de controle disponível nos arquivos do Judiciário):

- Lúcia de Barros – 1984.
- Sebastião Vieira Rangel – 1987 a 1995.
- Alinaldo Faria de Souza – 1988.
- Telemaco Antunes de Abreu Filho – 1989.
- Fernando Pinaud de Oliveira – 1990.
- Ney Batista Coutinho – 1990.
- Magda Regina Lugon Arantes – 1992.
- João de Deus Alochi – 1992.
- Raimundo Siqueira Ribeiro – 1993.
- William Silva – 1994.

- Thales Barbosa – 1994 e 1995.
- Cesar Cariello – 1995.
- Cláudia Vieira de Oliveira Araújo – 1998.
- Getter Lopes de Faria Junior – 1999.
- Airton Soares de Oliveira – 2000.
- Carmen Lúcia Corrêa – 2000.
- Alexandre Martins Castro Filho – 2000.
- Lisandro Ambos Corrêa da Silva – 2001.
- Ubirajara P. Pinheiro – 2001.
- Orion Mengar – 2002 e 2003.
- Jefferson Antonio Rodrigues Bernardo – 2002 até 2012
- Emília Coutinho Lourenço 2007
- Mônica da Silva Martins – não encontrada a data, assim como para os demais.
- Júlio Cesar de Oliveira
- Joseph Haddad Sobrinho
- Andre Koobovisk
- Otto Rodrigues Xavier
- Gilberto Chaves de Azevedo
- Josenider Varejão Tavares
- José Leão Ferreira Souto
- Frederico Pimentel – “Fredinho”
- Jorge Henrique Valle dos Santos
- Marco Antonio Barbosa de Souza
- Patricia Leal de Azevedo
- Carlos Roberto Almeida Amorim
- Cintia Rocha Pena
- Leticia Maia Saúde
- Pedro Cordeiro

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério Público de Domingos Martins, por meio de ofício ao autor, em 2011, os subsídios para recuperação de parte da história do Ministério Público foram fornecidos pela Promotoria de Justiça cumulativa de Domingos Martins e pela coordenadoria do memorial da Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Segundo essas fontes, antes da instalação da promotoria os promotores de justiça atuavam diretamente no fórum, sem espaço físico próprio.

A “promotoria só foi implantada por intermédio da portaria nº 784, de 20 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial de 22 de dezembro de 1999”. [...]

O primeiro promotor da comarca foi o Dr. Lauro Faria Santos, em 1918, vinculado ao Poder Judiciário. Com o advento da lei nº 1740/62, foi possível resgatar a maioria dos promotores, através das promoções, remoções e designações, sendo o primeiro nomeado a partir desta data o Dr. Carlos Guilherme de Carvalho, que chegou a ocupar o cargo de Procurador de Justiça entre 1971 e 1974.

Além da relação levantada a partir de 1962, com auxílio da coordenação do memorial do MPES, outros nomes anteriores a esta data, foram identificados:

- Alcides do Amaral Semblano
- Cleber Afonso de Barros da Silveira
- Antonio Carlos Moraes
- Paulo Augusto Costa Alves
- José Nunes de Mendonça
- Marlusse Pestana Daher
- Ronald de Souza
- Ulysses Gusman
- Vicente Nolasco Costa
- Luiz Carlos Nunes
- Haedel Mello Carneiro

Outros:

- Abimar Pereira dos Santos
- Arlindo Sasso
- Ayr Frasson
- Carlos Itiberê Rezende de Castro Caiado
- David Queiroz
- Durval Albert Barbosa Lima
- Ezequiel Ronchi Netto
- Jeovah Miranda Ferreira
- José Lauro Herzog
- José Maria de Oliveira
- José Tavares Pimenta
- José Venâncio Salgueiro Machado
- Lourival Lima do Nascimento
- Maurício de Olilveira
- Nilson Fávaro Bermudes
- Zélio Guimarães Silva

A partir de 1962, estes foram os promotores:

Promoção

- Sabrina Coelho Machado Fajardo – 2008
- Andréia Bucker do Nascimento Cardoso – 2006
- Carla Mendonça de Miranda Barreto – 2006
- Cássio Souza Salomão – 2006
- Sabrina Coelho Machado Fajardo – 2006
- Jucelia Marchiori – 2005
- Marco Antonio Nogueira – 2005

- Airton Barbosa Lima – 1994
- Ana Brandão da Costa – 1993
- Arlinda Maria Barros Monjardim – 1993
- Fabiana Fontanella – 1993
- Altamir Mendes de Moraes – 1992
- Annina Lícia de Amorim Rubim Grégio – 1992
- Arlinda Maria Barros Monjardim – 1992
- Elias Faissal Junior – 1992
- Ionara de Freitas Tatagiba – 1992
- Rachel Bardi Gusman – 1992
- Saul Claudio Guimarães Maineri – 1992
- Elda Marcia Moraes Spedo – 1991
- Eloiza Helena Chiabai – 1991
- Maria de Moraes Carvalho – 1991
- Monica Cristina Moreira Pinto – 1986
- Ananias Ribeiro de Oliveira – 1985
- Licéa Lúcia Vaz de Araujo – 1983
- William Baptista de Araujo – 1982
- Eraldo Gomes de Azeredo – 1981
- Antonio Carlos Moraes – 1980
- Willion Fernando Boato – 1979
- Alcides do Amaral Semblano – 1974
- Cleber Afonso Barros da Silveira – 1974
- José Nunes de Mendonça – 1970
- Alberto Daniel – 1969
- Paulo Augusto Costa Alves – 1964

Remoção

- Evaldo Teixeira – 2009
- Noranei Ingle – 2008
- Andréia Bucker Nascimento Cardoso – 2006
- Carla Mendonça de Miranda Barreto – 2006
- Cássio Souza Salomão – 2005
- Jucelia Marchiori – 2005
- Marco Antonio Nogueira – 2000
- Marco Antonio Nogueira – 1997
- Noranei Ingle – 1997
- Noranei Ingle – 1994
- Airton Barbosa Lima – 1993
- Ana Brandão da Costa – 1993
- Fabiana Fontanella – 1993
- Marco Antonio Nogueira – 1993
- Altamir Mendes de Moraes – 1992
- Arlinda Maria Barros Monjardim – 1992
- Fabiana Fontanella – 1992
- Luiz Renato Azevedo da Silveira – 1992
- Rachel Bardi Gusman – 1992
- Annina Lícia de Amorim Rubim Grégio – 1991
- Elda Marcia Moraes Spedo – 1991
- Elias Faissal Junior – 1991
- Eloiza Helena Chiabai – 1991
- Licéa Maria de Moraes Carvalho – 1991
- Monica Cristina Moreira Pinto – 1986

- Ananias Ribeiro de Oliveira – 1984
- Célia Lúcia Vaz de Araujo – 1983
- William Baptista de Araujo – 1981
- Eraldo Gomes de Azeredo – 1980
- Antonio Carlos Moraes – 1979
- Cleber Afonso Barros da Silveira – 1974
- Willion Fernando Boato – 1974
- Alcides do Amaral Semblano – 1972
- José Nunes de Mendonça – 1970
- Alberto Daniel – 1964
- Paulo Augusto Costa Alves – 1963

Designação

- Lauanda Abdala Brandão da Costa Bellucio – 2000
- Marco Antonio Nogueira – 2000
- Noranei Ingle – 2000
- Sandro Rezende Lessa – 2000
- Adriana Dias Paes Ristori Cotta – 1999
- Arlinda Maria Barros Monjardim – 1999
- Cleuzeni Maria Fernandes – 1999
- Jeferson Ribeiro Gonzaga – 1999
- Miriam de Oliveira Anicio – 1999
- Noranei Ingle – 1999
- Rogerio Porto Pestana – 1999
- Sueli Penha da Silva Leite – 1999
- Fernando Henrique Campos Ramos – 1998

- Jeferson Ribeiro Gonzaga – 1998
- Noranei Ingle – 1998
- Andréa Heidenreich Melo – 1997
- Janaina Rocha Raymundo Alvim – 1997
- Jerson Ramos de Souza – 1997
- Luiz Alberto Nascimento – 1997
- Noranei Ingle – 1997
- Luiz Alberto Nascimento – 1996
- Marco Antonio Nogueira – 1996
- Noranei Ingle – 1996
- Jeferson Ribeiro Gonzaga – 1995
- Luiz Alberto Nascimento – 1995
- Noranei Ingle – 1995
- Luis Augusto Suzano – 1994
- Marco Antonio Nogueira – 1994
- Marlusse Pestana Daher – 1994
- Claudio José Ribeiro Lemos – 1993
- Fabiana Fontanella – 1993
- Jeferson Ribeiro Gonzaga – 1993
- Luiz Alberto Nascimento – 1993
- Marcello Souza Queiroz – 1993
- Rovená Ferraz de Souza – 1993
- Sebastião Afonso Marino – 1993
- Cleber Tadeu Tótola – 1992
- Clovis José Barbosa Figueira – 1992
- Fabiana Fontanella – 1992

- Fernando Zardini Antonio – 1992
- Jane Maria Vello Corrêa – 1992
- Jeferson Ribeiro Gonzaga – 1992
- Katia Teresa Gujanwski – 1992
- Lucimara Marques Adami – 1992
- Saul Claudio Guimarães Maimeri – 1992
- Andréa Maria da Silva Rocha – 1991
- Annina Lícia de Amorim Rubim Grégio – 1991
- Arlinda Maria Barros Monjardim – 1991
- Elisabeth a Costa Pereira – 1991
- Eliezer Siqueira de Sousa – 1990
- Teresinha Familiar – 1990
- Ananias Ribeiro de Oliveira – 1989
- Eliezer Siqueira de Sousa – 1989
- Ananias Ribeiro de Oliveira – 1987
- Eloiza Helena Chiabai – 1987
- Manoel Antonio de Barros – 1986
- Mariela Santos Neves Siqueiro – 1986
- Teresinha Familiar – 1985
- Sylvio Bulcão Aceti – 1984
- Antônio Carlos Amancio Pereira – 1983
- Célia Lúcia Vaz de Araujo – 1983
- Cleber Afonso Barros da Silveira – 1983
- Ronald de Souza – 1981
- Célia Lúcia Vaz de Araujo – 1980
- Catarina Cecin Gazele – 1979

- William Baptista de Araujo – 1975
- Willion Fernando Boato – 1972
- Israel José de Melo – 1971
- Ulysses Gusman – 1971
- Vicente Nolasco Costa – 1971
- Willion Fernando Boato – 1971
- Israel José de Melo – 1970
- Willion Fernando Boato – 1970
- Cleber Afonso Barros Da Silveira – 1969
- José Nunes de Mendonça – 1969
- Luiz Carlos Nunes – 1969
- Wolmar Bermudes – 1964
- José Luiz Claudio Correa – 1963
- Martin Francisco Lima – 1959
- Antonio Roberto Dalla de Almeida – 1957
- Haedel Mello Carneiro – 1957
- Alberto Daniel – 1956
- Eduardo Durão Cunha – 1956
- Haedel Mello Carneiro – 1956
- José Gama Sobreira – 1956
- Sabrina Coelho Machado Fajardo – 2008

Primeiros Servidores (funcionários) do Município

Na sessão extraordinária do dia 23 de dezembro de 1893, ficou decidido realizar-se as primeiras nomeações, em caráter provisório, do pessoal “mais necessário”, ao início das atividades do município. Os atos foram assinados pelo presidente Felipe Endlich e por José Pereira da Cruz, que serviu de secretário.

- um porteiro: Rodolpho Koehler
- um procurador: Guilherme Schwarz
- fiscal do 2º distrito: Curt Trantvetter
- fiscal do 3º distrito: José Stein
- fiscal do 4º distrito: Alexandre Pereira de Amorim
- fiscal do 5º distrito: Joaquim Jeronymo Blancors

Com as nomeações, foi exonerado o cidadão Carciano Cesar de Paula Moraes do cargo de fiscal do 2º distrito. (Acredita-se que fora nomeado para a Vila de Viana).

Somente em 29 de janeiro de 1894, por unanimidade dos votos, os governadores (vereadores) autorizaram as nomeações definitivas dos primeiros servidores, incluindo-se o fiscal do 1º distrito, senhor Eduardo Lemke e o secretário das sessões, senhor José Pereira da Cruz.

A primeira exoneração de servidores ocorreu em março de 1894, com 4 votos dos governadores contra 1, dado pelo governador Mathias Stein, decidindo que o procu-

rador Guilherme Schwarz não faria mais parte do quadro. Para a sua vaga, indicou-se o senhor Carlos Trautvetter, fiscal do 2º distrito, nomeado agora novo procurador.

O primeiro pedido de revisão salarial foi feito pelo secretário José Pereira, que foi deferido.

Primeiras Leis

Aos 10 dias de janeiro de 1894, também em sessão extraordinária, foram aprovadas as leis que tratavam da organização municipal e código de posturas. Houve bastante debate após a leitura, feita pelo presidente, dos referidos documentos.

Outras Ações Administrativas

Em 20 de abril de 1894 foi criada a guarda municipal e estabelecido o processo que passou a regular a cobrança do imposto predial, conforme decreto nº 02 daquela data.

Na ocasião, foi apresentado também o primeiro “mappa” demonstrativo Receitas x Despesas do 1º semestre de 1894.

Decidiram os governadores pela aprovação do orçamento para melhoria do edifício onde se encontrava funcionando a prefeitura, com a unanimidade dos presentes à sessão.

Ainda em 1894, em 30 de novembro, foi realizada a primeira discussão sobre os limites territoriais com o município de Santa Leopoldina. Houve acordo para tal procedimento tendo sido, em sessão de 31 de dezembro do mesmo ano, constituída uma comissão para tratar da matéria.

Decorria o mês de maio de 1895, quando, no dia 22, os governadores Christiano, Nicolaus, Maximiliano e João Frederico autorizaram contratar, por 150 mil réis anual o abastecimento de carne verde, com o cidadão Manoel Kill.

CAPÍTULO II

ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO DE SANTA ISABEL SOB A ÓTICA DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA – 1847 A 1866 –



Às margens do Rio Jucu, foi criada em 1847, pelo Governo Provincial – por Aviso do Ministério do Império –, a Colônia de Santa Isabel “nome em homenagem à Princesa Isabel, filha do Imperador D. Pedro II, nascida em 1846”.

Por correspondência do Governo Imperial datada de 13 de abril de 1848, foi designado para dirigir a Colônia, num primeiro momento, o Dr. Frederico Wicker, natural da Alemanha, engenheiro civil, transferido do aldeamento Afonsino, em Castelo, .

Cronologicamente, as etapas de desenvolvimento da Colônia, se deram conforme relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo, extraídos das prestações de contas à Assembléia Legislativa:

■ 1847 | Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

Encaminhando relatório à Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo – 23/5/1847, sobre a implantação da colônia.

Antolhar. v. t. d. antolho(ô). Antolhos. s.m.pl. 1- Pala com que se resguardam contra a luz olhos doentes. 2 – Peças de couro ou de outra matéria opaca que se colocam ao lado dos olhos das cavalgaduras, limitando-lhes o âmbito de visão, para que não se espantem.

Tendo observado com magoa, pelo que sabia d'esta provincia, o seu estado de atrazamento a despeito de encerrar ella em si tao grandes recursos naturaes, a despeito da sua excellente posição geografica, que a devia elevar a um dos mais importantes logares entre as provincias do imperio; assim que entrei no exercicio da presidencia tratei de accuradamente estudar as causas, que mais fortemente hão concorrido, e concorrem para este estado. Desde logo se me deparou como a primeira a falta de população industriosa e livre, que se applicasse a lavoura, e tirasse de suas magnificas terras na maior extensão devolutas e incultas, o partido que offerecem com tao larga profusão. Observei tambem que logares ha na provincia, para os quaes se pode convidar a emigração estrangeira estabelecendo-se nucleos de colonisação, não só por ser ella quasi cortada de rios navegaveis, cheia de portos, e possuindo grande extensão de mattas riquissimas, ainda devolutas, muito abundantes de madeiras de lei. mas tambem por cobrirem taes mattas terrenos mui ferteis para toda a sorte de cultura, mormente de generos do paiz, e auriferos em varios pontos, accrescendo a taes vantagens a baratesa dos principaes meios de subsistencia, relativamente a outras provincias, e a abundancia de caça e de pesca, que na maior parte d'elles se encontra, além do excellente clima de grande numero de seus municipios. E sabendo que o governo imperial, desejoso de fazer acreditar a emigração, havia lançado mão da patriotica medida de proteger os colonos, que, em avultado numero, tinhão chegado a côrte, já adiantando-lhes a subsistencia, já facilitando-lhes o transporte para as provincias, em que mais utilmente podessem ser empregados, e antolhar a perspectiva de um futuro risinho para elles e para o paiz, requisitei a

remessa de alguns cazaes a fim de se estabelecerem nas terras devolutas de um e de outro lado da estrada de S. Pedro d'Alcantara. O governo imperial, que, aproveito o ensejo para declarar, tem-se mostrado sollicito em attender ás requisições da presidencia, dando-me assim uma honrosa prova de confiança, a que me confesso grato, e á provincia uma demonstração evidente de que olha com interesse tambem para esta parte do imperio, cujos destinos lhe estão confiados, attendeu a essa minha representação, e dentro em pouco tempo 163 colonos allemães forão enviados pelo Exm. ministro do imperio, e ora trato de estabelecer uma colonia na parte da referida estrada, além de Vianna uma legua e meia, pouco mais ou menos, com a denominação de colonia de — Santa Izabel.

O local escolhido reúne em si muitas das principaes vantagens de uma colonia agricola. A fertilidade das terras, abundancia de aguas de cachoeiras que se prestão ao emprego de quaesquer machinas, e a salubridade do clima, accresce a proximidade da capital, que ha de vir a ser para o futuro o mercado para o consumo, e extracção dos productos de sua industria. E ainda mais a de poderem os colonos do ponto em que se achão fazer o transporte dos mesmos productos, ou pelo rio Jucú, abrindo-se uma estrada na distancia de uma legua talvez a sabir a baixo dos cachoeiros, d'onde offerece franca e livre navegação durante todo o anno, ou pelo rio de Santo-Agostinho, e, depois de concluida a estrada, que de Vianna vae ter á colonia, o caminho prestar-se-ha commoda e facilmente á condução por meio de carros. E quando de qualquer d'estes meios não quierão os colonos usar, e preferirão mesmo para suas relações e communicações com a cidade o caminho de terra, têm, sobretudo depois de concluida a ponte sobre o dito rio de Santo-Agostinho no porto de Vianna, uma excellente estrada desde a colonia até o porto Velho, havendo a cautella indispensavel de se obrigar os moradores a terem sempre limpas e conservadas suas testadas, como é de seu dever, em cuja viagem não gastarão mais de 3 a 4 horas, pois, no estado em que ora se acha o caminho, já a fiz em duas horas e meia, e sempre em menos de quatro horas. Os colonos catholicos encontrão mui perto a freguezia de Vianna para os recursos espirituaes, de que carecerem, posto que lhes faça notavel falta um padre allemão, para exercer aquelles actos de nossa religião, que só podem ser entendidos e explicados na propria lingua dos fieis, taes são por exemplo a confissão auricular, todas as predicas, e as palavras que o sacerdote profere da cadeira da verdade. Tendo finalmente de passar por meio da colonia a estrada de de S. Pedro d'Alcantara outras muitas vantagens terão de forçosamente apparecer. logo que se torne franca e frequente a communicacão entre esta e a provincia de Minas Geraes.

Por conta do governo imperial se lhes adianta a subsistencia por espaço de seis mezes, medicamentos, algum gado, e os instrumentos proprios de lavoura, comprometendo-se os colonos ao reembolso durante o praso de quatro annos. Na epocha em que chegarão, este suprimimento seria por si só sufficiente se não lhes tivesse a estação sido tão fatal. As continuas e copiosas chuvas que, desde novembro, têm reinado na provincia, impedirão extremamente os trabalhos da colonia, e fizerão desenvolver algumas molestias entre os colonos.

Se bem que muito benignas, forão sufficientes para os impedir de se empregarem na construcção de suas casas, descortinamento das mattas e plantações, e para que a presidencia se visse a braços com innumeradas difficuldades a fim de atalhar de prompto o mal, e prestar-lhes todos os soccorros. E estou que não ha um só d'entre vós que as desconheça. Todavia resta-me o prazer de que forão cortadas todas essas difficuldades e nada faltou aos colonos. Medico, botica e enfermeiros, tudo tiverão ao seu lado, e não devo passar adiante, sem trazer á vossa presença os importantes serviços que por esta occasião prestou e continúa a prestar o cirurgião Philippe Pornim, que por seus desvelos, actividade e zelo pelos colonos tornou-se credor da estima do governo provincial, que viu e presenciou os sacrificios que fez, e ao qual se deve em grande parte que as molestias não progredissem. Hoje, que felizmente ellas têm ido em diminuição, estão os colonos entregues a seus trabalhos, animados, contentes e muito esperançosos de um futuro prospero. Os productos porém de sua lavoura não podem vir em tempo de, findo o praso marcado pelo governo, habilitar-os a viver sobre si; de algum auxilio carecerão ainda, e eu o sollicito de vossa philantropia. Toda esta assembléa deve de estar compenetrada de que, do credito da colonia de Santa Izabel, depende muito sensivelmente o progresso da emigração para a provincia de braços industriosos, sua primordial necessidade, e que ha de ser o elemento mais poderoso de sua prosperidade. Portanto, Srs., um pequeno sacrificio do cofre provincial vale bem a pena para se dar incremento a esta grande idéa, e hoje sobre tudo que tanto se resentem os fazendeiros da falta de braços para darem valor ás suas terras. Espero que me habiliteis com alguma quantia para tal fim, desde já, e tambem me autorizeis a fazer construir uma pequena capella, com toda a economia, no centro da povoação para os que ficarem mais distantes, além da creação de uma escola de 1.^a letras. Existem na colonia 46 crianças em estado de aprender.

Injusto seria por certo, além de muito prejudicial, deixal-as crescer sem a menor instrucção. Ellas pertencem já a população da provincia, e devemos preparal-as para serem ainda um dia, como nos Estados-Unidos d'America, cidadãos importantes e uteis ao paiz.

Cumpre-me informar-vos que os colonos são em geral moralizados e amigos do trabalho: Tendes a prova de sua moralidade em que, ha cinco mezes que estão na provincia, acharão-se algum tempo juntos na mesma casa, continuão a estar reunidos, e ainda não houve entre elles uma rixa seria, uma desintelligencia, nem acto algum reprovado que chegasse ao meu conhecimento. Quer o seu director, quer os demais empregados da colonia, estimão e louvão o seu procedimento, o que tudo é confirmado por minha pessoal observação nas diversas e repetidas vezes, que tenho ido à mesma colonia.

E' d'esta gente que devemos querer na provincia, e animar sua introdução.

Eu faltaria a um dever que considero muito sagrado se concluísse este artigo, sem aproveitar tão solemne occasião para do alto d'esta cadeira render os devidos louvores aos cidadãos que tanto me hão coadjuvado n'esta empreza, que aos olhos de muitos parecia, quando não impossível, illusoria por algum tempo, por difficil de ser realisada.

O capitão Domingos Rodrigues Souto, digno membro d'esta assembléa, apenas chegarão os colonos, não havendo casa disponível para serem commodamente recebidos, e onde se demorassem até se lhes dar o conveniente destino, teve a franqueza de prestar gratuitamente, não só os armazens que possui no Porto-Velho, mas até sua propria casa de vivenda, onde estiverão durante todo o tempo que foi preciso, até seguirem para Santa Izabel.

Lutando a presidencia com serios e reaes embarços afim de fazer transportar as familias dos mesmos colonos, e suas bagagens para aquelle ponto, por não haverem animaes para a condução por terra, nem meios de transporte pelo rio, lembrou-se de recorrer a generosidade de varios fazendeiros. E ao mais simples appello meu concorrerão immediatamente possuidos da melhor vontade os cidadãos Torquato Martins de Araujo Malta, José Freire de Andrade, Francisco Pinto Ribeiro, coronel Sebastião Vieira Machado, padre João Luiz da Fraga Loureiro e Francisco de Amorim Machado, e varios habitantes do Queimado com suas canoas e escravos. Posto que houvesse n'isto sacrificio real, por se verem privados por muitos dias dos serviços de seus escravos, e tivesse de ser o favor muitas vezes repetido, manifestarão sempre os maiores desejos de coadjuvar-me n'este empenho. Em Vianna o cidadão Manoel Corrêa Loureiro não só hospedou em sua casa os colonos, mas tratou com o maior desvelo de alguns que lá adoceram, sem abandonal-os, até que podessem seguir para a colonia, e continua a prestar ainda serviços, tendo offerecido seu armazem para deposito do mantimento, e as suas canoas para a condução do mesmo. E já que outro galardão lhes não posso dar, permiti, senhores, que no meio dos representantes da provincia eu comemore taes serviços, e lhes tribute os merecidos encomios e agradecimentos.

■ 1848 | Luiz Pedreira do Coutto Ferraz

(7/11/1846 a 18/4/1848) Visconde do Bom Retiro. (Vice-Presidente: José Francisco de A. e Almeida Monjardim).

“É possuido da maior satisfação que tenho de comunicar-vos o estado mui li-songeiro e assás esperançoso da colonia de Santa Isabel, que fundei em principios do anno passado. Acerca de cuja organi-zação e systema, tratei na falla da ultima sessão legislativa.

Passada a crise das enfermidades, que atacam os colonos logo apoz sua chegada a esta provincia, animados e contentes entregarão-se com fervor a cultura dos prazos que lhes forão designados, dentro em pouco tempo descortinarão não pequena porção de mattas virgens, cuidando logo em fazer diversas plantações. Cada familia com um auxilio, mas mui limitado, que lhe prestou o governo provincial, tratou de construir sua habitação, e o que era ha pouco mais de um anno sertão, quasi desconhecido, embora tão na proximidade da capital, vae hoje appresentando já uma perspectiva bem agradável. Ali vê-se o trabalho regrado, mas activo, rastrea-se o genio industrioso do lavrador. Em tão curto espaço é de

admirar a extensão de terreno cultivado por elles, ao mesmo tempo que tem sido empregados em outros serviços.

A fertilidade das terras ha correspondido à minha expectativa, e está verificado que todos os generos do paiz, e os de primeira necessidade, n'ellas se dão perfeitamente. Ha entre os colonos, em geral agricolas, alguns mestres de officios fabris, que pretendem estabelecer na colonia as respectivas officinas. Já está assentada uma ferraria em ponto grande, e quantidade de obras, que tem sido e estavam de ante mão encommendadas, prova quanta falta sentião d'esse ramo de industria manufactureira os nossos lavradores.

Cada dia os colonos dão novas e mais positivas garantias de sua moralidade e amor do trabalho. Vivem na melhor harmonia, tanto entre si, como com os lavradores visinhos, dos quaes hão recebido não equivocas provas de estima. Teem em fim confirmado o bom conceito, que d'elles comecei de formar, desde logo depois de sua chegada a esta provincia. Tive a honra de enunciar n'esta casa estas palavras: 'Ha cinco mezes que os colonos estão na provincia, estiverão por muito tempo reunidos na mesma casa, continuão a estar juntos, e ainda não houve entre elles uma desintelligencia mais grave, uma desordem que chegasse ao meu conhecimento.' Quazi dez meses são já passados, depois que assim me expri, e cabe-me a satisfação de repetir as mesmas palavras. Sei de muitos que hão escripto para Allemanha convidando seus parentes e amigos a virem se estabelecer na provincia, fazendo-lhes sentir o agasalho e hospitalidade que receberão, e todas as vantagens que hão encontrado a par dos lucros, que esperão tirar da cultura das terras, em que se achão estabelecidos.

Nenhuma enfermidade de carater mais serio se ha manifestado na colonia, desde abril do anno passado. Parece-me, por tanto, que já posso d'antemão felicitar a provincia pelos bons resultados, que hão de forçosamente dimanar²⁷ d'esse primeiro ensaio de colonisação. Prasa²⁸ aos céos, que a colonia continue a prosperar, e que bem firmada e accreditada se desenvolva em ponto grande e mais elevada escalla, pois se a introdução de braços livres e industriosos é hoje reconhecida evidentemente como uma necessidade das de primeira ordem para o Brasil por todos aquelles, que como eu, vem em sua falta uma das principaes causas do atrasamento, em que se acha a nossa agricultura; e n'esta provincia sobre tudo, que ella a mais fortemen-

27 Dimanar, v. t. 1. Brotar, fluir 2. Fig. Derivar, provir, resultar 3. Proceder.

28 Prasa. Súplica, pedido ou petição.

te se faz sentir! Basta attender-se que a colonia de Santa Isabel poude ser montada em tanta proximidade da capital, em terras de tamanha fertilidade, sem ferir-se a propriedade, nem mesmo a posse de pessoa alguma, para se dispensar qualquer demonstração d'esta verdade. Sobrão-nos logares, onde assentar muitas colonias agricolas. Ahi estão essas riquissimas e tão invejadas terras das antigas minas do Castello. Ahi estão as fertilissimas e tão abandonadas, gigantescas florestas, que se estendem por um e outro lado do Rio-Doce; ahi estão as mattas de Guarapary, e de outros municípios da provincia, todas mais ou menos perto de portos de mar, e da navegação fluvial.

Devo porêem francamente declarar-vos, que não convêm desde já entregar a sorte d'esta colônia a seus proprios recursos, antes cumpre coadjuval-a, quando podermos com os meios compativeis à nossa disposição.

Uma instituição d'estas não pode ser formada derepente, demanda por mais tempo outras providencias e auxilio da autoridade. É muito conveniente a fundação de uma capella no centro da povoação, que mais facilmente e menos distante se preste aos recursos espirituaes que ora procurão os colonos catholicos na freguezia de Vianna, é mister que ao menos, por mais um anno, se continue a gratificação votada o anno passado para o cirurgião da colonia, e uma quantia para coadjuvar²⁹ as famílias mais necessitadas durante algum tempo, como são as compostas de viuvvas, e filhas menores, as que adoecerem, e &c. Entrego este objecto a vossa illustração, e aos sentimentos que vos animão, de benevolencia e sympathia para com esta nascente colonia, que por tantos titulos se torna credora de taes sentimentos.

Não vos arrenpendaes, senhores, dos sacrificios que até aqui tem feito o cofre provincial com tão esperançoso estabelecimento. Não recueis ante o receio de outros, que forçoso é fazer-se. Limitados tem sido e hão de elles ser. Profuza e generosa espero que será a recompensa”.

Relatório apresentado na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848, p. 26, 27, 28 e 29.

29 Coadjuvar, v. t. dir. Ajudar; auxiliar; trabalhar com; colaborar [...].

■ 1848 | José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim

(18/4/1848 a 3/8/1848)

“A colonia de Santa Izabel vae prosperando. Esta colonia é um importante beneficio com que dotou a provincia o antecessor de V. Ex.^a, eu mesmo tive a occasião ha pouco de observar seu estado florescente”.

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa na data de 1º de agosto de 1848, p. 6.

■ 1848 | Antonio Pereira Pinto

(13/8/1848 a 3/11/1848)

(Vice-Presidente: José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim)

“[...] Tratarei primeiramente de um estabelecimento, que promette amplas e futuras vantagens, fallo da colonia allemã, denominada de Santa Isabel; fundada ainda não ha dous annos, apresenta ella prospero aspecto; quasi todos, ou todos os colonos já tem suas casas, e plantações; muitos d’elles fabricão a farinha de mandioca, e a vendem; são em geral sobrios, e da melhor indole – Sem algum soccorro, porem da parte do governo geral, de commum accordo com a assembléa legislativa desta provincia, não poderá essa instituição ter mais rapido desenvolvimento. É mister ainda descortinar-se mattas (porque a colonia apenas distando seis leguas desta capital, está collocada no meio de um sertão) fazer uma capella, porque já nella existe um missionario allemão, uma casa para o respectivo professor; construir algumas pontes, aperfeiçoar a estrada; é mesmo ainda necessario supprir alguns mantimentos á certos colonos, que, ou por lhes terem tocado peiores terras, ou porque não tem a mesma aptidão para o trabalho, e entr’elles algumas viuvvas, ainda d’elle necessitão; o estado nenhum prejuizo soffre com a compra d’esses generos, porque os colonos por um contracto, devem indemnizar-o para o futuro de taes adiantamentos. Enthusiasta desse estabelecimento vou protegendo-o com a coadjuvação, que póde dispensar o governo da provincia; diversas vezes o tenho visitado. [...]”.

Relatório entregue em 30/11/1848 à Presidência da Província, Sr. Comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, em 1849, p. 21 e 22.

■ 1849 | Desembargador Antonio Joaquim de Siqueira

(7/3/1849 a 2/8/1849)

(Vice-Presidente: Joaquim Marcelino da Silva Lima)

(Nada registrou sobre a Colônia por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial na data de 11 de março de 1849).

■ 1849 | Capitão-Tenente Felipe José Pereira Leal

(9/8/1849 a 3/6/1851)

(Vice-Presidente: José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim)

“Esta colonia, unica que possui a provincia, continúa a florescer Os individuos que a formão mostram-se satisfeitos, e entregão-se todos á lavoura plantando em grande escalla o café, feijão, milho, e mandioca, e desta já fabricão farinha em abundancia, e superior.

Tem occorrido desde sua fundação 14 nascimentos, 11 cazamentos, e 19 obitos.

O numero de obitos avulta um pouco; porque é devido ás febres intermitentes, que se desenvolverão no começo da colonia, mas actualmente tem ellas desaparecido.

Reside n’ella um missionario allemão, que serve de pastor aos catholicos, para os quaes ha uma pequena capella.

Os protestantes reclamão tambem um pastor, cuja falta os faz suppor que se os olha com indifferença, e isto concorre para que reine entre elles e os catholicos uma especie de ciume, que não faz com tudo destruír a harmonia, que lhes é tão util.

A escola com que a dotastes é freqüentada por 30 alumnos, que appresentão aproveitamento. Espero que não escasseareis vossa protecção á um tão esperançoso estabelecimento, que em breve poderá constiuir-se um importante nucleo de colonização”.

Relatório apresentado quando da abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 25 de julho de 1850, p. 21 e 22.

■ 1851 | José Bonifácio Nascentes de Azambuja

(9/7/1851 a 16/11/1852)

[...] “No anno de 1847 foi fundada nas mattas, por onde hoje corre a estrada de S. Pedro de Alcantara de communicação com a Provincia de Minas Geraes, a Colonia de Santa Izabel habitada por allemães: dista esta Colonia da Capital da Província 4 e 1/2 leguas, e da Freguezia de Santo Agostinho, outr’ora Colonia de Açourianos estabelecida naquella estrada, legoa e meia. Essas mattas ha bem pouco tempo povoadas por feras, hoje dão abrigo e sustento á 176 individuos, distribuídos por sexos, edades, estados, e religião no mappa que vosso offereço sob nº 6: d’elle vereis o nº de fogos, e as especies que são cultivadas, avaliando-se em 57.800 os pés de café plantados, dos quaes muitos começam a dar fructo. A sua capella catholica é servida por um missionario o capuxinho allemão; e a escola de 1^{as} letras é frequentada pelas crianças de ambos os sexos, mais alumnos teria ella si não fôra a nessesidade que os allemães tem de se ajudarem dos filhos nos trabalhos agricolas. Os prasos da colonia ainda não estão medidos como fôra para desejar, e não obstante o empenho que n’isso leva o Governo Imperial; os instrumentos precisos para este trabalho ha pouco tempo chegarão á Província, e só espero que passe a estação das aguas para se dar principio a elle.

Tendo a tropa allemã engajada para o exercito de receber terras lavradas como parte da recompensa de seus serviços, pelo Ministerio da Guerra recebeu esta Presidencia ordem para escolher o local para estabelecimento d’esses novos colonos, e para fazer medir e demarcar os lotes que tem de lhes ser distribuidos. O engenheiro encarregado d’esta commissão ha poucos dias é chegado á esta Cidade, e para dar cumprimento áquella ordem só aguardo a solução do officio que ao mesmo Ministerio hei dirigido sollicitando certas providencias. Para estabelecimento dos colonos tenho destinado os sertões de Benevente, os quaes ficando nas cabeceiras do rio do mesmo nome facilitão por elle a saída dos productos, que com facilidade também podem ser conduzidos ao excellente porto de Guarapary pelo rio d’este nome, que pouco dista d’aquellas cabeceiras; é além d’isso sadio esse logar, e as terras são melhores que temos.

Por Aviso do Ministério do Imperio de 18 de Outubro do anno passado foi esta Presidencia autorizada a despendar no corrente exercicio até a quantia de 400\$000 rs. com soccorros aos colonos enfermos, bem como a transferir o assento da povoação da Colonia para logar mais azado³⁰: esta medida não foi levada ainda á effeito, por não ser necessaria por hora, e nem convir em quanto não se fizer a medição dos prazos.” [...].

Relatório dirigido à Assembléia Legislativa da Província na Sessão Ordinária de 24 de maio de 1852, p. 39 e 40.

30 Azado, adj. Ajeitado; próprio; propício; cômodo; oportuno.

■ 1852 | Evaristo Ladisláo e Silva

(16/11/1852 a 1/8/1853)

(Vice-Presidente: Joaquim Marcelino da Silva Lima)

“A noticia que se me dava do terreno pela maior parte em que foi sitiada a colonia de Santa Izabel na sua creação no anno de 1847 não curria ao par das informações de seu engrandecimento que me forão transmittidas pelo professor de primeiras letras que serve de inspector della e pelo engenheiro tenente João José de Sepulveda e Vasconcellos encarregado da medição dos prazos desse estabelecimento, em que se emprega com disvelo³¹ e afinco, avaliando-se pelo que de ordinario costumamos tirar na lavolra em taes terrenos.

Por este motivo afervorei-me³² em ir visitar a referida colonia, e tive o praser de ver que erão exactas as informações prestadas; e a causa do excesso da espectativa está em que os allemães dahi só cuidão do trabalho e com elle se vencem muitas difficuldades.

É por isto que hoje vivem na abastança quando ao principio se achavão desanimados; é por isto também que vos posso assegurar que o dito estabelecimento prospera com vantagem e avanço, e que devemos todos recommendal-o aos nossos lavradores á maneira de incentivo que os desperte.

Entre os mappas, que terei occasião de remetter-vos, encontrareis um que se refere á colonia de que agora me occupo, e conhecereis então que ella conta duzentos e um habitantes, sendo sessenta nascidos no paiz e tendo sido creada com cento e sessenta e um individuos, dos quaes se ausentarão poucos, fallecerão vinte e trez, e o mais como ali se explica.” (OBS.: o quantitativo correto é 163).

“Nesta visita, de que vos fallei, fui saudado na frente das habitações, na proximidade do verdor³³ das plantas, pelos meninos conduzidos pelos pais; e era um gosto ver o contentamento com que as mais apressadas me representavão os filhinhos nos braços clamando que já erão Brasileiros !

31 Disvelo. (Desvêlo, s.m. [de desvelar]. 1. Vigilância, cuidado, zêlo, atenção. 2. Ato de diligenciar. 3. Cuidado, carinhoso. 4. Dedicção).

32 Afervorei (Afervorar, v. tr. dir. Comunicar fervor a; estimular, incitar. [...])

33 Verdor. (ô). S.m. 1. Propriedade do que é verde. [...]

Haveis de vos lembrar de que pelas leis nº 13 de 29 de julho de 1847, artigo 11 da de 4 de maio de 1848, e título 9.º § 1º da de 12 de maio de 1849, n. 12 foi authorizado um empréstimo á esta colonia dos cofres provinciaes e que se realisou na quantia de 3:926\$143 rs.: alguma difficuldade se tem encontrado na indemnisação deste dinheiro por amor da falta de assentamento em forma: ver-se ha como se ha de fazer as necessarias averiguações de sorte que os mesmos cofres não soffrão” [...].

[...] “Para a colonia de Santa Izabel foi remettida ultimamente uma porção de semente de trigo que veio da côrte enviada pela sociedade Auxiliadora da Industria”. [...]

Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial quando da sessão ordinária de 23 de maio de 1853, p.31, 32, 35.

■ 1853 | Sebastião Machado Nunes

(4/2/1854 a 15/7/1855)

(Vice-Presidente: Joaquim Marcelino da Silva Lima – “Barão de Itapemirim)

“A colonia de Santa Izabel, segundo o ultimo recenciamento, o qual foi feito com todo o cuidado se compõe de 213 individuos, sendo 74 brasileiros, e 139 estrangeiros. Desde 1847, começo da colônia, até agora tem havido 84 nascimentos, e 10 obitos de brasileiros dos colonos primitivos teem fallecido 35. Muitos dos colonos já possuem estabelecimentos de café de alguma importância”.

[...] “Depois do estabelecimento da colonia de Santa Izabel em 1847, nada de novo se tem tentado na província à respeito de colonisação. Entretanto muito temos á esperar da novissima lei de 18 de setembro de 1850, para cuja execução acaba o governo imperial de publicar o regulamento de 30 de janeiro do corrente anno.

O systema, até hoje seguido, de promover directamente a colonisação estrangeira, não tem tido os melhores resultados: pelo menos não os tem tido correspondentes aos sacrificios que ella tem custado aos cofres nacionaes. O systema adoptado pela dita lei e regulamento é diverso: consiste na venda das terras em pequenos lotes para ficarem ao alcance da maior parte das pessoas, que as pretendão.

Cultivando esses pequenos lotes os nossos fazendeiros e mesmo aquelles que o não forem, encontrarão um meio seguro de lucro na venda d'elles; e então o colono estrangeiro, atrahido pela facilidade de obter um estabelecimento já meio formado por commodo preço, não deixará de buscar o nosso paiz”. [...]

Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial, sessão ordinária de 25 de maio de 1854, p. 34, 35.

Relatório dirigido à Assembléia Legislativa, na abertura da sessão ordinária de 25 maio de 1855, p. 13,22, 36,37 e 38.

■ 1855 | Joaquim Marcelino da Silva Lima – Barão de Itapemirim

(16/7/1855 a 8/3/1856)

(Primeiro Vice-Presidente da Província. Entregou a administração da mesa ao Exmo.º Sr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, em 8 de março de 1856).

“Esta colonia fundada em principios do anno de 1847 com 163 allemães hoje conta 250 comprehendendo 11 ultimamente remettidos pelo governo Imperial aos quaes mandei dar um praso igual aos que os outros tem.

Tendo tido occasião de percorrer recentemente esta colonia fui com prazer observando a profusão com que as nossas terras pagão os esforços do homem laborioso e providente. As casas bem dispostas e a seu modo magnificas, as plantações de mandioca, milho, feijão e café de que já muitos colhem mais de 200 arrobas, tudo em fim indica a crescente prosperidade com que tem caminhado esta colônia no espaço de dez annos. A nova igreja que está ali edificando, sob a direcção de frei Wandelino, em breve estará em estado de receber o maideiramento, e mandei entregar-lhe a quantia de 1:000\$000 rs. para a continuação de seus trabalhos. Por agora celebrão-se os officios divinos em uma pequena capella, que, pelo aceio em que se acha, deve servir de exemplo a aquelles vigários que tratão os templos com deleixo e abandono.”

“A colonia de Santa Izabel, fundada em 1847 a cinco legoas desta capital, se não tem apresentando o progresso e desenvolvimento, que era para desejar-se, também não retrograda, e dá ainda esperanças de um futuro lisongeiro. Em outubro passado (1855) chegarão da corte e achão-se ali estabelecidas quatro familias allemãs, enviadas com esse destino pelo Exmo. ministro do imperio. Contão-se n'ella actualmente 225 colonos, como verà V. Ex. do mappa nº 7, os quaes todos se achão menos mal estabelecidos, e se podem já considerar pequenos proprietarios.”

Relatório encaminhado ao Dr. José Maurício Pereira de Barros, em 8 de março de 1856, p. 09, 11 e 16.

■ 1856 | José Maurício Fernandes Pereira de Barros

(8/3/1856 a 15/1/1857)

(Vice-Presidente: Joaquim Marcelino da Silva Lima)

“Esta colônia pouco se tem augmentado; mas os colonos na abundancia e satisfeitos.

Uma occurrencia teve há pouco lugar que não posso deixar de trazer ao conhecimento de V. Ex. e dar-lhe toda a publicidade, porque affecta graves interesses actuaes e futuros do paiz. Versa ella sobre uma representação que me foi dirigida pelo vigario da freguesia de Vianna contra o abuso de um pastor Lutherano que aqui se apresentou declarando irritos³⁴ e nullos os baptismos conferidos pelos padres catholicos da dita freguezia.

Pondera o referido parochio que sendo o baptismo um dos Sacramentos da igreja que imprimem um character indelevel, não pode elle ser repellido ou reiterado, como foi praticado pelo pastor Lutherano com tanta maior injustiça e incongruencia que os padres catholicos costumão respeitar em virtude da lei da igreja, os baptismos que são conferidos pelos protestantes, uma vez que estes observem certas formalidades, ou mesmo com preterição³⁵ de algumas que possão depois ser suppridas pelos Padres catholicos. Entende mais que similhante procedimento não só lança o ridiculo sobre os sacerdotes catholicos, como também offende a lei do estado e não pode ser justificado pelo principio da tolerancia religiosa.

Posto que tenha levado esta representação ao conhecimento do Exm. Sr. ministro da Justiça, nem por isso prescindirei de fazer algumas breves reflexões; por quanto sem desconhecer que a tolerancia religiosa deve ser um dos dogmas das sociedades modernas bem organisadas, e é sabiamente consagrado no art. 5.º de nossa constituição politica, entendo todavia que se não deve deixar de proteger com esmero a religião catholica, que é a religião do Estado. Os interesses da colonisação tem sem duvida feito sentir a conveniencia de alargar-se o circulo dessa tolerância para que os protestantes possão sem entraves demandar o nosso paiz e fecundar a sua industria.

34 Irritos adj. 1. Que não teve efeitos. 2. Vão, nullos, inúteis [...]

35 Preterição. s.f. 1. Ato ou efeito de preterir. 2. Omissão [...]

Mas é preciso que a realisação pratica desse principio se não faça de modo que offenda as crenças existentes -, nem se opponha as leis vigentes, que mandão respeitar a religião do Estado.”

Relatório apresentado ao Sr. José Francisco Monjardim em 13 de fevereiro de 1857, durante a transmissão do cargo, p. 11.

■ 1857 | Olympio Carneiro Viriato Catão

(18/6/1857 a 7/3/1858)

(Vice-Presidente: José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim)

Nada apresentou sobre a colônia Santa Isabel.

■ 1858 | Pedro Leão Velloso

(4/2/1859 a 14/4/1860)

(Vice-Presidência: José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim)

“Data a sua existencia do anno de 1847: tem hoje por director o engenheiro Adalberto Jahn, cuja nomeação foi em 22 de agosto do anno passado; está tambem incumbido de medir os prazos pertencentes á mesma colonia, e a fazer apronptar outras obras. Está situada na latitude meridional de 21 graus e 16 minutos, e na longitude occidental de 44 grãos e 33 minutos.

Pela informação que d'elle recebi e tenho a vista, conhece-se que a colonia vai prosperando, como o permitem a fertilidade do terreno e a força de cada um dos donos dos prazos. Podia a sua prosperidade ser maior, ou apresentar maior desenvolvimento, attendendo-se para o tempo em que está creada; porem attribue o director esta falta á não ter tido de principio uma direcção ou administração regular, accrescendo à isso terem recahido em algumas famílias mais de um lote por occasião de successão, que por falta de braços cultivadores, ainda estão sem amanho³⁶ algum, e servem somente para augmentar a extensão e difficultar o seu progresso.

Produce ella annualmente 2.000 arrobas de caffè, e esse pouco rendimento explica a falta de methodo e direcção, que nota o director; esse caffè é consumido parte na mesma colonia, e o mais vendido na freguezia de Vianna e nesta cidade: também fabrica-se ali alguma farinha,

36 Amanho. s.m. Ação ou efeito de amanhar; preparação; arranjo, alinho, lavoura; pl. ferramentas; utensílios.

que por ser em pequena quantidade é lá mesmo consumida: o mesmo resultado se observa com o milho, e feijão e os demais generos alimenticios.

Consta ser o pessoal de 374 almas, e destas 160 são adultos e crianças: apesar desse numero tão crescido, diz o director que não frequenta a aula de 1.^a letras um só menino !!! O bem conhecido zelo e interesse que V. Ex. tem apresentado pelo bem d'esta provincia, é o maior garante, de que V. Ex. não deixará de tomar alguma providencia, para que cesse essa inércia dos paes dos meninos, e quiçá do deleixo do professor, pois da relação que o mesmo director apresentou-me, conhece-se existirem 92 meninos de 6 á 12 annos em estado de aprender nesse numero entrão tãobem as meninas, sobre quem entendo dever estender-se o beneficio, por serem suas vantagens de evidente intuição.

A igreja Catholica mandada construir pelo governo para os referidos colonos não está ainda ultimada, nem também a dos Evangelicos e a casa do seu pastor, e como essas obras são feitas por esses mesmos pastores, á quem são entregues directamente, nada posso dizer sobre ellas por nada constar n'esta repartição, e nem o director me saber explicar. Queixa-se elle da falta de casa para si e sua família, por estar morando em um pequeno quarto que alugou á um colono: isto certamente se não compadece com a posição que elle occupa, e sobre o que V. Ex. me permitirá que eu chame a sua attenção, pois que é digno de particular menção pelo zelo, probidade e interesse que tem mostrado no desempenho de sua commissão. Reconhecendo elle pelo exame á que procedeu, que a antiga estrada da colonia era bastante encommoda de tranzitar-se principalmente do meio para o fim, por ter de subir-se e descer enormes montanhas, difficultando assim, quer a communicacão dos colonos que moravão n'essa altura, quer o transporte de seus generos, emprehendo melhora-la e o propoz ao governo, que approvem um corte nella, concilliando-se assim ambas as vantagens; e por um mappa que elle mostrou-me d'essa obra, a nova estrada encurtou a antiga em uma hora pelo menos da viagem, alem da grande vantagem de facilitar o transito e transporte por não ter necessidade de subirem-se e desserem-se essas montanhas, estando já prontas 1,500 braças da extensão com a largura de 10 palmos; alem de 603 outras, que por enquanto tem somente 5 palmos de largura; estrada que diz o director espera concluir até o fim do corrente mez, com o que terá de despender-se de 600\$ à 800\$000 calculando o seu custo total em rs. 1:550\$000, e com o que está feito, assim como com o despendido com a medição de vários prazos, tem-se gasto a quantia de rs. 1:420\$580 de 23 de dezembro do anno passado até o fim do mez que acabou.

Restão ainda por medir-se outros prazos, assim como outras estradas por fazer-se, como sejam a de São Pedro d'Alcantara, que atravessa a colonia para facilitar a communicação d'êsta com a provincia de Minas; e as pontes do rio Jucú, sendo uma d'ellas nas vesinhanças do – Chapéo – para estabelecer a communicação franca com a estrada daquella provincia, cujo orçamento ainda não pode o director verificar por falta de uma canoa para sondar a profundidade d'elle n'êsta altura. Concluidas essas obras, parece-me que se tem conseguido o que a tanto tempo se deseja, isto é a communicação de ambas as provincias a descida das boiadas e mais objectos, que constituem o commercio n'aquellas immediações, e que são levados ao Rio de Janeiro, e outros lugares por falta dessa estrada e pontes mormente quando a colonia for-se estendendo n'essa direcção. [...]”

[...] “A 17 do mez passado tive de visitar a colonia de que trato; do que vi e observei, não posso deixar de ajuizar favoravelmente de seo futuro.

Ella apresenta um aspecto lisongeiro, respira vida e prosperidade, bem que não tanta, quanta fora para desejar em relação ao tempo de sua existência; para o que deve-se ter em linha de conta as grandes difficuldades, com que houve-se de lutar nos primeiros annos.

Os colonos vivem em casas, mais ou menos confortaveis, algumas de pedra e cal, no geral porem madeira e argila; de muitos d'elles ouvi, que, n'este anno, pretendem prover-se de mais largas e dispendiosas habitações.

Fui informado pelo respectivo director, que os colonos sardos, os quaes forão os ultimos emigrados recebidos na colonia, são muito dedicados ao trabalho, e bem morigerados³⁷.

Terminando minhas informações sobre a colonia de Santa Izabel, devo dizer-vos, que tenho por seguro o seo futuro, se, como é para esperar, o governo imperial continuar a prestar lhe a protecção, que, actualmente, vai lhe dando, principalmente na abertura e melhoramento das vias de communicação; necessidade para que muito se está attendendo: domina o pensamento, e trata-se de realizal-o, de dar direcção á estrada de S. Pedro de Alcantara pelo territorio da colonia, construindo-se uma ponte sobre o rio Jucú, na altura do Chapéo, de sua realização hade provir muitas vantagens para os colonos, e para os viajantes de Minas. [...]”

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa Provincial, durante a abertura dos trabalhos legislativos em 25 de maio de 1859, 1ª Parte: p. 40, 41, 44, 45, 46 e 47; 3ª Parte: p. 4, 5 e 6 do Apenso H; 4ª Parte: p.1 e 3 do Apenso J.

37 Morigerados. adj. 1. Que tem bons costumes, honestos. 2. Comedido, moderado.

■ 1860 | Antonio Alves de Souza Carvalho

(25/5/1860 a 11/3/1861)

(Vice-Presidente: João da Costa Lima e Castro)

“A colonia de Santa Izabel fundada com o mesmo fim pelo illustrado conselheiro Pedreira serve de exemplo de que tambem pode prosperar entre nós a colonisação allemã.

Santa Izabel e Santa Leopoldina são dois nucleos coloniaes fundados no município da Victoria que actualmente o governo mantem nesta provincia. Não sendo os terrenos deste municipio, como já observei, dos mais ferteis da provincia, tambem não são os mais felizes para o estabelecimento de colonias. Todavia era talvez mister começar por ahi a marcha da colonisação, partindo dos lugares mais povoados e da proximidade dos mercados para as ermas e ferteis regiões do sul e do norte da provincia.

A situação das colonias Santa Izabel e Santa Leopoldina não está em desaccordo com este pensamento, sendo a primeira o caminho do Aldeiamento Imperial Affonsino, e da freguezia do Cachoeiro, em seguimento para a provincia de Minas, e ficando a segunda á margem do Santa Maria, na direcção do Rio Doce, do Guandú e de outros affluentes na proximidade da estrada que segue para Cuyeté na provincia de Minas”.

[...] “A colonia Santa Izabel acha-se perfeitamente administrada pelo digno e zelozo director Adalberto Jahn; é dotada de bons caminhos, e das 138 familias de colonos que contem, apenas oito não teem prosperado, nem promettem prosperar; sómente é duvidoso o resultado de oito, não se sabendo ainda qual será o de 5 que agora começam os seus trabalhos. Convem porem obeservar que alguns desses colonos que chegarão inteiramente baldos³⁸ de meios, já hoje possuem para mais de dez contos de reis.

Santa Izabel data de 1848. É para lastimar que a sua população seja ainda tam diminuta; seria conveniente aperfeiçoar a estrada que a communica com esta cidade, de modo que se torne de rodagem, bem como ligar a dicta colonia com o porto de Guarapary, e com as estradas que se dirigirem á provincia de Minas. Os engenheiros Jahn e Street, teem procedido ás explorações necessarias para este fim, que ainda continuão.

38 Baldo(s), adj. Baldado; carecido; falho; não; inútil. [...]

Tendo sido a muito distribuídos a colonos os prazos primitivamente destinados aos assento da povoação de Santa Izabel tratei de remediar esse inconveniente, mandando organizar dois projectos de povoação, que se achão submettidos á consideração do governo imperial.

Existem actualmente medidos em Santa Izabel pelo capitão de engenheiros Pedro Claudio Soido 100 prazos, com derrubadas, queimas, caminhos e ranchos, alem dos prazos medidos pelo director da colonia.[...]”.

Relatório entregue ao Sr. Dr. João da Costa Lima e Couto, quando da transferência da administração, em 11 de março de 1861, p.11, 12, 13 e 18.

■ 1861 | José Fernandes da Costa Pereira Junior

(22/3/1861 a 28/5/1863)

(Vice-Presidente: Dionísio Álvaro Resendo)

“Este estabelecimento continua a prosperar. Com quanto o solo em que o situarão não se distingue pela fertilidade, sendo a esse respeito inferior aos terrenos que ficão ao N de Santa Cruz e ao S de Guarapary todavia produz regularmente os diversos generos de cultura do paiz, e colonos, respirando o ar vivificador das montanhas, animados pelo espectaculo de uma eterna vegetação satisfeitos com o goso da propriedade territorial a quem as leis do paiz protegem generosamente ostentão ao viajante, geral contentamento e vivem felizes na sua nova patria.

Os portos mais proximos da colonia são o da Victoria e o de Guarapary que se achão, aquelle a distancia de 7 legoas dos 1ºs prazos e este a igual distancia dos ultimos ainda não habitados alem do Rio Braço do Sul.

Se – pois se fizer uma boa estrada de rodagem em direcção ao Porto Velho e outra, já começada, até Guarapary, terá o estabelecimento aquelles dous excellentes portos para a exportação dos seos generos.

Ainda não se achão habitados todos os prazos perto do rio Braço do Sul; é porem natural que tanto os colonos nacionaes como os estrangeiros os prefirão aos que forão medidos com direcção S O; e que, concluida a ponte sobre aquelle rio obra cuja execução já determinei, sendo d’ella encarregado administrativamente o Director da colonia e povoados os prazos que

se achão ao S. se possa prolongar até Guarapary a estrada que actualmente vai até o logar da ponte.

O territorio é cortado por excellentes estradas de 10 a 12 palmos de largura que conduzem a povoação de Vianna, ou communicação os prazos colonias entre si.

Existem no estabelecimento diversos edificios construídos à custa do cofre geral. São, a capella catholica, vasta e bem edificada; a casa directorial, e varios barracões que servem para residencia dos colonos recém chegados.

O numero dos colonos actualmente (1861) é de 753, que se dividem do seguinte modo: Homens (399), Mulheres (354); Maiores (329), Menores (424) e Catholicos (330), Protestantas (423).

O estado sanitario é bom, graças ao excellentes clima e em geral, o nº dos doentes não excede a 18 por mez, sendo as enfermidades quasi sempre de nenhuma gravidade.

Os generos cultivados pelos colonos são principalmente: mandioca, milho, feijão, batatas, legumes e o café. Os colonos mais antigos não se entregarão com a devida attenção ao cultivo d'esta preciosa planta, de sorte que a colheita em todo o estabelecimento não é superior a 3000 arrobas.

A creação do gado, bem que não constitua especialidade em ponto nenhum da colonia que não tem pastos nativos, nem campos apropriados a esse mister vai contudo prosperando como auxiliar da lavoura. Presentemente chegam a 200 cabeças o total do gado vaccum e cavallar que alli existe.

Orção em 57:263:60 as despesas effectuadas na colonia por conta do cofre geral no decurso do anno passado, comprehendendo-se n'essa somma os gastos com abertura de estradas, reparos de predios nacionaes, medições de prazos; transporte de colonos, fornecimento de sementes e medicamentos, diárias etc. E em 12:254\$260 as de Janeiro do corrente anno até hoje.

A direcção do estabelecimento está entregue ao activo e zeloso engenheiro Adalberto Jahn, e o curativo dos enfermos ao Dr Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, que de 3 em 3 mezes se transporta á colonia de Santa Leopoldina para inspecionar o estado sanitario della visto como alli não existe medico.

Ao capuchinho Fr Pedro Regalado cabia a direcção espiritual dos catholicos mas levantando-se queixas e reclamações contra este sacerdote que no dizer do Director causava serios embaraços à administração, promovendo contendas por motivos de religião, e tendo sido chamado pelo seo Superior, exhonerei-o da missão que exercia.

Os protestantes tem como pastor H Egger, aquem dão uma gratificação, alem da que lhe é paga pelo entes publicos.

Existem dous professores do ensino primario na colonia, o proprio pastor evangelico, para os filhos dos protestantes, e o colono Gaspar Singer, para os dos Catholicos.

Infelizmente nenhum d'elles está perfeitamente habilitado para ensinar a lingua do paiz e de certo deve ser esta a cuidada e não a allemã. Como porem a gratificação concedida pelo trabalho do ensino é muito limitada, pois que não excede a 20,000 rs por mez torna-se impossível encontrar outros que não os próprios colonos a quem seja incumbida essa importante tarefa.

Tenho de representar sobre isto ao Governo Imperial, que sem duvida não se decuidara de providenciar a respeito. [...]"

[...]"Felizmente para o novo estabelecimento era excellente a indole dos colonos, Pacificos, morigerados e laboriosos, cuidavão com afincos na cultura dos seus prazos e satisfeitos, promovião a emigração de parentes e amigos.

Vencidos os obstaculos que entre nós surgem sempre, no começo das grandes emprezas d'esta especie, entrou a colonia em prospero caminho e seus habitantes forão augmentando em cabedades³⁹, de sorte que hoje existem alguns, senão com fortuna, ao menos com meios de comoda subsistência". [...]

[...]" S. Izabel é huma das colonias do Brazil que menos sacrificios tem custado aos cofres do estado, com grande aproveitamento. O seu futuro será brilhante se novos trabalhos promovendo huma communicação mais fácil com o Porto Velho e por conseguinte com esta capital, e por outro lado com o porto de Guarapary, favorecerem o tranzito e o transporte dos generos da lavoura: Este porto está quando muito a 6 leguas dos ultimos prazos ao S da colonia." [...]

39 Cabedades (Cabedal). s. m. 1. O acúmulo dos bens materiais ou intellectuais e morais de alguém. 2. Bens, riqueza, capital. [...]

[...] ”Interroguem-se os colonos de Santa Izabel, onde vi o contentamento e em muitas casas abastança e elles responderão que os primeiros annos de sua vida no Brasil forão uma lotta com obstaculos que felizmente não os desanimarão porque lhes era peor a situação no paiz natal. [...]”

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinária de 1861 e relatório do período administrativo de 22/03/1863 a 21/05/1863, durante a abertura da sessão ordinária de 1862, p. 16, 32 e 52 – 1ª parte; p. 53, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72 – 2ª parte; p.5 (39), 3 (45), 4 (46), 5 (47), (49) – 3ª parte; p.27, 28, 46, 47, 73, 80.

■ 1863 | André Augusto de Padua Fleury

(15/6/1863 a 23/12/1863)

(Vice-Presidente: Eduardo Pindahiba de Matos)

[...] “O estado sanitário é regular já pela salubridade do clima, já pelos cuidados e zelo do Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira médico contratado pela presidência em 16 de junho de 1860. [...]”.

“Todos os colonos achão-se estabelecidos em seus prazos”. [...]

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa Provincial, em 20 de outubro de 1864, durante a abertura das sessões, p. 27, 28 e 29.

■ 1863 | Eduardo Pindahiba de Mattos

(23/12/1863 a 24/4/1864)

“Pelo que pude observar na visita que fiz á esta Colonia, e pelas informações colhidas, posso afirmar-vos que he bem satisfatorio o seu prezente, e lisongeiro o seu futuro, tudo concorrendo, se póde assim dizer, para que tenha uma prosperidade sempre crescente.

Achão-se occupados 292 prazos comprehendendo uma área de 23.698,000 braças quadradas, das quaes 2.497,000 estão cultivadas.

Existem 290 fôgos, habitados por 981 colonos. [...]”

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa em 03 de outubro de 1864 durante a abertura da sessão ordinária, p. 32, 76, 77, 78, 79, 80 e 81.

■ 1865 | José Joaquim do Carmo

(8/1/1865 a 28/8/1865)

“A colonia de S. Izabel acha-se, a meu ver, em condições satisfactorias, e caminha para um futuro rizonho de prosperidade.

Conforme o relatorio do respectivo director interino, do 1º do corrente, existem na colonia 311 prazos occupados, em uma área de 24.885,500 braças quadradas, das quaes estão cultivadas 2.849,000.

O andamento das obras da colonia effectuara-se com a abertura de caminhos vicinaes, a construção de 47 pontilhões, a medição de 35,555 braças correntes, e a demarcação de prazos”.

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa na abertura da sessão ordinária de 1865, p. 16, 17, 18 e 19.

■ 1866/1867 | Allexandre Rodrigues da Silva Chaves

(28/8/1865 a 8/4/1867)

(Vice-Presidente: Carlos de Cerqueira Pinto)

[...] “Esta colonia apesar das difficuldade que a embaração provenientes da falta de vias de communicação, que a relacionem com as outras partes da provincia, promette também um futuro prospero. É possível que façais alguma cousa no sentido de melhorar as estradas que a ella vão ter; se o fizerdes, prestareis um relevante serviço a esta Província”. [...]

Relatório encaminhado à Assembléia Legislativa durante a abertura da sessão ordinária de 1866, p. 25, 26 e 27.

CAPÍTULO III

INFRAESTRUTURA COLONIAL E PÓS-COLONIAL



Agricultura

Grosselli (2009), quando trata da Colônia de Santa Isabel, afirma que os colonos alemães, logo que ali chegaram, “tiveram que superar um primeiro período de aclimação que se revelou terrível”.

No primeiro relatório de governo prestando contas à Assembléia Legislativa Estadual, já aparece a informação de que, em que pese o “tão curto espaço, é de admirar a extensão do terreno cultivado por elles, ao mesmo tempo que tem sido empregados em outros serviços”.

“A fertilidade dos terrenos há correspondido à minha expectativa, e está verificado que todos os gêneros do paiz, e os de primeira necessidade, nellas se dão perfeitamente”.

Ainda utilizando-se dos relatórios de governo, em 1849 encontramos a afirmativa de que, a Colônia “fundada ainda não há dous annos, apresenta ella prospero aspecto; quase todos, ou todos os colonos já tem suas casas, e plantações, muitos d’elles fabricão a farinha de mandioca, e a vendem; [...]”.

Decorridos 4 anos da instalação da Colônia, já tinham sido plantados em larga escala o café, feijão, milho e mandioca, e desta já fabricavam farinha em abundância e de qualidade superior.

Prossegue ainda Grosselli (2009):

“A Colônia de Santa Izabel constituiu-se imediatamente em um núcleo de pequenos agricultores que tentaram, sempre que as condições das vias de comunicação e a demanda de mercado lhes permitiam, colocar no mercado da província os produtos de sua agricultura”.

Por volta de 1851, já havia sido iniciada a criação de bovinos e outros animais de transporte. O café continuava a ser a mais importante atividade dos colonos.

Em 1853, o governo da província remetia “uma porção de sementes de trigo que veio da corte enviada pela sociedade Auxiliadora da Indústria”, para experiência na Colônia.

A Colônia, em 1856, já contava com 225 colonos, considerados pequenos proprietários e que não estavam instalados como planejado pelo governo, pois ainda lhes faltavam muitos dos serviços ofertados e prometidos em contrato que ainda não havia sido cumprido.

Em 1857, o Presidente da província José Maurício Fernandes Pereira de Barros afirmava que “Esta colônia pouco se tem augmentado; mas os colonos vivem na abundancia e satisfeitos”.

Em 1859 é encontrada nova estatística que revela o crescimento da agropecuária praticada na Colônia. A produção de café já alcançara a cifra de duas mil arrobas ano, a mandioca e o milho com produção suficiente para o próprio consumo e a criação de animais domésticos, algum gado vacum, de cujo leite extraíam um pouco de manteiga para consumo. Nessa ocasião já possuíam 37 cavalos e 34 muare.

Em relatório de 1861, a Colônia administrada pelo zeloso diretor Adalbert Jahn, passou a ter novos indicadores sobre o seu desenvolvimento, já os que o antecederam foram muito negligentes quanto a formalização de relatórios. Por esta ocasião, já eram “dotados de bons caminhos, e das 138 famílias de colonos que contem, apenas oito não tem prosperado, nem prometem prosperar.” [...]

Os colonos eram considerados de boa índole, pacíficos, morigerados e laboriosos, que cuidavam com afincos na cultura de seus prazos. Alguns colonos já possuíam boas casas, de pedra e cal e o produto dos seus trabalhos, do que lhes sobrara após o consumo próprio, era vendido na povoação de Viana, mesmo considerando que os terrenos não fossem dos mais férteis da província.

Naquela época, a produção de café já estava na casa das 3 mil arrobas/ano, considerada pequena quando comparada com o número de colonos, mas existia a expectativa de acréscimo da safra, pois muitas lavouras novas, que ainda não haviam entrado em produção, estavam próximas da colheita.

Em 1862, a Colônia continuava produzindo os mesmos produtos agrícolas, agora também incorporados os legumes e a batata. A Colônia “não dispunha de pastos nativos, nem campos apropriados a esse mister [...]”. O número de cabeças de gado vacum e cavalos já chegava a 200. Já possuíam moinho de trigo e fábrica de farinha. Encontramos nos relatórios de governo de 1865, que “continuará em expansão a cultura do café, milho, farinha de mandioca, arroz, batatas e cebolas, manteiga e aves”.

Segundo Raasch (2010), neste ano (1862), a Colônia já possuía 311 prazos ocupados, onde aproximadamente dez por cento do território “estaria sendo cultivados pelos 1.169 colonos ali instalados, ou seja, das 24.885.500 braças quadradas que compunha a área, 2.849.000 se encontravam cultivadas”. O número de animais, bovinos, suínos, aves e eqüinos eram utilizados tanto no trabalho e transporte, quanto para alimentação dos colonos. A produção apurada naquele ano foi:

■ café (arrobas).....	900
■ milho (alqueires)	3.000
■ mandioca (alqueires de farinha)	2.500
■ arroz (alqueires)	40
■ batatas (alqueires)	6.000
■ cebolas (alqueires)	4.000

A exportação e seu valor econômico:

■ café (790 arrobas)	R s.4:000\$000
■ cebola (300 arrobas).....	Rs. 600\$000
■ farinha de mandioca (900 alqueires)	Rs.2:000\$000
■ batatas e manteiga.....	Rs. 400\$000
■ total.....	R s.7:000\$000



Café - Principal produto do setor agropecuário – 2012.
ACERVO: FAES - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO

Também por essa ocasião, já havia sido introduzida a cultura do algodão, que não prometia muito, pela frequência das chuvas. Entretanto, a do fumo era de se esperar que se desenvolvesse e prosperasse. A produção pecuária também já se fazia representar:

■ gado cavalar (cabeças)	69
■ gado vacum (cabeças).....	247
■ muar (cabeças)	103
■ suínos (cabeças)	800
■ aves (cabeças)	10.000

A importação na Colônia ainda era maior do que a exportação.

“O café é dos generos produzidos que deixava algum lucro aos cultivadores, o que para muitos colonos era altamente prejudicial, visto como sendo muito demorada a produção”, que associado à falta de estradas de rodagem, acabava privando-os dos principais meios de subsistência. A partir de 1868, a Colônia foi emancipada e as informações sobre a extinta colônia foram muito escassas.

Em 1872 já existiam 11 lavradores escravos, o que representava 1% do total de 1.091 habitantes.

A cultura do café em 1883 já representava 60.000 arrobas/ano e em 1885, 67.000 arrobas/ano.

Raasch (2010) afirma que, “[...] a atividade produtiva organizou-se de forma a mesclar a produção de café, voltada para exportação e capaz de gerar rendimentos necessários para o pagamento das dívidas dos



Padre Dold – sem data.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

colonos contraídas junto ao Estado.” Afirma ainda que as “culturas de subsistência se voltavam para a manutenção familiar e comércio local [...]”

Utilizando-se das informações constantes do relatório do Padre Dold⁴⁰ (2005), de 8.12.1896, afirma ele:

“A temperatura na costa do Espírito Santo é de 23° Reaumür⁴¹, nos meses de inverno 15 a 20° Reaumür. Aqui nas montanhas nós temos pelo menos 3°, menos com isso, o clima no verão em várias partes é tolerável.

Das árvores na mata, indubitavelmente, a mais bonita é a palmeira. O que se refere as outras árvores, comparando com as demais, me parecem com os gigantes pinheiros alemães, porém, um tanto raquíticas. A velha mata alemã de pinheiros, me parece mais arrogante, do que a floresta virgem. O que na floresta virgem é uma marca característica, é a colorida confusão, a selvagem sufocação da natureza, cuja mata cerrada nunca sofreu clareiras, na qual jamais veremos e reencontraremos a esplendorosa planta, que nos é conhecida através de estufas na Europa e que na pátria alemã a gente só consegue comprar por muito dinheiro.

Infelizmente, me parece que as majestosas borboletas estão cada vez mais raras, pelos desmatamentos e com o preocupante plantio de café, que trouxeram um bem estar a maioria dos colonos. A flor do cafeeiro é branca, o fruto é vermelho, o que nos proporciona uma bela visão, é ver um morro de café em plena floração.

Até agora as experiências com o plantio de fruteiras, não tem dado um resultado satisfatório. Os pêssegos, não são suculentos e gostosos, como os da região tropical. Muito melhor produzem as bananas nativas, abacaxi, melão, mamão e côco. Nas bananas existem várias espécies, as piores, servem para comida de porcos.”

40 DOLD, Franz (Francisco) Pe.; Relatório de visita à colônia de Santa Isabel – 08/12/1896. Em alemão e traduzido para o português por Roberto A. Kautsky, em 27/06/2005.

41 Reaumür – medida francesa de marcar a temperatura. Em 1897 o Pe. Dold de Santa Isabel usou essa medida para marcar a temperatura em Domingos Martins, que variava no verão de 28° C máxima e 16 mínima. No inverno, 15 e 8 respectivamente.

Como se sabe, os caminhos utilizados para o transporte das mercadorias produzidas ou adquiridas pela colônia eram picadas nas matas, com distâncias muito longas, muitas das vezes, levadas nas costas. Os mercados mais próximos eram Viana e Cachoeira de Santa Leopoldina, de onde eram transportadas por via fluvial (canoas) do rio Santa Maria até o porto de Vitória.

Kalk⁴² (1998) no seu relatório de junho de 1991, registrou que:

“Na agricultura os primeiros colonizadores de origem portuguesa, também se dedicaram à cultura do café. Construíram grandes rodas hidráulicas feitas de madeira, para pilar o café. Assim como os portugueses, os alemães inicialmente dedicaram suas forças à cultura do café, e construíram monjolos⁴³ para a pilagem, o que lhes rendia menos valor do que se tivessem construído grandes rodas hidráulicas.

Ainda por volta de 1870, quando os alemães vieram ocupar o território de Melgaço, os portugueses já se encontravam na região. O que leva a esta afirmação era o fato de se identificar os restos de ruínas das instalações hidráulicas construídas pelos antigos fazendeiros portugueses naquela localidade.

Nas propriedades de Bruno Kalk e Nelson encontraram-se vestígios de que ali existira uma fábrica de telhas de barro, tipo telha colonial atual. Por volta de 1991, ainda era possível encontrar naquela região alguns paióis.”

Alguns anos depois os “colonizadores alemães passaram a trabalhar com lavouras branca e agropecuária”. Havia “grandes roças de milho, e para tal, derrubaram muitas matas e capoeiras”. Estas “plantações eram feitas sem nenhuma adubação e sem assistência técnica. Daí a levar exaustão do solo, depois de vários anos adotando essa prática. A

42 Bruno Guilherme Kalk, nascido em 08 de julho de 1921, filho legítimo de Germano Kalk e Emilia Braun Kalki, era residente em Melgaço. Casou-se em 22 de maio de 1946 com Alvina Lahass. Falecido em julho de 2010, em Domingos Martins. Sr. Bruno Kalk em seus últimos anos de vida foi um grande defensor da cultura alemã em Domingos Martins. Só teve o 2º ano primário, mas foi um autodidata. Fazia poemas em línguas alemã e portuguesa. Muitas das informações com relação à cultura pomerana na região do distrito de Melgaço e principalmente da localidade de California, foram fornecidas por ele onde residia. Muitas pessoas, principalmente estudantes e jornalistas foram até a sua residência para colher informações sobre a colonização alemã em terra capixaba e que foram publicadas em vários jornais e mostradas em televisão.

43 Monjolos s.m. Engenho tosco, movido a água, para pilar milho ou descascar café.

solução encontrada por muitos daqueles trabalhadores e/ou colonizadores, foi de procurar outras regiões para continuar com o sistema de produção até então adotado.

Muitos migraram para a região norte do Estado, onde as terras devolutas e inexploradas poderiam ser a solução. Essas áreas eram consideradas de clima mais adequado para a criação de gado, principalmente, e a cultura do café.”

Somente por volta de 1930 o pastor evangélico Fritz Lippert (1926-1952), da paróquia de Califórnia, iniciou o incentivo junto aos proprietários rurais para a necessidade do reflorestamento. Foram plantadas “grandes áreas de várias qualidades de eucalipto, casuarinas, bracatinga⁴⁴, pinheiros e outros”.

Em 1933, segundo ainda a fonte Kalk (1998), “o mesmo pastor iniciou também a criação do bicho da seda. Para tanto plantou amoreiras para o desenvolvimento desta atividade.” Por falta de assistência técnica, a cultura não evoluiu.

Por volta de “1930 até 1940 a arroba de café caiu 80%, ou seja, passou de 50 mil réis a arroba, para 10 mil réis”, fazendo com que os produtores, na sua maioria, fossem à bancarrota.

Foi nessa ocasião que surgiu a inserção de ventiladores para peneirar o café pilado. “Essa máquina era feita de madeira e movimentada braçalmente em conjunto com uma peneira de flandre⁴⁵, com pequenos buracos, o que proporcionava a escolha do café, o que melhorava o seu tipo”. Quem inventou esse equipamento foi o Sr. Wilhelm Faller, que morava na localidade de São Bento.

Os produtores, com a queda no preço do café, passaram a fazer investimentos na produção de farinha de mandioca, cuja fabricação inicialmente exigiu muito trabalho pesado e cansativo. Tudo era feito braçalmente, desde o rodete⁴⁶ para o corte da massa da

44 Bragatinga – s.f. (Bot.). Árvore brasileira do Paraná e Santa Catarina, da família das leguminosas, subfamília das mimosóides, com inflorescências que lembram plumas brancas.

45 Flandre. s.m. Lata ou folha fina de ferro estanhado.[...]

46 Rodete (ê) s.m. 1- Pequeno rodo. 2- Cilindro denticulado para ralar a mandioca; caititu.

mandioca até a torrefação no alquidar. Chegou-se a criar “quitungos⁴⁷, maquinário feito de madeira, com movimentação hidráulica.

Kalk (1998) afirmava que alguns carpinteiros chegaram a ganhar muita fama na construção desses quitungos, com destaque para os senhores Fritz Schumacher e Alfredo Köehler, respectivamente residentes no Córrego Pena e Rio Fundo.

É ainda do mesmo autor a afirmação de que até a chegada da guerra mundial o relacionamento entre os donos das propriedades e seus trabalhadores era de muita tranquilidade e confiança. “O salário era fixado entre o patrão e o empregado o que levava a que, quando algum deles resolvia deixar a propriedade, o patrão passava-lhe o salário que julgava suficiente para iniciar a sua própria existência, ou quando não lhe dava um pedaço de terra para iniciar a sua atividade.”

A partir de maio de 1940, com a criação do salário mínimo pelo governo Getúlio Vargas (3/11/1930 a 29/10/1945), esse cenário de relação entre patrão e empregado, sofreu alteração. Foi também naquela época que a moeda brasileira, que era o mil réis, passou a chamar-se cruzeiro, logo surgindo a inflação que durante tantos anos atormentou os brasileiros.

O período de 1950 a 1960, conforme a fonte já citada, “foi o período do desenvolvimento agrológico⁴⁸ no município de Domingos Martins”.

Em 1956, chegava ao município a ACARES – Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo, o primeiro escritório do estado, com o objetivo de dar orientação técnica aos agricultores. A sua primeira equipe foi composta por Eng.º Armando Marques Vieira, economista doméstica Cecília Motta e secretária Elvira Shneider. A associação ficava localizada na Av. Presidente Vargas, ao lado do escritório do Dr. Arthur Schneider. O segundo engenheiro foi o Sr. José Oscar de Magalhães, que ocupou a função de 1960 a 1964.

47 Quitungos. Casa de farinha.

48 Agrológicos. Adj. Que diz respeito à agrologia. AGROLOGIA, s.f. 1 – Ciência que trata do conhecimento dos terrenos em relação à agricultura. 2 – Tratado de agricultura.

Eram iniciadas tecnicamente a recuperação e expansão das lavouras, com adubação do milho, feijão, bananicultura e hortifruticultura. Algumas ações trouxeram resultados econômicos positivos, mas, em outros, não se apresentaram como esperado, como foi o caso do combate à broca do café. Foram aconselhados a adquirir máquinas pulverizadoras importadas, além da utilização do pó conhecido como BHC, que seria utilizado nesta pulverização dos cafezais.

Kalk (1998), mais uma vez afirmava que “o leve manejo dessas máquinas e o preço barato do inseticida BHC, levou os lavradores a adquirirem várias máquinas e conseqüentemente, pulverizar os cafezais conforme lhes fora orientado”. Os resultados foram muito ruins, pois “uma pulverização leve não matava a broca e se fosse forte fazia secar as folhas do cafeeiro.” Para agravar mais ainda o quadro econômico, o preço do herbicida (BHC) ficou mais caro, e na relação custo e benefício, quando se tratava do café, acabou não compensando o trabalho do produtor. Grande parte deste maquinário foi “encostado” em algum lugar da propriedade e o recurso financeiro acabou sendo perdido.

Alguns anos mais tarde, a “ACARES orientou os lavradores a adquirirem despolpadores de café, mais uma vez, com a finalidade de melhorar o tipo, conseqüentemente obter melhores preços.” Vários agricultores fizeram empréstimos bancários para comprar as máquinas despolpadeiras conforme relatório de Kalk (1998).

Outra decepção os esperava, pois com a crise mundial do café, os preços do produto decresceram a valores que não compensavam a produção. Surgiu então o programa federal denominado de “erradicação dos cafezais”, recomendando a sua substituição pelo cultivo da mandioca. Mais uma vez o investimento em equipamentos ficava perdido.

Com o crescimento alternativo de outras culturas, tais como o milho e o feijão, surgia agora a praga denominada de carunchos⁴⁹. Para o seu combate foi sugerido a aplicação do pó conhecido como “gerasol”, só que, se combatia o caruncho, em contrapartida provocava o surgimento de muitas borboletas, que incitava o aparecimento de lagartas,

49 Carunchos. s.m. 1 – Bras. Designação comum aos insetos coleópteros que perfuram sobretudo madeira e cereais [...]



Produção de bananas – 2011.
ACERVO: FAES

praga considerada muito pior que o primeiro. Além do mais, o “gerasol” era considerado um produto tóxico. O tempo foi passando e novas orientações para o combate as pragas, principalmente na horticultura, também foram com produtos nocivos, considerados tóxicos e prejudicial a quem os consumia e aos que o aplicavam no dia a dia.

Outro equívoco que se cometeu foi quando se incentivou os proprietários rurais a fazer a drenagem para secar as terras alagadiças, com vistas a ampliar a área de horticultura. Essas decepções acabaram sendo incentivos para que os trabalhadores abandonassem a roça e transferissem residência para a cidade.

O município, ao longo de sua existência, continuou mantendo o percentual acima de 80 por cento de sua população na zona rural, assim como a produção estava concentrada em 95 por cento em dois produtos: bananicultura (49%) e café (46%). Dentre as lavouras temporárias, o tomate ocupava o primeiro lugar no valor total da produção, seguido da cultura do feijão e da batata inglesa.

A sua estrutura fundiária é ainda típica da região serrana, “resultante da desconcentração da propriedade da terra”. [...] Mais de 87 por cento, dos estabelecimentos rurais tem menos de 50 hectares.



Produção de aves – 2012.
ACERVO: FAES

Outro destaque do setor foi a avicultura, que, em 1936, recebia um grande incremento por parte da municipalidade, que adquirira uma chocadeira para 65

ovos e uma criadeira para 100 pintos, bem como um lote de 10 galinhas e um galo da raça Plymouth. O prefeito naquela ocasião era o senhor Octaviano Santos.

Em 1946, foi fundada, em 20 de outubro, a primeira cooperativa avícola do Estado do Espírito Santo, por um grupo de avicultores liderados pelos senhores Theodoro Schwambach e Octaviano Santos, denominada Cooperativa Reunidas de Campinho.

Nos anos de 1964 e 1969, foram constituídas, respectivamente, a Central das Cooperativas Avícolas do Espírito Santo e Associação dos Avicultores do Espírito Santo, objetivando em comum a venda das produções e defesa dos interesses econômicos dos avicultores.

A granja mais conhecida do município era a Walkyria, fundada em 1936 pelo senhor Theodoro Schwambach, a primeira organizada no Espírito Santo e localizada em Campinho, voltada para a produção de pintos de 1 dia. Com um plantel de 130 mil reprodutores e um incubatório para até um milhão de ovos, chegou a atingir, em 1982, a marca de 8 milhões de pintos vendidos.



Família e familiares do Sr. Theodoro Schwambach - 1939. Da esquerda para direita. Em pé: Maria Schwambach (irmã de Theodoro), seu esposo Gustavo Wruck, esposa e Cleto (Cletinho), casal desconhecido, Roberto Carlos Kautsky. Sentados: Darcy, Darly e Dulce Schwambach (primos), esposa Izilda Maria Lorenzoni Schwambach, Augusto Schwambach com a neta Walkyria e Elisa Schwambach Kautsky (madrinha de Theozilda e irmã de Theodoro) e Rita Kautsky.

ACERVO: THEOZILDA SCHWAMBACH MACHADO

A exploração depois foi expandida para Victor Hugo e nos anos 1990 entrava em decadência.

Há muitos anos que a atividade do setor primário de Domingos Martins é “superior a da média dos demais municípios da região serrana”.

O destaque fica na produção da banana e do café, tradicional cultura da região. Quando se trata de culturas temporárias, o tomate e o feijão, acompanhados pela batata inglesa, são as principais culturas.

A produção de banana, café e a atividade de avicultura ficam mais concentradas na região leste do município. Próximo a Melgaço, ao norte da sede, predomina a produção de café e de hortaliças. Outra cultura da região é a do alho. Na região central, onde se encontra Parajú, Perobas e Ponto Alto, produz-se café, explora-se a avicultura e o plantio de eucaliptos. Recentemente, a apicultura e a cana de açúcar associadas a alguns alambiques, são outras explorações econômicas em expansão.

Próximo à divisa com Afonso Cláudio, há forte presença de horticultura e produção de milho e feijão. Na região de Pedra Azul, horticultura, milho, feijão, apicultura e plantações de eucaliptos. Há exploração de morangos, cogumelos e culturas orgânicas, principalmente do café.

Valendo-se do relatório de Uliana (2004), pode-se verificar que a região de Aracê com o asfaltamento da rodovia nos anos 60 começou a mudar. O Estado do Espírito Santo reservou a área até hoje conhecida como Fazenda do Estado e começou a incentivar experimentos agrícolas. O primeiro engenheiro agrônomo foi o Dr. Mendes da Fonseca, que foi substituído por Júlio de Oliveira Pinho, um português recém chegado ao Brasil que escolheu a região para se estabelecer e que acabou atraindo outros portugueses, como o irmão Delfim Oliveira e o cunhado Delfim Lemos de Pinho. Novas culturas foram ali introduzidas. De uma agricultura de subsistência, a região passou a ser exportadora de hortifrutigranjeiros para a CEASA e outras regiões do país. Um outro português chegado na região, Álvaro Manoel da Silva Aroso, introduziu o cultivo do morango, que hoje representa uma das principais atividades agrícolas do período de inverno.

Aspectos Culturais

De Caráter Geral

Voltando a citar Willems (1980), “durante a vinda dos imigrantes, principalmente os germânicos, ainda não havia ocorrido a unificação política da Alemanha, fazendo com que viessem de países diferentes.”

“No Espírito Santo vieram dois grupos: os descendentes de pomeranos e os hunsrückers, cujos antepassados eram de Hunsrück. Havia gente da Renânia, Prússia, Saxônia, Hesse, Palatinado, Holstein e Nassau. Paulatinamente, esses imigrantes foram culturalmente absorvidos pelos dois grupos mencionados, mormente pelos pomeranos.”

O grupo que veio para o Espírito Santo era composto de católicos e luteranos, e ficaram abrigados no mesmo espaço físico por algum tempo, daí ter sido inevitável o choque cultural entre eles.

Durante a travessia do Atlântico, os imigrantes fizeram um cântico, chamado de “Cântico da Imigração”, que foi traduzido pelo Kalk (1998).

Cântico de Imigração.

Iniciamos a viagem para a terra do Brasil, atônitos nossa passagem, o Deus com benção mil. O mar seja conosco, com tua paterna mão, assim no Brasil chegamos, firmes de posto e são.

Por Deus somos chamados, de nos não iríamos faltar, a fazer esta viagem, sobre este longo mar. Com tua paterna mão, Deus quer nos amparar, assim com segurança, no Brasil vamos chegar.

Deus disse ao Abraão, de sua terra vai emigrar, para um país longe distante, que eu te vou mostrar. Nós também confiamos, na palavra do Senhor, e firme acreditamos, que ele nos guie, com amor.

Muitas vezes nos pedimos, a Deus em alta voz, e agora vem se abrindo, um país acolde nos, conforme o seu mandado, para nós imigrar, de miséria e maldade, Deus queira nos salvar.

O Imperador do Brasil, Deus queira proteger, com amor e com carinho, ele vem nos receber. Ele queira amparar-nos, com sua mão viril, assim alegremente, viajamos para Brasil.

Que alegria nos sentimos, se esta viagem vai terminar, alegremente nos se despedimos, dos parentes que vão ficar, desejando-lhes saúde, descanso e bênção mil, e viajamos confiantes, para a terra do Brasil.

O navio se lança agora, no grande extenso mar, e nos anjos de íman embora, para Deus vamos orar. Ele queira proteger-nos, com sua paterna mão, assim nos viajamos, para Brasil com ânimo bom.

Após de longo tempo, em conversa e desluz, eu estou vendo alguma coisa, que se apresenta ao meu olhar. Terríveis sejas contorcer, com ânimo viril, estou vindo bem distante, a terra do Brasil.

Após muitos sofimentos no grande extenso mar, agora lágrimas de alegria, os olhos vão molhar. O navio chega ao porto, e nós os pés no chão, o Deus acompanhou-nos, com sua paterna mão.

Chegais sejas bem-vindos, diz o imperador, eu quero ceder vos terras, com caridade e com amor. Eu quero proteger-vos, com graciosa mão, e quero conceder-vos paz, vida, em unido.

Altíssima Majestade, apresentamos-te diante ti, quantos de ti fiéis, de nossa vida, aqui Deus cure nossos gemidos, e os acalmará, e que não nos tomam, o Deus carinhoso.

Agora somos fixados, neste novo país, Deus pai seja conosco, e nos torne a ser feliz. Abençoar nos com alimento, em miséria, comano está, na vida e na morte, Deus nos acolherá.

Traduzido por
Bruno Fülhorne Kalk,
Metacínico - Herminio Martins & C.

Raasch (2010), quando elaborou a sua dissertação no curso de pós-graduação em História, na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, identificou alguns traços culturais na comunidade de origem germânica que ainda existem até hoje, com destaque:

- calendário festivo da cidade cujo título em alemão é denominado de Sommerfest”, que faz referência aos povos ali instalados, e que acontece no mês de janeiro, na sede da cidade;
- grupos folclóricos com apresentação de danças típicas germânicas, trajados com roupas específicas;
- comidas típicas oferecidas por bares e restaurantes;
- manutenção em algumas comunidades do dialeto predominantemente da região alemã de Hunsrück, de onde a maioria se originou;
- a manutenção característica do físico peculiar aos descendentes dos imigrantes, “geralmente loiros e de olhos azuis”;
- forte presença da igreja luterana nas áreas em que foram instalados os colonos teutos no Espírito Santo, considerada a igreja dos alemães.

Kalk (1998), em seu artigo sobre os hábitos culturais dos antigos pomeranos no Estado do Espírito Santo, cita alguns que também foram incorporados aos dos portugueses e italianos que para aqui vieram:

- muitos usavam como meio curativo as benzedadeiras, quando uma doença na família se manifestava. Naquela ocasião não existiam as farmácias e drogarias. O socorro médico ficava muito distante, daí a utilização da benzedeira, além do artifício do uso de chás;
- outro procedimento era o remédio chamado milagroso, de fácil preparo, conhecido como “remédio de páscoa”: naquele dia ter-se-ia que levantar de madrugada para apanhar a preciosa água bem cedo, antes que o sol nascesse, senão a água não valeria para o remédio. Esta água também só podia ser apanhada numa nascente da região, a leste de onde o sol nascia. Quando alguém adoecia, tomava de um ou dois goles da água milagrosa e após a dor e aflição já não se sentia mais nada.
- ainda pela ausência de médico ou parteira diplomada, era comum utilizar-se dos serviços da velha avó, que em algumas ocasiões ainda se utilizava de feitiçaria, nos casos mais graves, quando normalmente a parturiente falecia;

- quando uma criança nascia, logo se procurava dar-lhe um nome, e também fazer a escolha dos padrinhos, normalmente de quatro a cinco. Na pia batismal colocavam-se vários objetos: cabelo de crina de cavalo ou uma pena de ave, e em algumas ocasiões, um fio de linha. Era para dar sorte à criança: quando se utilizavam da linha, esperava-se que ele fosse feliz na costura; a pena, na avicultura, e o cabelo de crina, na criação de animais, como burros e gado;
- ao se perder uma cabeça de gado, às vezes acreditava-se tratar de feitiçaria, principalmente quando se tinha rixas com o vizinho, daí deduzir-se ser ele o culpado, fazendo com que a inimizade se agravasse;
- no casamento pomerano abate-se muita criação. Os pés e os buchos das galinhas depois de preparados, nas vésperas das núpcias, é servido aos convidados e após a essa ceia, uma velha reza uma poesia para os noivos. Ao final é uma louça quebrada, de tal forma que os cacos possam dar sorte ao casal.

Quebra louça

“Gente! Gente! Deixe-me entrar,

eu ouvi dizer que hoje será o quebra louça. Boa noite senhorita noiva. Eu ouvi dizer que amanhã será o seu casamento. Quero tirar uma prova, se você sabe cozinhar o chocolate. Eu sei cozinhar, assar e fritar. Com certeza dará tudo certo. Ai! Ai! Agora me quebrou a tijela. Agora não posso mais cozinhar o chocolate. Senhor noivo! Para você tenho que dizer: Você deve carregar sua noiva nas mãos, pois uma noiva como esta você não acha entre mil. Hoje você ainda é jovem de pouca idade. Daqui há quinze anos você terá muito mais experiência. E a você, noiva, quero dar também um pequeno presente que durará eternamente. Assim, vamos dançar e pular e festejar com muita alegria este casamento até o fim.”

Em seguida, o tumulto da véspera recomeçava e quando o pessoal já estava bastante cansado do barulho era a ocasião para iniciarem-se as danças que iam até a meia noite.

No dia do casamento, bem cedo, levantava-se para pegar os animais que com flores fossem enfeitados. Isto significava, de modo geral, sorte e estima para o recém-casal.

E quando se iniciava a viagem nupcial para a igreja, o pai da noiva rigorosamente dizia que na estrada ninguém podia deixar a noiva passar, pois com isso a sorte dela poder-se-ia atrapalhar.

Na viagem um grande alarme acontecia, com gritos e clamores de alegria. Os pomeranos não usavam em seus casamentos fogos e tiros.

Chegando na casa das cerimônias religiosas, na porta esperava uma mulher idosa, que mandava os noivos tirarem d'um pão uma bocada, pois isto na vida conjugal da fome os guardaria.

Com lindas flores enfeitava-se a mesa, onde os hóspedes iam jantar. Os noivos permaneciam à mesa sentados, até que todos se fartassem. E se já estavam fartamente servidos, passava-se a seguir às ações das serventes e cozinheiras, que pediam aos hóspedes uma “pataca⁵⁰” de dinheiro.

Quando terminava o jantar, a dança dos noivos era iniciada. Com as mulheres e moças, o noivo dançava e os homens e rapazes a noiva puxavam. É quando a dança do sexo masculino acabava, os mesmos eram obrigados a pagá-la. Nessa ocasião repetia-se o barulho da véspera. Jogava-se o dinheiro no assoalho que era recolhido pelas serventes do noivo para remuneração de seus trabalhos.

Por volta da meia noite era realizada a dança da grinalda, quando o casal se retirava do local das comemorações. Nessa dança, somente os noivos e as mulheres é que participavam, em posição de roda na sala. Juntos, os noivos iam dançar e em seguida uma senhora vinha puxar a noiva e finalizando a volta desta roda dançante, a senhora dançava com a noiva e encerrava a cerimônia.

A mesma senhora tomava um gole de vinho e dançava com o noivo na mesma intensidade. E à proporção que a roda vinha fechando, mais um gole de vinho era

50 Pataca s. f. 1 – Antiga moeda brasileira de prata, de pouco valor. 2 – Coisa insignificante.

tomado, e se todos os senhores tivessem parado de dançar, era a hora dos noivos mudarem as suas vestimentas.

Na manhã seguinte, a festa estava encerrada, quando então todos os hóspedes iam para as suas casas e se despediam do recém-casal desejando-lhes felicidades na vida conjugal.

Outra tradição dos pomeranos quando do falecimento de uma pessoa, além da tristeza da família, quando o moribundo dava o último sopro, logo era paralisado o relógio caseiro que só voltaria a funcionar após o sepultamento. Esse procedimento também era comum entre os kunsrückers. Vinha gente de todos os lados para ajudar no velório, pois que a informação corria até aos mais longínquos rincões.

No serviço fúnebre não podiam atuar os parentes do defunto, pois se assim procedessem outra morte iria provocar na família.

No caixão junto ao defunto ia-se introduzindo alguns pertences, como uma navalha, um livro ou um relógio de bolso e/ou de pulso ou outras coisas semelhantes às que o defunto possuía. O chapéu era colocado sobre a barriga. Em cima de caixas de querosene colocava-se o caixão, na própria residência, no centro da sala ou no terreiro. Essas caixas imediatamente seriam derrubadas quando para o cemitério o caixão fosse levado. Não há explicação para esse enredo. E quando no cemitério enterrava-se o caixão, então uma outra pessoa prestava atenção em qual peça de ferramenta seria colocada por último no túmulo, quando o enterro fosse encerrado. Se a pá seria posta por último em cima da terra, então o próximo enterro seria de alguém do sexo masculino, e se fosse colocada uma enxada por derradeira, então vinha a ser uma senhora a próxima vítima.



Velório do Sr. Auguste Braun Espíndula — Melgaço.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Casa da Cultura

No dia 17 de dezembro de 1983, portanto há 30 anos, era inaugurada a casa, com o objetivo da manutenção e revitalização da cultura alemã e da história do município de Domingos Martins.

Funciona hoje no local que foi residência do senhor Augusto Schwambach e também o fórum da comarca. Quando foi transformado na Casa de Cultura, o prédio encontrava-se sem nenhum uso ocupacional e ia ser demolido, após ter sido doado ao grupo da maçonaria local.

O senhor Ilmar Kiefer – “Nena” – doou uma outra área para a maçonaria e o ato de doação foi desfeito. O grupo encarregado da criação da casa da cultura entrou com um pedido junto ao governo estadual, quando governador do estado era Eurico Vieira de Resende, que fez a doação e transferência do imóvel para o município. O secretário da Justiça

Prédio da Casa da Cultura – 2011.

ACERVO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ARQUITETURA PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO



Instalações internas da casa da cultura – 2011.

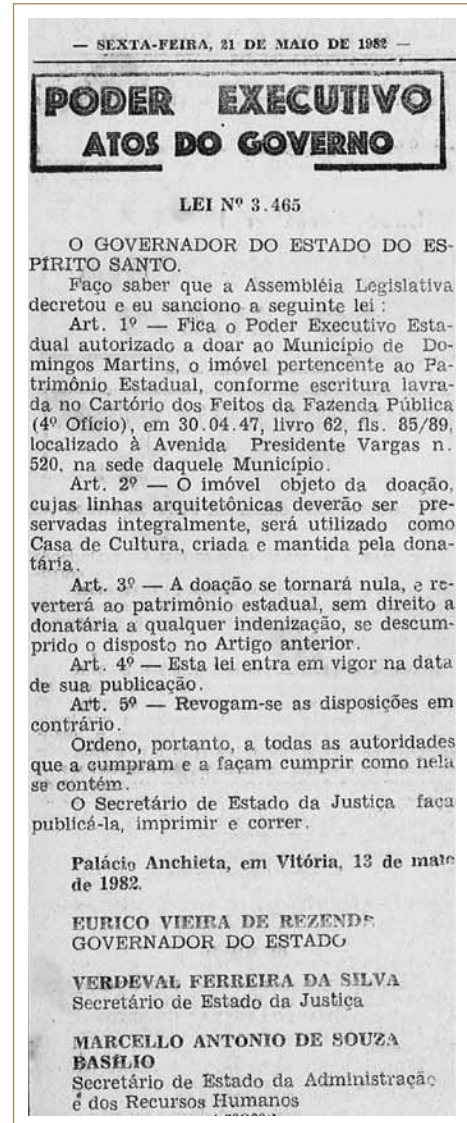
ACERVO: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ARQUITETURA PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO

era o Dr. Ednaldo Loureiro Ferraz, que ajudou sobremaneira no andamento do processo, até que chegasse à Assembleia Legislativa. Com a aprovação do ato pela Assembleia implantou-se a Casa da Cultura, quando prefeito municipal Sr. Elias Paganini. Após reforma e adaptações, foi inaugurada pelo então prefeito Moacir da Silva Vargas.

Em 12 de junho de 1982, quando se prestava homenagem póstuma a Domingos Martins, era realizada pela Secretaria Municipal de Educação, coordenada pela professora Paulina Wernersbach Tarqueta e por Joel Guilherme Velten, uma exposição do acervo fotográfico, documental e materiais diversos dos colonizadores do município, com sucesso extraordinário. Com o aumento do interesse da população, intensificou-se em muito as doações o que propiciou a instalação do atual espaço cultural.

O imóvel é tombado como Patrimônio Histórico e Artístico pelo Conselho de Cultura no livro de Tombo Histórico, sob o número 87.

A comissão organizadora da Casa da Cultura ficou assim constituída: Dr. Ednaldo Loureiro Ferraz, Joel Guilherme Velten, Paulina Wernersbach Tarqueta, Maurício Faria e Roberto Anselmo Kautsky.



Lei nº 3.465, de 13/05/1982 – Doação de Imóveis da Casa da Cultura.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

Símbolos Municipais: Bandeira – Brasão e Hino



Lei Municipal nº 832/1979

“DISPÕE SOBRE A FORMA E A
APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS DO
MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Elias Paganini, Prefeito municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º São símbolos do Município de Domingos Martins, de conformidade com o disposto no § 3º do art. 1º da Constituição Federal:

- a) O Brasão Municipal
- b) A Bandeira Municipal
- c) O Hino Municipal

Capítulo II

Da forma dos símbolos Municipais

Secção I

Dos símbolos em geral

Art. 2º Consideram-se padrões dos símbolos do Município de Domingos Martins – ES, os exemplares confeccionados nos termos e dispositivos da presente lei.

Art. 3º No Gabinete do Prefeito, na Diretoria Geral da Câmara Municipal e no Departamento de Educação e Cultura, serão conservados exemplares padrões do Símbolo-

los Municipais, no sentido de servirem de modelo obrigatório para a respectiva confecção, constituindo-se em elemento de confronto para comprovação dos exemplares destinados a apresentação, procedam ou não de iniciativa particular.

Art. 4º A confecção da Bandeira Municipal somente será executada mediante determinação dos Poderes Legislativo ou Executivo Municipal e com autorização especial escrita, quando a execução for efetuada por correta de terceiros.

§1º De forma idêntica procede-se à com o Hino Municipal, cuja autorização deverá conter assinatura e data do despacho do Prefeito Municipal ou do Presidente da Câmara, os seus delegados competentes.

§2º É vedada a colocação de qualquer indicação sobre a Bandeira e o Brasão Municipal.

§3º É proibida a reprodução, tanto do Brasão como da Bandeira Municipal, para servirem de propaganda política ou comercial.

Art. 5º Em qualquer reprodução feita por conta de terceiros, da Bandeira ou do Brasão Municipal, com autorização especial, o beneficiário deverá fazer prova da peça reproduzida, com o arquivamento de um exemplar no Departamento competente da Prefeitura, que exercerá fiscalização e a observância dos módulos, cores e palavras.

Parágrafo único – Não se aplica à Bandeira Municipal a exigência anterior, cuja apresentação será feita após a sua confecção, para simples verificação e registro no livro competente.

Secção II Da Bandeira Municipal

Art. 6º A Bandeira Municipal de Domingos Martins, de autoria do heraldista e Vexilologista Professor Arcinóe Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, será Esquartelada em cruz, sendo os Quartéis de Azul Constituídos por faixas amarelas de três módulos de largura, carregadas de sobre-faixas vermelhas de dois módulos, dispostas no sentido horizontal e vertical entrecruzando-se a uma distância de seis módulos da tralha, tendo neste ponto, brocante, em circulo amarelo de oito módulos de circunferência, onde o Brasão Municipal é aplicado.

§ 1º De conformidade com a tradição da heráldica portuguesa qual herdamos os cânones e regras, a vexilologia das bandeiras municipais obedece aos estilos oitavado, sextavado, esquartelado ou terciado tendo por cores as mesmas constantes do campo do escudo e ostentando ao centro ou na tralha uma figura geométrica, onde o Brasão Municipal é aplicado.

§ 2º A Bandeira Municipal de Domingos Martins obedece a essa regra geral, sendo por opção “esquartelada em Cruz” lembrando nesse simbolismo o espírito cristão do seu povo. O Brasão aplicado na Bandeira, representa o Governo Municipal e o círculo amarelo onde é contido representa a própria Cidade-Sede do município – é o círculo símbolo heráldico da “eternidade” porque se trata de uma figura geométrica que não tem principio e nem fim. As faixas amarelas carregadas de sobre-faixas vermelhas, representam a irradiação do Poder Municipal que se expande a todos os quadrantes de seu território - a cor vermelha é o símbolo de dedicação, amor pátrio, audácia, intrepidez, coragem valentia; os quartéis de azul, assim constituídos, representam as Propriedades Rurais existentes no território municipal – a cor azul é símbolo de justiça, nobreza, perseverança, zelo, lealdade, recreação e formosura.

Art. 7º De conformidade com as regras heráldicas a Bandeira Municipal terá as dimensões oficiais adotadas para a Bandeira Nacional levando-se em consideração 14 (quatorze) módulos de altura da tralha por 20 (vinte) módulos de comprimento do retângulo.

Parágrafo único – A bandeira Municipal poderá ser reproduzida em bandeirolas de papel nas comemorações de efemérides, observando-se sempre, os módulos e cores heráldicas.

Art. 8º No gabinete do prefeito será mantido um livro para registro de todas as Bandeiras Municipais mandadas confeccionar, quer sejam por conta do Município, quer sejam por conta de terceiros com autorização especial, determinando-se as datas, estabelecimentos para os quais foram destinadas, bem como todo e qualquer ato relacionado às mesmas.

Parágrafo único – Preferencialmente, a inauguração de uma bandeira deverá ser efetuada em solenidade cívica, podendo ser designado um padrinho e madrinha, com bênção especial, seguindo-se o hasteamento com execução de marcha batida, ou Hino Nacional ou Hino Municipal, para em seguida proceder-se ao juramento feito pelos padrinhos (podendo ser acompanhado por todos os presentes) que, prestando a continência de juramento, braço direito estendido e mão espalmada para baixo, versando as seguintes palavras “Juro Honrar, Amar e Defender os símbolos Municipais de Domingos Martins, e lutar pelo engrandecimento desta cidade, com lealdade e perseverança”. O acontecimento será consignado em ata, conforme determinado neste artigo.

Art. 9º As bandeiras velhas ou rôtas serão incineradas, de conformidade com o disposto no artigo 33 do Decreto – Lei Nº 4.545 de 31 julho de 1942, registrando-se o fato no livro especial.

Parágrafo único – Não será incinerada, mas recolhida ao Museu Histórico Municipal, o exemplar da Bandeira Municipal, ao qual esteja ligado fato de relevante significação histórica do município, como no caso da primeira Bandeira Municipal inaugurada após a sua instituição.

Art. 10º - A bandeira municipal deve ser hasteada de sol a sol, sendo permitido o seu uso à noite, uma vez que se encontre convenientemente iluminada; far-se à o hasteamento às 8 horas e o arriamento às 18 horas.

§ 1º Quando a Bandeira Municipal é hasteada em conjunto com a Bandeira Nacional, estará disposta à esquerda desta; sendo que se a Bandeira Estadual for também hasteada, ficará a Nacional ao centro, ladeada pela Municipal à esquerda e a Estadual à direita, colocando-se a Nacional em plano superior às demais.

§ 2º Quando a Bandeira Municipal é distendida e sem mastro, em rua ou praça, entre edifícios ou em portas, será colocada ao comprido, de modo que o lado maior do retângulo esteja em sentido horizontal e a coroa mural voltada para cima.

§ 3º Quando aparecer em sala ou salão, por motivo de reuniões, conferências ou solenidades, ficará a Bandeira Municipal, distendida ao longo da parede, por trás da cadei-

ra da presidência, ou do local da tribuna, sempre acima da cabeça do respectivo ocupante, observando-se o disposto no §1º deste artigo, quando colocada em conjunto com as Bandeiras Nacional e Estadual.

Art. 11º A Bandeira Municipal deve ser hasteada obrigatoriamente nas repartições e próprios municipais, nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, nas instituições particulares de assistência, letras, artes, ciências e desportos:

- a) Nos dias de festa ou luto municipal, estadual ou nacional;
- b) diariamente na fachada dos edifícios – sede dos Poderes Legislativos e Executivo Municipal, isoladamente em dias de expediente comum e em conjunto com as Bandeiras Estadual e Nacional em datas festivas;
- c) nas fachadas do edifício–sede do Poder Executivo, será a Bandeira Municipal hasteada isoladamente em dias de expediente comum, sempre que estiver presente o Chefe do Executivo, sendo recolhida na ausência deste;
- d) na fachada do edifício do Poder Legislativo em dias de sessão.

Art. 12º Em funeral, para o hasteamento, será a Bandeira Municipal levada ao topo do mastro, antes de ser baixada a meia adriça ou meio mastro, e subirá novamente ao tope, antes do arriamento; sempre que conduzida em marcha, o luto será indicado por laço crepe atado junto à lança.

Parágrafo único – somente por determinação do Prefeito Municipal, será a bandeira Municipal hasteada em funeral não o podendo ser, todavia, em dias feriados.

Art. 13º Quando distendida sobre esquife mortuário de cidadão que tenha direito a esta homenagem, ficará a tralha do lado direito da cabeça do morto e a coroa mural do Brasão à direita, devendo ser retirada por ocasião do sepultamento.

Art. 14º Nos desfiles, a Bandeira Municipal contará com uma guarda de honra, composta de seis pessoas, sendo uma a porta-bandeira, seguindo à testa da coluna quando isolada ou precedida pelas Bandeiras Nacional e Estadual quando estas também estiverem concorrendo ao desfile.

Art. 15º Os estabelecimentos de ensino municipais deverão manter a Bandeira Municipal em lugar de honra, quando não esteja hasteada, do mesmo modo procedendo-se com as Bandeiras Nacional e Estadual.

Art. 16º É terminantemente proibido o uso da Bandeira Municipal para servir de pano de mesa em solenidades, devendo ser obedecido o previsto no §3º do Art. 10º da presente lei.

Art. 17º É proibido o uso e hasteamento da Bandeira Municipal em locais considerados inconvenientes pelos poderes competentes.

Seção III Do Hino Municipal

Art. 18º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar serviços de um compositor ou instituir concurso entre compositores para a escolha do Hino Municipal.

Parágrafo único - A regulamentação do Hino Municipal obedecerá em princípio à presente lei e o prescrito no Decreto Lei Nº 4.545 de 31 de julho de 1942, com relação ao Hino Nacional.

Seção IV Do Brasão Municipal

Art. 19º O brasão de armas de Domingos Martins, de autoria do heraldista e vexilologista Professor Arcinóe Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, é descrito em termos próprios



Bandeira do Município de Domingos Martins – 2011.
(ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS)

= HINO AO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS =	
1º -	Partindo vêm com fé e esperança, deixando a pátria em sonhos no além mar. Viveram lutas e raras bonanças, mas conquistaram assim um novo lar. Como imigrantes aqui aportaram o italiano e o alemão, e ao cultivo se lançaram, plantando, assim, futuro neste chão.
2º -	Com fé em DEUS, vivendo entre verdores, caminham sempre em paz e união. São seus limites estendais de flores. Banha seus ares clima puro e são. Junto ao murmúrio das cascatas aves entoam cantos mil e o aroma em nossas matas cobre as serras, vales do Brasil.
3º -	Santa Isabel de místicos pendores hoje é lembrança vívida sem par. Onde alemães, os colonizadores, ali plantaram seu primeiro lar. E Paraju, com suas flores. Melgaço, exemplo de união. Em Aracê, dos seus valores a Pedra Azul destaca-se, é Brasília.
4º -	Campinho é do verde a cidade e do turismo grácil atração, pois que nos mostra da comunidade as tradições do povo alemão. Do município é sua sede, é progressista em seu labor, pois só se firma no princípio da fé em DEUS, na paz e no amor.

Música e letra de Argentina Lopes Tristão e Guilherme
José Brickwedde – “Willy” – setembro de 1993.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

da seguinte forma: Escudo Clássico – Flamengo – Ibérico Encimado pela Coroa Mural de Oito Torres, de Argente e Iluminada de Goles, em Campo de Jalde, Postas em Roquete, Três flores de Liz de Goles. Ao termo, em morro de Bláu, com a característica de uma saliência lateral, como apoios do Escudo, à Dextra e Sinistra Hastes de Feijão e Pâmpanos⁵¹, tudo ao Natural, Entrecruzados em Ponta e sobrepostos de um Listel de Goles, contendo em letras argentinas o Topônimo “Domingos Martins” ladeado pela data “20-10-1893”.

Parágrafo único – O Brasão, descrito nesse artigo em termos próprios de heráldica, tem a seguinte interpretação simbólica:

- a) O escudo clássico flamengo – ibérico usado para representar o Brasão de Armas de Domingos Martins, é o estilo de escudo usado em Portugal à época do descobrimento, herdado pela heráldica brasileira como evocativo da raça colonizadora e principal formadora da nossa nacionalidade;
- b) a Coroa Mural que o sobrepõe é o símbolo universal dos Brasões de domínio que, sendo de argente (prata) de oito torres das quais apenas quatro são visíveis em perspectiva no desenho, classifica a cidade representado na Segunda Grandeza ou seja, sede de comarca; a iluminura de goles (vermelho) pelo significado heráldico da cor é condizente com os predicados próprios dos pioneiros colonizadores e dos dirigentes da comunidade;
- c) o metal jalde (ouro) do campo do escudo é símbolo de glória esplendor, riqueza, nobreza, poder e soberania;
- d) as três flores de liz em roquete, de goles (vermelho), das armas da família Martins, lembram ao Brasão a figura do homenageado pelo próprio topônimo, herói capixaba da Revolução Pernambucana;
- e) a cor goles (vermelho) é o símbolo de dedicação, amor-pátrio, audácia, intrepidez, coragem, valentia;
- f) ao termo (parte inferior do escudo) é destacada a Pedra Azul marco turístico do município, com a característica de ter uma pedra lateral agregada em blau (azul);

51 Pâmpanos, s.m. Ramo tenro de videira; [...]

- g) a cor blau (azul) é símbolo de justiça, nobreza, perseverança, zelo, lealdade, recreação e formosura;
- h) nos ornamentos exteriores, coloca-se em destaque o feijão como uma fonte de riqueza e os pâmpanos lembrando que o município desponta com a fruticultura também como riqueza econômica;
- i) no listel de goles (vermelho) em letras argentinas (prateadas) inscreve-se o topônimo identificador “Domingos Martins” ladeado pela data de sua emancipação política “20-10-1893”.
- j) o metal argente (prata) é símbolo de paz, amizade, trabalho, prosperidade, pureza, religiosidade.

Art. 20º O Brasão Municipal será reproduzido em clichês, para lembrar a documentação oficial do Município de Domingos Martins, com a representação icnográfica das cores, em conformidade com a Convenção Heráldica Internacional, quando a impressão é feita a uma cor e a obediência das cores heráldicas, quando a impressão é feita em policromia.

Art. 21º Objetivando a divulgação municipalista o Brasão Municipal poderá ser reproduzida em decalcomanias, brasões de fachada, flâmulas, clichês, distintivos, medalhas e outros materiais, bem como apostos a objetos de arte, desde que, em qualquer reprodução, sejam observados os módulos e cores heráldicas.

Art. 22º A critério dos Poderes Municipais, poderá ser instituída a ordem Municipal do Brasão, para comenda àqueles que, de algum modo e sem injunções políticas, tenham merecido e justificado a honraria outorgada.



Brasão do Município de Domingos Martins – 2011.
ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

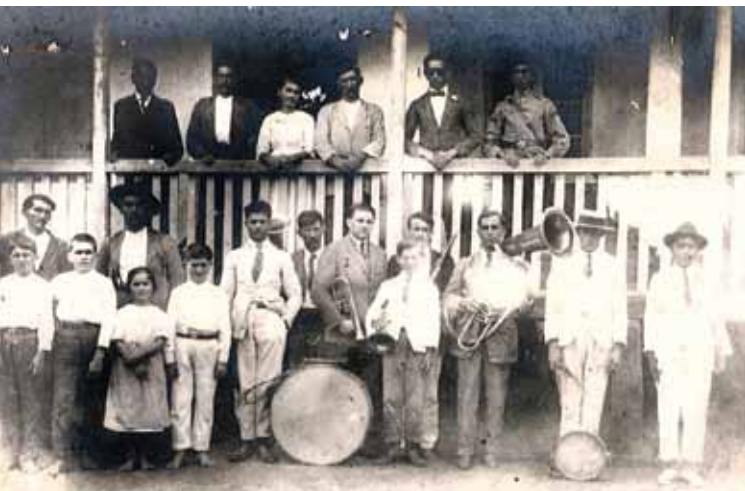
Parágrafo único – Será a Comenda constituída por medalha do Brasão, esmaltada em cores ou fundida em metal – ouro ou prata fixada em lapela com as cores (ou fundida em metal – ouro) – digo, com as cores municipais, acompanhada de Diploma da Ordem de “Comendador da Ordem Municipal do Brasão”.

Art. 23º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Domingos Martins, 18 de setembro de 1979.

Elias Paganini
Prefeito Municipal.



Primeira Banda Musical Organizada na Vila de Santa Isabel – Personagens identificados:
1) Maestro Theodoro Schwambach e 2) Roberto Carlos Kautsky – 31/07/1921.

ACERVO: ROBERTO ANSELMO KAUTSKY

Bandas Musicais

A instalação da primeira banda musical organizada em Santa Isabel ocorreu na data de 31 de julho de 1921. Seu primeiro Diretor foi o Sr. Aprígio Vieira Gomes e o primeiro secretário, o Sr. Zeferino Salles Brandão. Dentre os cotistas o Sr. Roberto Kautsky foi o maior colaborador, tendo contribuído com RS. 200\$000 (duzentos mil réis).



Banda – Grupo Cultural Martinense – Fundado em 24/06/1957. Da esquerda para a direita: 1) Alfredo Faller, 2) Argeu Ewald, 3) Natalino Koehler, 4) Ricardo Ewald, 5) Mário Faria, 6) Marijalma Faria, 7) Roberto Schulze, 8) Valter Shulze, 9) Guilherme Jose Brickwedde – “Willy”, 10) Waldemiro Hülle, 11) Galdino Faller, 12) Dr. Arthur Schneider, 13) Pastor Karl Schneider, 14) Galdino Waiandt, 15) Adriano Fisher, 16) Arthur Schneider e 17) Samuel Schwambach.
ACERVO: GUILHERME JOSÉ BRICKWEDDE



Banda Theodoro Schwambach – 1933. Da esquerda para a direita: Em pé: Ricardo Hülle, Oscar Gerhardt, Edmundo Schneider, Otto Koehler Filho, Theodoro Schwambach (maestro), Joaozinho Lorenzoni, Emilio Koehler, Samuel Schneider, Walter Soyka, Augusto Schwambach, (encostado na janela). Sentados: Antonio Paiva, Alfredo Schneider, Waldemar Kill, Roberto J. G. Schneider, Aureliano Hoffmann⁵², Waldemiro Alberto Hülle, Osvaldo Koehler e Arthur Schneider.
ACERVO: CASA DA CULTURA

52 Aureliano Hoffmann foi o primeiro contador da Prefeitura de Domingos Martins. Depois de transferir residência para Vitória, tornou-se contador geral do Estado por muitos anos.



Trio do Sr. Jacob Gerhardt (ao centro) – Pai de Adolpho, Frieda e Oscar – sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Banda do Odorico – Santa Isabel – sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Grupo Musical sem identificação.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTER



Grupo musical do distrito de Parajú. Sem data. OBS.: Trabalhavam em lavras de ouro Década de 1930.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

Escola de Música

Em 10 de agosto de 1987, era criada pelo prefeito Moacir da Silva Vargas a escola de música de Domingos Martins, com o objetivo de desenvolver nos alunos o gosto pela arte e consequentemente preservar a Banda de Música do município. O objetivo era atender aos alunos de 1º e 2º graus, com prioridade para o 1º grau.

Recebera o nome de “Escola de Música Helena Gerhardt Brickwedde”. A lei foi a de nº 981/87, de 8 de setembro de 1987. O decreto que criou a escola foi o de nº 518, de 10 de agosto de 1987.

Centro Cívico Recreativo Domingos Martins

No dia 14 de junho de 1953, por convite do deputado Octaviano Santos, reuniram-se nas dependências do salão nobre da Prefeitura Municipal, às 9 horas, diversas pessoas da sociedade martinense, para “unidos, levarem avante a idéia ali exposta, que era a fundação de um clube social, recreativo e literário, preenchendo, desta forma, uma lacuna há muito notada no município”.

Feitas as explanações sobre o objetivo da sociedade e já aprovada a idéia da sua criação, “munidos de cédulas, elegeram em escrutínio secreto a primeira Diretoria Provisória”:

- Presidente: Octaviano Santos
- Secretário: Francisco dos Santos Silva
- Tesoureiro: Odilio Antonio Lopes
- Conselho Fiscal: Dr. Arthur Schneider

João Mario Pitanga Pinto

Jorge Faria Santos

Waldemiro Alberto Hülle

Antonio José Ribeiro

Joanito Campos

Roberto Schneider

Sem direito a voto dos que compareceram como representantes, num total de 8 cidadãos, outros 26, depositaram os seus votos na mesa. Feita e conferida a apuração, a diretoria acima foi aclamada e empossada nos seus cargos.

Logo a seguir apreciaram, votaram e aprovaram o primeiro estatuto do clube, “até que uma nova assembleia resolvesse modificá-lo”. O estatuto ficara composto de 9 capítulos e 74 artigos.

Tratava-se de uma sociedade civil, que tem “como fim principal promover reuniões artísticas e literárias e de outra natureza, como divertimentos de caráter social.”

Na segunda reunião do clube realizada aos 26 dias do mês de março de 1955, prestou-se uma homenagem póstuma ao Dr. Arthur Gerhardt, concedendo-lhe o título de sócio benemérito nº 1 do Centro.

Foi previsto seus estatutos que no caso de sua destituição, o patrimônio voltaria à sua origem, com finalidades sociais. O terreno pertencia, portanto, ao patrimônio municipal. Hoje o espaço é utilizado para reuniões, exposições e velórios.

A construção da sede foi feita pelo governo do Estado, quando governador o Dr. Jones dos Santos Neves, o prefeito municipal Dr. Arthur Gerhardt e deputado estadual o Sr. Octaviano Santos.

Na mesma época da sua inauguração, a população recebia também as obras da praça que recebeu o nome de “Praça Dr. Arthur Gerhardt. O posto de saúde também foi entregue na mesma ocasião.

Os seus presidentes foram:

- Octaviano Santos
- Jorge Faria Santos
- Waldemiro Alberto Hülle
- Odílio Antonio Lopes
- Tulio Araripe Mello



Inauguração do Prédio do Centro Cívico Recreativo de Domingos Martins. Da esquerda para a direita: deputado estadual Sr. Octaviano Santos, Governador Jones dos Santos Neves e Prefeito Dr. Arthur Gerhardt – 1954.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

- Eden Schwambach (em duas ocasiões)
- Paulo Araripe Mello
- Neiden Helmer

Escritores e Poetas Martinenses

■ Bruno Kalk

Nascido em Melgaço, Domingos Martins, no dia 8 de julho de 1921, filho de Germano Kalk e Emília Braun Kalk. É residente na localidade de Melgacinho.

Desde muito cedo interessou-se sobre os assuntos relacionados à sua origem e segundo Duarte (2005), “sempre que podia ouvia palestras, lia livros sobre a imigração, folhetos sobre fundadores de paróquias e comunidades, poesias e jornais, além das histórias que o pai lhe contava a respeito de sua avó quando vivia na Alemanha e como foi difícil colonizar o solo espírito-santense”.

Publicou o livro “Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Califórnia, do início aos dias atuais – 125 anos de história”. É tido como um historiador nato, produzindo textos em português e alemão.



Prefeito Wanzete Krüger, Joel Guilherme Velten e Bruno Kalk – Gabinete da Prefeitura Municipal – 2006.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Celso Stein Kalk – 2006
ACERVO: ROGÉRIA DUARTE

■ Celso Stein Kalk

Também é natural de Melgaço onde nasceu no dia 28 de junho de 1978, filho de Alfredo Kalk e Laurita Stein Kalk. Era muito apegado ao avô Frederico Kalk, com quem morou alguns anos.

Quando passou a frequentar a Escola Família de São Bento do Chapéu, descobriu o seu interesse pela poesia, segundo afirma Duarte (2006).

Durante o “convívio de faculdade, passou a divulgar suas poesias para os colegas”, o que acabou pelo incentivo a produzir um livro sobre poesias.

Entretanto, o destino impediu-o de ver o seu sonho realizado, pois um acidente de moto o tirou para sempre do convívio da família e dos amigos, fato ocorrido no dia 9 de janeiro de 2004, em Viana (ES).

O seu poema mais conhecido é “Amo a vida, mas...”. Em 2001, publicou: “A cultura da mudança”.



Elias Lampier – s/data.
ACERVO: MÁRCIA LAMPIER

■ Elias Lampier

Nasceu em Domingos Martins, filho do casal Guilherme Lampier e Emilia Kempin Lampier. Casou-se com Anna Velten Lampier e tiveram uma filha Márcia Velten Lampier.

Foi professor, sapateiro e por algum tempo trabalhou na fábrica de refrigerantes Coroa em atividades administrativas (escritório).

Foi autor da música “Cidade Verde”, que o Trio da Montanha, do qual fez parte, acabou gravando em um LP da época.

■ Ema Bielefeld

Foi de sua autoria a letra da Ode a Campinho, em língua alemã e portuguesa, no ano de 1937.

Era casada com o pastor Karl Bielefeld que foi pároco em Domingos Martins, no período de 1937 a 1939, e retornou ao cargo após a II Guerra Mundial, em 1945. Ainda nesse intervalo, ficou impossibilitado de celebrar os cultos, pois fora proibido o uso da língua alemã.

D. Ema, mais conhecida como Pastorinha, foi uma pessoa muito querida na comunidade, além de prestar assistência religiosa, gostava também de música e poesia.

Foi autora de uma ode à Campinho: “Nos verdes vales do campo”. A tradução dessa ode foi do senhor Guilherme José Brickwedde em 2004.

■ Guilherme José Brickwedde – “Willy”

Guilherme José Brickwedde nasceu em Domingos Martins-ES no dia 2 de março de 1925, filho de Alberto Brickwedde e Helena Gerhardt Brickwedde.



Trio da Montanha – s/data. Elias é o último da esquerda para a direita.

ACERVO: MÁRCIA LAMPIER



Frau Emma Bielefeld. - Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Guilherme José Brickwedde – Compondo o hino ao imigrante alemão no Espírito Santo – Domingos Martins – 16/09/2002.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

A sua formação acadêmica foi na escola alemã de Campinho, Grupo Escolar Teófilo Paulino e Escola CNEC do 1º e 2º de Domingos Martins.

Participou de várias atividades voluntárias de associações do município, tendo sido fundador do grupo cultural martinense, em cuja banda sempre esteve à frente como maestro. O seu interesse pela música foi despertado por sua mãe, grande musicista da cidade e que deu nome à escola de música do município.

Guilherme José Brickwedde, mais conhecido como “Willy”, tem várias composições musicais, entre elas destacando-se o hino do município de Domingos Martins, em homenagem ao imigrante alemão no Espírito Santo, hino do centenário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Domingos Martins, O Martinense (dobrado), hino em homenagem ao grupo escolar Teófilo Paulino.

Tem várias músicas sacras e populares. Algumas de suas obras: Cai a tarde, Júbilo Natalino, Nasceu Alguém, Obrigado Senhor, Suprema Paixão, Bravo Camponês, Vamos Alfredo, Viva Nós!, Sete de Setembro.

Além de compositor, Willy também escreve poemas e é um amante da cultura teuto-brasileira. É um grande animador dos carnavais de rua da cidade. Os que visitam Domingos Martins na época carnavalesca, podem ver o grande maestro “Willy” à frente da famosa banda do Grupo Cultural Martinense.



Guilherme José Brickwedde – Willy – tocando flauta – sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

■ **Jair Littig**

Nasceu no município de Domingos Martins, no dia 10 de setembro de 1948.

As suas pesquisas tiveram início em 1970, quando fez um levantamento sobre as famílias Littig e Hülle. A partir daí, outros trabalhos foram surgindo:

- 1) Biografia dos dois primeiros prefeitos de Santa Isabel (Philipp Endlich e Christian Bruske).
- 2) História da Igreja Luterana de Campinho.
- 3) Família Kuster (Suíça).
- 4) 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes luteranos na região do Soído.
- 5) Biografia do engenheiro Adalbert Jahnn.
- 6) História da Estrada de Ferro Sul Espírito Santo, no município de Santa Isabel.
- 7) Levantamento das famílias imigrantes da Colônia de Santa Isabel, até a terceira geração.
- 8) Os 5 de Brandemburgo. História referente as famílias Huwer, Hehr, Hollunder, Bruske e Thomas que chegaram à Santa Isabel em 1858.



Jair Littig – Sem data
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

■ **José Chagas Filho**

Nasceu no dia 2 de julho de 1919, na localidade de Victor Hugo, Marechal Floriano, ex-distrito de Domingos Martins. É filho de José Chagas e Ana Correia Chagas, tendo casado com a senhora Narciza de Azevedo Chagas em abril de 1948, com quem teve os filhos Moema, Catulo e Jassaranã.



José Chagas Filho e sua esposa Narciza – 2012.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Em 1949, foi nomeado escrivão de polícia e atuou na delegacia de Domingos Martins, até 1984, quando se aposentou.

Ainda solteiro, apaixonou-se pelas letras e escreveu centenas de poemas que se encontram guardados em sua residência. Um dos primeiros, foi em homenagem à família Kautsky: “Família Kautsky”.

Atualmente, reside à rua Isaac Lampier, nº 65, na sede do município, onde, com 93 anos de idade, vive com sua esposa, lúcido e bem de saúde. Como legado familiar, possui 5 netos e 7 bisnetos.

Um de seus versos mais conhecidos foi a “Ode à Seleção”, em junho de 2002.

■ Joel Guilherme Velten

Nascido em Domingos Martins no dia 6 de julho de 1947, filho de Alfredo Roberto Velten e Deolinda Braun Espíndula.

Joel tem envolvimento em quase tudo que se refere a cultura, folclore e letras do município.

Teve participação efetiva na edição dos livros “História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins”. “Descobrimos Raízes – Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia”. (autores: “Helmar Rhinhard Rolke e Albert Richard Dietze”.



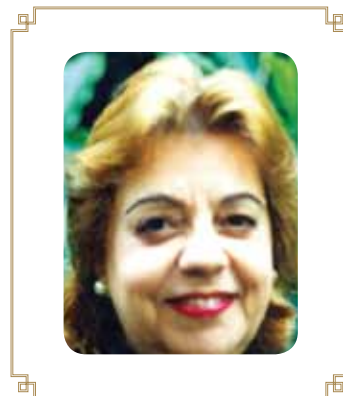
Joel Guilherme Velten -1984.
ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE

■ **Maria Angela Lopes**

Nascida em Afonso Cláudio (ES), em 1943. Atualmente reside em Domingos Martins, para onde se mudou em 1949.

É professora aposentada, empresária e poetisa. Tem poesias publicadas em jornais e revistas: A Gazeta (Paralelas, Céu e Mar e Cometa Halley); Diário da Cidade (Paralelas e Céu e Mar, Revista Brasília (Migrante)).

Participou de alguns concursos literários, onde chegou a receber Destaque Especial no Concurso da Revista Brasília – DF. Classificou-se também nos concursos da Editora Shogun Arte do Rio de Janeiro (Por te ouvir e Descoberta); Crisalis Editora do Rio de Janeiro (Oração à Paz) e Cidade de Giruá - Rio Grande do Sul. Publicou também “Aspiração”.

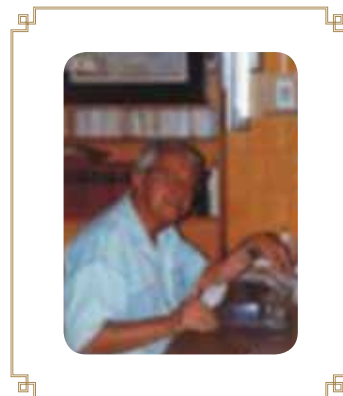


Maria Angela Lopes – 2012.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

■ **Mário Ferreira de Faria Júnior**

Nascido de nome Mário Ferreira de Faria Júnior, aos 8 dias do mês de Março de 1924 na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, casado com Judith Ferreira de Faria(falecida), pai de 2 filhos: Fernando e Cláudia e 4 netos: Carla, Felipe, Rodrigo e José Raimundo. Lançou dois livros de poesias e contos: Vida I e Vida II.

Editou por anos uma revistinha chamada “A Orquídea”, na qual publicava poesias de sua autoria e de vários “Amigos Literários” que se correspondiam, amigos estes de vários estados brasileiros e também de Portugal.



Mário Ferreira de Faria Júnior – sem data.
ACERVO: CLÁUDIA FARIA

Homem simples, tocador de pandeiro como ninguém, seresteiro. Depois de muito trabalhar na iniciativa privada aposentou-se podendo então se dedicar ao que realmente tinha no coração, a poesia.

Em meados do ano de 2007 começou a ficar com a saúde debilitada e a perder a capacidade para escrever, pois não conseguia reunir as palavras, antes tão harmônicas em sua mente, para compor seus versos.

Finalmente em 28 de outubro de 2008 faleceu, deixando saudades nos corações de todos seus amigos e parentes.

■ Miguel Arcanjo Kill

Nascido em 16 de junho de 1944, em Pedra Branca, Domingos Martins, é filho do casal Ignácio Kill e Julieta Moreira Kill. Casou-se com Maria Auxiliadora Lima Kill e possui 2 filhos: Iza e Victor.

É formado em Geografia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, e possui mestrado em Educação – Métodos e Técnicas de Ensino, pela UFF – Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ.

Atuou por longos anos no magistério, tanto do ensino público, quanto particular.

Possui diversas obras publicadas: Geografia e História do Espírito Santo (1974); Espírito Santo (1976); Estado do Espírito Santo – Estudos Sociais (1980); His-



Miguel Arcanjo Kill – 2012.
ACERVO DO AUTOR

tória, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins (co-autor/1992); Terra Capixaba – Geografia e História (1998); Terra Capixaba – Aspectos históricos, naturais, econômicos e culturais (2012).

■ Roberto Anselmo Kautsky

Filho do casal Roberto Carlos Kautsky e Elizabeth Schwambach, nascido a 23 de maio de 1924, fez os primeiros estudos na escola de Santa Isabel.

Quando completou 9 anos, a família transferiu residência para Campinho, por volta de 1933, e foi matriculado num colégio mantido pela igreja luterana. Nesse mesmo período, “passava de casa em casa com uma peneira na cabeça para vender flores e frutas, que ele mesmo havia ajudado a plantar”.

Ao término do curso primário, já sabia falar e escrever alemão, português e um pouco de inglês. No ano seguinte, fez os exames de admissão no ginásio São Vicente de Paula, em Vitória. Passou também pela escola normal Pedro II, hoje Colégio Maria Ortiz.

Por um período deixou de frequentar a escola, ocasião em que a família passou por problemas econômicos.

Ao retornar os estudos, seguiu para a Escola Agrotécnica de São João de Petrópolis, em Santa Teresa.

Ficou conhecido como o “Poeta da Natureza” ou “Senhor das Orquídeas”, pois era um orquidófilo e bromeliófilo autodidata.



Roberto Anselmo Kautsky – 2012.
ACERVO: GOOGLE

No dia 25 de maio de 2010, aos 86 anos, falecia no Hospital Meridional, em Cariacica. Foi sepultado no dia 26 no cemitério da igreja luterana de Campinho.

Foram 75 anos dedicados à natureza. Fundou também o Instituto Roberto Carlos Kautsky, em homenagem ao seu pai.

■ Rogéria Duarte

Transferiu residência para Domingos Martins em 2003, na companhia de 3 filhos. Desde 1994 trabalha em Marechal Floriano.

É natural de Castelo (ES). Além de escritora e artesã, produziu: “Nossa Gente Contando História... I e II.

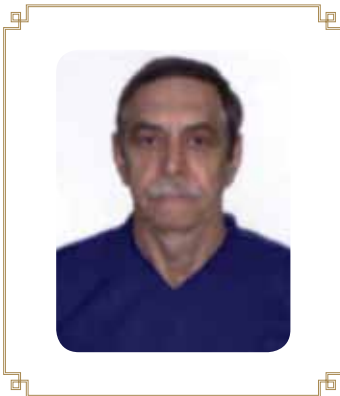


Rogéria Duarte – sem data.
ACERVO: ROGÉRIA DUARTE

■ Werner Waiandt

Filho de Maria Velten Waiandt e Alfredo Waiandt. Nasceu no dia 22 de março de 1948, estudou no Grupo Escolar Teófilo Paulino e Ginásio Domingos Martins. Desde jovem sempre gostou de escrever e é um apaixonado pelas letras.

Uma das obras de sua autoria e que mais marcou sua vida, foi uma homenagem a Domingos Martins que depois transformou-se em música, composição de Elias Lampier e gravação de Argeu Ribett e Adão Seibel.



Werner Waiandt – 2012.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Pontos Turísticos e de Lazer

Casa da Cultura, antigo Hotel Imperador, Serra Verde Hotel, Parque das Hortências, Pousada da Pedra Azul, Pousada dos Pinhos, Restaurante Vista Linda com seu relógio movido a água e o cenário com os apóstolos; Monumento ao Imigrante no jardim principal da cidade, Biquinha e busto de Domingos Martins; Vivendas do Imperador com a casa onde D. Pedro II pernoitou de 30 a 31/1/1860 e a fábrica de cordas de violino; Marco da Colonização na estrada para Biriricas, inaugurado em 25/7/1937; Usina hidroelétrica de Jucu, a 1ª do Estado, inaugurada em 26/9/1909; Igreja de Santa Isabel; Igreja Luterana de Campinho, inaugurada em 21/5/1866 pelo Pastor Eger; Igreja de Santa Úrsula em Soído com imagens de 1876; Parque de Campismo; Grupo Folclórico de Danças Alemãs; Grupo Folclórico de Canções Italianas de São Paulo de Aracê; Mathias Nickel, em Melgaço com suas cobras; Ângelo Bellon, em Aracê onde nasce o rio Jucú e ainda existe o Mono ou Muriqui, maior macaco da América Latina. Além desses existem ainda os circuitos turísticos do Galo, Vale da Estação, Chapéu, Orgânicos e Naturais e Paraju.

Artesanatos, Cartões Postais e Souvenirs, além de louças decoradas, camisetas, cinzeiros, bijouterias, doces cristalizados, vinhos, chocolates caseiros e etc. podem ser encontrados no comércio do município e durante a permanência do trem das montanhas no Vale da Estação.



Circuitos Turísticos – 2011. Pedra Azul – 2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Trem das Montanhas -2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Festival da Imigração Alemã – Sommerfest – 2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Festival de Inverno – 2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Cultura do Morango
ACERVO: INCAPER – INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

Principais Eventos do Município

- Festival da Imigração Alemã – Sommerfest (janeiro);
- Carnaval (fevereiro);
- Festa da Verdura de Aracê (abril);
- Concertinafest de Melgaço (maio);
- Emancipação Política e Administrativa (junho);
- São João da Igreja Luterana de Campinho, também conhecida como Festa da Colheita - Erntedankfest (junho);
- Corpus Christi de Parajú (junho);
- Rodeio de Melgaço (junho e/ou agosto);
- Semana Cultural (junho);
- Festa de Santa Isabel (julho);
- Festival de Inverno (julho);
- Festival de Vinho de Campinho (julho);
- Festa do Morango – Aracê – Pedra Azul (agosto);
- Festival Internacional do Vinho em Pedra Azul (agosto);
- Festa da Tilápia (agosto);
- Polmmerfest de Melgaço (setembro);
- Folia Alemã – Parajú (setembro);
- Pedra Azul Gourmet (setembro);
- Blumenfest – Festa das Flores (outubro);
- Gastronomiefest (novembro)



Blumenfest – Festa das Flores – 2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Brilho de Natal – 2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

- Santa Úrsula em Soído (outubro);
- Nossa Senhora da Penha (dependendo do mês da páscoa);
- Brilho de Natal (dezembro).

Setor Hoteleiro do Município – 2011

- Biriricas
 - Pousada Olhos D'Água – 18 UHs – 64 leitos
 - Pousada Rio da Montanha – 14 UHs – 56 leitos

2 Empreendimentos

Total: 32 UHs – 120 leitos
- Santa Isabel
 - Pousada Vista Linda – 13 UHs – 46 leitos
 - Hotel Fazenda Sítio Capitão – 6 UHs – 14 leitos

2 Empreendimentos

Total: 19 UHs – 60 leitos

■ Sede

- Rancho Lua Grande – 27 UHs – 54 leitos
- Pousada e Adega Alemã Schwmbach – 15 UHs – 40 leitos
- Hotel Recanto Europeu – 24 UHs – 60 leitos
- Pousada Solar da Serra – 23 UHs – 65 leitos
- Pousada Azul – 5 UHs – 10 leitos
- Pousada na Montanha – 25 UHs – 60 leitos
- Sítio do Nômade – 2 UHs – 10 leitos
- Sítio do Galo – Pousada (6 UHs – 12 leitos) e
Camping com capacidade até 80 pessoas
- Pousada Opashaus – 21 UHs – 80 leitos
- Pousada Delícias da Tilápia – 10 UHs – 30 leitos
- Pousada Arco-Íris – 4 UHs – 12 leitos

11 Empreendimentos

Total: 162 UHs – 433 leitos

■ Paraju

- Fazenda Terra Nova- 02 UHs – 10 leitos
- Pensão Beija-Flor – 8 UHs – 20 leitos
- Sítio de Lazer Paraju Paradise – 35 UHs – 260 leitos
(pousada para grupos fechados)
- Estância Menina dos Olhos – 11 UHs – 120 leitos (pousada para grupos fechados)
- Sítio da Ressaca – 20 UHs – 150 leitos (pousada para grupos fechados)
- Sítio Recanto – 12 UHs – 50 leitos (pousada para grupos fechados)
- Sítio da Amizade – 15 UHs – 60 leitos (pousada para grupos fechados)
- Sítio Manancial – 32 UHs – 200 leitos (pousada para grupos fechados)
- Sítio Modelo – 46 UHs – 272 leitos/ e camping onde cabe até 28 pessoas
(pousada para grupos fechados)
- Estância Hohara – UHs – 150 leitos e camping que cabe até 30 barracas
(pousada para grupos fechados)

- Sítio Prata – 3 UHs – 15 leitos (pousada para grupos fechados)

11 Empreendimentos

Total: 190 UHs – 1307 leitos

■ Aracê

- Hotel Fazenda Parque do China – 60 UHs – 300 leitos
- Pousada Aracê – 15 UHs – 50 leitos
- Pousada Ponta da Pedra – 12 UHs – 44 leitos
- Pousada Peterle – 24 UHs – 86 leitos
- Pousada Pedra Azul – Eco Resort – 35 UHs – 110 leitos
- Pousada Penhazul – 6 UHs – 12 leitos
- Pousada Tre Fiori – 12 UHs – 32 leitos
- Pousada Vale da Mata – 12 UHs – 40 leitos
- Aroso Paço Hotel – 48 UHs – 130 leitos
- Estalagem Petra – 19 UHs -50 leitos
- Pousada Lusitânia – 31 UHs – 85 leitos
- Pousada dos Pinhos – 85 UHs – 180 leitos
- Pousada Vale Du’Carmo – 9 UHs – 35 leitos
- Pousada Rabo do Lagarto – 17 UHs – 34 leitos
- Pousada Estação Pedra Azul – 5 UHs – 18 leitos
- Pousada Aargau – 9 UHs – 30 leitos
- Chez Domaine – 20 UHs – 65 leitos
- Pousada Eco da Floresta – 94 UHs – 330 leitos
- Pousada Vila Pedra Azul – 5 UHs – 10 leitos

19 Empreendimentos

Total: 518 UHs – 1.641 leitos

45 Empreendimentos de hospedagem

Total: 921 UHs – 3.561 leitos

OBS.: UHs - *Unidade Habitacional*.

Teatro, Cinema e Outros Divertimentos

Nos primeiros anos da colonização não havia o costume dos jogos de futebol nos finais de semana. A diversão ficava por conta dos bailes e casamentos. Era comum aproveitar-se dos “ajuntamentos”, quando a comunidade se reunia para puxar madeiras, “barrear” uma casa ou mesmo roçar uma capoeira, ou apanhar café. Quem prestava ajuda neste dia, tinha entrada gratuita nos bailes. Como “rolava” muita cachaça, eram comuns as rixas e brigas, onde normalmente se usava um “cacete”⁵³ como arma de luta. O maior divertimento acabava sendo mesmo o casamento.

O primeiro cinema da cidade, conhecido como o “cinema do Senhor Augusto Mees”, funcionou onde hoje é o cartório de registro civil. É datado de 1930/40, na década do cine-mudo. Enquanto era apresentada a sessão cinematográfica, paralelamente era tocada uma música no gramofone⁵⁴.

Ocorria que às vezes a música terminava e o operador da máquina tinha que parar de rodar o filme, enquanto recolocava a música. Os bancos eram de caixotes. As músicas eram todas americanas e a mais tocada era uma marcha militar. Quando haveria sessão a notícia era logo espalhada. Tinha início às 20 horas em ponto e não havia nenhuma formalidade até iniciar-se a sessão. Era uma sala cinematográfica muito primitiva, conforme narrativa do Sr. Willy, cidadão conhecido no município de Domingos Martins.

Depois veio o cinema falado, que se chamou “Cine Teatro São Geraldo”, à rua Sylvia Marília. Foi construído pelos comerciantes Alfredo Velten e Odílio Antônio Lopes, em 1958.

Quem gerenciava e era o operador da casa de espetáculo, o senhor Avides Tarqueta, que informou ter sido a primeira máquina adquirida de uma fábrica alemã, da marca Lita Veriiles. A compra foi realizada na Casa Guarani, na cidade de Vitória.

O senhor Avides afirma também que os filmes mais apreciados pela sociedade martinense eram os famosos Farwest Western e comédias. Ainda se lembra que um fil-

53 Cacete (ê) s.m. 1 – Pau curto; porrete, bordão, bastão, clava [...].

54 Gramofone, s.m. Fonógrafo que reproduz os sons por meio de discos; vitrola.

me que passou por diversas vezes foi “Marcelino pão e vinho”.

Ainda por esta data (1958), surgiu também o Cine Campinho, construído pelo comerciante João Batista Wernerbach e administrado pelo senhor Hélio Seibel. Possuía cadeiras de madeira e som. Hoje, no lugar, funciona o Hotel Recanto Europeu.

Como já tivemos oportunidade de escrever em outro livro semelhante a este “toda a produção cinematográfica da época era feita nos colossais estúdios de Hollywood, nos Estados Unidos, através das companhias Fox, Paramount, Columbia, Universal, MEM, RKO, United Artists, Warner Bros, First National, Mascot e Republic e eram distribuídos no Brasil por suas agências de representações, como as do Rio de Janeiro e Campos”.

Prossegue a mesma fonte:

“Os latões contendo as películas chegavam a Domingos Martins pelos trens da estrada de ferro The Leopoldina Railway Limited”.

O senhor Avides se lembrou somente dos filmes “Marcelino Pão e Vinho” e “História de Santa Maria Goreti”, mas é provável que outros filmes famosos da época tenham sido apresentados também aqui: Jesus Cristo – Rei dos Reis; Por quem os Sinos Dobram; O Anjo Azul; E o Vento Levou; Idílios Tropicais; Os Três Patetas; No Tempo das Diligências; A Marca do Zorro; A Ponte de Waterloo e tantos outros que ficaram somente na saudade.



Entrada do Cine-Teatro São Geraldo – Sentado, Avides Tarqueta e em pé Argeu Ewald – Sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Alfredo Velten – sem data

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Odílio Antonio Lopes – sem data

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Quem não se lembrará de artistas como Gary Cooper, Tony Curtis, Bette Davis, James Dean, Alain Delon, Kirk Douglas, Rock Hudson, Grace Kelly, Burt Lancaster, Sofia Loren, Gina Lollobrigida, Anthony Quinn, Brigitte Bardot, Omar Scharif, Frank Sinatra?

Os faroestes com John Wayne, Clark Gable, Burt Reynolds e tantos outros. Não se poderia esquecer dos artistas brasileiros Mazaropi, Grande Otelo, José Lewgoy, Zezé Macedo, Zé Trindade, Oscarito, Ankito...

A sala de projeções, segundo Avides Tarqueta, possuía aproximadamente 100 cadeiras de madeira, num salão bem amplo. Com o advento da televisão na década de 1970, também sucumbiu à modernidade.

Além da sala de projeções, o cine era utilizado para apresentações de peças teatrais, onde grupos amadores e alunos escolares, esporadicamente, faziam apresentações para a comunidade.

O avô do “Alemão”, senhor Roberto Kautsky, quando morador de Santa Isabel, “tinha o costume de passar filmes de lazer e instrutivos para o povo, usando uma ‘lanterna mágica’, que funcionava à base de carbureto”.

O grupo de teatro comandado por Diomar Emílio Köehler e Waldir Kill chegou a fazer apresentações em outras cidades. A peça que marcou época foi “O meu grande pecado”. Ficou por vários meses em cartaz na cidade de Campinho.

Os autores das peças foram: Waldir Kill (Dida), Antonio Peterle (Peteleco) e Marcos Koehler (Marcos). Atores: Marcos Koehler, Laurinha Campos da Silva, Ivone Velten, Dida Kill e Emilio Stein (fazia um menino). Contra-regra: Ricardo Kill. Diretores: Vera e Marcos. Foi uma realização da turma de formandos da 4ª série. Outras peças encenadas: O Transviado; O Barco sem Pescador; O Juiz de Paz na Roça.

A cidade também recebeu corais da Alemanha. Um que marcou época foi o da foto à página 209.

Por volta de 1937, o senhor Roberto Anselmo Kautsky, pai do “Alemão”, apresentou na cidade a peça teatral Doutor do Nariz Comprido, de Hans Sachs.

A bucólica Campinho, como a maioria das cidades interioranas, periodicamente recebia as companhias dos circos armados. O Joel se recorda de um deles, que marcou época na sociedade martinense, o “Circo Teatro Irmãos Campagnole”, que chegou à cidade por volta de 1966.



Grupo de cantores alemães – 1961.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN E GERTRAUD WANKE

Durante 6 meses foi a diversão da cidade. O circo ficou armado onde hoje é a praça Domingos Martins, também conhecida como “Biquinha”. Quem anunciava os espetáculos do dia era o jovem Fernando Campagnole, um dos filhos do proprietário do circo.

Fernando também participava da trupe⁵⁵, pois era um grande artista. Uma das peças que mais marcaram presença no circo foi “Coração Materno”, de Vicente Celestino.

Com o passar do tempo, os filhos do proprietário do circo se tornaram amigos da juventude da época.

Normalmente o período de tempo que os circos ficam armados na cidade é curto, entretanto, os Campagnoles se apaixonaram por Campinho e sua gente e acabaram ficando por cerca de 6 meses na cidade.

⁵⁵ Troupe. S.m. Companhia de Espetáculos.

Quando tiveram que partir foi uma comoção⁵⁶, o que acabou levando os jovens e o governo a organizarem uma bela despedida para eles, no dia 6 de janeiro de 1966. A jovem Regina Aguiar, filha do ex-senador Jefferson de Aguiar, foi portadora da entrega em nome de toda a sociedade de uma lembrança, ocasião em que comemorava o seu aniversário.

O município também se destacou em algumas oportunidades na música, com destaque para a Dupla da Montanha e Banda Woops.

“Desde jovens, Adão Luiz Seibel, nascido em Melgaço em 3/12/49 e Argeu Ribett nascido na localidade de Chapéu em 11/9/45 foram apaixonados pela música. Mesmo trabalhando na lavoura, em diferentes localidades do nosso Município, sempre encontravam tempo para se dedicar à música. No início dos anos 80, conheceram-se, por meio da música, decidiram formar um conjunto e se profissionalizarem. Tocavam na sede do Sport Club Campinho, junto com o sanfoneiro Ítia (Itamar Schwambach), os ritmista Lucas Schneider e Nelson Correia e o Sr. Mário Faria.

Inicialmente formaram o Trio da Montanha e contava com a participação do falecido Elias Lampier e do ritmista Nelson Correia, ambos martinenses.

Constantemente animavam festas, forrós, shows e bailes em feiras municipais e distritais, além de programas de rádio e televisão sendo conhecidos em toda a terra capixaba e outras cidades do Brasil.

Argeuzão & Adãozinho são os nomes artísticos dos componentes da ‘Dupla da Montanha’ que gravaram em 1/7/1983 seu primeiro long-play, denominado ‘Mata o Velho’ pela gravadora e selo Fuscão Preto. O segundo long-play gravado em 8/6/1985 e executado em dois acordeons foi denominado ‘Chegando Junto’. Ambas as gravações contaram com o apoio do empresário Martinense Sr. Roberto Mayer.

Argeuzão & Adãozinho eram registrados na O.M.B. – Ordem dos Músicos do Brasil – e na SICAM – Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais.

56 Comoção. S.f. 1- Pertubação e abalo. 2 – Revolta, motim [...]

Em 1985 o conjunto passou a contar com a participação do baterista Giusley Roger de Jesus e do sanfoneiro e guitarrista Éden Schwambach Junior.

A Dupla da Montanha ficou em 12º lugar entre as músicas sertanejas mais tocadas no rádio brasileiro, no ano de 1985.

Em 1986 estava prevista a gravação de seu terceiro long-play, agora pela gravadora Copacabana, mas em um show-baile em Soído, cantando e tocando, faleceu repentinamente Adãozinho, no dia 9/2/1986, deixando de luto a música sertaneja do Espírito Santo e principalmente de Domingos Martins.

Argeuzão continuou sua jornada artística, com novos participantes sob a denominação de ‘Filhos da Montanha’, tendo falecido subitamente em 23/12/2002.

Assim foi encerrada a jornada musical de Argeuzão e Adãozinho, permanecendo viva a lembrança da dupla que tanta alegria levou aos forrós de nossa terra.”



Adão Luiz Seibel – Argeuzão e Argeu Ribet – Adãozinho – Dupla da Montanha – sem data.

ACERVO: JOEL VELTEN

“Uma história interessante de um grupo musical que surgiu entre jovens de Domingos Martins no final da década de 60 e no início dos anos 70. Esses jovens estudavam no colégio Americano de Vitória e o almoço deles seguia todos os dias em marmitas pelo ônibus de Paraju, acondicionadas próximas ao motor do ônibus para conservá-las bem quentinhas.

Quando saiam da escola, com o estômago já quase nas costas, iam correndo para o almoço no próprio ônibus e naquele alvoroço de cada um pegar a sua marmita era um barulho só de: Wups, wups, wups!



Banda Woops – Sem data.
ACERVO: JOSÉ GUILHERME VELTEN

Esta é a minha! E na gozação denominaram o conjunto de Wups. Mais tarde, Paulinho e Zezeu, filhos de D. Naia – Nair Seibel, também se integraram ao grupo.

Daí para frente, começaram a tocar em outras cidades e se tornaram famosos. A banda então mudou de nome e passou a chamar-se WOOPS.

Chegaram a ser o grupo mais solicitado do Espírito Santo, tocando sempre nas melhores festas do Estado e gravaram alguns LPs.

Esta foi a capa de um dos primeiros discos e que eles dedicaram aos pais. Os primeiros componentes do conjunto foram: Carlos Humberto Kuster (Neni), Maurício Faria, José Alfredo Rasch, Lauro Faria Santos Koehler, Emílio José Stein, Waldemiro Adolfo Hulle (Poroca), Wanderley Assumpção e Carlinhos Schwambach. O empresário da banda era o Senhor Ronaldo Cardoso. Apoiaram financeiramente para aquisição dos equipamentos os Senhores Arlindo Assumpção e Dr. César Vello Puppim. Nos últimos anos a banda mudou novamente de nome e passou a chamar-se: Paulinho Banda Woops.”

Sport Club Campinho – SCC



Bandeira e uniforme do S. C. Campinho – 2012.
ACERVO: ALINE GODINHO VALADARES

Para o resgate desta história, contamos com a colaboração do senhor Euvaldo Schneider Velten, mais conhecido como “Gordo”.

Em 1º de janeiro de 1923, os irmãos Nelson, Gastão e Jorge Faria Santos resolveram fundar um clube de futebol. O seu primeiro campo ficava locali-

zado junto à propriedade da família Köehler, nas imediações da avenida Köehler, e seu primeiro uniforme tinha as cores verde e branca, sendo que as camisas e os meiões em listras verticais verdes e brancas e calções brancos.

Sentindo a necessidade de se ter uma área mais ampla para a prática do futebol, o presidente da agremiação, Dr. Arthur Gerhardt, em 1934, juntamente com outros diretores, requereram junto à municipalidade, por aforamento perpétuo e gratuito, uma área de terras medindo 110 metros pela rua Bernardino Monteiro e 80 metros de fundos, ao lado da rua Sete de Setembro.

O local solicitado era todo ele constituído por um grande brejal. Com a ajuda do trabalho voluntário de pessoas da comunidade, incluindo os adultos e até crianças, aterraram a área. A terra era arrastada em couro de boi, em duas galeotas⁵⁷ cedidas pela Prefeitura Municipal.

Na ocasião da cessão da área, o prefeito municipal prolatou a seguinte sentença:

Considerando tratar-se de um melhoramento que embora de caráter privado, virá sobremodo impulsionar a vida social de Domingos Martins e desenvolver o gosto da juventude pelo exercício físico e tendo em vista a autorização que me outorgou para esse fim, o Exm.º Sr. Punaro Bley interventor federal no Estado, em seu despacho no requerimento do S.C.C., por aforamento perpétuo, a área em questão. Prefeito Germano Gerhardt, em 30/11/34.⁵⁸

Só após o oitavo ano é que apareceu o registro do primeiro presidente da agremiação. Não há informações sobre esse hiato.

■ 1923 a 1931: Sem informação. Em 1931 foi elaborado o estatuto.

■ 1931 a 1954: Dr. Arthur Gerhardt

OBS.: Ano do seu falecimento

⁵⁷ Galeota – 4. Bras. Carrocim constituído de uma caixa inclinável para carga e descarga, duas rodas e um varal central, que se usa, puxado a braço, em trabalhos de terraplenagem manual, para transportar o material escavado.

⁵⁸ Sentença proferida pelo Prefeito Germano Gerhardt, em 30/11/1934.

- 1955 a 1960: Odilio Antonio Lopes
Francisco Santos Silva
Antonio José Ribeiro
- 1961 a 1964: Ilmar Kiefer – “Nena”
- 1965 e 1966: José Carlos Pitanga Pinto
- 1967: Edgar Endlich
- 1968: Werner Schmidt
- 1969 e 1970: Ilmar Kiefer “Nena”
- 1970 e 1971: Celestino Mayer
- 1972: Elias Paganini
- 1972 e 1973: Itamar Waindt
- 1973 e 1975: Éden Schwambach
- 1975 e 1976: Elias Paganini
- 1976 a 1979: Euvaldo Schneider Velten “Gordo”
- 1980: José Luiz Rocha
- 1981: Ademar Schwambach
- 1982 e 1983: Pedro de Pádua Koehler
- 1983 e 1984: Nelson Luiz Mayer
- 1984 a 1986: Pedro de Pádua Koehler
- 1986 a 1989: Hermínio Bringer
- 1989 a 1991: Francisco Alves Mariano
- 1991 a 1993: Amario Schumacker
- 1993 e 1994: Luiz Carlos Prezote Rocha
- 1994 a 1996: Euvaldo Schneider Velten – “Gordo”

- 1996 e 1997: Luiz Carlos G. de Miranda
- 1997 a 1999: Jaime Pereira dos Santos
- 1999 a 2001: Ivan Luiz Paganini
- 2001 a 2003: Amario Schumacker
- 2003 a 2005: Dório Alfredo Waiandt
- 2005 e 2006: Flávio Uilson de Freitas
- 2007: Euvaldo Schneider Velten – “Gordo”
- 2008: Eloísio Rodrigues Alves
- 2009 e 2010: Anselmo Stein
- 2011: Valmir Silva Coutinho Gomes

Os primeiros atletas foram os irmãos Nelson, Gastão e Jorge Faria Santos; Arnóbio; Oziris e Cid Pitanga; Walter Baumann; Adolfo Gerhardt; Dr. Arthur Schneider; Walter Soyka; Albert Brickwedde; José Carvalho; Argeu Lorenzoni; Álvaro Genésio; Fred e outros.

Desde a criação do clube, foram os principais destaques, ao longo dos seus 88 anos:

- a descoberta do atleta Carlos Germano Schwambach – “Mano”, que se transferiu para o clube Vasco da Gama do Rio de Janeiro onde foi titular por muitos anos, tendo chegado à seleção brasileira na condição de goleiro. Hoje, permanece no clube como treinador de goleiros;



Primeiro time do S. C. Campinho – 25/01/1925. Da esquerda para a direita: (em pé) – não identificado, Jorge, Álvaro, Nelson, Genésio, Fred, Walter (terno). (Agachados) – Arthur, Arnóbio, Gastão, Osiris e João.

ACERVO: SPORT CLUBE CAMPINHO



Carlos Germano Schwambach Neto. Nascido em 14 de agosto de 1970. Campeão Sul Americano de Juniores (1988), campeão Carioca (1992, 1993, 1994 e 1998), campeão do Torneio de Mallorca - Espanha (1994), campeão da Copa América e campeão Brasileiro (1997), campeão da Taça Libertadores da América (1998), vice-campeão da Copa do Mundo e da Copa Toyota (1998)

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

- as equipes na categoria juniores do Vasco da Gama, Flamengo e Botafogo já jogaram com o S.C.C. em Campinho;
- o saudoso jogador Garrincha que encantou o Brasil e o mundo com os seus dribles, jogou com a camisa do S.C.C, na década de 70, trazido que fora pelo empresário Ademar Cunha, de Vitória;
- Edinho Paganini e Toninho Bringer jogaram no América do Rio de Janeiro;
- Na década de 60, a família Kill tinha cinco atletas na equipe: Tutinho, Wilson, Demas, Ricardo e Dida.



Formação do Sport Club Campinho — 1939.

ACERVO: SPORT CLUB CAMPINHO



Outra formação do Sport Club Campinho — 1954. Da esquerda para a direita: (em pé) — Alarico Otto, Willy, Zé Piaba, Nilton, Werner, Roberto Kautsky e Júlio. (Agachados): Helio, Ricardo, Juca, Manoca e Eden Lorenzoni.

ACERVO: SPORT CLUB CAMPINHO



Outra equipe do Sport Club Campinho — 1960. Da esquerda para a direita: (em pé) — Alarico Carvalho, Pedro (pai do goleiro Carlos Germano), Baloso, Ricardo, Nena, Nuca, Natalino e Ricardo Koehler. (Agachados) — Dida, Maco, Samuel, Jurinho e Zé Bonitinho.

ACERVO: JOSÉ GUILHERME VELTEN



Time do Sport Club Campinho — 17-03-1964. Da esquerda para a direita: (em pé): Ricardo, Baby, Pedro, Baloso, Dema, Ricardo Kill, Cutia, Jairo Silva e Farias (massagista). (Agachados): Itia, Nena, Júlio, Samuel, Marcos e Lauro.

ACERVO: EUVALDO SCHNEIDER VELTEN — "GORDO"

Assistência Religiosa

Aspectos Gerais

O grupo familiar dos primeiros imigrantes era composto por 16 evangélicos luteranos (incluindo os calvinistas) e 23 católicos. A primeira capelinha construída em Boa Vista era ecumênica e foi construída no local onde hoje se encontra o marco da colonização alemã.

Pelo quadro estatístico elaborado por Demoner (1983), pode-se acompanhar a evolução da população religiosa no período de 1847 a 1865, conforme a seguir.



Johann Nicolaus Velten e o pastor Karl Bielefeld – Inauguração do Marco da Colonização Alemã – Biriricas – julho de 1937.

OBS.: Nesse local foi construída em 1847 a primeira Igreja Luterana no Espírito Santo e que também servia aos católicos.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

ANO	POPULAÇÃO STA. ISABEL	CATÓLICOS	PROTESTANTES	OBSERVAÇÕES
1847	163	101	62	Luteranos e calvinistas
1854	213	–	–	–
1858	374	189	185	–
1859	600	230	370	–
1860	662	274	388	–
1861	702 (*)	289	413	Dado Divergente da p.45
1862	801	363	438	–
1863	931 (*)	452	479	Dado Divergente da p.45
1864	1.109	597	512	–
1865	1.125	610	615	–

Relatório de Governo de Allexandre Rodrigues da Silva Chaves (1865/1866), p. 96.

Familiares dos colonos **católicos** em 1847: Mathias Marx Schmidt, Bernardo Stein, Nicolau Stein, Stevan Degen, Mathias Bastian, Thomas Stein, Mathias José Marx, Mathias Max II, Mathias Gilles, Peter Joseph Schneider, Francisco Ignácio Wassen, Jacob Wahler, João Nicolaus Effgen, José Ludwig, Peter Trabarch, João Kill, João Christ, Frederico Mojer, Mathias Bohn, Maria Christ, Daniel Flotinger, Antonio Schmidt e Peter Rhein. **Luteranos**: Mathias Schneider, Miguel Schneider, Jacob Gerhardt, Heinrich Marx, Daniel Trabarch, Carlos Trabarch, Jacob Velten, Nicolau Mildenerger, Adam Waiandt, Adam Faller, Elizabeth Trenkluth, Adam Stumm, Dorothea Franz, João Jacob Feiper, Adam Hand e Nicolau Feiper.

A Colônia de Santa Isabel, antes da chegada dos pastores, recebera a visita do Pastor Schmidt, do Rio de Janeiro, que esteve na Colônia para officiar batismos e casamentos. Após um ano de sua criação recebera um missionário capuchinho alemão para exercer o ministério, Frei Wandelino Gain d'Insbruck, que aqui chegou por ato do Ministro dos Negócios da Justiça do Império, Antonio Manoel de Campos Mello, em 22 de junho de 1848. Mais tarde vieram para auxiliá-lo Frei Pedro Regalato (1856) e Frei Adriano Lanstschner (1862), ambos da província do Tirol (Áustria).

Comprova Demoner (1983) que além de exercer o ministério, teve o Frei Wandelino que ajudar nas tarefas de professor de português e alemão, de agrimensor e ainda de administrador de rendas da Colônia, em algumas ocasiões. A tarefa foi muito difícil e penosa, pois os frades tiveram que conviver também com a população protestante, bastante significativa naquela época, na Colônia.

O Presidente da Província do Espírito Santo Sr. Antonio Pereira Pinto (18/4/1848 a 3/8/1848) em sua prestação de contas à Assembleia Legislativa Imperial, àquela ocasião já reinvidicava a construção de uma capela.

O Correio da Victoria datado de 15 de junho de 1849, nº 44, informa que no expediente do dia 14 a Secretaria de Governo determinava que, ao concluir os serviços na igreja de Linhares, o cidadão Luiz José de Amorim deveria se dirigir à Colônia de Santa Isabel, para “confeccionar a planta e orçamento daquela capella”.

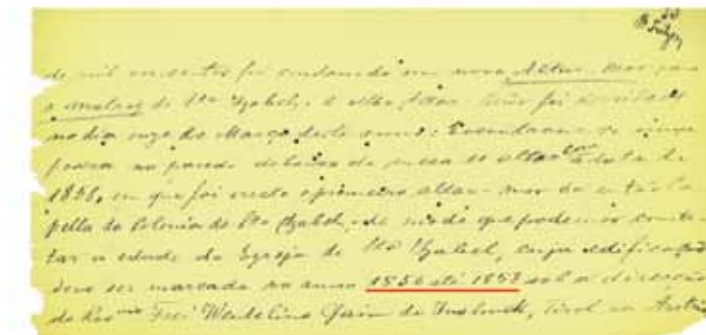
Somente alguns anos mais tarde, ou seja, em 1856, após já terem estabelecidos, por si mesmo, certa organização religiosa, os protestantes alemães de Santa Isabel receberam os primeiros pastores do Consistório Evangélico. O nome da comunidade é Campi-

nho, como se chama o local onde a igreja se ergue desde o século XIX (1866), e onde surgiu uma pequena aldeia de alemães. Hoje o local é conhecido como Domingos Martins.

Frei Wandelino ficou à frente da comunidade católica por 8 anos, tendo iniciado durante esse período a construção de uma igreja (1849), concluída em 1859, ainda sem pintura interna, o reboco externo e piso. Quando da visita do Presidente da Província Sebastião Machado Nunes (4/2/1854 – 15/7/1855), à Colônia, ainda de acordo com Demoner (1983), assim se manifestara em seu relatório de período de governo, encaminhado à Assembléia Legislativa:

Ao mui louvavel zelo do Rev. Frei Wandelino Gain d'Insbruck se deva o achar-se a Capella Mor deste Templo quasi concluida; porem, quanto ao resto, não tem mais do que as tres paredes do corpo da igreja na altura de vinte palmos. Quanto a ornamentos e alfaia⁵⁹ poucas são os que possuem a Freguesia, e sendo esses mesmos adquiridos por esmolos dos fregueses.

Sobre a data de conclusão, no trabalho de Littig (s.d.) sobre os imigrantes prussianos foi encontrada uma ata onde se afirma que a edificação pode ter sido entre os anos de 1856 até 1858.



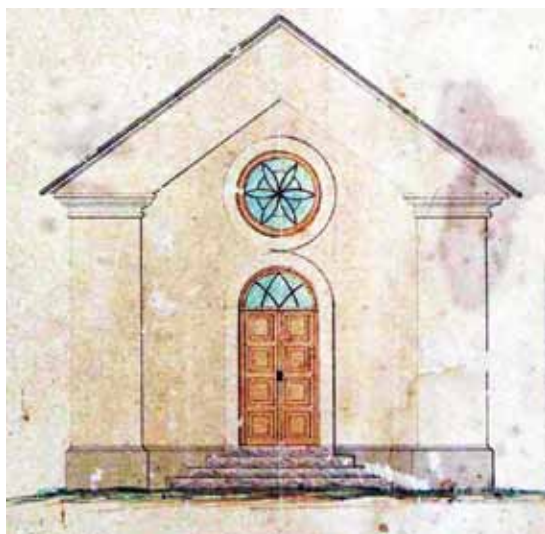
Ata da edificação da capela de Santa Isabel – 1856/1858.

ACERVO: JAIR LITTIG

Buscando o auxílio novamente na obra de Lopes (2004) sobre o resgate da cultura capixaba, encontramos: “[...] os colonos católicos logo idealizaram a construção de uma

59 Alfaia. s.f.1. [...]. 4. paramento de igreja. [...]

igreja para o culto, que foi edificada em pedra e cal.[...]”. Prossegue a mesma fonte: “O estilo escolhido foi um gótico atemporal, que atendia ao gosto e à vontade dos imigrantes, que assim podiam reproduzir, na nova pátria, algo que os fizesse lembrar dos templos da terra natal.” Coube a Frei Pedro Regalato a tarefa de concluir o templo que tinha por Orago São Bonifácio, pois o Frei Wandelino encontrava-se em outra missão, agora em Cariacica (ES), para onde fora transferido com a incumbência de construir ali uma igreja e um cemitério.



Capela católica na Colônia de Santa Isabel – Desenho do engenheiro Albert Jahn – janeiro de 1861.
ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Barão de Itapemirim, Sr. Joaquim Marcelino da Silva Lima, em 1856, determinava por Aviso de 27 de novembro do mesmo ano, orçar “a despesa mínima a fazer-se para a conclusão da igreja da colonia de Santa Izabel que, avaliada em tres contos de réis, pedi authorização para a mandar fazer em 23 de fevereiro último.”

Frei Pedro era de uma personalidade muito forte e considerado muito arrogante no modo de tratar os conflitos, daí ter logo criado uma série de problemas entre católicos e protestantes.

Willems (1980, p.340), no capítulo XIV que trata sobre a religião dos imigrantes, cita à página 340 que “também entre o teuto-brasileiros do Espírito Santo, conflitos religiosos envolveram quatro seitas protestantes. Os dois primeiros párocos ‘unidos’ de Santa Isabel, teriam sido envenenados devido às inimizades que criaram na população local.”

Sobre esta afirmativa Wagemann (1949), quando tratou da formação das comunidades alemãs, assim a descreveu:

No começo os protestantes foram vivamente hostilizados pela população católica; quando construíram a capela, por exemplo, foram-lhes criadas toda sorte de dificuldades. Entretanto, graças à tolerância do governo brasileiro que se opôs energeticamente às contendas entre os dois grupos, as comunidades evangélicas puderam desenvolver-se sem obstáculos.

Schayder (2002) informa que a comunidade evangélica começou a construir uma igreja em maio de 1858, concluída em 1866. Foi construída nos moldes calvinistas.

Continuando a sua afirmativa:

Contrariando a determinação das leis vigentes, os luteranos apesar das tentativas de impedi-los, ergueram a torre de sua matriz em 1877 e a consagraram em 1887.

Ainda em 1858, o governo imperial fez reparos na capela evangélica que ficava onde hoje é o cemitério, assim como em 1860 (31/12/1860 a 12/2/1861), que procedeu ao reparo na casa do pastor.

“Ambos os primeiros pastores, enviados à comunidade, morreram subitamente, e a suspeita, provavelmente sem base, de terem sido envenenados pelos católicos dá-nos uma ideia de quão forte era a animosidade confessional, ainda pelos fins dos cinquenta”.

Como mostrou Seyferth (1944):

O poder temporal da igreja católica e as restrições impostas às práticas religiosas dos protestantes (que não podiam construir templos) são frequentemente citadas como empecilho à imigração alemã. Paradoxalmente, em algumas colônias oficiais, o próprio Governo brasileiro providenciou a contratação de pastores luteranos.

Buscando o auxílio novamente em Demoner (1983), ela salienta que Frei Pedro “não admitia, por exemplo, fazer casamentos entre filhos de família católica com filhos de

família protestante e criticava os casamentos que eram assim realizados pelo pastor protestante (p.102).” Dai a reação do pastor protestante, o que levou o Governo Provincial a chamar atenção para que houvesse maior tolerância religiosa por parte de ambas as crenças.

Bichara (1984) assegura que quando da abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa em 1853, o então Presidente Evaristo Ladislau e Silva (8/10/1853 – 9/11/1853) encaminhara um relatório que fora lido naquela ocasião onde “expressava o seu contentamento pelo progresso da região”.

Entretanto, entre 1854 e 1857, era relatado à Assembléia que os atritos entre colonos católicos e protestantes continuava representando “um dos problemas dessa povoação”.

Continua Bichara (1984):

Esta rixa, provocada pela diferença de credo religioso, trazia sério prejuízo para a educação das crianças pois os protestantes se recusavam a mandar os filhos à escola cujo professor fosse católico. Reclamavam insistentemente ao Legislativo a vinda de um pastor. A chegada do missionário evangélico parece não ter solucionado o conflito, pois o Presidente José Maurício Fernandes Pereira de Barros (8/2/1856-24/3/1857), em 1857 participava ao Legislativo ter feito representação ao Ministro da Justiça contra o pastor luterano que considerou nulo todos os batismos feitos pelos padres católicos da freguesia.

Barros (1857) informa ainda que o Presidente considerou “que tolerância religiosa é sagrada nos dogmas da sociedade moderna, mas entendo que se não deve deixar de proteger com esmero a religião católica que é a religião do Estado”.

Neste período de regime imperial o art.º 5.º da Constituição Imperial proibia inclusive a construção de torres em igrejas protestantes.

Nova leva de imigrantes da Prússia chegou à Colônia de Santa Leopoldina, vinda no navio Schoen em 1858. Vieram “recomendados como gente religiosa e laboriosa”. Entretanto, por carta de 24 de junho de 1858, o grupo liderado por um dos imigrantes, autorizado que fora para representá-los, comunicava ao Pastor Evangélico de Santa Isabel Julius Koenig que já se encontravam em Vitória e que essas famílias evangélicas desejariam vir para esta Colônia, com a finalidade de ajuntar-se às famílias do mesmo credo, que já se achavam ali instalados, pois facilitaria a socialização e a escolaridade dos filhos desses imigrantes.

Na mesma ocasião, o pastor solicitava autorização ao Presidente da Província visando atendê-los, mesmo considerando que não dispunha naquele momento de prazos para localizá-los, o que faria imediatamente assim que houvesse autorização para tal finalidade. Não se encontrou nenhuma correspondência sobre a decisão tomada.

Corria o mês de setembro de 1859, quando o Diretor e Engenheiro da Colônia, Sr. Adalbert Jahn, comunicava ao Presidente da Província, Sr. Pedro Leão Vellozo, que a comunidade evangélica de Santa Isabel se viu obrigada a construir à sua custa a casa para o pastor da mesma crença. Por esta razão, com dificuldades financeiras para adquirir os objetos necessários ao término dessa construção, pois a mesma só possuía um cômodo, vinha solicitar o apoio para que fossem adquiridos cal, vidraças, ferramentas, etc, cujo valor financeiro correspondia à quantia de trezentos mil réis.

Com a continuidade das contendas, Frei Pedro acabou sendo exonerado a 26 de março de 1862, tanto do cargo de vigário, como de professor da Colônia, logo após a morte do pastor Júlio Koenig em fins de 1860.

Frei Adriano Lantschner também ficou por pouco tempo na Colônia, pois logo que foi criada a colônia de Santa Leopoldina, foi para lá nomeado vigário.

Já em 1861 era também nomeado professor público das primeiras letras da mesma colônia. Ainda por um bom período, continuou atendendo à comunidade de Santa Isabel.

Em 30 de janeiro de 1860, a Colônia recebeu a visita do Imperador D. Pedro II, que ao visitar a igreja católica achou-a:

Igreja simples mas bonita, sendo o retábulo⁶⁰ de cedro e muito bem esculpido, obra do colono Nicolau [Lidner.] ou Feiper.

Naquela ocasião, Frei Pedro Regalato, recebera a doação de oitocentos mil réis para acabamento das obras da igreja e quatrocentos e cinquenta mil réis destinados aos pobres (Rocha, 2000).

⁶⁰ Retábulo. s.m. 1 – Construção de madeira ou de pedra com lavores (trabalhos manuais), que se coloca na parte superior do altar e que encerra um quadro religioso. Paineis ou quadros colocados em altar.

Durante a sua permanência na Colônia D. Pedro foi padrinho de batismo de uma filha de colono nascida naquele dia histórico (30/1/1860). Ele foi representado por Sapucaí⁶¹. A criança, filha de Gustavo Bungenstab e Maria Wastian, cujo batizado foi realizado pelo Frei Pedro, recebeu o nome bastinal de Clara Margaretha e foram padrinhos D. Pedro II (representado) e Margaretha Christo.



Batizado de Clara Margaretha – Padrinho Dom Pedro II que foi representado no ato pelo visconde de Sapucaí – 30.01.1860.

ACERVO: IGREJA CATÓLICA DE SANTA ISABEL

Rocha (2000, p. 141) afirma tratar-se “dum filho de colono nascido hoje”. Entretanto, o livro nº 1, ordem 100, da Igreja Matriz de Santa Isabel, refere-se a uma menina.

Alguns dos operários que participaram da construção da Capela Católica de Santa Isabel, no ano de 1864: João Christ, Felipe Seith, João Lange, João Schunk, Antonio Schunks, Pedro Tesch, Estevan Degen, João Endlich I, Pedro José Francisco das Neves, Jacob Stein, Felipe Endlich, João Endlich II, Mathias Bohn, Guilherme Tesch, José Schunks, José Seith, João Entringer, Hermann Lache, João Marx e Joaquim Pereira.

Outros que trabalharam na construção da Casa de Oração Protestante, também em 1864: Pedro Trarbach, Miguel Schneider, Augusto Schlenz, Guilherme (não indentificado o sobrenome), Godofredo Thomas, Christiano Bruske, Theophilo Gehring, Johann Nicolao Waiandt, Wilhelm (Guilherme) Schlenz, Augusto Schade, Adão Hand, Ludwig (Luiz) Klein e João (não identificado o sobrenome).

Consta no relatório do Presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior (22/3/1861 a 21/5/1863) quando trata do “Culto Público”, páginas 27 e 28, que:

61 Visconde de Sapucaí era um camarista da comitiva de D. Pedro II – Camarista: s. 2 gen. Fidalgo ou fidalga a serviço de pessoas reais; camareiro; vereador municipal. (De câmara). Era o Conselheiro de Estado, Cândido José Viana, Visconde de Sapucaí, que viera no séquito de D. Pedro II, como camarista.

Alem das matrizes das diversas parochias existem na provincia algumas capellas entre as quaes sobressae a da Colonia de Santa Izabel construida a custa do cofre geral, sob a direção intelligente e zeloso capuchinho Fr. Wandelino de Insbruck. E uma grande capella solidamente edificada e com aspecto singelo, porem agradavel. O altar mor é todo de cedro em excellente obra de talho executada por um colono no estilo bisantino imitando uma primorosa custodia que os capuchinhos trouxerão da Alemanha.⁶²

Em 7 de janeiro de 1864, o Diretor da Colônia Sr. Augusto Gomes havia recebido da Presidência da Província as importâncias para serem aplicadas:

- na construção de uma casa de oração protestante, no valor de 1:400\$000 réis. O custo estimado para a construção foi projetado em 4:000\$000 (quatro mil contos de réis) e
- na construção da Capela católica e casa da Cúria no mesmo valor de 1:400\$000 réis. O valor da obra da Capela foi estimado em 4:000\$000 (quatro mil contos de réis)

Em 5 de março de 1863, o encarregado das capelas de Santa Isabel e Santa Leopoldina Frei Adriano Santschner, solicitava uma passagem gratuita no vapor Juparanã, para dirigir-se ao Rev.º Bispo Diocesano onde deveria narrar as coisas eclesiásticas e tratar de sua saúde.

Ainda em 1863, segundo relatório de governo do 1º Vice-Presidente da Província Eduardo Pindahiba de Mattos (23/12/1863 a 24/04/1864), a capela católica não estava concluída, como também, a nova edificação da casa de oração protestante.

O culto evangélico da Colônia estava sob a direção do Pastor Henrique Egger, que [...] “exerce, já há annos, com zelo e cicunspecção o seu ministério.”

A falta de sensibilidade de um cura (pároco ou vigário) católico que pudesse trazer paz e harmonia à Colônia, era o que reclamava metade da população. Era encarregado àquela oportunidade, de administrar os sacramentos, o cura da colônia de Santa Leopoldina, Frei Adriano Lastsckner, que de vez em quando se fazia presente na comunidade, “não

62 Relatório do Presidente da Província, José Fernandes da Costa Pereira Junior –22/03/1861 a 21/05/1863.

só pela distância e ruins caminhos que para isso tinha de percorrer, como porque as suas ocupações não permitião ausentar-se muitas vezes da colonia de sua residência”.

Por aviso de 18 de dezembro de 1863, o Governo Imperial nomeou para o cargo da Colônia Santa Isabel o padre católico José Maximiano Fried, que no dia 7 de janeiro de 1864 entrou em exercício, com um ordenado de rs.: 800\$000 (oitocentos mil réis) anuais. Esperava-se com esta decisão, “cessar para sempre as desintelligencias (falta de acordo, divergência, desacordo, discórdia, inimizade e desavença), que eram freqüentes, entre Cathólicos e Protestantes [...]”

Em 1865, a construção que o Governo Imperial mandara fazer da capela católica e da casa do curia (pároco, vigário) já estavam concluídas, assim como, a construção da casa de oração protestante (relatório do presidente da província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves – 28/8/1865 a 29/9/1867).

Na data de 14 de maio de 1865, o pastor Henrique Egger enfrentava os mesmos problemas que os imigrantes, quando lhes foram oferecidos vários incentivos para sua vinda para o Brasil, e muitos não foram cumpridos.

Por essa ocasião fazia chegar às mãos do Presidente da Província Dr. José Joaquim do Carmo (8/1/1865 a 23/6/1865), o diploma de sua nomeação como Pastor da Colônia de Santa Isabel, emitido pelo Conselho Supremo da Igreja Evangélica, na data de 30 junho de 1860, no qual diz:

Para o seu sustento o Pastor Eger receberá:

- 1º segundo a promessa do Governo Imperial do Brasil, um ordenado annual de 800\$000 réis;
- 2º segundo a declaração da comunidade, o rendimento de um prazo na Colonia, de 350 Margens, plantado de cafeeiros, e entregue pela comunidade;
- 3º segundo outra declaração da mesma, uma ajuda anual de 200\$000 réis, dado por ella fora o ordenado.

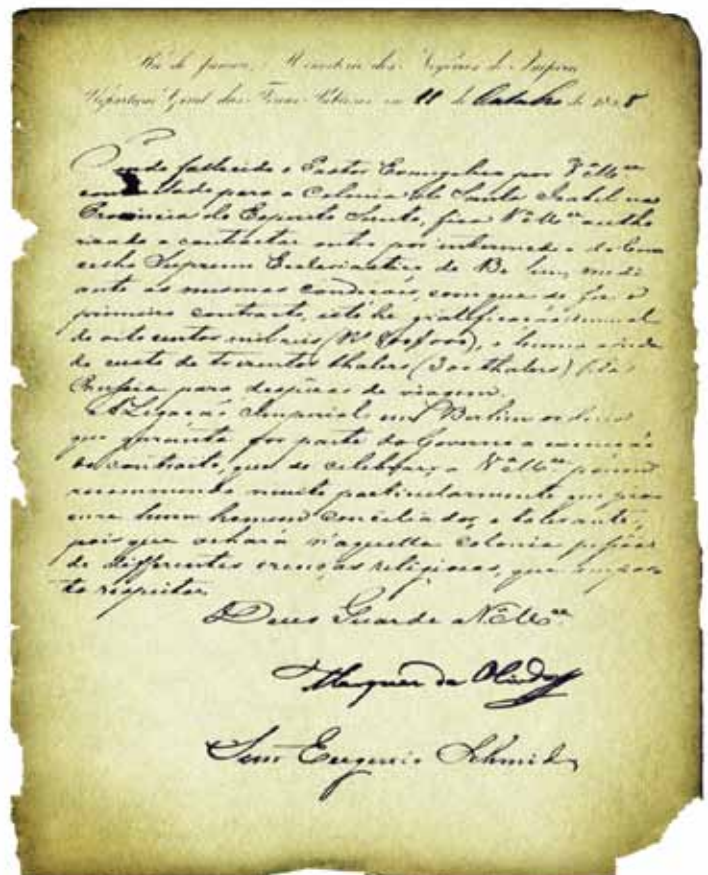
Esta declaração foi ratificada ao pastor Eger authenticamente.⁶³

63 Declaração de nomeação do Pastor da Colônia de Santa Isabel, Pastor Eger.

Supunha-se que esse acordo teria sido firmado (declarações nº 2 e 3) por parte da Ligação Imperial na Corte de Berlim, que negociara a missão de um Pastor para a Colônia de Santa Isabel, pois que, antes de sua saída da pátria, foi lhe dito no Conselho Supremo, que o Governo Imperial tinha garantido o cumprimento das atribuições da comunidade.

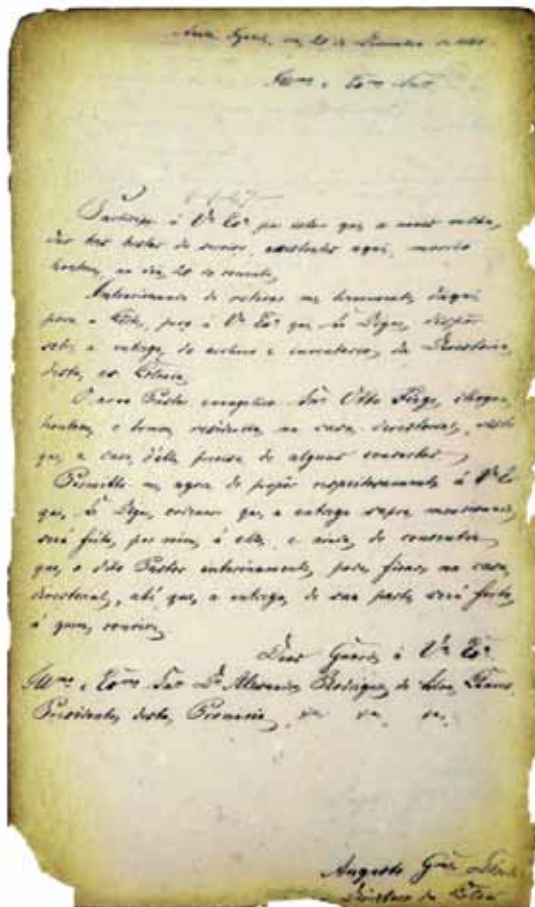
Ocorre que, com a sua chegada, havia recebido um prazo de terras sem nenhuma plantação, o que ocorria até aquela data. A comunidade informava desconhecer o acordo, sendo que o próprio Governo Imperial não tinha cumprido com a sua parte. No dia 21 de maio de 1866, o Pastor Egger consagrava a Igreja Evangélica de Campinho.

Com a emancipação política da Colônia por Aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 10 de julho de 1866, o 1ª Vice-Presidente da Província Sr. Carlos de Cerqueira Pinto (8/4/1867 a 21/12/1867), propunha naquela ocasião à Corte Real, a criação de uma freguesia no território que era abrangido pela Colônia. As justificativas apresentadas à proposta, eram de que, com a emancipação, todos os empregos estavam extintos e pelo fato de que os católicos professavam a religião dissidente e que não deveriam ficar privados daquele culto e mais ainda pelo fato de que a religião católica romana era garantida pelo pacto fundamental do Estado. A capela passaria à condição de matriz.



Carta do Marquês de Olinda, Ministro de Terras e Colonização do Império dirigida ao Pastor Eugen (Eugênio) Schmidt – Solicitando contrato com entidade da Corte de Berlim – 11 de Outubro de 1858.

ACERVO: JAIR LITIG



Registro da nomeação do pastor da Comunidade Evangélica Otto Fiege — 21/12/1866.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Outra justificativa apresentada pelo presidente Cerqueira Pinto para a criação da freguesia: “[...] com a realização desta medida pouco ou insignificante acréscimo de despesa pesará sobre os cofres provinciaes, porque já naquella logar existe uma capella que ficará sendo a matriz, e as côngruas⁶⁴ dos parochos correm por conta dos cofres geraes”.

Em 29 de novembro de 1866, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio, Obras Públicas nomeava o novo Pastor da comunidade evangélica, Sr. Otto Fiege, conforme ilustração.

No jornal “Correio da Victoria”, anno XXI, nº 95, de 4 de dezembro de 1869, foi publicada a Lei nº 21, de 20/11/1869, criando a freguesia de Santa Isabel. Foi criada a freguesia, entretanto, ainda em 1872, administração imperial de Antonio Gabriel de Paula Fonseca (19/6/1872 a 16/11/1872) encontrava-se vaga.

Em cumprimento ao officio da Presidência da Província datado de 28 de fevereiro de 1871, o Sr. José Pinto Guimarães participava ter iniciado as obras de mais necessidade da Matriz.

Diversos moradores da ex-Colônia, em 18 de fevereiro de 1876, encaminhavam um abaixo assinado ao Presidente da Província Manoel José de Menezes Prado (3/1/1876 a 5/1/1877)

64 Congruas, s.f. Pensão que, em algumas regiões, se dá aos párocos para sua sustentação.

expondo diversas “suplicas”, com destaque a questão da remuneração dos padres evangélicos.

Alegavam à época que a comunidade contava somente com 103 sócios de cujos integrantes a maior parte estava pobre e que por esta razão não conseguiam alcançar o numerário necessário para pagar um padre. Por este fato, vinham solicitar que a Província assumisse essa remuneração. Outra justificativa para embasar a solicitação era a de que o padre ensinava a 55 meninos e meninas, filhos dos colonos que assinaram o abaixo assinado, portanto, atuava como professor da escola, o que por si só já era um bom argumento para pagar o salário do padre.

No relatório de governo, 1878, gestão imperial de Manoel da Silva Mafra (4/4/1878 a 2/1/1879), quando trata do item “Culto Público”, à p. 15, é informado que a matriz de Santa Isabel encontra-se sem paramentos e ornamentos e que também carecia de uma pia batismal. Prossegue a apresentação sobre a estrutura física da matriz, afirmando encontrar-se com o assoalho em completa ruína, feito de taboinhas, apresentando inúmeras goteiras, que acabavam estragando as paredes. Informava ainda que, “para o forro da igreja ha ja cerca de vinte duzias de taboas offerecidas pelos fieis,mas por falta de dinheiro para pagar os operarios, não se dá começo à obra”. O vigário nesta ocasião era João Fritzen.

Em 1881, a comunidade católica de Santa Isabel já contava novamente com um novo pároco, e que conseguira do Governo Imperial, na gestão de Marcellino de Assis Tostes (6/8/1880 a 13/2/1882) na data de 29 de dezembro de 1880, a importância de 200\$000 (duzentos mil réis) para serem aplicados “nos consertos de que carecia a respectiva matriz”. Por essa ocasião, os trabalhos já haviam sido encetados e as obras encontravam-se bem adiantadas.

A pia batismal, ainda em 1882, continuava estragada, pois a que existia era de madeira e a comunidade esperava pela sua substituição por outra que não fosse do mesmo material.

Essa solicitação foi reforçada pelo vigário João Fritzen em correspondência enviada em 31 de agosto de 1878 ao Presidente da Província Sr. Manoel da Silva Mafra (4/4/1878 a 2/1/1879).



Correspondência do Vigário João Fritzen – 31/08/1878.
ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO NO ESPÍRITO SANTO

Chegávamos a 1883 e os conflitos religiosos continuavam a existir na comunidade de Santa Isabel. Em 3 de abril daquele ano, o vigário da Freguesia levava ao conhecimento do Presidente da Província Martin Francisco Ribeiro de Andrade Filho (9/12/1882 a 3/4/1883) que em fevereiro o “Pastor da igreja evangélica da citada freguesia realizara o casamento de um cidadão católico sem ter o citado cidadão, abjurado⁶⁵ de sua religião”.

Esta situação estava se tornando uma constante, totalmente em desacordo com a legislação que regia a matéria. O católico romano não podia casar com protestantes sem preencher as formalidades canônicas. Para a realização de casamento entre parentes de primeiro grau de consanguinidade, era necessário o consentimento do Presidente da Província.

65 Abjurado. (Abjurar) V. int. 1 – Renunciar publicamente a (religião, crença, opinião); renegar [...].

Ainda por volta de 1902, os conflitos entre padres e pastores continuavam a existir, em que pese os esforços do Governo para que isto não mais acontecesse. Foi o caso ocorrido e dado ciência ao Presidente do Estado Sr. José de Melo Carvalho Moniz Freire (23/5/1900 a 22/5/1904), na data de 19 de maio de 1902, onde, após as festividades do Espírito Santo, estando uma bandeira alemã fixada na grade em frente à Igreja Matriz, foi retirada pelo cidadão Felipe João Daniel, convencido tratar-se de uma afronta à nacionalidade brasileira, entregando-a ao coadjutor do vigário Padre Mathias, que colocara no lugar a Bandeira do Brasil. Esta ação acabou gerando um grande conflito entre brasileiros e alemães, não tendo contudo consequências maiores a não ser dois cidadãos feridos levemente.

O dia 20 de janeiro de 1895 ficou conhecido como o Dia da Penitência. Por essa ocasião, estavam ocorrendo muitos falecimentos, e católicos e luteranos jejuaram durante um dia, cada um em sua igreja, em Campinho e Santa Isabel. As últimas mortes aconteceram naquele dia. Gratos a Deus pelo acontecimento, santificaram a data que é considerada sagrada até os dias de hoje. Neste dia são realizadas celebrações com Santa Ceia nas igrejas luteranas e ninguém trabalha. Esta data ficou tão importante que, no Governo do Sr. Waldemiro Hülle, em 1971, se tornou feriado municipal.

Igreja Luterana da Sede



Igreja Luterana de Domingos Martins – Parte interna – 1940 e 2011.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS E JAIR LITTIG

Os pastores que prestaram seus serviços na comunidade evangélica de Domingos Martins, no período de 1858 a 2012, foram:

■ Eugen Schmidt (nov. 1856) - visita





- OBS.: 1) A esposa de Georg Manteufel, devido à solidão, acabou entrando em depressão. Isso fez com que, certo dia, quando o pastor estava em viagem, ter dado veneno aos dois filhos e se matasse em seguida. Foram sepultados no cemitério de Campinho.
- 2) Até o pastor Karl E. G. Schneider, todos vieram da Alemanha. Somente os três últimos são pastores brasileiros.



Nos arquivos da Paróquia Evangélico-Lutherana de Domingos Martins, situada à Praça Arthur Gerhardt, nº 61, estes foram os 7 primeiros registros de batizados, casamentos e falecimentos efetuados:

■ **Batizados**

1. Heinrich Faller – 27/01/1851
Filho de Johann Nikolaus Faller e Anna Elizabeth Marx
2. Anna Elizabeth Marx – 27/05/1853
Filha de Johann Nikolaus Faller e Anna Elizabeth Marx
3. Jakob Wayand – 19/02/1852
Filho de Johann Nikolaus Wayand e Nana Elizabeth Dreschel
4. Anna Elizabeth Marx – 26/01/1856
Filha de Heinrich Marx e Catharina Stumpf
5. Katharina Wayand – 16/03/1856
Filha de Peter Wayand e Maria Elizabeth Pfeiper
6. Peter Velten – 08/02/1856
Filho de Jacob Velten e Anna Elizabeth Faller
7. Heinrich Velten – 31/08/1848
Filho de Jakob Velten e Maria Agnes Haar

■ **Casamentos**

1. Johann Nikolaus Faller
Anna Elizabeth Marx
2. Johann Nikolaus Weyand
Maria Elizabeth Drescher
3. Peter Weyand
Maria Elizabeth Pfeifer
4. Heinrich Marx
Katharina Stumpf
5. Jakob Velten
Anna Elizabeth Faller
6. Johann Michael Trarbach
Elizabeth Maria Meurer
7. Nikolaus Mildemberger
Maria Elizabeth Bomr

■ **Falecimentos**

1. Adam Stumm – 50 anos, em abril de 1847 – Cemitério de Santo Agostinho – Viana.
2. Maria Catarina Stum – 46 anos – nascida Schneider – maio de 1847 – Cemitério de Santo Agostinho – Viana.
3. Daniel Trarbach, em fevereiro de 1847, aos 71 anos, tendo chegado à região em 21.12.1846.

OBS.: a data referente a quantidade de anos não confere com a registrada no livro nº 163 – Matrículas dos Colonos de Santa Isabel;

4. Margaretha Elizabeth Bautz (Trarbach), em fevereiro de 1847, esposa do Daniel Trarbach, aos 61 anos, tendo chegado em 21.12.1846;
5. Anna Elizabeth Weyandt, em 2 de março de 1847, aos 9 anos, filha de Johann Adam e Anne Elizabeth Marie Ochs, tendo chegado em 21.2.1847.

OBS.: o número de anos também não confere com o que está registrado no livro nº 163, onde constam 6 anos;

6. Adam Stumm, abril de 1847, aos 50 anos, chegado à colônia em 21.2.1847. Era casado com Catharina Stumm, tendo deixado três filhos: Michael, Catharina e Laurian Julian.

OBS.: também não confere a quantidade de anos, que no livro nº 163 consta 37.

7. Anna Marie Marx, em 22.4.1847, aos 7 anos, filha de Heinrich Marx e Anna Elizabeth Marx, tendo chegado em 21.12.1846.

OBS.: Esses sepultamentos inicialmente foram feitos no cemitério de Boa Vista, na estrada que vai para o distrito de Biriricas. Posteriormente, com a construção do cemitério do centro da cidade de Domingos Martins, foram transladados para lá. No livro de registro da igreja a numeração começa no número 3.

Joel Guilherme Velten, em 1986, recuperou a história do surgimento da igreja evangélica de Domingos Martins, que fora narrada pelo senhor Henrique Velten IV, filho de Nikolaus Velten, construtor da torre da igreja, apresentada na íntegra, conforme tradução de Roberto A. Kautsky:

Essas famílias evangélicas começaram primeiro a construir uma capela para si. Aí, apareceu uma comissão do Governo do Estado querendo proibir a sua construção, mas, os evangélicos se defenderam. Um colono de nome Schneider, cidadão enérgico, cujos descendentes aqui ainda vivem, postou-se com um machado à mão diante de um esteio do canto e disse: aquele que pretender usar a força para destruir a construção, morrerá debaixo do meu machado.⁶⁶

Quando o pessoal do Governo notou que todas as pessoas estavam dispostas a defender a sua Igreja, bateu em debandada. Assim, acabaram de construir a capela. Porém, eles não tinham Pastor. Isso demorou 10 anos para acontecer. Aí, João Pedro, que havia economizado dinheiro, foi até o Rio de Janeiro, pois seu filho deveria ser confirmado. Foi assim que a comunidade do Rio tomou conhecimento de que aqui existiam imigrantes alemães e, em 1856, o Pastor Schmidt daquela cidade veio uma vez até aqui. Seus primeiros desempenhos funcionais foram 37 batizados e 7 casamentos, conforme já narrado. Ele também visitou as sepulturas e deu-lhes a sua benção, principalmente a dos colonos mais velhos que morreram de febre amarela. Assim, as coisas foram se desenrolando sem pressa, no tempo.

66 Narração feita pelo senhor Henrique Velten IV, filho de Nikolaus Velten, construtor da torre da igreja.

Do abandono desses colonos alemães, tomou conhecimento D. Pedro II. Então, o Imperador mandou desapropriar 2 prazos para construção das capelas. Um pertencia a um Faller, e a outra, a um Stumm, que receberam outros terrenos em compensação. Assim, surgiu ‘Campinho’, um pequeno acampamento.

Em Santa Isabel deveria ser construída uma Igreja Católica, e em Campinho, hoje Domingos Martins, uma Luterana. S. Isabel recebeu 6 contos de réis e Campinho apenas 4, para a construção das respectivas Igrejas.

Aí, os rapazes, como Henrique Velten IV contava, “tiveram que carregar nas costas pedras que apanhavam do outro lado do campo. Henrique disse ainda que não se lembra mais quantos dias os seus ombros ficaram sangrando de tanto carregá-las. Posteriormente, aranjaram um burro e fizeram uma carroça, o que facilitou mais as coisas. Assim foi construída a Igreja com suas velhas e fortes paredes.”

Elas foram tão solidamente edificadas, que o pedreiro quando mais tarde teve que quebrá-las para formar o arco da sacristia, tranquilizou o preocupado Pastor.

O pedreiro disse: “fiz parte da comissão construtora.”

O Pastor havia lhe dito: “você não escorou a cumieira e se ela cair?”

Ele respondeu ao Pastor: “nós pedreiros de hoje em dia se não tivermos cimento, não conseguimos construir e estes velhos pedreiros, com o suor da morte, barro e pedras, construíram paredes tão sólidas, que se poderia construir outra Igreja sobre elas. O senhor não precisa se preocupar, pois elas não vão quebrar!”

No dia 21 de maio de 1866, a Igreja foi inaugurada e consagrada pelo Pastor Egger.

Assim as coisas foram-se desenrolando. A comunidade foi crescendo e continuava ali a Igreja sem a torre.

Até que Henrique visitou uns amigos dele – a família Greischer – em Petrópolis. Visitou também a Igreja do Imperador no Rio de Janeiro. Lá, ouviu o som dos bonitos sinos, que têm realmente um som semelhante aos nossos daqui. Quando estive lá (Rio), eles tocaram. Pensei: “estou ouvindo os nossos sinos, porém, depois notei uma diferença.”



Igreja Evangélica de Domingos Martins – Desenho do engenheiro Albert Jahn – 1860.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Quando Henrique voltou do Rio, perguntou-lhe o Pastor Pagenkopf que estava aqui naquela época: “Senhor Velten, agradou-lhe e viagem?”

Respondeu: “Sim, tudo muito bom e bonito, todavia, alguma coisa me doeu no coração. Eu estive na Igreja do Imperador, lá é tudo tão suntuoso, enquanto a nossa Igreja é tão primitiva e simples. Isso me dói, que os Evangélicos são passados para trás. Nossa Igreja está aqui sem torre e sinos.”

Então o pastor Pagenkopf retrucou: “a nossa comunidade é tão pobre!”

Era no tempo do pastor Pagenkopf⁶⁷ cerca de 800 associados.

Aí, Henrique disse: “Nós construiremos uma torre e mandaremos vir os sinos.”

O Pastor falou: “Velten, isso a comunidade não tem condições.”

Então retrucou: “Onde existe vontade, existe força, e onde não existe vontade, aí também não há força.” Creio que o senhor tem o dom da palavra e poderá num culto expor isso e sensibilizar o coração dos associados. Quão bonito seria se nós construíssemos uma torre e nos mandassem vir os sinos”.

O Pastor Pagenkopf fez uma prédica⁶⁸ que tocou fundo no coração de todos. No final do culto disse o

67 Wilhel August Pagenkopf (2/11/1880 até 19/05/87)

68 Prédica, s.f. Prática; sermão.

Pastor: “quem desejar colaborar com os sinos, que venha até a Casa Paroquial.”

Naquele mesmo dia as pessoas, todos pobres colonos, que estavam na Igreja, construíram com 800 mil réis. Naquela época era muito dinheiro. Isso não é nem acreditável, disse o Pastor, uma Comunidade tão pobre! Apareceram ainda alguns retardatários que contribuíram posteriormente.

Foi assim que disse o pastor Pagenkopf: “Então queremos mandar vir os sinos, que emitirão sua ressonância e som sobre montanhas e vales”.

Surgiu então a pergunta: “Nós não temos torre?”

Henrique viu em Petrópolis como se constrói uma parede com terra socada. Fizeram então uma reunião.

Entrementes, os imigrantes do Hessen e Brandenburg já haviam chegado aqui. Aí, o velho Lüttig (Littig) originário do Hesse disse: “nós construiremos uma força.” Os Hessenianos chamavam assim o suporte que sustentava o sino. O Pastor Pagenkopf que não entendeu disse: “Sempre ouvi dizer que os sinos são dependurados num suporte, e não, numa força!” O velho Littig se aborreceu tanto com isso, que saiu até da Comunidade. Depois o mal entendido foi esclarecido.

– Quem constrói agora a torre? Você, Sr. Velten. Sim, disse Henrique, assumo a responsabilidade,



Reunião da diretoria da igreja luterana na época em que se discutia a construção da torre – Pessoas identificadas: 1) Pastor Wilhelm Pagenkopf e 2) Nicolaus Velten (líder da obra)

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

mas nós temos que fazer a base com pedras cortadas. Isso eles fizeram com pedras de até 1 metro de diâmetro. Como esses velhos conseguiram transportá-las até lá, isso eu não sei. Hoje, está tudo cimentado. Antigamente, a gente podia vê-las bem nitidamente. Henrique, juntamente com alguns profissionais, fez a forma, escavaram a fundição, colocaram pedras e terra e socaram-na até que a água marejasse na superfície. Assim a torre foi subindo. No decorrer da construção, os sinos chegaram.

Nossa família morava naquela época no Schorling, na estrada que vem de Vitória. Senhor Velten não era nascido ainda. Sua mãe se interessou muito pelos sinos. Com o carro de boi eles foram transportados aqui para cima, pois carregá-los seria humanamente impossível. O proprietário do carro de boi (o católico Nicoláu Willibrot Simmer), reabriu antes com seus negros o caminho, a fim de que o carro passasse com mais facilidade.

Quando eles passaram pela casa dos Velten, a matriarca confeccionou duas grandes guirlandas com flores e coroou os sinos. Sobre isso, o Pastor Graetsch falou quando fez o seu enterro.

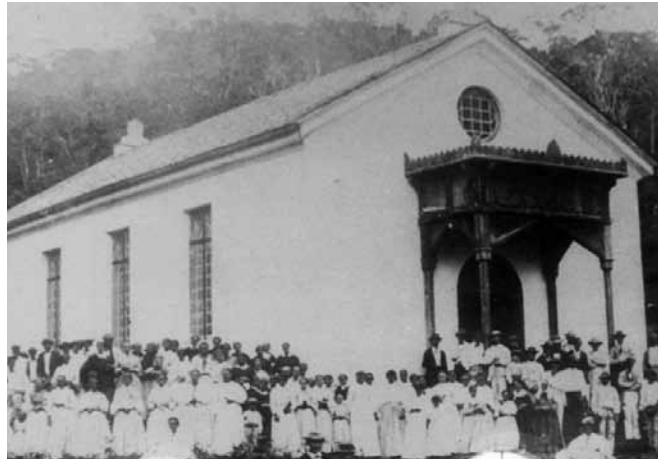
A torre já estava quase pronta, mas, lá em cima onde ficam os orifícios para a saída do som, Henrique teve vertigens. Havia, porém, um pomerano de nome Behring, que também entendia como se socava as paredes, pois foi ele quem socou a Casa dos Imigrantes lá em Bragança – Leopoldina (MG). Henrique então mandou chamá-lo para teminar a obra.

Bem escorada por vigas (andaimes), lá estava a torre, com a sua ponta, mas sem a cruz. Na cúpula, introduziu-se uma peça de madeira encimada por um elmo⁶⁹ e uma cruz. Carlos Dietrich, Littig e mais um, três rapazes novos e que não sofriam tonturas, concluíram o trabalho ousado.

O ferreiro Balzer, foi quem fez a cruz, que era bem grande e pesada. A cruz foi puxada por cordas lá para cima e afixada na ponta da peça de madeira com o elmo.

69 Elmo (é), s.m. Capacete, peça de armadura antiga, que protegia a cabeça.

Entrementes, o Pastor Pagenkopf foi transferido. Todavia, como ele foi o idealizador dos planos e tudo organizou para a construção, foi ele quem consagrou a torre no dia 30 de janeiro de 1887. Como se tratava ainda de uma construção rústica, o Pastor estava em pé no barro. Um Brandenburger, o avô da mulher do caseiro do Sr. Velten, o velho Bruske, disse: “O pastor Pagenkopf está inaugurando é um bolo de barro?”



Primeira Igreja Luterana de Campinho, sem a torre – 1869.
ACERVO: IGREJA LUTERANA DE CAMPINHO

Isso foi levado ao conhecimento do Pastor, que em sua prática disse: “este bolo de barro que hoje estou consagrando, ainda deverá estar de pé com o sinal da cruz apontando para o céu, mesmo depois que os ossos deste cidadão terem apodrecidos e mofados.”

Isso, Henrique contou várias vezes. No caminho para casa após inauguração, encontrou-se com o velho Bruske que confirmou ter sido ele quem igualou a Igreja com um bolo de barro. Mas, assim mesmo, não mudou de opinião, pelo contrário, a manteve e confirmou: “O Pastor inaugurou foi um bolo de barro, mesmo.”

Em setembro de 1964, foi rebocada e pintada de branco a Igreja, que repousa sobre os velhos alicerces, e tem um relógio na torre que foi inaugurado pelo Pastor Bielefeld, em 31 de janeiro de 1937.

O construtor do relógio da torre foi o Sr. João Ricardo Schorling que foi assassinado no dia 15 de janeiro de 1955. A Igreja já foi aumentada e ainda é pequena, para abrigar os numerosos descendentes dos colonos. A história da difícil construção da Igreja é lembrada pelos descendentes dos primeiros colonos.

Durante o trabalho do pastor Carl Bielefeld foi construído o altar mor e cercado, dignamente, o cemitério junto à igreja.

Segundo o relato de Dold (2005), a construção da igreja protestante, foi feita “socada a barro, como é comum na América do Sul. Uma construção de barro socado é mais barata e duradoura.”

Paróquia Luterana da Califórnia

Para o resgate desta história buscamos mais uma vez o auxílio em outra publicação de Kalk (1998), que afirma:



Pastor Schüller e esposa – Califórnia.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Em 20 de julho de 1873, um grupo constituído de 43 membros filiados à Comunidade de Luxemburgo, a maioria deles imigrantes recém chegados da Alemanha, reuniram-se para uma Assembléia, na qual concluíram de construir uma Igreja em Alto-Califórnia (hoje Alto-Rio da Farinha) no sítio de August Boernke. Essa conclusão entrou em vigor de acordo com o pastor Georg Ertz, da Paróquia de Luxemburgo, e com a diretoria desta referida Comunidade. Segue os nomes dos fundadores e colaboradores que contribuíram para a construção desta igreja, a qual formou a Comunidade de Califórnia, cujo edifício também serviu para uma casa de Escola.

Wilhelm Beise (diretor)	Friedrich Falk	Johann Ohnesorge
Ludvig Kloss (diretor)	Friedrich Goese	Johann Schimmelpfenning
Albert Bruno Dresler	Friedrich Ewald	Joahnn Jachow
Albert Kempin	Friedrich Kempin	Joahnn Liermann
August Schmidt	Friedrich Loose	Ludwig Schroeder
August Braun	Friedrich Dettmann	Michael Schneider
Carl Bullerrjahn	Ferdinand Kuntz	Wilhelm Hell
Carl Schumacher	Franz Tesch	Wilhelm Kempin
Carl Conrad	Gottlieb Pottien	Wilhelm Conrad
Carl Pagung	Gottlieb Gering	Wilhelm Garske
Carl Strey (mestre de obras)	Hermann Ost	August Boernke
Carl Kumm	Hermann Kuehl	
Carl Buege	Theodor Dittbanner	
Carl Jannke	Johann Buss	
Carl Kutz	Johann Pagung	
Ernest Wegner	Johann Lutzke	

Ainda segundo a mesma fonte, cada um contribuiu com 15\$000 (quinze mil réis), em dinheiro, acrescido de dois dias de trabalho.

Quem doou o terreno foi o senhor August Bornke. O mestre de obras foi o senhor Carl Strey, sob a liderança dos diretores Wilhelm Beise e Ludwig Kloss.

Decorridos alguns meses de trabalho, finalmente a igreja foi inaugurada pelo pastor Georg Ertz, pastor da igreja de Luxemburgo (Santa Leopoldina). Não se conseguiu a data da inauguração.

Na década de 1880, houve uma divisão do grupo, pois queriam que a igreja ficasse no Vale Alto de Califórnia, quando o senhor Albert Benewitz, doou outra área, distante 10 quilômetros da primeira, para a construção da nova. O mestre de obras agora foi o senhor August Doering. Sua inauguração ocorreu no dia 31 de outubro de 1884, pelo pastor Wilhelm August Pagenkopf, da paróquia de Campinho (1880-1887).



Família de August Pagenkopf datada de 1884. Sua esposa Anna Johanna Elizabeth Keibel.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Paróquia da Califórnia 2011.
ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Fritz Loewe
1893



Gustav Treptau
1893 - 1899



Reinhold Wellmann
1899 - 1905



Ernst A. Schüler
1905 - 1911



Hermann Schutz
1912 - 1920



Fritz Molkentin
1920 - 1926



Fritz Lippert
1926 - 1952



Hans Hempfling
1954 - 1959



Walter Adler
1959 - 1969



Hans G. Mierstchink
1969 - 1996



Ruben M. Dettenborn
1996 - 2000



Mariza E. Neuberger
2000 - 2005



Joaquin Borchardt
2006 - 2010



Wonibaldo Rutzen
2011 - 2013

Paróquia Luterana de Rio Ponte



Heinz Soboll
1928 - 1932



Walter Adler
1932 - 1958

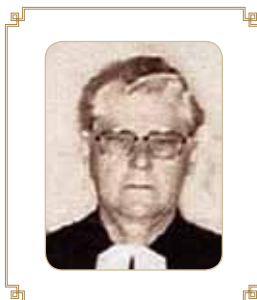


Paróquia de Rio Ponte – 2011.

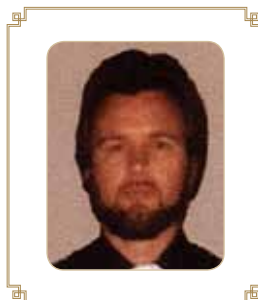
ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



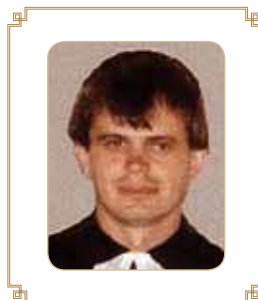
Karl E. Schneider
1958 - 1967



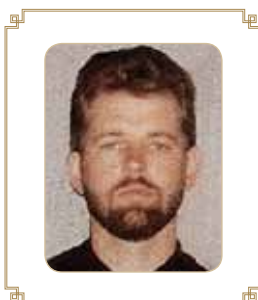
Inácio Felhberg
1967 - 1980



Euclésio Rambo
1981 - 1986



Renato Küntzer
1987 - 1993



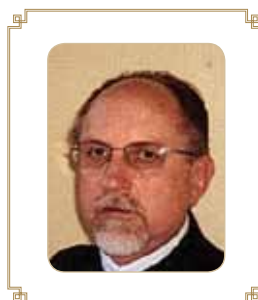
Walter Kempin
1990 - 1994



Maracos C. Vollbrecht
1995 - 2003



Fábio Staggemeier
2004 - 2008



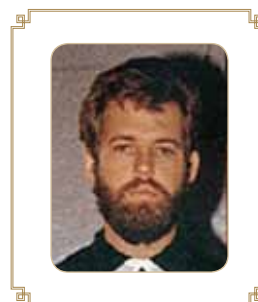
Willy Töpfer
2009 até hoje

Paróquia Luterana do Tijuco Preto

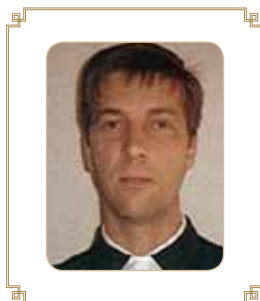
Segundo Kalk (1998) “em 19 de julho de 1907, formou-se em Tijuco Preto um grupo de 33 famílias-membros para a formação de uma Comunidade, vindo a definir numa reunião a construção de uma igreja no sítio de Schoenrock. Wilhelm Schoenrock forneceu a madeira e a partir do dia 24 de fevereiro de 1908, foi lançada mão à obra e no fim de junho do mesmo ano a construção foi terminada. Infelizmente não se sabe quem foi o construtor. A igreja foi inaugurada em 5 de julho de 1908 pelo Pastor Ernst August Schüller, pároco de Califórnia, a cuja Paróquia ela também era filiada até por volta do ano de 1945, quando foi anexada à Paróquia de Rio Ponte. Em 1970 a igreja foi reconstruída e substituída por um novo templo mais espaçoso, obras efetuadas pelo Sr. Maneco Barbosa”. Em 28 ou 30 de abril de 1995, em Rio Ponte, essa Comunidade tornou-se Paróquia.



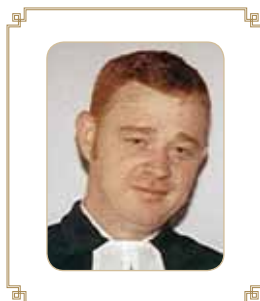
Paróquia de Tijuco Preto – 2011.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Walter Kempin
1995 - 1996



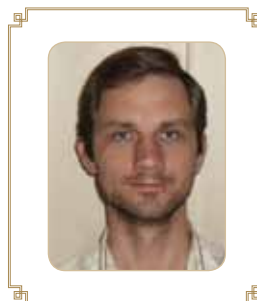
Rogério Beling
1997 - 2001



Lindomar Raach
2002 - 2006



Edivaldo Binow
2006 - 2009



Luciano Batista
2013

Paróquia Luterana de Melgaço

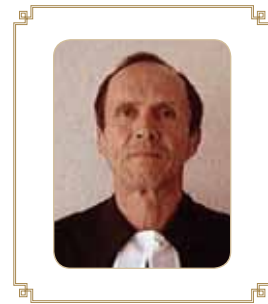
Entre 1888 e 1925, a comunidade era atendida por pastores de Santa Leopoldina. Ainda com auxílio de Kalk (1998) encontramos que:

“Por volta de 1925, essa Comunidade se dissolveu em duas partes, das quais surgiram a Comunidade de Bethel (Rio das Pedras) e a Comunidade da Cruz (Melgaço). A Comunidade da Paz Melgaço II (hoje Melgaço de Cima) filiada à Califórnia, foi criada a 4 de abril de 1906, constituída de 33 membros. Sua primeira Igreja que era uma casa de escola foi inaugurada a 12 de abril de 1906 pelo Pastor Ernest August Schüller, pastor da Califórnia. Em 1918 ela foi reconstruída e inaugurada pelo Pastor Hermann Schulz, Pároco de Califórnia. Em 1953, sofreu nova intervenção (terceira vez), sendo inaugurada a 1 de fevereiro de 1953 pelo Pastor Max Popp, pastor de Luxemburgo. Devido ao rápido crescimento da Comunidade, viu-se a necessidade de construir o seu quarto templo de forma mais espaçosa, sendo inaugurada em 13 de abril de 1975, consagrada com torre e sinos pelo Pastor Omar Weirich de Lagoa – Serra Pelada. Permaneceu filiada à Paróquia de Califórnia até março de 1993, ano em que se tornou Paróquia, tendo como pastor o então colaborador, Anivaldo Kuhn, que a ocupou no dia 19 de fevereiro de 1995.”



Paróquia de Melgaço – 2011.

ACERVO: CASA DE CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Anivaldo Kuhn
1996 até hoje

Igreja Luterana de Soído

Buscando agasalho no trabalho de Littig (s.d.), encontramos a afirmativa de que no início da colonização do local, como não havia um templo para as pregações, elas eram realizadas na residência do senhor Johann Littig 1º, Johann Hoffmann e Georg Balzer. Para ter que ir a igreja de Campinho, ter-se-ia que percorrer, à cavalo, 2 horas de estrada e, a pé, 4 horas.

Por incentivo do pastor Wilhelm August Pagenkopf, a comunidade decidiu por construir uma igreja. Decorria o ano de 1892, ocasião em que o senhor Johann Hoffmann havia doado um terreno de sua

propriedade para se construir uma capela e um cemitério (parte do terreno n. 518, quitado junto ao governo imperial em 11 de abril de 1881). A construção teve início naquele mesmo ano, contando sempre com a ajuda da comunidade.

Finalmente, em maio de 1894 era inaugurada a capela, que ficara conhecida como “Kapella Hoffmann de Soído”, cujo primeiro culto foi realizado pelo pastor Urban Marx (foi pastor da igreja de Campinho no período de 1893 a 1898).

O primeiro batizado foi de Marie Augusta, filha de Friedrich Geick e Cathari-



Capela Hoffman de Soído – 1894.

ACERVO: JAIR LITTIG

na Anna Ficher, em 14 de março de 1887, sendo padrinhos Marie Littig, August Littig e Wilhelm Schwambach.

O primeiro casamento, ainda sob levantamento efetuado por Littig (s.d.), “aconteceu em 3 de março de 1904, com Peter Hoffmann, filho de Johann Hoffmann e Elizabeth Köhler, com a senhorita Thereza Carlota Valentine, filha de Antônio Carlota e Caterina Cosmo.”

Ainda segundo a mesma fonte, “a partir de 25 de maio de 1942, os eventos como casamentos, batizados e falecimentos e confirmações referentes a igreja de Soído, passam a citar Boa Esperança”. Quem teria dado o nome foi o pastor Karl Bielefeld.

Em 9 de maio de 1954 era inaugurada a nova igreja.



Livro de cânticos utilizados pelos imigrantes luteranos – 1887.

ACERVO: JAIR LITTIG



Pastor Karl Bielefeld (a direita) – 1942.

ACERVO: JAIR LITTIG



Igreja Luterana de Soído – 1954.

ACERVO: JAIR LITTIG

Petter Littig, 1º filho de Johann Littig, nascido em 16 de setembro de 1866, ajudou a construir a igreja e foi tocador de sino por muitos anos.

Paróquia Católica de Santa Isabel

Os primeiros padres encaminhados desde a criação da Colônia, até esta data, para prestarem seus serviços em Santa Izabel foram:

- Frei Wandelino Gain d’Insbruch (1848)
- Frei Pedro Regalato (1856)
- Frei Adriano Lanstcher (1862)
- José Maximiano Fried (1863)
- Pe. João Fritzen (1878)
- Pe. João Pinto Pestana (1884)
- Pe. Francisco Tollinger, Svd, e Pe. Francisco Dold, Svd (1895)
- Pe. Pedro Benzerath, Svd (1897)
- Pe. Rodolfo A. Kuyelmeier, Sdv (1906)
- Pe. Mathias Esser, Svd (1910)
- Pe. André Franzen, Svd (1917)
- Pe. Marinho Weber, Svd (1918)
- Pe. Paulo Gruber, svd (1919)
- Pe. Paulo Gruber e Pe. Guilherme Bonnes, Svd, Pe. Frederico Vienken, svd (1920)
- Pe. Humberto Ostlender, Svd (1924)
- Pe. Rodolfo A. Kuyelmeier, Svd (1929)
- Pe. Rodolfo A. Kugehmeir e Pe Guilherme Bonnes (1930)
- Pe. Rodolfo, Pe. Francisco Tollinger, Pe. Guilherme Bonnes e Pe. Henrique Otte (1931)
- Pe. Rodolfo, P. Guilherme Bonnes, Francisco Kill, Pe Theodoro Harberke e Pe. Clemente Fetmar (1932)
- Pe. Theodoro, Pe. Clemente, Pe. Francisco Tollinger (1933)

- Pe. Theodoro, Pe. Clemente e Pe. Francisco e Pe. Bernardo Lube (1934)
- Pe. Theodoro, Pe. Francisco Tollinger, Pe. Jose Schürmann e Pe. Francisco Volkers (1935)
- Pe. Theodoro, Pe. Jose, Pe. Francisco Tollinger (1936)
- Pe. Theodoro, Pe. Jose, Pe Francisco e Pe.Jorge Leuw (1937)
- Pe. Theodoro, Mathias Hahn, Pe. Jorge e Pe. Francisco Tollinger (1938)
- Pe. Theodoro, Pe. Mathias, Pe. Francisco Tollinger e Pe. Francisco Albers (1939)
- Pe. Francisco Linke, Francisco Albers e Francisco Tollinger (1940)
- Pe. Francisco Linke, Pe. Egon, Francisco Tollinger e Mozart Pereira (1941)
- Pe. Francisco Linke, Mozart, Pe. Egon, Francisco Tollinger e Francisco Albers (1942)
- Pe. Francisco Linke, Francisco Tollinger, Francisco Albers e Francisco Foit (1943)
- Francisco Linke, Francisco Foit e Ricardo Shauf (1944)
- Francisco Linke, Pe. Ricardo e Pe. Egon (1945)
- Pe. Francisco Linke, Pe. Jose Schümam e Pe Ricardo (1946)
- Pe. Jose Schümam, Pe. Leopoldo Kneger, Pe. Ricardo e Pe. Francisco Linke (1947)
- Pe. Jose, Pe. Ricardo, Pe. Francisco Linke e Pe. Antonio Laux (1948)
- Pe. Jose, Pe. Ricardo, Francisco Linke e Antonio Laux (1949)
- Pe. Jose, Pe. Ricardo, Pe. Henrique Otte, Francisco Linke, Leão Pientka, Francisco Albers (1950)
- Pe. Jose, Pe. Martinho Krohling, Pe. Fedreico Jose Fröge, Francisco Albers, Francisco Linke e Pe. Geraldo Pastoors. (1951)
- Pe. Francisco Linke, Pe. Geraldo, Pe. Francisco Albers e Leão Pientka (1952)
- Pe. Francisco Albers, Pe. Leão, Pe. Djalma R. Moreira, Pe. Alberto Müller, Pe. Geraldo e Francisco Kill (1953).
- Pe. Francsico Albers, Pe. Leão, Pe. Egon e Pe. Bernardo Lube (1954)

- Pe. Francisco Albers, Pe. Leão, Egon Bernardo Lube, Martinho Krohling e Frei Benigno (1955)
- Pe. Francisco Albers, Egon e Pe. Leão – 1956
- Pe. Francisco Albers, Pe. Antonio Volkers, Pe. Leão, Pe. João Scheja e Pe. Jorge Rumisky – 1957
- Pe. Francisco Albers, Pe. Jorge, Pe. João Scheja, Jose Schumam, Bernardo Lube, Antonio Volkers e Vitor Stoingavi – 1958
- Francisco Albers, João Scheja, Jorge Fransico Kill, Martinho Krohling – 1959
- Francisco Albers, João Scheja e Antonio Volkers – 1960
- Francisco Albers, Martinho Krohling, João Scheja, Jorge Runuisky e Abílio Pereira Pinto – 1961
- Francisco Albers, João Scheja, Dario Kill, João Ustanbonski, Abílio PereiraPinto, Luiz Paganini e Henrique Ambergue – 1962
- Pe. Henrique, Pe. Antonio Jokosk, Abílio P. Pinto – 1963
- Pe. Henrique, Abílio, Martinho, Sebastião T. de Oliveira, Dario Kill, Frei, Alaor Santos – 1964.
- Pe. Henrique Amberge, Abílio P Pinto, Alfredo Rueda, Martinho Krohling, Francisco Assis Pereira, Hipolitom Chemello, Adalberto Breners, Ricardo Kupper, Humberto Dunkel e Arnaldo Bremenkamp – 1965
- Pe. Henrique, Pe. Humberto, Pe. Antonio Lankheet, João Scheja, Abílio e Silvio Damasceno de Oliveira – 1966
- Pe. João Scheja, Martinho Krolhing, Silvio, Antonio/João Cavati, Abílio e Adalberto Breners – 1967
- João Scheja, Antonio Lankeet, Pe. Jose, Abílio P. Pinto e Bernardo Lube – 1968
- João Scheja, Bernardo Lube, Abílio, Antonio, Felipe Cataplan, Eutimio Falquetto e Jose Kill – 1969
- João Scheja, Aloísio Krohling, Eutimio, Abílio e Antonio – 1970

- João Scheja, Eutimio, Abílio e Arnaldo Bremenkamp -1971
- João Scheja, Eutimio, Abílio, Antonio Lankeet, Francisco Xavier – 1972
- João Scheja, Eutimio, Galdino Falquetto e Abílio P. Pinto – 1973
- João Scheja, Galdino, Eutimio e Abílio – 1974
- João Scheja, Eutimio, Galdino – 1975
- João Scheja, Galdino, Bernardo, Eutimio, Pe. Pedro Scherl, Pe. Abílio – 1976
- João Scheja, Abílio, Galdino, Pedro, Pe. Wojtech Wavrek – 1977
- Pe. João Scheja, Pe. Wojtech, Abílio e Bernardo Lube – 1978
- Pe. João Scheja, Galdino, João Mc Ateer, Wojtech – 1979
- Antonio Lankeet, João Mcateer, Galdino – 1980
- Antonio, Johannes Hutjes, Norberto Prittwitz e Adão Folta – 1981
- Johannes Hutjes, Noberto, Niels Berthel Johnsen, Andre Kwiatkowski – 1982
- Johannes Hutjes, Noberto, Niels Berthel Johnsen, Andre Kwiatkowski – 1983
- Johannes Huttjes – 1984
- Galdino Falquetto, Johannes (ninguém assinou os livros neste período) 1985
- Hugo Scheer, Pe. Jesus, João Hutjes (livro não assinado) – 1986
- João Hutjes, Pe. Hugo, Jesus – 1987
- Pe. Andre, Pe. Hugo e João – 1988
- Pe. Valdir Piatti, Pe. Hugo, Pe. Andre, Pe. João Czwiek – 1989
- Galdino Falquetto, Hugo e Valdir – 1990
- Galdino, Josemar Rubens Stein, João Kohut e Hugo – 1991
- Galdino, João e Hugo – 1992
- Galdino, João, Josemar, Sebastião Kwonghi e Hugo – 1993
- Galdino, João, Hugo, Pe. João Scheja e Sebastião K. – 1994

- Galdino, Sebastião K, João Scheja e João Kohut – 1995
- Galdino, Hugo, João Kohut, Noberto Pritttwitz, Dilama Antonio da Silva, Zbgiew Francisco Frazszaki (Zibe) e Gabriel Selong – 1996
- Galdino, João e, Hugo, Mirosław Redzisz e Gabriel Selong - 1997
- Pe. Galdino, Hugo João, Matias, Gabriel, Mirosław Kropidloski, Rene Luis de Oliveira - 1998
- Pe. Galdino, João Gabriel, Hugo, Adam Olczyk e Polinaris Tue Ude - 1999
- Galdino, Apolinaris, João e Adam – 2000
- Galdino, João K, Adam, Mathias Jozefczuk, Zbiguiew – 2002
- Pe. Jam Khout, Zbigiwele e João Scheja – 2003
- Pe. Jam, Augustinho Daniel Schaffer, Zbigwiew e João Scheja- 2004
- João K, Apolinaris e Augustinho – 2005
- Augustinho Daniel Shaeffer, Apolinaris, Francisco Inigi Batungbacal e João Kohut – 2006
- Pe. Abílio Pereira Pinto, Francisco Inigo, Apolinaris – 2007
- Pe. Abílio Pereira Pinto, Francisco Inigo, Apolinaris – 2008
- Abílio Pereira Pinto, Apolinaris e Pe. Benito Falquetto até a criação da Paróquia, Pe. Francisco – 2009
- Pe. Zibe e Miguel – atuais

Com a chegada do primeiro padre à Colônia, já em 1848 eram iniciados os registros de batizados, casamentos e óbitos dos católicos, que se encontram na secretaria da igreja de Santa Izabel, conforme cronologia:

■ **Batizados**

1. Lisiaria
 Filha de Manoel e Eugênia (que eram escravos).
 Os padrinhos foram os escravos de D. Angélica, Xavier e Catharina.
 A data do registro: 27/08/1848
 Padre que realizou o batismo: Pe. Wandelino Gain (Capelão)

2. Manoel
Filho de Jacó e Margarida Gerhardt.
Foram padrinhos: Manoel Carneiro e Thomasia de Lima
Data do registro: 27/8/1848
Padre: Wandelino Gain
3. Maria Ana
Filha de Mathias e Gertrudes Gilles
Padrinhos: Manoel Carneiro e Maria Lange
Data de registro: 27/8/1848
Padre: Wandelino Gain
4. Miguel
Filhos de João e Margarida Christ
Padrinhos: Miguel Christ e Anna Stein
Data: 24/9/1848
Padre: Wandelino Gain
5. Friderico
Filho de João e Catharina Kill
Padrinhos: Friderico Merscher e Isabel Marx
Data: 5/11/1848
Padre: Wandelino Gain

■ Casamentos

1. Michel Christh, filho de Michel Christh e Margarida Pender, com Elisabetha Marx, filha de Mathias Marx e Anna Maria Dorshöfer.
Data: 1º/1/1849
Padre: Wandelino Gain
2. Fridericus Mersher. (não constou o nome dos pais) e Helena Bastian (também não constou o nome dos pais).
Data: 8/5/1850
Padre: Wandelino Gain

3. Nicolaus Schneider, filho de Josephns Schneider e Eva Glosen, com Maria Stein, filha de Thomas Stein e Margaretha Anton.
Data: 16/1/1851
Padre: sem o nome
4. Andreas Vevantins (sem o nome dos pais) e Ana Maria do Rosário (também sem o nome dos pais).
Data: 11/1/1852
Padre: sem o nome
5. Jacobs Christ, filho de Michael Christ e Margarida Pender, com Maria Stein, filha de Nicolaus Stein e Anna Maria Roth.
Data: sem
Padre: sem o nome

■ **Falecimentos**

1. Anna Simon faleceu no dia 10 de janeiro de 1866 na freguesia, às três horas da manhã e foi sepultada solenemente no dia 11, às 10 horas. O atestado foi assinado pelo Padre José Maximiliano Fried.
2. Maria Kven filha legítima de João e Maria Kven, nasceu, morreu e foi sepultada no dia 14 de janeiro de 1866; sem nome do padre.
3. Anna Maria Flor faleceu no dia 17 de janeiro de 1866. E foi sepultada no dia 18, morreu de parto. Não consta também o nome do padre.
4. Mathias Marx, casado, faleceu no dia 22 de janeiro e foi sepultado no dia seguinte, 23 de janeiro de 1866. Sem o nome do padre.
5. Nicolao Stein, solteiro, idade 18 anos, faleceu no dia 8 de abril de opilação pelas 5 horas da manhã.



Igreja de Santa Isabel – maio de 1857 e atual em 2011.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

Na década de 1920, o senhor Roberto Carlos Kautsky comprou um bilhete da loteria federal e doou-o à igreja católica de Santa Isabel. Premiado no valor de 30 contos de réis, construiu-se a escadaria em frente à igreja e mandou-se vir da França uma imagem de Nosso Senhor Jesus.

Em 8 de dezembro de 1896, o padre missionário Francisco Dold visitou as colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, tendo deixado um relatório desde a sua chegada aos portos do Rio de Janeiro e de Vitória, onde aportou no dia 12 de março de 1895. O relatório é bastante abrangente e ficaremos somente na parte que concerne à paróquia católica de Santa Isabel.

Diz em seu relatório que “no ano de 1852, as 18 famílias católicas construíram a atual casa Pastoral da Vila Velha de Santa Isabel”, [...].

“A igreja católica foi feita de alvenaria [...]. Ao mesmo tempo foi construída junto à igreja uma Casa Paroquial. Na Vila Isabel, a igreja foi construída numa suave elevação, na qual existiu antes a capela de São Bonifácio”.

A padroeira da colônia ficou sendo a Padroeira da princesa: Santa Elisabeth (em português Izabel) de Portugal. Até os dias de hoje comemora-se a data todos os anos em princípio de julho, com missa e procissão.

Para todos da história missionária do Brasil, é interessante que alguns leitores fiquem sabendo que a Paróquia de Santa Isabel no sul, faz divisa com a Paróquia de Benevente, a última esfera de atividade do grande padre José de Anchieta, o grande Apóstolo do Brasil.

Lancemos ainda um pequeno olhar à Paróquia de Santa Isabel. Ela é ainda uma nova Paróquia, criada em 1878 pelo Excelentíssimo Bispo Lacerda do Rio, tem porém a extensão de um pequeno Bispado italiano. Os pontos mais extremos da Pastoral estão a não menos do que 16 horas distante da Casa Paroquial. O terreno é muito montanhoso e acidentado, nenhuma estrada, somente picadas a pé ou a cavalo. Na sede da Casa Paroquial existem apenas 30 casas, várias delas sem moradores que pertencem a alguns colonos alemães, que somente aos domingos após o culto religioso são utilizadas. Que em face da grande extensão Paroquial e a acidentalidade montanhosa do terreno, torna o Pastoreio muito difícil, o que é compreensível.

Nos cultos religiosos aos domingos na Igreja Pastoral, temos a nossa frente uma pequena parte com as crianças da Pastoral, isso é especialmente indicado algumas vezes durante o ano, visitar as pouquíssimas Capelas e permanecer pelo menos uma semana em cada uma”.

Até agora a Pastoral independente da Matriz (Igreja Pastoral), só conta com 4 capelas e um Oratório, mas existe o pensamento de construir mais 4 novas Capelas e mais 2 devem demorar ainda um pouco a serem construídas. Das capelas em construção, contamos com a sagrada e espirituosa Capela de Soído, distante 3 horas da Igreja Paroquial, cuja inauguração deu-se em maio do ano passado.

A povoação da Paróquia de Santa Isabel é calculada em cerca de 7 a 8 mil pessoas, números exatos não existem. Estes 7 a 8 mil dividem-se em católicos alemães – cerca de 1.500, não católicos alemães (brasileiros, italianos), mais de 3 mil. Alemães protestantes cerca de 3 mil. Entre os filhos da Paróquia de Santa Isabel, existem descendentes dos três filhos de NOAHS: Jafet (Japhetiten) alemães, italianos, portugueses e por último descendentes de brasileiros, os Semitas foram pouco semeados e são representados por poucos comerciantes sírios, que com as suas mercadorias viajam pelos morros e visitam algumas casas de colonos; os Chamitas são mais numerosos e são representados por negros e meio negros, descendentes do infeliz tempo de São Pedro Claver (o grande apóstolo de Cartagena), escravos negros importados da África. Assim

é representada esta brasileira e isolada Pastoral das Montanhas, falando desse modo da universalidade da igreja.

A igreja Pastoral de Santa Isabel é simples, mas não menos bonita, e no próximo ano será construído um novo adorno com 2 torres e uma fachada, um Altar Mór, Confessionário e Púlpito, mantidos em estilo gótico em homenagem a um falecido colono. A Igreja Paroquial foi construída pelos colonos com a indicação do falecido capuchinho, o Padre Wandelino da Província Tiroleza dos Capuchinhos, que funcionou como primeiro guardião das almas dos alemães daqui. Padre Wandelino trouxe mais 2 capuchinhos para a região, sendo o primeiro o Padre Adriano, que pastoriava a colônia de Santa Leopoldina e morreu no dia 23 de dezembro de 1868 em Vitória. Santa Isabel recebeu no ano de 1877 um sacerdote alemão do Clero Secular, o Padre Fritzen, que após sete anos de atividades, deixou a Paróquia. Com isso Santa Isabel ficou desamparada e a cura das almas foi confiada ao padre brasileiro de Viana até 29 de abril de 1896, nomeado por um período insignificante pelo Bispo de Niterói. Em toda a Paróquia vêem-se somente caminhos de barro que, com as fortes chuvas tropicais, ficam lamacentas dificultando muito as montarias e as visitas à Capela. Toda a região da paróquia só é possível ser percorrida de 50 a 60 horas, em lombo de burros.

Igreja Católica São Geraldo - Sede

A construção dessa igreja teve grande participação dos luteranos. É datada de 1934. Como naquela oportunidade muitos jovens luteranos e católicos casaram entre si, houve participação bem representativa dos luteranos nessa construção. O líder da construção foi o senhor Anacleto Borgo.

Para facilitar aos católicos, que antes tinham que caminhar a pé até Santa Isabel para assistirem à missa dominical, tomou-se a decisão de construir a capela, que tinha como órago São Geraldo.

Quando a tuberculose virou epidemia em Vitória, muitos médicos começaram a encaminhar para



Antiga Igreja Católica São Geraldo – Campinho – 1980.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

Domingos Martins esses pacientes, para aí fazerem o tratamento, pois o clima frio, na opinião deles, ajudava sobremaneira na cura da doença. O município chegou a ter sanatórios e São Geraldo era o santo protetor dos tuberculosos, daí ter recebido este nome a igreja.

Igreja Sagrado Coração de Jesus - Biriricas

A igreja Sagrado Coração de Jesus em Biriricas só foi criada e implantada após aproximadamente 48 anos da chegada dos imigrantes. Durante todos esses anos, foram enormes as dificuldades enfrentadas, quando se queria assistir missa, confessar, batizar. Para isso, precisavam se deslocar para Santa Isabel ou para o Tirol (em Santa Leopoldina), onde os padres seculares rezavam missa uma vez ou outra ao ano.

Finalmente, em 1.895, chegaram os primeiros padres da Congregação do Verbo Divino – Francisco Tolliger e Francisco Dold – que tomaram conta das capelas de Santa Leopoldina e Santa Isabel.

Assim que se defrontaram com as dificuldades dos moradores de se locomoverem para o Tirol ou Santa Isabel, passaram a procurar alguém que cedesse uma casa para estadia e para celebrar as missas.



Residência da família Volk e local onde se celebravam as missas. 2009.

ACERVO: UFES – FCAA – FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA

Em 1896, chegou o primeiro Padre da Congregação – Francisco Wilms – para ajudar os outros dois, mas não teve muita sorte. Ao viajar para o Rio de Janeiro, a fim de acertar a sua estada no Estado, foi atacado pela febre amarela, falecendo na noite de 13 de maio do mesmo ano, na casa do Senhor Geraldo Volkers. Foi o primeiro a ser sepultado na comunidade, onde ainda não havia cemitério.

No ano de 1895, o senhor Geraldo Volkers cedeu sua residência para que o padre Francisco José Dold pudesse rezar missas e outras atividades religiosas da igreja católica.

Ao dia 17 de maio de 1896, foi posta a primeira pedra fundamental da Capela do Sagrado Coração de Jesus, juntamente, com um documento no teor seguinte. ‘Em nome da Santíssima Trindade, dia do Senhor, na oitava da Assunção do Nosso Senhor Jesus Cristo, XVII do mês de maio do ano da salvação (1896), com Lecio XIII Sumo Pontífice Papa Guilherme II, Imperador da Alemanha e Francisco do Rego Maia, bispo de Niterói e administrador da nova Diocese do Espírito Santo, com a licença da faculdade de benzer e impor a primeira pedra da capela que vai ser erguida por Geraldo Volkers, Henrique Volkers, João Volkers, João Bremenkamp e outros colonos da Alemanha, em honra e louvor ao Sagrado Coração de Jesus.

A construção da capela foi feita com grande dificuldade, já que na época o material a ser usado teve que ser levado em lombos de burros, desde a entrada de Formate, próximo a Viana. As paredes foram feitas com terra socada. Para isso, usavam formas com 40 cm de largura, colocando a terra e socando até que ficasse como um tijolo.

Segundo consta no livro *Die Missionsgemosseschaft Von Stuyt*, que fala sobre as atividades da Congregação dos verbitas, o ano de 1899, foi o ano de Ação de Graças, devido à conclusão das Igrejas de Tirol e de Biriricas. Outra característica importante na arquitetura da igreja é o altar da Imagem do Padroeiro – Sagrado Coração de Jesus – uma verdadeira obra de arte, criada pelo senhor José Guizen.



Igreja Católica de Biriricas e Altar –Sagrado Coração de Jesus – 2010.
ACERVO: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BIRIRICAS DE CIMA

Igreja Nossa Senhora da Conceição - Ponto do Alto

Segundo Hollunder (s.d.), a família Pereira residente em Ponto do Alto, pertencia à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Paraju. Por acharem a distância muito longa para participar da igreja, como era de costume, resolveram entrar em contato com o Vigário da Paróquia e fizeram um acordo para construção de uma igreja.



Igreja Nossa Senhora da Conceição-Paraju – 1988.
ACERVO: FAMÍLIA HOLLUNDER

No decorrer do ano de 1952, surgiu a ideia de se construir uma Igreja Católica em Ponto do Alto, pelos senhores Alfredo Borgart, sua esposa e seu sogro Manduquinha Pereira. Já tinham até escolhido qual seria a padroeira (Nossa Senhora da Glória), mas, por obra do destino, no início de 1954, sogro e genro, foram cruelmente assassinados em sua própria residência.

Abalados pelo episódio, sem liderança, não poderiam continuar, e os católicos continuaram participando das cerimônias em Paraju, mesmo com as naturais dificuldades.

Passaram-se os tempos, as demais famílias católicas, entre elas a família Mariano, continuaram participando com muita dificuldade da Igreja de Paraju, onde o maior obstáculo era colocar as crianças na doutrina, com a maioria das famílias de baixa renda.

A partir do ano de 1977, com a chegada de novas famílias como Endringer, Simmer, Liebe e outros, tiveram início as reuniões em casas, com vizinhos mais conhecidos, para o estudo bíblico. Continuando com esses encontros, logo foram liberados pela paróquia de Santa Isabel para celebrar missas e cultos na escola, o que foi feito por vários anos. Depois, conseguiu-se um galpão de madeira que foi utilizado durante longo tempo para as celebrações.

Em 1986 conseguiu-se adquirir um terreno e começou-se a construir a Igreja. O prédio ficou pronto no ano de 1988, com nome da mesma padroeira, que era a intenção dos comerciantes falecidos em 1954. A imagem ficara guardada na Igreja de Paraju até que se terminasse de construir o templo, e no dia 2 de fevereiro de 1988, com muita alegria fora colocada no altar.

Igreja Santa Úrsula - Soído

A construção da igreja de Santa Úrsula no distrito de Soído, inicialmente como uma capela, teve início quando o senhor João Klein fez a doação de um terreno de sua propriedade.

Hoje a propriedade pertence ao senhor Atílio Kuster.

Algum tempo depois, a capela foi transferida para outro local, funcionando num barracão de madeira. Somente em 1876 é que se construiu a atual igreja, com um altar de madeira, que foi retirado alguns anos depois. Ainda naquele ano chegaram à comunidade duas imagens, de Nossa Senhora das Dores e de São José, a pedido da família



Igreja Santa Úrsula – Soído – antes das reformas – 1953. Da esquerda para a direita: 1- Casa onde os padres permaneciam às vésperas das celebrações, 2- Buteco do senhor Nicolau José Stein e Emílio Wruck, 3 - Coreto da igreja.

ACERVO: LURDES STEIN CARDOSO

Schneider, diretamente da Alemanha. Chegaram de navio até o porto de Vitória e dali até Santa Isabel foram transportadas em carros. De Santa Isabel até Soído no lombo de pessoas. Foram trazidas em caixas de madeiras bem reforçadas.

Várias reformas foram realizadas na igreja: a primeira em 1953 constou de ampliação, pintura das torres e escadaria, assim como o piso de ladrilhos hidráulicos, ainda existente. Em 1972, ano de seu centenário, passou por uma reforma externa e recuperação do telhado.

O terreno para construção dessa nova igreja foi doado pela família Schneider e quem fez as escrituras, que se encontram arquivadas na diocese de Vitória, foi o senhor José Francisco Stein.



Nossa Senhora das Dores – Igreja São José – 1876

ACERVO: ALINE GODINHO VALADARES



São José – Igreja Santa Úrsula – Soído.

ACERVO: ALINE GODINHO VALADARES

O primeiro padroeiro da comunidade foi o Divino do Espírito Santo até a chegada da imagem de Santa Úrsula, quando esta passou a ser a padroeira.

Quando do centenário da igreja, o arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, prestigiou o evento.

Igreja de São Miguel – São Miguel

Localizada em São Miguel, cujo padroeiro é São Miguel Arcanjo. Anteriormente, o lugar era mais conhecido como Chapéu.

A capela recebeu a benção de Pe. Pedro Benzerath, S.V.D. vigário da matriz de Santa Isabel, no dia 29 de julho de 1898. O documento está registrado em um dos livros de tombos da comunidade e assinado pelo referido padre e pelo senhor João Simon.

Em 1899, no dia 21 de junho, o senhor Luiz d'Athayde Espíndula e sua esposa fizeram a doação de um sino, a época, no valor de 219 mil reis. Eles eram proprietários em Pedra Branca.

Quando do casamento de Deolindo José Simon com Maria Volkart e de Augusto Volkart com Anna Maria Simon, após o jantar realizado no dia 1º de maio de 1900, relativo à comemoração das bodas nupciais, fez-se uma coleta financeira no montante de 116.200 réis, que se destinou à “fundação de missas na



Atual igreja de Santa Úrsula – Soído – 2012.

ACERVO: ALINE GODINHO VALADARES



Igreja de São Miguel – 1907
ACERVO: FLORIANO SIMON

capela”, que deveriam ser celebradas anualmente pelo referendo pároco de Santa Isabel.

Doaram o terreno para construção da capela o senhor João Simon e seus filhos. Contribuíram para a sua construção a partir de 1896, Luiz d’ Athaíde Spíndula e seu filho Antônio d’ Athaíde Spíndula, Augusto Zechel, João Pereira, Joaquim Antônio Pinto, José Piol, Joaquim Blank, Pedro Spíndula, Alexandro Nascimento, entre outros.

Igreja São Sebastião de Aracê

Decorria o ano de 1918, quando a região de Aracê foi assolada⁷⁰ por uma febre, apelidada de “febre espanhola”, dizimando várias pessoas da região e município. Com a doença, aumentou a fé dos moradores, levando-os à conclusão que deveriam construir uma igreja dedicada a São Sebastião, considerado o padroeiro contra a peste.

Uliana (2004) já citado descreve que: “a comunidade se reuniu depois de algumas conversas, para escolherem o local onde deveria ser construída a igreja.

O senhor Pedro Bravim, ofereceu uma área de terras de sua propriedade e uma ajuda financeira de 500 contos de réis, se a igreja fosse construída num morro que existia na propriedade do senhor Giovani

70 Assolada. Assolar. v.t. 1- Pôr a raso, arrasar, destruir. 2- Devastar, arruinar, aniquelar, exterminar.

Grecco, pois a área era de forma arredondada, com pouca elevação e pequena. A área foi escolhida através de votação, ocorrida no dia 11 de maio de 1918.

Assim que receberam a autorização do vigário de Santa Isabel, iniciaram a construção. Há de dar destaque àqueles que a história daquela comunidade ficará agradecida e que participaram ativamente das obras: João Módulo, Vitório Peterle, Aldeque Monhol, Arthur Monhol, Pedro Bravin, Sulfício (Espício) Grecco, Marco Módulo, Vando Grecco, Jorge Uliana, Herminio Uliana, Giovani (Joaquim) Uliana, José Polli, Vitório Bassoni, Antonio Bassoni, Carlos Bassoni, André Lorenzoni, Antônio Módulo, Giovani Grecco (pai de Espício e Vando Grecco)”.

As escavações usando enxadas foram iniciadas pelas mãos dos senhores Jorge Uliana e João Módulo. Prepararam a área cuja terra era puxada com aparelho feito de uma tábua, conhecida como vaca. Foi um trabalho muito árduo.

Naquela ocasião, afirma Uliana (2004), “ao tentarem arrancar um toco de madeira, não se deram contas da existência de uma abelheira⁷¹ que os atacou. Depois de muitas picadas e fumaça, conseguiram retirar o enxame e ainda recolheram bastante mel”.

Concluída a terraplanagem feita no cabo da enxada, teve início a construção, ainda em 1918 e cuja conclusão se deu dois anos depois, em 1920.

Era uma igreja simples e pequena, necessária para atender a comunidade da época, feita com estrutura de madeiras e paredes de estuque⁷².

Paralela à igreja, também se construiu uma casa para hospedagem do padre, a canô-



Primeira Igreja de São Sebastião do Aracê – 1920.
ACERVO: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE PEDRA AZUL E ARACÊ

71 Abelheira, s.f. (abelha +eira). 1- Ninho ou viveiro de abelhas. 2- Enxame. [...].

72 Estuque, s.m. 1- Espécie de argamassa [...], com que se rebocam tetos e paredes [...]



Segunda Igreja de São Sebastião do Aracê – 1948.
ACERVO: IGREJA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE PEDRA AZUL E ARACÊ

nica⁷³, que ficava nos fundos, onde atualmente se encontram as rampas de subida do morro. Essa igreja foi utilizada por 25 anos.

O senhor Arthur Monhol, que sabia ler alguma coisa virou rezador, coroinha e primeiro catequista. Seu irmão Adelque era o responsável pela cozinha e recepção ao padre a quem fazia companhia, dormindo inclusive na canônica.

O senhor Vitório Peterle era o tesoureiro e quem recolhia as esmolas, função que exerceu até o seu falecimento.

A posse do terreno foi formalizada em cartório pelo senhor Espício Grecco, medindo 4.800 m², 80x60 metros.

Com o crescimento da comunidade, a igreja ficara pequena, razão pela qual os novos fabriqueiros⁷⁴ decidiram construir uma maior, com início em julho de 1945 e concluída em março de 1948.

Segundo Uliana (2004), “o construtor foi o senhor José Alves, mais conhecido como ‘Zé Pedreiro’, que recebera pela obra o equivalente a Cr\$ 13.300,00, cujo recibo de pagamento pelos serviços foi emitido e assina-

73 Canônico (a). Adj. Que diz respeito aos cânones. [...] horas canônicas: as orações que os sacerdotes devem rezar diariamente, as horas certas.

74 Fabriqueiros. s.m. Cobrador, administrador dos rendimentos de igreja, encarregado das alfaías* e paramentos** de uma igreja. * Alfaías: s.f. [...] paramento de igreja. ** Paramento: s.m Adorno, enfeite, vestes com que o sacerdote celebra algumas cerimônias religiosas.

da a sua quitação em 15 de março de 1948, e que se encontra arquivado nas dependências da igreja”.

“Considerado um experiente na elaboração de projetos de construção de igrejas, coube ao padre José Schiemann, que era arquiteto, a tarefa. Já o altar de madeira foi todo construído pelo senhor Joaquim Uliana, Mário Módulo, Fiore (Fioravante) Módulo e Vítório. Também o senhor José Alves Pereira (José Pedreiro) foi o encarregado da construção da nova canônica.



3ª Igreja de São Sebastião de Aracê – 1997.
ACERVO: PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE PEDRA AZUL DO ARACÊ

Como já era de se esperar, em 1966, novamente a comunidade teve que se organizar para construir a terceira igreja, pois com o seu crescimento era imperiosa essa expansão.

A terceira igreja foi projetada pela arquiteta Sandra Moscon e teve a sua construção iniciada em 29 de agosto de 1996 e o construtor foi o senhor Valdir Cesconeto. Foi concluída em 12 de março de 1997, a cuja inauguração compareceu o senhor bispo auxiliar de Vitória D. João Brás de Aviz.

As famílias fizeram as doações dos bancos e as três portas pelos senhores Nilo Ebani, Afonso Uliana e mulheres da comunidade, que realizaram campanhas e quermesses⁷⁵ para arrecadação de fundos financeiros com essa finalidade.”

“O sacrário⁷⁶ é uma recordação da primeira igreja e foi feito por Vítório Peterle. O altar é da segunda igreja, obra de Joaquim Uliana. Como o padre já não ficava mais na comunidade em razão das boas condições da estrada, a comunidade decidiu por de-

75 Quermesses. (é) s.f. Grupo de barracas ao ar livre, com leilões de prendas, jogos, rifas, comes bebes [...] Bazar com leilão de prendas, ao ar livre, especialmente em festas de caridade.

76 Sacrário, s.m. Lugar onde se guardam coisas sagradas, especialmente as partículas da comunhão. [...]

molir a casa canônica, o que foi lamentável, pois poderia ter permanecido pelo seu valor histórico”.

Igreja Cristo Rei de Perobas

O padre Francisco Albers é quem celebrava missa na comunidade do Pena. À noite, pernoitava na residência da senhora Helena e Joaquim Tesch. Num desses pernoites, sugeriu que a comunidade de Perobas construísse a sua própria igreja.

Aceito o desafio, foi iniciada a etapa de angariar recursos financeiros necessários e surgiu então o grupo que se intitulou de sócios fundadores, que contribuiriam acima de 5.000 (cinco mil réis): Joaquim Tesch, Agostinho Tesch, Antonio Francisco Erlarcher, José Erlarcher, Bernardo Effgen, João Effgen, Pedro Tonoli e Geraldo Pinto das Chagas. Posteriormente, surgiram novos doadores com menor valor.

Não houve desentendimentos entre eles para a doação do terreno, feito pelo “tio Antoizinho” (Antonio Francisco Erlacher), por ter sido considerado a melhor área.

Como na época não possuíam máquinas para efetuar a terraplanagem, em 1954, fizeram toda a escavação com enxadas, picaretas, muitas vezes utilizando-se das próprias mãos para o deslocamento da terra.

Levaram 3 anos para concluir a edificação da igreja. Ocorreram muitas doações: bancos construídos de madeira de peroba, janelas comuns de madeira. Cada banco doado era identificado por uma plaqueta com o nome da família doadora. Ainda existe um dos bancos na área do santíssimo, como resgate dessa história. O piso original da igreja foi todo construído por tacos de madeira, também de peroba.

A igreja foi inaugurada em 25 de agosto de 1957, contanto com a presença do arcebispo, Dom João Batista da Motta e Albuquerque.

O primeiro casamento celebrado na igreja foi de um dos filhos do senhor Antonio, Vital Erlarcher, com Erminda Christ, na data de 26 de outubro de 1957.

Já o primeiro batismo foi de Dalriria Oliveira, filha de Celestino de Oliveira e Lúcia Schaffer de Oliveira.

Somente 54 anos após a inauguração, a igreja em 2008 sofreu as primeiras reformas. Foi trocado o altar, passando o piso a ser de mármore e o restante de madeira. Mantiveram-se as janelas e houve troca dos bancos, por outros mais confortáveis.



Inauguração da Igreja Cristo Rei – 25/8/1957.

ACERVO: IGREJA CATÓLICA DE PEROBAS



Igreja Cristo Rei – 1968.

ACERVO: IGREJA CATÓLICA DE PEROBAS



Igreja de Perobas – 2008.

ACERVO: IGREJA CATÓLICA DE PEROBAS

Cadeia Pública e Primeiros Conflitos da Colônia

Em quase todos os relatórios de presidentes do período imperial aparece a afirmativa de que nenhum “prédio” utilizado como cadeia propriamente dita, oferecia as condições que a Constituição Federal garantia. Eram casas destinadas à detenção dos criminosos. A casa não possuía a menor segurança, daí a facilidade com que os presos evadiam.

O primeiro registro encontrado sobre a construção de um Corpo de Guarda e uma cadeia, foi em 28 de fevereiro de 1861, portanto, 15 anos após a criação e instalação da Colônia. Nesse período, a comunidade era atendida pela Vila de Viana, conhecida como freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana, e somente em 11 de fevereiro de 1863 foi criado um distrito de subdelegacia e nomeado o cidadão médico Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, que ficou no cargo um ano e meio, extinto em 3 de agosto de 1864, retornando à situação anterior.

Por essa ocasião, respondia pelo cargo o subdelegado de polícia da Vila de Viana, Sr. Manoel Francisco França.

A 4 de julho do mesmo ano de 1863, fora nomeado para 1º suplente do cargo de subdelegado o alemão Carlos Wichwer, que chegara à Colônia em 21 de fevereiro de 1857, acompanhado da esposa Philippina. (no documento produzido por Martinuzzo (2008), aparece escrito Wichwer).

Em 15 de dezembro de 1863, o Dr. Ernesto pediu e obteve a sua exoneração do cargo de subdelegado, o que gerou alguns problemas na Colônia pelo fato de não

haver no lugar quem o substituísse. Por essa razão, houve necessidade de ser nomeado o alferes Francisco Florêncio Pinheiro Passos do corpo da guarnição da província, que para ali se deslocou com alguns praças. O que levou o governo imperial a fazer essas nomeações foi o fato de não se conseguir “pessoal idôneo e também a Colônia ser quase totalmente povoada por estrangeiros”.

Até 25 de julho de 1864 a situação permaneceu inalterada, “data em que teve lugar o funesto conflito entre Carlos Wichwer e alguns praças do mesmo destacamento”.

Conforme consta do relatório do Vice-Presidente da Província de 1863/64, Eduardo Pindahiba de Mattos, o clima de tranquilidade era inalterável, assim como a segurança de pessoas e de propriedade em toda a Colônia.

Apenas um caso de pequenina desordem se dera durante o seu período administrativo, entre um cidadão nacional e um alemão, incidente este provocado por excesso de bebidas alcoólicas, e do qual resultou ambos saírem levemente feridos.

Continua a mesma fonte:

Logo que d’esta occurrencia tive noticia, encarreguei ao Dr. Chefe de Policia de syndicar da verdade, e proceder como no caso coubesse. Em resultado veio a conhecer-se que a imprudencia de uns e exageração de outras fizeram avultar o facto, que não passou do que deixo narrado, e sem maiores consequencias.

Aparentemente, até 1850 não aparecem registros de maior significância. Entretanto, desentendimentos entre evangélicos e católicos, tipo mal-estar, se fizeram presentes, pois somente a partir de 1856, ou seja, nove anos após a instalação da colônia, é que os protestantes receberam o primeiro pastor luterano, o que fazia supor tratar-se de uma ação dos católicos, até porque pela Constituição Federal era a religião a ser adotada.

Raasch (2010), quando da elaboração da sua dissertação para o curso de pós-graduação da UFES, em 2010, conseguiu acesso aos processos relativo ao fundo polícia – série inquéritos policiais do período de 1859 até 1889, onde os principais conflitos registrados foram:

- **13/10/1859** – ferimentos provocados pelo alemão Francisco Straub, contra Henrique Bausart e acudido por Miguel Trarbach. Francisco Straub havia destruído a roça de aipim e bananeiras de Henrique. O júri condenou o réu Francisco Straub a um mês de prisão e multa correspondente à metade desse tempo, grau mínimo do artº 201 do Código Criminal e nas custas (7/7/1860). As custas foram de 58 mil e 500 réis. Processo nº 152 (153), caixa 665.
- **25/6/1863** – sumário de culpa ex-ofício do soldado Paulo Ferreira, acusado do homicídio de Gustavo Bungestab. Este homicídio aconteceu em 23 de junho de 1863. Além do soldado, envolveu-se no crime o imigrante Karl Wicker. Segundo Jair Littig no relatório da província de 20 de outubro de 1863, aparece como responsável pela morte do Gustavo, o senhor Karl Wicker. O acusado foi inocentado. Processo nº 214, caixa (233) nº 669.
- **9/9/1863** – denúncia de Felipe Klippel contra o cidadão Pedro Schwambach, que lhe dera uma bofetada no rosto e outra na nuca, das quais ficara bastante ensanguentado. O réu havia sido condenado e também para pagar as custas. Entretanto, na data de 4/1/1864, o senhor Felipe Klippel desistiu da queixa e concedeu perdão ao réu, pelo fato dele se encontrar em estado de embriaguez quando do delito. (Ofensa por crime de injúria e física). Processo nº 222 (229), caixa nº 669.
- **29/6/1864** – briga entre Adão Trarbach e José Pereira Duarte em que ficou ferido o Adão por ter recebido algumas pancadas. Fora levado para casa de seu irmão Henrique Trarbach e examinado pelo médico Dr. Ernesto Mendo de Andrade Oliveira. Quando Joaquim estava tentando uma fuga, foi surpreendido pelo Dr. Mendo que solicitou ao senhor Pedro Rhein, que tinha uma espingarda carregada nas mãos, para que atirasse. Assim fez Pedro por diversas vezes.

A polícia de Viana prendeu o Pedro Rhein e Henrique Trarbach que foram soltos logo a seguir, vindos para Santa Isabel acompanhados do Dr. Ernesto e sendo recebidos com muita alegria pela comunidade, pois nada havia de acusação contra eles.

Dadas as inúmeras irregularidades que se deram na formação do sumário, constantes do processo, o promotor público julgou nulo e improcedente o processo. A

municipalidade foi condenada a pagar as custas processuais. Processo nº 244 (261), caixa nº 670. Foi testemunha o Henrique Trarbach.

- **7/2/1873** – denúncia contra Catharina Kill, esposa de João Kill e seu filho João, que teria espancado o senhor Pedro Schwambach, quando o mesmo se dirigia à casa de negócios de João Kill. O espancamento teria resultado ao paciente grande incômodo de saúde e inabilitação para o serviço por mais de 30 dias, conforme constou do exame de corpo de delito anexado ao inquérito.

O conflito originou-se em função do desejo do senhor Pedro Schwambach, proprietário do terreno ao lado do senhor Kill, de construir uma casa no referido local, num terreno vago. O sr. Kill havia proibido expressamente a obra projetada. Independentemente do desejo da família Kill, o sr. Pedro iniciou a obra e ainda no final do dia dirigiu-se à loja dos agressores a fim de comprar objetos de que tinha necessidade, ocasião em que fora injuriado com as mais ofensivas palavras. O senhor Pedro retirou-se por questão de prudência e ao sair, recebera “uma vara de medir na cabeça com tanta força que imediatamente o fez cair em terra, deixando um ferimento profundo”.

Mais uma vez, agora em 19 de agosto de 1874, julgou-se improcedente o sumário crime instalado, por falta de provas. Processo nº 397, caixa nº 679.

- **6/10/1880** – “queixa crime de furto dado por Luiza Wanchert, contra Nicolau Simmer”. Processo nº 583, caixa nº 691.
- **24/12/1882** – “inquérito policial ex-offício para apurar o crime de responsabilidade e ofensa a autoridade contra José Francisco de Medeiros, Joaquim José de Lacerda ou Joaquim Graúna, Manoel Barbosa da Conceição Filho, João Antônio de Freitas, João Pedro Trarbach e Salustiano Alves dos Santos. Tratou-se de uma discussão iniciada durante a realização da missa na igreja católica, onde José Francisco de Medeiros teria provocado a confusão, quando deu um tapa sobre o chapéu de Antônio Francisco Martins de Jesus, e também o mandou à merda. Não houve a pronúncia dos acusados no processo existente, e tão somente o inquérito policial.” Processo nº 707, caixa nº 699.

- **30/1/1883** – Emília Tanfrelter e Carlos Tanfrelter foram vítimas de um atentado de homicídio e/ou lesões corporais praticados por Mathias Schneider e Guilhermina Schneider. O instrumento para agressão foi uma foice, causando ferimentos na senhora Emília.

O processo foi finalizado em 4/2/1883. Feito o inquérito, foi este remetido ao Sr. Juiz Municipal do termo para prosseguir na forma da lei. A ré Guilhermina foi presa e detida na cadeia de Vitória.

O processo fora instaurado contra Mathias Schneider e Guilherme Schneider, “por crimes de injúria, agressão física e tentativa de homicídio”. Processo nº 711, caixa nº 700.

- **9/7/1883** – “inquérito policial ex-officio instaurado contra Pedro Ginsberg pelo homicídio de José Rodrigues de Oliveira”. Tratava-se de rixa antiga entre o pai do Pedro e José Rodrigues, que era mineiro e tido como o terror das matas. Processo nº 402, caixa nº 679, concluído em 21/12/1883 e absolvido do crime na instância municipal.

A Folha da Victoria, de 19 de julho de 1883, Anno I, nº 4, p. 4, cujo redactor era o senhor Aristides Freire, trouxe a informação de que: “no dia 16 do corrente, entrou para a cadeia pública d’esta capital, remettido pelo Subdelegado de Polícia do Districto de Santa Izabel, o réo Pedro Ginsberg, que no dia 9 d’este mez, pelas 5 horas da tarde, pouco mais ou menos, sendo atacado por José Rodrigues d’Oliveira, lhe dispara um tiro de espingarda que ocasionou-lhe a morte; a mesma auctoridade procedeu a corpo de delicto no cadaver e as demais diligencias legais.

- **13/1/1884** – “auto de corpo delicto procedido na pessoa de Guilherme Frederico. Tratou-se de briga com os irmãos Estevão e Ernesto Effgen. Guilherme foi a vítima e Ernesto réu. Nos autos ficara claro que havia rixas anteriores entre agressor e agredido, mais uma vez acontecendo nas proximidades ou dentro de uma casa de comércio. Nesse caso o atentado se deu após a missa. Processo nº 801, caixa nº 706, encerrado pelo promotor público, por terem sido indetificados nos exames de corpo de delito ferimentos considerados leves. Este fato também foi assunto de

matéria do jornal ‘A FOLHA DE VICTORIA’, anno I, número 58, de 24 de janeiro de 1884, p. 2.”

Ainda em 1884, o senhor chefe de polícia mandava que o senhor subdelegado proce-
desse, sem perca de tempo, nos termos da lei contra o turbulento Antonio Francisco
Martins de Jesus (A Folha da Victoria, nº 87, ano I, de 11 de maio de 1884).

- **9/2/1886** – “inquérito policial ex-officio instaurado para apurar o ferimento produ-
zido por arma de fogo em Maria Angelina Figuel, cujo autor fora o seu próprio pai
José Figuel”. Processo nº 909, caixa nº 712.
 - **13/3/1887** – “inquérito policial ex-officio instaurado para apurar o assassinato de
Antônio, escravo de Joaquim Novais Campos, em que eram acusados Viriato Es-
peridião Pinto e Guilherme Schwarz”. Guilherme Schwarz era proprietário de um
estabelecimento comercial.
- A conclusão do inquérito, “foi de que o escravo bebera e após sair do estabelecimento
falecera sem outra motivação a não ser a bebida”. Processo nº 959, caixa nº 715.
- **13/11/1887** – “sumário crime contra Miguel Trarbach pelo crime de agressão
física cometido em Guilherme Schade”. Processo nº 979, caixa nº 716.
 - **31/12/1887** – “autuação de medição de terras devolutas na ex-colônia de Santa
Isabel”. Processo nº 970, caixa nº 715.
 - **1/2/1888** – “inquérito policial ex-officio instaurado para apurar a invasão de lotes
coloniais, cujo denunciado é Manoel Vicente Firmo.” Processo nº 1010, caixa nº
718.
 - **18/2/1888** – “inquérito policial contra Pedro Schwambach, pelo crime de injúria,
cuja vítima era Francisco Brandão Subtil”. Processo nº 985, caixa nº 716.
 - **6/10/1888** – “sumário de crime contra Agostinho de Tal, pelos crimes de ameaça
de morte e injúrias, contra Nicolau Faller, 2º suplente de subdelegado de Santa Isa-
bel”. Processo nº 991, caixa nº 717.

Segundo Littig (s.d.), a colônia de Santa Isabel não apresentava as cenas desagradáveis e irregularidades que existiam em outras colônias. Foram identificados somente alguns poucos intrigantes membros de uma família, que por inveja, inimizade ou espírito de truculência procuravam criar embaraços à direção da colônia desrespeitando a sua autoridade e chegando a solicitar a sua demissão.

Mais uma vez buscando o auxílio de Raasch (2010), os dados gerais sobre o corpo documental dos processos do período de 1850 a 1888, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

QUADRO Nº 13 – PROCESSOS – CRIMES ENVOLVENDO IMIGRANTES DE SANTA ISABEL – 1859 A 1888

ANO	Nº DE PROCESSOS
1859	01
1863	02
1864	01
1873	01
1880	01
1883	03
1884	01
1886	01
1887	02
1888	04
Total	17

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Fundo Polícia

QUADRO Nº 14 – DELITOS COMETIDOS EM SANTA ISABEL

TIPO DE DELITOS	DÉCADAS			
	1850	1860	1870	1890
Agressão Física	01	02	01	03
Homicídio	–	01	–	02
Injúria	–	–	–	01
Ameaça de Morte e injúrias (dirigidas à autoridade)	–	–	–	01
Responsabilidade e ofensa à autoridade	–	–	–	01
Inquérito para verificar invasão de lotes	–	–	–	01
Inquérito para verificar ferimentos por arma de fogo	–	–	–	01
Inquérito para verificar problemas relacionados a medição de terras	–	–	–	01
Totais	01	03	01	12

Fonte: APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Fundo Polícia

Dando um salto na História, transmitimos alguns depoimentos deixados por Roberto Carlos Kautsky, que diz que no dia 27 de maio de 1917, o “cidadão Pedro Christ Sobrinho, solteiro, 25 anos, filho de José Christ e Petronilha dos Santos, às 18 horas e 30 foi baleado com um tiro de Winchester dado por um capanga disfarçado de soldado e trazido de Afonso Cláudio pelo delegado José Pinto, que era inimigo político de Francisco Christ e do Major Maximiliano Salloker. Pedro veio a falecer na casa deste último às 23 horas.

Foi declarante o sr. Álvaro Vieira Gomes e os assentamentos foram feitos no livro nº 2 do cartório do Major Claro Pitanga”.

Já a versão de Roberto Carlos Kautsky é a seguinte: “naquele fatídico dia 27, houve um mutirão na propriedade de Edmundo Klein, que ficava próxima ao rio Jucu e atrás de Santa Isabel. Na volta e quase ao escurecer quando eles passavam por um caminho que havia no alto do pasto da propriedade do Salloker (que ficava perto e em frente ao Pré-Juvenato S. Francisco Xavier), os cachorros do referenciado subiram o morro latindo e investindo contra os transeuntes. Nisso, um deles gritou: ‘segura seus cachorros *urucubaca*, pseudônimo pelo qual ele não gostava de ser chamado. Os jagunços dele retrucaram: ‘quem mexe com *urucubaca* mexe conosco também’ e começaram a atirar. Roberto Kautsky que vinha na frente com o Luíz Klein, gritou: corram, pois estão atirando contra nós. O delegado José Pinto que ouviu os tiros veio verificar o que estava ocorrendo, quando se deparou com um capanga do Salloker na rua de arma em punho e tentou prendê-lo. A sogra do delegado D. Muxaxá (Rita Pitanga) interveio pedindo que não o prendesse, pois a mulher do capanga havia acabado de dar à luz e poderia assustar-se. O delegado então desistiu. Acontece, que o jagunço foi à casa do Salloker e voltou de lá com uma porção de jagunços atirando a esmo”.

Quanto a Pedro, Roberto Kautsky disse o seguinte: “ele estava se preparando para ir à reza, quando a tirambança começou. Aí, foi chamado pelo irmão Francisco para verificar o que estava ocorrendo. Ele disse que não, pois queria ir à reza. O irmão insistiu e disse: ‘nem parece que é homem, bota logo uma saia’. Resolveu então acompanhá-lo. Mal haviam chegado ao centro da vila e ainda no lusco-fusco, quando foi baleado pelo capanga acima e a mando do delegado. Quando o Francisco soube que foi o delegado quem mandou o capanga atirar, descarregou o seu revólver em cima dele, porém, só acertou um

tiro e que só não o matou, graças novamente à interferência de D. Rita Pitanga, que pediu pelo amor de Deus que não o matasse”.

Pedro foi ferido em frente à porta do Hotel de Roberto Kautsky, quando alguém de fora gritou: “Roberto! Roberto! abra a porta que meu irmão está ferido”. Era o Francisco chamando. Roberto abriu, ajudou a pegá-lo e o colocaram numa cama, começando a limpar-lhe o ferimento. O tiro o atingiu no bolsinho da algibeira onde havia uma caixa de fósforos, cujos palitos embrenharam-se pelo intestino dele. Naquela época, Roberto Kautsky exercia também a função de farmacêutico.

Entrementes, a reza acabou, o Padre Mathias Esser improvisou um farol a que-rosene e um lençol branco e entregou-o à esposa de Luiz Klein, para que pudessem sair da Igreja em paz e entregar as crianças de casa em casa, inclusive Rosinha, irmã de Roberto, que na época tinha 10 anos e que estava tão nervosa que não conseguiu subir as escadas do sobrado e precisou ser carregada.

Depois, quando as coisas se acalmaram, Francisco voltou à casa de Roberto para ver como estava passando o irmão e notando que estava mal, disse: “Se tiver que morrer, vai morrer lá na casa do amigo Salloker” e resolveu levá-lo, apesar dos apelos contrário de Roberto. Pegou as quatro pontas do lençol sobre o qual o Pedro estava deitado, dobrando-o e pendurando-o às costas, mas o lençol rompeu e Pedro foi ao chão. Nossa avó Rosália arranhou então um outro novinho e levaram-no. Em face de Pedro ter ficado todo encolhido, as tripas dele começaram a sair pelo orifício e às 23 horas ele morreu”.

Os primeiros delegados ou sub-delegados que responderam pela colônia e município foram:

- 11/02/1863 Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira
- 03/08/1864 cargo extinto, passando o município de Viana a responder pela Colônia.
- 1864 Manoel Francisco França – sub-delegado
Joaquim Coelho de Melo – sub-delegado
Ten. José Porfírio de Almeida Coutinho – sub-delegado

- 1865 a 1879 sem informação
- 1880 Nicolau Faller – sub-delegado
José Pinto Guimarães – sub-delegado
- 1883 Ignácio de Salles França Barcellos – sub-delegado
- 1884 Manoel Avídio Braga – sub-delegado
Laurindo José da Assumpção – sub-delegado
Joaquim Pereira de Barcellos – sub-delegado
João Eduardo Paymar – sub-delegado
- 1888 Nicolau Faller – sub-delegado

Não há informações sobre o período de 1888 a 1919, ou seja, supõe-se que neste hiato de 31 anos, continuava sendo a sede de Viana a jurisdição responsável pelo município. Só a partir de 1919 é que se encontram novamente registros sobre a segurança dos martinenses:

- 1918 Galiano Santos - delegado
Antenor Nunes Portella Mattos – sub-delegado
- 1919 Fernando Schlen – 3º suplente de delegado
- 1921 Carlos Gerhardt – delegado
- 1927 Gastão Faria Santos – delegado
Manoel Fernandes Paiva – 2º suplente
- 1929 Antonio Ferreira Mello – delegado
Christiano Valiandt – 3º suplente
- 1930 Jacomo Lorenzoni - 1º suplente
Agostinho Christ – delegado
- 1931 Alfredo Roberto Velten – 1º suplente (*pai de Joel Velten*)
- 1932 Theodoro Schwambach – 1º suplente
Oto Kleber – 1º suplente
Aureliano Haffmann – 1º suplente

- 1933 José March – 2º suplente
Manoel Joaquim Fernandes Paiva – delegado
Manoel Bernardes – 2º suplente
- 1934 Deolindo Martins de Almeida – delegado removido da jurisdição de Guarapari
- 1935 Cyro Pitanga – delegado
Manoel Joaquim Fernandes Paiva – delegado
- 1936 Levino Pimenta – 2º suplente
Germano Koehler – delegado
2º tenente Manoel Aguilino da Silva – delegado
Emílio José Andrade – delegado
- 1937 Carlos Schwambach – delegado
Antônio H. Lorenzoni - 2º suplente
Ulurico Hüle – delegado
Edmundo Carvalho Cavalcante – delegado
- 1938 Lindolpho Ferreira do Nascimento – delegado
Júlio Malta Barreto – 2º suplente
Manoel Fernandes Paiva – delegado
- 1939 João Tesch – delegado
Otavio Barbosa da Silva – delegado removido da jurisdição de Itapemirim.
- 1940 Álvaro Moraes – delegado removido de Itaguaçu, pois o Sr. Otávio foi nomeado para João Pessoa.
- 1942 1º Tem. Idílio Dessaune Coelho
- 1943 Walter Soyka – 1º suplente de delegado
- 1945 1º Ten. Idílio Dessaune Coelho – delegado
2º Ten. Emílio Bernardes – delegado
José Tarquetta Sobrinho – delegado
- 1946 2º Ten. Pedro Leal – delegado
OBS.: Foi deputado estadual por diversas legislaturas.

- 1947 2º Ten. Francisco Pereira da Silva – delegado
Aniceto Lopes da Costa – delegado
José Torquato Sobrinho – 1º suplente de delegado
Ermino Henrique Broedel – delegado
- 1951 Adrião Pylro – delegado
- 1952 Ermino Henrique Broedel – delegado
- 1953 Adrião Pylro – delegado
Capitão Emílio Bernardes - delegado
- 1954 Sargento Paulo Guilherme Schultz – delegado
- 1955 Nelson D'Ávila – delegado
Ricardo Murilo Leão – delegado
- 1956 Francisco Vitorio – sub-delegado
Nelson D'Ávila – delegado
- 1957 Francisco Vitorio – delegado substituto
- 1958 a 1971 sem informação cadastral (14 anos interrompido)
- 1971 José Tarqueta Sobrinho – delegado
João Kuster – delegado substituto
- 1973 José João Kuster – delegado substituto
1º Tenente R/ 1 Infantaria Antônio Pylro - delegado
- 1975 Antônio Pylro – delegado
José João Kuster – delegado substituto
- 1976 José João Kuster – delegado substituto
- 1977 José João Kuster – delegado nomeado
3º Sgt. PM Arthur Correia do Rosário – delegado
- 1979 Theodoro Faller – delegado municipal
- 1981 Eduardo Adolpho Velten – subdelegado
2º Sgt. PM – Leazar Bernardino – delegado
José Tarqueta Sobrinho – delegado de polícia

- 1982 1º Ten. PI Antonio Pylro – delegado municipal (falecido em 12.01.83)
- 1983 Adenir Rodrigues de Lima – delegado municipal de 3ª categoria
Adão Luiz Seibel – respondendo
- 1984 Eduardo Adolpho Velten – delegado municipal
- 1985 José Luiz Rocha – delegado municipal
- 1987 Lourenço Camilato – respondendo
José Luiz Rocha - respondendo
- 1988 Escrivão de polícia PC – EP3 – Mário Brocco Filho – respondendo
Investigador de polícia PC – IP 3 – Gilson dos Santos Lopes Filho
“Gilsinho” - respondendo
- 1989 José Luiz Rocha – subdelegado - respondendo
Bel. Mário da Silva – delegado municipal
Emerson Gonçalves da Rocha – PC - DP 2 – delegado de polícia
- 1990 Zoraydes Isabel Duboc – PC- DP 4 – respondendo pela delegacia.
Era também titular do DPJ de Viana.
José Carlos de Oliveira – delegado titular
Maria de Lourdes Frigério – respondendo pela DP
- 1991 Mário da Silva – PC – DP 3 – delegado municipal
Baltazar Cisneiros – PC – DP 4 – delegado
Milton de Oliveira Lyra – PC – DP 2 – delegado respondendo pela DP
- 1993 Ary Roosevelt Rocha – PC – DP 4 – respondendo pela delegacia
Valter Romeu Ribeiro – PC – DP 1 – delegado municipal
- 1994 Milton de Oliveira – PC - DP 1 – respondendo pela delegacia
- 1996 Emidio Coutinho – PC – DP 4 – delegado titular
- 1997 Fabiana Maioral Foresto – PC – DP – delegada municipal
- 1998 Emídio Coutinho – PC – DP – delegado municipal
- 1999 Maria Elizabeth Zanóbio – PC – DP 3 – respondendo pela delegacia
José Fontoura da Silva – PC – DP 3 - delegado titular

- 2001 Alexandre Lincoln Lucente Capella – PC – DP 1 – delegado municipal
Aéliston Santos de Azevedo – PC – DP 3 – delegado titular
Andréia Maria Pereira dos Santos Gimenes – PC – DP 1 –
respondendo pela delegacia.
- 2002 Adriana Zottich e Zottich – PC – Dp 1 – delegada titular
- 2006 Geraldo Martins dos Santos – PC – DP 2 – delegado titular
- 2007 Paulo Roberto de Castro Batista – PC – DP 2 – delegado titular
Gilson de Almeida Rocha – PC – DP 4 – delegado titular
- 2012 Até esta data: Paulo Roberto de Castro Batista

Após a emancipação, adaptou-se nos fundos do prédio da Prefeitura Municipal, um cômodo que funcionou durante muitos anos como cadeia. Naquele local, posteriormente, foram instaladas a tesouraria e a contabilidade da prefeitura.

Existem naquele espaço, no meio das paredes, as grades da cadeia, que retirados os rebocos, reaparecem. Quem fez a reforma foi o ex-prefeito Joaquim Tesch por volta de 1973/74. O próprio Joel Velten trabalhou por muito tempo no local, onde hoje é o protocolo e o setor de convênios. Depois a cadeia foi transferida para o prédio atual, à rua Duque de Caxias.



Prédio Antigo onde funcionou a cadeia. Sem data.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Prédio da atual delegacia – 2012.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

Caminhos, Estradas e Principais Rios

Os primeiros imigrantes que aqui chegaram vieram a pé, abrindo picadas nas matas, enquanto as mulheres e crianças seguiam em canoas pelo rio Jucu.

O uso de animais (muas) ainda era bastante incipiente, o que só veio a ser mais intenso a partir da segunda metade do século XVIII, com a chegada dos alemães e italianos, principalmente, e a “derrubada das matas e consequentemente a formação e crescimento das lavouras de café”.

Moraes (1989) afirmava que o transporte especialmente do café propiciara a epopéia das tropas e tropeiros, que “atravessando serras e vales, enfrentando caminhos e picadas mal abertas, cheias de pedras, buracos, atoleiros e precipícios, dias seguidos, sob sol ou chuva” era a opção que se oferecia para o transporte do excedente produzido e a importação de outros produtos de primeira necessidade.

As mercadorias eram também levadas nas costas através de muitas picadas a vários quilômetros de distância e vendidas em Cachoeira de Santa Leopoldina e dali até o porto de Vitória, por via fluvial do Rio Santa Maria.

Quando da criação da Colônia de Santa Isabel, uma das preocupações do presidente Luiz Pedreira do Couto Ferraz foi a de dotá-la de uma estrada que facilitasse a comunicação com outras localidades, evitando assim o seu isolamento.

Outro fator foi que a colonização se deu de maneira dispersa, em forma de “sítios” isolados que ficavam distantes meia hora ou mais uns dos outros, segundo

Willems (1980). Naquela ocasião, seguindo o relato da mesma fonte, “em parte nenhuma, encontravam-se entre os colonos teutos, vestígios de povoações ou comunidades aldeãs.”

O Presidente da Província Sebastião Machado Nunes, em 1854, também justificava o traçado da estrada passando por Santa Isabel, pelo fato de que as medições de terras poderiam ser procedidas “sem contestação de posseiros, ou sesmeiros.”

Objetivando portanto tirar a colônia do isolamento, o Presidente Luiz Pedreira conseguiu fazer com que a estrada de São Pedro d’Alcântara atravessasse toda a Colônia de Santa Isabel, passando pelo lugar denominado Chapéu, o que evitaria a mais difícil serra, que era a do “Pirão Sem Sal” (hoje Pedra Branca, próximo de São Miguel), além do que havia em todo o trajeto da estrada, de 4 ou 5 morros íngremes. Para esse desvio, houve a necessidade de construir uma ponte sobre o rio Jucu.

Uliana (2004) afirmou em documento sobre o distrito de Aracê que em Domingos Martins a estrada passava, no sentido oeste-leste, por Barcelos, Tijuco Preto, Pena, Melgaço, Chapéu. Seguindo de Chapéu um ramal passava por Califórnia até o Porto de Cachoeira de Santa Leopoldina. A partir de Chapéu também existiu um outro ramal passando por Pedra Branca, São Miguel, Galo, Biriricas até Borba, em Viana, e até o Porto Velho de Vitória. Borba era o nome de um dos alferes que comandou o quartel e que foi o primeiro a policiar a referida estrada. Também a partir do Chapéu existiu um ramal que chegava até Campinho e Santa Isabel seguindo até Biriricas em Viana. D. Pedro II, em suas anotações sobre a visita à colônia de Santa Isabel, quando chegou na casa do diretor da colônia, em Campinho, mencionou o referido ramal que dava passagem ao Morro do Chapéu no Braço Norte do Jucu. Teve intenção de ir até Chapéu, mas foi impedido por não estar bem do estômago.*

A obra já se encontrava em andamento, com a construção da referida ponte, iniciada em 30 de abril de 1858, perto do Ribeirão do Galo (divisa das Colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina). Por essa ocasião, as tropas já desciam pela estrada, sem os obstáculos de outrora.

*Ver o parágrafo 13, pág. 6 do livro de Levy Rocha – Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.

O novo atalho que seguia desde o sitio do Carneiro (Viana) até o 1º cachoeiro da Colônia Santa Isabel, fora arrematada pelo cidadão Francisco Monteiro do Nascimento. O Presidente Luiz Pedreira informava ainda em seu relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da abertura dos trabalhos, na data de 1º de março de 1848, que:

[...] vae sendo promptificada com todo o esmero, aberta a cava⁷⁷ com largura sufficiente, e breve ficara acabada, bem como uma ponte sobre o rio Jucú, no seguimento da mesma estrada principiada e administrada por Fabiano Pereira do Bomfim. D'aquelle caxoeiro em diante, por dentro da mencionada colonia, está-se fazendo tambem por administração uma excellente estrada em continuação da precedente, igualmente de cava, com desvio dos morros e na largura de 12 palmos (pelo menos). D'ella foi incumbido o lavrador Fernando Ferreira Castello, que a tem administrado com actividade e zelo pela fazenda publica, empregando n'esse serviço os colonos allemães, que semanalmente o alternão, com o da cultura de seus prasos. Já está prompto o espaço de 2 leguas pouco mais ou menos.⁷⁸



Ponte Sobre o Rio Jucu — Divisa com Viana -1860.
ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — JOHANN JACOB VON TSCHULDI

Decorria o ano de 1848 (administração José Francisco de A. Almeida Monjardim) e os trabalhos da estrada no trecho que passava pela Colônia, foram paralisados, pelo fato de ter o cidadão Francisco Monteiro do Nascimento que o administrava, pedido exoneração de semelhante comissão. Entretanto, continuavam em ritmo progressivo os trabalhos de construção da ponte sobre o rio Jucu, perto do Ribeirão do Gallo.

Enquanto não se concluíam esses trabalhos o Governo Imperial colocara uma canoa para travessia e mandara construir um telheiro do lado do norte para

77 Cava, s.f. Ato ou efeito de cavar; cova; fosso. [...].

78 Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial na data de 1º de março de 1848.

abrigo dos passageiros em uma praia de areia. [...] (Relatório de Antônio Pereira Pinto e José Francisco Monjardim).

A essa época, o estágio da obra já permitia que as tropas de muares não encontrassem os mesmos obstáculos de outrora. Conseguiram trazer mercadorias sem encontrar grandes dificuldades, e mesmo na estação das águas vendiam seus produtos em Vitória e retornavam com outros de consumo interno da Colônia. Entretanto, as tropas tinham outras dificuldades, para transitar numa estrada não povoada e sem pastos.

O engenheiro encarregado da construção da estrada era o Tenente Coronel Frederico Willmer⁷⁹, que em 1848, havia pedido “a sua demissão do cargo de diretor dos trabalhos da estrada de Minas [...]” Para substituí-lo, foi designado pelo Ministério da Guerra o capitão Damazo da Fonseca Lima, a pedido do Presidente da Freguesia do Espírito Santo.

Demoner (1983) afirma em sua obra à p. 74 que: “14 índios Puris do Aldeamento Imperial Afonsino vieram trabalhar na construção da estrada da Colônia de Santa Izabel, que iria ter lugar ao Chapeo na Estrada de São Pedro de Alcântara. A permanência desses índios não deveria ser demorada pois teriam que retornar a tempo de trabalhar nas plantações do Aldeamento. [...]”

A estrada citada como São Pedro de Alcântara, era também conhecida como “Estrada do Rubim⁸⁰”, que partira de “Porto Velho” defronte a ilha, iniciada em 14 de setembro de 1814, ligando Vitória a Mariana e Vila Rica em Minas Gerais, “numa extensão de 72 léguas, inaugurada em 1820” e que passava pelos limites territoriais do atual município de Domingos Martins. Em 22 de julho de 1820 chegou a primeira bocada⁸¹ a

79 Frederico Wilmer Vieira foi considerado o primeiro desbravador do território de Afonso Cláudio em 1850, a procura de ouro e que tê-lo-ia encontrado realmente no local denominado Lagoa, na fazenda de Antonio de Souza Barros. Este engenheiro em 1851, foi vitimado por uma febre amarela e faleceu. (VIEIRA, p.17).

80 Governador Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira, que assumiu a administração da Capitania do Espírito Santo, independente do Governo da Bahia, no período de 1812 a 1819, foi um capixaba idealista. Sartório (2007, p.143), afirma que, quando o Governador Rubim assumiu o Poder, “sua incumbência era abrir vias de comunicação com o interior da capitania e desenvolvê-la povoando-a”.

81 Bocada. s.f. Boca de saco, nos aparelhos de pesca de arrastar para terra; ato de aprender o alimento, mordidela.

Vitória, proveniente de Minas Gerais. Naquela ocasião, 1848, havia sido reencetado os trabalhos de melhoria do traçado e das condições de trafegabilidade da estrada, superpondo em “vários locais, com a antiga rota do traçado da estrada do Rubim”.

Em 1853, o Presidente Evaristo Ladislau e Silva por intermédio do “Ministério do Império, destinou a quantia de um conto de reis para alguns reparos [...] na estrada que comunicava a capital com a colônia de Santa Izabel.” No mesmo documento, informava que faria grande empenho para convencimento dos colonos para que conservassem a estrada que corria entre eles para cima [...]

Outro gargalo da estrada era o da reconstrução da ponte que existia na localidade de Chapéu, que era um “estorvo a romper-se”. O presidente Evaristo já recomendara “ao engenheiro encarregado da medição da Colônia que logo que pudesse o visitasse e aprontasse o orçamento da importância que se teria que despende com a ponte do referido lugar.”

Um dos meios utilizados aquela ocasião (1858) para locomoção e transporte de mercadorias era o da navegação pelos rios. Entretanto, também apresentava dificuldades, principalmente pela “rápida correnteza, as enchentes de rios de curso pequeno e declividades grandes, assim como, durante a estação da seca, que reduzia drasticamente o volume de águas.”

O rio mais importante da Colônia é o Jucu, “cujas nascentes são pouco conhecidas, atravessa a Colônia de Santa Izabel, através de um canal chamado Marinho, aberto pelos padres Jesuítas, que permite levar a navegação para dentro da baía d’esta cidade, no lugar chamado Porto Velho; mas este canal ficou meio abandonado, e cheio de lodo, sem nunca ter sido limpo, não apresenta hoje senão uma navegação difícil e de utilidade secundária, o que seria útil mudar com o desenvolvimento futuro da Colônia de Santa Izabel.”

No relatório do Presidente da Província do Espírito Santo de 1º de março de 1848, Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, às páginas 36 a 38 encontra-se a seguinte afirmativa:

[...] Consegui realizar a limpeza dos rios de S. Agostinho, e de parte do Jucú até o Marinho, trabalho este de grande monta, e considero uma

das necessidades maiores d'este municipio. Por esses rios navegão os habitantes do sertão de S. Agostinho e de muitas fazendas e sítios, que bordão suas margens. Por elles exportão todos os productos de suas lavouras, e transportão os gêneros que levão desta cidade. No emtanto achava-se tão cheio de matto, por tal forma obstruído, que desanimadora, por longa e difficil, era a navegação em tempo sêco, além de perigosa em qualquer das estações. Trinta e seis annos erão já passados, segundo me informarão, sem que houvesse sido beneficiado. Tentativas se fizerão, mas difficuldades occorridas interromperão sempre sua realisação. Vendo que tão urgente serviço não podia ser para logo feito pelos cofres publicos, não só por que exigia avultadissima despeza, mas tambem, por que ainda com ella, não encontraria quem quizesse arrematar talvez nem por 1:000\$000, appellei para o patriotismo dos fazendeiros mais abastados, e de outros moradores d'aqueles logares, e tive a fortuna, de que não fossem baldados meus esforços.

Todos a uma concorrerão com seus escravos e ferramenta, com o mantimento para elles necessário, muitos até com sua pessoa, distinguindo-se assás o cidadão Torquato Martins de Araujo Malta, que pondo-se á testa da empreza, desde o principio até o seu termo final, neste empenho desenvolveu o maior zelo e actividade, e dentro em pouco pude obter o que tanto tinha custado, e que penhorou minha gratidão para com esses cidadãos, que além do importantíssimo serviço que prestarão, proporcionarão-me o prazer, que experimento de comunicar-vos que hoje offerecem esses rios a mais franca navegação, sem que o cofre provincial despendesse para isso um só real; [...]

[...] Foi arrematada pela quantia de 2:600\$000 a construcção de uma ponte de pedra e cal sobre o rio de Santo Agostinho, dois pontelhões com os pegões⁸² da mesma natureza no Brejo de Vianna, estes com a extensão de 20 palmos, e aquelle com a de 40, com elevação sufficiente acima do ponto até onde tem chegado as maiores cheias. [...]

[...] Deu-se principio ao trabalho, que já vae bastante adiantado, achando-se prompta a ponte e feita a terça parte do aterrado, que estaria todo concluído se o não houvesse obstado as chuvas, que, em abundancia, cahirao nos mezes de novembro e dezembro do anno proximo findo. Ha dias fui vêr essa obra, e observei que até o presente

82 Pegão. S. m. Grande pilar ou suporte de alvenaria [...]

os empresarios teem sido exactos no cumprimento das condições do seu contrato. O que existe ha sido feito com segurança e bastante trabalho, sendo de lei toda a madeira até aqui empregada. [...]

[...] Com o auxilio dos moradores da freguesia de Vianna, abriu-se um caminho de melhor e mais curto transito, desde o referido Brejo até o sitio do Carneiro:ainda não está perfeito, posto que já por elle se viaja, mas tenho a promessa da continuação do mesmo auxilio para melhoramento que falta [...] ⁸³

O traçado da estrada na direção da Colônia Santa Izabel era bem conhecido: seguia do Porto Velho, em Vitória, até Viana, e “d’ahi acompanhando, mais ou menos affastado, a linha descripta pela corrente do rio-Jucu, vae entrar na província de Minas na freguezia de Abre Campo.” [...]. Até 1858, estes foram os dispêndios financeiros com a construção da estrada de São Pedro de Alcântara:

■ 1841 – 1844	200\$000
■ 1844 – 1845	4:080\$000
■ 1845 – 1846	1:787\$169
■ 1846 – 1847	13:160\$732
■ 1847 – 1848	5:331\$594
■ 1848 – 1849	294\$651
■ 1849 – 1850	389\$312
■ 1850 – 1851	4:943\$368
■ 1851 – 1852	331\$060
■ 1852 – 1853	1:351\$607
■ 1853 – 1854	858\$638
■ 1855 – 1856	219\$400
■ 1856 – 1857	\$
■ 1857 – 1858	1:022\$800

Fonte: Relatório de Pedro Leão Velloso – 1858-1860.

83 Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo de 1º de março de 1848.

No ano de 1861, os pontos mais próximos da Colônia eram o de Vitória e Guarapari, respectivamente, ambos a 7 léguas de distância de Vitória e 3 de Viana. Por esta ocasião, a estrada para Guarapari já havia sido iniciada, o que levaria a que a Colônia dispusesse de 2 “excelentes portos para exportação de seus produtos”.

Nessa ocasião, segundo relatório do engenheiro da província, Dr. Ernesto Diniz Streech, a estrada que tantos recursos já havia consumido dos cofres do tesouro imperial, encontrava-se “quase intransitável numa extensão de 16 léguas, resultante da falta de manutenção”.

293 |

autorizada a sua execução pelo Governo Imperial, com o valor de de 2:700\$ reis, tendo sido encarregado de sua construção o diretor da Colônia.

Outra obra também iniciada era a que futuramente ligaria Santa Isabel a Santa Leopoldina, via Bragança, fazendo também com que as mercadorias chegassem ao porto de Mangarai.

A construção da estrada de Guarapari em 1863/1864, era questionada pelo Presidente da Província, Sr. Eduardo Pindahiba de Mattos (23/12/1863 a 8/1/1865), pelo que já havia sido dispendido em termos de recursos financeiros e a que se tornaria obrigado a dispendar com a sua conclusão e conservação, que, a seu ver, pelas poucas vantagens que se poderia auferir, deveria ser mal compensada.

A razão para essa constatação era a de que “o mercado de Guarapari era pobre e pouco abundante, e que por isso os gêneros para ali conduzidos pouco ou nenhum consumo acharão, e nem os colonos poderão encontrar com que prover-se do necessário.” Sendo pouco frequentada, essa via de comunicação poderia em pouco tempo ser relegada ao abandono.

Entretanto, afirmava o Presidente Eduardo, “no estado de adiantamento em que se acha, seria imprudente suspender os trabalhos, o que importaria perda total da avultada quantia, que com ella se tem gasto. Já agora deve ser concluída, e acertemos a possibilidade de ver com o correr dos tempos desmentidos os nossos cálculos.”

Em cumprimento à ordem emanada da Presidência da Província de 14 de setembro de 1864, o Diretor da Colônia encaminhava em 31 de outubro daquele ano, o relatório de como se encontravam os caminhos, estradas e pontes concluídas ou não e o que já existia, assim como a necessidade de outros:

EXISTENTES:

- estrada Imperial com a ponte sobre o rio Jucu;
- estrada nova e velha de São Pedro de Alcântara;

- estrada de Suíça;
- estrada de Saxônia;
- estrada do Rio Braço do Sul.

ESTRADAS DAS NOVAS MEDIÇÕES:

- caminho do “Gallo”;
- caminho do Hesse;
- caminho do moinho;

OBS.: todos com as ramificações necessárias para a abertura dos prazos dos colonos atualmente ali estabelecidos.

DOS CAMINHOS EM CONSTRUÇÕES:

- estrada de Guarapari, com a ponte já construída sobre o Rio Braço do Sul.
- caminho Italiano

OBRAS DE SEMELHANTE NATUREZA DE QUE MAIS NECESSITA ESSE ESTABELECIMENTO PARA SUA VIAÇÃO INTERNA:

- uma ponte sobre o Rio Jucu, no lugar denominado Chapéu, na velha estrada de São Pedro de Alcântara (as cabeceiras da ponte ainda existem);
- um caminho para o trânsito dos moradores de Fundo da Panela, além do rio Jucu;
- as ramificações e pontilhões para abertura dos prazos de 41 (quarenta e hum) colonos nacionais recentemente estabelecidos perto da estrada de Guarapari.
- um caminho em comunicação desta estrada com o lugar denominado Peixe Verde;
- um caminho em comunicação com a Colônia de Santa Leopoldina existindo já uma “picada”.

No ano de 1869, foi contratado pelo Presidente da Província a construção da ponte do Werner sobre o rio Jucu, pela importância de 400\$000 rs. (quatrocentos mil réis)

cujo construtor foi o Sr. Henrique Trarbach⁸⁴ que também ficara encarregado de consertar um pontilhão que estava próximo àquela ponte, serviços que ficaram por 215\$840 rs (duzentos e quinze mil, oitocentos e quarenta réis).

Dez anos após os questionamentos do ex-Presidente da Província Sr. Eduardo Pindahiba, em 1874 na administração Luiz Eugênio Horta Barbosa (6/11/1873 a 29/4/1874) chegava às suas mãos o “projeto e orçamento. Para a construção d’esta estrada de Guarapari, organizada por ordem do Exm.º Sr. Dr. João Thomé da Silva e o Engenheiro Pinto Pacca; e reconhecendo a conveniencia de executal-a, por que, servindo a uma importante zona d’esta provincia, liga um dos nossos bons portos a estrada de S. Pedro de Alcântara, que vem de Minas-Geraes: solicitei do Governo Imperial os meios para leval-a a effeito, visto não comportar o cofre Provincial tão avultado dispendio”.

Por Aviso do Ministério da Agricultura de 20 de dezembro daquele ano, foi colocada à disposição da Presidência da Província a quantia de Rs. 18:714\$297 (dezoito contos, setecentos e quatorze mil e duzentos e noventa e sete réis), para tal finalidade.

Em 28 de fevereiro de 1875 era ordenado à Tesouraria da Fazenda que fosse aberta a concorrência para a arrematação da obra, de cuja fiscalização ficara encarregado o engenheiro Deolindo José Vieira Maciel.

“Aberta trez propostas, que se offerecerão, opinou a Junta da Fazenda pela aceitação da do cidadão Antonio Ferreira dos Passos Loureiro, que diminuia quase 4:000\$000 (quatro contos de réis) no custo orçado.”

Extraordinário exemplo era dado aquela ocasião pelo Presidente da Província, Sr. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas (1874/75), que ao lhe ser submetido as referidas propostas, não anuiu àquela por cuja aceitação opinara a Junta da Fazenda, que se

84 Henrique Trarbach chegou a Domingos Martins quando tinha 7 (sete) anos, filho também dos imigrantes Petter Trarbach (32) anos e Anna Doróthea Bautz (31) anos. Henrique faleceu aos 65 (sessenta e cinco) anos, no dia 28/07/1902, em Santa Isabel. Casou-se com Francisca Maria do Sacramento – “Chiquinha”. O Henrique teve as 02 (duas) pernas cortadas pelo trem de ferro, acima dos joelhos, ao cair sobre os trilhos após ter ingerido alguns “goles”. Pela manhã, ao acionar a máquina, o maquinista não percebeu a sua presença sobre os trilhos, e ao dar a partida o atingiu. Residia naquela ocasião em Rio Fundo e viera a Marechal Floriano para tratar de negócios. Faleceu na residência de seu pai.

fundamentara unicamente na inferioridade do preço. Embasara sua decisão no fato de que “a maior ou menor redução de preço não é o único motivo determinativo da preferência: as circunstancias do proponente, seus precedentes, e a exequibilidade da proposta, não podem deixar de pesar no animo do administrador consciencioso, que tem o dever de pôr obice a especulações”.

“Movido por estas razões, deixei de parte aquella proposta, e aprovei a do cidadão José Rodrigues Milagre, por ser a mais vantajosa das duas restantes, e estar eu convencido, de que o proponente tem a necessaria capacidade para solver os compromissos, a que se obrigar: é para notar que este cidadão, por ocazião dos estudos e traçado d’esta estrada, de que tem sido incansavel propugnador, já havia prestado relevantes serviços. Determinei que com elle se celebrasse o respectivo contracto. Enviada ao Dr. Procurador Fiscal a proposta, com o despacho da Presidencia, entendeu aquelle funcionario dever impugnal-a.

Ordenei o prompto cumprimento da decisão, que havia proferido: assim deve-se haver executado: em breve terão começo as obras, e a provincia não lançará ao olvido o nome d’aquelle representante seu, que, quando no Governo, proporcionou-lhe os meios de dar este avantajado passo na senda dos melhoramentos materiaes.”

No relatório de Domingos Monteiro Peixoto (1875) é encontrado á página 58 que, foi “autorizado pelo Aviso do Ministério d’Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 18 de Junho proximo passado, incumbi o cidadão José Rodrigues Milagre da administração dos trabalhos precizos para abertura d’aquella estrada, e consta-me já ter elle dado principio a este serviço”.

Manoel José de Menezes Prado, administrador da Província no período de 3/1/1876 a 5/1/1877, informava à Assembleia no seu relatório, que: “Prosseguem os trabalhos d’esta estrada sob a administração do cidadão José Rodrigues Milagre. Acha-se construída parte d’essa estrada até o lugar denominado – Menezes, - segundo participou-me o referido cidadão por officio de 24 de maio ultimo”.

No relatório de Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama (29/1/1877 a 11/7/1877) e do seu Vice, Sr. Manoel Ferreira de Paiva (11/7/1877 a 23/7/1877), consta a in-

formação de que pelo Aviso de 26 de junho de 1877, o Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas declarava: “[...] não tendo presidido nas obras da estrada de Guaraparim a Santa Izabel, a necessaria regularidade, tanto no que diz respeito à parte economica, como quanto ao seu verdadeiro traçado e direcção, em que deverião ter sido observados os estudos e planos do Engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca, e determinando que ficassem suspensos os trabalhos da dita estrada, e dadas providencias para que se o respectivo Administrador, Capitão José Rodrigues Milagre, prestasse as devidas contas”. Em 4 de julho do mesmo ano, era comunicado ao administrador o teor dessa decisão.

Na mesma ocasião era informado que os trabalhos de construção da estrada continuavam sob a administração do Capitão José Rodrigues, que também havia solicitado um pagamento de despesas em excesso da quantia que lhe fora adiantado e solicitava novo adiantamento.

A quantia solicitada sob a forma de adiantamento não foi concedida, sem que primeiro mandasse proceder a um minucioso exame nos serviços executados e obras realizadas. Para tanto, foi nomeada uma comissão por ato de 27 de fevereiro de 1878, composta dos cidadãos: Joaquim Moraes da Conceição Imperial (presidente), Capitão Domingos Lourenço Vianna e Alferes Domingos da Silva Lima.

Essa comissão ficara encarregada também de examinar a obra da ponte na estrada do Batatal no Rio Braço do Sul, que fora completamente destruída e arrebatada pelas águas torrenciais, que ultimamente havia atingido a região, e apresentar as informações e esclarecimentos necessários a pronta reconstrução.

A última informação encontrada sobre a estrada foi no relatório de prestação de contas de Manoel da Silva Mafra (4/4/1878 a 2/1/1879) que informa ter remetido na data de 6 de julho de 1878 ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, “não só as informações exigidas, novamente em aviso de 5 de Abril, sobre os pagamentos feitos a José Rodrigues Milagres ex-administrador das obras de construção desta estrada, como também do resultado do exame e avaliação das obras realizadas, procedidos pelo Engenheiro Gabriel Emilio da Costa em virtude de ordens do mesmo Ministerio”. Até os relatórios de 1888, nada mais foi encontrado sobre a situação da estrada.

A principal estrada que corta o município de Domingos Martins é a BR-262. Já foi denominada BR 31, Rodovia do Paralelo 20 e o seu traçado se superpõe, em vários locais, conforme verificada na ilustração anterior, com a antiga rota da conhecida estrada do Rubim, posteriormente chamada de São Pedro de Alcântara. Oficialmente, recebeu o nome de rodovia “Presidente Costa e Silva”, e corta o “município em pouco mais de 40 km de extensão”.

Pela lei provincial nº 32, de 26 de abril de 1884, foram nomeadas duas comissões, sendo uma composta dos cidadãos: Tentente Coronel João Manoel Nunes Ferreira, como Presidente, Sebastião de Freitas Lyra, Melecio Alano de Souza, major Domingos Vicente Gonçalves de Souza e Joaquim Francisco Pinto Ribeiro, e outra dos cidadãos: Ignácio de Salles França Barcellos, como presidente, Mariano Ferreira Nazareth, Pedro Stein, Pedro Geraldo e Ulrich Kuster, afim de agenciarem donativos nas freguesias de Viana e Santa Isabel, para serem aplicados nas obras ligando as duas localidades.

Buscando o agasalho de Sartório (2007), ele retrata com muita propriedade e detalhes de como se iniciaram as primeiras locações para a construção da BR 262. A primeira data que se tem notícia é de 1913, quando se iniciou e se concluiu a construção de uma linha de bondes entre a Estação de Germânia (Vale da Estação) à Vila de Campinho. Segundo Joel Velten, nunca existiu o bonde. Eram de 7 a 8 quilômetros, cujo projeto não se viabilizou e que foi aproveitado para compor a malha da projetada estrada.

Ainda prossegue a mesma fonte: “Em 1930, a Rodovia estadual Viana/Santa Izabel/Marechal Floriano já estava com mais de 10 quilômetros bem construídos [...], inclusive uma ponte projetada de 40 metros de extensão.”

Uliana (2004) afirmava que:

A comunicação com Minas precisava ser retomada e foi projetada pelo Governo Federal uma nova rodovia ligando os dois estados. O traçado inicial da nova já era diferente do curso da estrada imperial, mas continuava passando por São Rafael, ou seja, não passaria por Aracê e Venda Nova do Imigrante. A região era considerada intransponível para uma rodovia. O traçado continuava por São Rafael saindo em Barcelos, seguindo por Indaiá, Iúna, Ca-

paraó entrando então no Estado de Minas Gerais. O engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Dr. Dido Fontes de Faria Brito, ao percorrer o trecho acabou alterando o traçado da via, deslocando-a para Aracê e Venda Nova que já eram importantes centros comerciais regionais. O que também impressionou o Dr. Dido foram a beleza e o clima da região, semelhantes ao europeu. Mais ao sul do estado, por interesse do Governador Moniz Freire, o traçado foi alterado para passar pela região de Ibatiba. O governador possuía terras na região e incluiu o traçado passando pelas suas terras, deixando de lado a região de Lúna, por onde passava o traçado inicialmente projetado.

Como já citado, os “colonizadores imigrantes precisavam transportar os seus produtos da lavoura nas costas para vendê-los em Campinho ou Cachoeiro de Santa Leopoldina, conforme citado por Kalk (1998)”. Ainda é dele a afirmativa de que anos “mais tarde o meio de transportes foi substituído por tropas ou burros de carga”.

Já tivemos oportunidade de buscar subsídios no trabalho deixado por Kalk (1998) em várias citações, e mais uma vez nos socorremos dele, onde afirmava que: “dez burros significava um lote⁸⁵. As cargas eram postas em bolsas de couro, pesavam conforme o produto. [...] Normalmente eram transportados café pilado, milho e feijão, que “naquela época era vendida à medida de 2 alqueires por saco. “A bolsa chegava a pesar até 70 quilos ou mais, conforme a medida”.

“Cada burro era carregado com 2 bolsas. A mula chamada de “guia, ou madrinha da tropa, é que caminhava à frente do lote, tinha um arriamento especial”. A cabeça era toda niquelada e no peito, carregavam de 6 a 8 chocalhos de metal, que provocava um ruído sonoro que podia-se ouvir a distâncias bem significativas. Era comum naquela ocasião, cada comerciante ter pelo menos um lote de burros, e um tropeiro ou arrieiro para cada lote, que carregava e descarregava a tropa.

Do que se tem conhecimento, quem possuía mais de três lotes, eram os negociantes de Melgaço, senhores José Henrique Pereira e Emílio Espíndula e seu pai

85 Lote, s.m. [...]. Cada grupo de sete cargueiros, com um condutor, em que, no Brasil, se dividem as tropas de carga.

Eloy Espíndula. “Eles comercializavam suas mercadorias em Cachoeiro de Santa Leopoldina, a uma distância de 40 km de Melgaço. Ficaram conhecidos como os tropeiros mais prateados do Brasil.

Os tropeiros conseguiam fazer essa marcha com a tropa em dois dias e ranchavam⁸⁶ no meio do caminho. Outros colonos possuíam de 1 a 2 burros de carga, nos quais levavam em algumas ocasiões o excedente de sua lavoura para venda em Campinho.

Waldemar Kill, mais conhecido como “Pupi”, filho do senhor João Kill Sobrinho deixou para seus descendentes um pequeno relatório sobre as primeiras tropas de animais formados em Campinho:

- Tropa de João Kill Sobrinho: era composta de 7 animais, que foram batizados por: Recreio, Vagão, Marreco, Penado, Queimadinha, Boinho (madrinha) e Danguita. O tropeiro era o João Padre.
- Tropa de José Endlich, também composta por 7 animais: Coelho, Coelha, Delicado, Paraíba, Ferreira, Cachoeirinho e Ministro.
- Tropa de Otto Koelher, composta de somente 3 animais: Curió, Saudoso e Só Vendo.
- Tropa do “Velho Schnneider”, com 5 animais: Baleia, Capricho, Cocada, Almofadinho e Bem Feito.



Tropa dos Schwambach em frente a residência e casa de comércio – 1890. Hoje, neste local, está a Casa da Cultura

ACERVO: CASA DA CULTURA



Tropa de São Bento – sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA

86 Ranchavam. [...]. acampamentos, rancho grande. RANCHO.s.m.
1 – grupo de pessoas reunidas para uma jornada ou passeio. [...].
Choça ou telheiro; à beira de estradas, para abrigo ou pernoite de viajantes.



Tropa do Sr. Alfredo Velten ou Germano Gerhardt – sem data.

ACERVO: JAIR LITTIG



Tropa da região de São João – sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA

Os tropeiros mais conhecidos, que viviam trocando de tropas foram:

- Antônio Amâncio
- Antonio Venâncio
- Bilé
- Esmericio Venâncio
- Geraldino Boca de Sapo
- Geraldino Mole
- Inácio Bringer
- João Padre
- João Vitória
- Jerônimo Rodolfo
- José (também conhecido por Moleque, Macaco e Braço de Ferro)
- José Bringer
- José Isaías
- Manoel Amâncio
- Manoel Bigorna
- Manoel Fandango
- Minduta
- Vital

Outra invenção feita pelos colonos nas regiões mais montanhosas, ocorreu por volta de 1930, quando decidiram transportar seus produtos da “roça” até as suas residências, por intermédio de um

fio de arame. “No alto dos morros nas derrubadas de plantio de café, milho, mandioca, eles prendiam numa estaca firme um fio de arame forte com 5 mm de grossura, esticando-o até uma casa perto dos paióis. O modo de transporte era feito com pequenos rolos de madeira, nos quais eles faziam um furo, e prendiam um arame forte com um gancho, onde penduravam as cargas”. Mas este meio de transporte logo foi extinto, “porque na chegada, as cargas batiam com tal força na estaca, que as sacas rebentavam e os produtos como a mandioca, bananas, etc. ficavam todos amassados”.

O pastor Fritz Lippert, na década de 1950, incentivou mais uma vez os agricultores da sede de Domingos Martins, da região do Galo, São Miguel, Califórnia e Melgaço, a melhorarem o meio de transporte daquela região, através da abertura de uma estrada para tráfego de carros que seria feita no braço pelos trabalhadores, numa distância de 3,5 quilômetros.

Os principais líderes dessa empreitada foram os comerciantes Eduardo Ditrach, Luciano Hofmann, Augusto Pagung, Ricardo Guilherme Plaster, que se tornaram os pioneiros da iniciativa. Em 1953, a estrada já estava concluída e fora entregue ao tráfego. Somente em 24 de setembro de 1973, ela foi reaberta utilizando-se de um trator, ocasião em que os ônibus já chegavam àquela região. Naquela data, a estrada ia até a propriedade do Sr. Augusto Pagung e em 25 de maio de 1974 já chegara até Vitor Pereira.



Primeiros caminhões a trafegar por estradas de Domingos Martins - Década de 1930
Da esquerda para a direita: João Riardo Schokling, sua filha Rosa Helena (Rosita), motorista Adílio Espíndula e sua esposa Rosa Wlashch

ACERVO: CASA DA CULTURA



Primeiros carros de transportes de passageiros – Domingos Martins – Década de 1930. Jardineira pertencente a Ularico Hülle em frente de sua moradia. Ao lado, o Hotel Itamar. Hoje é o local do restaurante da Montanha (em frente ao fórum)

ACERVO: CASA DA CULTURA

No relatório do governo Bernardino Monteiro de 1917, aparece a informação sobre a construção da estrada de Marechal Floriano a Afonso Cláudio. Decidira-se inicialmente que a estrada deveria passar por Santa Leopoldina, aproveitando as indicações que lhes haviam sido “fornecidas pelos estudos que se fizeram entre aquela cidade e a estrada de ferro Leopoldina, para a abertura de uma estrada, servindo ao município de Santa Isabel, prolongando-se, de futuro, até Afonso Cláudio, atravessando o planalto de Santa Maria, no município de Santa Leopoldina”.

Os trabalhos foram iniciados em agosto de 1917. Quando somente 800 metros já haviam sido abertos, interromperam-se os serviços, em face do bárbaro assassinato do coronel Maximiliano Sallocker, encarregado de dirigir os trabalhos da estrada.

Reencetados, por administração, foram depois contratados e, assim, aberta uma estrada provisória em grade definitiva até Sapucaia, com a extensão total de 24 quilômetros.

Desmontada algumas pedreiras e terminadas as pontes sobre os rios Fundo e Braço do Sul, poderá a estrada dar passagem a carroças e caminhões automóveis de pequeno peso em todo o seu percurso.

Retornando ainda aos anos de 1896, encontra-se no relatório do padre Dold (2005), que os trabalhos pastorais para atendimento aos doentes, eram de muito sacrifício.

“Com vestimenta de couro e estola⁸⁷ e com a patena⁸⁸ no peito montava-se a cavalo e depois ia-se morro acima e abaixo, horas inteiras sobre córregos e rios, até a casa ou choupana do doente. Essas montarias nos fazem lembrar involuntariamente a cena do Conde de Habsburgo. Na frente do padre, vai um ou 2 cavaleiros com lanternas e chocalhos. Uma venturosa viagem à cavalo eu tive no ano passado em Santa Leopoldina, na nossa volta, nós fomos surpreendidos por um doente à noite debaixo de uma chuva torrencial, que na Europa a gente diria ser uma tromba d’água. Muita escuridão em nossa

87 Estola. s.f. 1 – Paramento em forma de fita larga, que o sacerdote traz pendente do pescoço sobre a alva*.

* Alva. s.f. [...] Veste tolar de pano branco, que os sacerdotes usam para celebrar ofícios divinos. [...]

88 Patena. s.f. Disco de metal, mais ou menos côncavo, que cobre o cálice e sobre o qual se coloca a hóstia, na celebração da Eucaristia.

volta, não víamos o caminho ou o atalho. Felizmente, um dos nossos companheiros tinha fósforos e a lanterna foi novamente acesa, com a sua claridade, nos mostrou o caminho na floresta virgem”.

O município é cortado, além da BR 262, pelas rodovias estaduais e municipais:

- **ES-164:** rodovia conhecida com o nome de Geraldo Sartório, ligando a BR-262, no trevo da fazenda do Estado na altura de Pedra Azul, passando por Vargem Alta (sede) até a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Asfaltada, cujo nome oficial se deu através do Dec. E-3205, de 24/12/1985. Possui 42 quilômetros de extensão.
- **ES-164:** trecho municipal ligando a BR-101, conhecido como “Rota do Lagarto”, com 8 quilômetros, asfaltada e intercalada em alguns trechos com pavimentação de “pavi-s”.



Pavimentação da rodovia Mário Módolo – ligação da BR-101 ligando a Vila Pedra Azul a rodovia Geraldo Sartório – 2012.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Alfredo Roberto Velten e Frederico Lamaer Lampier – Galo – Domingos Martins – 1926.

ACERVO: NELSON VELTEN



Rodovia que liga a Sede de Domingos Martins às comunidades de São Miguel e Melgaço – 2012.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

- **ES-165:** trecho de 41,58 km, ligando o trevo da BR-262 na fazenda experimental agrícola do Estado, também conhecida como rodovia Sebastião Alves de Lima à cidade de Afonso Cláudio. (Dec. nº 2.150-E, de 11 de maio de 1981). Toda asfaltada.
- **ES-264:** entrocamento da ES-264 (Alto Laginha), até o entroncamento da ES-368 (Potratz) – Santa Maria de Jetibá, com 47,70 asfaltada. É chamada de rodovia Dalmácio Espíndula. (Lei nº 4.324-E, de 5/1/1990)
- **ES-368:** rodovia João Capristano Simon, asfaltada até São Miguel (12 km), de São Miguel a Melgaço, onde recebe o nome de Floriano Emílio Guilherme Berger (Lei nº 4.465-E, de 14/11/1980), interliga o município ao de Santa Maria de Jetibá com mais 18,69 km. O trecho de Melgaço a Santa Maria não é asfaltado. Entroncamento da ES-264 a Melgaço Alto (18,69 km); Melgaço Alto ao entrocamento ES 465 (Melgaço Baixo) com 7,47 km. De Melgaço Baixo ao entrocamento da ES 470 (Parajú), mais 21,93 km e do entroncamento de Parajú a Ponto Alto, mais 4,39 km. De Ponto Alto ao entrocamento da BR-262 (Aracê), 38,92 km.
- **ES-376:** liga o município de Alfredo Chaves ao município de Domingos Martins, passando pelo de Marechal Floriano, via Batatal. Em Domingos Martins, segue junto à rodovia ES-465 até a ponte do Rio Jucu – Braço Norte. Deste ponto, segue para o município de Santa Leopoldina. É uma estrada muito acidentada, carrossável (não asfaltada). Conhecida popularmente como estrada do Batatal e possui 57,5 km.



Rodovia João Ricardo Schorling – Sede – 2012.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Rodovia Coriolano Guilherme Stein – BR 262 a Parajú – 2012.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

- **ES-465:** conhecida também como rodovia João Ricardo Schorling, ligando o trevo da BR 262 à Campinho. A estrada com 3 km foi asfaltada em 1970 e recuperada em 2010. Continua até a entrada do trecho que vai dar em Melgaço.
- **ES-470:** trecho da BR 262 a Parajú, com 17 km asfaltada em 1987/88 e recuperada em 2009, que recebe o nome de Coriolano Guilherme Stein. De Parajú a Perobas encontra-se asfaltada com mais 6 km.

As principais rodovias municipais

- Ligando o trevo da BR-262 ao distrito de Biriricas, com 12 km, asfaltada.
- Sede de Campinho à comunidade de Soído, com 5 km asfaltada; Parque das Hortênsias até a Igreja de Santa Úrsula - 2 km;
- Parajú a Ponto Alto, com 5 km asfaltada de Ponto Alto a Perobas, mais 5 km sem asfalto.
- Ponto Alto até a igreja de Rio Ponte, com 8,5 km, asfaltada.
- Ponto Parajú a Alto Parajú, com 3 km, também sendo asfaltada.
- Melgaço a Rio Ponte, com 2,2 km, também asfaltada.



Ligação da BR-262 à Biriricas – 2012.
ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

Rodovia ligando a Sede de Domingos Martins à comunidade de Soído – 2012.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



- Tijuco Preto a Vila de Alto Tijuco Preto, com 8 km de chão.
- Vila de Tijuco Preto até Parajú, com 18 km, sem asfalto.
- Fazenda Schwanz até Melgaço, com 10 km, sem asfalto.
- Ponto Alto a Perobas, com 5km, sem asfalto.
- Via que liga a sede à comunidade do Galo. Parcialmente asfaltada até a Ponte, em 3 km (Igreja). Mais 5 km encontram-se em fase de asfaltamento. Da ponte a Cascata (mais 4 km) e da Cascata ao Galo, mais 2,5 km.
- Sede à comunidade do Chapéu (até igreja) com 3 km asfaltada.

Outros Meios de Transportes



Av. Presidente Vargas e residência da família Soyka. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Residência de João Ricardo Schorling. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Pastores e esposas em viagem pelo município. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Av. Presidente Vargas, antiga rua do Campinho. Hotel Flora de Eduardo Schneider. Início do século XX.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Antigo hotel Campinho e residência da família Soyka. Final do Século XIX.

ACERVO: CASA DA CULTURA

Principais Rios

O principal rio que cortava a Colônia era o Jucu, antigamente conhecido com os nomes de “Jem” e “Jesú”, onde formam-se outros dois sob a denominação de Braço do Norte e do Sul, em função da posição geográfica em que se acham.

Segundo relatório de José Fernandes da Costa Pereira Junior, Presidente da Província em 1862, “ambos nascem da ramificação da Serra Geral que se estende no território do aldeamento Afonsino, e correndo por sertões quase inteiramente desconhecidos vem juntar-se a 7 ou 8 léguas do mar”.

Por causa da grande quantidade de pedras que existiam em seus leitos, não se prestava à navegação. “Diversos rios e ribeiras afluem para uma e outra de suas margens, tais como: Jacarandá, Carioca e Peixe Verde.” [...]

Até a criação da Colônia de Santa Isabel, o ponto máximo que se conseguia chegar era até o sítio do Carneiro.

Segundo Santos et al (1992), o rio Jucu Braço Norte “percorre 115 km em terras martinenses como um rio de montanha [...], o que beneficia a produção com energia elétrica”.

“Nasce na serra do Castelo, na região de São Paulinho de Aracê, acima de Pedra Azul, na divisa com o município de Vargem Alta”.

O mesmo acontece com o Jucu Braço Sul, que também nasce na serra do Castelo, na propriedade do senhor Bellon, junto a Pedra Azul.

Além dos rios já citados, outros rios compõem a extensão dos dois principais rios: Rio Fundo, Galo, Tijuco Preto, Rio Ponte, São Rafael, Goiabeiras, Biriricas e São Floriano.

Existem 14 cachoeiras em todas as suas extensões sendo as principais a Cascata do Galo, Tijuco Preto, Rio Ponte, São Rafael, Goiabeiras, Biriricas e São Floriano.

Comércio

Segundo Rocha (2000), Carl Wicker⁸⁹ “possuia uma venda de secos e molhados, era um bom conversador, natural de Hamburgo [...]” Chegou a Santa Isabel em 21/2/1857. Em 13 de maio de 1864, solicitava falência, sendo nomeado o cidadão Nunes Pereira, curador fiscal da massa falida.

Com o falecimento de Carlos Wicker, a viúva Philippina foi obrigada a restituir o barracão que há 5 anos servia para a atividade comercial da família e outro. Face a esta situação contratual, solicitava ao Governo, autorização para transferência da atividade para terreno destinado à povoação da Colônia. Solicitava outrossim, que lhe fosse indicado o lugar conveniente para fazer uma “casinha provisória”, declarando-se pronta para submeter-se a todas as condições ulteriores do governo sobre o caso (26/2/1866).

Junto a esse requerimento, seguiu o parecer do Diretor da Colônia, datado de 27/2/1866, encaminhado ao Exmº Sr. Presidente da Província Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves (23/6/1865 a 8/4/1866), do seguinte teor:



Venda do Colono Carl Wicker e Jacob Gerhardt - Santa Isabel – 1860.

OBS.: Sua majestade o Imperador descansou nesta venda por algumas horas.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - JOHANN JACOB VON TSCHUDI

89 Aparece também Carl Wichwer ou Wilker. Chegou a Colônia em 21.2.1857, casado com Philippina Wicker.

Neste estabelecimento, perto da Capella catholica, constam duas cazas de negocio, das quais uma se acha n'um barracão do governo, em consequencia da concessão dessa Presidência dada, por tempo de cinco annos, em 22 de Fevereiro de 1861. Este termo expirou, e o barracão há de ser restituído pela viúva do colono Carlos Wicker, dona daquella casa de negócios.

No requerimento junto ella pretende, de estabelecer o seu negocio no centro da Colônia, no lugar destinado para a povoação, pouco distante da nova Casa de oração protestante, e de fazer-se alli por este fim uma casinha provisória.

A grande extensão da Colônia é motivo, porque os colonos são acostumados de fazer as suas compras quasi exclusivamente aos domingos, depois do serviço divino, por isso o estabelecimento de uma casa de negocio na vizinhança da nova Casa de oração é no interesse da Colônia, economisando assim aos respectivos colonos um caminho de duas legoas de ida e volta para as suas compras.

Sendo, portanto o plano para a povoação ainda não apresentado à sancção do Governo Imperial, o que espero de poder fazer no decursos destes annos, para ceder já um lote urbano, rogo à V.^a Ex.^a que se Digne autorizar-me para indicar à dita supplicante o logar no terreno da povoação, aonde se pode já fazer provisoriamente a cozinha pretendida sob a condição expressa porem de submeter-se em tudo as ulteriores condições postas da parte do Governo Imperial à respeito daquella povoação.

Deus Guarde a V.^a Ex.^a

Augusto Gomes Lindes
Director Interino⁹⁰



Pedro Gerhardt (avô Dr. Arthur Carlos) – 1.^o comerciante de Campinho – Pedro e D.^a Emília Bohrer. Sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

No relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa no Rio de Janeiro, em 1859, consta que naquela ocasião:

90 Parecer do diretor da Colônia, datado de 27/2/1866.

O commercio da colônia limita-se ainda às permutas com a cidade da Victoria, e freguesias de Vianna e Lama Preta. Sendo nesta ultima que os colonos se fornecem de provisões, quando-lhes não bastao as próprias, vai-se notando a respeito dellas um augmento de preço de 15 a 20 por cento.⁹¹

Em 1908, esta era a relação das pequenas fábricas e casas de negócios e profissionais existentes no município:

QUADRO Nº 15 – FÁBRICAS E CASAS DE NEGÓCIOS E PROFISSIONAIS DO MUNICÍPIO

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE
INDÚSTRIA			
01	Fábrica de cerveja	Maximiliano Salloker	Campinho
CASAS DE NEGÓCIOS A VAREJO – VENDENDO TODOS OS ARTIGOS DO COMÉRCIO E COMPRANDO OS PRODUTOS DA LAVOURA			
01	José Endlich e Filhos	–	Marechal Floriano
02	Augusto Schwambach	–	Campinho
03	Germano Gerhardt	–	
04	João Kill Sobrinho	–	
05	Carlos Gerhardt	–	
06	Adam Endlich	–	Rio Fundo
07	Manoel Endlich	–	Ponte Quebrada
08	Severo José Simões	–	S. Tibúrcio
09	Pedro Schwanz	–	Sapucaia
10	Guilherme Schwanz	–	Sapucaia
11	Felippe João Daniel	–	Vila Isabel
12	Aprígio Vieira Gomes	–	
13	João Augusto de Farias	–	Sapucaia
14	Maximiliano Salloker	–	
15	Idem – Casa Filial	–	
16	Jorge Klippel	–	São Bento
17	Eduardo Shneider	–	
18	Felipe Shneider	–	
19	Stein e Filhos	–	
20	Jacob Klippel	–	
21	Miguel Faller	–	São Bento
22	Dr. José Homero Costa	–	Ponte Quebrada
23	José Barbosa Ramalho	–	Alto Jucu
24	Felippe Kröhling	–	Santa Maria do Rio Fundo
25	Francisco Kandiski	–	Araguaia
26	Aprio Nascimento Freire	–	
27	Ricardo Leite de Assis	–	

91 Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa.

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE
28	José Henrique Pereira	–	Melgaço
29	Idem – Casa Filial	–	
30	João Stein	–	Biriricas
31	Marcionille Silva	–	Vila Santa Isabel
32	Pedro Schwambach Filho	–	Tijuco Preto
33	Sosthenes Marques Pimentel	–	Biriricas
34	Antonio da Costa Coelho	–	
35	Cornélio Proscholdth Filho	–	Candelária
36	Martiano Pereira Sampaio	–	
37	Rodolfo Rodrigues da Silveira	–	
38	Henrique Herbst Sobrinho	–	
39	Manoel Silvério de Faria	–	Galo
40	Nicolau Schafer	–	Pena
41	Tomaz Mageski	–	
42	Idem – Casa Filial	–	
43	Manoel Corrêa do Nascimento	–	Sapucaia
44	Manoel Pinto da Victoria	–	Pedreiras
45	Thomé João da Rocha	–	Peixe-Verde
46	Guilherme Carlos Schneider	–	Victor Hugo
47	Gil Pinto Coelho	–	Alto Jucu
48	Francisco Kamiski	–	
49	Galdino Almeida Ferraz	–	Chapéu
50	Ferraz e Irmão	–	Melgaço
51	Antônio Pylro	–	Ponte Quebrada
52	Ernesto Fernandes de Siqueira	–	Melgaço
53	Francisco Alves Pereira	–	
54	Pedro da Silva Spínula	–	Pedra Branca
55	Augusto Litshoff	–	Galo
56	Pedro Logasse	–	
57	Carlos Elitzke	–	Ponte
58	Deocleciano de Souza Dias	–	Vila de Santa Isabel
59	José Pereira da Costa	–	Peixe Verde
60	Emilio Frederice	–	Tijuco Preto
61	Antonio Lourenço d'Oliveira	–	Perobas
62	Francisco Geraldo Belzkoff	–	Biriricas
63	José Felipe Santhiago	–	Sapucaia
64	Bernardo Endlich	–	Alto Soido
65	Giovanni Grêco	–	Araguaia
66	José Pinto das Chagas	–	Sapucaia
67	Gracianna	–	Biriricas
68	Francisco Anselmo Pereira	–	Ribeirão Ca.
69	Manoel Francisco dos Santos	–	
PADARIAS			
01	José da Costa Vianna	–	Vila de Santa Isabel
02	Deocleciano de Souza Dias	–	

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE
03	Galdino de Almeida Ferraz	-	Chapéu
04	José Henrique Pereira	-	Melgaço
05	Guilherme Schwazz	-	Sapucaia
06	João Kill Sobrinho	-	Campinho
HOSPEDARIAS			
01	João Kill Sobrinho	-	Campinho
02	Antonio Kautsky	-	
03	Luiz Perim	-	Araguaia
SELHEIROS			
01	Carlos Gerhardt	-	Campinho
02	Henrique Schlenez	-	
03	Guilherme Lemke	-	Galo
SAPATEIROS			
01	Guilherme Schwambach	-	Campinho
02	Pedro Kill	-	
03	Pedro Schwambach Sobrinho	-	
04	Guilherme Guisen	-	
05	João Littig II	-	Sapucaia
06	Adolpho Kuster	-	Soído
07	Galdino d'Almeida Ferraz	-	Chapéu
FERREIROS			
01	Carlos Dam...	-	São Bento
02	Hermam Mille	-	Braço do Sul
03	Julio Soyka	-	Soído
04	Francisco Soyka	-	Sapucaia
MARCINEIROS			
01	Nicolau Velten	-	Campinho
02	Oswaldo Mille	-	Braço do Sul
03	Eduardo Fritz	-	Galo
CARPINTEIROS			
01	Germano Brodel	-	Sapucaia
02	Frederico Schechel	-	Pedreiras
03	João Endlich	-	Braço do Sul
04	José Klein	-	Santa Isabel
05	Christiano Ribet	-	São Bento
06	Albert Schineider	-	Campinho
07	Amaro d'Oliveira Campos	-	Santa Isabel
ALFAIATES			
01	Leonidio Pereira Barbosa	-	Vila de Santa Isabel
PHOTÓGRAPHOS			
01	Gottlieb Faller	-	São Bento
FUNILEIROS			
01	Jacob Gerhardt	-	Campinho

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	PROPRIETÁRIO	LOCALIDADE
PEDREIROS			
01	Guilherme Tesch	–	Soído
02	Pedro Cardoso de Abreu	–	Vila de Santa Isabel
03	Primo Pedro Carlos Botta	–	Sapucaia

Fonte: JUCEES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – 2013

Os primeiros registros empresariais feitos na JUCEES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, foram:

- J.M. Stein e Cia Ltda..... 6/10/1933
- Roberto Kautsky..... 19/11/1938
- João Denadai – ME..... 19/5/1950
- Arlindo Lírio de Assunção ME..... 17/11/1949
- M. T. Machado – ME..... 19/5/1950
- Alfredo José Stein ME 4/12/1958
- Edgar Gonorig 28/9/1961

O destaque fica por conta do histórico da família Kautsky. Há registros perfun-tórios de que o Sr. Roberto Carlos Kautsky, no dia 2 de setembro de 1904, deixava Viena rumo ao Brasil, onde chegou no dia 20 do mesmo mês.

Chegando a Vitória, decidiu ir para Sapucaia (hoje Paraju), onde além de le-cionar abriu uma pequena casa comercial. As informações a seguir foram dadas pelo Alemão⁹²: Em 5 de janeiro de 1911, a família adquiriu o Hotel do Sr. Galdino Ferraz, que ampliaram e passou a denominar-se Germânia, localizado em Santa Isabel. Passado um ano (1912), construíam um prédio de 2 andares e continuaram explorando o mesmo ramo de negócio (hotel).

92 Alemão. “Roberto Anselmo Kautsky Júnior, filho de Roberto Anselmo Kautsky e Mercedes Majevsky Kautsky, nascido em Domingos Martins, em 28/11/1956. É casado com Valéria Simon Kautsky e tiveram os filhos: Roberto e Elisa. Possui pós-graduação em gestão empresarial pela FGV-Murad. Além de sócio e diretor do grupo Coroa.

Decorria o ano de 1916 e o Sr. Roberto entrara na profissão de retratista (fotógrafo) e logo depois em 1917, seus pais resolveram acabar com o hotel, ocasião em que se criara o distrito de Campinho, para onde retornou a sede do município. Consequentemente, Santa Isabel já começava a entrar um decadência.

Em 1919, abriram uma pequena casa comercial, onde se vendia fiado a estranhos, o que acabou levando o negócio a “degringolar” por falta de pagamento dos devedores. O filho Roberto Kautsky que estudava na Capital, foi chamado pela mãe para dirigir os destinos do hotel e da casa comercial, cujos negócios estavam sendo mantidos com muita dificuldade, em face da falta de capital de giro.

Desejando ampliar o comércio, tomou emprestado com Dona Ludovina Lipp haus em 1 de agosto de 1920, a quantia de Rs. 2.000\$000 (dois mil contos de réis), com prazo para pagamento de 2 anos e sem juros.

Na data de 10 de dezembro de 1922, conseguiu emprestadas com o Sr. João Klein Primo, a importância de Rs. 1.000\$000 (hum mil contos de réis), com juros de 6% ao ano, para poder investir na ampliação de sua casa comercial.

Por volta de 1929 há indícios que o Sr. Roberto já iniciara a fabricação de vinho de laranja, para consumo particular e não comercial.



Hotel Germânia da Família Kautsky – 1920.

OBS.: O Sr. Roberto é a pessoa que está de camisa branca na varanda. A charrete era usada para transportar os hóspedes da estação ferroviária até o hotel e vice-versa. Ao lado do hotel, ficava a casa da prefeitura, que depois foi residência do Sr. Zeferino Sales, pai de Iracema Sales Soyka.

ACERVO: ROBERTO ANSELMO KAUTSKY JÚNIOR

Com o retorno da sede de Santa Isabel para Campinho, o comércio entrava em grande recessão. Por essa razão, em 28 de fevereiro de 1930, vendeu ao Sr. Emílio Hülle o sobrado de 2 pavimentos, onde anteriormente exploravam o ramo de hotelaria.

Chegávamos a 1930, quando eram iniciadas as experiências, já em caráter industrial, da fabricação do vinho extraído da laranja, em função do movimento comercial ter diminuído muito. Era necessário, por questão de sobrevivência, procurar outra alternativa comercial.

Assim é que se fechou a venda comercial e para se dedicar com mais afinco à fabricação do vinho de laranja, agora em Campinho. Sr. Roberto, muito criativo, idealizou um despulpador e com a ajuda do engenheiro Sr. João R. Schorling, que era mecânico, com experiência adquirida na firma Krupp/Alemanha. Confeccionaram com eixo de ferro rolamentos, coroa e satélites extraídos de um carro Ford modelo 1929.

Decorridos três anos da montagem do despulpador, continuava na fabricação do vinho de laranja, entretanto, faltava-lhe capital para continuar e aumentar a produção em escala comercial.

Muito empreendedor e corajoso, resolveu fazer a expansão de qualquer maneira. Com o cunhado Augusto Schwambach Filho, apanhou emprestada uma roda de moinho de fubá, e por meio de uma vala, trou-



Adega num dos quartos da casa – Família Kautsky – Santa Isabel – Década de 1930.

ACERVO: ROBERTO KAUTSKY JÚNIOR

xe a água de um córrego para servir de força motriz e colocou para funcionar o despolpador que havia trazido de Santa Isabel.

Com muito sacrifício, utilizando-se da economia financeira dos filhos, começou a produzir em pleno céu aberto. Não havendo lugar para armazenar o caldo das laranjas, transformaram um dos quartos de sua casa em adega.

Em 1933, foi estabelecida oficialmente a firma sob o seu nome, com razão social de COROA. Fabricava também outros produtos derivados da laranja, como bagaceira, vinagre e óleo etérico da casca, cujo maior consumidor era a fábrica de balas e bombons “Garoto”. Chegou-se a oferecer também o produto à firma Zapparoli & Serena de São Paulo. Fabricou ainda aguardente de cana, jurubeba e conhaque de mel.

Por essa época chegou-se a enviar containers com 20 mil frascos de 600 mililitros cada um, para Miami, nos Estados Unidos, além de atendidos pedidos da Suécia.

Visando ampliar os seus negócios, em 3 de junho de 1936 comprou do Sr. Germano Gerhardt os aparelhos e utensílios da antiga e extinta fábrica de cerveja, que pertencera ao Sr. Emílio Schmidt (ou Maximiliano Salloker, em 1908). Essa fábrica localizava-se na atual rua João B. Wernersbach (Rua do Lazer). A casa ainda existe e é propriedade de Joel Guilherme Velten.

Finalmente em 19 de novembro de 1938, sob o nº 4.342, era registrada a firma Roberto Kautsky, com um capital inicial de Rs. 10:000\$000 (dez mil contos de réis), na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

Em 10 de novembro de 1944, tomou emprestado do Sr. Octaviano Santos a quantia de Cr\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros), para ampliação da fábrica.

Essa experiência com a produção de vinho de laranja perdurou até 1950, ocasião em que iniciara a produção de refrigerantes, pois o vinho, mesmo estando bem conhecido e acreditado, proporcionava pouca margem de lucro, além do que, o mosto⁹³ tinha que ficar um ano em decantação (aprimoramento), para que, quando fosse

93 Mosto (ô), s.m. Sumo de uva, antes da fermentação completa; suco, em fermentação, de qualquer fruta que contenha açúcar. [...]

lançado ao mercado, não sofresse alterações inconvenientes, como depósitos residuais nas garrafas etc.. Havia ainda um outro obstáculo que impedia o crescimento do negócio do vinho, que era a cultura do capixaba de não ter o hábito de consumir a bebida. Tornou-se, portanto, um produto contraproducente, que os motivou a buscar outro ramo de negócios. Resolveram então, fabricar refrigerantes e fazer uma tentativa de exploração de água mineral.

Na data de 8 de abril de 1950, adquiriu do Sr. Otto Koehler um maquinário rudimentar para engarrafar refrigerantes, com capacidade de produzir aproximadamente 1.800 garrafas por dia, utilizando-se da carga horária de 8 horas. Este maquinário hoje está como relíquia do grupo na atual fábrica. Atualmente a Coroa ocupa uma área coberta de 400 m² e é a maior firma do município.

Quando da fundação da Cooperativa Granjas Reunidas de Campinho em outubro de 1946, juntamente com os Srs. Octaviano Santos Filho, Theodoro Schwambach, seu filho Roberto Anselmo, foi um dos cooperados fundadores. Foi a primeira cooperativa avícola criada no Estado do Espírito Santo.

A avicultura teve início em 1936, incentivada que fora pela Prefeitura Municipal, que auxiliava os produtores na aquisição de matrizes e equipamentos. Por essa época, já se destacavam nesta área os Srs. Nelson Faria Santos, o promotor público Dr. Alfredo Cabral e o contador geral do Estado, Sr. Aureliano Hoffmann.



Instalação do Primeiro Posto de Vendas de Aves e Ovos no Mercado da Capixaba em Vitória – 1956. Da esquerda para direita: 1 - Presidente da Cooperativa Sr. Theodoro Schwambach e 2 - Ex-Prefeito de Vitória Sr. Adelpho Poli Monjardim e Outras Autoridades.

ACERVO: FAMILIARES DE THEODORO SCHWAMBACH

O destaque nesse empreendimento foi o Sr. Theodoro Schwambach, o primeiro no trabalho de melhoramento genético e entusiasta e um dos maiores incentivadores da introdução da atividade, em sua concepção industrial no Espírito Santo. A sua granja, conhecida como Granja Walkiria, foi fundada em 1936 e ficava localizada em Campinho, que produziu pintos de um dia, por mais de 40 anos. Sua capacidade era de 30 mil matrizes (corte e postura).

Ainda no Vale da Estação, teve destaque a indústria e comércio de Bebidas Ouro Ltda, na década de 1950, de propriedade do Sr. Gustavo Wernersbach, administrada pelo seu filho Nonô.



Indústria e Comércio de Bebidas Ouro Ltda – Década de 1950. Propriedade do Sr. Gustavo Wernersbach.

ACERVO: FAMILIARES DE GUSTAVO WERNERSBACH

Uliana (2004) revela que na região de Aracê, “o ex- presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, adquiriu uma propriedade e atraiu outros empresários para a região. Novamente Júlio de Oliveira Pinho foi precursor de outra atividade importante que foi a atração de visitantes e turistas. Começou em sociedade com o irmão Delfim Oliveira o Restaurante Lusitânia. Com o sucesso do empreendimento partiu para o ramo hoteleiro construindo o primeiro hotel da região, a Pousada dos Pinhos. Logo outros moradores começaram a seguir o seu exemplo, buscando alternativas outras que não somente a agricultura. Olimar Peterle construiu o restaurante e lanchonete Peterle’s ampliando depois os negócios para o ramo de pousada. Outros empreendimentos hoteleiros, pousadas, lanchonetes e restaurantes ajudaram a desenvolver o agro-turismo e agro-negócios, transformando a região em uma das que possui maior renda ‘per capita’ do país.”

Estabelecimentos marcantes no município:



Casa Zuleika de Alfredo Velten. Foi o primeiro comércio a vender bicicletas, geladeiras, rádio e etc. Da esquerda para a direita: Arthur Böning, Guilherme Schwambach, Máximo Bortoline, Fran Bautz, Mariquinha Bautz e Alfredo Velten.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Casa comercial da década de 1950. Av. Presidente Vargas – Proprietário Alfredo Velten.

ACERVO: FAMILIARES DE ROBERTO KAUTSKY



Um dos primeiros prédios da fábrica de bebidas Corôa. Sem data.

ACERVO: FAMILIARES DE ROBERTO ANSELMO KAUTSKY



Hotel Imperador – Ícone da cidade de Domingos Martins, administrado durante muitos anos pelo proprietário, ex-senador Jefferson de Aguiar – sem data.

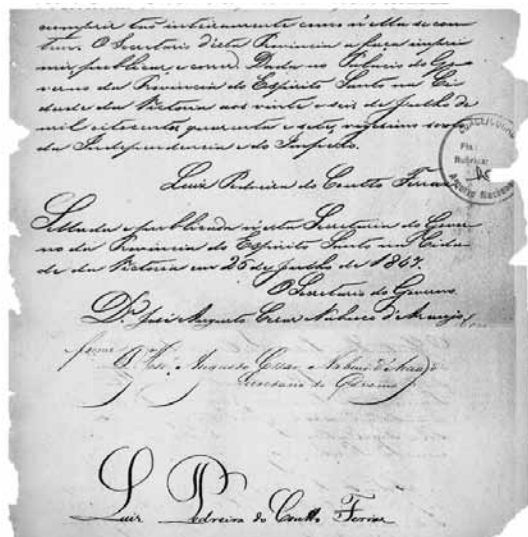
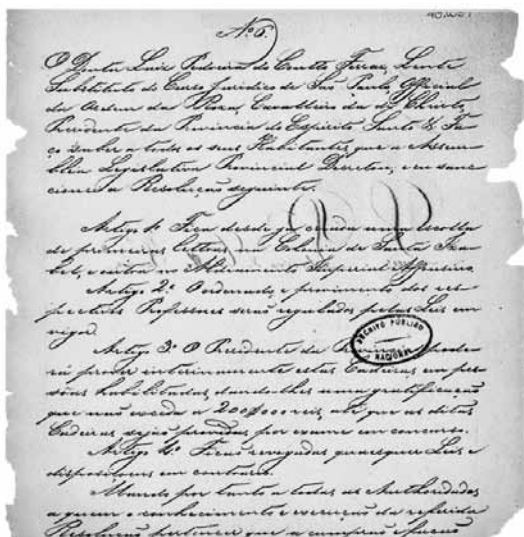
www.setur.es.gov.br

Educação

Histórico do Município

O Presidente da Província, Sr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1848), que criou e implantou a Colônia de Santa Isabel, afirmava em seu relatório daquele ano que, pela Lei Provincial nº 6, de 26 de julho de 1847, fora provida interinamente uma cadeira de ensino, aberta no dia 15 de julho de 1848.

Daemon (1800, p.327), assegura em sua obra que, em 1847 “é creada neste anno, por Lei Provincial nº 6, a cadeira de primeiras letras da então Colonia de Santa Izabel”.



Lei Provincial – Nº 6 – 26/07/1847.

ACERVO: APN – ARQUIVO PÚBLICO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

A escola de primeiras letras fora ocupada pelo primeiro professor da Colônia, Frei Wandelino Gain d'Insbruck, em 1849, com 30 alunos e funcionou na localidade de Boa Vista, em Biriricas, para alunos do sexo feminino e masculino, independentemente de serem católicos ou protestantes.

Para o resgate dessa história os autores realizaram um encontro com os diretores das escolas do estado e do município, nas dependências da CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, no ano de 2010, sob a coordenação da professora Maria Aparecida Trarbach e do professor Leonardo Barth.

Uma das referências utilizadas foi o trabalho de Marlene Bautz, Maria Aparecida Trarbach e Sônia Maria Bassani Bravin, que afirmam que “as aulas eram ministradas em português, o que não foi bem aceito pelos imigrantes.”

Havia também o “inconveniente da diferença de religião, no que consistia em que os protestantes recusassem mandar seus filhos à escola de instrução primária, cujo professor fosse católico”.

Segundo Daemon (1800), “em 1848 o regulamento da instrução primária, tentou solucionar os problemas da educação na Província, determinando que as cadeiras docentes fossem ocupadas por professores habilitados por concursos. Como não havia candidatos, as cadeiras foram ocupadas por professores leigos.”

A Colônia em princípio não sofreu com os problemas enfrentados pela Província naquela ocasião, ou seja, a partir do momento em que as cadeiras eram providas, os professores já eram considerados vitalícios, “sem que ainda, tenham dado por um determinado período, ao menos garantias de sua moralidade, provas de exactidão no cumprimento dos deveres a seu cargo.” [...]

Entretanto, havia um grande problema a ser enfrentado, o da necessidade dos pais contarem com seus filhos desde cedo na lavoura o que dificultava a presença na faixa escolar de frequentar a escola.

Até 1848 as escolas ainda eram regidas pela Lei de 15 de outubro de 1827, que segundo relatório de Antônio Joaquim Rodrigues (1885 e 1886), por mais de 20 anos estavam um ‘caos’, alterada pelo Regulamento de 20 de fevereiro de 1848 durante a administração do Sr. Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde de Bom Retiro, cujo escopo foi preparar o terreno para a via de progresso que tínhamos.

Em 1850, assumia os destinos da única escola da Colônia, o Sr. Manoel Baptista Pires, agora com somente 20 alunos de ambos os sexos, cujos atestados de frequência eram assinados pelo Frei Wandelino Gain d’Insbruck.

A diminuição do número de alunos deu-se pelo fato da necessidade das crianças em idade escolar terem que ajudar seus pais, conforme já frisado, nas tarefas da agricultura.

Segundo relatório do Presidente José Bonifácio (1851/52), ainda com 20 alunos, o professor de primeiras letras era o Sr. Firmino de Almeida e Silva, que permaneceu naquela escola de 1851 a 1855, quando fora demitido pelo Barão de Itapemirim em 12 de setembro de 1855, com trinta e seis alunos. Sobre a educação da Colônia, no relatório do Presidente Felipe José Pereira Leal (9/8/1849 a 3/6/1851) encaminhado ao Imperador D. Pedro II encontrou-se a seguinte avaliação:

A escola com que a dotastes é frequentada por 30 alumnos, que apresentam aproveitamento. Espero que não escoseareis Vossa protecção à um tão esperançoso estabelecimento, que em breve poderá constitui-se um importante nucleo de colonisação.⁹⁴

Com a morte do Professor Firmino foi removido da Vila do Espírito Santo o professor Manoel Baptista Pires, que fora nomeado interinamente, segundo consta do relatório do Dr. Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província do Espírito Santo (p.22). Este professor já exercera o magistério na Colônia em 1850.

Com a chegada em 16 de dezembro de 1858 de novos imigrantes de famílias prussianas, que foram residir na localidade conhecida como Chapéu na margem es-

94 Avaliação sobre a educação da Colônia feita pelo Presidente Felipe José Pereira Leal.



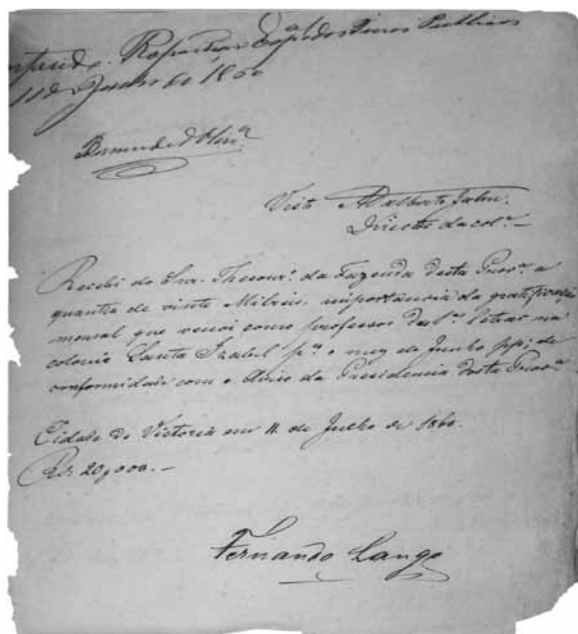
Escola fundada pelo professor Friedrich Wilhelm Hehr – Foto de 1906 –
Fotógrafo Gottlieb Faller
ACERVO: JAIR LITIG

querda do rio Jucu, o senhor Friedrich Wilhelm Hehr, que tinha como profissão professor, construiu uma escola. Era nascido em 1807 e faleceu aos 85 (oitenta e cinco) anos e meio, no dia 15 de janeiro de 1893.

Somente em 1860 são encontradas novas informações sobre a educação da Colônia, agora no trabalho de Tschudi (2004, p.66-67), onde afirmava:

As aulas na escola, eram ministradas pelos respectivos sacerdotes, pelos quais cada um recebia do Governo um abono salarial de 20 mil réis por mês.

Naquela ocasião, um dos professores de primeiras letras era o Sr. Fernando Lange, conforme ilustração de recebimento da remuneração datada de 11 de julho de 1860.



Recibo do Sr. Fernando Lange – Mês de Julho de 1860.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FUNDO GOVERNADORIA – 383 – LIVRO Nº G
27 – P. 125

O local onde funcionava a escola de Santa Isabel era num barracão, antes “depósito” de colonos, que havia passado a ser o ambiente para “Aula de Instrução Primária”. Em fins de fevereiro de 1860, fora inteiramente destruída por um incêndio, cujo registro só apareceu em 6 de dezembro de 1863.

A qualidade do ensino deixava a desejar, como ilustra a passagem do Imperador ao visitar a Província em 1860 “[...] do Forte de São João, a cavalo, D. Pedro dirigiu-se a primeira

aula de instrução primária. Segundo o correspondente do Jornal do Comércio, SM não se mostrou satisfeito com o estado da instrução pública, pois infelizmente, era atrasadíssima”. Rocha (2008); Bautz et al (s.d.)

Em 1861, os professores eram o Pastor Evangélico Henrique Egger e o Padre Gaspar Singer, nenhum dos dois preparados, ou seja, habilitados para ensinar a língua portuguesa, o que acabou dando ênfase à língua alemã. A remuneração era muito baixa, não atraindo outros professores com habilitação.

A situação continuava má; em 1862, a direção da Escola, agora com o Frei Pedro Regalato, passava para o padre Gaspar Singer. A Colônia já possuía em 1863, 3 escolas: uma dirigida pelo Pastor Henrique Hegger (54 alunos, sendo 29 do sexo masculino e 25 do feminino); outra pelo professor Singer (com 48 alunos, sendo 26 do sexo masculino e 22 do feminino); e outra comandada pelo Capelão Fried - José Maximiano Fried (com 20 alunos, sendo 11 do sexo masculino e 9 do feminino).

Além dessas três escolas, existia outra dirigida por um professor para o ensino de costura, fiação e outros misteres próprios da educação do sexo feminino, com 36 alunas.

Chama atenção o relatório do Presidente da Província Sr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio (11/10/1867), quando cita o art. 64, parágrafo 3º do Re-



Correspondência ao Presidente da Província informando sobre o incêndio do barracão onde funcionava a escola – 1863.

ACERVO: APEES – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

gulamento para Instrução Pública da Província do Espírito Santo, constante do anexo C do Diretor Geral, Sr. Aureliano de Azevedo Monteiro: “Art.º 64 – §3º - não admitir os escravos em escolas públicas.”

No período de 1863 a 1881 a situação escolar continuava no mesmo modelo, existindo apenas 3 escolas:

- 1 do sexo masculino, em Santa Isabel, criada pela Lei nº 6, de 26 de agosto de 1847, regida pelo Profº Antonio Gomes Pereira; dispensado em 1866 e nomeado para substituí-lo o Sr. Damazo de Aguiar Brandão.
- 1 do sexo feminino, também em Santa Isabel, criada pela Lei nº 42, de 8 de maio de 1881 e regida pela Prof.ª Maria de Paula Moraes, nomeada em 15 de janeiro de 1866.
- finalmente, 1 do sexo masculino, em Campinho, criada pela Lei nº 20, de 9 de maio de 1880 regida pelo pastor Henrique Egger.

Em 1869, foram criadas as escolas de 2ª classe de Santa Isabel e Biriricas. Em 21 de janeiro daquele ano fora designado para Biriricas o Prof. José Soares da Silva Junior, portanto o primeiro professor da localidade. Na data de 16 de março de 1869, pela Lei nº 21, fora removido da escola de 1ª classe da cadeira de Cachoeiro de Santa Leopoldina, a “bem do serviço público”, o professor efetivo Joaquim Ribeiro de Mendonça, para ministrar aulas na Escola de Santa Isabel.

Retornando à cronologia da implantação educacional do município, chega-se a 1891 e se encontra o registro de que Frei Jerônimo de Montegiori era o regente de uma das classes criadas.

De 1891 até 1910, ainda não havia o “Grupo Escolar” no município e sim escolas isoladas, funcionando no mesmo prédio, em que dois professores se dedicavam ao ensino. Segundo Santos et al (1992), em “1910, na escola protestante de Campinho, ainda não se ensinava o português, tanto que o seu professor Guilherme Krause, só falava o alemão. Na escola católica de Santa Isabel, já acontecia o contrário”. Por incrível que possa parecer, segundo a mesma fonte, “até 1992, ainda existiam crianças, no interior do município, sobretudo em Melgaço, que chegavam à escola sem falar o português.”

Em 1910 estes foram os professores:

- Santa Isabel: D. Isaura de Martins Navarro
- Campinho: Esmerino Gonçalves
- Rio Fundo: Damaso de Aguiar Brandão
- Araguaia: D. Idalia Pessoa Serrat
- Colégio particular: Cantino Buth

OBS.: O delegado literário era o senhor João Fredrerico Preuss.

Rocha (2000), em seu trabalho sobre a história das escolas Uni e Pluridocentes, afirma: a ausência do Estado e o aumento do nível cultural da população no governo Jerônimo Monteiro (1908-1912) inclusive no interior, a partir de então, passou a contar com homens de “letras e saber” como médicos, professores, juízes, promotores de justiça, além dos vigários e agentes do correio promovendo o desenvolvimento do ensino profissionalizante atendendo às crianças fora da escola, da reorganização da escola normal e criação da escola modelo e introdução no currículo dos cânticos patrióticos e a disciplina Moral e Cívica.

Prosseguindo Bautz, Trarbach, Bravin (s.d.): a preocupação do Governo Jerônimo Monteiro com a educação para atender as áreas industrial, mercantil e agrícola, foi registrada por Derenzi (1965).

Inspetores escolares fiscalizavam, com carinho e sacrifício, em longas caminhadas a cavalo, o método de ensino e aproveitamento dos alunos. Foi, sem dúvida, a mais bela cruzada, gualhardamente vencida pelo governo: a difusão do ensino primário. É preciso ter-se vista as condições geográficas e a fraca densidade demográfica do Estado naquela época. A localização das escolas rurais não era fácil, dada as distâncias entre os moradores agrícolas, a hospedagem dos professores, outra dificuldade que, ainda hoje não tem solução plausível. Em resumo, houve verdadeiro movimento educacional no sentido dinâmico do termo. (BAUTZ; TRARBACH; BRAVIN, apud DERENZI, 1965, p. 189, grifo nosso)

Ainda das mesmas autoras: “tais ações compreendiam as reformas introduzidas por Gomes Cardim, professor paulista, que previa de forma paliativa a utilização de “professores ambulantes” para ensinarem Português, Geografia, História do Brasil e Educação Física nas regiões colonizadas por imigrantes, no entanto, o descaso com a escolarização rural fez com que as medidas não saíssem do papel”.

No relatório de Propaganda Geral do Estado do Espírito Santo, de propriedade de Coelho (1920), lê-se a afirmativa do ex-Secretário de Educação Dr. Mirabeau Pimentel (1920):

Em primeiro lugar surge como dificuldade invencível o estabelecer-se o professor entre os elementos estrangeiros principalmente entre os alemães. Em regra geral, negam-lhe tudo: casa, pensão e alunos. Eis porque nos municípios de Santa Izabel, Santa Leopoldina e Santa Thereza, a instrução caminha vagarosamente.

No documento denominado planejamento estratégico da educação do município de Domingos Martins⁹⁵, o capítulo que trata do funcionamento das escolas nas regiões de descendentes de imigrantes no Espírito Santo foi outra fonte de informação para o resgate dessa história:

Toda a educação era feita em língua alemã, a única que eles conheciam. À frente da comunidade estava um ministro enviado da Alemanha que não era apenas o pastor das almas e o predicante⁹⁶, mas, também, o professor, o médico, o conselheiro, etc. como afirma Mian (1993, p.39).

[...] As aulas de catecismo eram dadas em alemão. Em casa, as lições eram repetidas. Depois que se abriram as escolas, começaram a falar o português, cujo aprendizado era valorizado, pois também o catecismo era ensinado em português.

95 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. **Planejamento estratégico da educação do município de Domingos Martins**. Domingos Martins, 2005/2008. 52 p.

96 Predicante. Adj. 1. Que, ou pessoa que predica. 2. Pregador (a) protestante.

Os religiosos desempenharam um papel fundamental na criação e difusão das escolas e pode-se destacar a participação de muitos deles que, para sanar a falta de escolas para essas crianças, cuidou da fundação de escolas particulares. Essas desempenharam uma contribuição valiosa, no sentido de aumentar as oportunidades educacionais, para os filhos de imigrantes.

“Quanto aos imigrantes italianos, a repressão em relação à língua foi menor, por ser uma língua latina que tinha alguma semelhança com a língua portuguesa. Porém, mediante a política de nacionalização, também a língua italiana foi proibida”, de acordo com Soares (1997, p.78).

Quando os imigrantes vieram para o Brasil falavam apenas a língua alemã. Uma vez educados neste idioma, o pastor também deveria falar alemão para melhor atender às necessidades educacionais e religiosas deste povo.

Sobre esta questão, Richter (1994, p.31) diz que:

“[...] Como os colonos durante muito tempo foram abandonados à sua própria sorte, eles construíram as suas próprias escolas. E o ensino nestas escolas, como nem poderia ser diferente, naturalmente foi desenvolvido em língua alemã que era o único idioma que eles conheciam.”

“Os imigrantes teutos, assim como os filhos mais velhos possuíam instrução primária adquirida no seu país de origem. No início da colonização, os imigrantes estabeleceram-se predominantemente em áreas rurais e mediante tal fato os mais jovens não tiveram oportunidade de aprender a ler, escrever e fazer operações matemáticas, ficando restritos à educação caseira.

Apesar de viverem há três gerações no Brasil, os colonos ainda não haviam aprendido a língua do novo país, necessitando ainda de intérpretes”. Wagemann (1949, cap. 9) afirma que: “[...] os vigários teutos que pastoreiam também a população nativa, fazem a prédica⁹⁷, primeiro em português, e, depois em alemão.”

97 Prédica/Predicar. 1. Fazer pregações ou sermões; pregar. 2. Aconselhar.

“A dificuldade na assimilação da língua oficial não foi culpa dos imigrantes, pois estavam abandonados no meio da mata e sem comunicação com os centros urbanos. Sem, qualquer apoio do governo, a Igreja tornava-se o único meio de acesso a educação.”

“Com a construção dos prédios e com as novas políticas governamentais, os alunos passaram a aprender a língua portuguesa e a frequentar as escolas mantidas pelo governo. Dentre inúmeras dificuldades, estava a localização de professores que quisessem trabalhar nestas localidades interioranas.”

Segundo Bautz et al (s.d.), a Lei nº 1.266, de 30 de dezembro de 1920 permitiu a subvenção do Estado ao limite de 60 mil réis mensais e a proibição de escolas estrangeiras sem licença especial do Secretário de Instrução, coibindo as atividades educacionais desenvolvidas pelas igrejas, que de certa forma vinham melhorando e ampliando a instrução dos colonos.

Prossegue Bautz et al (s.d.): “no relatório do Secretário de Educação e Saúde senhor Fernando Rabelo, publicado em 1924, é possível acompanhar as denúncias contra as escolas na zona de colonização germânica. ‘O secretário de instrução afirmava que, nos municípios, em especial, Santa Leopoldina, *Santa Isabel* e Santa Tereza, as escolas di-

rigidas por alemães causavam mais danos do que os piores males reunidos’. (Bautz apud Ackermann, 2010, p.103).”

Ainda segundo a mesma fonte “o Decreto nº 7.994, de 10 de fevereiro de 1927, unificou o ensino primário no Estado do Espírito Santo. As escolas rurais, chamadas de 3ª entrância, tinham o currículo diferenciado das de 1ª e 2ª entrân-



Modelo de certificação de aprovação do Grupo Escolar “Teófilo Paulino” – 1951.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARQUETA

cia, como horários e programas para atender as necessidades da população rural, uma vez que as crianças eram mão de obra valiosa nos trabalhos da lavoura”. (Barreto, 2007)

Voltando a Rocha (2000):

Com o advento da segunda guerra mundial e a política de nacionalização, as regiões de colonização germânica sofrem grandes impactos sociais, religiosos e culturais: proibiu-se o uso do alemão, tanto na linguagem, como em jornais, cultos e reuniões nas sociedades, sendo que os mesmos deveriam ser realizados em língua portuguesa.

Os colégios de natureza particular instalados nas comunidades alemãs, como os dois existentes em Santa Isabel (colégio paroquial) e Parajú, acabaram sofrendo intervenções do governo revolucionário.

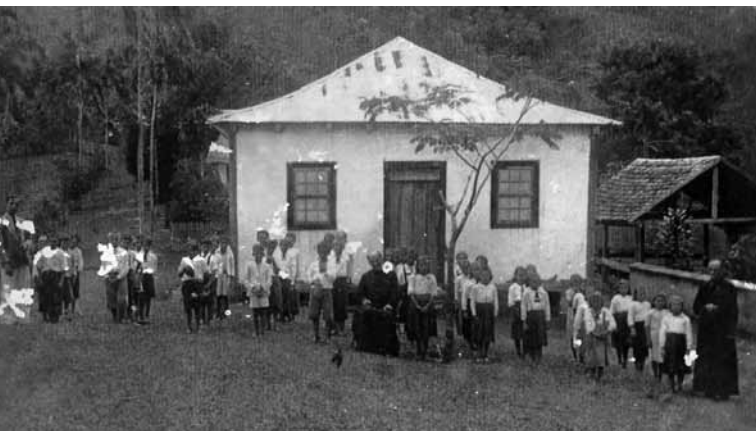
Escola de Biriricas | 1869

Durante muitos anos, desde 1869, a escola de 2ª classe de Biriricas, funcionou distante da segunda construção. Ainda há ruínas da primeira, embaixo da mangueira, erguida na parte baixa do distrito. Possuía apenas uma sala de aula. Essa escola foi responsável durante 87 anos pelo encaminhamento escolar de muitas crianças do distrito e da região.

Chegava-se a 1876/77 e o Governo mantinha somente uma escola de ambos os sexos na ex-Colônia de Santa Isabel.

No dia 14 de novembro de 1882 fora nomeado para a Escola Elementar de Santa Isabel, o professor efetivo Antonio Gomes Pereira, em ato assinado pelo Presidente da Província Sr. Herculano Marcos Inglês de Souza.

Em 1956, foi contruída outra escola, ainda com somente uma sala de aula, com 28 alunos do sexo feminino e 27 do masculino, na parte de cima do distrito. A professora era a senhora Leonor Narcirro Marins, também responsável pela feitura da merenda escolar, preparada em um fogão a lenha. Era conhecida como Escola Singular de Biriricas



Escola Singular de Biriricas de Cima – 1956.
Foto tirada com a presença dos padres
Cância e Germano.

ACERVO: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
BIRIRICAS DE CIMA

de Cima. No ano de 1957, assume a turma, o professor José Francisco Trarbach, até julho daquele ano. Este professor, quando lecionou em Santa Isabel teve como aluno o arcebispo do Espírito Santo, Dom Silvestre Scandian. Quando da construção desta escola, o professor era o senhor Paulo Thomes.

Ainda segundo relatório da escola, em 1965, “passa a trabalhar com dois profissionais da educação: Ilda Maria Reinholz e Maria da Penha Brememkamp”.

De acordo com os registros da escola, com o passar do tempo, no ano de 1982 a escola passou a se chamar “Escola Unidocente Biriricas de Cima”, atendendo alunos da 1ª a 4ª série. Assumem como professores regentes, Maria da Penha Brememkamp, Maria de Lourdes Machado Oliveira e Tânia Martha Motta dos Santos. No ano de 1986, a escola troca novamente de nome, passando a se chamar Escola Pluridocente de Biriricas de Cima. Nessa época os professores eram Lúcia Catharina Thomas Bremenkamp e Rosânia Maria Neves Bremenkamp. No ano de 1987 passou a ofertar a educação infantil. Já no ano de 1996 passou a oferecer a 5ª série do ensino fundamental que fora implantada no governo do senhor Alfredo Meyer, sendo secretário municipal de educação Leonardo Barth.



Escola de 1º Grau Biriricas de Cima – 1998.

ACERVO: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
BIRIRICAS DE CIMA

Em 1998, foi denominada Escola de 1º Grau Biriricas de Cima, tendo sido municipalizada. Em junho de 2002 foi transformada em Escola Municipal de Ensino

Fundamental Biriricas de Cima. Nessa época a escola possuía 4 salas de aulas, 2 banheiros, 1 depósito, cozinha, uma secretaria e um pequeno refeitório.

Devido à situação precária do prédio, a prefeitura reuniu-se com a comunidade e resolveu construir uma nova escola, pois houve necessidade de demolir o prédio antigo.

Em maio de 2009 a escola passou a funcionar por meio de contrato de aluguel no espaço da comunidade Sagrado Coração de Jesus, até que a obra da escola nova fosse concluída.

Em 2010, foi inaugurado moderno prédio escolar, atendendo aproximadamente 150 alunos da sede de Biriricas e comunidades vizinhas: Pau Amarelo (Cariacica), São Paulo (Viana) e Boqueirão do Thomaz (Santa Leopoldina).

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Soído | 1883

Decorria o ano de 1883, administração de Martin Francisco Ribeiro de Andrade Junior, quando se criou uma escola do sexo masculino em Soído, na freguesia de Santa Isabel, no povoado de Campinho, município de Viana, por Lei de 20 de maio de 1883. Até a data de 1885, somente uma cadeira fora provida na ex-Colônia, Povoação, por professor com habilitação ao magistério, portanto, 38 anos após a criação da ex-Colônia, onde já existiam aproximadamente 80 crianças em idade escolar que falavam somente a língua alemã.

Em visita da ex-professora e diretora Lurdes Stein Cardoso, soube-se que a escola do distrito de Soído foi fundada por volta do ano de 1928, segundo informações de moradores mais antigos do distrito. A primeira escola foi construída no sítio da família Moreira, atualmente sítio família



Inauguração da nova escola singular de Soído – julho de 1953.
ACERVO: PROFESSORA NATÁLIA DE OLIVEIRA STEIN



Escola de Soído
ACERVO: MARIA APARECIDA TRARBACH

Borlot. A mesma foi transferida posteriormente para Boa Esperança juntamente com a professora Flores Pasinato Kuster.

Devido à dificuldade de acesso por parte dos alunos à escola e considerando-se a oportunidade da época das aulas estarem sendo ministradas pelo Sr. Aureliano Stein na Igreja

Santa Úrsula, ela foi transferida para a localidade próxima àquela Igreja.

Inicialmente era constituída de apenas 1 sala e após muito tempo construíram uma cozinha para preparo da merenda escolar.

Em 1969, tendo em vista o aumento do número de alunos, aproximadamente 75, foi construída uma escola com duas salas, cozinha, banheiros e local para mantimentos, passando a ser chamada de Escola Singular de Soído I e II.



Alunos da professora Natália Stein – sem data.
ACERVO: PROFESSORA NATÁLIA DE OLIVEIRA STEIN

A escola passou por diversas transformações: 1946 – escola pública de Soído; 1948 – escola isolada de Soído; 1950 – escola mista de Soído; 1953 – escola singular de Soído, 1969 – escola singular de Soído I e II e posteriormente, escola unidocente I, II e III; 1990 – escola de 1º grau (1ª a 4ª); 1990 – escola de 1º grau Soído (5ª a 8ª); 2002 – escola estadual de ensino fundamental Soído.

Em 1º de abril de 2002, houve a transferência da escola para as novas dependências, inauguradas no dia 16 de abril pelo ex-governador José Ignaácio Ferreira.

Buscando o auxílio mais uma vez de Bautz; Trarbach e Bravin (s.d.), constatamos que “durante décadas as Igrejas Evangélica e Católica ocuparam o lugar do poder público, proporcionando aos colonos assistência médica, social e educacional. Desde o princípio, os imigrantes preocuparam-se com a instrução elementar dos seus filhos, como nos mostra os estudos de Mian (1993) “[...] tiveram os colonos grande preocupação com a educação dos filhos, mas os governantes permaneceram alheios. Em vários patrimônios ou sedes de municípios, os próprios imigrantes construíram escolas e pagavam professores.”

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Rio Ponte | 1886

Segundo pesquisa efetuada pela professora e diretora Elisabeth Christ Uliana, soube-se que, em 1886, foi fundada a escola rural de Rio Ponte, hoje EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental. O levantamento foi realizado pelos alunos e professores da escola, ouvindo principalmente o depoimento do senhor Alfredo Neitzke, hoje com 71 anos de vida. Segundo ele, a “escola foi fundada em 1886, pelo professor Germano Herh, que veio da Alemanha – Prússia – em 1858, aos 18 anos, com destino à colônia de Santa Isabel e pelo Pastor Plaster, enviado também da Alemanha para atuar nessa região. Assim começaram a instituir a religião de Confissão Luterana no Brasil e construíram a primeira capela de Rio Ponte. Os construtores foram os próprios membros da comunidade que se reuniram em mutirão”.

A escola teve início a cinco quilômetros de distância de onde está localizada a atual escola até 1945. A propriedade pertencia na época à família Erlacher.

E como o professor e o pastor que iniciaram essa escola eram da Alemanha e os alunos, a maioria, de origem alemã, era ensinado o alemão. No começo, a capela tinha o

objetivo de servir como ponto de pregação para o culto e de escola cristã para a comunidade. No entanto, o tempo foi passando e percebeu-se que a comunidade necessitava de uma aprendizagem além da cristã, pois as crianças dos colonos precisavam tomar conhecimento sobre escrita e leitura, já que os pais vieram alfabetizados da Alemanha. Como também foi a comunidade que dava apoio total para a educação, foi ela a responsável pela sua manutenção por um longo período.

Em 1949 a comunidade, mais uma vez, com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, decidiu construir uma nova capela, funcionando novamente como escola, em um terreno, na época, doado pela igreja, no mesmo local onde se encontra a atual escola. Mais tarde construiu-se uma igreja nova um pouco afastada da escola, esta também reconstruída com algumas modificações.

A escola já se denominou segundo registros 1) Escola Singular de Rio Ponte de 1959 a 1981; 2) Unidocente Rio Ponte de 1982 a 1989; 3) Escola Pluridocente Rio Ponte em 1990; 4) De 1991 a 1992 Escola Unidocente Rio Ponte; 5) Escola Pluridocente Rio Ponte de 1993 até 1997; 6) Em 1998 Escola de Primeiro Grau Rio Ponte, onde iniciou-se a 5ª série do Ensino Fundamental, ficando assim conhecida até 2001; 7) de 2001 em diante, Escola Municipal de Ensino Fundamental Rio Ponte.

A escola era pequena, com uma sala de 45,2 m², outra de 48 m², uma cozinha com 4,4 m², um banheiro feminino e um masculino com 2 m² cada e uma área para serviço/refeitório com 24,36 m². O entorno da escola também era reduzido, com uma cerca simples e um parquinho. Atrás da escola tem uma mata por onde corre um pequeno rio afluente do Rio Jucu, e se cultivava pequena horta no terreno do vizinho, Sr. Tuti Liebmann. Em frente à escola localizava-se a casa paroquial e a igreja, além de ter um enorme pátio da comunidade, onde algumas vezes as crianças brincam. A quadra esportiva, que se utiliza até hoje, é coberta e pertence à escola e à comunidade, pois houve parceria entre comunidade e a prefeitura; a comunidade doou o terreno e a prefeitura de Domingos Martins fez a estrutura hoje usada tanto para eventos da comunidade como pela escola e jovens da região.

Há mais de 10 anos a comunidade de Rio Ponte sentiu a necessidade de uma reforma na escola local, porém com o crescente número de alunos e também passando a atender não somente as crianças de 1ª a 4ª séries, mas também de 5ª a 8ª séries, apenas uma reforma não seria suficiente para atender à crescente demanda. É a partir daí a luta da comunidade por uma escola que atendesse de forma correta os seus alunos e das comunidades vizinhas. Desde 1998 a comunidade de Rio Ponte, junto com os funcionários da escola, vinha recorrendo à administração pública para se ter uma posição quanto ao início da construção de uma nova escola. Somente em 2006 com a administração do Prefeito Wanzete Krüger e do vice Fábio Anselmo Trarbach e da Secretária de Educação Gerlinde Weber, deu-se início à construção da nova escola.

A nova Escola Municipal de ensino fundamental Rio Ponte começou a ser construída no terreno doado pela própria comunidade, terreno esse que se encontrava em nome da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Rio Ponte, situada no alto do morro no centro da comunidade. Sua obra teve início no dia 6 de fevereiro de 2006 numa área de 728,94 m² e a inauguração da escola foi dia 12 de junho de 2007. Atualmente a escola atende a 161 alunos da educação infantil e ensino fundamental e 124 alunos da educação de jovens e adultos no turno noturno.

Pedra Branca | 1903

No ano de 1903, as famílias se reuniram e num mutirão construíram a primeira escola da comunidade no terreno do Sr. Pedro Espíndula, avô materno de Joel, hoje pertencente ao Sr. Nazario de Andrade.

Por falta de manutenção a escolinha fechou e passou a funcionar na casa de Luís Pereira a partir do ano de 1920 e depois na residência de Euvécio Sant'ana até o ano de 1965, quando então não ofereceu mais segurança. A partir daí passou a funcionar na casa de Francisco Pilger, meeiro dos Sant'ana, até o ano de 1974, quando o ex-prefeito Elias

Paganini mandou construir uma nova escola para a comunidade. O construtor foi o Sr. Alberto Reinholz.

No ano de 1996, o ex-prefeito Alfredo Mayer liberou verba para ligar a rede elétrica na escola. Foi reformada e aumentado o espaço da cozinha no ano de 1999, na gestão do ex-prefeito Pedrinho Hoppe.

Entre os primeiros alunos figuram Pedro Espíndula e irmãos, Afonso Pereira e irmãos, Floriano Coutinho e irmãos e também os irmãos Alberto Rudolpho Bullerjahn. No ano de 2003, a escola comemorou seu 1º centenário que passou despercebido de todos.

Os professores que lecionaram na Escola Unidocente de Ensino Fundamental Pedra Branca foram:

- José Espíndula: 1903 a 1920.
- Maria da Penha: 1921 a 1944.
- Célia Pereira: 1945 a 1948.
- Ana Espíndula: 1949 a 1958.
- Leonice Espíndula: 1959.
- Anair Olga Gering Pilger: 1960 a 1986.
- Ademar Kiefer: 1987 até 2010.
- No ano de 2004, a escola funcionou em dois turnos: matutino e vespertino. No matutino trabalhou a professora Gisele Marques.
- Gilla Seibel: 2011.

OBS.: Dados cedidos pela diretora da Escola Municipal Unidocente de Ensino Fundamental Pedra Branca, Domingos Martins, Espírito Santo, 2012.

Escola de Ponto do Alto | 1910

Hollunder (s.d.) afirmam que “por volta de 1910, as famílias que habitavam a comunidade de Ponto Alto sentiram a necessidade de ter uma escola para educar os seus filhos.”

Dentro desse quadro, Hollunder (s.d.)⁹⁸ construiu-se “uma pequena escola na sua propriedade, no local denominado Sapucaia de Baixo, mais tarde denominado de Ponto Alto Velho, local onde se concentravam os garimpeiros nas décadas de 20 e 30.”

Ainda registrado por Hollunder (s.d.): “para o funcionamento desta escola, os pais desta região e regiões vizinhas, contrataram o primeiro professor que foi o Sr. Eduardo Ewald. Essas aulas eram administradas na língua alemã, já que os alunos não falavam a língua portuguesa, onde era dada a prioridade ao domínio de leitura, escrita e as quatro operações fundamentais na matemática.”

No ano de 1920, esta escola foi desativada passando a funcionar na Igreja Luterana na propriedade do Sr. Augusto Damm, onde ele próprio era o professor, sendo precedido pelo Sr. Ramar Kunzendoff.

O professor Eduardo Ewald, passa a trabalhar em uma casa-escola, na propriedade do Sr. Fritz Huwer que se encontrava na divisa da propriedade de Rodolfo Hollunder e a região de Parajú.

Dentre os filhos dos primeiros colonizadores que aqui foram alfabetizados, surge um interessado em colaborar na educação da comunidade, sendo o Sr. Frederico Guilherme Goese, filho de Guilherme Goese e Luiza Hollunder Goese.

Frederico G. Goese passa quatro anos em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, fazendo cursos dentro do magistério.

98 Fernando João Hollunder, terceiro filho do segundo casamento de seu pai Gottfried, com a senhora Catarine Werner Lubmann. Nascido em 4/3/1883 e falecido em 6/5/1949.



Professor Ramar Kunzendorf – sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Professor Guilherme Goese – sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Terminado os estudos, Frederico começa a sua carreira profissional, como professor na Igreja Luterana de Parajú, no ano de 1934, sendo que a maioria dos alunos de Ponto do Alto estudavam com ele, pois as aulas eram administradas em língua alemã e portuguesa, deixando uma casa-escola no Ponto Alto Velho, cuja professora, Fausta Pereira, só administrava as aulas em língua portuguesa.

A partir do ano de 1945, o professor Goese passa a lecionar numa casa-escola na propriedade do Dr. Augusto Schutz, nas proximidades da estrada de Goiabeiras.

“No ano de 1956, o professor Goese usa sua própria moradia para administrar suas aulas, até que, em 1962, o estado constrói a primeira escola de Ponto do Alto, em terreno doado pelo vereador da época, Moacir da Silva Vargas. A escola possuía apenas uma sala, erguida no lugar da escola atual.

No ano de 1972, devido ao aumento do número de alunos, foi feita uma ampliação na escola de mais duas salas de aulas e uma casa para professoras que viessem auxiliar o trabalho do professor Goese, que nessa época passa a ser diretor”.

No ano de 1982, o estado demoliu a escola, para a construção de um novo prédio composto de mais quatro salas de aulas. Também no ano de 1985, a prefeitura com a parceria da comunidade, construiu um segundo pavimento, composto de mais quatro salas de aulas. A última ampliação dessa escola foi a construção de um novo prédio anexo, no ano de 1996.



Escola de Ensino Fundamental de Ponto do Alto – sem data.

ACERVO: ALÉSEA HOLLUNDER

Comunidade Bringer | 1912

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Fazenda Alberto Bringer está inserida na comunidade Bringer, localizada no distrito de Parajú. Atende as crianças de toda a redondeza da comunidade, desde a educação infantil até a 4ª série do ensino fundamental.

A história desta escola começou no ano de 1912, onde um antigo comerciante chamado Zeninho Stein contratou sua cunhada para dar aulas de pomerano para os alunos, a fim de se conseguir comunicar com os pais, que até então não falavam o português. Ninguém sabe o nome da professora.

A escola começou a funcionar na área da cozinha da casa e tempos depois foi construído um paiol, já que o número de crianças interessadas era muito grande não cabendo mais na área da casa de Zeninho. Anos depois foi construída uma escola de uma única sala, onde vários professores passaram a dar aulas.

Por volta de 1975 foi construída uma escola maior com duas salas, onde muitas crianças puderam estudar e aprender. No ano de 2000 a escola passou a ser administrada pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins, no processo de municipalização. No ano de 2011, foi demolida e construída uma nova escola toda estruturada com normas de acessibilidade.

Hoje a escola de Alberto Bringer continua firme e forte, marcando com uma educação de qualidade e competência a vida de cada criança que por ela passa. As aulas são ministradas em dois turnos: matutino, com educação infantil, 1º e 2º anos, e vespertino com 3º ano, 4º ano e 4ª série.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Califórnia – Galo | 1912

De acordo com Kalk (1998, p.23), “as igrejas luteranas filiadas à Paróquia de Califórnia, também eram destinadas para servir como escola. O ensino era praticado por professores leigos, que efetuavam esse trabalho sob a supervisão do pastor. Independente

deste estudo o pastor em cada comunidade utilizava meia hora após o culto para instruir os estudantes do ensino confirmatório”.

Segundo Kalk (1998, p.23) a primeira escola da comunidade do Galo foi fundada em fevereiro de 1912. Era conhecida como Escola Lutzke (hoje Igreja de Sião), tendo como professor Augut Lutzke. Ele ressalta ainda que as aulas e os cultos eram ministrados na língua alemã. Inicialmente era fixado um período de dois anos e realizado em dois dias por semana. A partir de 1913, foi decretado que o ensino fosse de três anos, mas continuou sendo dois dias por semana.

Durante os últimos anos da Primeira Guerra Mundial, a partir de 1917-1919, tempo em que o Brasil estava envolvido no conflito contra a Alemanha, ficou proibido o ensino em língua alemã. Mas o culto em alemão não foi. Posteriormente, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, o ensino na língua alemã foi rigorosamente proibido, juntamente com os cultos na igreja.

Após o término da Segunda Guerra os camponeses da comunidade do Galo tiveram novamente a permissão do governo para que seus filhos fossem alfabetizados na língua alemã, quando o catequista Alberto Lutzke que ministrava o catecismo da religião luterana, voltou a ensinar os filhos dos colonos a ler e escrever em alemão.

Em depoimento, a Sr^a. Maria Emília Kruger Dittrich confirma que as aulas de catecismo/ ensino confirmatório na Igreja de Sião, Comunidade do Galo, eram em alemão e também foram ministradas pelo Senhor Alberto Lutzke, professor leigo.

De acordo com a mesma Maria Emília, em 1940, devido ao período da ditadura, os moradores da Comunidade do Galo tinham medo de serem castigados ou presos, pois falavam somente a língua pomerana e alemã. Com o objetivo de ensinar a leitura e a escrita da língua portuguesa, o Sr. Eduardo Ferdinando Dittrich, que era visto como um líder comunitário, reuniu-se com amigos e vizinhos e juntos decidiram criar e manter uma escola, na qual os gastos com o professor seriam rateados com os pais, portanto uma escola particular. Para alcançar esses dois objetivos contrataram o Sr. Antonio Chagas (mais conhecido como Chaguinhas), não habilitado, contudo

possuía cultura suficiente, dominava a língua portuguesa e se dispôs a alfabetizar na Comunidade.

Para a escola iniciar seus trabalhos era necessário naturalmente um espaço físico. Sendo assim, o Sr. Eduardo cedeu um cômodo dentro de sua propriedade, no qual foi organizada a sala de aula. As aulas iniciaram e os desafios da pequena comunidade continuaram, pois após seis meses de trabalho, o professor Antonio Chagas decidiu ir embora. O senhor Eduardo Ferdinando Dittrich e os camponeses da região não desanimaram e procuraram na sede do Município o Sr. Otaviano Santos, ex-prefeito municipal, que apoiou os moradores e criou a Escola Municipal Singular do Galo, nomeando para o seu exercício a professora recém formada pelo Colégio do Carmo de Vitória, a senhora Paulina Wernersbach, que assumiu e permaneceu nos anos de 1941 e 1942.

A partir do ano de 1943 até 1958, a mudança de professores era constante, pois naquela época a escola já pertencia à rede estadual, os professores escolhiam a cadeira no concurso de ingresso e não compareciam, deixando a cadeira ocupada e sem professor. Por essa razão o Sr. Eduardo movimentou a comunidade e novamente voltou a procurar o poder público municipal. O prefeito municipal Sr. Paulo Lorenzoni designou em caráter provisório a Senhora Maria Emilia Kruger Dittrich, até que um professor habilitado se manifestasse para trabalhar na escola. Sem que ninguém se manifestasse a professora lecionou na escola do ano de 1958 a 1984, não havendo mais interrupção das atividades letivas.

Somente em 1971, após 30 anos de educação na comunidade, segundo “Dona Mimi”, o governo estadual do Sr. Arthur Carlos Gerhardt Santos, juntamente com o ex-prefeito municipal Waldemiro Alberto Hülle, determinou a construção de uma sede própria para o funcionamento da escola. O espaço para a nova construção foi doado pelo Sr. Floriano Augusto Dittrich, filho do Sr. Eduardo Ferdinando Dittrich, e no dia 2 de julho de 1971, foi realizado o lançamento da pedra fundamental. Após um ano, no dia 3/7/1972, foi inaugurado o novo prédio, que possuía uma sala de aula, uma cozinha e dois banheiros.

Em 1985, após a aposentadoria da Sra. Maria Emilia (Mimi), assumiu como professora a Sra. Jamily Maria Jabour Dittrich. No ano de 1986 a escola passou a ser pluridocente, mas um fato interessante exposto pela professora Jamily foi a de que no

período de 1986 a 1991, para atender de 1ª a 4ª séries nos dois turnos, as turmas foram divididas conforme as distâncias. Os alunos que moravam longe estudavam de manhã e os considerados perto à tarde.

No ano de 1992, no mandato do ex-prefeito municipal, Sr. Lourival Berger, para melhorar acolhimento, a escola passou por uma reforma, sendo ampliada uma sala de aula. Mas com o baixo número de alunos, durante o período de 1994 a 1999, a escola funcionou com apenas uma turma com a professora Jamilly Maria Jabour Dittrich.

Em 1996 e 1997, no período noturno, foi oferecida à comunidade a educação de jovens e adultos com a professora Valdicéia Marilha Dittrich. E no ano de 1998, através de decreto, ocorreu a municipalização da escola.

Em 2009 a comunidade reivindicou uma reforma na escola. Após reunião com o ex-prefeito municipal, o Sr. Wanzete Kruger, ficou acordado que, além da reforma, seria feita uma ampliação para a organização de uma biblioteca. Sendo assim, em 31 de julho de 2010, foi inaugurada a EMPEF Floriano Augusto Dittrich, com duas salas, dois banheiros, uma cozinha e uma biblioteca. E juntamente com a escola nova, teve início a turma de educação infantil, que funciona no período vespertino, atendendo alunos de 4 a 6 anos de toda a comunidade.

Obs.: Dados fornecidos pela diretora da Escola EMUEF Califórnia.

Rapadura | 1920

Por volta do ano de 1920, as famílias Klippel, Ribet, Schneider e Faller que eram residentes na comunidade de Rapadura, viram a necessidade de se organizarem e construir ali uma escola, já que seus filhos em idade escolar andavam até cerca de 10 km para chegar às mais próximas da comunidade no distrito de Parajú e a da comunidade de São Bento do Chapéu. No mesmo ano, essas famílias se organizaram e por conta própria construíram, ao lado da Igreja Luterana, a primeira escola da comunidade.

A escola era constituída apenas por uma sala de aula, não tendo banheiro nem cozinha. Segundo os comentários do senhor Júlio Ribet, morador da comunidade, e aluno na época, cada um trazia seu próprio lanche, pois, a escola não tinha sequer água. Nesta época os bancos e as mesas da sala de aula, usados pelas crianças e pela professora, foram feitos com madeira pelos próprios pais dos alunos. A primeira professora foi a senhora Florentina Kloss que cresceu na comunidade e residia ao lado da escola.

Por volta do ano de 1930, receberam a professora Olga Klippel, também moradora da comunidade, que permaneceu lecionando ali por vários anos.

Por alguns meses, a escola de Rapadura recebeu alunos jovens e adultos que viam a necessidade de aprenderem a ler e a escrever. Estudavam à noite, sob luz de velas e foram alfabetizados pelo senhor Júlio Ribet, que lecionou por alguns meses voluntariamente, para cerca de 10 moradores da comunidade.

Depois de alguns anos o senhor Júlio Ribet doou uma área do seu terreno, ainda próximo à Igreja Luterana, para a construção de uma nova escola. Assim, a comunidade recebeu um novo prédio escolar, com uma sala de aula, uma cozinha, dois banheiros e uma área de refeitório. No entanto, nessa época o fogão da escola era à lenha, e por isso, cada aluno era encarregado de trazer lenha para que a professora pudesse preparar a merenda para os alunos. Depois de alguns anos o fogão à lenha foi substituído por outro à gás, facilitando assim, o trabalho da professora.

Durante todos esses anos até os dias atuais, a escola recebeu várias reformas, estando atualmente em boas condições, necessitando apenas de um depósito para o armazenamento dos materiais de limpeza que, apesar de muito ter sido pedido à prefeitura pelos funcionários da escola, até hoje não foi concretizado.

Atualmente, os alunos têm uma visão da escola como sendo um ambiente acolhedor e receptivo, no qual podem se sentir livres para opinar e dar sugestões às práticas diárias desenvolvidas pela professora.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Rapadura já foi, algumas vezes, ameaçada de ser fechada, por haver pouca frequência. O principal motivo dessa baixa

frequência é a proximidade com a Escola Estadual de Parajú. Muitas vezes alguns pais não entendem ou não valorizam o trabalho feito pela escola da comunidade e preferem olhar apenas para a melhor estrutura da escola estadual.

No entanto, existe uma maioria na comunidade que luta e trabalha para que esta escola, de tanta importância, permaneça viva na comunidade.

Obs.: Dados fornecidos pela diretora da EMUEF-Rapadura, Prof.^a Simone Brandt Ramos.

Escola Córrego de São Bento | 1924

Em 1924 ainda não existia a escola Córrego de São Bento e os filhos dos colonizadores aprendiam rudimentos com seus pais, noções de escrita e leitura, mas a maioria era analfabeta. Por volta de 1924, havendo necessidade de uma escola, foi construída uma pequena casa para que as crianças pudessem ali estudar.

Em 1925 começaram as aulas dessa nova escola, cujos primeiros professores foram:

- Esminia Francisca Fortunato;
- Gerino Brandão;
- Bernadete Neves;
- Jaci Neves.

Esses educadores vinham de outras localidades à cavalo, para dar aulas em Alto Sapucaia. Existia somente uma sala para atender os alunos de 1^a a 4^a série, e os professores faziam a merenda escolar dos alunos em fogões a lenha.

A comunidade cresceu muito e tinha um grande número de crianças, e por volta de 1990 decidiu-se pela necessidade de outra escola, que fosse maior para acomodar todas as crianças e dividir as turmas.

Como a prefeitura não podia construir outra, coube ao senhor Arnelino Simmer doar uma casinha dentro da vila para tal finalidade. Reformada, recebeu o nome de Pré-Pedacinho do Céu, funcionando somente com turmas de educação infantil, pertencendo ao Estado.

Essa escola funciona até os dias de hoje. Porém, depois da municipalização, passou a se chamar Escola Municipal Pluridocente de Ensino Fundamental Córrego São Bento.

Essa escola tem hoje aproximadamente 60 alunos e atende da educação infantil ao ensino fundamental de nove anos.

Esses prédios atuais passaram por algumas reformas, recebendo banheiros, cozinhas com equipamentos, dispensas e barras de segurança, para atender crianças com necessidades especiais.

Os alunos são atendidos por 2 linhas de transporte escolar já existentes na comunidade, em 2 kombis dirigidas pelos motoristas Marcos Simmer e Jair Damm.

As crianças recebem alimentação escolar em cada turno fornecida pela secretaria de Domingos Martins. As serventes que hoje preparam essa merenda são Roseli Cabral e Heliane Liebe.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.



Primeira Escola do Córrego São Bento – 1924.
ACERVO: ESCOLA CÓRREGO SÃO BENTO



Atual Escola do Córrego São Bento – Sem data.
ACERVO: ESCOLA CÓRREGO SÃO BENTO



Antigo prédio do Grupo Escolar Teófilo Paulino – sem data.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARGUETA

Escola Teófilo Paulino – Sede | 1939

O Grupo Escolar Teófilo Paulino surgiu somente na data provável de 1939. A escola e os estudiosos da história de Domingos Martins já fizeram longas buscas no sentido de localizar o ato de criação, o que não foi possível. De 1939 até 1969 funcionou como escola de 1º grau (1º ao 4º ano), sendo que pela portaria nº 807, de 30 de abril de 1969 foi criada a Escola de Aplicação.

Durante 36 anos funcionou como grupo escolar sendo que, desde 1975, a cidade de Domingos Martins não possuía uma escola pública para atender aos alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries. Diante deste quadro, a comunidade se uniu à Prefeitura Municipal, procurando sensibilizar as autoridades estaduais para que se criasse a escola de 1º grau de 1ª a 8ª série. Pelo decreto nº 1.100 de 31 de janeiro de 1975, ganhava a comunidade a escola.

O patrono da escola, Sr. Teófilo Paulino, foi professor de aritmética e da iniciação da álgebra na antiga escola normal do Espírito Santo, que recebeu posteriormente outras denominações: Escola Normal Pedro II e Instituto Estadual de Educação. Sabe-se que em Vitória ele residiu por muitos anos na rua da Pedra, hoje Nestor Gomes, exatamente onde fica agora a Livraria Âncora. As pessoas que o conheceram diziam que ele tinha uma larga experiência com ensino ruralista, era expert em aritmética e hábil solucionador de problemas difíceis que surgiam para testar o seu conhecimento na

área. Moreno, de estatura média, desajeitado, revelando características de ter sofrido influência do meio simples onde sempre viveu. Faleceu como professor em Vitória e sua morte foi muito sentida na comunidade escolar.

A escola, logo após a criação do ensino fundamental, passou a funcionar no prédio polivalente, construído para tal finalidade e acrescido de matérias com habilitação profissionalizante. A escola funciona em 3 turnos (matutino, vespertino e noturno) e também oferece ensino médio. A sua frequência é basicamente de alunos de origem alemã, italiana e trabalhadores da agricultura.

Em 1975, passou à característica de “polivalentizada”, com o nome de Escola de 1º Grau “Domingos Martins”, através do Decreto nº 1.100, de 31 de janeiro do mesmo ano, conforme já manifestado.

As transformações vieram progressivamente:

- 1978: transformada em escola de 1º e 2º graus de “Domingos Martins”;
- 1985: passou a ter novamente o nome original, após a extinção das classes de demonstração anexas à Escola de 1º e 2º Graus “Teófilo Paulino”;
- 1999: teve aprovado o curso de habilitação para o magistério;
- 2002: passou a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Teófilo Paulino”;
- 2006: é criado o curso técnico em turismo no currículo escolar;



Teatro Infantil do Grupo Escolar “Teófilo Paulino”
– 1958. Da esquerda para direita: Sônia, Dulcinéa, Sheila, Gilma e Ângela.

OBS.: Ângela era filha do Dr. Arthur Gerhardt que falecera eletrocutada nas dependências do supermercado Schwambach, em Vitória. Peça realizada no Cine Teatro São Geraldo.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARQUETA



Primeira banda marcial do Grupo Escolar “Teófilo Paulino” – Tambores ofertados pela Secretária Estadual de Educação “Magdalena Piza”. Foram 08 (oito), tambores – 1955.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARGUETA



Desfile escolar de 7 setembro – Alunos do Grupo Escolar. Teófilo Paulino – 1955.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARGUETA

- 2008: criado o curso técnico em vendas, eixo tecnológico na gestão e negócios;

Os diretores da escola durante o período de:

- 1938: 1º José Pinto Coelho, 2º Almir Sarmiento, 3º Cecília Pitanga Pinto, 4º Edith Amaral, 5º Paulina Wernersbach Tarqueta (exerceu o mandato por 14 anos), 6º Rosa Helena Schorling Albuquerque (Rosita), 7º Maria da Penha, 8º Marly Schmidt Soyka, 9º Maria Antonia Januário Ferreira, 10º Vera Faria Santos.
- 1974/1987: Ercília Cheffre de Santana.
- 1987/1991: Maria da Glória Mill Kaneko.
- 1991/1995: Elizabeth Gonçalves.
- 1995/1996: Marluce de Jesus Nunes de Souza.
- 1996: Rita de Cássia Naya Maciel Simões.
- 2010: Delfina Schneider (até 2012)

Escola de Melgaço | 1940

Com a ajuda da diretora Sirla Corrêa Pimenta, fomos levantar a história da EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental Melgaço. Segundo o que se recuperou junto à comunidade e arquivos da escola, no período de sua fundação, a partir da década de 1940, o país passava por grandes avanços tecnológicos com grande modernização econômica.

Através de pesquisas realizadas com pessoas da comunidade, pode-se saber que em Melgaço, na época da 1ª Guerra Mundial, existia um pequeno espaço feito de estuque, onde se lecionava apenas a língua

alemã com o professor Gilberto Westphal, que veio da Alemanha e além de professor foi o 1º diácono do Espírito Santo. Era também o dirigente do coro de sopro.

Anos depois, através de relatos, tomou-se conhecimento de que um senhor de sobrenome Baumann passou a lecionar no mesmo local alemão e português, além de ensinar a tocar instrumentos musicais. Com o falecimento de sua esposa, voltou para a Alemanha, país de sua origem.



Escola alemã fechada na 2ª guerra. Escola de Melgaço. Foto de Littio Rosa – 1938.

OBS.: Professora Euflozina Seibel era baiana e veio para Vitória para lecionar. Depois foi para Santa Leopoldina, finalmente Melgaço em Domingos Martins.

ACERVO: ADALBERTO JONAT



Primeira escola construída em Melgaço – Década de 1940. O fotógrafo foi o senhor Littio Rosa – Residente em Caramurú – Santa Leopoldina.

ACERVO: ZENITA PLASTER - MELGAÇO

Todos os alunos estavam uniformizados na foto acima, os meninos em azul e branco e as meninas em vermelho e branco, com gravatas de listras brancas indicando a série que cursavam.

Chama atenção na imagem o fato de todos estarem com os pés descalços, o que indicava a dificuldade financeira das famílias, tornando-se também um costume nas comunidades rurais. Somente em ocasiões especiais é que os adultos usavam sapatos.

Essa escola foi construída entre 1945 e 1946 pela comunidade, no meio de uma pastagem. A construção era de paredes de estuque, com janelas, portas e assoalho de madeira, sem cozinha e sem banheiro, possuindo somente uma sala, na qual funcionava uma classe multisseriada.

O sistema, por volta de 1940, continuava com “escassos recursos didáticos e financeiros, com o ensino ministrado por professores leigos que possuíam apenas até a 4ª série, por total carência de profissional habilitado”. As escolas estavam sempre lotadas de alunos e persistia a dificuldade da língua, pois os alunos falavam português somente enquanto estavam na escola.

Consta nos registros da fundação da escola em 1959: “Escola Singular de Melgaço”, recebendo o nome da comunidade local. Quem lecionava era a professora Elza Schneider. No ano de 1965, o prefeito da época, senhor Paulo Lorenzoni, nomeou Zenita Plaster Lahass como auxiliar de Elza, pois o número de alunos havia aumentado consideravelmente.

No ano de 1967, o prefeito Joaquim Tesch inaugurou o novo prédio, ao lado do antigo espaço, a “Escola Pluridocente Melgaço”.

Em 1998 se tornou “Escola de 1º Grau Melgaço” devido à criação de turmas de 5ª a 8ª séries, e em 2002 tornou-se “Escola Municipal de Ensino Fundamental Melgaço”.

Atualmente a escola atende a 228 alunos de educação infantil e ensino fundamental, sendo administrada pela rede municipal de ensino de Domingos Martins.

A escola está localizada no centro do distrito de Melgaço, distante 30 km da sede do município. A região se destaca pelo relevo montanhoso e clima tropical de altitude, predominando o cultivo de verduras, legumes, bananas, cafés e atividades com pequenos comércios e granjas.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Perobas | 1940

A comunidade de Perobas surgiu através da família Erlacher: o senhor Nicolau Erlacher e a senhora Elisabeth Mees Erlacher, ambos de origem alemã, construíram sua moradia onde existia uma árvore com o nome de Peroba, daí a razão do nome da localidade.

Em 1940 foi construída uma sala de aula na propriedade do Sr. João Erlacher II, filho do Sr. Nicolau, onde iniciaram as aulas com uma professora apelidada de “Fofa”. Havia poucos alunos e estudavam todos em uma única sala.



Escola de Perobas – Inaugurada em 22/09/1948.
ACERVO: HELENA TESCH

No início do ano de 1945, veio uma professora de Campinho, cidade de Domingos Martins, Helena Lemke. Casou-se com Joaquim Tesch no dia 9 de dezembro de 1945, neto do Sr. Nicolau. Ela lecionava em Rapadura. O convite para lecionar em Perobas partiu do senhor Joaquim que era um dentista prático.

Naquela ocasião, o local só possuía 2 casas de residências, segundo depoimento da senhora Helena a José Eugênio, em 17 de agosto de 2011.

A criação da localidade foi feita pelo senhor Joaquim que construiu uma pequena usina elétrica na base do dínamo, em 1945. Pela sua característica, tinha horário para ser desligado, por volta das 22 horas.

Em 1947, foi iniciada a construção da Escola Singular de Perobas, inaugurada em 22 de setembro de 1948. O terreno foi doado pelo proprietário, senhor Antônio Francisco Erlacher, filho do Sr. Nicolau.

No dia 5 de março de 1965, passou a ser denominada Escolas Reunidas “Emir de Macedo Gomes”, porque já tinha alunos de 1ª a 4ª séries. Recebeu esse nome em homenagem ao Secretário de Educação da época. Helena Lemke Tesch, de professora foi também a 1ª diretora da Escola.

No ano de 1978, teve o nome alterado para Escola de 1º Grau “Emir de Macedo Gomes”, mantida pelo Governo do Estado. A escola funcionava em dois prédios: Prédio I e Prédio II (antigo Ginásio).

No mês de março de 2002, terminou a construção da escola nova, no mesmo local onde funcionava o ginásio e no dia 4 de abril mudou-se para lá.

Em junho, mudou a denominação para Escola Estadual de Ensino Fundamental “Emir de Macedo Gomes”.

A partir de 1º de agosto de 2005 foi municipalizada, passando a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental “Emir de Macedo Gomes”, situada à Praça Eurico Gaspar Dutra, nº 61 – Perobas, Domingos Martins – ES.

Diretores que a escola teve:

- Helena Lemke Tesch - 1965 a 1983
- Mercedes Virgínia Stein - 1983 a 1986
- Suely Maria Christ Wilvock – 1986 a 1991
- Inês Maria Tschaen – 1991 a 1993
- Glecilda Borlot de Andrade – 1993 a 1995
- Cenira Degen Rocon – 1995 até 2010
- Regiano Erlacher – 2010 a 2011.

Em 2010, passou a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental “Antonio Francisco Erlacher”.

Em 1970, foi criado o Ginásio “Dr. Arthur Gerhardt” através da associação Cultural de Alfredo Chaves por intermédio do líder comunitário, senhor Joaquim Tesch, funcionando como rede de ensino particular. Esse nome foi dado em homenagem a um médico e ex-prefeito de Domingos Martins. Foram construídas quatro salas de aula e dois banheiros. Das salas de aula, duas foram construídas pelos pais e duas outras com

dinheiro arrecadado com festas, etc. O diretor era o Pastor da Igreja Luterana de Ponto Alto, Carlos Valkimir, e o secretário Alfredo Venino Rodrigues.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Tijuco Preto | 1942

Em 1942, surgia a escola rural da comunidade de Tijuco Preto.

Segundo pesquisa realizada pelos alunos da 8ª série, no ano de 1942 o senhor Guilherme Haese, morador de Tijuco Preto, cedeu um sobrado que antes servira de moradia, para o funcionamento da primeira escola na comunidade. Funcionava em apenas um turno, com uma sala de aula e um só professor: o senhor Pepito Santos.

Devido à sua estrutura precária, a escola não servia merenda e não possuía banheiro, contando com poucos alunos. Com o passar dos anos, o sobrado foi se desgastando não oferecendo mais condições de segurança para o professor e seus educandos, necessitando de um local mais apropriado para o seu funcionamento.

Diante dessa situação o senhor Lourival Borghardt cedeu uma casa com melhores condições para dar continuidade ao funcionamento da escola, a qual recebeu mais alunos e outros professores, como a senhora Vanilza Máximo Borghardt.

Entre os anos de 1968 e 1970 o senhor Daniel Borghardt doou um terreno para a Prefeitura Municipal de Domingos Martins, medindo 50 m², destinado à construção de nova escola. O prédio possuía uma sala de aula, uma cozinha, dois banheiros e uma área de recreação.

Até o ano de 1965 a escola era conhecida como “Escola Unidocente Tijuco Preto”, mantida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em convênio com a Prefeitura Municipal de Domingos Martins.



Escola Singular de Tijuco Preto – Sem data. Alunos e a professora Judith Ferreira Pereira.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARQUETA

A partir do ano de 1986, passou a ser denominada “Escola Pluridocente”, contando com um número maior de alunos, com merendeira, servente e a construção de mais uma sala de aula, onde mais tarde funcionaria a Pré-escola “Ursinhos Carinhosos”.

Com a municipalização do ensino fundamental em 1998, a escola passou a funcionar pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins, tendo sido ampliada e reformada. O prédio escolar passou a ter quatro salas de aulas, uma cozinha, um depósito de merenda, cinco banheiros, uma sala de TV e vídeo, uma secretaria e um espaço de recreação, ocupando uma área total de 645 m².

No ano de 1999, passou a denominar-se “Escola de 1º Grau Tijuco Preto”, funcionando de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental.

A partir do ano de 2000, com a municipalização, passou a denominar-se “Escola Municipal de Ensino Fundamental Tijuco Preto”, tendo como primeira diretora Kristine Lourenço, uma secretária e três serventes.

No ano de 2001 até meados de 2005 a escola foi administrada pela diretora Jaqueline Fileti Barboza Kuhn.

A escola atualmente atende a 167 alunos de educação infantil ao ensino fundamental. A prática pedagógica da escola é baseada na realidade dos alunos e

é voltada para uma educação que busca formar cidadãos críticos capazes de pensar e agir em favor de um mundo mais humano e mais justo.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Alto Jucu | 1945

A escola municipal de ensino fundamental “Cristo Rei” do Alto Jucu – Distrito de Aracê, foi fundada em 1945, segundo depoimentos de moradores. A primeira escola da comunidade funcionava numa casa, ao lado da residência do Sr. Antonio Leirosa. A pequena construção de estuque não tinha energia elétrica, nem água encanada. De início, os alunos sentavam no chão. Mais tarde, construíram-se bancos de madeira para acomodação dos alunos.

Antes dessa época, por volta de 1931, os alunos eram alfabetizados na igreja de Confissão Luterana, comunidade próxima a Cristo Rei, na propriedade do senhor Carlos Velten. Seu sobrinho, Adão Velten, era quem lecionava, pago pelos pais de alunos. Muitas vezes as aulas aconteciam nas próprias residências dos alunos, com a exigência das igrejas para aprender também o catecismo.

As condições de estudo eram precárias nessa época. Os alunos caminhavam longos percursos até a escola, atravessando, inclusive, lugares perigosos, com matas e rios.

Por volta de 1942, foi fundada a comunidade de Cristo Rei. Nessa ocasião, o senhor Antônio Leirosa cedeu a sala de aula de sua própria casa para realização das aulas. Após alguns anos, em 1950, o senhor José Pereira, mais conhecido como José Pedreiro doou o terreno e o Estado, na pessoa do governador Carlos Lindemberg, subsidiou a construção da primeira escola propriamente dita.

Em 1970, no mandato do prefeito Joaquim Tesch, o senhor Germano da Silva Salles, filho de Antonio Leirosa, doou o terreno onde está assentada a atual escola. A

primeira tinha uma sala de aula, um banheiro e uma cozinha. A nova recebeu o nome de Escola Unidocente Cristo Rei.

Com o crescente número de alunos, a escola passou a oferecer, a partir de 1986, aulas em dois turnos, matutino e vespertino. Naquele ano, contratou-se a primeira servente, dona Floripes Leirosa da Conceição, que permaneceu na escola até o ano de 1991.

Os primeiros professores a reger o estabelecimento foram José Trarbach, Antônio Silva, Neuza Teixeira de Souza e sua irmã, Jaíra, Idalina Donna, entre outros.

Em 1987, foi contratada a professora Inês Vidal Vieira. Nessa época, apesar das melhorias que já haviam ocorrido na construção, o prédio não era forrado, a mobília era precária, não tinha o mínimo conforto. A professora não dispunha de recursos adequados. Nessa ocasião, foi contratado como pedreiro o senhor Valmir Herbst para reformar a escola.

Por volta de 1990 aconteceu a centralização e os alunos de 1ª a 4ª séries iriam ser transferidos para a EMEF Mendes da Fonseca. A comunidade uniu-se contra a medida e a escola não fechou.

Em 1996, abriu-se a primeira turma de educação de jovens e adultos, com a professora Inês Vidal Vieira na regência. Posteriormente, em 1998, a escola passou a oferecer, progressivamente, as séries finais do ensino fundamental.

Em 2001, passou por reforma e ampliação de suas dependências, devido ao aumento do número de alunos.

No ano de 2008 abriu-se a primeira turma de educação infantil. Possui um ginásio de esportes.

Diretores da escola:

- 2000 – Názia Rodrigues
- 2001 – Simone Pereira

- 2003 – Zildete Alves de Lima Costa
- 2004 – Clébia de Souza Carvalho
- 2007 até hoje – Philippe Peterle Modolo

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Aracê | 1947

Por essa época já existia também a escola singular de Aracê, fundada em 1935. Utilizando-se de depoimento da diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental “José Uliana”, professora Patrícia de Lourdes Galvani, sabe-se que “o local onde hoje é a sede da comunidade, até 1920, era habitada por índios purís. Em 1921, foi desbravada por tropeiros, que aqui passavam para ir para Ouro Preto, com suas tropas carregadas e assim fugir dos impostos que eram cobrados. Tinha como chefe o oficial do exército capitão Barcelos. Por esse motivo, o local passou a se chamar Barcelos, em homenagem ao militar. Ele se instalou nas proximidades da nascente do rio que também passou a denominar-se Barcelos, afluente do rio Jucu, originando, mais tarde, o nome da escola da comunidade.

As primeiras famílias instaladas na comunidade foram Ramos e Sales. Com o decorrer dos tempos, as terras passaram a pertencer a novos proprietários, tendo Adolfo Pizzol adquirido boa parte delas anos depois e doado o terreno para a construção da escola.

A escola foi fundada em 1947 (a data não confere com outros depoimentos), e inaugurada pelo governador da época, Jones dos Santos Neves, com um grande churrasco para os moradores da localidade e comunidades vizinhas.

Teve como primeiro professor, o Srº José Domingos, que morava em São Rafael e vinha à cavalo atender aos alunos que eram, em grande número, analfabetos.

Desde a fundação até o ano de 1982, a escola funcionou nos dois turnos e às vezes atendia também aos alunos adultos, no turno noturno. Na ocasião chamava-se Escola Singular Rio Barcelos I e II.

De 1982 a 1989 passou a atender somente um turno, com uma sala multiseriada. De 1989 a 1994 voltou a atender dois turnos e a denominar-se de Escola Pluridocente Rio Barcelos.

Em 1998 foi municipalizada passando a chamar-se EMUEF Rio Barcelos e em 1999 abriu-se uma turma de 5ª série do ensino fundamental, que funcionava no Centro Comunitário Rio Barcelos e no ano seguinte, a turma da 6ª série. Em 2001 essas turmas foram transferidas para Mendes da Fonseca, por falta de espaço e por ter poucos alunos.

Nos anos de 2003 e 2004 voltou a funcionar como pluridocente com 2 turmas: 1ª e 2ª, 3ª e 4ª série. No de 2003 a escola foi interditada pelas suas condições físicas precárias, passando a funcionar no centro comunitário Rio Barcelos.

A partir de 2005, os alunos da comunidade vizinha, que estudavam na EMUEF Mendes da Fonseca, passaram a frequentar a escola, aumentando assim o número de alunos. Passou então a funcionar com um professor para cada série e duas serventes.

Em 2008, foi inaugurada a nova escola e em 2009 passou a atender 220 alunos, da educação infantil ao ensino fundamental, iniciando o ano letivo nas novas instalações, que recebeu o nome de EMEF José Uliana, em homenagem à família que doou o terreno para a sua construção. Atualmente, a escola atende a 190 alunos da Educação Infantil a 8ª Série do Ensino Fundamental.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Melgacinho | 1948

A escola municipal de ensino fundamental “Augusto Peter Pagung”, em Melgacinho, na estrada principal de Melgaço, naquele distrito, foi fundada em 1948, instalada na propriedade do Sr. Otto Braun local em terreno da família Klitzke. Essa primeira escola foi construída com a ajuda de pais que ficaram preocupados com o aprendizado de seus filhos. O professor na época era um alemão chamado Naumann, que morava na região.

Mais tarde as escolas de alemão foram fechadas ficando os alunos sem aulas. Os pais preocupados com a situação solicitaram ao senhor Otto Braun a construção de uma outra escola que passou a chamar-se Escola Mista de Melgacinho, mista porque havia várias séries juntas. Nessa época a professora era a Sr^a Euflorzina Saibel e mais tarde passou a ter o nome de Escola Singular de Melgacinho. Na escola somente havia carteiras e lousa, sem banheiro, não havia servente, nem merenda. Havia muita dificuldade de locomoção.

Posteriormente as famílias que moravam nas redondezas foram aumentando e com isso transferiram a escola para a Fazenda Pagung no terreno do Sr. Augusto Peter Pagung. Inicialmente construíram uma escola menor; mais tarde o número de alunos aumentou e houve necessidade de ampliação. Foi ampliada e inaugurada em 1968 na gestão do Prefeito Joaquim Tesch.

Até hoje é possível observar a originalidade dos traços culturais da tradição, como a religião, os costumes, a língua e a construção de casas em estilo colonial português.

A escola passou por diversas denominações:

1) Mista de Melgacinho, 2) Unidocente, 3) Pluridocente, 4) 1º Grau de Melgacinho, 5) 1ª Grau Augusto Peter Pagung. Atualmente é conhecida como Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto Peter Pagung, atendendo alunos de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de São Miguel | 1950

Em 1950, foi fundada a escola São Miguel. Nessa época as escolas mais próximas ficavam no Galo, em Pedra Branca, em Campinho ou em Santa Isabel. O trajeto tinha que ser feito a pé o que dificultava muito o acesso das crianças à escola. Pensando na importância da instrução escolar para as famílias da comunidade e também para os seus filhos, o senhor Eugênio convidou o professor Geraldo Máximo para dar aulas numa casa de sua

propriedade na comunidade. Essa casa servia ao mesmo tempo de escola e de moradia para a família do professor. A aula era ministrada na sala da casa.

O local onde ficava a primeira escola da comunidade é o mesmo onde foi construída a escola nova de São Miguel, cujo terreno foi doado por iniciativa do senhor Eugênio Pinto Sant'Anna em 1970, com escritura de doação no nome do seu filho Anselmo Sant'Anna que recebeu essa propriedade de herança de seu pai.

No início a escola chamava-se Escola Singular São Miguel. Em 1998 tornou-se Escola de 1º Grau. Em 2002 a 1ª turma de 8ª série concluiu seus estudos.

Desde o ano de 2000 a escola funciona com 2 salas da Igreja de São Miguel alugadas pela prefeitura municipal. Os alunos são da própria comunidade e vizinhos: Califórnia, Galo, Alto Galo, Pedra Branca e Alto Biriricas.

Os alunos usam o transporte escolar para chegar até a escola, filhos de pequenos proprietários rurais ou meeiros, que trabalham em lavouras de café, banana da terra, pocan, entre outras.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Ginásio de Domingos Martins – Sede | 1952

Somente em 1952 foi iniciado pelo Meretíssimo Juiz de Direito de Domingos Martins, Dr. José Paulino Alves Junior, o movimento para dotar o município de um estabelecimento do ensino secundário, também conhecido à época, como “gymnásio”.

A idéia inicial partira dos Drs. Fernando Rabello e José Cupertino de Almeida, quando passaram pela Comarca Judiciária de Domingos Martins.

Os jovens que possuíam idade escolar para frequentar as escolas mais próximas de Domingos Martins, teriam que fazê-lo em Vitória, Muqui, Viçosa (MG), ou outra localidade, desde que as suas famílias tivessem rendas financeiras para mantê-los nesses estabelecimentos de ensino.

A iniciativa do Dr. José Paulino teve plena acolhida pela sociedade martinense, além de autoridades municipais, estaduais e até federais, com destaque aos deputados estaduais do município Srs. Gustavo Wernersbach e Otaviano Santos; Dr. Jefferson de Aguiar, então Presidente da Assembléia Legislativa Estadual; Dr. Eurico de Aguiar Sales, então representante do município na Câmara Federal, naquela oportunidade e Presidente da Comissão Federal de Educação; Dr. Arthur Gerhardt, Prefeito Municipal, e Dr. Christiano Dias Lopes Filho, então Presidente no Estado da Campanha do Ginásio Gratuito, mais conhecida como CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e do Secretário da Educação Estadual, Prof. Rafael Grisi.

A Prefeitura, na época administrada pelo Dr. Arthur Gherardt, conseguiu autorização da Câmara Municipal de Vereadores para aquisição de um terreno, onde se ergueria o tão sonhado estabelecimento de ensino secundário.

Coube ao Sr. Theodoro Schwambach doar parte do terreno onde pudesse ser construído o ginásio de esportes. Contribuíram para esta decisão os argumentos apresentados pelo Senador Jefferson de Aguiar, pelo Deputado Estadual Gustavo José Wernersbach e pelo Sr. João Baptista Wernersbach, sobre a necessidade do município possuir este tipo de educandário.

Os percalços para a criação do educandário foram inúmeros, a começar pelas dificuldades levantadas pelo “Cartório de Registro de Imóveis, que, por ser adversário político dos que se encontravam à frente da iniciativa, procurou criar todo tipo de embaraços para efetivar a legalização do terreno.”

Mas, os martinenses não desanimaram em nenhum momento, e os próprios aliados do proprietário do cartório se colocaram contrários à posição tomada pelo seu “companheiro”. No dia 28 de julho de 1953, era então fundada a CNEC – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos quando presidente estadual Dr. Cristiano Dias Lopes Filho. (Campanha do Ginásio Gratuito).

Entretanto, somente em abril de 1954, foi autorizado pelo Ministro da Educação Sr. Antônio Balbino o funcionamento do novo estabelecimento de ensino, sem ainda possuir a infraestrutura exigida pela legislação da época.

A autorização foi de caráter excepcional, tendo sido designado inicialmente o Prof.º Dr. João de Abreu, então Inspetor Federal da Escola Normal Pedro II, de Vitória, para presidir aos exames de admissão, que deveriam ser realizados ainda no mês de abril. Outros componentes da Banca Examinadora: Dr. Carlos Dias de Miranda Cunha, Dr. Manoel Nunes, Dr. Antonio Dias de Souza e do Dr. Geraldo Costa Alves.

O então Governador do Estado, Dr. Jones dos Santos Neves, determinou a construção de modelar prédio, localizado próximo ao Fórum, logo na entrada da cidade.

Entrementes, enquanto era construído o prédio próprio, as salas de aulas ficaram situadas nas dependências do Grupo Escolar Teófilo Paulino, no salão do pavilhão da Igreja Luterana e em uma sala no prédio da residência do Sr. Otto Koehler.

Essas autoridades, quando chegaram à Campinho, foram recebidos com “fogos de artifício e com o espoucar de foguetes e bombas.” À noite, o Prefeito Dr. Arthur Gerhardt e Exmª Srª Carmem Busato “ofereceram aos ilustres visitantes um lauto banquete, em regozijo pelo acontecimento que se tornou marcante em nossa cidade.” Visitaram o local do terreno, onde também foi apresentado o projeto de construção da escola, elaborado pela engenharia do Estado. Os visitantes foram também recepcionados pelo Sr. Estevão Nickman e sua esposa, senhora Maria, pessoas de grande destaque na sociedade martinense. Ele era médico e veio da Alemanha.

O aluno que conseguiu a primeira colocação no exame seletivo foi o José Alberto Kuster, com a média de 92 pontos. Quem preparou os candidatos ao exame de admissão ao ginásio, foi a Profª Nair Seibel Simão, filha da professora Euflorzina Seibel.

Os alunos que participaram desse exame realizado nos dias 12, 13 e 14 de abril de 1954, com a presença do Inspetor Federal Dr. João de Abreu Martins Ribeiro, sendo a Comissão Examinadora constituída pelos professores Carlos Dias Miranda da Cunha,

Geraldo da Costa Alves, José Nunes Pereira, Paulina Wernersbach Tarquêta e José Paulino Alves Juníior, foram os seguintes:

- | | |
|-----------------------|----------------------------|
| ■ Acélia Lemke, | ■ Helzira Luiza Scwambach, |
| ■ Almir Lemke, | ■ Irany Kroehler, |
| ■ Ana Maria Stein, | ■ Iza Gerhardt, |
| ■ Anair Olga Jahring, | ■ Jacyra Vieira, |
| ■ Delária Klippel, | ■ José Alberto Kuster, |
| ■ Elmiro Schneider, | ■ Maria Marlene Bautz, |
| ■ Erival Christo, | ■ Maria Marlene Corassa e |
| ■ Elvira Schneider, | ■ Waldemiro Schneider |

As matérias exigidas para o exame: Português, Aritmética, Geografia e História, sendo as provas escrita e oral. A aluna Hilda Gerhardt prestara exame de admissão na cidade de Itaguaçu (ES), totalizando com ela 17 alunos na 1ª série do ginásio. Na 2ª série iniciada em 1955, entraram para a 1ª turma: Dora Schwambach, Theodoro Manoel Stein, Ivone Cecília Lewin, Maria Alda Paxiotti, Maria Ângela Lopes e Wanda Kill. Deixaram a turma Erival Christo, Helzira Luiza Schwambach e Theodoro Manuel Stein.

O 1º Corpo Docente do ginásio ficou constituído pelos professores:

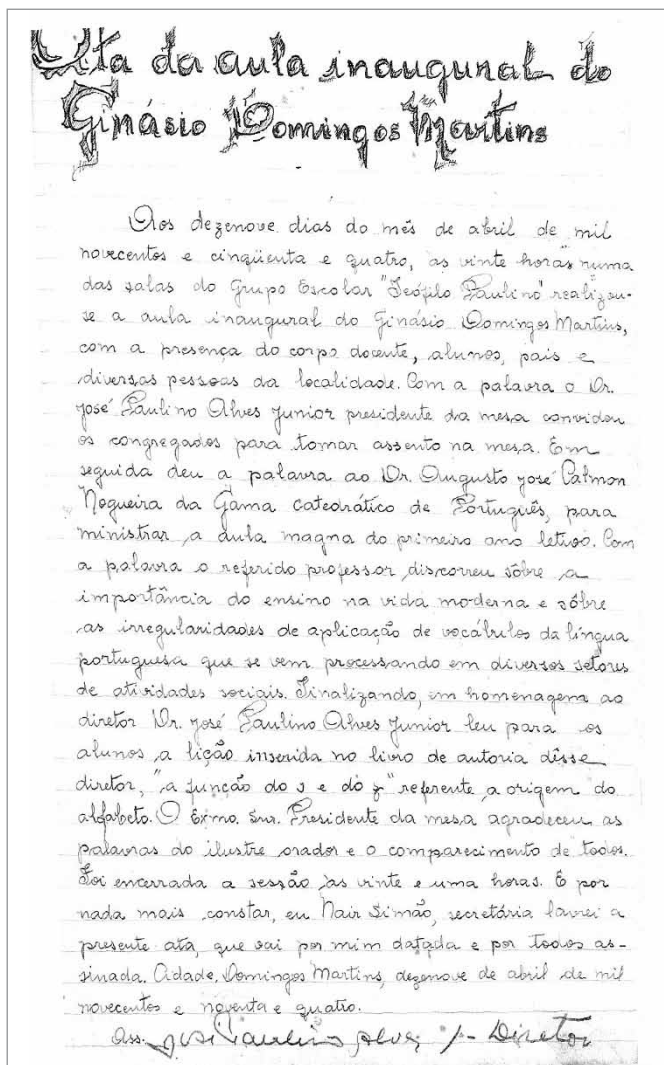
- Dr. José Paulino Alves Junior – Diretor e Professor de Francês,
- Dr. Augusto Calmon Nogueira da Gama – Professor de Português,
- Pastor Sigmundo Wanke – Professor de Matemática e Latim.
- Dr. Arthur Schneider – Professor de Geografia Geral
- Sebastião Isaac – Professor de História Geral e do Brasil,
- D. Paulina Wernersbach Targueta – Professora de Desenho,
- Prof.^a Juventina Wernersbach – Professora de Trabalhos Manuais,
- D. Carmen Busato Gerhardt – Professora de Educação Física,
- Prof.^a Nair Seibel Simão – Secretária do Ginásio.



1.ºs Professores da CNEC – Campanha Nacional de Educandários gratuitos. Da esquerda para a direita: 1) Dr. Arthur Schneider, 2) Nair Seibel, 3) Dr. Augusto Calmon Nogueira da Gama, 4) Dr. José Paulino Alves Junior (Diretor), 5) Pastor Siegmundo Wanke, 6) Prof.ª Paulina Wernersbach Targueta, 7) Prof.º Sebastião Isaac Ferreira – 1954.

OBS.: Não se encontram nesta foto as Prof.ªs Juventina e Carmem Busato Gerhardt.

ACERVO: D. PAULINA WERNERSBACH TARGUETA



Ata da Aula Inaugural do Ginásio Domingos Martins – 19/04/1954.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

A aula inaugural foi proferida pelo Prof.º Dr. Augusto Calmon Nogueira da Gama, naquela ocasião, exercendo também o cargo de Promotor Público Estadual. O Sr. Isaac era servidor público do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Dr. José Paulino, Meritíssimo Juiz de Direito.

O ginásio contava ainda com a colaboração dos Prof.ºs Geraldo da Costa Alves, José Nunes e Carlos Cunha, quando da formatura da primeira turma.

Alguns momentos da construção do ginásio:



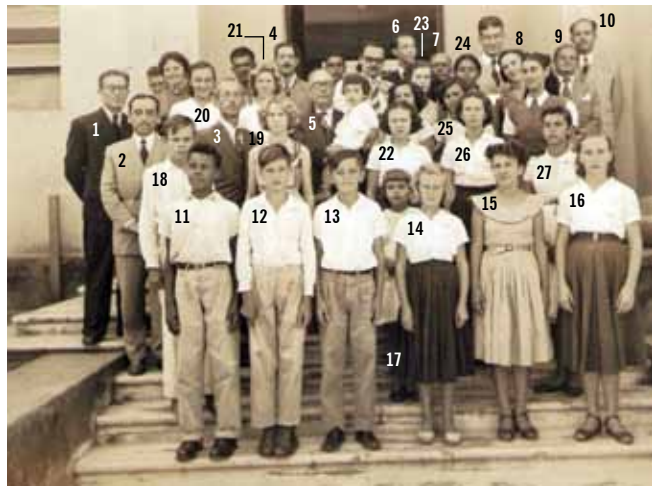
Uma das etapas da construção do ginásio ainda sem o reboco – 1966.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS



Visita da comunidade a obra do ginásio – 1966.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS



1ª Turma do Ginásio da CNEC – 1954. Da esquerda para a direita: 1) Pastor Siegmundo Wanke, 2) Prof.º Sebastião Isaac, 3) Dr. Arthur Schneider, 4) Dr. Augusto Calmon Nogueira da Gama, 5) Dr. José Paulino Alves Junior, 6) Inspetor Federal João de Abreu, 7) José Nunes, 8) Prof.ª Paulina Wernersbach Tarqueta, 9) Carlos Cunha e 10) Dr. Manoel (Posto de Saúde) e os alunos: 11) Erival, 12) José Alberto, 13) Elmiro, 14) Anna Maria Stein, 15) Almir, 16) Helzira, 17) Angela, 18) Waldemiro, 19) Maria Marlene Corassa, 20) Elvira, 21) Delária, 22) Isa, 23) Irany, 24) Jacyra, 25) Acélia, 26) Anair e 27) Mama Marlene Bautz.

ACERVO: PAULINA WERNERSBACH TARGUETA



Alguns operários que trabalharam na construção do ginásio – 1966.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS



Outros operários que trabalharam na construção do CNEC – 1966. Da esquerda para a direita: Amiro Jähling, Nelson (filho de Vergulina), Oscar Paiva, Floriano Rupf, Rupf (Altino), Arnaldo Jähling, demais não identificados.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS



Fase final da construção do ginásio Domingos Martins da CNEC – 1966.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

A galeria dos diretores da CNEC:



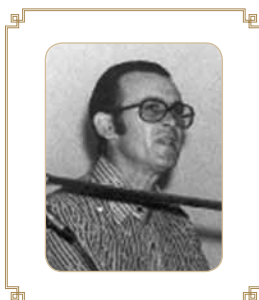
Dr. José Paulino Alves Junior
(1º Diretor – 1954 a 1956)



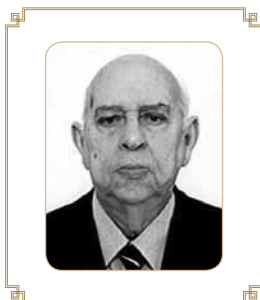
Pastor Sigmund Wanke
(2º e 4º Diretor – 1957 a 1959 e
1961 a 1963)



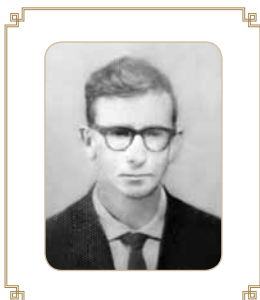
Prof.ª Paulina Wernersbach Tarqueta
(3ª Diretora – 1960 e 1961)



Willion Fernando Boato
(5º Diretor – 1963 e 1970)



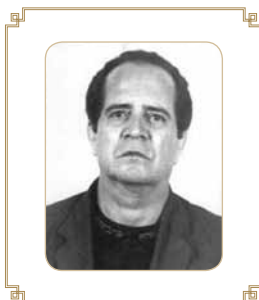
Amúlio Finamore Filho
(6º Diretor – 1971)



Dario Kill
(7º Diretor – 1972)



Iza Gerhardt Boato
(8ª Diretora – 1973 a 1979)



Dr. Aims Ferreira da Silva Periquito
(9º Diretor – 1980 a 1984)



Os presidentes do Conselho Administrativo da CNEC, constante do estatuto da instituição estadual foram:

- de julho de 1953 a abril de 1955 Dr. José Paulino Alves Júnior
- de abril de 1955 a novembro de 1981 Odílio Antônio Lopes
- de novembro de 1981 a novembro de 1983 Alfredo Meyer
- de novembro de 1983 a maio de 1987 Ivoni Maria Velten
- de maio de 1987 a outubro de 1990 Aarão Deps
- de outubro de 1990 a junho de 1995..... Pedrinho Raul Hoppe
- de junho de 1995 a 1988..... Romeu Luiz Stein
- de 1998 a 2004 Waldir Iote Freitas

A sua primeira diretoria foi composta pelo seguintes membros:

- Presidente Dr. José Paulino Alves
- 1º Vice-Presidente Dr. Arthur Gerhardt
- 2º Vice-Presidente Theodoro Schwambach
- 3º Vice-Presidente Paulina Wernerbach Targueta
- Secretário Geral Sebastião Isaac Ferreira
- 1º Secretário João Mário Pitanga Pinto
- 2º Secretário Antônio José Ribeiro
- 1º Tesoureiro Dr. Arthur Schneider
- 2º Tesoureiro Adílio Antonio Lopes
- Conselho Fiscal..... Deputado Octaviano Santos
Pastor Sigmund Wanke
Francisco dos Santos Silva

Os sócios fundadores da CNEC, num total de 241 foram:

- | | |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| ■ José Paulino Alves Júnior | ■ Adrião Pylro |
| ■ Jefferson de Aguiar | ■ Franz August Herman Wilhen Saibel |
| ■ Arthur Gerhardt | ■ Eurico Kuster |
| ■ Paulo Antônio Lorenzoni | ■ Waldemar Kill |
| ■ Octaviano Santos | ■ Edgard Endlich |
| ■ J. M. Pitanga Pinto | ■ Eduardo Huver |
| ■ Jorge Faria Santos | ■ Maria da Penha Faria Santos |
| ■ Alfredo Velten | ■ José Simão |
| ■ Estevão Nickmann | ■ Carlos Germano Schwambach |
| ■ Siegmund Wanke | ■ Roberto João Guilherme Schneider |
| ■ Francisco dos Santos Silva | ■ Guilherme Lampier |
| ■ Paulo Kröhling | ■ Arnaldo de Jesus |
| ■ Romero Lofego Botelho | ■ Sebastião Helmer |
| ■ Pedro Ewald Quarto | ■ Lourival Velten |
| ■ Arthur Schneider | ■ Germano Hellmer |
| ■ Gustavo José Wernersbach | ■ Alfredo Schneider |
| ■ Theodoro Schwambach | ■ Aldino Floriano Rupf |
| ■ Waldemiro A. Hulle | ■ Ermindo Henrique Broedel |
| ■ Odílio Antônio Lopes | ■ Emílio Shneider |
| ■ Arlindo Lírio Assunção | ■ Augusto Schwambach Filho |
| ■ Augusto Weyn | ■ Alberto Pagung |
| ■ Alfredo Rasch | ■ José João Kuster |
| ■ João Batista Wernersbach | ■ José Chagas Filho |
| ■ Oswaldino Siqueira | ■ Jorge Bringe |
| ■ Florêncio Alberto Pagung | ■ Avides Targueta |
| ■ Raymundo Mendes de Albuquerque | ■ Matheus Nogueira da Costa |
| ■ Ulurico Hulle | ■ Ilmar Kiefer |
| ■ Antônio José Ribeiro | ■ Pedro Paulo Lube |
| ■ Manoel dos Santos | ■ Walter Soyka |
| ■ Oscar Gerhardt | ■ Paulo Hertel |
| ■ Manoel Pereira de Jesus | ■ Geraldo Nicolau Wolkers |
| ■ Aurélio Ewald | ■ Adílio Espíndula |
| ■ Antonio Laurentino Vieira | ■ José Francisco Stein |

- Flomino Mariano
- Augusto Faller
- Antonio Thomas Majeski
- Maria Waiandt Schneider
- Zeferino José Salles
- Sebastião Isaac Ferreira
- Nelson Endlich
- José Joaquim de Barros
- Oscar Kill
- Emílio Kiehler
- Floriano Francisco Rupf
- Theobaldo Shwambach
- Antenor dos Santos Borgo
- Primo Segrini
- Emílio Gustavo Hulle
- José Domingos Macedo
- Pedro Franz
- Joanito Campos
- Ana Maria S. Stein
- Pedro Cardoso
- Francisco Vitória
- Fernando C. Gustavo Gerhardt
- Edmundo Velten
- Walter Horning
- Guilherme Schwambach Sobrinho
- Alida Schwambach
- Arlino Espíndula
- Nicolau Kroling
- Fellipe Eduardo Klippel
- Erminio Bringer
- Theodoro Faller
- Nicolau Oswaldo Krüger
- Walder Schneider
- Edmundo Schneider
- Pedro José Marques
- Pedro José Weyn Filho
- João Alfredo Stein
- Pedro Merscher
- Waldemiro Cardoso
- Pedro Cardoso
- Pedro Victor
- Elizabeth Hoffman Schneider
- João Pedro Schneider
- Agostinho Marques
- Floriano Kiefer
- Elias Jorge Borjaile
- Pedro Júlio Kroling
- Francisco Christ Sobrinho
- Jacomo Lorenzoni
- Henrique Kniedel
- José Francisco Trarbach
- Daniel Krohling
- Pedro Huber
- Gustavo Pedro Stein
- Everelado Ewald
- Luiz Mill
- Belmiro Christ
- Delclécio Christ
- Geraldo Littig
- Hugo Littig
- Emílio Wruck
- Alfredo Waiandt
- João Tesch
- Hélio Saibel
- Carlos Behning
- Alfredo Effgen
- Hilton Ezequiel Ronchi
- Oswaldo Schmidt

- João Gonoring
- Aurelina Correa
- José Tarqueta Sobrinho
- Anna M. de Oliveira
- Liberalino Feigel
- Francisco Cypreste
- Sizinio Stein
- João Francisco Simmer
- José Bernardo Trarbach
- João Henrique Trarbach
- Jovino Krebel
- José Moreira Bourguignon
- José Pereira Salles
- Albertino João Krüger
- Joaquim Tesch
- José Joaquim Christ
- Roberto Anselmo Kautsky
- Marcelino Raimundo Perin
- Alfredo Bordart
- Theodoro Adolpho Büge
- Arthur Carlos Krüger
- Frederico Guilherme Goese
- João Inácio Stein
- Hugo Klippel
- Arthur Schlenz
- Augusto Beltz
- Coriolano Stein
- João Alfredo Littig
- Antônio José Erlacher
- João Nicomedes Ribedt
- Antônio Francisco Simmer
- Alberto Joaquim Stein
- Floriano Frei Leal Simmer
- José dos Santos Silva
- Nelson D'Avila
- Bernardo Leonor Effgen
- Ricardo Plaster
- Arthur Borghardt
- Augusto P. B. Pagung
- Gabriel J. P. Klippel
- Erostrides Barreto Gomes
- Felipe Afonso Schneider
- Belmiro Littig
- Adolpho Germano Gerhardt
- Joaquim Tavares
- Guilherme José Brickwede
- Eduardo Helmer
- Nilton de Oliveira
- Alcides Endlich
- José Bernardo Bremenkamp
- Oswaldo Kohler
- Francisco Borlot Filho
- Miguel Antônio Mascoli
- Raul Bonelli
- Geraldo Liaudro Costa
- Antônio Merísio
- Alcino Denadai
- João Birschner Lübe
- Miguel João Thomas
- Eugênio Pinto Santana
- Gerino Brandão da Rocha
- Alfredo João Littig
- Anhold Felipe Affonso Uhl
- Luiz Antonio Simon
- Antenor Ribet
- Arnaudo João Schneider
- Edmundo Littig
- Bertholdo Alberto Littig

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| ■ Augusto Waiandt | ■ Alfredo Uhl |
| ■ Roberto Koehler | ■ Gustavo Gerhardt |
| ■ Nilton Koehler | ■ Bernardo Germano Holohers |
| ■ Otto Koehler | ■ Victor Pinto Martins |
| ■ Arthur Bruske | ■ Raphael Ronchi |
| ■ Reynoldo Hollunder | ■ Antonio Wernersbach |
| ■ Oscar Felipe Hand | ■ Agostinho Crist |
| ■ Renato Velten | ■ João Manoel |
| ■ João Trarbach | ■ Oswaldo Gegenheiner |
| ■ Pedro Pinto Santana | ■ Antonio Floriano Ludovico |
| ■ Domingos Girardi | ■ Galdino Stein |
| ■ José Henrique Pereira Júnior | ■ Selso Stein |
| ■ Thomas Gomes de Souza | ■ João Kuster Primeiro |
| ■ Henrique Velten Quarto | ■ Oswaldo Pereira |
| ■ Alberto Baugarten | ■ Hercílio Pereira |
| ■ Oswaldo Kiefer | ■ Fernanda Gianórdoli Stein |
| ■ José Merísio | ■ Eduardo Carlos Lemke |
| ■ Pedro Moreira | ■ José Luiz Saidt |
| ■ Olímpio Penha | ■ Lindário Maurício Pinto |
| ■ Sóstenes Christ | |

No relatório das atividades do ano letivo de 1955, datado de 5 de janeiro de 1956 consta que: “a 5 de janeiro de 1954, foi recebida, pelo então Governador deste Estado, Dr. Jones dos Santos Neves, em audiência particular, uma comissão de 15 pessoas do Diretório Municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Essa comissão voltou com o resultado de que o Governador prometera providenciar o funcionamento do Ginásio Domingos Martins ainda no ano letivo de 1954 e a construção do prédio para este educandário da parte do Governo Estadual. O então Prefeito Municipal de Domingos Martins, Dr. Arthur



Participação da CNEC no desfile escolar de 1966. Ao fundo o Hospital São Geraldo.

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS



Inauguração do prédio da CNEC – 1960. Da esquerda para a direita: 1) Agenor Barbosa, 2) Não identificado, 3) Ex-senador Jefferson de Aguiar, 4) Odílio Antônio Lopes (ex-presidente do conselho da escola), 5) Não identificado e 6) Willion Fernando Boato (diretor da CNEC)

ACERVO: CNEC – CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

Gerhardt, participante da mencionada comissão, prometeu, nessa mesma ocasião, a aquisição de um terreno da parte da Prefeitura para esse fim.

Pouco depois, em 20 de janeiro de 1954, o Prefeito Dr. Arthur Gerhardt, em presença do Presidente do Diretório Municipal Dr. José Paulino Alves Júnior e de outras 20 pessoas, tratou da compra de um terreno de 5.000 m², pertencente ao cidadão Theodoro Schwambach, pelo preço de cr.\$ 350.000,00. Mas, em seguida, nada foi efetuado legalmente”.

Em 12 de dezembro de 1956 já estava certificada a compra do terreno, conforme livro B, nº 25, às folhas 145, de ordem nº 7.585, do cartório Maria Leão Castelo Lopes Ribeiro, de Vitória.

“Em 14 de julho de 1954, foi contratado, pelo Governo Estadual, com o engenheiro Dr. Nestor Figueira, a construção do prédio para este ginásio. A verba necessária para essa construção (cr.\$ 1.325.200,00) podia, porém, entrar somente no orçamento do Governo do Espírito Santo para o exercício de 1955 (Publicação do Diário do Poder Legislativo de 17 de outubro de 1954). Foi, entretanto, iniciada a construção, ainda em 1954.

No começo de 1955, em virtude da mudança dos Governos Estadual e Municipal, paralisou-se a construção. O Prefeito daquela época, por sua vez, alegou que devido à precária situação financeira da Prefeitura, não podia cumprir a promessa do seu antecessor, que era a compra do terreno. Constitui-se, por esse mo-

tivo, outra comissão do Diretório Municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos que se dirigiu ao Governador do Estado, e obteve a promessa formal de providenciar, além da prorrogação para funcionamento do estabelecimento a título precário por mais um ano, a continuação da construção do prédio, e ainda a aquisição do terreno pelos cofres do Estado, visto que a Prefeitura dessa localidade não estava em condições de comprá-lo”.

A obra ainda não fora concluída e assim não fora entregue à comunidade escolar no ano de 1960.

Escola de Pedreiras | 1960

Contando com a colaboração da diretora e outras pessoas da comunidade de Pedreiras, pode-se recuperar a história da escola EEFM Pedreiras.

Na década de 1960, havia uma grande dificuldade, para as crianças que residiam em Pedra Azul, frequentar o curso primário, pois a escola mais próxima encontrava-se em Aracê, localidade distante mais ou menos 4 km, trajeto que as crianças percorreriam a pé às margens da BR 262.

Os adolescentes que pretendiam continuar seus estudos (ginásio – 5ª a 8ª série) teriam que estudar em municípios vizinhos, como Venda Nova do Imigrante, Vargem Alta ou no Distrito de Santa Isabel.

Em 1967 foi oferecido como solução para amenizar as distâncias, um cômodo de um “paiol” de estuque, localizado na propriedade do Sr. Marco Módolo, posteriormente do Sr. Alfarides José Módolo e Angelo Módolo.

Depois, a escola passou a funcionar na propriedade do Sr Florentino Módolo. Uma escola muito simples, com apenas um cômodo com algumas carteiras duplas, onde os alunos sentavam-se usando a base da carteira anterior. Não havia merenda na escola e todo lanche era levado de casa pelos alunos, preparado pelos pais.

Na época era muito comum as professoras virem de municípios vizinhos, hospedando-se nas casas dos pais dos alunos. Uma das primeiras professoras desta escola foi a Sra. Anastácia Borgo. As professoras eram acolhidas como membros da família, pois era uma honra para eles terem uma professora em sua casa.

Alguns dos primeiros alunos foram Ivo Módolo, Almir Bravim, Amaércio Carmo Bravim, José Marcos Módolo, Maria da Penha Módolo, Cidalva Maria Bravim, Dulcineia A. Bravim, dentre outros.

Uma das curiosidades da época, diz respeito ao uniforme, composto de calção azul, para os meninos, saia vermelha e blusa branca para as meninas, e gravata com listras. Sempre que o aluno passava de ano aumentavam-se as listras.

O Sr. Lourival Bravim, vereador do Município de Domingos Martins e também morador na Comunidade de Pedra Azul, como homem público, sensibilizado com a situação em que se encontravam as crianças de sua comunidade, incluindo seus filhos, percebeu que teria que fazer alguma coisa para facilitar os estudos das crianças, pois a demanda aumentava e não havia espaço físico para comportar a todos. Procurou ajuda política junto ao Deputado Federal Parente Frota, ao Secretário de Estado da Educação Stélio Dias e ao subsecretário Arabelo do Rosário, pedindo auxílio para construir o prédio escolar.

O referido vereador juntamente com os moradores da região, Argeo Bravim, Onildo Modolo, Tito Linaus, o empresário Otacílio Coser e outros, compraram um terreno, onde viria a instalar-se a futura Escola de Primeiro Grau. Isto ocorreu no início da década de 1970.

Com a mobilização da comunidade em prol da escola e da educação, deu-se início à construção da Escola de 1º Grau Pedreiras, com apoio financeiro do Governo Elcio Álvares, que doou inicialmente para a construção da praça 80 horas de máquinas, e por intermédio do Sr. Parente Frota e a Secretaria de Educação, conseguiu-se em Brasília CR\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), sendo que o Presidente da República na época era o Exmº. Sr. João Batista Figueiredo.

Para iniciar as obras, o montante das verbas não foi suficiente, ficando por isso parada temporariamente. Buscou-se ajuda novamente junto aos órgãos competentes, como o então prefeito municipal, Sr. Moacir da Silva Vargas, e se conseguiu mais CR\$ 800,000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

Como a demanda de alunos era muito superior ao que se poderia oferecer de espaço físico, e enquanto a construção da escola não era finalizada e para que os alunos não fossem prejudicados, o Sr. Álvaro Emanuel da Silva Aroso, cedeu algumas salas para o funcionamento da escola no local do atual Posto dos Morangos. A escola nessa época era dirigida pelo Padre Cleto Calimam, e havia aproximadamente 60 alunos.

Alguns dos professores da época foram Gabriel Uliana, Neuza Maria Mauro, Izabela R. de Pinho, Jorge Possi Said, Penha Módolo Pinho, Sérgio Rosa Marques e José Pagoto. A encarregada da limpeza era Helena Módolo Peterle.

Em 1980, terminava a construção, sendo inaugurada a Escola de Primeiro Grau Pedreiras com quatro salas térreas e um pavimento superior. O ano letivo teve início, tendo como primeira diretora a Sr^a Maria da Penha Módolo, uma das professoras da equipe de trabalho da própria escola.

Em 1994 a Port. E – nº 3076, de 9/11/94, transforma a EPG Pedreiras em EPSG Pedreiras para atender a demanda de alunos do distrito de Aracê e municípios vizinhos.

Em 2000 a Res. CEE nº 174/2000 aprovava a oferta do Ensino Médio na E.P.S.G. “Pedreiras”.

Em 2002, considerando as disposições contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 onde classifica as unidades de ensino de E.S.P.G.(Escola de 1º e 2º Graus) para a E.E.E.F.M.(Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio), denomina-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Pedreiras”.

Em 2006 criou-se o Curso Técnico em Turismo e em 2008, aprovou-se o Curso de Educação Profissional - Técnico em Turismo.

Em 2009 o Secretário de Estado da Educação autorizava o funcionamento da EJA- Educação de Jovens e Adultos - 2º Segmento.

Em 2010 aprovava o Curso de Educação Profissional - Técnico em Hospedagem.

Obs.: Dados históricos fornecidos pela Diretora da Escola.

Fazenda Germano Schwanz | 1967

Os estudantes encontravam muitas dificuldades para estudar, pois percorriam aproximadamente 6 Km para chegar ao colégio mais próximo, deslocando-se até Rio Ponte.

Germano, junto com os demais moradores preocupados com o desempenho dos estudos e o bem estar de seus filhos, providenciou uma lista de estudantes, que foi enviada ao poder público vigente para se ter uma sala de aula funcionando na comunidade.

O poder público da época contratou uma professora. Germano cedeu a sala de estar, arrumou suas próprias mesas e bancos para que de fato a vontade de ter uma escola na comunidade pudesse se concretizar.

Assim começou a existir a escola “Fazenda Germano Schwanz”.



Primeira sala de aula na casa do senhor Germano Schwanz – 1967.

ACERVO: ESCOLA FAZENDA GERMANO SCHWANZ

Iniciou-se com 40 alunos, sendo multiseriada, mas não recebiam merenda escolar. A primeira professora chamava-se Alzira Joanita Christ, e se hospedava na casa de Germano e Anna.

Essa sala de aula funcionou na casa do senhor Germano a partir de março de 1967 até aproximadamente outubro do mesmo ano, quando ficou pronta a 1ª escola da comunidade.



A casa usada para o funcionamento da primeira sala de aula ainda existe e é habitada.

ACERVO: ESCOLA FAZENDA GERMANO SCHWANZ

De acordo com as informações dadas por dona Anna, esposa do finado Germano, constatou-se que seus filhos ajudaram no trabalho da construção. O chefe de obras vinha de Tijuco Preto. Toda a madeira usada na construção também foi doada pelo senhor Germano. A construção possuía uma sala de aula, uma pequena cozinha, dois banheiros e uma área para lanches.

Com o aumento crescente do número de alunos a área foi ampliada, ganhando mais uma sala de aula.

Durante vários anos contou com apenas uma funcionária, a professora Alzira Christ. Mais tarde foi contratada uma servente, Madalena Schwanz Nunes, filha de Germano e Anna. Trabalhou três anos como designação temporária, prestou concurso público e efetivou-se. Madalena trabalhou na escola até no final do ano de 2009. Em 2006, houve necessidade de se contratar mais uma servente, Adinéia Plaster Schulz, mas

no decorrer dos anos houve uma queda em relação ao número de alunos, não sendo mais necessários os serviços da funcionária. Por isso, a partir do ano de 2009, ficou somente a servente efetiva Madalena Schwanz Nunes.

Com o propósito de mudar de endereço, Madalena transferiu-se para Campinho – Domingos Martins, removendo assim sua vaga. A partir de 2010, através de concurso público oferecido pela prefeitura, contratou-se a servente Mônica Liebe Sousa, efetivando-a na escola a partir de 1/9/2010.

Várias professoras e professores passaram pela escola. Abaixo segue uma lista com os nomes. No entanto, no começo faltavam professores e quando isso ocorria o próprio Germano lecionava.

QUADRO Nº 16 – PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL

NOMES DAS PROFESSORAS - E. FUND.	ANOS QUE ATUARAM
Alzira Joanita Christ	1967 a 1997
Vanilda Rosa Neves	1968 a 1972
Judith Mariano	1971
Devani Maria Rezelmann	1972 a 1975
Dário Rezelmann	1976
Devani Nunes Plaster	1978 a 2002
Iracema Plaster Silva	1979
Florita Plaster de Oliveira	1983
Glória Strey Teixeira Borges	1985 a 1987
Glecilda Maria Borlote de Andrade	1987 a 1988
Ocicléia Maria de Oliveira	1987 a 1988
Maria de Lurdes Cardoso	1989
Maria Lúcia de Almeida	1990
Osmária Maria de Oliveira Raasch	1991 a 2005
Nely Goese	1994 a 1996
Luciene Rossow Vollbrecht	1998
Maria Boning Frederico	1999
Eleuza Braun	2000
Elinéia Braun	2001
Lindomar Maria Morreira Caetano	2002 a 2005
Niceli Kapisch	2005
Eliana Patrício Marques	2005 a 2006
Danya Mara Caetano	Fevereiro a março de 2007
Arcélia Plaster	2006 a 2008
Lucimar Roos Schulz	2006 a 2008

NOMES DAS PROFESSORAS - E. FUND.	ANOS QUE ATUARAM
Dardania Faller	2007 e a partir de 07/2011
Vencela Schulz Kutz	2007 a 2009
Schirley Berger	Até 05/ 2009 e até 07/ 2011
Dânia Mara Caetano	05 a 09/09/2009 e 13/12 a 21/12/2010
Vanderléia Kuhn Zandonadi	09/09 a 12/09/2009
Dilcéia Aparecida Braun Boone	2009,2010
Rosinelda Haese Schulz	2010 e 2011

A partir do ano de 2004, constatou-se a necessidade de atendimento aos alunos da educação infantil, realizando-se um levantamento com o número de alunos dessa faixa etária, iniciando uma turma com 24 alunos no turno vespertino.

QUADRO Nº 17 – PROFESSORES ENSINO INFANTIL

NOMES DAS PROFESSORAS E. INFANTIL	ANO QUE ATUARAM
Juciléia André Pizetta Jonas	2005 a 2008
Estér Januth	Até 03/2009
Rosinelda Haese Schulz	A partir 03/09 à 12/09
Schirley Berger	2010
Dilcéia Aparecida Braun Boone	2011

No ano de 2010, houve necessidade de reformar e ampliar a escola, através do requerimento realizado pelo seu conselho. Foram atendidos pela Prefeitura Municipal e com o apoio do governo do Estado.

O novo estabelecimento possui duas salas de aula; uma cozinha com depósito (produtos de limpeza e produtos alimentícios); uma escovaria; dois banheiros para alunos; um banheiro para os funcionários, com adaptação para crianças com necessidades especiais; uma sala de professor; uma área para lanche e um parquinho. Não possui ainda um espaço de lazer adequado, necessitando de um terreno para a sua concretização.

Pode-se dizer que Sr. Germano Schwanz (em memória) foi um grande homem. Com seu esforço e determinação conseguiu fazer com que fossem realizados vários projetos na vila. Um dos mais vitoriosos com certeza foi o da escola.

Obs.: Dados fornecidos pela Diretora da Escola da Fazenda Germano Schwanz, Domingos Martins, 2012.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Isabel | 1967

As primeiras escolas em Santa Isabel foram administradas pelos religiosos verbitais⁹⁹. Por várias décadas o ensino da escola se estendeu até o 5º ano. Quem fosse continuar os estudos deveria ir para o colégio Domingos Martins, CNEC, criada pelo Decreto nº 2.502, de 11 de julho de 1967.

Em Santa Isabel havia formação até o 5º ano no Seminário São Francisco Xavier, para meninos, e na Casa das Irmãs Religiosas para meninas. Os alunos ficavam em regime de internato, oriundos da área rural.

Em 1968, foi inaugurado o Grupo Escolar Santa Isabel, com 4 salas de aula e atendia alunos da 1ª a 4ª série.

Em 1970, foi criado o Ginásio Santa Isabel – CNEC, idealizado pelo Sr. José Gustavo Wernersbach, Padre Abílio Pereira Pinto, Irmã Irena e Sr. Maroto. Depois de alguns anos, com recursos da comunidade e verbas do governo, foi construído um prédio para abrigar a entidade que, mais tarde, foi demolido e deu lugar à quadra de esportes “Antônio Gonçalves Guarnier”.

No ano de 1991, a clientela da EMEF Santa Isabel aumentou consideravelmente por pertencer ao projeto “Escola Convergente” quando foram desativadas pequenas escolas multisseriadas, que se encontravam próximas à localidade de Santa Isabel. Os alunos e professores dessas escolas, de acordo com o projeto, foram transferidos para a EMEF Santa Isabel.

A partir do dia 19 de março de 1992, a escola foi ampliada e passou a atender alunos das séries finais do Ensino Fundamental. Em julho de 2005, foi municipalizada e, com o processo, tornou-se um estabelecimento vinculado e administrado pelo município. Hoje, a EMEF Santa Isabel conta com 354 alunos da Educação Infantil à 8ª série. Essa clientela é proveniente da própria comunidade na qual a escola está inserida, e das

99 Verbitais: missionários do Verbo divino



Escola de 1º Grau Santa Isabel - sem data
ACERVO: ESCOLA DE 1º GRAU SANTA ISABEL



Escola Municipal de Ensino Fundamental de Santa Isabel - sem data
ACERVO: ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTA ISABEL

comunidades vizinhas Vale da Estação, Sítio Capitão, Bom Jesus, Usina Jucu, Rio Jucu, Ponte Suzenana e Domingos Martins. Além desses alunos também frequentam as aulas os do município de Viana. Esses últimos utilizam o transporte escolar particular, enquanto os outros o transporte escolar público.

Em novembro de 2010, os alunos terminaram o ano letivo na Casa de Retiro São Francisco Xavier. Em 2011, passou-se a ocupar o espaço da Igreja Católica (Casa das Irmãs) e em 2012, as aulas aconteceram no espaço novo da Igreja Católica, contando com o apoio de duas salas pré-moldadas em parceria com a SEDU. No dia 14 de dezembro de 2012, foi inaugurada a nova unidade de ensino.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola São Bento | 1970

A escola foi planejada em 1970. O ato de criação tem data de 14/10/70, Portaria E-413/70. Os responsáveis pelo início da escola foram o sr. Floriano Hehr Sobrinho e o sr. Emílio Carlos Klippel. Os motivos que os levaram a fundar uma escola nesta comunidade é que os alunos iam para a comunidade vizinha, Chapéu, que ficava muito distante.

A primeira sala de aula foi instalada na propriedade do Sr. Emílio Carlos Klippel, numa casa desocupada de meeiros, com quatro cômodos, medindo 6m x 5m. Dois cômodos foram usados para salas de aula. E os outros dois, ficaram isolados.

A construção era de estuque, com o piso de madeira e o telhado de tabuinhas.

As cadeiras eram de tocos roliços com tábuas pregadas em cima e as mesas eram da mesma forma. O quadro foi feito com duas tábuas mais largas. Os alunos sentavam-se de 3 em 3. Quem construiu os bancos e as mesas foram os próprios pais dos alunos.

Nessa época a escola chamava-se Escola Singular São Bento. Funcionou no local por 10 anos. Mais tarde passou a chamar-se Escola Unidocente São Bento. O primeiro professor foi o Sr. Floriano Hehr Sobrinho.

Os primeiros alunos foram Abílio Pilger, Darli Hand, Osmar Hehr, Darli Klippel, Deomar Hehr, Cleuza Maria Hehr, Dalva Elisa Hehr, Ilza Clarinda Hehr, Neuza Erminda Hehr, Adinélia Klippel, Zuleika Wruck, Angelina Mayer, Florentina Mayer, Célia Ramos, Dulcinéia Pilger, Alice Maria Duarte, Celerino Francisco Duarte, Ângela Maria Leite, Marelene Hehr, Aurindo Wruck, Áurea Wruck, Gecilda Barcelos e Isaura Pröscholdt.

A escola teve muitos professores depois do Sr. Floriano, Darli Klippel, Maria Klitzke, Ângela Maria Leite, Cleuza Maria Hehr, Ademar Kiefer (substituto), Rosinéia de Freitas Padilha (substituta), Valkiria Schneider, Rosiane Baungarten, Jacira Brasil Martins, Vânia Bullerjahn, Clarice Seibel e Petronília Borghardt Alves.

Os materiais didáticos recebidos na época pelos professores eram poucos e usados passando de uns para os outros. Os alunos também não recebiam material didático como hoje. Ganhavam um caderno, um lápis e uma borracha, uma vez por ano.

Os alunos estudavam na parte da manhã, das 8 às 12 horas. Alguns desses alunos moravam perto da escola e outros bem longe, em São Tibúrcio.

O banheiro era uma fossa seca, ao lado da escola. Não tinha energia elétrica. Era uma energia com gerador movido a água, usada pelos moradores da propriedade à noite. Houve uma época em que o professor dava aulas à noite para adultos, por isso foi estendida essa mesma energia à escola.

A merenda para os alunos era encaminhada pela prefeitura. Não vinha o suficiente para todos. Quando ela acabava, os alunos levavam de casa. Para fazer sopa, os alunos traziam as verduras das hortas de seus pais.

A Sr^a Clara Klippel fazia a merenda para os alunos na casa dela e não recebia nada por isso. Ela ficava com as sobras da comida pronta, quando sobrava. Ficava também com as embalagens vazias dos alimentos, como sacos e vasilhas com tampas. Cada dia um aluno ia buscar a panela com a comida pronta na casa dela.

A limpeza da escola era feita cada dia por um dos alunos, o filtro enchido por eles e as vasilhas usadas na merenda lavadas pelos alunos, no córrego perto da escola.

Não recebiam livros didáticos. Alguns alunos tinham condições de comprar os livros. Quem não podia comprar, pegava emprestado com os colegas que os possuíam. Os alunos vinham para a escola a pé ou à cavalo, pois não havia ainda o transporte escolar.

Depois de 10 anos a escola mudou de lugar para ficar perto de uma referência, que era a igreja luterana. Essa troca foi feita pelo prefeito da época, Joaquim Tesch, em 1975. Depois que mudaram para a nova escola, a antiga foi abandonada, pois estava em péssimas condições tendo sido, mais tarde, derrubada pelos proprietários.

Os alunos daquela época ficavam de castigo em pé atrás da porta, sem recreio, ajoelhados em cima de grãos de milho ou pedrinhas. Brincavam de pique-esconde, pique-pegas, pique-bandeira, pique-ajuda. Quando chovia, brincavam de passar pedrinhas. Os alunos não escovavam os dentes e, se caíssem no córrego, eram mandados para casa.

O doador do terreno onde foi construída a nova escola foi o Sr. Roberto Hehr. Foi construída pela prefeitura em parceria com o Estado.

Alguns alunos que estudavam na antiga escola vieram também estudar na nova. Agora, as carteiras eram um conjunto para dois alunos se sentarem, de madeira.

A escola passou por duas reformas: no ano de 1999 foi trocado o piso, o forro e o telhado. Em 2003, foi dada uma pintura. Na época, o senhor Arthur Klippel era o presidente da escola. Os alunos levavam os materiais escolares dentro de sacolas e não em mochilas.

Na escola nova não havia servente. Era a própria professora quem fazia a merenda no fogão à lenha. Os alunos, muitas vezes traziam a lenha de casa nas costas e em sacos, ou quando a lenha acabava, iam catá-las nos arredores da escola e guardar o que sobrava para outro dia. A professora chegava mais cedo para acender o fogo e começar a fazer a merenda. Muitas vezes precisava deixar a sala de aula para ir na cozinha olhar o fogo e a comida. A limpeza era feita pela professora e pelos alunos.

Foram esses os serventes contratados que passaram pela escola:

- Sueli Hehr Gonoring – 1990 a 1995
- Sônia Maria Schwanz – 1996 e 1997
- Clarice Seibel – 1998 e 1999
- Sueli Hehr Gonoring – 2000
- Sônia Maria Schwanz – 2001
- Escola Família Agrícola – 2002 a 2007
- Sirleide Hehr – 2008
- Simone Littig Hehr – 2009 até os dias atuais.

A escola municipalizou-se no ano de 1994 e em 2000 passou a chamar-se Escola Municipal Unidocente de Ensino Fundamental São Bento.

No ano de 2002 passou a funcionar numa sala cedida pela Escola Família Agrícola, a fim de cortar gastos com servente, energia e motivar os alunos a continuar a estudar depois que saíssem da 4ª série, principalmente na própria EFA.

No ano de 2008, voltou a funcionar no seu antigo lugar, ao lado da igreja, onde encontra-se até os dias atuais. A EFA necessitou da sala ocupada pela escola, com o aumento do número de alunos.

Em 2010 foi criado o Conselho Escolar, que é formado por membros da comunidade local, professores e funcionários da própria escola e pais de alunos. O conselho é atuante e se reúne de dois em dois meses.

Em 2011 teve início a primeira turma de educação infantil, o primeiro ano em que as turmas foram divididas entre duas professoras, tendo a escola três professoras atuando.

Hoje, aguarda-se a construção da nova escola, anexo à EFA, conforme acordado junto à Secretaria Municipal da Prefeitura Municipal, em assembleia de pais, em fevereiro de 2011.

Obs.: Dados fornecidos pela Diretora da Escola São Bento, Domingos Martins, Espírito Santo, 2012.

Escola Vô Rezende | 1984

Nos idos de 1984, precisamente aos vinte e cinco dias do mês de abril, o Sr. José Wellington Gonçalves de Rezende e sua esposa, sra. Cleuza Lima de Rezende, adquiriram do sr. Gil Machado e esposa, dona Maria Gonçalves Marques Pereira Machado, uma área de terra rural legitimada com 1.370,00 m², situada no lugar denominado Ribeirão Capixaba, distrito de Parajú, município e comarca de Domingos Martins-ES, tendo sido lavrada e registrada a escritura pertinente, aos quinze dias de maio do mesmo ano, para construção da escola.

Possuidor desde sua infância de uma índole humanitária, observou o sr. José Wellington o sacrifício das crianças que bem cedinho passavam caminhando, sob as intempéries do tempo, pela estrada que cortava e ainda corta sua propriedade em direção às escolas existentes naquela ocasião, próximo ao lugarejo cognominado Victor Hugo – Escola Rural Bernardo Walter e escola em Vitor Hugo, distantes 5 e 8 km aproximadamente. Penalizado ficou mais ainda, quando em determinada manhã, avistou entre as crianças uma que caminhava com auxílio de muletas.

Diante do que viu, procurou de imediato providências para equacionar tão lamentável situação. Não conseguindo apoio governamental, reuniu-se com seu filho, Wellington Gonçalves de Rezende, que residia e administrava a propriedade e decidiram construir um grupo escolar. Previamente ajustaram com a prefeitura de Domingos Martins, a operacionalidade da mesma, tendo ficado definido que a prefeitura forneceria os móveis e materiais necessários para as atividades escolares, a manutenção geral da escola, bem assim designaria uma professora e uma servente para a limpeza. Coube ao Sr. José Wellington construir a escola sob sua total responsabilidade, desde o projeto até conclusão da obra, incluindo todos pagamentos inerentes. A escola teria como nome “Vô Rezende” e o fornecimento de água e, provisoriamente, o de energia elétrica também coube ao Sr. José. Tudo ajustado e definido, em maio de 1987, através das notas de entrega de material nº 01867 e nº 01629, foram entregues pela prefeitura os materiais e naquele ano iniciaram-se as aulas.

O nome “Vô Rezende” foi escolhido pelo Sr. José Wellington em homenagem ao falecido pai, Dr. José Gonçalves de Rezende, médico veterinário e professor, muito querido pelos jovens, e que gostava muito do campo.

Sempre observando o desenvolvimento das práticas pedagógicas e educacionais aplicadas na escola “Vô Rezende”, bem como a manutenção do prédio existente, procurou o Sr. José Wellington Gonçalves de Rezende as autoridades municipais de Domingos Martins-ES, tendo apresentado por escrito, em 23 de maio de 2009, o que a seguir será sintetizado em relatório.

Foi bem acolhido pela autoridade municipal, o que motivou a dar continuidade ao assunto e preparar um estudo de mercado para construção da nova escola, do centro de recreação e da praça pública comunitária, tendo encaminhado e entregue pessoalmente às autoridades municipais, em 13 de junho de 2009, os documentos:

- Memorial descritivo dos projetos (escola rural, centro de recreação esportiva, praça;
- Legislação pertinente (Constituição Federal art.º17; lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola e escola-comunidade;
- Projetos de arquitetura (Ministério de Educação-FNDE);
- Memorial descritivo dos terrenos para as construções, numa área total de 5.824,61 m², que o Sr. José Wellington se propôs em doar, sem ônus para o município, desde que ficasse registrado e vinculado a construção de uma praça pública; finalmente em 7 de junho de 2010, foi lavrada a escritura no cartório do registro civil e tabelionato de Domingos Martins-ES e em 29 de junho de 2010, obtiveram os registros pertinentes no cartório do 1º ofício – Waldemar Faller da comarca de Domingos Martins – ES.

Na escola passaram as seguintes professoras:

- 1986 - Laura Maria Cebin
- 1987 - Beatriz Helena de S. Barbosa.
- 1988 - Beatriz Helena de S. Barbosa.
- 1989 - Clementina da Penha, Maria Aparecida Trabach.

- 1990 - Clementina da Penha, Rita de Casta Gomes.
- 1991 - Maria de Fátima Dias.
- 1992 - Maria de Fátima Dias.
- 1993 - Maria de Fátima Dias.
- 1994 - Simone Pereira, Maria de Fátima Dias.
- 1995 - Simone Pereira, Dilma Vargas.
- 1996 - Rosineia Maria Belo.
- 1997 - Rosineia Maria Belo
- 1998 - Ledenilza Lucas Peterli.
- 1999 - Aldair Antonio Rhein.
- 2000 - Lourival Denadai.
- 2001 - Claudina Maria Christ Efggen.
- 2002 - Marta do Carmo da Silva.
- 2003 - Marta do Carmo da Silva, Keila Douro.
- 2004 - Sonia Aparecida Trabach Tosta.
- 2005 - Izabel Aparecida da Silva Barcellos, Kallyne M. de Oliveira.
- 2006 - Marta do Carmo da Silva, Keila Douro.
- 2007 - Keila Douro
- 2008 - Keila Douro.
- 2009 - Franciani Douro.
- 2010 - Izabel Aparecida da Silva Barcellos.
- 2011 - Izabel Aparecida da Silva Barcellos.

Na escola atualmente trabalha como professora Izabel Aparecida da Silva Barcellos, especialista em educação infantil e séries iniciais. A escola possui gestão integrada,

educação inclusiva e digital e psicopedagógica. A servente é Valdirene Maria Bickel Kill com ensino médio completo.

Obs.: Dados fornecidos pela diretora da Escola Vô Rezende, Domingos Martins, Espírito Santo, 2012.

Escola de São Bento do Chapéu | 1990

Em 1990, criou-se a primeira escola-família agrícola de São Bento do Chapéu. Para tanto, foi criada a ADDPRUSBEC – “Associação em Defesa dos Direitos dos Produtores Rurais de São Bento do Chapéu” localizada na comunidade de São Bento do Chapéu formada em sua maioria de famílias descendentes de alemães. A região é caracterizada por pequenas propriedades em que o principal produto é o café, seguido do cultivo da banana, milho, feijão e hortaliças.

Mediante as inúmeras dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos da região e a compra dos produtos utilizados na terra, os moradores decidiram criar a Associação, em 11 de agosto de 1990, a fim de abranger as comunidades da região. Após a criação dessa organização, surgiram várias discussões e uma delas foi a preocupação com a formação educacional de seus filhos, pois o acesso às escolas era difícil. Os pais almejavam uma educação que não distanciasse o jovem da sua realidade, ou seja, de sua vivência familiar. A preocupação era, sobretudo, evitar o êxodo rural, pois quando os jovens iam estudar no meio urbano não voltavam às suas origens.

Ao analisar algumas propostas educacionais, optaram por implantar o sistema da Escola Família Agrícola que tem como base a Pedagogia da Alternância. No dia 10 de novembro de 1991 houve o lançamento da pedra fundamental da Escola Família Agrícola de São Bento do Chapéu (EFASBEC) no terreno de 3 hectares doado pelo produtor rural Floriano Hehr Sobrinho.

No ano seguinte, no dia 9 de março de 1992 tiveram início as aulas na escola atendendo 20 alunos da 5ª série, Adriana Ferreira de Oliveira, Deoclério Föeger, Edir Marli Föeger, Edmar Pröscholdt, Edson Stabenow, Elisabeth Maria Pröscholdt, Erasmo Schambach, Irineu Hehr, Julio César Bremenkamp Calote, Leomar Schneider, Levi Hehr,

Marcelo Littig, Marcos Antonio Ferreira de Oliveira, Martônio Littig, Ramário Reinholz, Rosinéia Schneider, Silvana Kalk, Silnete Kalk, Vânia Bullerjahn e Robertli Reinholz.

O ambiente era precário e para dar início às aulas os sócios construíram uma sala de aula, cozinha e casa da servente com tábuas. Os alunos dormiam em um paiol cedido pelo senhor Floriano Hehr Sobrinho.

Em novembro de 1993, foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal de Domingos Martins e o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação (SEDU), para a construção da EFA – Escola Família Agrícola, só assinado no entanto em maio de 1994. As obras tiveram início em fevereiro de 1995 e foram concluídas somente em 2000.

Em 1995 foi concedida, de forma retroativa a 1992, a autorização para o funcionamento da EFAS-BEC conforme resolução CEE nº 143/95. No mesmo ano, em 15 de dezembro, formou-se a primeira turma da Escola, concluindo a 8ª série do Ensino Fundamental. Mediante algumas dificuldades ao longo dos quatro anos a turma se formou com nove alunos: Eduardo Siqueira Stein, Edmar Pröscholdt, Irineu Hehr, Leomar Schneider, Levi Hehr, Marcelo Littig, Martônio Littig, Rosinéia Schneider e Vânia Bullerjahn.



Construção da primeira sala de aula – 1992.
ACERVO: ESCOLA FAMÍLIA DE CHAPÉU

No ano de 1998, a Escola passou a ser municipal de acordo com o decreto nº 3869/98.

Em 2002 foi inaugurado o prédio do auditório e refeitório, construído a partir de recursos adquiridos através do projeto Manos Unidas da Espanha. Em 2009 a Escola foi contemplada pelo projeto Arte do Saber (SEAG) com equipamentos audiovisuais entre eles computadores. No dia 8 de outubro de 2009 a Escola foi beneficiada pela prefeitura com a internet, favorecendo a inclusão digital.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Escola de Ponto Alto e Perobas | 1992

Com o aumento da população de Ponto Alto, os moradores da localidade e adjacências sentiram a necessidade da construção de uma instituição que atendesse e acomodasse as crianças mais necessitadas, assegurando-lhes o direito à educação. Com esse intuito, em 1992, na gestão do Prefeito Lourival Berger, deu-se início e término da obra da Instituição, que recebeu o nome de “CMEI Cantinho de Amor”.

A primeira Diretora foi a Sr^a Edna Renzellmann e as professoras Jocilene Erlarcher, Gerusa Huwer Strey, Eliana Kunzendorff e a merendeira era a Sr^a Guiomar Mariano Helker.

Em 18 de março de 1995 foi inaugurada a quadra, para atender às necessidades lúdicas e pedagógicas dos alunos do CMEI; só coberta após reforma em 1998. Nesse ano também o CMEI passou por reforma e ampliação de suas instalações.



Primeira turma a estudar na EFA – Escola Família Agrícola – 1992.

ACERVO: ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPÉU



Início da construção do prédio escolar – 1995.

ACERVO: EFA – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPÉU



Prédio da EFA – Escola Família Agrícola concluído em 2000.

ACERVO: EFA – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPÉU – DOMINGOS MARTINS

O CMEI é de grande importância para a comunidade local e tem apresentado bons resultados em relação à aprendizagem de seus alunos. Atualmente atende a 82 crianças na faixa etária de 4 meses a 5 anos e 11 meses.

No ano de 1999, algumas mães da comunidade de Perobas viram a necessidade da abertura de uma creche devido aos seus trabalhos diários. Elas levavam seus filhos para a creche de Ponto Alto, comunidade vizinha.

Até o final do ano de 2000 elas pagavam o transporte, e a partir de 2001 a prefeitura arcou com a despesa. Porém, novamente as mães se organizaram e solicitaram à Prefeitura através de requerimento a construção do CMEI de Perobas mas não puderam ser atendidas. No ano de 2004 as crianças não foram contempladas com o transporte e houve um movimento das mães junto ao prefeito solicitando novamente a construção do CMEI.

Na comunidade havia um terreno da Prefeitura, adquirido na gestão de 1992 a 1995, ficando decidido construir no local o CMEI de Perobas.

A construção iniciou-se em 2004 e a obra foi concluída em 2005 na gestão do Prefeito Wanzete Krüger. Em 2006 foram realizadas algumas adaptações, incluindo a mobília e ornamentação. Foram nomeados o diretor do CMEI o professor Regiano Erlarcher e alguns funcionários: Martinéia Regina Alves como professora; Eulinda Maria de Oliveira Tschaen e Leda Maria Rasch como serventes. Na ocasião foi realizada a matrícula de 35 crianças e em 30 de abril de 2006 foi inaugurada a CRECHE MUNICIPAL DE PEROBAS. Hoje é conhecida como CMEI de Perobas. Em 2 de maio as atividades escolares foram iniciadas e foram nomeados outros funcionários:

- Servente: Hilária Walter da Silva.
- Secretária: Maria Espíndula.
- Auxiliares: Lindaura Fernão de Souza, Estela Strey R. Almeida, Sandra C. Bautz, Vanderlania Strey, Heliana V. Kunzendoff e Vanessa Endlich.
- Professora: Luciana Hollunder.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

CMEI de Domingos Martins | 1994

O CMEI – Centro de Educação Infantil Cezar Vello Puppín foi construído em estilo germânico e idealizado pelo Prefeito Lourival Berger e Vice Alfredo Meyer. O terreno foi cedido pelo Governo do Estado do Espírito Santo para abrigar a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, Sub-núcleo de Educação, e a Creche.

Foi inaugurado em 4 de abril de 1994 e recebeu o nome em homenagem ao médico Dr. Cezar Vello Puppín, que por muitos anos prestou serviços ao município.

Em sua inauguração, o CMEI atendia aproximadamente a 80 crianças na faixa etária de 4 meses a 6 anos e 11 meses, em período integral. O quadro docente era composto por 10 professores e 8 auxiliares de creche, contava ainda com 4 serventes, 1 secretária e a Diretora, a senhora Adenilde Stein, que administrou nos anos 1994 e 1995. O espaço físico compreendia 6 salas de aula, 1 secretaria, refeitório, cozinha, despensa, depósito de merendas, lavanderia interna e 4 banheiros.

Em maio de 1996, assumiu a direção a Senhora Dinah Trarbach Sanção, permanecendo no cargo até 1999. Nesse período, ocorreu a unificação entre a Creche e o Jardim de Infância Germano Gerhardt, passando a se chamar Centro Municipal de Educação Infantil Cezar Vello Puppín.

Em 1997, houve uma mudança no quadro de funcionários, passando a trabalhar o berçário com 3 auxiliares e as salas de Educação I, II, III, IV e V com 2 auxiliares. Com a ampliação o prédio passou a ter mais 3 salas no andar superior, os prês I, II, e III, trabalhando 2 professores matutinos e vespertinos e 1 auxiliar em tempo integral. Nesse ano, foi construída uma lavanderia na parte externa do CMEI.

Em 2000 retornou à Direção a Senhora Adenilde Maria Stein, permanecendo até 2001, quando assumiu a Senhora Maria Cristina Krohling Mayer.

Em 2002, sob a direção da senhora Jurema Cláudio do Nascimento Silva, houve o desmembramento das duas escolas. Nesse ano o CMEI passou a funcionar com 2 au-

xiliares e 1 professor com extensão de carga horária. No período de 2002 a 2003, gradativamente, foram extintas as salas de pré-escola, permanecendo as crianças na faixa etária de 6 meses a 4 anos e 11 meses.

A partir de 2005, assumiu a direção a Senhora Alda Maria Lampier Koehler, tendo o CMEI nessa época 120 alunos e um quadro de 33 funcionários. A partir desse ano o berçário e as salas de Educação Infantil I e II contavam com 3 auxiliares e as salas de Educação Infantil III, com 1 professor, com extensão de carga horária e 1 auxiliar de creche.

Também no ano de 2005, a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, através da Portaria nº 049/2005, normatizou a realização de matrículas e rematrículas na rede municipal de ensino, priorizando o atendimento a crianças oriundas de famílias com renda familiar de até 2 salários mínimos. Este atendimento favoreceu as mães que pretendiam trabalhar e ajudar na renda familiar, e atendimento à criança que necessitasse de ambiente que propiciasse a socialização e o seu desenvolvimento.

O espaço físico do CMEI atualmente conta com 9 salas de aulas, secretaria, refeitório, banheiro para funcionários, 3 banheiros para crianças, cozinha, depósito de material didático, depósito para merenda, lavanderia e pátio externo.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

CMEI de Santa Isabel | 2001

A construção da creche Elena Maria Coco Fagundes de Santa Isabel, teve início na administração 2001/2004 tendo como prefeito Ivan Paganini e vice-prefeito João Carlos Mayer. O término da obra ocorreu na administração 2005/2008, tendo como prefeito Wanzete Krüger e vice-prefeito Fábio Anselmo Trarbach. O CMEI “Elena Maria Coco Fagundes” foi inaugurado no dia 2 de abril de 2006. O Centro Municipal de Educação Infantil recebeu este nome em homenagem a uma profissional da área da educação que muito contribuiu para o município.

O atendimento é feito a crianças de 4 meses a 3 anos e 11 meses. A comunidade de Santa Isabel representada pela ANCOSI – Associação de Moradores da Comunidade

de Santa Isabel, muito batalhou para a conquista dessa entidade. A ANCOSI conseguiu a doação do terreno da Mitra Arquidiocesana, com a participação do Vigário da Paróquia de Santa Isabel, Padre Galdino Falqueto, que contribuiu para a cessão do terreno.

Atualmente o quadro de funcionários é composto por dois professores, cinco auxiliares de creche, três serventes, uma auxiliar de secretaria e uma diretora, e atende um total de 42 crianças.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

CMEI de São Bento | 2009

Da vontade popular da comunidade de São Bento, Distrito de Aracê, surgiu a ideia de solicitar junto ao poder público municipal a criação e implantação de um Centro Municipal de Educação Infantil junto à comunidade.

Após várias reuniões com a participação da associação do bairro e com a liderança local, foi indicado o espaço e decidido pela Prefeitura Municipal alugar inicialmente um imóvel já existente e ali implantar o CMEI. O local escolhido foi a residência do Sr. Ilicinho Peterli, situado à ES 165, km 139 – São Bento, às margens da rodovia. Um imóvel amplo, circundado por um muro, com total segurança para o funcionamento da instituição.

Após reuniões com a comunidade e com os pais e responsáveis interessados, foi escolhido o nome do CMEI, em homenagem à sra. Natália Velten Peterli, (mãe do Sr. Ilicinho – dono do imóvel), pessoa muito influente na região pelo exemplo de vida deixado por ela. Foi encaminhado à Câmara Municipal de Domingos Martins um abaixo-assinado com um total de noventa e cinco assinaturas, solicitando o nome a ser dado para a Instituição.

Decidido o local e o nome, elaborou-se a lei municipal nº 2.188/2009, aprovada e sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal Wanzete Krüger, em 25 de agosto de 2009.

Anteriormente, no mês de julho, fora nomeada a sra. Maria Augusta Habermann Denzin para exercer o cargo de direção escolar do estabelecimento de ensino. No

dia sete de julho foi expedida a primeira portaria Normativa de nº 113/2009, estabelecendo normas que disciplinam a matrícula na Educação Infantil para o ano letivo de 2009 na Instituição. As matrículas foram realizadas durante o mês de julho e totalizaram trinta e três alunos, nas turmas assim distribuídas: Berçário: 11 alunos, (de 4 meses a 1 ano e 6 meses); Infantil I : 9 alunos (de 1 ano e 7 meses a 2 anos e 11 meses); Infantil III: 13 alunos (de 3 anos a 3 anos e 11 meses).

Após os trâmites legais e equipado com móveis, equipamentos, merenda, etc., foi marcada a inauguração do estabelecimento de ensino. Aconteceu a primeira reunião de pais e responsáveis, dirigida pela Secretaria Municipal de Educação, representada pela pedagoga da Educação Infantil, Sra. Ineide Maria Schunck, aos vinte e nove de setembro de dois mil e nove. A mestra explanou sobre o funcionamento do CMEI e esclareceu as dúvidas existentes.

A inauguração ocorreu no dia dois de outubro de 2009, às 17:30 horas, com a presença de várias autoridades e convidados especiais. Estiveram presentes sessenta e oito pessoas.

As aulas tiveram início no dia sete de outubro, com um total de trinta e três alunos matriculados e dez funcionários, assim distribuídos: um diretor escolar, uma professora (atendimento às três turmas), seis auxiliares de creche e duas serventes.

O ano de 2010 teve início no dia primeiro de fevereiro. Houve um acréscimo de matrículas: 36 crianças matriculadas nas mesmas três turmas. Houve acréscimo de funcionários para 13: um diretor, uma secretária, uma professora, sete auxiliares de creche e três serventes.

Foram realizadas parcerias com alguns empreendimentos turísticos da região ocasionando o recebimento de doações de equipamentos e víveres. Foi realizada a primeira festa da Escola no dia primeiro de agosto de 2010, na localidade denominada “Recanto da Serra”. Foram desenvolvidos vários projetos pedagógicos durante o ano, com a participação de pais e da comunidade.

No dia primeiro de outubro de dois mil e dez a primeira diretora Maria Augusta Habermann Denzin pediu exoneração de seu cargo, ficando seu trabalho restrito a vinte e cinco horas, no cargo de professora. Assumiu a direção da Escola em primeiro de novembro de dois mil e dez a professora Lindalva de Souza Meira, permanecendo até a presente data.

OBS.: Dados fornecidos pela direção da escola.

Saúde

Como já era de se esperar, logo que os primeiros imigrantes chegaram a Boa Vista – Santa Isabel, ocorreu uma crise de enfermidades, provocadas pelas condições de insalubridade do local e da região. O socorro prestado pelo médico cirurgião Dr. Felipe Pornim, botica¹⁰⁰ e enfermeiros, evitou que o surto de moléstia se agravasse.

As matas virgens, a reunião dos 163 colonos no mesmo barracão, a alimentação que lhes era estranha, a praga dos insetos, que antes da derrubada da mata, segundo Wagemann (1949), era muito grande, fez com que a maioria dos imigrantes ficassem doentes. Logo nos primeiros meses, já havia ceifado a vida de 9 deles, provocados pelo tifo, malária e febre amarela, conforme se pode constatar pelos registros de óbitos da Igreja Luterana de Domingos Martins.

Decorridos 10 meses da instalação da Colônia, face à pronta ação do Governo Provincial, as enfermidades já se achavam controladas.

Entretanto, no relatório do Presidente da Província Sr. Felipe José Pereira Leal (9/8/1849 a 3/6/1851) encaminhado à Augusta Assembléia Legislativa em 1850, aparece que: “O número de óbitos avulta um pouco, porque é devido às febres intermitentes, que se desenvolverão no começo da colonia, mas actualmente tem ellas desaparecido”. (p. 21 e 22).

Segundo relatório constante da apresentação do Presidente José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, de 24 de maio de 1852, encaminhado à Assembléia Legislativa

100 Botica. s.f. Ant. farmácia

(9/7/1851 a 16/11/1852), “por aviso do Ministério do Império de 18 de outubro de 1851, foi esta Presidência autorizada a despende no exercício de 1852 até a quantia de 400\$000 rs (quatrocentos mil réis), com socorros aos colonos enfermos, bem como a transferir o assento da povoação da Colônia para lugar mais azado¹⁰¹. Esta medida não fora levada ainda a efeito, por não ser necessária por hora, e nem convir enquanto não se fizer as medições dos prazos”.

Reportando aos relatórios de governo de 1853/54, quando Presidente da Província Sr. Sebastião Machado Nunes (4/12/1854 a 15/7/1855), encontra-se a afirmativa de que o “estado sanitário continuava satisfatório, devido ao excelente clima e os cuidados e zelo do médico Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira”.

O Dr. Ernesto era o responsável pela saúde pública da Colônia e fora contratado pela presidência da província em 16 de julho de 1860. Para abrigar o médico, em novembro do mesmo ano foi feita a reforma da casa a ele destinada. Era também o Dr. Ernesto quem esporadicamente atendia a Colônia de Santa Leopoldina.

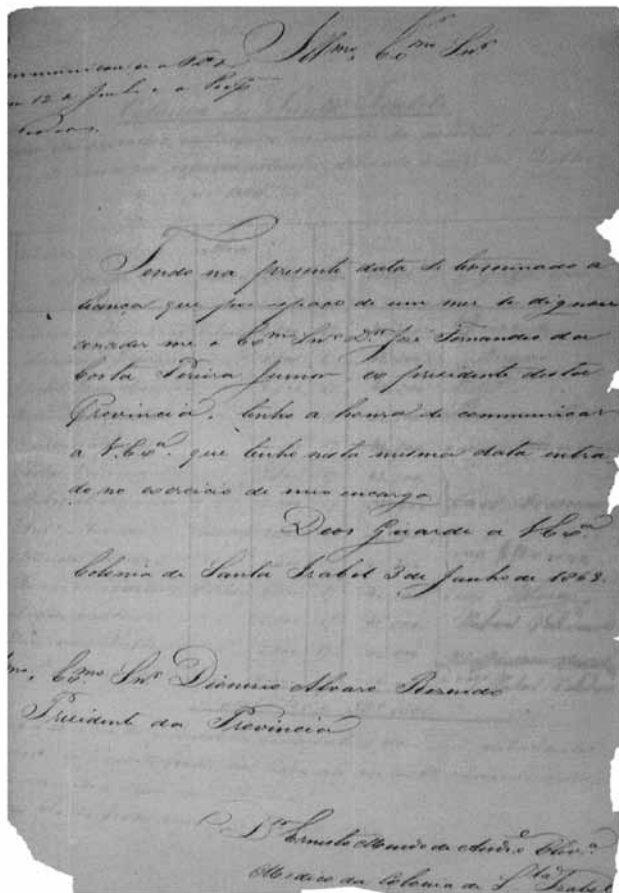
Naquela ocasião, a moléstia mais frequente era a opilação¹⁰².

Santos et al (1992) afirmam em sua obra sobre o município de Domingos Martins que, até então, quem dava assistência médica à Colônia era o Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles, médico da capital, como outros, também atendendo às demais colônias. (Santa Leopoldina e Itapemirim). Afirmam também que “o primeiro médico da colônia foi o Dr. Custódio Moreira de Souza”, mas não se conseguiu encontrar documentos para confirmar essa afirmativa.

Em 3 de junho de 1863, o Dr. Ernesto retornou de uma licença de um mês, que lhe fora concedida pelo Presidente da Província Sr. José Fernandes da Costa Pereira Junior (22/3/1861 a 28/5/1863).

101 Azado, adj. (azar + do). 1. Cômodo, jeitoso. 2. Oportuno.

102 Opilação s.f. (med.) Ato ou efeito de opilar; obstrução; (bras.) ancilostomíase; amarelão. Ancilostomíase, s. f. (med.) Doença, espécie de anemia profunda, causada pelo ancilostomíase; amarelão, opilação.



Retorno do Dr. Ernesto do período de licença –
03/06/1863.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ainda em 1863 (31/12/1863), é apresentado o relatório médico da Colônia de Santa Isabel, apresentado pelo Dr. Ernesto ao então Presidente da Província Sr. Eduardo Pindahiba de Matos (23/12/1863 a 8/1/1865), em cumprimento ao regulamento de 10 de setembro de 1859, que tratava da prestação de contas do governo estadual.

[...] O estado de salubridade d'esta colonia no decurso do anno findo foi incontestavelmente bastante satisfatório a sua população, muito mais aumentada que nos annos anteriores; as estações não apresentarão caracter critico que podesse occasionar o desenvolvimento de qualquer enfermidade que compromettesse as vidas dos habitantes deste estabelecimento.

Algumas molestias graves apresenta a Estatística inclusa destas, uma manifestarão-se benignamente, outras caprichosas em suas marchas retardarão o restabelecimento dos indivíduos, outras porem zombando dos meios therapeuticos que as combatião levarão ao jazigo victimas de suas intensidades aquelles infelizes por ellas acommettidos. [...]

Naquela ocasião (1863), 981 indivíduos já habitavam, a Colônia e desses 80 se submeteram a tra-

tamento médico em estado mórbido¹⁰³, ou seja, 8%. Desse número, 47 eram do sexo masculino e 33 do feminino, conforme estatística por faixa etária:

■ menores de 2 anos.....	07
■ de 2 a 12 anos.....	16
■ de 12 a 20	06
■ de 20 a 60	49
■ maiores de 60	02
■ total.....	80

Deste total, 38 eram casados, 40 solteiros e 2 viúvos; 55 eram alemães e 25 nacionais. As principais doenças identificadas: anemia (3), abscesso (9), arcite¹⁰⁴ (2), angina (3), artrite (2), bronquite (2), cólica (2), congestão pulmonar (1), convulsão (2), cobreiro (1), desenteria (2), dysmenorréia (1), delírio tremens (1), dastro (1), enterite (1), febre inflamatória (2), febre intermitente (2), feridas (2), fraturas (2), gastrite (4), gastroenterite (1), hepatite (1), icterícia (1), meningite (1), artrite (1), opilação (1), oftalmia (4), fratura (1), pleurisia (1), parno (2), pneumonia (1), panarício (2), traumatismo (9), enterite (1), sarnas (2), sarampo (1) e úlceras (4).

A falta de higiene e dos meios necessários para a observação dos enfermos, levou a que o Dr. Ernesto oficializasse ao Presidente da Província, solicitando a construção de uma casa de saúde para a Colônia.

No mês de abril daquele ano de 1863, era entregue à Colônia uma ambulância de remédios, atendendo aos apelos do médico.

A situação da salubridade na Colônia continuava sob controle, tendo sido atendidos em 1864 somente 95 indivíduos de uma população de 1109, ou seja, mantendo-se os 8% do ano anterior.

103 Mórbido, adj. Relativo a doença; doentio; enfermo; [...].

104 Arcite, barriga d'água.

No início, o médico da Colônia Dr. Ernesto entrou em conflito de autoridade com o Pastor protestante e com o Diretor da Colônia, Sr. Lindes (Augusto Gomes Lindes). Em 23 de novembro de 1864, após 4 anos de exercício no cargo de médico, era exonerado o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, que além dos problemas já citados anteriormente, envolvera-se também nos conflitos com o cidadão Adão Trarbach, no dia 29 de junho do mesmo ano, tendo sido transferido para a comunidade da Serra. Foi nomeado para substituí-lo o médico Dr. Otto Linger, que tomou posse em janeiro de 1865 (portaria de 23/11/1865).

Comunicado do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 23 de Novembro de 1864 sobre a exoneração do Médico Dr. Ernesto Mendo d'Andrade e Oliveira.

Ilmo. Exmo. Sro.

Sua Magestade O Imperador, Houve por bem por Portaria desta data, Exonerar o Dr.º Ernesto Mendo d'Andrade e Oliveira do lugar de Medico da Colonia de Santa Izabel nessa Provincia e Nomear para o substituir naquelle Emprego o Dr.º Otto Linger que gosará dos vencimentos e mais favores ao Medico destituído e que conveniencias a V. Ex.^a sua intelligência e governo.

Deos Guarde a V. Ex.^a

José Liberato Bonfim

Comunicado do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 21 de Janeiro de 1865 encaminhando o Médico Dr. Otto Linger para a Colônia de Santa Isabel.

Ilmo. Exmo. Sro.

Communico a V. Ex.^a para sua intelligencia e governo que o Doutor Otto Singer, Medico nomeado para a colonia Santa Izabel, nessa Provincia segue para aquelle estabelecimento a fim de exercer a sua profissão.

Deos Guarde a V. Ex.^a

(Assinatura inelegível)

Os conflitos religiosos e de cidadania também tiveram reflexos na saúde da Colônia. Em 18 de junho de 1864 foi encontrado um relatório do Diretor Interino Sr. Augusto Gomes Lindes, informando ao Presidente da Província que o Dr. Ernesto iniciara a vacinação dos colonos e que o local para tal finalidade seria a capela católica. Entretanto, o Pastor, ao saber dessa decisão, dirigiu-se até lá e tentou impedir que a fizessem, mas os colonos entraram na igreja e somente uma senhora e seu filho ficaram do lado de fora, impedidos pelo Pastor. A crítica se estendia também ao médico, pelo fato de sua opção, quando deveria fazer a vacinação na casa destinada a atender aos doentes. Com essa decisão, acabou levando mais uma vez o conflito religioso a se exasperar no território da Colônia.

Esse conflito de autoridade havia chegado inclusive ao jornal “Correio da Vitória”, de 23 de maio de mesmo ano, com o médico fazendo declaração à opinião pública, “que de maneira nenhuma, elle seja sujeito ao Director. [...]”

Em atenção ao ofício nº 260, de 29 de agosto de 1864, o médico da Colônia, aquela ocasião ainda o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, procedia ao cumprimento das determinações exaradas no referido ofício e se dirigia à casa do capitão José Pereira Pimentel, em uma “ambulância de medicamentos afim de prestar os socorros médicos às pessoas que alli os reclamassem, onde chegando em pelas 9 horas da noite não encontrei o referido Capitão Pimentel, entendendo-me porem com seo caixeiro de nome Manuel da Penha vim a saber que todos os doentes já se achavão restabelecidos, e cujos, sete erão ausentes com o chefe da família”.

Continua o depoimento do Dr. Ernesto:

Fazendo ao mencionado caixeiro as indagações que julguei necessarias acerca dos procedimentos daquelles individuos, a que se refere o officio de V. Ex.^a, fui informado de ter o caixeiro de João Geraldo vendido ao Capitão Pimentel uns pães tirado do meio de outros, e que sendo ingeridos por diversas pessoas da casa, sem ser conjuncta outra qualidade de alimentos, forão logo accommettidas de vomito, diacemias, vertigem e dores pelo ventre nove pessoas, sendo seis menores e tres adultos e que o referido Capitão Pimenel recorrendo a um individuo de nome João Braun que nesta villa exerce a funções da medi-

cina, obtivera pela medicação deste o restabelecimento dos doentes. Pelo mesmo Manuel da Penha me foi dito mais que elle comera dos pães e que nada soffrera.

A vista da exposição e semelhantes symptomas, se não há alteração da verdade, dados em um só instante e em diversas pessoas que acabavão de ingerir uma só qualidade de substancia, agravando naquellas pessoas que mais comerão, segundo me expos também o mencionado caixeiro, há de supor que qualquer principio nocivo tivesse entrado na composição daquelle alimento: um exame por exemplo de sal amoniaco, que com abuso algum, padeiros addicionarão ao fabrico de pão, os grãos de algumas plantas que costumão esticar entre o trigo, como o joio, summamente nocivo, o qual uma vez introduzido na economia orgânica, manifesta symptomas que muito se confundem com aquelles que se apresentarão nas pessoas da familia do Capitão Pimentel, poderião causar aquelle accidente que a noço ver não se poderá crer que tenha sido, devido a um principio verminoso por malevola não combinado aquella substancia alimenticia, sem que se a tivesse submettido a uma analyse chimica assim como os materiais (inelegível) por aquelles individuos supostos envenenados, além de outras investigações de que podesse a Justiça lançar mão para conhecimento da verdade.

Cumpre-me igualmente declarar a V. Ex.^a que no dia 31 daquelle mesmo mes, procedi na qualidade de perito convidado pela Sn^o. Subdelegado do Districto, a Corpo de Delito nas referidas pessoas que então comparecerão convocadas pela mesma authoridade, não tendo eu affirmativamente respondido a nenhum dos quesitos da Lei, por não encontrar mais indicios que a isso me indusisse.

Deos Guarde a V. Ex.^a

Colonia de Santa Isabel 1^o de Spt.^o de 1864.

Ilustrou-se este incidente para registrar para a História as dificuldades que teve para criar e administrar a Colônia. As situações que ocorreram, afinal, não são tão diferentes nos dias de hoje.

Na Colônia já existia um “curandeiro” que exercia as funções de médico, conforme ilustrado no caso anterior, e também uma “velha” italiana, que fazia abortos, indu-

zindo senhoras, que acabavam não procurando tratamento médico. Essa italiana, sogra do colono Paschoal Bewelot, as pessoas julgavam dotada de conhecimentos médicos. Mesmo tendo sido notificada pelo Subdelegado Sargento Joaquim Coelho de Mello, pela prática ilegal da medicina, continuou praticando de maneira irregular sua atividade.

Outra grande anomalia acontecida foi o fato do próprio Diretor Interino da Colônia, que por ter “desavenças” com o médico Dr. Ernesto, ao ser acometido de desintéria, chamou à sua casa a velha italiana, que o acompanhou durante toda a sua enfermidade, tributando confiança a uma charlatã, e induzindo a tendência natural dos rústicos camponeses a ter o mesmo procedimento. Se não bastasse só esse fato, o Sr. Egger (Diretor) emprestava o seu cavalo à referida senhora para visitar os doentes da Colônia que requisitavam os seus serviços.

A finalidade desses procedimentos, segundo relatório datado de 16 de outubro de 1864, do Dr. Médico da Colônia encaminhado ao Sr. Presidente da Província, de modo a não prejudicá-lo. [...]

Com a exoneração do Dr. Ernesto, no dia 18 de janeiro de 1865, era oficiado ao Presidente da Província que, em cumprimento à Ordem daquela presidência, de 13 de dezembro de 1864, o Sr. Director da Colônia, juntamente com treis colonos, seus vizinhos, dirigiam-se à residência do antigo médico, para oficializar a sua reabertura, emitindo-se o seguinte depoimento:

Mr. Ernesto
 En cumprimento de Ordem em data de 13 de dezembro de 1864, recebi a honra de suplicar-me a J. E. que no dia 25 de maio passado fui chamado pelo Director desta Colônia, junto com tres colonos meus vizinhos, para testemunhar a abertura da casa do medico.
 O doutor Dr. Ernesto Almeida de Faria e Oliveira tinha deixado aquella casa na madrugada do dia 23, levando consigo todas as mobílias, animais etc., de maneira que na casa e quarto não se achou mais nada pertencente ao d. Dr.
 Nos dois quartos achava-se uma porção de medicamentos e os poucos instrumentos pertencentes ao medico pelo Dr. Ernesto Egger, e pois o Director mandou encerrar e transportar os poucos restos, para serem entregues ao medico Dr. Otto Lingner.
 Num outro quarto achou-se escrita sem rasura no parede a seguinte:
*Erkennet Nicht
 Otto Lindt*
 Se werden keine * Wochen hier sein und auch nicht ihr Bruder.
 Fui todas as vidraças achadas e quebradas, algumas por tras, e as paredes interiores e estofados da casa foram acariadas.

acariadas:
 Des. Guard. a J. E.
 Colônia de Santa Isabel, em 16 de outubro de 1864.
Mr. Ernesto
 Dr. José Joaquim de Carmo,
 Presidente desta Província,
 4º 1º 1º
 Capital.

Henrique Egger, portador

Relatório de Recebimento da Casa do Médico da Colônia – 18/01/1865.

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – GOVERNADORIA 27

O doutor Snr.º Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira tinha deixado aquella casa na madrugada do dia 23, levando consigo todas as mobílias, animais, etc, de maneira que na casa e pasto não se achou mais nada pertencente ao dito Snr.

Num dos quartos achava-se uma porção de medicamentos e os poucos instrumentos fornecidas ao medico pelo Governo Imperial, os quaes o Director mandou encaixar e transportar na minha casa próxima, para serem entregues ao medico Dr. Otto Linger.

Num outro quarto achou-se escrita em carvão na parede o seguinte:

Ehrloser Wichet

Otto Linde

Sie verden keine 4 Woiken hier sein und auch niklihr Bruden !

quasi todas as vidraças achavão-se quebradas, algumas por tiros, e as paredes interiores e exteriores da casa forão avariadas.

Deos guarde a V.^a Ex.^a

Colonia de Santa Izabel, em 18 de Janeiro de 1865

Ilmo. Ex.mo. Snr.

Dr.º José Joaquim do Carmo

Presidente desta Província

Henrique Egger, pastor

Novamente, em 19 de abril de 1865, o Diretor Interino da Colônia chamava atenção da Presidência da Província para a “necessidade de um hospital de poucas camas, como taes já existem em diversas Colonias do Império”.

Somente após 10 anos, encontraram-se novas referências sobre a situação da salubridade da ex-Colônia, no relatório de 1875, que deixava claro que o estado sanitário era considerado bom, o que se traduzia pelo excelente clima. Em geral, segundo o mesmo relatório, “o número de doentes não excedia a 18 por mês, sendo as enfermidades quase sempre sem nenhuma gravidade”.

Decorria o ano de 1875 quando a varíola chegou vitimando muitas pessoas, o que provocou a nomeação, no dia 20 de junho do mesmo ano, de uma comissão para tratamento da doença, recaindo a responsabilidade para os cidadãos Major Domingos Vicente Gonçalves de Souza – Presidente da Câmara Municipal de Viana; Capitão Joaquim Pereira Machado – Subdelegado de Polícia – e o Sr. José Porfírio de Almeida Coutinho, que alegara diversas razões para não integrar a comissão.

Segundo relatório de Domingos Monteiro Peixoto (4.5.1875 a 24.12.1875), página 2, quando trata do item Salubridade Pública, assim se manifestara:

Na falta de medicos de que pudesse lançar mão, enviei a esta commissão um directorio formulado pelo Inspector de Saude Publica Dr. Manoel Goulart de Souza, para o tratamento dos doentes, e bem assim uma ambulância convenientemente pronta de medicamentos proprios para debelar tão traçoeiro inimigo da humanidade.

Em 1876, segundo o mesmo relatório, página 4, sobre a salubridade pública, na ex-colônia de Santa Isabel, essa era a situação da epidemia da varíola:

Recebendo communicação por um dos membros da commissão nomeada para promover o tratamento de varilosa¹⁰⁵ na ex-colonia de Santa Izabel, de que nesse ponto da provincia continuava essa terrível epidemia a fazer estragos, depois de ouvir o Inspetor de Saude Publica, contratei no dia 6 do corrente, mediante a diaria de 20\$000, o Dr. Francisco Gama de Azambuja Meirelles para tratar os doentes alli ac-commetidos d'aquelle mal, e o incumbi ao mesmo tempo da vacinação da população d'essa localidade e suas circumvisinhanças.

Aquelle facultativo, por motivo de molestia regressou no dia 21, e na falta de pessoa habilitada que de prompto o subsstituise, officiei a respeito ao cidadão José Pinto Guimarães, a quem elle deixou instruções para o tratamento dos doentes, e aguardava as suas informações para então, com segurança, tomar as medidas que fossem aconselhadas pelas circunstancias.

105 Varilosa. Não encontrada a palavra no dicionário. Variólico, adj. Que se refere à varíola. Varíola, s.f. (med) Doença infecciosa, contagiosa e epidêmica, caracterizada por febre alta, com erupção de pústulas na pele [...]. Pústula, s.f. (med) Elevação cutânea cheia de pus [...].

Novamente recorrendo às anotações de Kalk (1998), ele afirma que “muitos colonizadores acabaram morrendo vítimas de quedas de árvores, pois não tinham a prática de fazer derrubada de paus”.

As picadas de cobras era outro item relevante nas pesquisas de óbito. Somente mais tarde foi introduzida a medicação por “raizadas¹⁰⁶”, cujas receitas foram absorvidas pelos costumes práticos dos indígenas. As ervas mais conhecidas eram capitão, melambo, cipó-cruzeiro, raíz-branca, raíz-preta, arricuiá, negramina e fedegoso.

As receitas eram assim preparadas: raspar as raízes dessas plantas em partes iguais, até chegar à medida de uma colher de sopa. Diluir essa raspa em meia garrafa de cachaça e tomar dessa porção uma ou duas colheres de quinze em quinze minutos ou de meia em meia hora, conforme o caso.

A dieta era muito rigorosa: peixe, leite, carne de porco, etc, deveriam ser evitados por aproximadamente 60 dias.

Somente a partir de 1930/35 é que apareceram as primeiras ampolas de soro antiofídico. O pioneiro desta ação foi o pastor Fritz Lippert, da comunidade evangélica luterana de Califórnia, que também aplicou as primeiras injeções.

Por essa época, também foram criadas as Caixas Beneficentes que cuidavam daqueles que haviam sido picados por cobras. Com a chegada do soro, ampliou-se o número dessas Caixas Beneficentes. Um grande número de associados começou a capturar cobras e enviá-las para o Instituto Butantan em São Paulo. O Sr. Mathias Nichel, residente em Melgacinho, fez a sua inscrição como associado e cliente do instituto, onde adquiriu a prática da extração do veneno. Passou também a fornecer as cobras capturadas de toda a região ao instituto, que em troca fornecia o soro atendendo aos moradores por quase 45 anos.

No caso de outras doenças, os antepassados buscavam a cura através de chás caseiros, receitas que trouxeram da Alemanha. Quem conhecia bem esses chás era o Sr.

106 Raizadas (a-i) s.f. Raizame (a-i) s.m. 1- O conjunto das raízes duma planta. 2. Grande porção de raízes. [...].

Alfredo Kempin, residente em Rio das Pedras, Santa Leopoldina.

Os moradores do interior tinham no transporte um dos seus maiores problemas, pois para adquirir assistência médica e hospitalar, era preciso que fossem levados em redes, às vezes a 30, 35 km de distância.

Consta do relatório do padre Dold, de 8 de dezembro de 1896: “O clima de Santa Isabel é saudável, pelo menos nas localidades em região mais elevada, mas, mesmo assim, aparecem alguns com febre, mas a perigosa febre amarela que aparece em determinada época do ano, fez uma grande quantidade de vítimas. Senão, aparecem casos isolados de febre amarela.

Mais comum são os casos de anemia, principalmente com as crianças alemãs, causada mais por friagem e constipação. Alguns colonos trabalham debaixo de chuva nas plantações de café ou em dias de mudanças variáveis de temperatura, em que chove vinte vezes ao dia e vinte vezes o sol aparece. Por muito tempo, as mudanças climáticas da natureza favorecem o aparecimento de casos de anemia com as suas complicações. Para felicidade, na floresta virgem, existe a cura para essa doença, trata-se do leite perigoso do mamão meio maduro (ainda de vez)”.

Após muitos anos sem ter uma casa de saúde, adaptou-se uma loja comercial onde anteriormente fora uma estufa, que passou a funcionar como hospital com o nome de Hospital São Geraldo.



Local que serviu de hospital por alguns anos na sede do município – Hospital São Geraldo – Década de 1920/1930.

OBS.: Este era o imóvel comercial pertencente ao Sr. Germano Gerhardt que fora adaptado para funcionar como Casa de Saúde

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Inauguração do Posto de Saúde e Puericultura. Presenças do Governador Jones dos Santos Neves, do deputado estadual Octaviano Santo e prefeito Dr. Arthur Gerhardt-1954.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Discurso de inauguração do Posto de Saúde e Puericultura – 1954.

ACERVO: CASA DA CULTURA

Na década de 1930, enquanto se procurava alternativas para dotar a cidade e o município de uma casa ou hospital, construiu-se e implantou-se um provisório no pátio da igreja evangélica, construído de madeiras retiradas da mata do entorno da cidade.

Segundo Willy (s.d.), já mencionado, o movimento para a construção do hospital crescia nas esferas social, agora incentivado pelo embaixador alemão Von Holleben, que em conversa com os moradores se propôs a ajudá-los, até porque a comunidade era eminentemente composta de imigrantes e descendentes de alemães.

Quando da construção do hospital com madeiras, a proposta era de que, quando se tivesse um novo de alvenaria, dever-se-ia desmontá-lo e levá-lo para outro local do interior do município. Quando isso ocorreu, não foi possível reaproveitá-lo, pois grande parte do madeiramento já se encontrava apodrecida.

A partir de 1954, o atendimento ambulatorial e emergencial passou a ser realizado pelo Posto de Saúde e Puericultura, inaugurado pelo então governador do estado Dr. Jones dos Santos Neves (1951-1954), e que funciona até hoje no mesmo local.

A carência de atendimento na saúde continuava e aumentava à proporção que o quantitativo populacional também crescia.

Com o objetivo de se criar o hospital, constituiu-se uma entidade mista, cujos coordenadores foram o pastor Karl Ernest Georg Schneider e o padre João Scheja. A organização funcionaria com 3 membros de cada distrito da época. Onde houvesse predominância de igrejas luteranas ou de católicos, eles escolheriam esses membros. A associação denominada de ASSOMAR – Associação Martinense, que foi fundada em 13 de outubro de 1967 e ficou assim constituída:

- Conselheiros: Pastor Karl Ernest Georg Schneider
Padre João Scheja
- Substitutos: Padre Antonio Lanhent e Theodoro Schwambach
- Associados Fundadores dos distritos do município:
 - Sede: Guilherme José Brickwedde – “Willy” (1º presidente)
Emilio Koehler
Waldemiro Alberto Hülle
 - Isabel: Francisco Effgen
José Francisco Trarbach
Dilson José Stein
 - Parajú: Eduardo Renzelmann
Herberth Kuhn
Gabriel Schneider
 - Aracê: Manoel Uliana
Domingos Girardi
Amélio Peterle
 - Araguaia: Sidney José Bravim
Rudolfo Krohling
Francisco Stockel
 - Marechal: Olimpio Pereira Pinto
Ary Ribeiro da Silva
Luiz Mill
 - Melgaço: Humberto Borghardt
Bruno Kalk
Augusto Pagung

O primeiro presidente, senhor Willy, foi quem organizou juridicamente a associação.

Por aquela ocasião, o pastor Schneider, inconformado com a maneira de se transportar os doentes do interior, normalmente realizada através de redes que colocadas nos ombros de dois membros da comunidade que iam se revezando à proporção da caminhada, trazendo grandes sacrifícios aos doentes e àqueles que os transportavam, sugeriu aos seus pares a aquisição de uma ambulância tipo Climobil, idêntica às que o Estado havia adquirido.

Com essa decisão, foram até a cidade de São Paulo, para, junto com a sucursal da igreja luterana, conseguir uma ambulância. A resposta foi positiva, desde que a igreja católica também assim o fizesse, tendo em vista que a associação era uma entidade mista.

Após o retorno de São Paulo, alguns membros da associação foram até Santa Isabel para um encontro na casa paroquial, levando a decisão ao padre Antonio Lambrent, pois esta era a condição imposta. Ai, como se diz na gíria, “o bicho pegou”, pois a Cúria não autorizou a participação.

O padre Antônio era muito amigo de Willy e juntos buscaram o apoio na Alemanha com os membros da congregação do Verbo Divino. Também ali não conseguiram, pois que só apoiavam o segmento da educação. Houve um desânimo geral!

Haviam procurado também o Secretário Estadual de Saúde, Dr. Carlos Alberto Von Schilgen, mais conhecido como Dr. Carlito que os orientara no sentido de adquirir uma ambulância tradicional e não o veículo Climobil. Nada conseguiram nessa visita.

Encerrado o período do Willy na primeira presidência, ele resolveu se afastar, pois as decepções foram inúmeras.

Passados alguns anos, o grupo voltou a insistir e lutar para conseguir viabilizar os recursos financeiros para a realização daquele sonho tão necessário à população martinense e de alguns municípios vizinhos. Novamente buscariam o apoio do governo alemão.

O grupo era capitaneado pelos senhores Pastor Schneider, Theodoro Schwambach, Dr. Arthur Schneider e Willy, que começaram a trabalhar para viabilizar o investimento. Para tanto, procuraram a EZE – Organização Evangélica Alemã não governamental, via secretaria executiva da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, em Porto Alegre – RS, na busca dos recursos financeiros.

Viabilizados os recursos junto ao governo na Alemanha, convidaram o padre João para novamente fazer parte do grupo. Queria ele, no entanto, que o hospital fosse construído em Santa Maria do Araguaia, com o que o grupo não concordou. Depois, insistiu para que o local fosse no trevo da BR 101, novamente sem acordo.

Entrou em cena o Dr. Arthur Schneider que possuía uma área próxima à rodoviária e se propôs a cedê-la, mas o pastor Schneider não concordou. A área escolhida foi aquela onde hoje está edificado o hospital e que pertencia à igreja evangélica que a cedeu gratuitamente.

Para receber os recursos havia a exigência do governo alemão de se constituir uma organização jurídica. Dai ter-se criado a FHASDOMAR – Fundação Hospitalar e de Assistência Social de Domingos Martins, fundada juridicamente no dia 31 de janeiro de 1970. Foram seus fundadores: Karl Ernest Geog Schneider (pastor), Theodoro Schwambach, Guilherme José Brickwedde - “Willy”, Dr. Arthur Schneider, Joaquim Tesch (prefeito municipal), Dr.º Floriano Schwanz, Roberto Anselmo Kautsky, Dr. Cesar Vello Puppín (médico), Theodoro Adolfo Büge, Odílio Antônio Lopes, Isaac Lopes Rubim, Artacerse Broto, Arthur Haese, Adolfo Germano Gerhardt, Alfredo Velten, Adriano Fischer, Arthur Waiandt, Augusto Henrique Hülle, Emílio Gustavo Hülle, Waldemiro A. Hülle, Walter Littig, Pedro Carlos Schwambach, Reinaldo Jacob Lampier, Nelson Fischer, Oscar Wruck, Harry de Freitas Barcellos, Henrique Meille Junior, Emílio Koehler, Georg Kunzendorf, João Mário Pitanga Pinto, José Paulino Junior (juiz de direito), Walter Luiz Augusto Tesch (médico), William Fernando Boato, José Maria Monteiro da Gama e José Tarqueta Sobrinho.



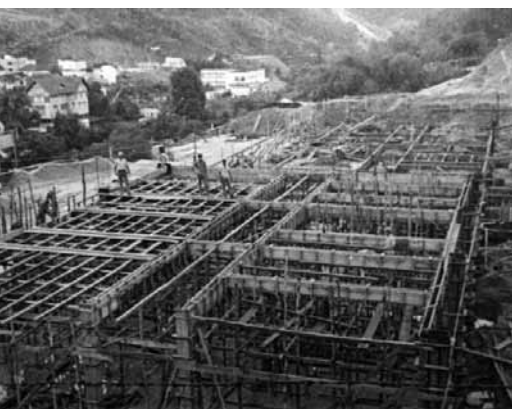
Uma das fases da terraplanagem da área do futuro hospital – 1970.

ACERVO: FLASDOMAR – FUNDAÇÃO HOSPITALAR E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOMINGOS MARTINS



Outra fase da terraplanagem – 1970.

ACERVO: FLASDOMAR



Estágio da construção do hospital – 1970

ACERVO: FLASDOMAR

Outra exigência do governo alemão era a de que todos os documentos da operação, os de caráter jurídico e os da engenharia fossem encaminhados à instituição evangélica do Rio Grande do Sul. Era lá que se faziam as análises e as autorizações.

Definida a área, surgiu novo problema. O grupo de fundadores teria que arcar com 20% dos recursos, como forma de contrapartida dos repasses financeiros.

Como a prefeitura se responsabilizou pelos custos da terraplanagem, o valor econômico da operação foi considerado para efeito de se justificar a contrapartida exigida. Toda a terra deslocada da área foi levada para suspender o piso do campo de futebol.

Mais um problema precisava ser transposto. O Dr. Jefferson de Aguiar não concordava com a localização, pois o hospital ficaria nos fundos do hotel de sua propriedade. Superado mais esse desafio e encerrada a fase da terraplanagem, dava-se então início às obras propriamente ditas, após a liberação da primeira parcela para fazer a fundação, e assim sucessivamente.

O governo alemão designou a engenheira Bohnsack para acompanhar o projeto; fê-lo modificando quase toda a planta e fazendo alterações internas completas. Alterou quase tudo, com a perda de muito espaço físico.

Para a manutenção do hospital, além da contribuição da sociedade martinense, realizou-se um convênio da prefeitura municipal com o Fundo de As-

sistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, onde se tinha a obrigação de atender gratuitamente aos trabalhadores rurais.

O Hospital e Maternidade Dr. Arthur Gehardt, recebeu o nome em homenagem ao médico humanitário que, quando no exercício de suas atividades, ora como médico, ora como prefeito municipal, havia prestado relevantes serviços à comunidade.

Possui uma área de construção de 3.600 m², divididos em 3 andares. É de fácil acesso à população usuária.

Quando de sua construção possuía 97 leitos, com característica de hospital geral. É uma instituição filantrópica, localizado à Av. Koehler nº 230, no centro da cidade (sede).

Com o fim do FUNRURAL, o hospital começou a apresentar problemas de natureza financeira sofrendo também influência política local, piorando sua situação econômica. Várias crises se sucederam, principalmente por ser o único hospital do município, atendendo a aproximadamente 85% de pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde, tanto na demanda referenciada, quanto na espontânea. Ocorre que a remuneração por esses serviços pelo governo federal ficam muito aquém dos valores dos custos reais.

Após sucessivas crises, ora de gestão, ora de natureza financeira, em janeiro de 1995, o Ministério Público determinou a intervenção na Fundação Hos-



Outro estágio da construção do hospital - 1970.

ACERVO: FLASDOMAR



Operários encarregados da construção do Hospital – 1970.

ACERVO: FLASDOMAR

pitalar, através da resolução nº 1/95, de 2 de maio de 1995, tendo em vista a situação administrativa e financeira, onde o acúmulo de dívidas por falta de pagamento do INSS e FGTS dos funcionários, entre outras obrigações, e finalmente pelo atendimento funcional inadequado à população.

A promotoria nomeou a seguinte diretoria para administrar a fundação no período da intervenção:

- Roberto Kautsky Júnior – Presidente
- Antonio Venturine – Vice-Presidente
- Valdir Weber – 2º Vice-Presidente
- Custódio Neves – Diretor Administrativo
- Nelson Luis Mayer – Tesoureiro
- Dório Nascimento – Vice-Tesoureiro
- Admar Alves de Souza – Secretário
- Joel Gomes da Silva – Relações Públicas

Os trabalhos iniciaram-se no dia 2 de maio daquele ano e terminaram em setembro, quando a diretoria prestou contas das ações cumpridas na determinação do Ministério Público.

As dificuldades gerenciais levaram a redução dos números de leitos, hoje com 77 em atividade, abrangendo a clínica médica em 26 leitos, clínica cirúrgica com 15, clínica obstétrica com 19, clínica pediátrica com 11 e mais 6 de isolamento. Dos 77 leitos, 64 são destinados ao atendimento de usuários do SUS – Sistema Único de Saúde. Possui ainda o hospital, 9 leitos ambulatoriais e 13, destinados a atendimentos particulares e convênios. É dotado de um centro cirúrgico, com 3 salas de cirurgia e 1 de pequenas cirurgias.

Pequeno relatório daquele nosocômio¹⁰⁷, informa que, além da população do município e vizinhos, o “Hospital e Maternidade Dr. Arthur Gerhardt presta atendimento ainda a uma expressiva população flutuante, composta de turistas que frequentam a região e pessoas que trafegam pela Rodovia BR 262”.

Durante a existência do município, clinicaram na cidade e/ou nos distritos os seguintes médicos:

- 1848 Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles.

OBS.: médico da capital, que esporadicamente, atendia à colônia.

- 1848/60 Dr. Custódio Moreira de Souza

- 1854/64 Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira

- 1865/76 Dr. Otto Linger

- 1876 Dr. Francisco Gomes de Azambuja.

OBS.: contratado para cuidar da epidemia varilosa (varíola)

- 1876 a 1945 Dr. Mattos.

- 1945 a 1954 Dr. Arthur Gerhardt

- 1953 a 2012 Dr. Estevão Nickman

Dr. Lourival Berger

Dr. Cesar Vello Puppim

Dr. Walter Luiz Augusto Tesch

Dr. Floriano Schwanz

Dr. Manoel de Oliveira Barcelos Junior

Dr. Roosevelt Silva Tesch

Dr. Rogério Targueta

Dr. Luiz Eduardo Tirico

¹⁰⁷ Nosocômio. s.m. Hospital.

Dr. Sérgio Alberto Brickwedde
Dr. Plínio Frechiane Zanello
Dr. Humberto Saleme do Valle (falecido)
Dr. Silvio Rogério Kuster
Dr. Eduardo Alexandre Wernersbach Deps
Dra. Luciana Maria Britto da Cruz
Dr. Giancarlo Zouain
Dra. Maristela Alves da Silva Buge
Dr. Álvaro Lopes Vereno Filho
Dr. Aloísio Lobato Lopes
Dr. José Mário Corassa
Dr. José Marcelo Corassa
Dra. Polyana de Vargas Teixeira
Dr. Manoel (do posto)
Dr. Luiz Prest
Dr. Jair Espíndula Alcântara
Dr. José Porto
Dr. Amaury Passos Loyola

OBS.: Durante muitos anos o senhor José Tarqueta Sobrinho, que era farmacêutico, fez o papel de médico no município. Ele era esposo da senhora Paulina Wernersbach.

Serviços

Água e Esgotos

Em 1922, era prefeito do município o Sr. Dr. Pedro Soares de Guimarães, que pretendendo reeleger-se foi procurar o Sr. Roberto Kautsky para apoiá-lo. Inicialmente, o Sr. Roberto não se entusiasmou, pois já sofrera grandes decepções como político, entretanto, com a insistência do Dr. Pedro, que lhe perguntou o que gostaria de receber em troca para apoiá-lo, afirmou que desejaria a colocação de água encanada na vila de Santa Isabel. Essa foi a exigência, pois atenderia a toda comunidade. Feito o acordo, o próprio Roberto pegou a empreitada, juntamente com o Sr. Francisco Christ e o seu tio Júlio Soyka.

Fizeram a caixa d'água, abriram as valas nas ruas e nada dos encanamentos.

Descobriu-se, mais tarde, que o adversário político do Dr. Pedro, liderado pelo Sr. Germano Gerhardt, conseguira que os materiais fossem descarregados em Viana, o que fatalmente faria com que a empreitada não ficasse pronta a tempo, e que poderia levar o candidato a perder as eleições.

“Felizmente, o Roberto descobriu esta manobra a tempo, falou com o Prefeito Dr. Pedro, que imediatamente entrou em contato com o agente da estrada de ferro Leopoldina Railway em Viana e exigiu o encaminhamento para a Estação de Domingos Martins”. Este fato será narrado também na página 502.

Mesmo tendo o serviço ficado pronto no tempo certo, poucas pessoas da Vila votaram no Dr. Pedro.



Barragem "Dr. Henrique Maia Penido" – Utilizado para abastecimento d'água da Cidade – 1963.

OBS.: Este terreno foi cedido pelo ex-prefeito Francisco dos Santos Silva

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Residência de Ferdinand Schlenz e no meio do pasto o Córrego Schlenz

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Reservatório, filtro e casa de tratamento do abastecimento d'água da cidade – 1963.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Com a reeleição do Dr. Pedro, comemoraram o feito com um jantar, para o qual foram convidadas as autoridades, os sócios da firma que forneceu os canos e pessoas de fora da Vila. Depois, fizeram um baile e em represália não convidaram ninguém da Vila Santa Isabel.

Foi a primeira vila a ter água encanada.

A primeira caixa d'água da cidade de Domingos Martins, que ainda existe, foi construída na propriedade da família Schlenz, com água do Córrego Schlenz. A manutenção era feita pela Prefeitura. Em 1961 governava o município de Domingos Martins o senhor Francisco Santos Silva (31/1/1959 a 31/1/1963)¹⁰⁸. Através de Lei Municipal firmou convênio com a FSESP – Fundação de Serviço de Saúde Pública construiu uma nova barragem ao lado da entrada de Soído, próximo ao Parque das Hortênsias e o reservatório que hoje fica no Bairro dos Nobres nesta cidade.

De acordo com o relatório da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, encaminhado à Câmara Municipal através da mensagem de 31 de janeiro de 1963, a municipalidade havia conseguido liberar recursos do Governo Federal no montante de Cr\$ 5.526.887,60 (cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e sete cruzeiros e sessenta centavos) para que fosse “iniciado e concluído o vultuoso serviço d'água da sede municipal.” Nesta ocasião, administrava o município o prefeito Francisco dos Santos Silva (31/1/1959 a 31/1/1963). A verba foi viabilizada pelo ex-senador Jefferson de Aguiar.

108 DOMINGOS MARTINS. **Relatório do período de fevereiro de 1959 a janeiro de 1963.** Domingos Martins, 1963.

A FSESP havia contratado a empresa Renato Milet para a execução do serviço. Na mesma ocasião, todo o material para construção da rede de esgotos já se encontrava estocado na Prefeitura, aguardando a oportunidade para início dos serviços. Posteriormente, no governo do Sr. Joaquim Tesch, o serviço de água e esgoto foi entregue à CE-SAN – Companhia Espiritossantense de Saneamento.

Naquela oportunidade, ainda segundo o relatório citado o DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento “procedeu a dragagem, derrocamento e retificação do rio Braço do Sul, do rio Jucu, numa extensão de 1.600 metros, em Marechal Floriano num montante de Cr\$16.480.950,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta cruzeiros).” Tratou-se de uma obra de grande alcance, pois a partir dessa intervenção, esperava-se que não mais houvesse transbordamento das águas do rio, nas praças e ruas daquela cidade.

Ainda houve a retificação, dragagem e canalização do córrego Schlenz, numa extensão de 600 metros dentro da cidade de Campinho. Antes era uma “vala fétida, cheia de mosquitos e borrachudos, numa permanente ameaça à saúde do povo”. Também foi executado pelo DNOS e custou o montante de Cr\$18.639.820,00 (dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil e oitocentos e vinte cruzeiros).

Naquela ocasião Ponto do Alto, Perobas e Parajú também receberam os serviços d’água. Na Vila Isabel foi construída uma adutora nova.

Ainda hoje, aproximadamente 15% dos domicílios urbanos não possuem água tratada; se abastecem em poços ou nascentes de suas propriedades. A situação é ainda mais complexa na zona rural, onde mais de 80% se utilizam do mesmo sistema, o que leva o município, na média, apresentar baixo índice de consumo.

As comunidades que já possuem o sistema de água tratada são: sede (Domingos Martins), Santa Isabel, Parajú, Ponto do Alto, Perobas, Aracê (sede), Melgaço e São Bentinho.

A situação do sistema de esgoto sanitário é ainda mais complexa. Segundo Dialog (2005), afirma-se que “Na cidade de Domingos Martins o esgoto é coletado apenas na área mais consolidada e tratado numa ETE – Estação de Tratamento de Es-

goto na saída para a BR 262 e lançado no córrego Schlenz, afluente do Rio Jucu (braço norte)”.

Afirmam ainda que na região norte da cidade existe apenas uma caixa coletora, na saída para Melgaço, que também encaminha os efluentes (sem tratamento) para um córrego afluente do Rio Jucu. O sistema atende a aproximadamente 80% das unidades prediais e nas outras localidades urbanas, somente Santa Isabel, Parajú, Ponto do Alto, Aracê e Melgacinho.

A zona rural mantém o mesmo procedimento de muitos anos, onde aproximadamente 60% dos domicílios utilizam fossas rudimentares e mais de 25% lançam seus esgotos diretamente em corpos d'água.

Agências Bancárias

A primeira agência bancária só chegou a Domingos Martins, no ano de 1963, e para suprir a falta de bancos, segundo Moraes (1992), “grandes firmas comerciais [...] trabalhavam informalmente como verdadeiras casas bancárias, aceitando depósitos de seus clientes e financiando a entressafra do café, mediante o fornecimento, a prazo, de toda a mercadoria necessária aos produtores rurais”.

Algumas firmas acabaram por também exercer a função de correspondentes de bancos oficiais e privados [...], assim como pessoas que emprestavam dinheiro, conhecidos como “agiotas”. Entre eles, o Sr. Pedro Gerhardt, Germano Gerhardt e Alfredo Velten.

■ **Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo S.A.**

Iniciou as suas atividades na cidade em 12 de junho de 1963, com registro na Receita Federal sob o CNPJ 28.127.603/0025-45, quando Prefeito do Município o Sr. Paulo Antonio Lorenzoni, com o nome de Banco do Estado do Espírito Santo S/A, enquanto Presidente o Sr. Mário Nicoletti.

A carta-patente expedida pelo Banco Central (Superintendência da Moeda e do Crédito), autorizando a instalação da Agência em Domingos Martins, recebeu o nº 7.200, de 17 de dezembro de 1962 e foi arquivada sob o nº 14510 na JUCEES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, em Sessão de 4 de abril de 1963.

O primeiro gerente designado foi o Sr. Artarcerce Brotto, que ali ficou por 8 anos, conforme cronologia:

- Artarcerce Brotto (12/6/1963 a 3/3/1970)
- Sem informação (1970 a 1993)
- Ivan Geraldo Moreira Monteiro (31/1/1994 até 31/1/1998)
- Arildo Nunes Reis (2/1998 a 12/2000)
- Marco Antonio Silveira Machado (1/2001 a 8/2004)
- Cláudio Peçanha de Mattos (9/2004 a 12/2006)
- Carlos Alberto Silva (1/2007 até 2010)
- Ivani Couto Prates (2010 até 2013)

A agência de Domingos Martins está instalada desde o início de seu funcionamento à Av. Presidente Vargas, nº 635, em terreno cedido pela municipalidade, através da Lei nº 188, de 1962.

No distrito de Aracê – Pedra Azul, em 13 de julho de 1983, o Banco Central autorizou a instalação de um PAB – Posto de Atendimento Bancário, subordinado à Agência de Domingos Martins. No período de 27 de



Artarcerce Brotto, 1º gerente do Banestes, e Maria Dalla Brotto
ACERVO: FAMILIARES



Agência do BANESTES – Domingos Martins 2012.
ACERVO: GOOGLE MAPS



Agência de Pedra Azul - 2012
ACERVO: RODRIGO BELCAVELLO BARBOSA

julho de 1983 a 28 de junho de 1999 com a denominação de PAB Pedreiras, foi instalado na Rod. BR 262, km 94, no local conhecido como Loteamento Pedra Azul.

Em 24 de dezembro de 2003, o Banco Central autorizou a transformação do PAB em Agência Bancária, com o CNPJ nº 28.127.603/0129-31, e endereço na Av. Módulo, nº 35 – Aracê – Pedra Azul. Os gerentes da agência foram:

- Carlos Borel da Silva Neto (4/2004 a 12/2006)
- Jacinto Luiz Kunsch (1/2007 a 12/2008)
- Antonio Ribeiro Pinto Filho (1/2009 até 2010)

■ Banco do Brasil S.A.

O Banco do Brasil S/A, está presente no município desde 2 de outubro de 1978, portanto, há 33 anos. A 1ª agência foi instalada na principal avenida

da cidade, Av. Presidente Vargas, nº 808, num dos locais mais privilegiados, em frente à praça principal. Mais tarde sofreu mais duas transferências de local: em 1999, na mesma Avenida nº 590, próxima do Fórum, e em 2006 passou para a Rua do Lazer, conhecida também pelo nome de Rua João Batista Wernersbach, nº 64.



Funcionários e ex-funcionários da agência Domingos Martins – Comemoração do aniversário de 30 anos da agência – Pedro Rocha foi o primeiro gerente da agência (camisa azul clara ao centro) – 2008.
ACERVO: SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO BANCO DO BRASIL

A agência está registrada na JUCEES – Junta Comercial do Estado do Espírito Santo sob o nº 57.512, de 17 de agosto de 1976. O seu primeiro gerente foi o Sr. Pedro Rocha, 1978 a 1998, seguidamente substituído por:

- Celso Soares Fiorotti – 1998 a 2000
- Daniel Simões Medeiros – 2000 a 2003
- Romildo Alves de Oliveira – 2003 a 2006
- Ismael Junior Kurty – 2006 a 2007
- Wederson Hubner – 2007 a 2010
- Denise de Fátima Vargas Martins – 2010 a 2012
- Gésio Luiz Ferreira – 2012 a 2013

■ **SICOOB**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Centro-Serrana do Espírito Santo – SICOOB, iniciou suas atividades na cidade de Domingos Martins em 3 de outubro de 2005. Encontra-se instalada com CNPJ nº 31804966, à avenida Presidente Vargas, nº 590, no centro da sede do município. O seu primeiro gerente foi o senhor Rodrigo Calharos de Oliveira, e o segundo Vilma Barth (atual).

■ **CEF – Caixa Econômica Federal**

A sua inauguração ocorreu no dia 26 de outubro de 1982, portanto há 30 anos, e a equipe era formada por 5 servidores, incluindo-se o gerente geral, o gerente de núcleo e dois estagiários.



Inauguração da agência – 03 de outubro de 2005
– Domingos Martins
ACERVO: SICOOB



Inauguração da agência da Caixa Econômica – 26/10/1982. Da esquerda para direita: Dr. Heráclito Moraes, Zezil Nunes de Moraes, não identificado, José Henrique Macedo, Fernando Antônio Macedo, Marcos Soares e Não identificado.

ACERVO: AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA DE DOMINGOS MARTINS



Inauguração da Agência da Caixa Econômica – 26/10/1982. Da esquerda para a direita: não identificado, o prefeito Elias Paganini, Zezil Nunes de Moraes e não identificado.

ACERVO: AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA DE DOMINGOS MARTINS

Hoje a agência expandiu-se e conta com 15 servidores, incluindo-se 5 estagiários, 1 recepcionista e 1 adolescente aprendiz.

O primeiro gerente geral foi o senhor Adailton Gonçalves Coelho, seguido de:

- Edson Valfre Tessarolo
- Pedro Nunes de Almeida
- Miguel Augusto Xavier de Aguiar
- Jorge Abilio Tardin Coelho
- Pedro Nunes de Almeida (pela 2ª vez)
- Carlos José Lacerda
- Andre Denadai Espíndula
- Samuel Rezende da Fonseca Filho
- Roberto Celso Bazílio de Souza
- Simone Chagas Ligeiro
- Antônio Roberto de Souza Moraes
- Edson Gaspar de Moraes
- Roberto Augustinho Rizzi (atual gerente)

Está instalada à avenida Presidente Vargas, nº 472, Centro.



Agência da Caixa Econômica – 2012

ACERVO: GOOGLE MAPS

■ Bradesco

A agência foi inaugurada na sede do município (10 de outubro de 2011) e fica na Av. Presidente Vargas, nº 368. Sua primeira e atual gerente é a Senhora Paulyonora Ambrozini.

Cemitérios

O primeiro cemitério construído foi o de Boa Vista, logo após a entrada do km 34 da BR 262 na parte mais baixa do morro, onde foram sepultados, 52 parentes dos primeiros familiares dos imigrantes mortos, segundo Santos et al (1992) já citado em várias oportunidades, entre eles o pastor König, falecido em 1858, e o pastor Held, falecido em 1859.

Ali foi construído um obelisco onde se pretendeu homenagear os primeiros imigrantes alemães. Os autores visitaram o monumento, assim como o cemitério onde foram sepultados os primeiros imigrantes falecidos, em cuja lápide constam os seus nomes. Lamentavelmente, o cemitério foi totalmente descaracterizado na sua origem.

As famílias ali sepultados foram: Binner, Velten, Hand, Werfeli, Mees, Tra-barch, Bosse, Mildenbuger, Dohm, Bautz, Klippel, Schumacher, Littig, Hertel, Bardes, Bungestab, Mobius, Jahring, Schneider, Köh-ler, Engelhardt e Damm.

Alguns restos mortais foram trans-feridos para o cemitério de Campinho, onde



Obelisco onde constam os nomes dos imigrantes alemães falecidos no período de 1847-1860.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Cemitério Luterano de Campinho, onde a maioria dos imigrantes foram sepultados – 1950, no dia de Finados.

ACERVO: JAIR LITTIG

os primeiros registros são de Daniel Trabarch e Margareth Bautz Trabarch (Livro nº 1, fls.1, sob os nº 3 e 4 da Secretaria da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Domingos Martins).

Entretanto, há indícios de que os primeiros sepultamentos tenham ocorrido no cemitério de Santo Agostinho, no município de Viana.

Buscando auxílio novamente em Santos et al (1992), a idealização dos monumentos (marco da colonização) foi feita em forma de duas cruzes. Uma próxima à conclusão da capela e outra no cemitério, que foi do pastor Karl Bielefeld, em 1937. A construção coube ao pedreiro sergipano Domingos José Macedo, tendo como ajudante o também pedreiro Alfredo Baungarten e Roberto Schneider. Em algumas ocasiões, outras pessoas também ajudaram sob o sistema de mutirão. As placas com as inscrições com os nomes foram confeccionados pelo senhor João Ricardo Schorling.

O cemitério de Soído teve início em 1892, quando Johann Hoffmann doou o terreno e onde também se construiria a igreja.

O de Boa Esperança registra que o primeiro sepultamento foi de Christina Klippel, em 9 de agosto de 1897, que era filha de Johann Philipp Klippel e Elizabeth Wenzel.

Outro cemitério é o de Cabocla, também luterano, e onde ocorreu o primeiro sepultamento em 30



Cemitério Luterano de Boa Esperança – Inaugurado em 1897.

ACERVO: JAIR LITTIG

de janeiro de 1901 de Lydia Amalie Margareth Littig, filha de Martin Littig e Wilhelmine Augusto Schneider.

Philipinho Schneider autorizou a construção, em seu terreno, do cemitério de Nova Almeida que acabou sendo conhecido como “cemitério dos Schneider”. Um dos primeiros sepultamentos, segundo Littig, foi o de Karl Pagung, filho de Karl 1º e Cornélia Rambelius Karl, em 4 de março de 1981.



Cemitério Luterano de Cabocla – 1901.

ACERVO: JAIR LITTIG

O cemitério de Aracê pertencia aos alemães e ficava onde é o sítio de Célio Bravin. Posteriormente construiu-se outro, que é ainda o atual, remodelado e ampliado.

No dia 22 de maio de 1894, segundo consta do livro dos “tombos”, algumas pessoas convidadas pelo senhor João Simon, na localidade denominada Chapéu e contando com a presença do Rev. Senhor Padre João Pinto Pestana, vigário de Viana, procedeu-se à benção do cemitério de São Miguel. A solenidade foi realizada na residência do senhor João Simon.

Antes da sua construção, alguns corpos foram sepultados em terreno da residência do senhor João.

Era cercado, com 8 metros de frente e nove de fundo, onde estabeleceram-se as seguintes condições:

1. “O terreno compreendido pelo cercado não pertencerá a nenhuma pessoa viva, servindo apenas para enterrar os corpos dos falecidos das famílias participantes;



Cemitério de Santa Isabel – 2012.

ACERVO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS

2. A construção do cemitério não lesa os direitos do proprietário actual e de seus herdeiros no terreno circundando e
3. Concluída esta cerimonia lavrou-se o presente documento que vai sellado e asignado pelo reverendo senhor Padre Vigario e os mais interessados participantes.
 - João Simon
 - Pa. João Pinto Pestana
 - Antonio Simon
 - João do Espírito Santo Simon
 - Deolindo José da Silva Simon
 - Henrique Simon
 - Maria Simon
 - Maria Magdalena Simon”

Obs.: “O vigário Pestana recebi de mim cinquenta mil réis”.

Os primeiros corpos que jazem no cemitério de São Miguel no Chapéu:

1. Antônio Masciyenski, em 5 abril de 1895, com inflamação interior, com 1 ano de idade;
2. Criança nascida morta em 19 de dezembro de 1897, filha de João Blanc e Maria;
3. Francisca Maria de Tal, em 17 de fevereiro de 1898, de “mal de febre”;
4. Alexandre Gomes d’ Oliveira, no dia 11 de agosto de 1898, de doença crônica;
5. José Belghiof, criança com 1 ano, no dia 9 de novembro de 1898;
6. Tianna da Pedra Branca, no dia 17 de maio de 1899, de idade centenária.

Evolução urbana

Em 1859, segundo relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Sérgio Teixeira de Macedo, enviado à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, naquela ocasião além da “casa que servia de escola e ao mesmo tempo de habitação do professor de primeiras letras, existiam mais 3 feitas de pedra, 45 de madeiras, cobertas de palha e algumas barracas insignificantes”.

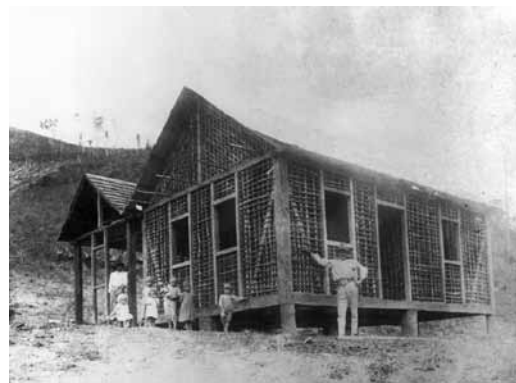
Littig (s.d.) já citado resgatou um mapa da colônia de Santa Isabel de 1865, onde “nos círculos em verde visualiza-se a região de Boa Esperança, o vermelho a Vila Braço do Sul, a marron Campinho e o azul, a Vila de Santa Isabel”.

Ao longo da evolução urbana apresentou várias alterações:



Avenida Presidente Vargas – Sede – Década de 1930.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Tipos de construções da época. A primeira identificada foi uma construção em estilo enxaimel e taipa e pertenceu ao senhor João Majevski, na localidade do Pena. A segunda, também em estilo enxaimel, típica de colono naquela ocasião.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

Mais uma vez buscando subsídio em Dialog (2005), afirma-se que por ocasião da aprovação do novo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município, duas observações devem ser consideradas:

- que as sedes distritais de Domingos Martins, Aracê, Santa Isabel, Melgaço e Parajú, tanto pelo porte reduzido, como pela baixo crescimento de sua população não vem sendo submetidos a processos de expansão significativas e
- [...] já os núcleos de Pedra Azul e Ponto Alto, estão crescendo de forma acelerada, demandando portanto a identificação e previsão de áreas adequadas à expansão que possam abrigar o crescimento da população urbana.

A cidade sede de Domingos Martins possui pouco espaço para expansão urbana, o que tem levado à verticalização de suas construções e mudanças físicas nas características européias de suas fachadas. No seu centro histórico é quase impossível algum espaço, somente quando há demolição de algum imóvel, para a construção de outro. A expansão tem sido no sentido Soído e Melgaço, principalmente.

Outro aspecto a considerar é com relação ao crescimento da frota de veículos, que aumenta significativamente no período de inverno e nos finais de semana, quando não há vagas para estacionamento.

Hoje, predomina o uso mixto das construções com o comércio no térreo e a residência e/ou residências nos andares superiores.

Vila de Santa Isabel



Santa Isabel. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Santa Isabel. 1920.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Santa Isabel. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Santa Isabel. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA

Campinhos



Campinhos. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Campinhos. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Campinhos. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA



Campinhos. Sem data.

ACERVO: CASA DA CULTURA

Patrimônio Arquitetônico Histórico



Residência da Família Kuster – 2007. Rua Pedro Gehardt s/nº.

ACERVO: DIALOG



Residência da Família Brickwedde -2007. Rua Bernardino Monteiro nº 26.

ACERVO: DIALOG



Residência da família Soyka – 2007. Avenida Presidente Vargas s/nº

ACERVO: DIALOG



Ex-residência da família do Dr. Arthur Gerhardt – 2007. Av. Pres. Vargas n.º551.

ACERVO: DIALOG



Residência da Família Schlenz – 2007. Rua Fernando Schlenz s/nº.

ACERVO: DIALOG



Residência da Família Loose – 2007. Rio Ponte – Melgaço.

ACERVO: DIALOG



Edifício de uso misto (residência e comércio). Residência do Sr. Gustavo Wernersbach – 2007. Rua Principal s/n.º - Santa Isabel.

ACERVO: DIALOG



Residência da Família Kutz – 2007. Zona Rural de Melgaço.

ACERVO: DIALOG



Residência Wantelino Breckenkamp – 2007. Estrada para Biriricas s/n.º - Biriricas.

ACERVO: DIALOG



Residência Paulo Breckenkamp e Elza Espíndula – 2007. Alto Biriricas s/nº - Biriricas.

ACERVO: DIALOG



Edifício residencial – Vale da Estação – 2007. Rua Principal s/n.º - Santa Isabel.

ACERVO: DIALOG

Fotógrafos

Um dos instrumentos mais utilizados, capazes de recuperar o tempo da memória, é o da fotografia, quando se sabe que muito pouco se guardou ao longo dos anos da história política e familiar de nossos antepassados.

É muito comum procurar-se por uma fonte de informação e receber como resposta que ela já não existe mais, ora porque os familiares resolveram queimar aquele material por julgá-lo sem importância e que estava ocupando espaço dentro dos armários, ora porque a enchente destruiu tudo, ora por ter sido guardado em lugar impróprio, e / ou outra forma qualquer de justificativa.

Com o auxílio de Lopes (2004) e de entrevistas de algumas pessoas e/ou familiares, foi possível identificar diversos nomes de fotógrafos que, a partir de 1860, residentes ou não no então município de Santa Isabel e/ou Domingos Martins, deixaram a sua marca para o registro da memória martinense.

■ 1860 – Victor Frond

Segundo Tschudi (2004), era um francês que fez parte da comitiva de D. Pedro II, quando da vinda à Colônia em 30/1/1860. Após sua visita, deixou registrado em fotos, várias casas e paisagens, portanto, sendo o primeiro fotógrafo que passou pela Colônia. Foi também o pioneiro da fotografia no Espírito Santo.

■ 1870 – Albert Richard Dietze

Era filho de August Friedrich Dietz e Auguste Friedrich Sack Gr. Scorlop nascido em Kitzen, na Prússia, hoje Alemanha, em 29/12/1838. Faleceu em Santa Leopoldina em 24/8/1906. A história revela que provavelmente tenha sido ele o segundo fotógrafo que passou pela Colônia de Santa



Albert Richard Dietze – sem data.
ACERVO: ALMERINDA DA SILVA LOPES



Albert Richard Dietze e Frederike Christine Henriette Sacht – 1873.

ACERVO: ALMERINDA DA SILVA LOPES DO LIVRO DE ALBERT RICHARD DITZE – UM ARTISTA – FOTÓGRAFO ALEMÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Izabel. Chegou ao Brasil, de acordo com Lopes (2004), “pouco antes de completar 30 anos de idade e começou a trabalhar no Jardim Botânico”, na cidade do Rio de Janeiro. Além da formação em agronomia, quando de sua trajetória pelo Jardim Botânico, passou a atuar também como fotógrafo e era considerado um bom desenhista.

“Conhecia e amava profundamente a música, destacando-se como exímio instrumentista”.

Lopes (2004) já citada afirma que o mesmo “circulava pelo interior do Rio de Janeiro, estendendo os percursos até o Espírito Santo.”

“Ainda em 1869, faz a primeira visita à ex-colônia de Santa Leopoldina [...]”. Enquanto residiu na localidade, costumava fazer fotografias pela região de Santa Isabel.

■ 1891 – Franz Anton Feigl

Nasceu em Weisskirchen, Hungria, no dia 6 de junho de 1864, tendo chegado como imigrante ao Brasil em 1891, posteriormente transferindo domicílio para Domingos Martins.

No Espírito Santo conheceu a pomerana/prussiana Emilie Henrigette Auguste Braun, residente em Melgaço, Colônia de Santa Isabel, com quem se casou e teve quatro filhos: Franz Anton, Emile Auguste, Leopold e Julia. Após o casamento, passou a dedicar-se à profissão de fotógrafo e atuar como professor.

Em Vitória, possuiu um atelier na rua Sete de Setembro, nº 25. Andava pelo interior do Espírito Santo fazendo fotografias de alemães e suas propriedades.

Chegou a ser fotógrafo de D. Pedro II no Rio de Janeiro. A sua primeira foto em Domingos Martins foi a da Estação Germânia.

Recorrendo novamente à fonte Lopes (2004), em 1893 “é citado exercendo a função de gerente da casa comercial “A Flor da Bahia”, loja que também se dedicava à venda de imagens fotográficas [...]”

Em 1895, passou a atuar no ramo fotográfico na cidade de Vitória, voltando em 1896 a viver e trabalhar em Domingos Martins.



Emilie Henriette Auguste Braun (esposa) e Franz Anton Feigl – 05/12/1891.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS – JOEL GUILHERME VELTEN

■ 1903 – Gottlob Faller

Atuou em São Bento, até 1912 e também em Campinho.

■ 1904 – Raphael Ronchi

Nascido no distrito de Araguaia, “na região de Marechal Floriano (então pertencente ao município de Santa Isabel), no dia 26 de agosto de 1904”. Segundo a mesma fonte, “faleceu em Araguaia, a 11 de junho de 1978”. Casou-se em 1932 com Maria Benedita Ronchi e era filho de Ezequiel Ronchi e Maria Lorenzoni Ronchi.



Gottlob Faller – sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Sua especialidade era fotografar retratos em povoados e fazendas de toda região. Suas imagens podem ser vistas no museu de Araguaia.

- **1905 – Roberto Simmer**, atuou em Santa Isabel, conforme relatos de moradores do município.

- **1915 – Mathias Blank**

Atuou na localidade de Biriricas a partir dos anos 40, segundo Lopes (2004). Era natural de Santa Leopoldina, onde nasceu a 19 de março de 1915, tendo falecido em Biriricas em 1972.

- **1916 – Roberto Carlos Kaustky**

- **1928 – Augusto Guilherme Mees**

Segundo relato da Prof.^a Paulina Wernerbach Tarquêta, ainda por volta de 1944 era o único fotógrafo, “Lambe Lambe”.

Também fotografava casamentos, aniversários e festas do interior. Foi contratado para efetuar o registro do casamento de D. Paulina, realizado na Igreja de Santa Isabel. Naquela ocasião estava havendo racionamento de combustível e o único veículo da localidade era um do Dr. Arthur Gehardt. Para facilitar o deslocamento dos convidados, marcou o casamento para uma 5ª feira, pois era o dia em que o ônibus trafegava por Santa Isabel com destino a Vitória. Entretanto, uma surpresa aguardava os noivos, familiares e convidados, o ônibus na véspera havia quebrado na estrada e não chegou a tempo para o transporte dos convidados. Além de ter-se casado somente com a presença dos pais e padrinhos, o fotógrafo Augusto Mees também não pode comparecer. O transporte da noiva foi feito pelo Dr. Arthur.

- **1930 – Foto Schroder**, também atuou em Campinho, até 1940, conforme relatos de moradores do município.

■ 1937 – Benn

D. Erika Schneider e Clara Schneider foram alunas dele. É de origem alemã e reside à Rua do Lazer. Está com 86 anos.

■ 1940 – Littio da Silva Rocha

Nascido na localidade de Holanda – Santa Leopoldina, no dia 13 de setembro de 1906. Foi casado com Joana Schwanz, nascida em Rio Claro, Santa Maria de Jetibá, em 1919. Ele faleceu em 10 de novembro de 1979 e ela em 2005. Residiram em Caramurú, distrito de Santa Leopoldina, onde tiveram os 7 filhos: Elza Madalena, Floripes Isaura, Arnaldo Joaquim – “Joke”, Orlando Augusto, Darly Littio, Renato Fernando, Alaira, Joana e Arlete Maria.



Littio da Silva Rocha – sem data.
ACERVO: FAMILIARES DE LITTIO DA SILVA ROCHA



Casal Littio da Silva Rosa e Joana Schwanz Rosa – 1958. Da esquerda para a direita: Floripes, Arnaldo – “Joke”, Darly, Renato, Orlando, Elza, Alaira, Arlete e Joana.

ACERVO: FLORIPES ISAURA ROSA LAMPIER

O seu atelier era em sua própria residência em Caramurú. Entretanto, fotografava festas de casamento pelo interior, inclusive Domingos Martins, rotina feita até 1960, quando deixou a profissão.

Era exímio tocador de concertina, aliado à profissão de fotógrafo. Todos os sete filhos tocaram e/ou tocavam concertina e acordeón.

Era um cidadão muito pobre. Possuía uma pequena propriedade onde produzia e colhia café. Quando vendeu uma de suas colheitas, foi a ocasião em que conseguiu mobiliar a casa. E foi nessa ocasião que, quando chegava pela primeira vez à nova moradia, teve um infarto agudo do miocárdio e faleceu.



Velório de Nilza Schwanz – Domingos Martins – Sem Data.
ACERVO: FLORIPES ISAURA ROSA LAMPIER

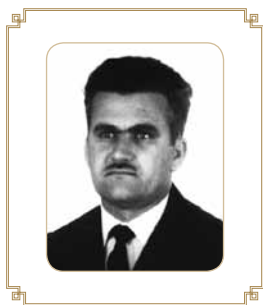
Era considerada uma pessoa muito paciente. Em muitas ocasiões, por ter essa característica, funcionou como “Juiz de Paz”, pois a sociedade tinha muito respeito à sua pessoa.

Littio foi vereador em Santa Leopoldina em 1972 (15/11/1972 a 15/11/1976), ocasião em que não havia remuneração para a função (vereador voluntário).

Quando Isaura e Bertholdo foram fazer as alianças em Campinho – Domingos Martins, Alfredo Haese e Mariana Schwanz casaram-se no civil. O casamento religioso do Alfredo e Nilza estava marcado para realizar-se 15 dias após esta cerimônia. Entretanto, uma fatalidade os esperava, pois Nilza adoeceu e veio a falecer na semana do casamento religioso. Foi sepultada com o vestido de noiva e fotografada pelo Littio. Era comum o registro de falecimentos pelo Littio.

■ Sem data – Emílio Ewald

Era Oficial de Justiça. Andava a cavalo ou em uma moto velha pelo interior fazendo fotografias. Seu atelier ficava à rua Bernardino Monteiro, ao lado da igreja católica de Campinho. Hoje, está residindo em Anchieta (ES).



Moacir da Silva Vargas – 1959.
ACERVO: MOACIR DA SILVA VARGAS

■ 1953 - Moacir da Silva Vargas.

Residente em Parajú, distrito de Domingos Martins, para onde transferiu residência. Somente em 1958 começou a trabalhar no ramo da fotografia, por

ocasião do programa de recadastramento eleitoral, sempre acompanhado do Meritíssimo Juiz de Direito do município. A sua área de atuação era na região próxima à Parajú: Rio Ponte, Tijuco Preto, Melgaço e Alto Parajú. Fotografava casamentos, festas religiosas, reuniões políticas. Juntamente com a profissão de fotógrafo, elegeu-se Vereador pelo distrito em 4 ocasiões, tendo também sido eleito por 2 vezes vice-prefeito e finalmente para os períodos de 1970/1972 e 1982/1988, Prefeito do Município, tendo abandonando a profissão de fotógrafo no segundo mandato.

É casado com a Sra. Valéria Hand Vargas e possui 4 filhos. O que o levou ao ramo da fotografia foi a convivência com seu pai, que era fotógrafo em Afonso Cláudio e depois se transferiu para a Av. Cleto Nunes, na Vila Rubim, em Vitória.

Por volta de 1975, na era digital, não acompanhando a evolução tecnológica, não se adaptando à nova realidade e também para poder se dedicar somente ao cargo de Prefeito para o qual havia sido eleito, resolveu abandonar a profissão de fotógrafo.

■ 1953 – Francisco Alemão.

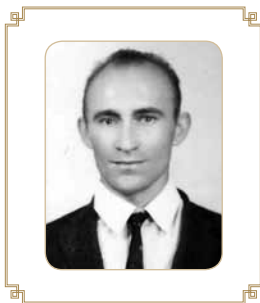
Também residente em Parajú.

■ 1955 – Mathias Nickel

Morador de Melgaço – Domingos Martins, é natural de Pedra Preta – Santa Leopoldina, nascido em 23 de julho de 1941. É casado com Irene Braunn Nichel, natural de Domingos Martins e nascida em 16 de setembro de 1944. Casaram-se em 3 de abril de 1970 e tiveram 3 filhos: Osmar, Siegmar e Mônica.

Fotografava aniversários, batizados, casamentos pelo interior de Domingos Martins e outras localidades, inclusive Vitória.

Com a modernização da profissão (maquinário e laboratório), optou por transferir a atividade para a sua filha mais nova, Mônica.



Mathias Nickel – sem data.
ACERVO: MATHIAS NICKEL

A partir de 1957, entusiasmou-se pela atividade de capturar e comprar cobras e vender o veneno para os laboratórios, para fabricação de soro antiofídico. Com a crise do mercado, está acabando com o negócio, pois os custos mensais são superiores à receita, sem contar com a ajuda dos setores privados e público.

Outra atividade é a de comerciante, exercida em sua propriedade. Afirma que gostava mesmo era de fotografar casamentos pelo interior.

■ Outros Fotógrafos

Lopes (2004) informa que o farmacêutico alemão Wilhelm Gusen, instalado em Santa Leopoldina, deslocava-se por povoados e fazendas de Domingos Martins “a procura de interessados em seus retratos”. Outro que transportando “o alforje com material no lombo do animal” circulava por Biriricas e Domingos Martins era o também alemão Erwin Kerckhoff. Lopes (2003, p. 267) informa que Marta Giesen Nagel, natural de Santa Leopoldina, uma fotógrafa ambulante, costumava exercer a sua profissão, registrando casamentos, batizados, aniversários e festas religiosas em Domingos Martins.



Mathias Nickel – sem data.
ACERVO: MATHIAS NICKEL



Casa de Comércio de Waldemar Pagung – Hoje já não existe mais o casarão - sem data.
ACERVO: MATHIAS NICKEL

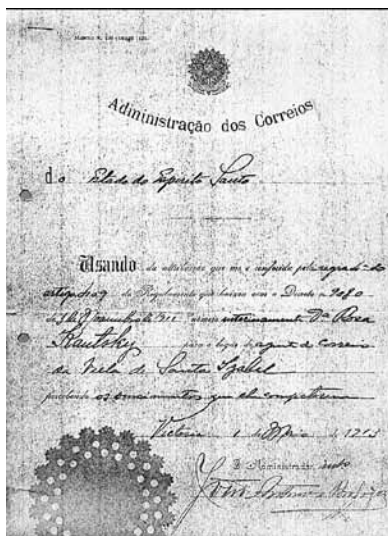
Agência dos Correios e Telégrafos

Foi criada no dia 17 de agosto de 1881, ficando quase um ano sem funcionar, por falta de local. O primeiro estafeta foi o senhor Pedro Celestino, nomeado em 31 de julho de 1897. Posteriormente a agente dos correios foi a senhora Elisabeth Gerhardt, nomeada em 24 de janeiro de 1898, na Vila de Santa Isabel.

[illegible]

Nomeação de Elizabeth Gerhardt – 24 de janeiro de 1898.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Nomeação de Rosa Kautsky – Agente do Correio da Vila de Santa Isabel – 1º de Maio de 1913.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

Posteriormente, a senhora Rosália Soyka Kautsky passou a exercer a função, nomeada pelo administrador interino dos serviços no Espírito Santo, senhor João Antunes Barbosa. Mais tarde, a sua irmã Rosinha foi nomeada em seu lugar, em 1 de maio de 1913.

Ainda na década de 1910, esses foram os agentes do correio:

- Campinho: Elisabeth Gerhardt
- Santa Isabel: Maria de Paula Moraes
- Estafeta¹⁰⁹: Vaudolino Ferreira de Moraes

Iluminação Pública

Somente em 1896 é que a iluminação chegou a Vila de Santa Isabel, pelo sistema de querosene.

Na reunião extraordinária de 3 de agosto de 1896, os governadores aprovaram a publicação de 2 importantes editais:

- 1) para compra de talha de carne verde para abastecimento da população e
- 2) manutenção de iluminação pública de praças e ruas da Vila Santa Isabel. Como já mencionado, a iluminação era feita por lampiões abastecidos por querosene.

¹⁰⁹ Estafeta (ê) s. 1 – Entregador de correspondência postal, a cavalo. 2 – Entregador de telegramas. 3- Entregador de mensagens. 4 – (fig) Mensageiro.

No dia 2 de setembro do mesmo ano, foram abertas duas propostas para a prestação dos serviços de iluminação pública, que não foram aceitas, por oferecerem preços demasiadamente exagerados. As propostas foram arquivadas e prorrogou-se o prazo para novos ofertantes, por mais 30 dias.

Como não apareceu interessado na prestação desses serviços, foi nomeado o senhor João dos Santos Paulista como encarregado do serviço de iluminação, com ordenado de 150 mil réis anuais.

Sob a coordenação do senhor Roberto Carlos Kautsky e contando com a ajuda de amigos e colonos, a prefeitura contratou ao senhor João Endhich, por 65 mil réis os postes de madeira de lei, que foram especialmente preparados para a colocação dos lampiões.

Em outras despesas, como compra de lampiões, tintas, etc. foram dispendidos 320,400 (trezentos e vinte mil e quatrocentos réis). Adquiriu-se também um lampião com o respectivo depósito de querosene, por 27,004 contos de réis, do senhor Manoel Thomaz, de “Victoria”.

O serviço prestado era gratuito, pois o material de manutenção era adquirido e fornecido pela municipalidade.

Após a colocação dos lampiões nos respectivos postes, distribuídos que foram pelas diversas ruas da cidade, no dia 1º de novembro de 1896 era inaugurado o serviço iluminação pública, solenidade que começou às 19 horas.

Posteriormente, quem ficou encarregado pelo abastecimento das lanternas foi o senhor Roberto. Eram acesas às 18 horas e se apagavam por si, às 22 horas, em face da medida exata que se colocara de querosene. O serviço era executado sem remuneração.

Portanto, a cidade também chegou a sentir “a tortura fúnebre da luz dos lampiões a querosene, que a maioria das vilas, povoadas e sedes das cidades chegaram a experimentar”.

A iluminação com uso de querosene só chegou a Campinho em maio de 1897, quando se nomeou o senhor Paulo Dietrich como encarregado, recebendo 150 mil réis anual.

Domingos Martins foi um dos primeiros municípios servidos com luz elétrica, em 1911, com a instalação da Usina Jucu. Porém as poucas ruas que existiam eram iluminadas com querosene ou gás. O primeiro foi Cachoeiro de Itapemirim, em 1903.



Luminária a Querosene em Frente à Residência da Família Soyka – Av. Presidente Vargas – 1920.
ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

Veja foto do início do século passado onde se encontra uma luminária a querosene em frente à residência da família Soyka na atual Av. Presidente Vargas. Essa casa foi construída no final do século XIX e tem todas as características das casas do Hunsrück, principalmente as janelas. Toda a sua estrutura é em madeira na arquitetura enxaimel.

A primeira usina hidrelétrica do Espírito Santo, com captação das águas do rio Jucu, tornou-se realidade em 25 de novembro de 1909. Trata-se de uma pequena central hidrelétrica, que aproveitou o potencial do rio Jucu Braço do Sul.

Há controvérsias quanto à data de chegada da energia elétrica, pois o Sr. Roberto Kautsky afirma em documento deixado para seus filhos que “Santa Isabel só recebeu energia em princípios de 1927, graças à interferência dele junto à Cia. Serviços Reunidos de Vitória (força e luz), para quem já trabalhava”.

Quando a Cia. foi procurada pelo Sr. Roberto para solicitar a colocação de energia elétrica na sede de Santa Isabel, a direção da companhia exigiu que a população colocasse os postes. Foi então que, o Sr. Roberto adquiriu todo o material elétrico necessário e com o auxílio da população assim procedeu e logo em seguida houve a inauguração.

A sua residência e venda foram as primeiras casas a terem luz elétrica. Também era o encarregado das cobranças das tarifas, serviço que exerceu por vários anos, auxiliado por sua irmã Rosinha. O primeiro talão de luz foi emitido em nome do Sr. José Lima na data de 28 de fevereiro de 1927. Posteriormente, a Cia. de Serviços Reunidos de Vitória, passou a chamar-se Central Brasileira de Força e Luz.

Um dos antigos funcionários da CBFEL – Central Brasileira de Força e Luz, hoje Escelsa, residiu durante muitos anos em Campinho e chamava-se José Corassa. Esse cidadão, todas as tardinhas, cerca de 17:30 horas, saía pelas ruas da cidade, onde existia iluminação pública e, com uma vara, alcançava a chave que acendia cada dois postes.

Imprensa ou Principais Jornais

Pela proximidade com Viana e Santa Leopoldina principalmente, onde foram criados diversos periódicos, somente em 1915 apareceu o primeiro jornal do município. Com certeza enfrentando os mesmos problemas dos municípios do porte de Domingos Martins, onde toda sorte de dificuldades na impressão e manutenção dos periódicos e as insuficiências e deficiências de materiais, recursos financeiros e de estímulos eram uma constante. Essas deficiências eram quase sempre suprimidas com “golpes” de inteligência, habilidades e acima de tudo, boa vontade.

Os jornais e/ou revistas eram impressos utilizando-se da habilidade dos linotipistas, que além da sua arte aprenderam a fazer adaptações ou enxertos improvisados nos maquinários.

“Um povo que não tem timbre em manter um jornal que seja o expoente das suas convicções não pode ser civilizado”. (VIEIRA, 2004). Estes foram os jornais criados e identificados no período de 1915 a 2010, cuja fonte, do 1º e 2º citados, é de Pereira (1929):

■ O SANTA ISABEL - 1915

Criado em Santa Isabel, município de Domingos Martins e produzido na tipografia de Santa Isabel. O primeiro número circulou no dia 23/5/1915, sob a gerência de Clodoaldo Brandão.

Era filiado à política do PRC Espírito Santense – Partido Republicano Construtor.

Possuía 4 páginas de 3 colunas e formato de 200 x 265 m/m.

As assinaturas eram, = anual = 5\$000 rs.; semestral = 3\$000 rs.; trimestral = 2\$000 rs. e avulsa = 100 rs.

Era propriedade de uma sociedade anônima.

■ O CAMPINHO - 1917

Surgiu com o endereço de Campinho de Santa Isabel. Era impresso na tipografia “O Campinho”.

O primeiro número deste semanário é de 18/3/1917, sob direção de Adolpho Mário de Oliveira, prometendo propugnar pelos interesses públicos e dar auxílio imediato, aos que carecem da justiça e proteção.

Era filiado ao PRES – Partido Republicano do Espírito Santo.

A partir de 9/9/1917, passou a ser dirigido pelo Sr. Mário de Oliveira.

Possuía 4 páginas de 200 x 280 m/m, a 3 colunas.

As assinaturas: anual= 5\$000 rs.; semestral= 3 \$000 rs. Tiragem: 800 exemplares no 1º ano e 1000 no 2º.

■ O MARTINENSE - 1954

Era um pequeno jornal que circulava pela cidade editado pelos alunos do Ginásio Domingos Martins. O Diretor era sempre o Presidente do Grêmio Escolar.

■ A VOZ DA MONTANHA – 1966

“A Voz da Montanha” foi fundado por um grupo de jovens do município em colaboração com o americano Gene Whitmer, voluntário da paz da organização Aliança para o Progresso instituído pelo presidente John Kenedy. Gene residiu em Domingos Martins no período de 1964 a 1966. Os jovens redatores deste jornal foram Mauro Soyka Zina Maria Faria Santos – in memoriam, Joel Guilherme Velten, Anna Maria Stein, Elvira Schneider e Dr. Wilion Fernando Boato, então diretor do Ginásio Domingos Martins. A coluna mais lida do jornal era o famoso ‘El Marretero’. O jornal era editado a cada 15 dias e a população vibrava quando o periódico chegava aos lugares públicos de todo o município.

Todo mundo tinha medo de que seu nome fosse citado, pois ninguém, sabia quem era o tal de “El Marretero”, já que a coluna era escrita por várias pessoas que anotavam tudo que viam e ouviam. Até hoje tem gente que lembra dessa famosa coluna social, considerada “marron”.

O jornal circulou por alguns anos, até que muitos de seus colaboradores foram saindo e infelizmente não tinha mais ninguém que fizesse esse trabalho, executado nos finais de semana.



1ª Diretoria do Jornal – 1966. Da esquerda para a direita: Anna Maria Stein, Joel Guilherme Velten, Elmiro Schneider, Maurice Eugene Whitmer, Mauro Soyka e Zina Faria Santos.

ACERVO: ROBERTO ANSELMO KAUSTKY JÚNIOR

■ O NOTICIÁRIO - 1979

O primeiro número circulou no dia 30 de outubro de 1970, Ano I, Nº 1, numa terça-feira, ao preço de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros).

Sua diretoria era:

1 – Diretor-Presidente: Adilson José Cardoso

2 – Diretor-Responsável: Paulo Maia

3 – Diretor de Redação: Maria Ângela Pellerano

4 – Diretor-Comercial: Enildo Antônio Cardoso

5 – Secretária: Norma Lúcia Ghaedi

Ficava à rua Pedro Gerhardt, nº 308, em Campinho.

■ A NOTÍCIA DE DOMINGOS MARTINS – 1990

Fundado em agosto de 1990.

■ O BRAÇO DO SUL – 1990

Fundado em outubro de 1990 por Sandra e Augusto Cola, em parceria com Gustavo José Wernersbach. Neste ano de 2011 completou 21 anos, comemorado na localidade Vale da Estação.

Inicialmente circulou no formato francês, posteriormente passou a “stand” e atualmente é um tablóide.

O jornal já contabiliza em sua história a participação ativa na conquista de alguns benefícios para a comunidade martinense: a criação e instalação da Escola Família Agrícola em São Bento do Chapéu; a emancipação do distrito de Marechal Floriano e a campanha de recuperação da estação ferroviária do Vale da Estação.

No primeiro caso, a comunidade estava preocupada com o acentuado êxodo rural e decidiu construir a escola num terreno doado por Floriano Heher. Em dezembro de 1995, formava a escola a sua primeira turma da 8ª série do 1º grau.

Quando da emancipação de Marechal, acompanhou todo o processo divulgando todos os detalhes das comemorações. E por último mostrando o abandono daquela estação, que posteriormente foi reformada pela comunidade, com apoio da Prefeitura Municipal.

Telefonia

A primeira vila da região a receber telefonia foi Santa Isabel, com o posto telefônico funcionando na residência do Sr. Roberto Carlos Kautsky, em 27 de maio de 1927. O primeiro telefonema dado por ele foi para o nº 357, em Vitória. Na época senhor Roberto também era o encarregado da manutenção da energia elétrica, cuja empresa recebera o nome de Serviços Reunidos de Vitória (telefone e luz).

Na década de 1950, era o Sr. Corassa quem recebia os recados e os transmitia às pessoas. O aparelho era em forma de manivela, cuja ligação demorava horas e horas. Até chegar ao destino final passava por vários postes até a estação da Leopoldina, em Vitória.

Somente no ano de 1971, na gestão do Governador Christiano Dias Lopes (1967 a 1971) é que foi inaugurado um novo sistema pela nova companhia chamada TELEST – Telefônica do Estado do Espírito Santo, que ficava à rua Isaac Lampier, na casa da Sra. Elza Pioto Bringer, que também fora designada telefonista e cuja remuneração era feita pela Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Em 1976, gestão de Eurico de Vieira Rezende (1976 a 1979) é que foi instalado o telefone com número e serviço de DDD e DDI.

The Leopoldina Railway Limited

Moreira (2004) informa que em 1893 chegava de navio ao Porto de Vitória o material para início da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que faria a ligação com Vitória, antes só alcançada por mar.

Prossegue a mesma fonte: “em 1895 o Governo do Estado contratou o Visconde César Ferreira Pinto e os Engenheiros Henrique Reeve [...] e João Feliciano, que pegaram a empreitada do ramal de Viana a Matilde em 10/5/1897.”

Informava ainda que, “pelo vapor ‘Belladen’, chega a Vitória o material encomendado pelo Governo do Estado, para extensão da ferrovia E. F. Sul do Espírito Santo, até a estação de Mathilde, prevista para junho do mesmo ano” (1901).

Buscando informações na narrativa de Siqueira (1938), afirma-se que a Leopoldina Railway adquirira do Estado do Espírito Santo pelo preço de R\$ 4:000:000\$000 (quatro mil contos de réis), a estrada que partia de Vitória e que deveria ir até Cachoeiro de Itapemirim, “mas tinha apenas em tráfego e construídos 81 (oitenta e hum quilômetros) de Vitória até a estação de Engenheiro Reeve e o restante apenas em traçado.”

Essa negociação fora efetivada através de escrituras datadas de 22 de abril de 1907 e 22 de agosto de 1908, administração do Cel. Henrique da Silva Coutinho (16/6/1904 a 23/5/1908) e Jerônimo de Souza Monteiro (23/5/1908 a 23/5/1912). Segundo a mesma fonte, “as estações existentes eram as de Vitória, Viana, Santa Isabel, Marechal Floriano, Araguaia e Engenheiro Reeve.” Essas estações foram inauguradas em:

- Vitória (Argolas) a Viana (antiga Jabaeté)... 13/07/1895
ou 13/06/1895 (data do aniversário do
presidente da província Dr. Moniz Freire)
- Santa Isabel..... 01/01/1900
- Marechal Floriano 13/05/1900
- Eng.º Reeve, incluindo Araguaia e Matilde ... 15/03/1902



Estação Ferroviária de Viana. 1908.
ACERVO: ALMERINDA DA SILVA LOPES

A estação de Santa Isabel teve o seu nome mudado para Ponte Quebrada e posteriormente Germânia, para evitar confusão, em razão de já existir outra estação com esse nome (autorização de 18/7/1910 da Fiscalização de Estradas).

Pelo aviso nº 215, de 18 de outubro de 1917 passou a denominar-se Domingos Martins. Posteriormente, Vale da Estação.

Gonçalves; D'Aessio (2010, p. 24), afirmam que:

Moniz Freire (1892 a 1896) foi o primeiro político a estabelecer planejamento de longo prazo para o Espírito Santo. Seu programa de governo baseava-se na construção de vias férreas e no povoamento do solo. Sendo assim, ele fez um empréstimo com a França para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo que teve o seu primeiro trecho inaugurado em 13 de junho de 1895, ligando Vitória (Vila Velha) a Viana.

Continua a mesma fonte: “Este trecho da obra foi bancado pelos cofres públicos, enquanto o restante da linha, que tinha como ponto final a cidade de Cachoeiro do Itape-mirim, seria feito com recursos do capital privado.” Siqueira (1938) afirma que a data de inauguração desse trecho foi em 13 de julho de 1895.



Estação Ferroviária de Santa Isabel. Depois Germânia, Domingos Martins e finalmente Vale da Estação. Sem data.

ACERVO: CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Estação Ferroviária Domingos Martins. Sem data.

ACERVO: CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS



Estação Ferroviária Vale da Estação - 2010.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Estação Ferroviária de Marechal Floriano – 2010.
ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Estação Ferroviária de Araguaia. 2010.
ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Locomotiva da Leopoldina. Sem data.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Schayder (2002, p. 58) afirma em seu trabalho que a “Companhia Leopoldina Railway, que era uma empresa inglesa, encampou, em 1896, a conclusão das obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo a fim de conectar Vitória a Cachoeiro, pela Região Serrana”. Afirma também que “os primeiros dormentes dessa linha ferroviária começavam a ser colocados, em 1892, por uma empresa brasileira que acabou falindo.”

A obra foi realizada em diversas etapas e sofreu inúmeras paralisações, o que fez com que só ficasse pronta em 1910, totalizando um percurso de 156 quilômetros.

A linha férrea cortava a vila “Vale da Estação”, numa extensão de meio quilômetro. Era por intermédio dessa estação que as mercadorias chegavam para abastecer o comércio local e adjacências, inclusive a sede, Domingos Martins, assim como levava mercadorias produzidas na região para serem negociadas na Vila Rubim, em Vitória, segundo depoimento do Sr. Gustavo José Wernersbach, ao co-autor José Eugênio Vieira.

O transporte de passageiros e malotes do Correios e Telégrafos também era o meio utilizado.

Foi nessa estação que a Sra. Dalila Teles Vieira, mãe de um dos autores deste livro, quando da passagem do trem ferroviário, fora encarregada pela avó Maria Isabel Trarbach de vender brevidades, laranjas e doces para os passageiros, quando da parada do trem na estação denominada Germânia.

Aos 8 anos, aproximadamente em 1933, segundo Vieira (2003), “como a parada era pequena, às vezes ocorria de algum passageiro não pagá-la ou mesmo fazer o troco incorreto, ocasião em que levava uma boa sova da avó”, residente na vila do Vale da Estação.

Naquela ocasião (1934/1935), a senhora Paulina Wernersbach Targueta foi sua colega do grupo escolar. Ela ainda se recorda de outras colegas de turma: Amintas Siqueira, Olindina Coelho e Leomar Coelho. A turma possuía aproximadamente 25 alunos. D. Paulina descreve a mãe deste autor: usava cabelos curtos, rosto redondo, vendia brevidades junto com sua avó Isabel na estação. Morava após a estação. Descendo no sentido de Viana, onde tem um corte de pedra. Na subida era a casa onde morava Dalila.

Em 1972, a velha estação, segundo o depoimento do Sr. Gustavo Wernersbach, “considerada moderna no início do século XX, àquela ocasião estava em ruínas e servia de abrigo para os mendigos e desocupados, além de servir de mictório para os embriagados. Aquela obra construída numa área de aproximadamente 250 m², coberta com telhas de barro importadas e grossas paredes, já encontrava-se, com enormes rachaduras e boa parte do telhado danificado.”

Como a comunidade vivia em torno da estação, só restava a saudade dos tempos que a sua passagem animava a vila, hoje resignada a apenas ouvir o barulho das máquinas dos trens de cargas que, “em alta velocidade e com apitos estridentes e ensurdecadores, continuaram a trafegar pelo trecho da linha”. Não havia mais as paradas obrigatórias, que levavam alegria e progresso à vila.

O prédio da estação ficou desativado por 18 anos, de 1972 a 1990, mesmo com todo o empenho para que a RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., cedesse aquele espaço à comunidade ou municipalidade, detentora que era do espólio da “The Leopoldina Railway Company Limited.”

A solicitação era para venda e/ou comodato, pois assim procedendo, se estaria evitando que “o prédio fosse totalmente destruído e o espaço ocioso utilizado em benefício da comunidade.”

Ocorre que, sempre que fora acionada nessas situações, “a Presidência da Urbanizadora Ferroviária S. A., sediada no Rio de Janeiro, informava que: “Pedidos de doação e cessão por parte de Governos, Prefeituras e outras entidades têm sido encaminhadas constantemente a esta empresa. No entanto, a Rede está impedida em conformidade com a lei, de fazer doação a qualquer título, e pela longa experiência, sempre que transigiu em ceder imóveis, mesmo sob a alegação de emergência ou precariedade, teve lesados seus interesses.”

Face a essa posição, a Diretoria sempre se manifestava contrária à cessão de bens, inclusive na forma de comodato, visto que, nesse caso, a prática vinha demonstrando ser impossível a retomada do imóvel, especialmente quando o beneficiário era o poder público. Restava tão somente a hipótese de venda por preço justo e atual.

Graças à luta do antigo morador da vila, Sr. Gustavo José Wernersbach que nunca esmorecera, e vinha ao longo dos anos tentando uma solução para o que restava do imóvel junto à RFFSA, em 1982, era assinado um contrato de permissão de uso com a municipalidade em caráter excepcional para recuperar o prédio e ali ser instalado um posto de saúde, telefônico e centro comunitário.

Em 2009, com a criação do programa denominado “Trem das Montanhas”, explorado por iniciativa privada, a velha estação ganhava novas cores e revi-



Ramal de Rio Fundo – 1907.

ACERVO: JAIR LITTIG

via parte do passado, movimentando a vida bucólica da vila, resgatando a saudade daqueles velhos tempos.

“O CACHOEIRANO, anno XXII, nº 40, de 24 de maio de 1900, trouxe a seguinte matéria sobre a estação Marechal Floriano”:

E.F. SUL DO ESPÍRITO SANTO

Inauguração

13-5-900

ESTAÇÃO MARECHAL FLORIANO

Segundo havíamos noticiado, foi inaugurado oficialmente a estação Marechal Floriano, da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo.

Em todas as grandes festas ha sempre uma nota dissoante, a offuscar o brilho que ellas têm. D'essa vez, porém, o mão tempo, a chuva impertinente e constante que cahiu durante todo o dia não influíram, siquer, para diminuir o esplendor da solemnissima festa inaugural de hontem.

Ao meio dia, já na Estação Central da estrada, se apinhava a multidão, quando a banda de musica do corpo de policia, executando o hymno nacional, annunciou a chegada do Exmo. Sr. Dr. José Marcellino, eminente e honrado chefe do Estado. S. Ex., então, acclamando delirantemente pelo povo, foi gentilmente recebido pelo distintissimo engenheiro chefe da Sul do Espírito Santo, Dr. Silvino de Faria, sendo por este acompanhado, bem como todos os cavalheiros de sua digna comitiva, ao carro especial que lhe estava destinado.

Às 12 horas e 45 minutos o trem inaugural deixou a Estação Central, chegando às 3 e 5 minutos da tarde à Marechal Floriano, estação que se ia inaugurar.

Ao desembarcar, por entre uma multidão compacta, que calorosamente o victoriava, foi o Exmo. Sr. Dr. presidente do Estado acompanhado pelo Dr. engenheiro chefe da estrada, até o salão principal da estação, que estava modesta e elegantemente preparado. Ahi, após os cumprimentos do estylo, S. Ex. declarou oficialmente inaugurada a estação Marechal Floriano, e em brilhante e resumida oração brindou o pessoal da estrada, representado no seu digno chefe Dr. Silvino de Faria, pelo patriotico concurso que tem prestado a sua administração.

Fallaram tambem os nossos distinctos amigos Dr. Estevam de Siqueira, saudando o Exmo. Sr. Dr. José Marcellino, pela maneira brilhante por que tem governado o Estado; coronel Fernando de Araujo e Dr. Silvino de Faria, que em um inspirado discurso, prestou as mais justas homenagens ao nome aureolado¹¹⁰ de nosso eminente chefe Dr. Moniz Freire, a cuja administração fecunda de beneficios, deve o Estado o maior de seus empreendimentos, saudando tambem ao Dr. Ignacio de Oliveira, pela honradez, zelo e intelligencia com que até bem pouco tempo dirigiu os trabalhos da estrada, deste seu início.

Em seguida lavrou-se uma acta, que foi assignada pelo Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado e por todos que assistiram o acto solemne da inauguração.

Durante a sua curta estadia na Estação o Exmo. Sr. Dr. José Marcellino foi muito visitado pelos habitantes das fertilissimas terras de Santa Izabel, os quaes manifestaram a S. Exa. a satisfação que sentiam ao ser declarada em trafico a linha que veio facilitar o transporte dos productos agricolas daquella zona, para a praça commercial desta capital.

Às 4 e 45 minutos partiu o trem da Estação Floriano, chegando à estação Central às 6 horas e 5 minutos da tarde.

Tanto na ida como na volta, de dez minutos, em cada uma, foi a demora nas estações intermediarias, que se achavam embandeiradas e cheias de povo.

A estação Marechal Floriano está situada no kil. 50 e a 520 metros acima do nivel do mar, distando 7 kilometros de Santa Izabel. Não é uma estação de luxo – foi construida modestamente, dispondo, entretanto, das accomodações precisas para que o serviço se faça com toda a regularidade.

Encerrando a nossa local, a proposito da festa de hontem, mais uma vez temos oportunidade para prestar as nossas homenagens ao Exmo. Sr. Dr. José Marcellino, por mais esta conquista de trabalho perseverante, testemunho de seu patriotismo e amor ao Estado e a todos que collaboram para o engrandecimento futuro da terra espirito-santense.

Estado do E. Santo – de 15-5-900.

110 Aureolado. (Aureolar), v.1- Tr.dir. Rodear de auréola; coroar. 2. Tr. dir. Cingir, envolver. 3. Tr. dir. e pron. Abri-lhantar, glorificar.

Lixos – Resíduos Sólidos

Desde o momento em que nasceu a colônia, depois vila e cidade, os moradores passaram por problemas para destinação do lixo recolhido.

Até há pouco tempo, eram jogados em lugares impróprios, junto a terrenos baldios e em muitas ocasiões dentro dos riachos e rios. Com o crescimento e esclarecimentos à população da necessidade de preservar o meio ambiente, providências para mudança ou identificação de local para depósito, passaram a ser efetivadas e o despejo que, inicialmente era feito no local onde hoje é a garagem da Prefeitura, é lá aterrado. Recentemente, terceirizou-se a coleta, levando o lixo até o trevo de Paraju e de lá transportado para a empresa Marca Ambiental (Cariacica).

Quando do início da colônia, o transporte era feito em carroças puxadas por burros, durante muitos anos. Alguns encarregados desse serviço: João Vitório, Guilherme Lampier (Willi), Sebastião Correia e Ulurico Littig.

Utilizando-se de dados do IPES – Instituto de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, do governo estadual, quando da elaboração do diagnóstico do município para a elaboração do seu PDM – Plano de Desenvolvimento Municipal, constatou-se que houve melhoria significativa na utilização da coleta dos resíduos sólidos nos últimos anos, havendo, entretanto, ainda muita carência na zona rural.

Nesses locais ainda se utiliza o artifício de queimar o lixo oriundo dos domicílios domésticos, onde um terço já se utiliza da colocação em caçambas ou latões disponibilizados pelo poder público municipal e menos de um terço é jogado em terrenos baldios e/ou enterrados. Já nas zonas urbanas, quase 100% é coletado e muito pouco é queimado.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA



“A FOLHA DA VICTORIA”, anno I, num. 35, Victoria, 4 de novembro de 1883, cujo redactor era o senhor Aristides Freire, às páginas 1 e 2, produziu uma matéria acompanhada com os resultados da eleição provincial para deputado, ocorrida naquela ocasião.

Victoria, 4 de novembro de 1883.

Topicos do dia

Eleição Provincial

Diante de factos não ha argumentos.

O partido liberal n'esta provincia dispondo do elemento official, conseguiu eleger em 1º escrutinio tantos deputados provinciaes, como o partido conservador, que a seis annos lucha com as adversidades do ostracismo.

Os favores e graças que lhe offerecia em troca de um voto, foram nobremente regeitados pelo distincto corpo eleitoral.

Como se justificarão d'essa derrota os homens do governo, diante da opinião pública, que testemunhou o resultado do pleito?

D'esta vez a trahição não deu os fructos esperados.

É que já esta muito conhecido o ardil e os amigos mais devotados cançados de desconsiderações que os tem aviltado em depressão da propria dignidade.

E eram esses homens que fallavam em disciplina e pujança, explorando ainda a boa fé dos incautos!

Attribuamos esse desfecho à ordem e harmonia que reinam nas fileiras conservadoras, onde o egoismo e a deslealdade ainda não poderam penetrar para dar ganho de causa ao partido liberal, que apregoa entre nós dissidencia, com a mira de perturbar a paz, que foi sempre o alicerce em que o partido conservador firmou a sua segurança.

E é o partido liberal, que se dizia garantidor das liberdades publicas, que se vê batido por essa fôrma, e despresadas suas promessas, como generos falsificados.

Semelhante a um corpo gangrenado, a politica liberal vae cahindo aos pedaços, e se ainda respira, é pelo bafejo¹¹¹ da Magestade, que assiste impassível à pateada¹¹² geral a esses comediantes, que sacrificam sem consciencia as partes que lhes foram distribuidas.

Essas e outras provas de desconfiança, com que o povo os vae enchotando da administração do paiz, em um governo verdadeiramente constitucional, teria sido bastante para condemnal-os; infelizmente, porém, é preciso convercer ao povo que além da sua, ha uma soberana vontade que muda quando lhe apraz a face do mundo politico, sem levar em conta de dever o descalabro das nossas instituições e a ruina total da patria.

Mantenha-se entretanto o povo em sua verdadeira posição, e confie em que os governos não se podem sustentar por si, sem a sua confiança; porque isso seria o mesmo que suppor o paiz um castello no ar, sem necessidade de alicerces que lhes servissem de base.

Seja esse procedimento do eleitorado d'esta provincia mais um protesto solemne contra os timoneiros da náu do estado, que parecem ajustados para sacrificar a nação às furias da tempestade, que assoma medonha e aterradora.

O resultado em primeiro escrutinio do 2º - districto de Santa Izabel foi: Major Domingos Vicente: 6 votos e José Manoel de Oliveira: 5 votos.

Nenhum dos dois conseguiu se eleger para a 25ª Legislatura – 1884/1885. Até 1889, quando chegou o final do regime monárquico, os partidos Liberal e Conservador ficaram se revezando no poder desde 1836. Durante este período houve intensas lutas e agitações políticas em diversas províncias do país.

111 Bafejo. (ê), s.m. 1. Ato de bafejar. Bafejar, v. Aquecer com o bafo

112 Pateada, v.t.d. 1- Censurada ou reprovada, batendo com os pés no chão; 2 – Bater com as patas; 3 – bater com os pés no chão em sinal de desagrado ou reprovação; 4- Dar-se por vencido; 5- Ser malsucedido.



Artigo do jornal A Folha da Victoria sobre Eleições 1883.

Santa Isabel durante aproximadamente 38 anos esteve vinculada à administração de Viana. O arquivo desse município, como o de muitos outros, não preservou a sua história, daí a razão de se conseguir poucos dados relativos à política e outros de Domingos Martins. Mas, pesquisando aqui e acolá, algum dado foi possível ser resgatado, até a emancipação política de Santa Isabel – Domingos Martins. É o que se apresenta na abordagem sobre este capítulo. No ano de 1884, somente 18 cidadãos de Santa Isabel eram eleitores do 2º distrito de Viana:

- Antonio Gomes Pereira
- Belarmino José de Couto
- Francisco Kochler
- Felipe Victorino Pinto

- Ignacio Pereira de Barcellos
- Ignacio Salles França Barcellos
- João Fritzen (Padre)
- José Rodrigues Castão
- José Victorino Pinto
- Joaquim Pereira de Barcellos
- Mariano Ferreira de Nazareth
- Manoel Avidio de Braga
- Manoel Tavares de Castro Bello
- Nicolau Faller
- Nicolau Stein
- Pedro Stein
- Ulriko Kuster
- Zeferino Coutinho Ferreira Rogle

No jornal O Cachoeirano, ano VIII, nº 5, de 1º de fevereiro de 1885, encontrou-se o resultado da eleição de 25 de janeiro daquele ano, para preenchimento de uma vaga de deputado à Assembleia Legislativa, a saber:

- Dr. Horta de Araújo – 37 votos
 - Conselheiro Costa Pereira – 21 votos
- Obs.: incluídos também os votos de Viana

O resultado final deste pleito no Estado foi:

- Conselheiro Costa Pereira – 365 votos
 - Em separado – 3 votos
 - Dr. Horta de Araujo – 335 votos
 - Em separado – 1 voto
 - Em branco – 6 votos
- Obs.: foi eleito o senhor conselheiro Costa Pereira.

Nós abaixo assignados residentes na freguesia de Santa Izabel, d'esta provincia, declaramos que de hoje em diante pertencemos ao partido republicano, acceitando as bases do Club da Victoria (capital d'esta provincia) e ao partido que adoptemos, prestaremos nas urnas nosso concurso.

Santa Izabel, 14 de fevereiro de 1889.

Guilherme Schwarz, Mathias Stein, José Marques Ferreira, Curtus Frautvelter, Nicoláo Erlacher, Philippe Endlich, Ulrico Kuster, Adolpho Kuster, Hermann Rupf e Carlos Damm.

Nós abaixo assignados, residente na freguesia de Santa Izabel, d'esta provincia, declaramos que de hoje em diante pertencemos ao partido republicano, acceitando as bases do Club da Victoria (capital d'esta provincia) e ao partido que adoptamos prestaremos nas urnas nosso concurso.

Santa Izabel, 14 de Fevereiro de 1889.

Guilherme Schwarz.
Mathias Stein.
José Marques Ferreira.
Curtus Frautvelter.
Nicoláo Erlacher.
Philippe Endlich.
Ulrico Kuster.
Adolpho Kuster!
Hermann Rupf.
Carlos Damm.

O prof. Santos (2002) quando organizou alguns textos sobre o republicano Afonso Cláudio, no Capítulo II que trata da propaganda republicana na Província do Espírito Santo, encontrou que em 1889, seguindo outras iniciativas, foi fundado o clube republicano de Santa Isabel, de acordo com publicação efetuada no Jornal O Cachoeirano, de 24 de março de 1889.

A instalação foi feita pela forma a seguir noticiada por aquele jornal, que divulgou a respectiva ata, em seu número de 25 de agosto daquele ano:

Aos 29 dias do mês de Junho de 1889, reunidos os cidadãos abaixo assignados em o lugar denominado -Braço do Sul- da freguesia de Santa Izabel, em a casa do cidadão Felipe Endlich, presente o Dr. Afonso Cláudio de Freitas Rosa, presidente do Clube Republicano da cidade e da Victória, tomou este cidadão a palavra e disse que o fim da Victoria reunião era constituir-se um club republicano de Santa Izabel, novo baluarte destinado a cooperar com o partido na obra de regeneração da pátria pelos moldes da democracia pura, arrancando-a do sorvedouro a que a impelia a monarquia, por uma política abastarda e para esta obra sentia-se jubiloso em poder contar com o concurso dos seus amigos, que haviam deixado o berço na Alemanha, em demanda de uma paragem onde, melhor pudes-

sem desenvolver a sua atividade; finalmente que sendo a política republicana a que se melhor se adapta aos povos que nunca conheceram o cativo como o da grande nação germânica, e que se achando ente os residentes de Santa Izabel, ali reunidos, muitos dos cidadãos alemães que aceitaram a nacionalidade brasileira, dedicados á crença republicana, convidava-os a procederem à eleição do diretório do clube, marcada para aquele dia.

Passando-se a proceder a eleição por escrutínio e recolhidas à urna as cédulas, dela foram posteriormente retiradas, contadas, conferidas e abertas, tendo sido apurada a votação a seguir:

Para presidente, Guilherme Schwarz, 12 votos.

Para secretário, Curt Trautvetter, 12 votos.

Para tesoureiro, Manoel Kill. 12 votos.

Verificado o resultado da eleição o cidadão presidente da assembléia declarou empossados os membros do diretório do clube e este instalado, fazendo votos para que os republicanos de Santa Izabel acelerem a propaganda, a fim de que em prazo breve, a pátria brasileira que nos é comum, entre no grêmio das nações livres da América, tendo sido as suas últimas palavras acompanhadas de aplausos e palmas de assistência.

Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a sessão, do que para constar se lavrou esta que depois de lida e achada conforme vai por todos assinada, e por mim Curt Trautvetter, secretário, subscrita.

(Assinados): Afonso Cláudio, Guilherme Schwartz, Curt Trautvelter, José Marques Ferreira, José Fischenn, Adolpho Kuster, Manoel Kill, Peter Seily, Ulrico Kuster, George Klippel, Nicoláo Erlarcher, Jacob Kuster e Philippe Klippel.

Outra publicação sobre o mesmo evento foi encontrada no mesmo jornal “O Cachoeirano”, que ora resgatamos:

ACTA DE INSTALAÇÃO DO CLUB REPUBLICANO DE SANTA IZABEL.

COPIA

Aos 29 dias do mez de Junho de 1889, reunidos os cidadãos abaixo assignados em o lugar denominado – Braço do Sul – da freguesia de Santa Izabel, em a casa do cidadão Felipe Endlich, presente o dr. Affonso Claudio de Freitas Rosa, presidente do Club Republicano da Cidade da Victoria, tomou este cidadão a palavra e disse que o fim da reunião era constituir-se um club republicano que servisse de centro de resistência e opposição ao governo monarchico que tanto tem opprimido a patria brasileira.

Em seguida o mesmo cidadão depois de expôr summariamente as vantagens da forma do governo republicano, declarou que achando-se presente grande numero de cidadãos dedicados á crença republicana, convidava-os a procederem á eleição para membros da directoria do club, cuja fundação determinara a reunião.

Recolhidas á urna as cédulas foram depois contadas e abertas, dando o seguinte resultado:

Para presidente

Guilherme Schwarz, por 12 votos

Para Secretario

Curt Trautveter, por 12 votos

Para thezoureiro

Manoel Kill, por 12 votos

Concluida a apuração dos votos, o cidadão presidente da reunião declarou empossados os membros da directoria do club, e este installado, fazendo votos para que os cidadãos presentes assim como todos os republicanos da freguesia de Santa Izabel, prestem o seu valioso concurso á idea republicana para que em prazo breve a patria brasileira entre no gremio das nações livres da America.

ACTA DE INSTALAÇÃO DO CLUB
REPUBLICANO DE SANTA IZA-
BEL.

COPIA

Aos 29 dias do mez de Junho de 1889, reunidos os cidadãos abaixo ass-
gnados em o logar denominado —
Braço do Sul — da freguesia d. Santa
Izabel, em a casa do cidadão Felipe
Endlich, presente o dr. Affonso Clau-
dio d. Freitas Rosa, presidente do
Club Republicano da Cidade da Victo-
ria, tomou este cidadão a palavra e
disse que o fim da reunião era es-
tital-se um club republicano que
servisse de centro de resistencia e op-
posição ao governo monarchico que
tanto tem opprimido a patria brazi-
leira.

Em seguida o mesmo cidadão depois
de expor sumariamente as vantagens
da forma do governo republicano, de-
clarou que achando-se presente grande
numero de cidadãos dedicados a causa
republicana, convidava-os a proced-
rem a eleição para membros da direc-
toria do club, cuja fundação determi-
nara a reunião.

Recolhidas a urna as cedulas foram
depois contadas e abertas, dando o se-
guinte resultado :

Para presidente

Guilherme Schwarz, por 12 votos.

Para Secretario

Curt Trautvetter, por 12 votos.

Para thesoureiro

Manoel Kill, por 12 votos.

Concluida a apuração dos votos, o
cidadão presidente da reunião decla-
rou empesados os membros da direc-
toria do club, e este installado, fazendo
votos para que os cidadãos presentes
assim como todos os republicanos da
freguesia de Santa Izabel, prestem o
seu valioso concurso a idea republi-
cana para que em prazo breve a pa-
tria brazileira entre no gremio das
nações livres da America.

Nada mais havendo a tratar-se, o
cidadão presidente deu por finda a reu-
nião, do que para constar se lavrou
esta acta que eu Curt Trautvetter sub-
escrevi.

Affonso Claudio de Freitas Rosa.
Curt Trautvetter.
José Marques Ferreira.
Joseph Fischer.
Adolfo Kuster.
Manoel Kill.
Peter Seily.
Ulrico Kuster.
George Klippel.
Nicolau Erlacher.
Jacob Kuster.
Guilherme Schwarz.
Felipe Endlich.
Jacob Kleppel.

*Nada mais havendo a tratar-se, o cidadão presidente deu
por finda a reunião, do que para constar se lavrou esta acta
que eu Curt Trautvetter subscrevi.*

Affonso Claudio de Freitas Rosa

Curt Trautvetter

José Marques Ferreira

Joseph Fischer

Adolfo Kuster

Manoel Kill

Peter Seily

Ulrico Kuster

George Klippel

Nicolau Erlacher

Jacob Kuster

Guilherme Schwatz

Felpe Endlich

Jacob Klippel

As eleições do dia 31 de agosto de 1889

Quando das eleições de 31 de agosto de 1889,
os republicanos publicaram no jornal O Cachoeirano
um manifesto ao povo capixaba, conclamando-os a fazer
mudanças no cenário político estadual. (Edição de 25 de
agosto)

*Pelos partidos politicos vão ser disputados os interesses da
Patria no dia 31 do corrente.*

*Tres são esses partidos: um, o republicano, que representa
os interesses da patria, e dois, os aulicos¹¹³ liberal e conser-*

113 Aulicos. Adj [...] 2. Cortesão, palaciano.

vador, que, fascinados, deslumbrados pelo poder, vendem suas convicções á troco de uma libré¹¹⁴ de ministro.

Estes devem ser riscados da mente do eleitor sensato e patriota, porque suffragar uma candidatura destes dois partidos é inutilisar o voto prejudicando os interesses da nação.

Hoje está senhor da nação o partido liberal, esse partido de ambiciosos que só promette reformas quando está de cima o partido conservador.

Esse partido é e foi sempre de uma politica mentirosa, traiçoeira e hypocrita.

Os factos e a historia ahi estão para demonstrar que elle é o principal factor da nossa decadencia como nação.

O povo tem sido sempre enganado por esse partido que astutamente vai se servindo delle como escada e nunca fez-lhe um só beneficio; ao contrario – vergasta-o¹¹⁵ o quando é possível.

Essa turba¹¹⁶ famélica¹¹⁷ de demolidores do Estado andam por ahi em correrias ameaçando os seus antagonistas e repartindo o erario do thesouro aos amigos da situação para fazerem triumphar as candidaturas dos seus apaniguados.

Alem de lançarem mãos de dinheiros que não lhes pertencem, á titulo de socorros publicos, como está acontecendo especialmente na provincia da Parabyba do Norte, distribuem ás centenas, condecorações e baronatos¹¹⁸ para melhor ganho de cauza, quando nas lutas eleitorais deve haver toda a calma, toda a tranqüillidade, toda a garantia de direitos para que o pensamento nacional se manifeste livremente e o voto de cada cidadão exprima somente a convicção.

Aos empregados publicos que têm suas crenças firmes dimite-se deshumanamente roubando-se-lhes até o pão que preparam para seus filhos; aos fracos impõem ou o voto ou a demissão.

114 Libré. S.f. 1. Uniforme de criados, em casas nobres. 2. Farda, uniforme. 3. Vestuário. 4. Aparência, aspecto exterior.

115 Vergasta. (Vergastar) v. t. Açoitar com regaste vergasta. 2. Condenar com violência. 3. O ext. . Açoitar, fustigar.

116 Turba. S.f. Multidão desordenada. 2. O povo. 3. União de vozes; coro de vozes.

117 Famelica. Adj. Famélico. Que tem fome devoradora [...].

118 Baronato. S.m. Título ou dignidade de barão [...].

Traidores: illudem o velho monarcha que não sabe o que se passa no seio da nação porque não lê jornaes, e com o dinheiro regado pelo suor do povo vão satisfazendo suas reprovadas ambições.

E' assim que os governos do sr. D. Pedro 2º ostentam-se no poder e governam.

Fazem constar pelos seus porta-vozes que o governo tem o apoio da nação, quando esse apoio aparentemente é imposto pelas bayonetas.

Nem elles proprios tem consciencia de seus actos: querem enriquecer, nada mais!

A mentira é o ferrete¹¹⁹ que se lhes vê estampado na fronte.

Quer estejam no poder os liberaes quer os conservadores a comedia é sempre a mesma.

Guindados ao poder por capricho da corôa ou porque as circumstancias o exigem, elles, liberaes ou conservadores, que gritavam hontem contra os actos abusivos do governo, commettem hoje piores escandalos do que aquelles que prodigavam quando na opposição.

E'isto o que se vê nos paizes monarchicos.

O poder é irresponsavel. Dahi o papel de dragão que assume todo o chefe de gabinete.

Torce-se e enrola-se as leis a bel prazer e o povo que manda ás camaras os seus representantes soffre calmo as terríveis consequencias desse regimem de impunidade.

O art. 240 do Regulamento da Lei Eleitoral diz que não póde haver apparato de forças armadas menos de seis kilometros distante dos collegios eleitoraes em occasião, mas o governo zomba desse artigo da lei e faz os seus aparatos bellicos mandando até forca armada aos collegios eleitoraes para atacar os contrários e vencer as eleições a ferro, fogo e derrama de sangue, de nada valendo os protestos dos homens sensatos e da imprensa.

Só há um meio de fazer-se desaparecer para sempre essa hydra¹²⁰ da monarchia no Brasil, é proclamar-se a republica federal.

E' necessario, portanto, que o partido republicano e todos os cidadãos patriotas unam-se para que se torne uma realidade a eleição dos candidatos republicanos.

119 Ferrete. S.m. Instrumento com que se marcavam escravos e criminosos, e com que se marca gado.

120 Hydra. S. f. 3. Fig. Aquilo que envolve perigo público ou ameaça a ordem social. 4. Perigo que se renova sempre.

A ocasião é propícia para que nossa política seja escripta em paginas de ouro. Ide ás urnas; votae nos candidatos republicanos.

Mandai ás camaras homens de senso, homens amantes da instrucção e do progresso, que a victoria será certa e não mais vereis os vossos direitos conspurcados^{121(*)}.

A's urnas, pois, cidadãos!



Manifesto ao povo capixaba, Jornal O Cachoeirano, 25 de agosto de 1889

121 Conspurcados. Conspurcados. Vt. epr. Corromper(se), macular(se), manchar(se), aviltar(se), sujar(se), elodoar(se).



Lideranças fundadoras do movimento republicano no Espírito Santo — 1887. Da esquerda para a direita. Sentados: Dr. Affonso Claudio de Freitas Rosa e Dr. Coelho Lisboa. Em pé: Guilherme Schuwatz, Horácio Gomes de Oliveira e Sizenando de Mattos Bourguignon.

ACERVO: MARTA ZORZAL E SILVA

Por ocasião do desmembramento de Domingos Martins de Viana, fervilhava no País, Estado e Município, a instalação do período republicano, com o final do regime político monárquico, em 15 de novembro de 1889, com reflexos no novo município de Santa Isabel.

O primeiro clube republicano fundado no Espírito Santo foi o de Cachoeiro de Itapemirim, em 23 de maio de 1887.

Pela Resolução n.º 441, publicada no Diário Oficial de 28 de setembro de 1890, n.º 102, foram nomeados os presidentes de comissões com a finalidade de proceder ao recenseamento geral da população estadual, que deveria ocorrer no dia 31 de dezembro daquele ano. Para Santa Isabel, considerada como 2º distrito, nomeou-se o senhor Manoel Kill. A resolução foi assinada pelo governador Constante Gomes Sodré.



Guilherme Schuarz e o filho Brasileiro. Sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

No dia 3 de dezembro do mesmo ano, no D.O. n.º 153, nomearam-se os membros da comissão censitária, sendo que para a Vila de Santa Isabel, foram os seguintes cidadãos: Christiano Bruske, João Francisco Victorino Pinto e Damaso de Aguiar Brandão. O decreto recebeu o número 60, de 2 de dezembro de 1890 e foi assinado pelo senhor Henrique da Silva Coutinho.

Através da Resolução n.º 102, foi marcado para 20 de outubro a eleição dos governadores (vereadores) municipais e 19 de dezembro do mesmo ano a instalação do município.

A Constituição do Estado do Espírito Santo, de 20 de junho de 1891, no título segundo da organização municipal, artigos 70, 71, 72 e 73, trouxera as instruções necessárias para que tivessem lugar o alistamento eleitoral e a eleição dos conselhos municipais e intendentes gerais.

Nessa mesma Constituição era tratada a composição desses conselhos e intendentes, que no caso da Vila de Santa Isabel seria de cinco cidadãos eleitos.

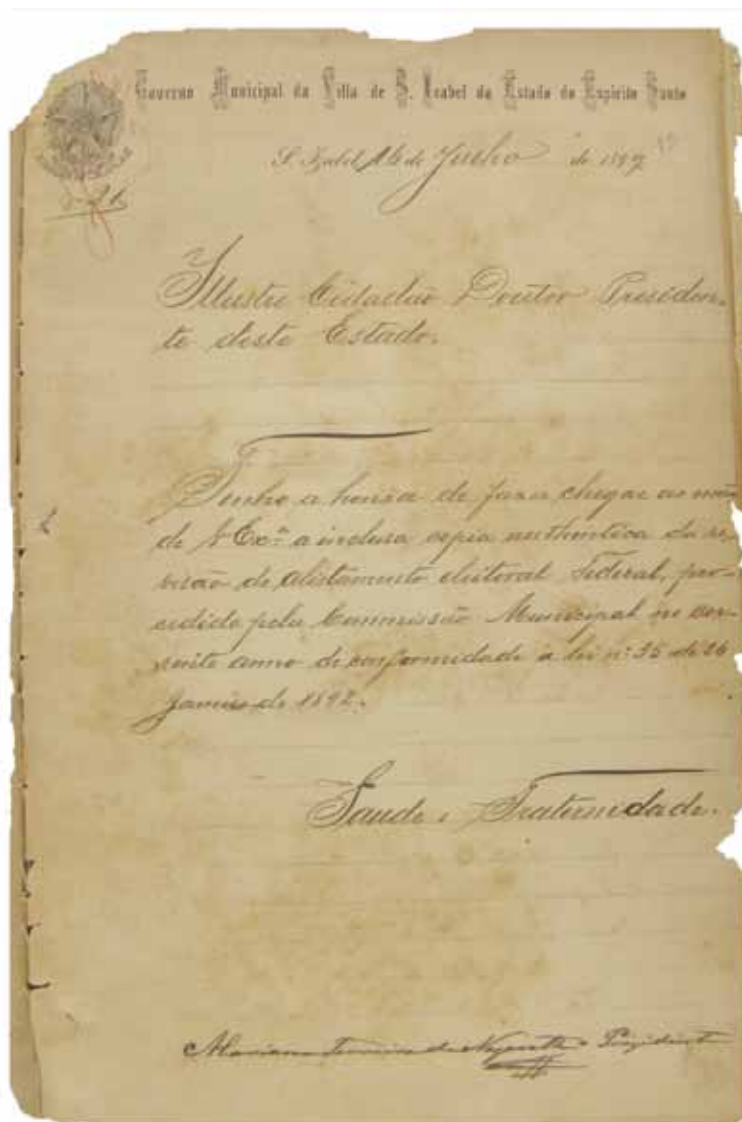
Por essa ocasião só eram eleitores os cidadãos do sexo masculino. O sexo feminino só veio conquistar o direito de votar a partir de 1932.

Com a instalação do novo regime, promulgou-se a 20 de junho de 1891 a nova Constituição do Estado do Espírito Santo, que trouxera as instruções para o novo alistamento eleitoral e a consequente eleição dos Conselhos Municipais e Intendentes Gerais.

Em cada município haveria um Conselho de Intendência, com funções deliberativas e um Intendente Geral encarregado da execução de todas as resoluções do Conselho. O período do mandato era de 3 anos, por sufrágio direto dos eleitores do município.

Nesta esteira e com o advento da Lei n.º 35, de 26 de janeiro de 1892, foi realizada a revisão do alistamento eleitoral federal da “Villa de Santa Izabel”, onde se constatou um quantitativo de 611 eleitores, conforme levantamento levado a efeito pela comissão composta por:

- Mariano Ferreira de Nazareth (Presidente)
- Manoel d’Oliveira e Souza (Membro)
- José Epifhanio dos Reis (Membro)
- Severino Costa da Silveira (Membro)
- João de Almeida Ferraz (Membro)



Ofício Encaminhando a Revisão do Alistamento Eleitoral Federal – 16/07/1892.
ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Foram recadastrados 611 eleitores, divididos nas seções eleitores e designação dos edificios em que deveriam funcionar as respectivas mesas, conforme se poderá visualizar no anexo ao final do trabalho.

- 1ª Seção, compreendendo os quarteirões¹²² n.º 1 a 5, que funcionou no edifício do Governo Municipal na Vila de Santa Isabel, com 218 eleitores:
 - 1º Quarteirão: 39 eleitores
 - 2º Quarteirão: 60 eleitores
 - 3º Quarteirão: 48 eleitores
 - 4º Quarteirão: 17 eleitores
 - 5º Quarteirão: 54 eleitores

- 2ª Seção, compreendendo os quarteirões de n.º 6 a 10, que funcionou na Casa da escola pública de Campinho, com 220 eleitores:
 - 6º Quarteirão: 50 eleitores
 - 7º Quarteirão: 65 eleitores
 - 8º Quarteirão: 52 eleitores
 - 9º Quarteirão: 20 eleitores
 - 10º Quarteirão: 33 eleitores

- 3ª Seção, compreendendo os quarteirões de n.º 11 a 15, que funcionou na casa de morada do cidadão Pedro Schwambach no Ribeirão do Galo com 173 eleitores:
 - 11º Quarteirão: 40 eleitores
 - 12º Quarteirão: 34 eleitores
 - 13º Quarteirão: 31 eleitores
 - 14º Quarteirão: 34 eleitores
 - 15º Quarteirão: 34 eleitores

Em julho de 1890, Nicoláo Faller e outros negociantes residentes na povoação do Campinho, da “freguezia” de Santa Izabel, solicitavam que fosse elevada a dita povoação a vila, e que fosse criada uma coletoria e mesa de rendas do Estado.

¹²² Quarteirão S.m. 1. [...] 2. Sucessão de casas entre duas ruas ou travessas, que formam um quadrilátero. [...]

Pela lei nº 2, de 2 de outubro de 1891, foi criado pelo Barão de Monjardin, o município de Santa Isabel, cuja primeira eleição ocorreu em 1892 na qual fora eleito como intendente provisório o Sr. Felipp Endlich, que também exerceu o mandato de presidente da Câmara Municipal, pois assim determinava a Constituição da época. Junto com o Sr. Felipp foram eleitos pela população os outros conselheiros, chamados de governadores, hoje conhecidos como vereadores:

- Christiano Bruske
- José Pereira da Cruz
- Mathias Stein
- Johann Nikolaus Velten

A eleição para intendente ocorreu no dia 19 de setembro de 1893, quando os governadores estiveram reunidos no palácio do governo municipal, a uma hora da tarde, atendendo ao que constava do art. 27, da Lei Orgânica, que estabelecia a eleição em escrutínio secreto. Procedida a eleição obedecidas as formalidades legais, registrou-se na urna a existência de 5 cédulas, que abertas, apresentaram o seguinte resultado:

- Felipp Endlich – 4 votos
- Mathias Stein – 1 voto



1º Intendente ou Prefeito
Felipp Endlich (1893 e 1894)

Para secretário fora eleito, por unanimidade, o senhor José Pereira da Cruz.

Esta primeira “câmara” segundo Santos et al (1992), foi instalada pelo presidente da Câmara Municipal de Viana, professor José da Fraga Neves Loureiro, na vila de Campinho. Quando da instalação do município, prefeitura e câmara passaram a funcionar no paço municipal, no prédio de nº 20, na esquina da rua Sílvia Marília, com avenida Presidente Vargas. No antigo local, hoje encontra-se instalada a loja “O Boticário”. A data da instalação foi 19 de dezembro de 1893.

Na sessão ordinária da Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 1895, era apresentada a justificativa para aquisição de uma sede própria, que desse condições adequadas para nela funcionar a municipalidade. Naquela mesma reunião era solicitada que fosse adquirida a propriedade do cidadão Frederico Lemke. Houve concordância geral, quando se criou uma comissão composta dos governadores Johann Nikolaus Velten e Christiano Bruske para efetuarem a referida compra e estipularem as condições juntamente com o proprietário. Feitos os acertos, comprou-se a casa por 7 contos de réis, que foram pagos em 2 parcelas.

Procedeu-se à assinatura do contrato de compra e venda, que depois foi substituído por uma escritura pública. Em outra reunião ordinária realizada no dia 18 de março do mesmo ano, foi efetuada a escritura pública de aquisição do terreno e da casa, “por compra judicial”.

Naquela mesma ocasião, os governadores deram um prazo de 15 dias para a transferência dos arquivos para o novo local de trabalho. Com essa compra haveria a compensação em forma de poupança, pois não se teria mais a despesa com pagamento de aluguel. No endereço n.º 20, pretendia-se construir novo prédio, cadeia e outras dependências que no tempo se tornassem necessárias.

Seção para a eleição de Presidente
do Governo Municipal da Cidade de
Santo Gabriel, Prudencio de São
Governador Felipe Endlich
Governador José Prudente de
Santo Gabriel de Secretário.

[illegible]

Ata da Eleição do 1º Intendente – Felipp Endlich - 19 de setembro de 1893.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

As pessoas que emprestaram o dinheiro para a compra deste imóvel foram os senhores Christiano Bruske e Johann Nikolaus Velten, que receberam junto com o capital, juros de 6% ao ano.

Com a transferência da sede do município para Santa Isabel, em 1896, em agosto foi colocada à venda a casa e respectivo terreno.

Apareceu uma única proposta de compra, que o Conselho não tomou conhecimento por:

estar concebida em termos inconvenientes e offensivos aos sentimentos de brio dos membros deste Governo, pelo que o Senhor Presidente mandou officiar aquelle Cidadão Pedro Gerhardt, devolvendo-lhe a proposta, fazendo-lhe sentir que, muito mal procedeo, procurando insinuar a esta Corporação a forma e o modo porque devera ser resolvida a precitada venda da Casa de Campinho, e em seguida mandou afixar novos editaes, prorrogando o praso para a concurrencia da Compra do referido prédio por carta fechada até o dia vinte do corrente mez, expedindo também editaes neste sentido para as localidades vizinhas[...]. Extraído do livro de atas da Câmara Municipal de Domingos Martins, 1892.

Quando da realização da sessão extraordinária de 20 de setembro de 1896, o governador Felipp João Daniel (6º Intendente – 1900 e 1901) declarava ao Conselho que “cedera gratuitamente, por alguns meses a casa de sua propriedade em Santa Isabel para nela funcionar o Conselho e realizar as suas sessões e não lhe sendo possível por maior espaço de tempo, sem conferir lucros do capital que nella havia empregado”, solicitou ao Conselho que deliberassem, se possível, para lhe ser restituída a sua casa.

Decidiu-se por alugar a mesma sala em que funcionava, independentemente dos outros compartimentos do edifício que ficariam à disposição do proprietário.

O valor do aluguel de 100 mil réis mensais que a princípio exigira o senhor Felipp, considerado por demais exagerado, foi reduzido para 50 mil réis e também houve concordância de recebê-lo daquela data em diante.

A partir de 1896, a sede do município foi transferida para Santa Isabel, onde permaneceu até 1917.

Quando novamente do retorno da sede para Campinho, adquiriu-se o prédio do comerciante Germano Gerhardt, conforme registro do cartório do 2º ofício de notas da comarca de Domingos Martins, registrado no livro n.º 1, folhas 79 v. a 81v., em 12 de setembro de 1919, pelo tabelião Mario Lopes de Resende.

O valor do contrato foi de Rs. 12:000\$000 (doze mil contos de réis), em 6 prestações, cujas datas de vencimento foram: 31 de março de 1920 – 1921 – 1922 – 1923 – 1924 e 1925, sendo as prestações de dois mil contos de réis, acrescidas sempre dos juros correspondentes ao capital restante. Os juros estipulados foram de seis por cento ao ano.

O imóvel adquirido foi uma casa em forma de “chalet”, com duas janelas e uma porta de frente, assoalhada, forrada, coberta com telhas de asbesto¹²³, num terreno com dezenove metros de frente para a rua Dr. Bernardino Monteiro e vinte e cinco de fundos, e mais em seguimento para a esquerda, um terreno em forma triangular com oito metros de frente para a rua Pedro Gerhardt.

No dia 10 de janeiro de 1894, em sessão extraordinária, foi eleito o suplente Guilherme Lemk para a vaga de governador que fora deixada por Mathias Stein,

¹²³ Asbesto, s. m. Mineral filamentosos, tal como o actinólito, a serpentina e a tremolita, refratário ao fogo e aos ácidos e por isso usado onde se requer material incombustível, não condutor, ou quimicamente resistente, como vestuário de bombeiros, cortinas de palco, isolantes térmicos, vedações, etc. [...]



2º Prédio da Prefeitura Municipal – 1917.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Atual Prédio da Prefeitura Municipal – Recuperado – 2011.

<http://www.verdejaveja.com.br/lugares/domingos-martins/>

tendo apresentado como justificativa para a sua saída, a existência de incompatibilidade com o secretário José Pereira da Cruz.

Em fevereiro 1894 foram também apresentadas as instruções para as eleições de Presidente e Vice da República. Foi afixado o edital na porta da prefeitura. As eleições ocorreram no dia 1º de março daquele ano, obedecida a divisão das sessões pelo município. Essa divisão só foi alterada em 28 de janeiro de 1895, com a inclusão da casa do senhor Miguel Kruger, que passou a abrigar a 3ª sessão eleitoral, composta dos últimos 4 quarteirões.

A nova eleição para presidente da 2ª legislatura escolheu o senhor Christiano Bruske, por maioria de votos, na sessão ordinária de 22 de maio de 1895. Nessa mesma sessão tomou posse do cargo.

Em 21 de dezembro de 1895 era marcada nova eleição para presidente e vice do Estado, governadores municipais e juízes distritais. Também foram designadas as sessões e locais de votação. Voltava-se a ter normalmente 3 sessões:

- uma no campo de Santa Isabel,
- outra no próprio municipal, na sede do distrito de Campinho e
- a última na residência do senhor Theodorico Schwambach, no Ribeirão do Galo.

A eleição foi realizada no dia 2 de fevereiro de 1896.

A junta apuradora na data de 22 do corrente apresentava os resultados do pleito de governador e juízes distritais:

a) Governador:

■ Cândido Affonso de Alcantara	300 votos
■ Arthur Correa de Mattos Thompson	115 votos
■ Wenceslau Pereira de Barcellos	106 votos
■ Fellip João Daniel.....	106 votos
■ Carlos Gerhardt	92 votos

■ Alberto Bruno Duesler	87 votos
■ Christiano Bruske	86 votos
■ José Rodrigues Castro	10 votos
■ Manoel Thomas da Victoria.....	10 votos
■ Mathias Stein	10 votos
■ Nicolau Simão	10 votos
■ José Bello Coutinho Rangel	9 votos
■ Guilherme Schwartz.....	1 voto

b) Juízes distritais:

■ Cândido Affonso de Alcantara.....	300 votos
■ Francisco Pinto Figueira	205 votos
■ José Marx.....	205 votos
■ Isaac Lampier I	148 votos
■ João Eduardo Rennano	105 votos
■ Frederico Hülle	101 votos
■ Miguel Klein.....	60 votos
■ Cleto Pereira de Souza.....	16 votos
■ Nicolau Stein	15 votos
■ José Christe Sobrinho	15 votos
■ Hermann Hülle	1 voto
■ Adolpho Kuster.....	1 voto
■ Cornelino Bredsholz	1 voto
■ Manoel Kill	1 voto

Nesta eleição houve contestação quanto a contagem de votos da 3ª sessão no Ribeirão do Galo.

Na sessão extraordinária de 14 de março, houve a contagem dos votos de presidente e vice do Estado:

- Graciano dos Santos Neves 212 votos
- Domingos Vicente Gonçalves..... 9 votos

1º Vice:

- Constante Gomes Sodré 213 votos
- Antero Pinto de Almeida..... 9 votos

2º Vice:

- José Gomes Pinheiro 212 votos
- Joaquim Gomes Pinheiro da Silva 10 votos

3º Vice:

- Henrique Alves de Cerqueira Lima 212 votos
- Raulino Francisco Oliveira..... 10 votos

Na reunião extraordinária de 5 de abril de 1896, era marcada a eleição para os novos governadores, para o dia 21 do mesmo mês e ano.

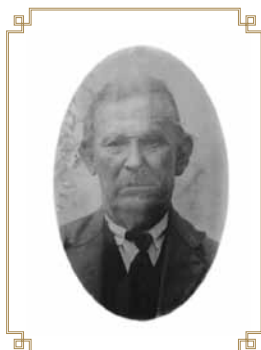
Com base na lei n.º 35, de 22 de janeiro de 1892, o município estava dividido em 4 sessões, cujas membros das mesas e lugares para o pleito estavam assim representadas:

1ª Sessão – “Caza” do Governo Municipal:

- José Pereira da Cruz
- Antonio Luiz Coelho de Souza
- Pedro Gerhardt
- Carlos Geraldo
- Christiano Jahring

Suplentes:

- Conelios Pröscholdt Filho e
- Miguel Crigen



2º Intendente ou Prefeito
Christiano Bruske (1895 e 1896)



3º Intendente ou Prefeito
Arthur Correa de Mattos Thompson
(1896)

2ª Sessão – Campo da Igreja “Catholica” de Santa Izabel:

- Arthur Correia de Mattos Thompson
- Manoel d’ Oliveira Souza
- Felipp João Daniel
- Francisco Pinto de Siqueira e
- Canciano Cezar de Paula Moraes

Suplentes:

- Joaquim Nunes de Oliveira e
- José Christ Junior

3ª Sessão – Casa do cidadão Pedro Schwambach

- Candido Affonso de Alcantara
- José Francisco Pereira
- Felício Xavier Coutinho
- Gustavo Lichmenn

Suplentes:

- José Pereira de Barcellos e
- Francisco Antonio Pereira Junior

4ª Sessão - Casa do cidadão Maximiliano Salloker (Sapucaia)

- Maximiliano Salloker
- Severino da Costa Silveira
- João Mund
- Joaquim Lourenço Sobrinho
- Luiz Lourenço Marques

Suplentes:

- João Lourenço Sobrinho e
- Gottlieb Schunz

A posse dos eleitos governadores (vereadores) ocorreu no dia 23 de março de 1896, conforme art. 92 da constituição estadual, que tratava desse procedimento eleitoral. Assumiram:

- Dr. Arthur Correia de Mattos Thompson
- Capitão Candido Affonso de Alcantara
- Felipe João Daniel
- Carlos Gerhardt
- Wenceslau Pereira de Barcellos (ausente)

Na mesma data houve a eleição do presidente do governo municipal para o período de 1896 e 1897, de acordo com o artigo 2º da lei da organização municipal. Havia 4 cédulas, um dos eleitos (Wenceslau) estava ausente e o resultado foi de 3 votos para o Dr. Arthur Thompson e 1 voto para Wenceslau, mesmo ausente, ficando o Dr. Arthur aclamado eleito pela maioria dos votos.

Em 23 de maio de 1897 o Dr. Arthur era reeleito pelos seus pares com 3 votos, contra 1 dado ao senhor Wenceslau Pereira de Barcellos. A próxima eleição ocorreria em 23 de maio de 1898.

As modificações, no quadro de eleitores de 1892 para 1897, pouca alteração apresentou, havendo uma diminuição de 06 (seis):

■ 1ª Seção da Vila de Santa Izabel.....	216 eleitores
■ 2ª Seção de Campinho	230 eleitores
■ 3ª Seção de Melgaço.....	159 eleitores
■ Total	605 eleitores

Em outubro de 1897, um grupo de comerciantes e colonos da região de Campinho, revoltou-se contra as autoridades, pelo fato de terem “tramado” a transferência da sede municipal para Santa Isabel, o que acabou na prisão por algumas semanas desses revoltados.

Arthur Thompson era nascido em Campos (RJ). Capixaba naturalizado. Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1891, filho primogênito de pais pobres.

Foi ardoroso abolicionista e republicano. Por essa razão, foi, na cidade de Vitória, fundador e orador do primeiro Clube Abolicionista da Capital. Possuía a essa época, apenas 16 anos.

Depois de formado, foi nomeado engenheiro das obras do prolongamento da E.F.C. Estrada de Ferro Central do Brasil, e logo a seguir engenheiro residente da construção da Leopoldina; engenheiro chefe da comissão de estudos da estrada de Tocantins ao Araguaia (Pará), de onde voltou para engenheiro de construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, quando presidente do estado Sr. Moniz Freire. Casou-se com uma senhorita de importante família da Vila do Rio Novo, voltando, por suspensão dos trabalhos da Viação Sul do Espírito Santo para o Rio, onde foi nomeado ajudante da notável Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal.

Seus 6 filhos nasceram no Espírito Santo motivo para seu retorno ao Estado.

Durante 11 anos chefiou os 3º e 4º Distritos de Terras Públicas e em algumas ocasiões substituiu o Comissário Geral de Terras. Convidado pelo presidente Cel. Henrique Coutinho, chefiou a comissão de locação dos novos arrabaldes de Vitória e estabeleceu a primeira linha de bondes da empresa Navarro. Depois foi nomeado Diretor de Obras de Vitória, cargo que ocupou até o primeiro ano de administração de Jerônimo Monteiro. Nomeado Chefe da Seção dos grandes e custosos melhoramentos de luz, água e esgotos executados na capital. Cumulativamente, exerceu o cargo de engenheiro ajudante de fiscalização das obras do Porto de Vitória. Residiu no Espírito Santo por 18 anos. Entrou na política sendo eleito governador municipal e presidente do governo de Santa Isabel, durante 2 períodos (1896-1897).

A sua ação nacionalista, que, nesse ponto louvável, se fez sentir, conseguiu reintegrar os brasileiros nos postos de onde haviam sido afastados pelos estrangeiros, naturalizados que ali predominavam. Valendo-lhe essa ação uma revolta e sedição¹²⁴ destes para depô-lo da presidência do governo e até transferir a sua sede, ocasião em que também chegou a ser ferido por defender o patrimônio à sua guarda e responsabi-

124 Sedição: s.f. perturbação da ordem pública; agitação, sublevação, revolta, motim.

lidade e que o ato revolucionário havia arrebatado. Ocorreram depredações – conduziram móveis e até o cofre com o dinheiro do Governo Municipal com alguns contos de réis, valor que naquele momento não havia como precisar, mas afinal – tudo restituído depois de presos os cabeças do movimento sedicioso pela ação imediata do Governo do Estado.

Condenados os chefes da sediciosa e apelando estes para a interferência diplomática, foi anulada por ter sido considerado tratar-se de crime político e ter os amotinados perdido – ipso facto – condição de estrangeiros, por serem qualificados eleitores.

Foi eleito deputado ao Congresso do Estado em 1897 a 1900. Foi reeleito em 1906, deixando entretanto de exercer o mandato, por optar pelo cargo de auxiliar do governo de Jerônimo Monteiro.

Durante os anos de 1905 a 1911, ocasião que ocupava os postos de confiança do governo e do partido, exerceu também as cátedras do ginásio Espírito Santense e Escola Normal, além de aulas particulares.

Foi fundador e primeiro presidente da primeira Linha de Tiro de Vitória e Presidente da Junta pró-Hermes da Fonseca no Estado e ainda delegado da Junta Central.

Ainda no Espírito Santo pertenceu à maçonaria Ordem e Progresso de Vitória. Quando a iluminação da cidade de Vitória era a querosene, foi ele o administrador desse serviço.

Retornando ao Estado do Rio de Janeiro, foi nomeado para ajudar na construção da Estrada de Ferro Central do Brasil. Por alguns anos ainda foi professor e subdiretor do Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

Em 8 de agosto de 1898, o governo municipal comunicava que estava construindo um edifício destinado às suas reuniões e um prédio para servir de cadeia da Vila. Tratava-se de dois edifícios de incontestável necessidade e de utilidade pública. Para tanto, vinha o governo municipal solicitar ao Presidente da Província que autorizasse

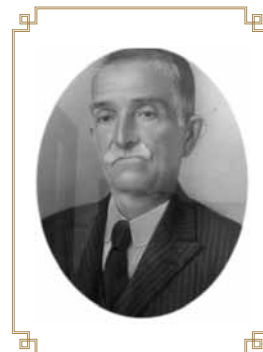
o transporte das mercadorias necessárias a essas construções, livres de despesas, uma vez que o engenheiro encarregado das obras só daria início se houvesse a prévia autorização.

“O Cachoeirano”, ano XXIV, nº 23, de 20 de março de 1902, pertencente ao partido Construtor-Autonomista informava que no dia 25 de fevereiro daquele ano, o partido reunido elegera o seu diretório, composto pelo tenente-coronel José da Fraga Neves Loureiro, capitão Carlos Gerhardt, sob a presidência do major Felipe João Daniel. Também elegeram-se os delegados do diretório: Felipe Endlich, capitão Severino Silveira e Nicolau Stein.

Chegávamos a 1899, quando na data de 25 de março, o Sr. Presidente da Vila de Santa Isabel consultava o Exmº Sr. Presidente da Província se era possível alguém que estivesse exercendo o cargo de governador municipal (hoje vereador), ter exercício simultâneo com o de Delegado de Polícia.

Não se conseguiu nos arquivos municipal e estadual a resposta da consulta. Entretanto, caso semelhante ocorreu no vizinho município de Afonso Cláudio na data de 1911, quando dois dos seus membros, além de exercerem a função de vereador, acumulavam também os cargos de auxiliares da comissão de terras. O assunto foi para apreciação da douta Procuradoria Geral do Estado que conclui pela sua incompatibilidade.

O Conselho Municipal (Câmara) decidiu por concorrer com a cota de duzentos mil réis para a “grande festa nacional”, referente ao 4º Centenário do Descobrimento do Brasil. A solicitação havia partido do Presidente da Província do Espírito Santo, em correspondência de 7 de abril de 1899.



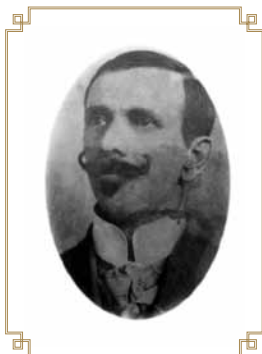
4º Intendente ou Prefeito
Wenceslau Pereira Barcellos (1898)



5º e 7º Intendente ou Prefeito -
Mariano Ferreira de Nazareth
(1898 a 1900 e 1901 a 1903)

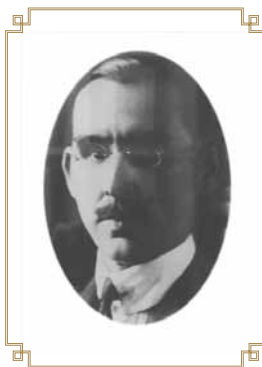


6º Intendente ou Prefeito
Felipe João Daniel (1900 e 1901)



8º Intendente e Prefeito Maximiliano Salloker - Major (1903 a 1916)

INTERINOS



8º Intendente
Germano Gerhardt (1904)



8º Intendente - João Kill Sobrinho (1904); 10º Intendente interino (1920)

Segundo o jornal “O Cachoeirano”, ano XXIV, número 32, de 25 de abril de 1901, somente em 2 de maio daquele ano, data em que se comemorava o aniversário da promulgação da Constituição do Estado, é que foi finalmente inaugurado o palacete que o município de Santa Isabel havia adquirido e reformado para ali funcionar o governo. A convite do senhor Major Felipe João Daniel, então presidente do governo municipal, assistiu à inauguração o Exmo. Senhor Presidente do Estado Moniz Freire.

Durante a gestão de Maximiliano, assumiram ainda interinamente os destinos do município os senhores:

- Germano Gerhardt (1904)
- João Kill Sobrinho (1904)
- Francisco Kaniski (1909 e 1914)

Os governadores eleitos para esse período de mandato foram: Francisco Kanishi, coronel Mariano Ferreira de Nazareth, Francisco Lourenço d'Oliveira e Geraldo Valkers.

A equipe que ajudou a administração foi composta por:

- Secretário: João Frederico Preuss (Tenente-Coronel)
- Thesoureiro: José da Fraga Neves Loureiro (Tenente-Coronel)
- Amanuense¹²⁵: Severo da Rocha Pinto
- Procurador: Luiz Lourenço Marques
- Fiscal Geral: Zeferino Salles Brandão
- Fiscais auxiliares:
 - Eugenio Borgo
 - João Jeronymo Mendonça
 - Manoel Pinto da Victoria
 - Thomé Coelho de Mello

125 Amanuense. s. Escrevente de repartição pública, copista. (Copista): Pessoa que copia, que transcreve. [...]

■ Porteiro: João da Costa Vianna

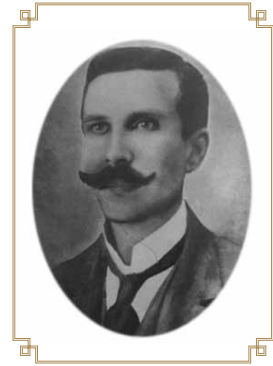
Sua administração marcou época no município, tanto por ter sido um homem de visão, como também pelo seu caráter e forma de atuação. Era um austríaco e foi ele quem introduziu aqui a criação de galinhas de raça Leghorn, da abelha européia para produção de mel e do gado leiteiro.

Possuía boa relação com o governo estadual e por essa época já existiam 3 partidos políticos: Construtor, Autonomistas e Uisionomistas. Como na maioria dos municípios mesmo já no regime republicano, a figura dos “coronéis da roça” já exercia “o mandonismo” autoritário da incompetência, normalmente, formado por duas correntes políticas que se “duelavam” com ridicularias pífias, originadas de remoques¹²⁶ desprezíveis, abomináveis, picuinhas que jamais deveriam causar estranheza, porque justamente sintonizados com baixo relevo da cultura geral.

Era comum aos eleitores rurais trocar seus votos, de acordo com a conveniência desses coronéis. Em troca, esses eleitores ganhavam pequenos favores. Eram chamados de votos de “cabresto”. (GUALBERTO, 1995).

Sempre que havia um levante político da facção contrária do governo constituído, era chamado para ajudar a guarnecer o Palácio Anchieta, encaminhando para Vitória, vários de seus “capangas”. Tinha fama de homem mau e vingativo, conforme narrado por Kautsky (1984) já citado à página 26. Continua Kautsky: Costumava castigar seus empregados e inimigos políticos. Certa ocasião, o senhor Francisco Soyka desentendeu-se com ele por causa do seu namoro com uma cunhada do Salloker, de nome Luzia. Francisco era viúvo, mas, foi quem levou o Salloker à casa de sua irmã Rosália na Áustria, quando teve que ser operado de hérnia.

Mandou prendê-lo numa estaca dessas de amarrar burros, olhando para o sol, colocou uma vara pontiaguda debaixo de seu queixo, depois, 2 palitos de fósforos nas pálpebras, para que não pudesse fechar os olhos. Quando a senhora Rosália Soyka Kautsky



8º Intendente - Francisco Kaniski
(1909, 1910 e 1914)

126 Remoques. s.m. Dito ofensivo; indireta.

tomou conhecimento do caso, foi até lá e disse que aquilo era selvageria e que ele poderia escolher entre soltá-lo ou morrer. O Salloker então mandou soltá-lo. Isso aconteceu por volta de 1904/1905.

Não demorou muito e tentaram matá-lo, colocando veneno numa bebida que, na hora, por engano, foi dada a seu genro Bruno Dorski – que era casado com Cristina – e que acabou morrendo em seu lugar. Fato ocorrido em Sapucaia (hoje Parajú).

O Sr. Eugênio Santana, segundo a mesma fonte, em 27/12/1985, afirmava que, a mando de Salloker, o velho Michel Schneider matou um escuro e enterrou-o no quintal do Salloker, lá mesmo em Sapucaia e depois plantou ainda uma bananeira em cima. Motivo pelo qual o velho Michel ficou depois “lelé” da cuca.

Outro caso segundo Sr. Eugênio foi com o finado José Klein que atentou pela primeira vez contra a vida de Salloker, dando-lhe um tiro de chumbeira no peito. Ele ficou de tocaia atrás de uma pedra que havia à margem do caminho entre a propriedade da família Schorling e Frederico Merscher (hoje Nilson Martins), de onde atirou, derrubando-o do cavalo. Acompanhava-o o Alberto Schmidt que na hora também caiu de susto do cavalo e o Salloker ainda perguntou: Você também está ferido?

Ao que Alberto retrucou: Se chumbo fede a merda, estou.

Salloker, apesar de ferido, escapou dessa.

Passados alguns anos e continuando com as suas maldades, acabou sendo morto às 16 horas, do dia 17/9/1917, pelo capanga Sebastião de Tal, juntamente com seu empregado João Barbosa (que havia sido alertado), com um tiro de Winchester, lá no Caracól (hoje trevo da BR-262). Foi sepultado no cemitério de Santa Isabel e a sua sepultura é a que fica isolada, no último patamar daquela necrópole¹²⁷. Dizem, que morreu com os olhos abertos e olhando para o sol, como costumava castigar seus empregados e inimigos políticos. O Sr. Luiz Schellmann costumava afirmar que a Winchester que matou o Salloker, até há pouco tempo estava nas mãos dele.

127 Necrópole. s.f. 1. Cemitério grande e bonito. 2. P.ext. Qualquer cemitério.

Outro caso que nos foi contado:

O Sr. Eduardo Schneider II era da facção contrária a Salloker (coisa que ele não admitia, ou o cidadão está comigo ou está contra). Pegou um retrato do Dr. Marcondes Alves de Souza (1912), candidato da oposição e apoiado pelo Salloker, colocou-o na porta de sua venda, emodurou-o com uma ferradura e escreveu por baixo: “Ladrão de burro”.

Acontece que o Dr. Marcondes ganhou a eleição para Governador do Estado. Salloker então mandou buscar o senhor Eduardo e o empregado dele José Bringer em Campinho e levou-os presos a Santa Isabel, que era a sede do município. Lá, bateu tanto neles que D. Rita Pitanga teve que intervir e, comovida lavou-lhes ainda os ferimentos com água de sal. Depois, para humilhá-los mais ainda, mandou-os varrer as ruas de Santa Isabel, dando vivas a Marcondes, que residiu por algum tempo na casa paroquial luterana em Campinho, e mandou tirar fotos deles naquelas condições. Na ocasião a administração judiciária estava constituída:

- Suplentes do juiz substituto seccional: 1º) Ten.cel. José da Fraga Neves Loureiro;
2º) Cel. Manoel da Silva Moreira.
- Ajudante do procurador seccional: cel. Marcionilho Silva;
- Avaliador da fazenda estadual: Francisco Christo Sobrinho;
- Tabelião: Caetano Rios da Silva Junior – Major
- Oficial do registro civil: Manoel Thomaz Victoria
- Juízes Distritais:

1º distrito:

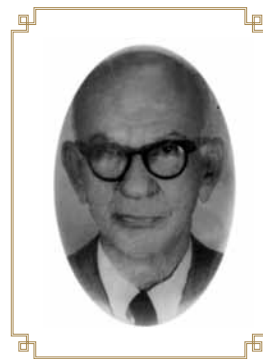
José Bello Coutinho Rangel
Laurindo d'Assunção Rosa
Aprigio Vieira Gomes
José Marques

2º distrito:

José Borgo
Filipp Krohling
João Krohling Filho
Pedro Christo Primo

3º distrito:

Florencio José de Barros – Alferes
Sebastião Lorenço Aglih
Thomaz Maywski
Gil Pinto Coelho

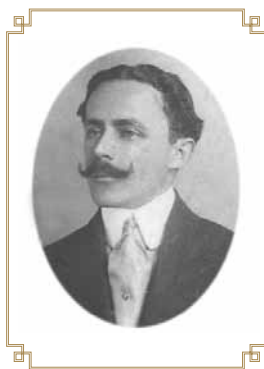


9º Prefeito - Honório Azevedo
(1916 a 1918 e 1918 e 1919)

O nono prefeiro foi o senhor Honório Azevedo, tendo exercido interinamente o posto, nesse período:

- Carlos Pedro Gerhardt (que era o presidente da câmara) - 1918.

Novamente recorrendo às anotações deixadas por Kautsky, no ano de 1917, houve uma reunião política em um cômodo nos fundos do prédio da Prefeitura Municipal, quando ainda funcionava em Santa Isabel, com o objetivo de se criar um artifício para a transferência da sede de Santa Isabel para Campinho.



9º Interino
Carlos Pedro Gerhardt (1918)

Os políticos da ala contrária de Campinho, liderados pelos irmãos Germano e Carlos Gerhardt, Dr. Lauro Faria Santos, o português Arnaldo Bastos, tendo em Santa Isabel o apoio de José Pinto (delegado) e de Claro Pitanga (tabelião), pretendiam mudar a sede para Campinho.

Acontece que os políticos de Santa Isabel, liderados por Maximiliano Salloker (8º prefeito de 1903 a 1913 e 1914 a 1916), os irmãos Francisco, Agostinho, José Bernardo e o primo destes, Henrique Christ, Aprígio Vieira Gomes (2º suplente de Juiz de Direito), José Pereira da Cruz, Mathias e Antonio Stein, Deolindo Peyneau, os irmãos João e Alfredo Daniel e Roberto Carlos Kautsky, portanto a maioria era contra. A oposição então usou um ardil. Sugeriram que fosse feito um plebiscito e que esse documento fosse enviado ao Governador do Estado.

Utilizaram então um caderno de papel almaço, 2 folhas, e prepararam uma legenda só na parte da frente, onde se pedia a permanência da sede em Santa Isabel e onde as pessoas iam assinando. Depois, sumiram com a parte da frente e acrescentaram à segunda parte outra legenda, pedindo a transferência para Campinho e enviaram-na ao Governador para sancionar a transferência.

O português Arnaldo Bastos (que diga-se de passagem era cunhado dos Christ) e que tinha um Hotel em Campinho e interesse na transferência, é que serviu de “pombo correio” e se prestou a cumprir um papel considerado sujo e indigno. Em consequência, a sede só retornou a Campinho no Governo de Honório Azevedo, de 16/10/1917 a 26/1/1918.

Em 1919, eram vereadores:

- Carlos Pedro Gerhardt – Presidente
- João Lorenzoni – Vice-Presidente
- José Stein
- Antonio Ferreira Pylro
- João Kröelling Filho

O secretário era o senhor Zeferino Salles Brandão e o porteiro o senhor João Miguel da Victoria.

Compunha a equipe administrativa do senhor prefeito José da Fraga Neves, os senhores João Pitanga (secretário), Pindaro Cosme Motta (procurador e tesoureiro) e Aristóteles Azevedo (fiscal geral).

Ainda durante a sua gestão, assumiram os destinos da municipalidade, interinamente:

- João Lorenzoni (1919)
- João Kill Sobrinho (1920) - *foto p. 496*

OBS.: esses dois registros encontram-se nos livros de decretos nº 1 e 2, respectivamente, de 10/11/1919 e 12/11/1919.

Assumi na interinidade no governo de Pedro Soares Guimarães, o senhor Antônio Pereira Pylro, conforme registro de atas nº 2, datado de 1921.

Foi no período de governo do Dr. Pedro que ocorreu a mudança do nome do município para Domingos Martins, conforme lei estadual n.º 1307, de 20 ou 30 de dezembro de 1921. Essa denominação ocorreu com o intuito de se prestar uma homenagem ao capixaba Domingos José Martins, nascido no município de “Barra do Itapemirim”, em 9 de maio de 1781, e que participara da revolução pernambucana, onde foi preso e, posteriormente, fuzilado no Campo da Pólvora, no Estado da Bahia, em 12 de junho de 1817.



10º Prefeito - José da Fraga Neves
Loureiro – (Ten.Cel.) (1919 a 1920)



10º Intendente Interino
João Lorenzoni (1919)



11º Prefeito - Pedro Soares
Guimarães (1920 a 1922)

Ainda segundo Kautsky (1984), em 1922, o Dr. Pedro pretendia reeleger-se (o que acabou não acontecendo) e foi pedir o apoio de Roberto Carlos Kautsky, que era um líder em Santa Isabel. Mas, como Roberto já tinha tido as suas decepções políticas, não se entusiasmou. O Dr. Pedro insistiu e perguntou o que ele desejaria em troca.

Roberto então retrucou: “só se o senhor colocar água encanada na Vila”.

Combinado o trato, o próprio Roberto pegou a empreitada juntamente com Francisco Christ, João Daniel e um tio de Roberto de nome Júlio Soyka. Fizeram a caixa d’água, abriram as valas nas ruas e nada dos canos chegarem e que já haviam sido despachadas de Vitória pela E. F. Leopoldina.

A política contrária liderada pelo Sr. Germano Gerhardt, conseguiu fazer com que fossem descarregados em Viana, para que a empreitada não ficasse pronta no tempo apazado e o Dr. Pedro perdesse as eleições.

Felizmente, o Roberto descobriu isso em tempo, falou com o Prefeito que entrou imediatamente em contato com o agente da Estrada de Ferro em Viana, exigindo o redespacho para a Estação de Domingos Martins. Apesar do serviço ter ficado pronto no tempo certo, descobriram posteriormente que, praticamente ninguém da Vila havia votado no Dr. Pedro.

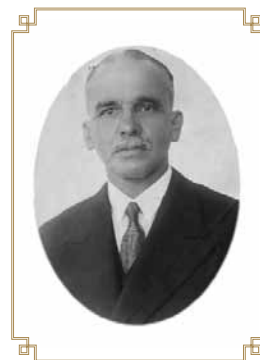
Em represália, os membros da empreitada convidaram as autoridades do município, os sócios da firma que forneceu os canos, pessoas de fora da Vila e comemoraram o feito com um luto jantar. Depois, fizeram um baile e não convidaram ninguém da Vila. Santa Isabel, foi a 1ª Vila a ter água encanada no município, graças a Roberto e sua equipe, conforme pode-se verificar na matéria trazida pela “Folha da Tarde”, de 27/01/1922, que se encontra na “Casa da Cultura” de Domingos Martins. Fato já narrado em parte no Capítulo III Serviços - Água e Esgoto (págs. 423 a 426).



11.º Intendente Interino
Antônio Ferreira Pylro (1921)



12.º Prefeito - Oscar Baraúna
(1923 a 1928)



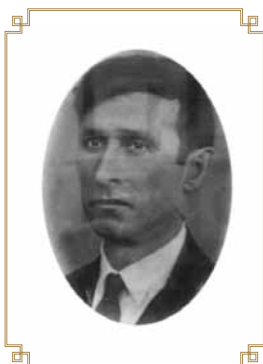
12.º Prefeito Interino
José Henrique Pereira (1929)



13.º, 21.º, 24.º e 26.º Prefeito
Paulo Antônio Lorenzoni
(1929 e 1930 e 1948 a 1951
e 1955 a 1959 e 1963 a 1967)

Posteriormente, o Prefeito Dr. Pedro que era um homem ingênuo e sem malícia, e que tinha o hábito de deixar na Prefeitura os papéis em branco, já assinados, com os seus subalternos, acabou se complicando. Conforme já foi dito, a oposição liderada pelo Sr. Germano Gerhardt teve acesso a um desses papéis, preencheu-o e colocou o Prefeito na rua. Ele mesmo assinou a sua renúncia.

Durante o seu mandato, ocupou interinamente a Prefeitura Municipal o senhor José Henrique Pereira, conforme consta registrado no livro de decretos nº 2, em 14 de janeiro de 1929.



14º Prefeito - Francisco Christ
Sobrinho (1931 a 1932)

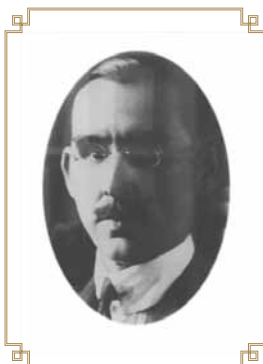
Os moradores mais antigos de Campinho afirmam que o senhor Paulo Lorenzoni tinha o hábito de, independentemente estar de carro ou a pé pelas ruas e localidades rurais, acenar com as mãos, cumprimentando os moradores.

Certo dia, indagaram-lhe o porquê de acenar, quando as casas estavam fechadas e ele rapidamente exclamou:

“E se tiver alguém olhando pelas frestas¹²⁸ da janela?”

Durante o seu mandato, foi construído o trecho de Santa Isabel até a futura ponte sobre o rio Jucu, que foi cavada a enxada pelo próprio prefeito e pelos presos daquele município.

Skidmore (1982), quando traçou o quadro da política nacional, “após a revolução de 1930, na busca inútil empreendida pelas nossas elites para encontrar um sucedâneo do sistema oligárquico-federalista, embora com a hegemonia dos Estados



15º Prefeito Germano Gerhardt
(1933 a 1935)

128 Frestas, s. f. 1 – Pequena abertura em parede; 2 – janelinha; 3 – fisga; 4 – fenda, greta.

economicamente mais poderosos do centro-sul, que vigorou na República Velha”, afirmava mais que: “Todas as tentativas foram frustradas, em 1934, como em 1937, mais ainda em 1945, até o impasse afinal verificado em 1964”.

Prossegue o autor: “Isso porque todas as soluções ensaiadas desde o débil constitucionalismo de 1934, ao regime forte do Estado Novo, possuíam uma inequívoca dose de elitismo, aprofundando-se as distâncias entre a classe política e o povo, sempre marginalizado no processo”.

Aqui no Espírito Santos já nos encontrávamos sob a intervenção do Capitão João Punaro Bley, que mesmo tendo havido no município eleição e eleito o Senhor Francisco Christ Sobrinho, a partir de então as nomeações, passaram a ser feitas pela interventoria instalada no Palácio Anchieta.

Kautsky (1984), afirmava que o senhor Roberto J. Schneider, em 11 de março de 1987, em conversa com ele, dera o seguinte depoimento sobre a intervenção no município: “Que um certo dia, teria vindo a Domingos Martins um emissário do interventor João Bley à procura do prefeito Francisco Christ, não o encontrando nas dependências da prefeitura”.

Através do senhor Germano Gerhardt, esse emissário teria ficado sabendo que o prefeito, juntamente com alguns presos do município, encontrava-se “cavando terra” numa curva fechada que havia em terrenos de família Schorling, na estrada que liga Campinho à Santa Isabel.

O emissário ou informante da interventoria ainda teria ouvido do senhor Germano, após tê-lo levado pessoalmente ao local e verificado o fato, a seguinte frase: *“Um cidadão como esse, não tem condições e nem capacidade para exercer o cargo que ocupa, pois o lugar dele é na Prefeitura e não aqui com a enxada na mão”*.

Pode até ter sido coincidência, mas o fato é que toda a cidade sabia que o senhor Germano estava de olho no cargo, o que logo se confirmou, pois saíam dias depois publicado no Diário Oficial do Estado a destituição do senhor Francisco e a nomeação do senhor Germano Gerhardt.

Em face disso, o Sr. Germano passou a desfrutar de uma posição política de destaque no município e os colonos passaram a confiar nele, colocando dinheiro em suas mãos para guardar (pois não haviam bancos aqui). Só que ele, além de jogar com esse capital em seu comércio na aquisição de café e cereais, ainda cobrava juros dos colonos para guardá-lo. Essa informação foi narrada por Gustavo Wruck, que trabalhava de caixeiro com o Sr. Germano. Com isso, além de possuir uma das principais economias do município, passou a ser também um líder político, o que lhe virou a cabeça, pois não admitia ser passado para trás ou criticado.

Um dia, foi tirar satisfações com o Sr. Brasileiro Shwarz, que se encontrava na venda de Augusto Schwambach e de quem era inimigo político. Começaram a discutir na venda e passaram à rua principal, onde o Sr. Brasileiro retrucou:

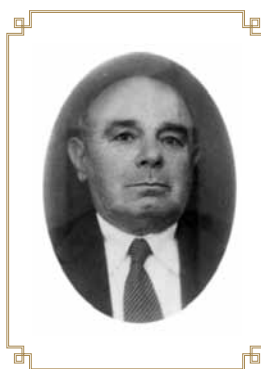
“Não venha atrás que lhe atiro”.

O Sr. Germano que não era acostumado a ser contrariado, insistiu e acabou levando um tiro no estômago, e, quando caiu, levou outro no olho, saindo a bala embaixo do queixo; não morreu, mas perdeu uma das vistas. Passou a usar um olho de vidro.

Os outros prefeitos que assumiram os destinos do município, no período de 1936 a 2012, foram:



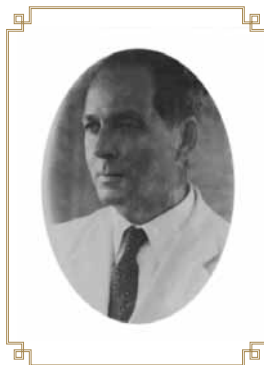
16º Prefeito
Otaviano Santos
(1936 a 1944)



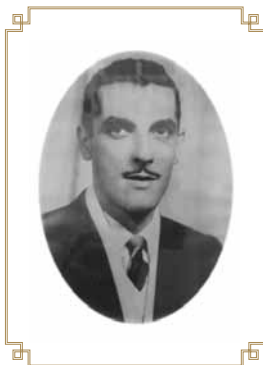
17º Prefeito
Antônio Ferreira Neto
(1945)



18º e 22º Prefeito
Arthur Gerhardt
(1945 e 1946 e 1951 a 1954)



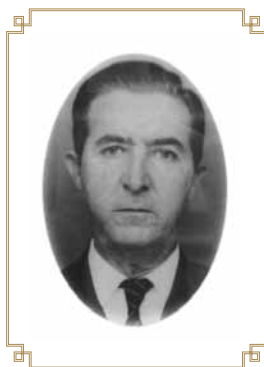
19º Prefeito
Jorge Faria Santos
(1947)



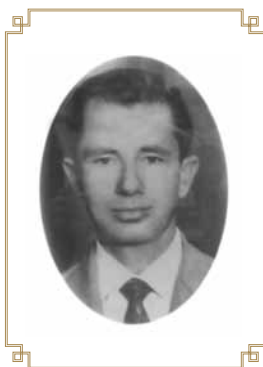
20º Prefeito
Célio Rui Pitanga Pinto
(1947 e 1948)



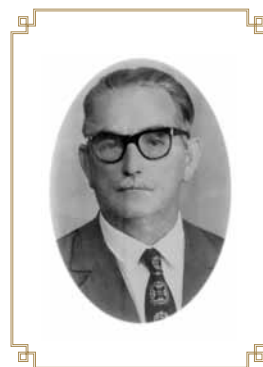
23º Prefeito
João Mário Pitanga Filho
(1954 e 1955)



25º Prefeito
Francisco dos Santos Silva
(1959 a 1963)



27º e 30º Prefeito
Joaquim Tesch
(1967 a 1971 e 1973 a 1976)



28º Prefeito
Waldemiro Alberto Hülle
(1971 e 1972)



Da esquerda para direita: Eduardo Schneider, Pedro Schwarz, Florêncio José de Barros, Pedro Ewald IV, Gastão Farias Santos, Gil Pinto Coelho, Major Clemente Gonçalves dos Santos, Prefeito Oscar Baraúna, Tabelião Nelson Faria Santos, Coletor Jorge Faria Santos e Coronel João de Paula Novaes.

ACERVO: HELENA TESCH

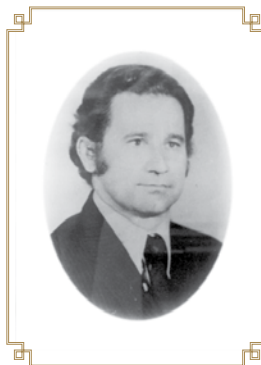


Posse do Sr. Waldemiro Alberto Hülle – Câmara Municipal - Na foto o prefeito e sua esposa Flora Schneider – 1971.

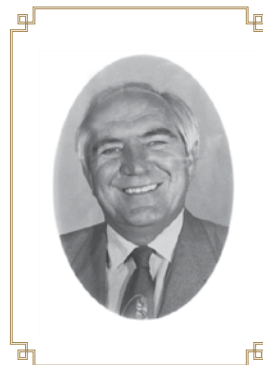
ACERVO: MOACIR DA SILVA VARGAS



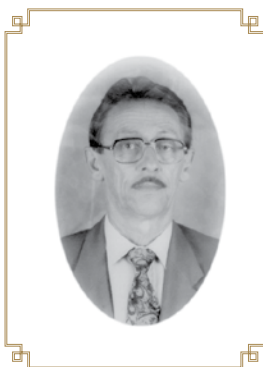
29º e 33º Prefeito
Moacir da Silva Vargas
(1972 e 1973 e 1983 a 1988)



31º e 32º Prefeito
Elias Paganini
(1976 e 1977 a 1983)



34º Prefeito
Dr. Lourival Berger
(1989 a 1992)



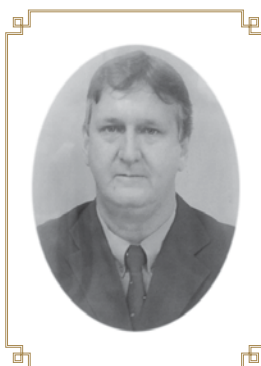
35º Prefeito
Alfredo Meyer
(1933 a 1996)



36º Prefeito
Pedrinho Raul Hoppe
(1997 a 2000)



37º Prefeito
Ivan Paganini
(2001 a 2004)

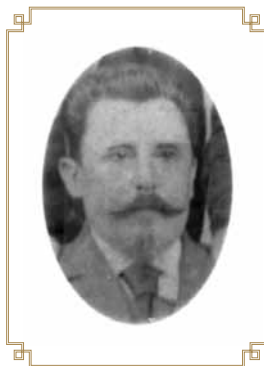


38º e 39º Prefeito
Wanzete Kruger
(2005 a 2008 e 2009 a 2012)

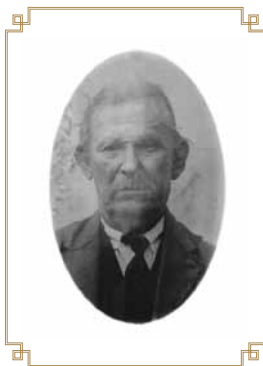


40º Prefeito
Luiz Carlos Prezoti Rocha - Borboleta
(2013 a 2016)

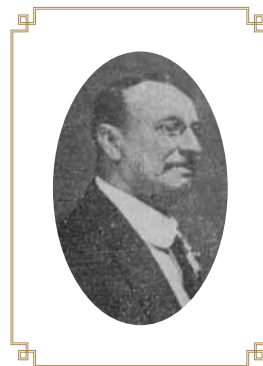
O Poder Legislativo após 7 de dezembro de 1892 era também exercido pelo presidente da intendência, chamado de Presidente dos Governadores (hoje vereadores). Por essa época, eram também eleitos os juizes distritais. Somente a partir de 1914 é que houve a separação, havendo eleições para prefeitos, vereadores à Câmara Municipal, que elegia o seu presidente. Esses foram os presidentes:



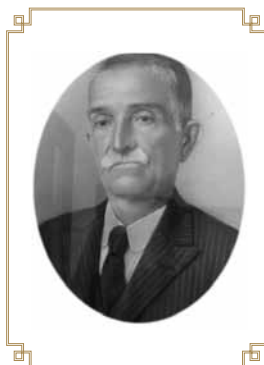
1º Presidente
Felippo Endlich
(1893 a 1895)



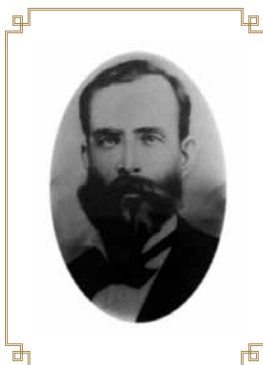
2º Presidente
Cristiano Bruske
(1895 e 1896)



3º Presidente
Arthur Correa de Mattos Thompson
(1896)



4º Presidente
Wenceslau Pereira Barcellos
(1897)



5º e 6º Presidente
Mariano Ferreira de Nazareth
(1898 e 1903)



7º Presidente
Felipe João Daniel
(1900)



8º Presidente
Maximiliano Salloker
(1903 a 1916)

■ 1916 a 2012:



9º Presidente
Carlos Pedro Gehardt
(1916 a 1918)



10º Presidente
José Stein
(1919 e 1920)



11º Presidente
João Kill Sobrinho
(1920 a 1922)

Composição da Câmara 1923 a 1946 – cargo extinto pela resolução de 1930.



12º Presidente
Alcides Cardoso
(1947 a 1950)



13º, 16º, 20º e 22º Presidente
João Mário Pitanga Pinto
(1951 a 1953, 1957, 1963 a 1966 e
1971 a 1974)

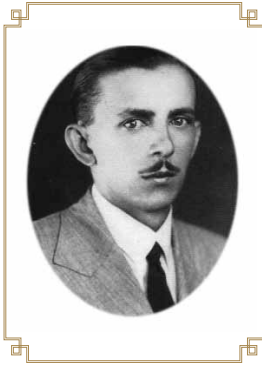


14º Presidente
Felipe Afonso Schneider
(1954)



Câmara Municipal de Domingos Martins – 1946. Da esquerda para a direita: Paulo Krölling, Alfredo Velten, João Mário Pitanga Pinto, Felipe Afonso Schneider, Gustavo Wernersbach, Arthur Borghardt, Otto Koeller, Pedro Ewald e Joaquim Tesch.

ACERVO: GUSTAVO WERNERSBACH



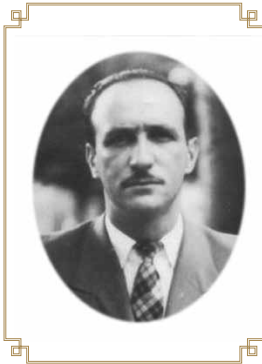
15º Presidente
Pedro Cristiano Cardozo
(1955 a 1956)



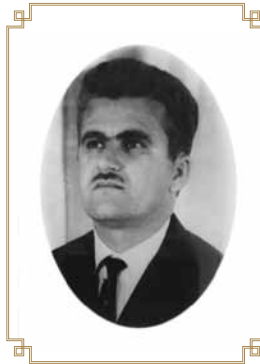
17º Presidente
Joaquim Tesch
(1957 e 1958)



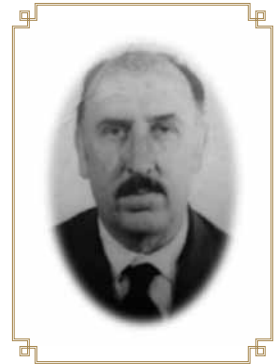
18º Presidente
João Baptista Wenersbach
(1959 a 1961)



19º Presidente
Hilton Ezequiel Ronchi
(1962)



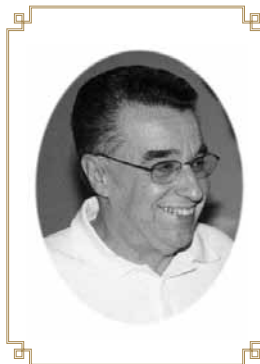
21º Presidente
Moacir da Silva Vargas
(1967 e 1970)



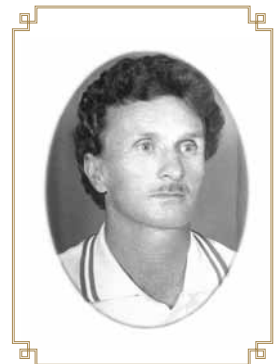
23º Presidente
Vital Joaquim Schunk
(1975 a 1976)



24º Presidente
Lucas Stein
(1977 e 1978)



25º Presidente
Tulio Araripe Mello Junior
(1979 e 1980)



26º Presidente
Lourival Bravim
(1981 a 1982)



27º Presidente
Elizário Ferreira Pinto
(1985 e 1986)



28º Presidente
Elias Kiefer
(1987 e 1988)



29º Presidente
Jolison Tesch
(1989 a 1990)



30º Presidente
Pedrinho Raul Hoppe
(1991 a 1994)



31º Presidente
Erly Miguel Mayer
(1995 e 1998)



32º Presidente
Otávio Kuster
(1999 a 2000)



33º Presidente
Vandelino Aguiar Pereira
(2001 a 2002)



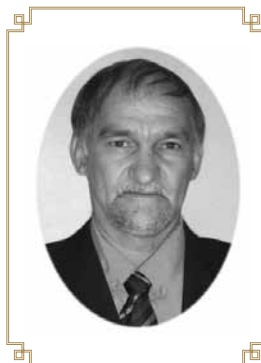
34º Presidente
Dr. Manoel de Oliveira Barcelos Junior
(2003 e 2004)



35º e 39º Presidente
Júlio Maria dos Santos "Pequiá"
(2005 a 2006 e 2013 a 2014)



36º Presidente
Ricardo Saleme
(2007 a 2008)



37º Presidente
Osmar José de Oliveira
(2009 e 2010)



38º Presidente
Eduardo José Ramos
(2011 e 2012)



40º Presidente
Rogério Luiz Kröhling
(2015 a 2016)

Representantes de Domingos Martins na Câmara Federal e Assembleia Legislativa Estadual:

- Octaviano Santos
- Dr. Lourival Berger
- Gustavo Wernersbach
- Pedro Saleme (eleito por Afonso Cláudio)
- Jefferson de Aguiar (deputado federal e senador)
- Dr. Arthur Gerhardt Santos (morador de Domingos Martins e governador)

CAPÍTULO V

INTEGRALISMO E 2^a GUERRA MUNDIAL - REFLEXOS NO MUNICÍPIO



Integralismo

Faziam oposição ao comunismo, pois os imigrantes italianos principalmente e alemães, assim como os seus descendentes, temiam que lhes pudesse acontecer o mesmo que aos seus ancestrais na Itália, ou seja, perderem a terra e tudo aquilo que adquiriram a duras penas aqui no Brasil. Contando inclusive com o apoio da igreja católica, não foi difícil o convencimento para que aderissem em massa ao integralismo, chegando a contribuir financeiramente com o movimento.

O partido surgiu na década de 30, e chegou ao Espírito Santo, “respectivamente nas regiões habitadas pelos imigrantes italianos e alemães e seus descendentes”. (VIEIRA, 2004).

O precursor deste movimento no Brasil foi o Sr. Plínio Salgado, que segundo Lazzaro et al (1992), era jornalista e escritor, se dedicava à procura de raízes nacionais e desenvolvia a ideia de uma nova raça.

A aceitação do integralismo no Estado foi tamanha que o primeiro congresso da AIB – Acção Integralista Brasileira foi realizado em Vitória, em 1934 (SCHAYDER, 2002).

Com o apoio de membros do clero católico, que deu credibilidade ao movimento, chegou também a Domingos Martins onde os imigrantes alemães e italianos eram maioria da população.

Através do rádio, ainda segundo Schayder (2002), o líder Plínio Salgado se comunicava com seus discípulos, com discursos inflamados e empolgantes.

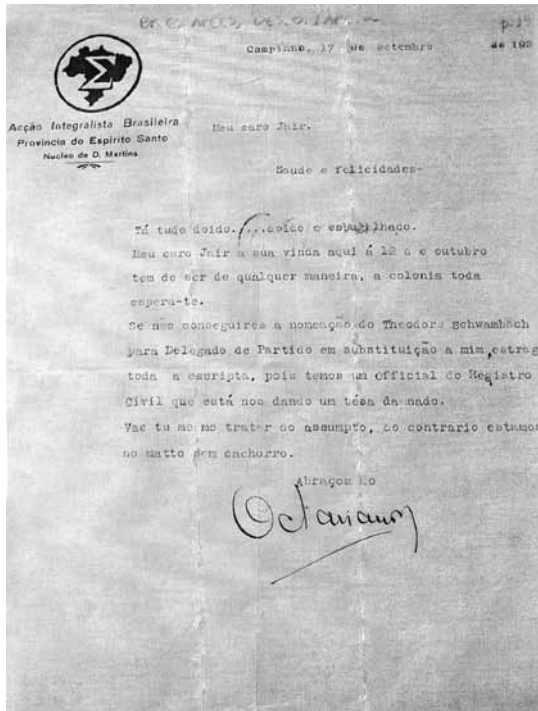
Em Domingos Martins, 820 moradores aderiram ao movimento. Em 1935, o município possuía 1.654 eleitores, e desse total, 623 eram integralistas, ou seja, 37% desse segmento.

O prefeito, Sr. Octaviano Santos (1936 a 1944) e os vereadores Arthur Gerhardt, José Gegerheimer e José Francisco Stein, também aderiram ao movimento. Outros líderes do movimento: Anita Schmidt e Alice Stein. Os chefes nomeados por região do município foram:

- Octaviano Santos – Sede
- Octávio Gegerheimer – Biriricas
- Manoel Antônio Stein (Duduca) – Santa Isabel
- Franz Stöckel – Santa Maria do Rio Fundo
- Santos Pupin Netto – Araguaia
- Emilio Entringer – Sapucaia

Essas informações foram extraídas das caixas nºs 1 e 2 do Fundo DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social, do APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (antiga caixa nº 37). A partir de 1937, houve um retrocesso na escalada do movimento, com a implantação da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas, com o pretexto do perigo da comunização do Brasil.

Recuperou-se uma correspondência do Sr. Octaviano Santos aos membros da Ação Integralista Brasileira - AIB, que deixava transparecer a preocupação do movimento.



TRADUÇÃO:

Campinho, 17 de setembro de 1937.

Meu caro Jair:

Saúde e felicidades:

Tá tudo doido ... doido e esbugalhado. Meu caro Jair a sua vinda aqui à 12 de outubro tem de ser de qualquer maneira, a colonia toda espera-te.

Se não conseguires a nomeação do Theodoro Schwambach para o Delegado do Partido em substituição a mim, estraga toda a escripta, pois temos um official do Registro Civil que está nos dando um tésa dannado.

Vae tu mesmo tratar do assunto, do contrario estamos no matto sem cachorro.

Abraço do

Octaviano

Ainda utilizando informações de Schayder (2002), “os prefeitos integralistas da região serrana foram afastados do poder municipal. A circulação de qualquer tipo de publicação em italiano e alemão foi proibida”.

Lazzaro et al (1992) em análise sobre o integralismo, informa que “de modo geral, os seguidores do movimento passaram a ser vigiados e sofreram enormes sanções, desde prisão, apreensão de armas, entre outras”.

O prefeito Octaviano Santos foi um dos que foram afastados do cargo, informação esta constatada em (MOREIRA; PERRONE, 2008. p.115).

Segunda Guerra Mundial | 1939 a 1946

Com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial (1939 a 1946) rompendo relações diplomáticas em 28 de janeiro de 1942 com o eixo (Alemanha, Itália e Japão), os conflitos chegavam ao Espírito Santo e também a Domingos Martins. Várias pessoas foram presas pelo simples fato de serem suspeitas de envolvimento ou de serem simpatizantes com aquelas nações ora inimigas. Moreira; Perrone (2008. p.116-117) afirmam que: “pastores foram perseguidos, presos e alguns deportados [...]”. Algumas das pessoas que foram atingidas pelo movimento:

- Dr. Arthur Gerhardt – nascido em 25/3/1905 em Domingos Martins, casado com Carmem Busatto Gerhardt, era médico e político. Pelo fato de ter sido eleito em 1936 vereador e Presidente da Câmara pela Chapa Ação Integralista Brasileira, foi detido em Vitória;
- Richard Albert Jöhringer – nascido em 29/3/1883 na Alemanha, foi casado com Lydia Göhring Maia e exercia naquela ocasião a profissão de comerciante no município. A motivação pela sua detenção foi pelo fato de ser ex-chefe do Partido Nazista (2º chefe). Também detido em Vitória.
- Edgar Frederick Kruse – nascido a 7/5/1909 nos Estados Unidos, foi casado com Luiza Orchrvald Kruse. Foi Pastor Luterano, residente em Alto Ponte - Campinho (Igreja Luterana Mussuri);
- Martin Friederich Hoffman, também norteamericano, nascido a 25/8/1908 e casado com Sophie Agnez Hoffman. Residia em Sapucaia (hoje distrito de Parajú);
- Karl Bielefeld, nascido em 8/8/1878, natural da Alemanha e residente em Campinho. Foi casado com a Sra. Emma Bielefeld Lempp;
- Siegmund Wanke, casado com Martha;

■ Walter Heinrich Adler, também natural da Alemanha, nascido em 18/3/1909. Foi casado com Gertrudes Sophia Boinisch Adler e era Pastor Luterano em Sapucaia (Parajú). Os quatro últimos, ficaram detidos também na cidade de Vitória (ES), conforme já salientado pelo fato do Brasil haver declarado guerra à Alemanha e a Itália.



Simpatizantes e/ou pessoas que tinham ligações com os Movimentos Alemães e Italianos - 1942. Da esquerda para direita: 1 – Ernesto Strobach (Maestro e Cônsul do Uruguai em Vitória), 2 – Heitor Iori (Proprietário de Fábrica de Sabão em Vitória), 3 – Carlo Carrielo (Comerciante em Vitória), 3 – Victor Maria Sarlo (Comércio de Padaria em Vitória), 5 – Padre Elias Thomazzi, 6 a 10 – (Não identificados), 11 – Antonio Travassos (Servidor da Saúde Pública), 12 – Paulo Mulles (Mecânico Alemão), 13 – Hasenclever, 14 e 15 – (Não identificados), 16 – João Langen (Vitória), 17 (Não Identificado), 18 – Karl Ballthar Helmut Schruttt (Contador em Vitória), 19 – Kurt Reiber (Comerciário), 20 – (Não Identificado), 21 – Dr. Carl B. Schroeder (Médico em Vitória), 22 – Frederico Atman (Comerciante em Vitória), 23 – Roberto Langen (Cônsul Alemão), 24 – (Não Identificado), 25 – Richard Albert Gohinger (Vitória), 26 e 27 (Não Identificados), 28 – Otto Stoften (Alemão), 29 a 34 (Não Identificados), 35 – Francisco Cavallinho (Vitória), 36 – Engen Schwener (Alemão), 37 – Henrique Decotignes (Comerciante Vitória), 38 – Não Identificado, 39 – Ruy Quintaes (Contador Vitória), 40, 41 e 42 – (Não Identificados), e 43 – Dr. Arthur Schneider - *em destaque* (Advogado em Campinho e Professor em Santa Izabel), 44 – Francisco Sanches, 45 – Publio Motta (Servidor Público), 46 – Osório Fernandes (Servidor Público), 47 – Chico Trampusk, 48 – Sebastião Heiberch (Pintor e Violinista em Cariacica).

ACERVO: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO

Nesse período, entre 1939 e 1945, a colônia alemã em Domingos Martins sofreu sérias consequências, quando foi proibida no município qualquer manifestação cultural que fizesse lembrar a Alemanha. Os membros da Igreja Luterana e alemães que viviam na região ficaram expressamente proibidos de usar o idioma alemão. Mesmo descendentes que se comunicassem nesta língua eram abordados por policiais que lhes chamavam atenção e até davam voz de prisão para quem se atrevesse a usar esse linguajar. Os pastores da época, como por exemplo, Karl Bielefeld juntamente com o velho Germano Liebermann, naquela ocasião com aproximadamente 80 anos, seu filho Augusto e o Sr. Germano Huver, ficaram detidos por muito tempo no Quartel da Polícia Militar.

Kalk (1998) quando registrou as consequências da guerra mundial para os descendentes pomeranos no Brasil, afirmou:

No mesmo dia em que o Brasil havia declarado guerra à Alemanha, houve um baile em Melgaço. Ali chegou o delegado de polícia civil acompanhado de um cabo, ocasião em que ouviram uma pessoa falar algumas palavras em pomerano. Logo em seguida o delegado deu uma pancada na boca desse fulano.

O pastor Siegmund Wanke, que mais tarde foi um dos fundadores do ginásio de Domingos Martins, também teve o mesmo dissabor e aproveitou aquele tempo para estudar gramática alemã. Foi um exímio diretor e professor de matemática. Graças à sua rigidez como mestre, os seus alunos sempre foram bem sucedidos em exames vestibulares da UFES - Universidade Federal do Espírito Santo.

O pastor esteve também prisioneiro no Quartel da Polícia Militar do Espírito Santo, que era conhecido pelos alemães como campo de concentração do Brasil. Quando os policiais vinham para Campinho, os pastores e outros alemães que viviam na cidade sempre eram avisados por amigos que os escondiam nos sótãos de suas casas.

Certa vez, o senhor Theodoro Schwambach, por ter escondido o Pastor Karl Bielefeld no sótão de sua casa, passou por dificuldades. Os policiais foram até lá questionar o paradeiro do pastor por ser o Sr. Theodoro presidente da comunidade. Lá chegando abordaram D. Izilda dizendo que tinham ordem de prisão para o pastor. Ela muito assustada sabendo que ele estava escondido no sótão de sua casa, disse que ninguém sabia o paradeiro do reverendo. Por sorte, os guardas se retiraram e ainda por muitos dias o pastor ficou hospedado em sua casa, mas sempre com muita vigilância.

O templo Luterano em Campinho teve as suas portas fechadas e aquele lustre que existe no meio da igreja com a seguinte inscrição em alemão: “Ehre sei Gott in der Höhe und Friede auf Erden den Menschen ein Wohlgefallen! Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade”, foi coberto com um pano preto. Os túmulos cujas lápides tinham inscrição em alemão foram destruídos ou pichados com tinta preta.

Para que os cultos pudessem voltar a ser celebrados, o Sr. Theodoro Schwambach teve que se deslocar para o Rio de Janeiro onde participou de um curso para leigos, de fé luterana, e em seu retorno assumiu as funções de pastor até o final da guerra, em língua portuguesa, para obreiros¹²⁹ que não entendiam este idioma.

O avô do Joel Guilherme Velten, Wilhem Velten II foi apelidado de “Alt Bismarck” devido não saber bem o português e ter um bigode semelhante ao do Chanceler alemão. Quando ele vinha para o culto, aos domingos, algumas pessoas riam e diziam “Alt Bismarck ist gekommen”! (O velho Bismarck está chegando!)

A casa do médico Dr. Fernando Schroeder, que era natural da Alemanha, residente em Vitória, foi invadida e o seus pertences jogados na rua, pelo fato de terem suspeitado ser ele o que denominavam de “Quinta-Coluna”.

Ainda por essa época, segundo Kalk (1998), o “ensino confirmatório¹³⁰ e os cultos religiosos em língua alemã foram interditos”.

Alguns pastores com naturalidade alemã foram detidos e levados para a Ilha das Flores no Rio de Janeiro. Ficaram também proibidos de executar os seus serviços eclesiais dentro de suas comunidades.

Durante a guerra surgiram muitas histórias e piadas criticando os alemães. Eles eram conhecidos como os comedores de “brot” ou então arigó da roça com picuá nas costas. Isso fez com que muitos descendentes deixassem de ensinar alemão aos seus filhos, o que hoje faz tanta falta. O que ainda se preservou mais no interior, onde o acesso de policiais era mais difícil, foram os dialetos hunsrückisch e pomerano que pertencem ao grande número dos dialetos do Platt Deutsch.

Algumas casas foram invadidas na busca de armas, sendo somente permitido ter uma espingarda tipo “espoiteira”, daquelas que recebem enchimento pela boca, e deveriam ser registradas.

129 Obreiros. Adj. e s.m. 1. Que, ou aquele que obra ou trabalha. [...].

130 Confirmatório. rel. Sacramento (crisma) que confirma o batismo.

Na fase final da guerra houve muita falta no abastecimento de certos gêneros alimentícios. Em alguns momentos faltava o trigo, ora o sal de cozinha ou querosene.



Comício realizado na Av. Presidente Vargas quando o Brasil entrou na II Guerra Mundial.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Desfile de integralistas — Rua principal de Campinho — Década de 40.

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS



Casamento de integralistas. Noivo casando-se com o uniforme do integralismo. Década de 1940.

Atrás do noivo, o Sr. Octaviano Santos, líder do integralismo.

Os noivos: Adalgunde Velten e Reinaldo Thomas. Padrinhos ao lado direito dos noivos: Herbert Velten e Marcigina Velten (primos da noiva). Os padrinhos do noivo não foram identificados.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

CAPÍTULO VI

ASPECTOS NATURAIS



Buscando informações mais uma vez no trabalho deixado por Kautsky (1984, p.26), o município geograficamente está encravado na Serra do Mar, “cuja altitudes variam de 50 a 2 mil metros, quando medido no pico da Pedra Azul, localizada no distrito de Aracê”. Há uma oscilação climática que varia de zero grau centígrados em Aracê, até trinta e cinco graus positivos na região mais baixa. Existe também um alto índice pluviométrico, em torno de 2 mil e 500 milímetros anuais.

A flora é muita rica, mormente em orquídeas e bromélias. Segundo a mesma fonte e especialistas nesta área, das 2.350 espécies de orquídeas classificadas no Brasil, aproximadamente 750 delas estão no Estado do Espírito Santo (dados de agosto de 1991), a maior parte na região de Domingos Martins.

Entre as bromélias situadas nas regiões montanhosas entre 600 e 800 metros, já haviam sido catalogadas mais de 300 espécies, também a maior parte delas no município e na região próxima de Domingos Martins.

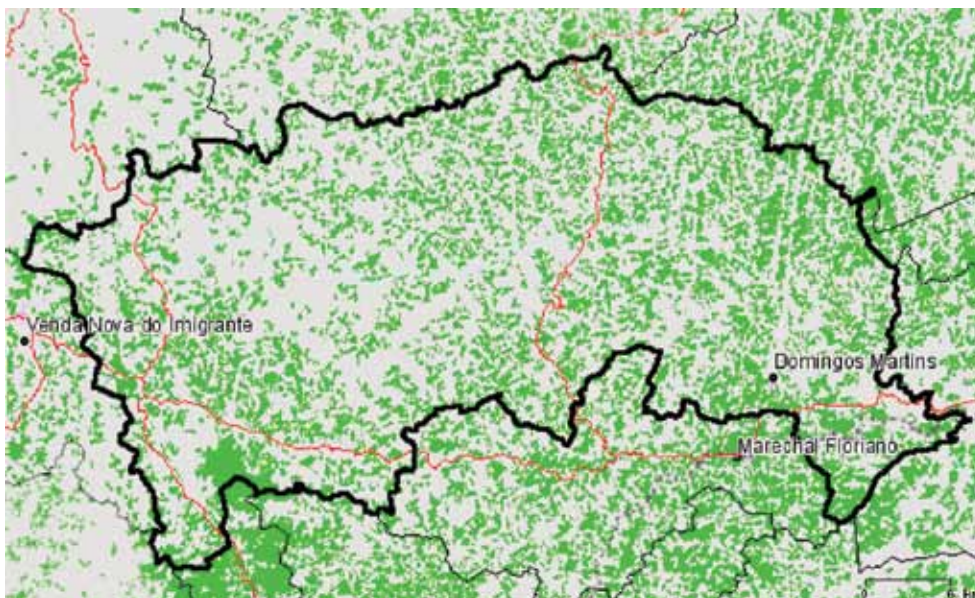
Kautsky (1984) atribuía essa conquista ao conservacionismo do imigrante alemão e pelo fato de alta acidentalidade¹³¹ das terras da região, onde em muitos recantos “nem o fogo conseguiu chegar”.

A maior preocupação desse estudioso Kautsky (1984) era com a ação das imobiliárias, que em nome do progresso vai dilapidando todo o patrimônio vegetal e paisagístico da região, sem medir as suas consequências, pois o lucro imediato é sempre a meta. Daí a sua preocupação em alertar as autoridades para a preservação do que ainda nos restava e resta.

Citando novamente Dialog (2005), “a alta pluviosidade, a alta umidade, a insolação, a temperatura e as demais características geográficas criaram condições para manutenção de uma vegetação rica e diversificada no território municipal. Em Domingos Martins, a cobertura vegetal original é de Mata Atlântica. Ali se encontram florestas

131 Acidentalidade. s.f. Estado ou qualidade de accidental.

ombrófilas¹³² em aproximadamente 53.018 hectares, o que representa 42,80%, da área do município” [...].



Remanescentes da Mata Atlântica em Domingos Martins – 2000.

ACERVO: FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA E DO CONSÓRCIO MAYERHAFEN ET ALI

LEGENDA

— Limites Interestaduais	— Drenagem Principal	Área Urbana
— Estradas Principais	— Limites Municipais	Mata
+++ Ferrovias	□ Nuvens	Domínio da Mata Atlântica

Kautsky (1984) constatava que o município era formado por lindas montanhas, tais como Pedra Azul (1822 metros), Pedra do Tamanco (1847 metros), Pedra do Redentor (1.500 metros), Pedra do Soído (800 metros), Pico do Eldorado (850 metros), Pedra das Flores (1.909 metros – o mais alto), etc.

O chamado Pico do Eldorado fica na propriedade da família Kautsky, de onde se pode ver Vitória, Vila Velha, Morro do Mestre Álvaro (900 metros) no município da Serra, Pedra Azul e a Pedra do Garrafão (1.500 metros) no município de Santa Leopoldina.

132 Ombrófilas. Ombrófilos, adj. Que gosta de chuva. Ombrófitas, s.f. Planta de lugares chuvosos.

Há informações de que na base da Pedra do Soído, “existe uma gruta onde se homiziavam os índios botocudos”. Ainda existem descendentes deles no local.

A área do município, hoje sem Marechal Floriano e Araguaia, é de 1.225,327 km², com uma população estimada pelo FIBGE, em 2010, de 31.824 habitantes.

Tem como municípios limítrofes Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Cariacica, Viana, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Castelo, Venda Nova do Imigrante e Afonso Cláudio.

O monumento mais importante e procurado pelos visitantes é o Pico Pedra Azul, localizado em Pedra Azul do Aracê.

Recorrendo às informações do Wikipédia¹³³:

“Embora seja o terceiro mais alto do município, entretanto, é o mais famoso devido à beleza de seu aspecto. Recebe tal nome pela coloração (azulada, esverdeada e as vezes até amarelada) que toma, conforme o horário em que recebe a luz do sol. É conhecida também como Pedra do Lagarto, por apresentar uma saliência como se estivesse encostada e com formato de um lagarto ou lagartixa a subir a pedra, em sua parte frontal”.

As principais altitudes: Pedra Azul do Aracê (1.050 m), Melgaço (850 m), Paraju (750 m), Perobas (600 m), Ponto Alto (600 m), Campinho (542 m) e Santa Isabel (485 m).

133 Wikipédia. Município de Domingos Martins. Domingos Martins (ES). Wikipédia, a enciclopédia livre. História – Geografia – Economia Política.

CAPÍTULO VII

CURIOSIDADES, FATOS FOLCLÓRICOS E OUTRAS HISTÓRIAS



Sinos da Igreja Luterana

Em 1887, o único morador de Campinho, Sr. Nicolau Wilibrot Simmer, católico, foi quem buscou em Vitória, os 3 sinos da Igreja Luterana. O pedido feito pelos luteranos foi aceito, ocasião em que o Sr. Nicolau “mandou o seu filho e seus escravos na frente para limpar a estrada e facilitar a passagem do carro de bois”, em mais de 15 quilômetros.

Sanatório

Sartório (2007, p. 146) afirma que:

Em 29/6/1931, foi lançada a pedra fundamental de um sanatório onde fica hoje o restaurante Vista Linda (km 36 da BR 262). Para a festividade, o Interventor Federal João Punaro Bley e o Bispo Diocesano D. Benedicto de Souza vieram de automóvel até o rio Jucú (próximo à atual ponte da BR-262). Ali fizeram baldeação, porque ainda não existia a ponte. Até o local do futuro sanatório foram num carro Ford 1929, com os motoristas João Marx e João Wasen [...]. A área foi doada por Francisco Feigl. No local da ponte havia um antigo “boteco” do senhor Sizenando Grijó, futura parada obrigatória dos ônibus e onde se tomava um delicioso café com leite de cabra.

Proibido Falar em Alemão I

O saudoso Roberto Kautsky contava que era comum as pessoas se reunirem na praça, após o culto, e conversarem sobre as atividades da semana e para bater papo, e isso, claro, em língua alemã. Certo dia, o seu tio Theodoro Schwambach conversava com outro cidadão, quando um policial se aproximou deles e lhes disse: “Vocês não sabem que é proibido falar em alemão! Querem ir para a cadeia?”

O senhor Theodoro pessoa muito espirituosa respondeu: “Senhor guarda estamos conversando em inglês.” O guarda analfabeto não sabia distinguir as línguas e então respondeu: “Ah! em inglês pode ser.” E então eles riram e continuaram o papo em alemão.



Bomba de Gasolina Texaco - Provavelmente a 1ª em Campinho. Propriedade de Alfredo Velten. Esta foi a tal bomba de gasolina do Danke Schön ou Tanq Chei.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Proibido Falar Alemão II

Outra história engraçada aconteceu na bomba de gasolina do Sr. Alfredo Velten na Av. Presidente Vargas. Era uma bomba da Texaco como se vê na foto. Um colono veio até a cidade para abastecer o seu veículo. Quando o Sr. Alfredo Velten acabou de encher o tanque, o cidadão pagou e disse Danke Schön! Por acaso tinha um guarda próximo a ele que o recriminou dizendo: “Oh alemão você quer ser preso? O alemão assustado perguntou: por que?” Você não sabe que é proibido falar em alemão? O senhor Alfredo, rapidamente interferiu no diálogo e disse: “Ele não falou nada em alemão, só disse que o tanque está cheio – Danke Schön”. A pronúncia é bem parecida e o final feliz.

Jogo do Bicho Alefante

O jogo do bicho era feito pelo Sr. João Kill Sobrinho que escolhia o bicho do dia, escrevia em um pequeno papel e pendurava bem alto em um cordão. Todos iam à sua banquinha à Rua Anchieta, hoje João Baptista Wernersbach, também conhecida como Rua de Lazer que ficava nas proximidades de onde está localizado o Café Koehler.

Certo dia, um grupo de pessoas se reuniu e escondidos tentaram ver o nome do bicho que ele havia escolhido. Só conseguiram ver a letra A. Felizes, todos jogaram na Águia e ainda comentaram: hoje iremos deixar o João Kill pobre.

À tardinha foram lá ver o resultado do jogo e havia dado “ALEFANTE”. Muitos dos colonos falavam

português muito mal e também não sabiam escrever e o Sr. Herr Kill como também era conhecido, saiu vitorioso. O Senhor João Kill foi tio do Dr. Arthur Gerhardt, irmão de sua mãe Maria Kill, casada com Germano Gerhardt.

Cachaça em Alemão e o Pato Voador

O Schnaps – caçaça, sempre fez parte da vida dos colonos alemães. Às vezes divertida e também muitas vezes trágica. Na Alemanha era a bier, aqui a branquinha famosa. Conversando com o Sr. Roberto Schneider, pai de Elvira e Elmiro, ele contou que certa ocasião no Abendmal – Santa Ceia, na Igreja Luterana, aconteceu um fato curioso na hora da Eucaristia, que levou os fiéis a se desconcentrarem em suas orações. No exato momento em que o pastor elevava o cálice de vinho um pato selvagem chocou-se com a vidraça na janela dos fundos. O sacristão Guilherme Schneider, que já estava mais para lá do que para cá, devido ao Schnaps, falou bem alto para o pastor: “Herr Pharrer! Der Heilig Geist Ist Gekommen!” (Senhor Pastor, o Espírito Santo está chegando!)

O Senhor Roberto João Guilherme Schneider nasceu em 7 de julho de 1907. No dia de seu batizado, ganhou do padrinho Guilherme Schneider (o sacristão), um belo cartão dentro do qual existia um caroço de milho, considerado como símbolo da sorte. Este cartão ainda existe, de posse da filha Elvira.



Cartão ofertado pelo senhor Guilherme Schneider. 1907
ACERVO: ELVIRA SCHNEIDER



Roberto Schneider. Sem data.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Lourdes à Venda

O tio de Joel Velten, Sr. Ferdnand Velten, tinha uma filha muito bonita, Lourdes. Ele dizia sempre

que ela honrava os “Velten das Belezas”. Depois de muitas na cabeça, saía pelas ruas de Campinho vendendo a filha e dizendo: “Lourdes vale 500 contos. Quem quer comprar Lourdes? Eu vendo! Ela vale 500 contos”.

Dinheiro no Forro do Chapéu do Defunto

Todo mundo sabe que alemão é bastante seguro. Não abre mão nem para dar adeus. Tem gente que até hoje guarda dinheiro no colchão e até mesmo por dentro do forro do chapéu.

Vejam só. O Joel foi a um funeral de um parente, em Melgaço, e na hora da cerimônia, quando o pastor fazia as orações, uma prima falou para ele: “Joel, o tio guardava o dinheiro por dentro do chapéu. Vá lá e diga para o filho dele que há poucos dias ele me mostrou”.

Assim se manifesta o Joel: “Fiquei chateado em falar, mas mesmo assim dei o recado”. Sabe qual foi a resposta? “Mas só agora que ela veio falar? Não tem mais jeito. Vai para a terra também”.

Açúcar no Penico

Uma certa “Frau” em Campinho era tão usurária¹³⁴ que escondia o açúcar dentro do penico debaixo da cama. Um dia alguém da família passou mal à noite e precisava fazer um calmante, aquela habitual água com açúcar. Dirigiu-se à cozinha e não achou nada. Depois outra pessoa falou assim: “Eu sempre vejo a Mutter levar açúcar para o quarto”. Foram falar com ela e ela se assustou achando que a pessoa estava morrendo. Não teve outro jeito senão pegar o açúcar que estava num saco dentro do penico.

O Vinho Champanhado do Sr. Cypreste

Sua propriedade ficava à rua Bernardino Monteiro, ao lado de prédio da Prefeitura Municipal. Existia no seu terreno uma grande plantação de uvas, que propiciava

134 Usurária (usuário) Adj. 1. Que empresta com usura; agiota; [...] 2. Avoro; sovina; miserável.

a fabricação de um delicioso vinho champanhado. Ele era o pai da Yolanda, Yole e do Roberto Cypreste. Muitos ainda devem se lembrar daqueles deliciosos vinhos.

Chico Vitório e seu Pastel de Gingibier

Possuía uma barraquinha, talvez a mais famosa da cidade, que era coberta com uma lona branca e ficava instalada em frente ao Grupo Escolar “Teófilo Paulino”, também à rua Bernardino Monteiro.

O seu maior movimento era aos domingos quando havia algum jogo de futebol, ocasião em que os torcedores do Sport Club Campinho saboreavam o bom refresco e os deliciosos pastéis e bolos feitos em sua padaria, que ficava à rua Sete de Setembro, também conhecida como rua da Palha.

Os pães produzidas pelo Sr. Chico ficaram famosos e todas as tardes seus filhos Teca e Paulo iam de bicicleta com uma cesta cheia no bagageiro, passando de casa em casa por toda a cidade vendendo aqueles produtos.

O Violão de Oswaldo Schneider

Residia à avenida Köehler e sempre que tinha oportunidade, na maioria das vezes à tarde, sentado em uma escadinha defronte a sua casa executava várias músicas em seu violão. As melodias dos folclores alemão e brasileiro eram as suas preferidas. Havia uma



Francisco Vitório (Chico), Florentina (sua esposa) e o filho Paulo. Sem data.

ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN



Oswaldo Schneider. Sem data.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

canção muito triste, cujos versos traziam uma verdade de nossas vidas:

*No cemitério onde os mortos dormem,
Onde meu corpo vai dormir um dia,
O mundo fica para quem tem sorte,
Eu vou chorar lá na cova fria. (...)*

Condecorações

Em 11 de outubro de 1911, o senhor Antonio Ricardo Kautsky teve a honra de ser nomeado pelo então Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca (1910 a 1914), ajudante de Procurador da República. Quando presidente, o Dr. Wenceslau Brás (1914 a 1918), na data de 27 de outubro de 1915, o confirmou no cargo.

Já em 25 de agosto de 1920, o então presidente da república Epitácio Pessoa (1919 a 1922), nomeou o senhor Augusto Schwambach para o lugar de primeiro suplente de Juiz Federal no município de Domingos Martins.

Pioneira no Paraquedismo

A senhora Rosa Helena Shorling (Rosita) nas décadas de 40 e 50 do século XX, foi a primeira mulher do Brasil a pilotar aviões e saltar de para-quedas.

Fez o seu curso de pilotagem em 1938, no Aeroclube do Brasil, no Rio de Janeiro. Tinha o apelido de “puska”, que em russo quer dizer pomba.



Rosa Helena Shorling — Rosita — e seu avião. Sem data.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Durante esses exercícios só se acidentou uma vez, em setembro de 1954, quando atuou como sonda humana, para ver a posição do vento antes de uma turma saltar. Por esse seu gesto, ao cair de mau jeito, quebrou uma perna.

Atualmente mora em Campinho, tendo já chegado aos 94 anos de idade. É filha do alemão João Ricardo Hermann Schorling e de dona Rosa Wlaack, que chegou a ser o mestre de balão naquele país e que também tinha talento para ser inventor. Ainda na Alemanha, se especializou em armas e relógios.

Chegou a possuir uma firma de armas em Campinho. Construiu o relógio da Praça Oito em Vitória e o da praça de Campinho.

Eduardo Huwer – O Motorista

Foi motorista do ônibus que fazia a linha Campinho a Vitória. A empresa era de propriedade do senhor Waldemiro Alberto Hülle, que era também o correio de muitas pessoas que não podiam ir à Vitória e como não existia telefone, era ele quem dava os recados mais urgentes.

Foi um cidadão que prestou muitos favores à população de Campinho, durante muitas décadas, na capital do Estado. Só dirigia de tamancos e nunca deu nenhum deslize na direção daquele meio de transporte. Apesar do gênio forte que tinha, era muito querido na cidade. Dava “esporros” nos passageiros e eles ainda ficavam rindo. Nunca ultrapassou a velocidade e era muito lento na direção. Quando alguém reclamava ele



Eduardo Hüwer – Motorista de ônibus – sem data.
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

dizia: “Se quiser chegar logo, viaje aqui na frente”. Todos acabavam rindo e tinham até medo de fazer alguma pergunta, porque sabiam que vinha uma resposta bem dura.

É o Dia da Penitência

No final do século XIX ocorreu uma grande epidemia na colônia de Santa Isabel. A febre amarela ceifou a vida de um grande número de colonos alemães. Era impressionante o número de sepultamentos no dia-a-dia nos cemitérios de Campinho e Santa Isabel. Foi então que católicos e luteranos resolveram se unir em ambas igrejas e fazer o dia de jejum e rogar a Deus para que aquela epidemia chegasse ao fim.

Para os católicos era celebrado o Dia de São Sebastião e a fé em Deus e no Santo protetor das doenças infecciosas, quando os cristãos passavam o dia todo só tomando água e rezando em suas igrejas. Era o dia 20 de janeiro de 1895, conforme há registros nos livros da Igreja Luterana. As orações foram atendidas por Deus, porque a partir daquela data não mais aconteceram mortes.

Nesse dia há celebrações na Igreja Luterana com Santa Ceia também na Igreja Católica. Ninguém trabalha, em louvor a Deus, principalmente os luteranos. Há 117 anos que os descendentes guardam com muito respeito o 20 de janeiro, feriado municipal.

Fábrica de Arcos

Há 34 anos, o artesão Floriano Renato Ruph – “Puppi” fabrica arcos para violino, contrabaixo, viola e “cello” na cidade de Domingos Martins.

Usando materiais exóticos, como crina de cavalo, marfim, ébano, ossos, pau-brasil e outros, desde a década de 1990, o Sr. Floriano já começara a exportar sua produção para o Canadá e Estados Unidos.

Por algum tempo, passava os dias, juntamente com 3 servidores (Marcos, Valde-mar e Ademar Littig - falecido), trabalhando em uma oficina, perto da estação rodoviária da cidade. Depois, em 1993, com uma estrutura bem ampliada, manteve a sua oficina

em uma casa de 2 andares, no bairro Vivendas do Imperador, num ambiente bucólico e cercado de matas, numa área de preservação ambiental.

Segundo depoimento dele prestado ao jornal “O Braço do Sul”, usa a tecnologia de trabalho, mantendo uma “estufa” para retirar a água das peças, onde a umidade relativa do ar jamais ultrapassa 30%. Continua a mesma fonte: “Aqui dentro mantenho um pedacinho da Europa com estabilidade na temperatura e na umidade relativa do ar, onde as partículas de água no interior da madeira secam”.



Antes de se transferir para a casa do Vivendas do Imperador, ocupara um espaço nas dependências do colégio polivalente, hoje EEEFM Teófilo Paulino.

Depois fez uma sociedade com o Marco Raposo, e chegaram a ter diversos servidores. Hoje, Marco ficou com a área da casa do Vivendas do Imperador, onde 2 servidores e mais 5 terceirizados, continuam essa grandiosa obra. Floriano mantém sua produção em sua casa de moradia.

Quando das vendas para o exterior, cujo mercado ainda é o Canadá e Estados Unidos, acrescido da Inglaterra, se unem nesta venda. A área do Vivendas produz em média de 80 a 100 arcos por mês. Há um outro fabricante em Guaraná (Aracruz), cuja técnica foi adquirida com esse grupo de Domingos Martins.

São considerados como os melhores produtores de arcos, pois a mão-de-obra é composta de refinados carpinteiros, que há várias gerações vêm se aperfeiçoando visando atender ao mercado, bastante exigente com a qualidade.

Para tanto, fazem intercâmbio principalmente com a Alemanha e França. Há um rigoroso treinamento e o carpinteiro só é considerado apto ao trabalho depois de 5 anos de aprendizado. Todas as fases do trabalho são supervisionadas.

O projeto atua também com atividades filantrópicas, sendo as principais:

- preservação do meio ambiente;
- incentivo e incremento da apreciação da música, através do oferecimento de bolsas de estudos para estudantes e profissionais;
- doação de instrumentos para a Escola de música Helena Gerhardt;
- programas de reflorestamento.



Gustavo Wernersbach e Joel Guilherme Velten - sem data
ACERVO: JOEL GUILHERME VELTEN

Deputado Gustavo Wernersbach

- Por duas vezes exerceu o mandato de deputado estadual e tinha por hábito redigir e ler os seus discursos. Certa ocasião, os deputados Eurico Resende e Ely Junqueira resolveram pregar-lhe uma peça, sumindo com o discurso que iria proferir numa sessão. Foi um salve-se quem puder, pois a proporção que procurava nos bolsos do paletó e da

calça, mais nervoso ficava por não encontrar o documento. Ao final da brincadeira, devolveram-lhe o discurso e tudo se acalmou.

Martins; Henriques (s.d.) afirmam que fora o deputado Vicente Silveira e que quando Gustavo deu pelo sumiço do discurso, resolveu falar de improviso mesmo.

– Senhorrr president ... senhorrr president...

Senhorrr president – e não conseguia sair dessa frase.

A coisa já beirava o pânico, quando o velho Wernersbach desabafou:

– Senhorrr presidente, roubaram minha discursa...”

- Ainda da mesma fonte: “Na Assembléia Legislativa já tramitaram muitos projetos inusitados. Mas nenhum outro foi tão controvertido como o elaborado pelo velho Gustavo Wernersbach, propondo a criação do ‘Instituto Estadual do Tamanduá’. Era para ‘acabar com as formigas’, justificava ele”.

Estação e os Surdos

Willy Brickwede costuma contar algumas façanhas de seu primo Pupi Kill quando era estafeta nos correios de Domingos Martins. Com sua caminhonete GMC, Pupi é quem trazia, diariamente, da estação da Leopoldina até Campinho, as correspondências. Pupi era um cidadão muito espirituoso e gostava de brincar com as pessoas amigas. Certo dia, na estação de Domingos Martins, ele quis brincar com o sr. Gustavo Wernesbarch e veja só o que aprontou: chegou um representante comercial que queria apresentar os seus produtos aos comerciantes locais. Ele disse para o representante que o Sr. Gustavo Wernersbach era o mais poderoso na localidade do Vale da Estação e que ele o apresentaria. Antes do encontro ele se dirigiu ao Sr. Gustavo e falou com ele sobre o representante e que queria ajudá-lo, pois precisava vender, mas tinha dificuldades porque era muito surdo. O senhor Gustavo como sempre gentil, falou para o Sr. Pupi que com certeza o atenderia com paciência.

O sr. Pupi retornou à estação ao encontro do representante e disse que o Sr. Gustavo estava a sua espera, mas que ele teria que ter muita paciência porque o comerciante era muito surdo. O representante ficou todo feliz e foi até o Sr. Gustavo. Imagina como foi o diálogo um falando mais alto do que o outro que parecia mais que estavam brigando. Depois de algum tempo o Sr. Gustavo perguntou ao representante:



Da esquerda para a direita: Tante Auguste e Frau Emma Bielefels – sem data

ACERVO: CASA DA CULTURA DE DOMINGOS MARTINS

“Por que o senhor fala tão alto? Eu não sou surdo”.

O representante chateado respondeu: “eu também não”.

Domingo de Páscoa

A senhora Tante Auguste, segundo Joel, foi uma alemã que viveu na sede de Campinho por muitos anos. Era casada com o senhor Jakob Gerhardt.

O dia consagrado como “Domingo de Páscoa” era a alegria da garotada, pois nas primeiras horas da manhã passava a distribuir ovos (casquinhas) que durante o ano ela ia acumulando e na quaresma decorava-os e recheava-os com balas, doces e amendoins. Quem logo cedo fosse à sua casa ganhava um ovinho.

Residiu por longos anos à avenida Presidente Vargas, em frente à praça Arthur Gerhardt, hoje um terreno baldio. Era uma das belas casas de Campinho, em estilo germânico, que infelizmente foi demolida para construção da agência do Banco do Brasil o que acabou não se concretizando. Hoje, o terreno pertence à Prefeitura Municipal, onde são realizados eventos na cidade.

OBS.: Tante significa tia em português e era a forma carinhosa que a população dava a ela.

Gripe Espanhola

Entre 1910/20, a gripe espanhola assolou o município, chegando a atingir também a população de macacos.

Eram tantos os corpos que a municipalidade, com receio que a gripe se proliferasse, passou a não autorizar os sepultamentos nos cemitérios públicos. A solução encontrada foi de levar os corpos para a mata existente na propriedade do senhor Lampier e jogá-los num grotão ali existente.

Bêbados da Freguesia

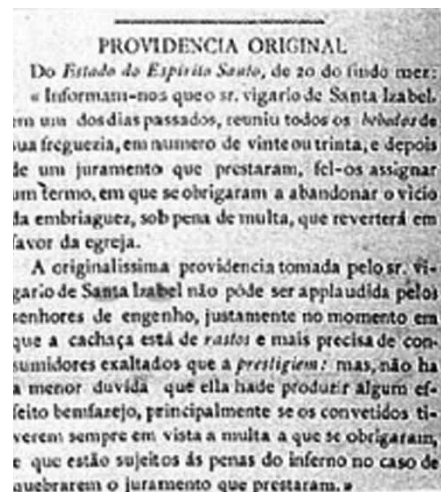
O Cachoeirano, anno XXIV, nº 19, de 6 de março de 1902, propriedade de uma associação vinculada ao partido Constructor – Autonomista, cujo redator-chefe era o senhor Bernardo Horta e redator-secretário o senhor Victor de Moraes, trouxe a seguinte matéria sobre a Vila de Santa Izabel.

PROVIDENCIA ORIGINAL

Do Estado do Espírito Santo, de 20 do findo mez:

*Informam-nos que o sr. vigário de Santa Izabel, em um dos dias passados reuniu todos os **bêbedos** de sua freguesia, em numero de vinte ou trinta, e depois de um juramento que prestaram, fel-os assignar um termo, em que se obrigaram a abandonar o vício da embriaguez, sob pena de multa, que reverterá em favor da igreja.*

A originalíssima providencia tomada pelo sr. vigário de Santa Izabel não pôde ser applaudida pelos senhores de

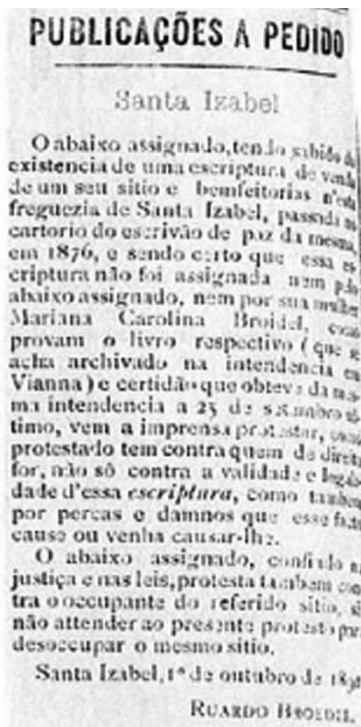


Embriaguez na Província – matéria publicada no jornal O Cachoeirano, ano XXIV, 6 de março de 1902

engenho, justamente no momento em que a cachaça está de rastos^{135(*)} e mais precisa de consumidores exaltados que a prestigiem: mas, não ha a menor duvida que ella hade produzir algum effeito bemfazejo, principalmente se os convertidos tiverem sempre em vista a multa a que se obrigaram, e que estão sujeitos às penas do inferno no caso de quebrarem o juramento a que prestaram.

Venda de um Sítio

O mesmo jornal “O Estado do Espírito Santo”, de 2 de outubro de 1891, nº 2609, à p. 2, trouxe a seguinte publicação:



Venda Irregular do Sítio – matéria publicada no jornal O Estado do Espírito Santo, 2 de outubro de 1891

Publicações a Pedido

Santa Izabel

O abaixo assignado, tendo sabido da existência de uma escriptura de venda de um seu sitio e bemfeitorias n'esta freguezia de Santa Izabel, passada no cartório do escrivão de paz da mesma, em 1876, e sendo certo que essa escriptura não foi assignada, nem por sua mulher Mariana Carolina Broedel, como provam o livro respectivo (que se acha archivado na intendencia em Vianna) e certidão que obteve da mesma intendencia a 25 de setembro ultimo, vem a imprensa protestar, como protestado tem contra quem de direito for, não só contra a validade e legalidade d'essa escriptura, como também por percas e damnos que esse facto cause ou venha causar-lhe.

135 Rastos. S.m. [...] indício, pegada, pista. [...]. 3. Esteira, traço que algumas coisas deixam quando passam. [...] indício, sinal, vestígio.

O abaixo assignado, confiando na justiça e nas leis, protesta também contra o occupante do referido sitio, sinão attender ao presente protesto para desoccupar o mesmo sitio.

Santa Izabel, 1º de outubro de 1891.

Ruardo Broedel

1º Casamento Civil

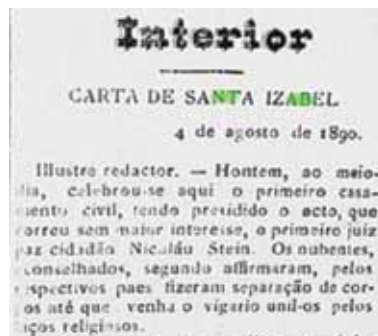
O jornal “O Estado do Espírito Santo”, “Victoria”, 8 de agosto de 1890, à p. 3, na coluna Interior, trazia a seguinte matéria:

Interior

Carta de Santa Izabel

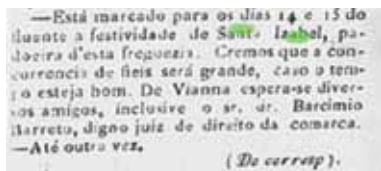
4 de agosto de 1890.

Illustre redactor. — Hontem, ao meio-dia, celebrou-se aqui o primeiro casamento civil, tendo presidido o acto, que correu sem maior interesse, o primeiro juiz paz cidadão Nicolau Stein. Os nubentes, aconselhados, segundo affirmaram, pelos respectivos paes fizeram separação de corpos até que venha o vigario unil-os pelos laços religiosos.



Primeiro casamento civil celebrado no município de Vila Santa Izabel — Jornal O Estado do Espírito Santo, 8 de agosto de 1890

Festa da Padroeira da Freguezia



Festa da Padroeira de Santa Isabel. Jornal O Estado do Espírito Santo, 8 de agosto de 1890

Na mesma edição era anunciado: “Está marcado para os dias 14 e 15 do fluente a festividade de Santa Izabel, padroeira d'esta freguezia. Cremos que a concurrencia de fieis será grande, caso o tempo esteja bom. De Vianna espera-se diversos amigos, inclusive o sr. dr. Barcimio Barreto, digno juiz de direito da comarca – Até outra vez. (do corresp.)”.

Maria Lobato Lopes

Esposa do senhor Odilio Antonio Lopes, sócio de Alfredo Velten, do Cine Teatro São Geraldo.

Durante muito anos foi a pessoa que celebrava a Ave Maria na capela São Geraldo, principalmente no mês de maio, quando as crianças saudavam Maria com flores e cantavam “Vinde e vamos todos com flores a Maria”.

As flores eram depositadas sobre uma mesa onde ficava a imagem de Nossa Senhora das Graças, que até hoje se encontra na igreja.



Alan Gabriel
ACERVO: CASA
DA CULTURA DE
DOMINGOS MARTINS

Alan Gabriel

Foi um grande amante do Sport Club Campinho. Era uma figura folclórica da cidade, principalmente no Carnaval, quando saía com a sua mula manca ou com o seu boi maluco.

CAPÍTULO VIII

BIBLIOGRAFIA CITADA E UTILIZADA



- ACKERMANN, Silvia Regina. *Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o estado a ordem social* (Espírito Santo – 1934-1945). 2009. 335f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009.
- ALVES, Cícero. *Como nasceram as cidades do Espírito Santo*. Vitória: [s.ed.]. 1954. 84 p.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. *Políticas educacionais no Estado do Espírito Santo – 1900 a 1930: um olhar histórico*. 2000.
- BARROS, José Maurício Fernandes Pereira de. *Relatório que o Exmº Presidente da Província do Espírito Santo José Maurício Fernandes Pereira de Barros dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial*. [s. n.] , 1857.
- BAUTZ, Marlene; TRARBACH, Maria Aparecida; BRAVIN, Sônia Maria Bassani. *Escolas unidocentes e pluridocentes: uma prática de educação no campo no município de Domingos Martins*. Domingos Martins: [s.n.]. 22 p.
- BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo – 1835/1889*. Vitória: Leoprint, 1984. 418 p. v.1.
- BRAZIL, City. *História da cidade de Domingos Martins (ES)*. Disponível em: <<http://citybrazil.uol.br/ES/domingosmartins/historia-da-cidade.2010>>. Acesso em: 8 maio 2009.
- COELHO, José. *Obra de propaganda geral: o Estado do Espírito Santo República dos Estados Unidos no Brasil*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, [1920?].
- COSTA, Henrique Antonio Valadares. *Uma breve história dos índios em Domingos Martins*. São Paulo: USP, 2011. 17 p.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. (Coleção Canaã, 12).
- DEMONER, Sônia Maria. *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo – Século XIX*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983. 207 p.
- DERENZE, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

- DIALOG – Educação, Tecnologia e Desenvolvimento. *PMDS – Planos de Desenvolvimento Municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano*. Rio de Janeiro: Mayerhofer & Toledo, 2005.
- DOLD, Franz (Francisco) Pe. *Relatório de visita à colônia de Santa Isabel – 08/12/1896*. Tradução Roberto A. Kautsky, [s.n.]. 2005. 4 p.
- DOMINGOS MARTINS. *Relatório do período de fevereiro de 1959 a janeiro de 1963*. Domingos Martins: [s.ed.]. 1963. 46 p.
- DUARTE, Rogéria. *Nossa gente contando história livro I*. Domingos Martins: [s.ed.]. 2005. 58 p.
- _____. *Nossa gente contando história livro II*. Domingos Martins: [s.ed.]. 2006. 99 p.
- FIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo populacional 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo-2010>>. Acesso em: 12 maio 2009.
- GONÇALVES, Cassius; D'AESSIO Vito. *Estrada de Ferro Vitória a Minas – Rio Doce... terra prometida*. São Paulo: [s.ed.]. 2010. 116 p.
- GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras – Espírito Santo 1874 – 1900*. Brasília: Senado Federal, 2009. 616 p.
- GUALBERTO, João M. Vasconcellos. *A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/ Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995. 239 p.
- HOLLUNDER, Edinho; HOLLUNDER, Alésia. *A história da 1ª leva da imigração alemã em Domingos Martins*. Domingos Martins: [s.ed.]. 36 p.
- HÖRMEYER, Joseph. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1966.
- KALK, Bruno Guilherme. *Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Califórnia: do início aos dias atuais - 125 anos de história*. Domingos Martins: [s.ed.]. 1998. 27 p.
- KAUTSKY, Roberto Anselmo; Lewin, D. Santa. Entrevista. *Jornal Umschau*, Rio Grande do Sul, 10 mar. 1984.

- LÁZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCISCHETTO, Cilmar. *Lembranças camponesas: a tradução oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória: Copisol, 1992. 310 p.
- LITTIG, Jair. *Imigrantes prussianos e sardos da colônia de Santa Isabel – ES*. 1858. Domingos Martins: [s.ed.]. Apostila.
- LOPES, Almerinda da Silva. *Albert Richardt Dietze: um artista – fotógrafo alemão no Brasil do século XIX*. Vitória: A1, 2003. 278 p.
- _____. *Memória aprisionada: a visualidade fotográfica capixaba 1850/1950*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2004. 314 p.
- MARTINS, Marcelo; HENRIQUES, Milson. *Folclore político capixaba*. Vitória: Chaplin Cinematográfica, [1991?]. 174 p.
- MARTINUZZO, José Antonio. *Germânicos nas terras do Espírito Santo*. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo. 2008. 260 p.
- MIAN, Bernadete Gomes. *Educação escolar de filhos de imigrantes alemães no Espírito Santo: um processo pouco explorado*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1993.
- MORAES, Ormando. *História dos bancos no Espírito Santo*. Vitória: Imagem Edição e Arte, 1992. 156 p.
- _____. *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e dos tropeiros*. Vitória: [s.ed.]. 1989. 123 p.
- MOREIRA, Evandro. *Cachoeiro: uma história de lutas (resenha histórica do município de Cachoeiro de Itapemirim) – 1539 a 1930*. Cachoeiro de Itapemirim: [s.ed.], 2004. 350 p. v.1.
- MOREIRA, Thais Helena; PERRONE, Adriano. *História e geografia – Espírito Santo*. Vitória: Editoração Eletrônica Sérgio Morrila, 2008. 388 p.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã, 8).

- PEREIRA, Heráclito A. A imprensa no Espírito Santo: resenha cronológica. *Revista Capixaba*, Vitória, ano 2, n. 129.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. *Planejamento estratégico da educação do município de Domingos Martins 2005/2008*. Domingos Martins, [s.d.]. 52 p.
- RAASCH, Silas. *A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847 – 1889)*. 2010. 186 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória (ES). 2010.
- REGINATO, Mauro. *De San Marino ao Espírito Santo: fotografia de uma imigração*. Vitória: EDUFES, 2004.
- RICHTER, Waldemar L.; COLLISCHONN, Wolfgang H. *Nossas origens*. Lajeado: Cometa, 1994.
- ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847 – 1896*. Vitória: [s.ed.]. 2000. 154 p.
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã, 7).
- _____. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1972. 190 p.
- SANTOS, Estilaque Ferreira; Affonso Cláudio. *História da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo*. Vitória: Gráfica Espírito Santo, 2002. 163 p.
- SANTOS, Ezequiel Sampaio dos; KILL, Miguel A; BIGOSSO, Rutiléia; MURARI, Jonas Bras. *História, geografia e organização social e política do município de Domingos Martins – Prefeitura Municipal de Domingos Martins*. Vitória: [s.ed.]. 1992. 112 p.
- SARTÓRIO, Élvio Antonio. *A trilha sagrada: anatomia histórica das estradas, compêndio, história e monografia*. Vitória: Do Autor, 2007. v.1. 524 p.
- _____. *A trilha sagrada: anatomia histórica das rodovias*. Vitória: Do Autor, 2007. v.2. 702 p.
- SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535/2002*. Campinas: Companhia da Escola, 2002. 171 p.

- SEYFERTH, Geralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBSC*, ano 9, n. 26, p. 104-121, out. 1944.
- SILVA, Evaristo Ladislau e. *Relatório que o Exmº. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo Dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma Província*: sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Vitória: Tip. Capitaniense, 1853.
- SIQUEIRA, Edmundo. *Resumo histórico de the Leopoldina railway limited*. Rio de Janeiro: [s.ed.]. 1938. 180 p.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512 p.
- SOARES, Renato Spiri Nei Fiore. *A nacionalização das escolas dos imigrantes do Espírito Santo na Era Vargas*. Vitória: Darwin, 1997.
- TSCHUDI, Johann Jacob Von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça – 1860*. Vitória: [s.ed.]. 2004. 173 p.: il.
- ULIANA, Valdir. *Um pouco de nossa história*: documentário sobre Aracê. Vitória: [s.ed.]. 2004. 23 p.
- VELTEN, Nicolau. *Filho dos imigrantes Johann Jacob Velten e Marie Agnes Haar, chegados à Colônia em 21 de fevereiro de 1847, com os filhos Jacob Peter, Johann Peter, Wilhelm, Johann Nikolaus e Michael* - Década de 1930. [s.n.] . 4 p.
- VIEIRA, José Eugênio. *Afonso Cláudio*: cronologia de sua história política, administrativa e cultural – 1850 a 2009. Vitória: Traço Certo, 2009. 716 p.
- _____. *Castello*: origem, emancipação e desenvolvimento 1702–2004. Vitória: Traço Certo, 2004. 850 p.
- _____. *José Silvestre Vieira*: origem familiar, história e fatos que marcaram a sua vida e dos seus familiares. Vitória: Traço Certo, 2003. 822 p.
- VILAÇA, Adilson; DADALTO, Maria Cristina. *Coração de imigrante*: depoimentos de imigrantes italianos e de descendentes. Vitória: Cultural e Edições Tertúlia , 2008. 175 p.
- WAGEMANN, Ernest. A colonização alemã no Espírito Santo. Tradução Reginaldo Santana. *Boletim Geográfico FIBGE*, Rio de Janeiro, p.83, 1949.

- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980. 465 p.
- WILLY (Senhor Willy) Cidadão conhecido na cidade de Domingos Martins-Es. *Entrevista*. Domingos Martins: [s.n.].

CAPÍTULO IX

ANEXO



“Copia da revisão do Alistamento Eleitoral Federal procedido pela Comissão Municipal da Villa de Santa Izabel em virtude da lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892.”

1º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
1	Antonio Simplicio d' Assumpção Roza	23	Laurindo d' Assumpção Roza	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
2	Bernardo Pedro Léphaus	23	Henrique Antônio Léphaus	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
3	Belizario Corrêa d' Alvarenga	27	Domitilia Maria da Penha	Cazado	Lavrador	Peixe Verde
4	Benedicto Tolentino da Penha	29	Manoel Tolentino da Penha	Cazado	Operário	Santa Izabel
5	Bras Alves d'Oliveira	44	Manoel Barboza do Rozario	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
6	Candido Pinto de Siqueira	26	Bernardino Pinto de Siqueira	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
7	Cleto Ferreira de Souza	27	Clara Maria da Boa Morte	Cazado	Lavrador	Peixe Verde
8	Emygdio Rodrigues Castão	22	José Rodrigues Castão	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
9	Emidio Pinto Siqueira	24	Manoel Pinto Siqueira	Solteiro	Empregado	Santa Izabel
10	Elias João	24	João Daniel	Cazado	Negociante	Santa Izabel
11	Frederico Merscher	41	Frederico Merscher	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
12	Francisco Simões	23	Antonio Fernandes	Cazado	Lavrador	Suido
13	Francisco Barcellos do Sacramento	38	José Pereira de Barcellos	Cazado	Lavrador	Panellas
14	Frederico Lübke	46	Frederico Lübke	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
15	Felippe Antonio	30	Antonio (inelegível)	Cazado	Negociante	Santa Izabel
16	Francisco Christ	27	Miguel Christ	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
17	Henrique Christ	22	Miguel Christ	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
18	João Christ Sobrinho	22	José Christ Sobrinho	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
19	João Gomes de Sá	35	José Gomes de Sá	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
20	José Marques Ferreira	62	Mathias Marques	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
21	João Nicolau Stein	33	Pedro Stein	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
22	José Bello Coutinho Rangel	38	Zeferino Coutinho Ferreira Rangel	Cazado	Lavrador	Jucu
23	Joaquim Gonçalves Stein	26	Pedro Stein	Cazado	Negociante	Santa Isabel
24	João da Costa Vianna	25	Thomaz Constantino	Cazado	Negociante	Santa Izabel
25	João Francisco de Medeiros	36	Guilhermino de Medeiros	Cazado	Lavrador	Peixe Verde
26	Manuel Francisco Simões	26	Antonio Fernandes	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
27	Mariano Ferreira de Nazareth	52	Ignacio Ferreira de Nazareth	Solteiro	Lavrador	Peixe Verde
28	Manoel Correa dos Santos	52	Luiz de Siqueira Rocha	Cazado	Lavrador	Peixe Verde
29	Manoel Miguel de Jesus	62	Izabel Maria de Jesus	Cazado	Lavrador	Peixe Verde
30	Mamede Brandão da Costa	25	Manuel Corrêa dos Santos	Solteiro	Lavrador	Peixe Verde
31	Pedro Stein	56	Bernardo Stein	Cazado	Negociante	Peixe Verde
32	Romão Guimarães	22	João Alves Guimarães	Solteiro	Operário	Braço do Sul
33	Silvino Corrêa Lima	34	Maria Barboza da Conceição	Solteiro	Operário	Peixe Verde
34	Felisbertino Ribeiro	31	Antonio Prudencio	Solteiro	Operário	Peixe Verde
35	Titto Corrêa dos Santos	30	Anastacia Maria da Conceição	Solteiro	Lavrador	Peixe Verde
36	Thomé João da Rocha	27	Manuel Corrêa dos Santos	Solteiro	Lavrador	Peixe Verde
37	Virgilio Fernandes	23	João Fernandes	Solteiro	Lavrador	Peixe Verde
38	Vandelino Ferreira de Moraes	42	Manoel Ferreira de Moraes	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
39	Vandelino Bungenstab	42	Gustavo Bungenstab	Cazado	Lavrador	Santa Izabel

2º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
40	Adolpho Cassoli	22	José Cassoli	Solteiro	Negociante	Chapeu
41	Adão Endlich	47	João Wandelino Endlich	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
42	Antonio Schneider	30	José Schneider	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
43	Augusto Bungenstab	32	Julius Bungenstab	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
44	Aprigio Vieira Gomes	26	Manoel Vieira Gomes	Solteiro	Operario	Santa Izabel
45	Bernardo Kamer ou Kramer	39	Martins Kamer ou Kramer	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
46	Brigido Pereira Venceslau	25	José Barcellos da Victoria	Cazado	Lavrador	Biriricas
47	Lauriano Cezar de Paula Moraes	41	Julio Cezar de Paula Moraes	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
48	Caetano Abel	30	Caetano Angelo	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
49	Carlos Becharlho Ungria	30	Francisco Ungria	Solteiro	Engenheiro	Braço do Sul
50	Damazo d'Aguiar Brandão	52	João Ignacio Pereira	Cazado	Professor Português	Santa Izabel
51	Eugenio Cassoli	27	Jose Cassoli	Cazado	Negociante	Santa Izabel
52	Euclides Maya	24	João Maya	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
53	Edmund Klein	32	Miguel Klein	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
54	Felippe João Daniel	28	João Daniel	Cazado	Negociante	Santa Izabel
55	Francisco Rhein	41	Pedro Rhein	Cazado	Negociante	Santa Izabel
56	Guilherme Küster	57	Guilherme Küster	Cazado	Lavrador	Jucú
57	Geraldino Rodrigues Castão	26	José Rodrigues Castão	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
58	Henrique Bungenstab	34	Gustavo Bungenstab	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
59	Jacob Stein	44	Nicolau Stein	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
60	José Rodrigues Cartão	52	Serafim Maria d' Conceição	Viúvo	Lavrador	Santa Izabel
61	José Pinto d'Sant Anna	27	José Pinto da Cunha	Cazado	Lavrador	Gallo
62	José Ferreira de Moraes	23	Vandelino Ferreira de Moraes	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
63	José Francisco de Jesus	29	Antonio Manoel de Jesus	Solteiro	Tabelião	Santa Izabel
64	José Marques	48	Mathias José Marques	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
65	José Müller	28	Henrique Müller	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
66	José dos Santos Pereira	29	Francisco Nunes Pereira	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
67	José Christo Sobrinho	47	Miguel Christo	Cazado	Negociante	Santa Izabel
68	José Christo Junior	43	João Christo	Cazado	Negociante	Santa Izabel
69	José Pereira Victoria Salles	46	Maria Anita da Victoria	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
70	José Joaquim Castão	24	José Rodrigues Castão	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
71	Juzenio José dos Santos	26	Roza Maria da Conceição	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
72	João Stein	36	Niculau Stein	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
73	João Pinto de Sant'Anna	25	José Pinto da Cunha	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
74	João dos Santos Paulista	83	Romoaldo dos Santos	Viúvo	Lavrador	Santa Izabel
75	João Pereira de Barcelos	35	José Pereira de Barcellos	Cazado	Lavrador	Biriricas
76	João Kröhling	36	João Kröhling	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
77	João Kröhling Filho	23	Idem, idem	Cazado	Lavrador	Rio Fundo
78	João Alfredo de Almeida	26	Afro Lopes de Almeida	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
79	João Broedel	26	Ricardo Broedel	Cazado	Lavrador	Biriricas
80	João Eduardo Pereira	26	Joaquim Pereira do Nascimento	Solteiro	Lavrador	Jucú
81	João Baptista de Moura	50	Manoel Baptista da Purificação	Cazado	Lavrador	Santa Izabel

82	João Klein	25	Miguel Klein	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
83	Joaquim Pinto de Sant'Anna	27	José Pinto da Cunha	Cazado	Lavrador	Galo
84	Justiano Pinto d' Alvarenga	26	Maria Viola da Conceição	Solteiro	Padeiro	Santa Izabel
85	Ludwich Klein	32	Miguel Klein	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
86	Luiz Klein	55	Ludwich Klein	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
87	Manoel d'Oliveira e Souza	49	Joaquim José Chica	Cazado	Empº Público	Santa Izabel
88	Manoel Thomaz da Victoria	31	Thomaz Constantino	Cazado	Negociante	Santa Izabel
89	Miguel Klein	62	Ludwich Klein	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
90	Miguel Christo	70	Miguel Christo	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
91	Manoel Pinto de Barcellos	36	Antonio Pereira d'Alvarenga	Cazado	Lavrador	Panelas
92	Mathias Klein	26	Miguel Klein	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
93	Manoel Ribeiro Gonçalves	28	(inegível) Maria da Conceição	Cazado	Lavrador	Panela
94	Nicolau Müller	30	Henrique Müller	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
95	Narciso Contini	27	Benedito Contini	Solteiro	Operario	Santa Izabel
96	Octavio Carré	23	João Carré	Cazado	Operário	Santa Izabel
97	Ricardo Broedel	62	Fernando Broedel	Cazado	Negociante	Biriricas
98	Theodoro Guilherme Bungenstab	30	Julio Bungenstab	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
99	Venceslau Pereira de Barcellos	43	Ignácio Pereira de Barcellos	Cazado	Lavrador	Santa Izabel

3º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
100	Antonio Felipe Gomes Cruz	37	Quintino Gomes da Cruz	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
101	Antonio Rodrigues Lopes	43	José Rodrigues Lopes	Cazado	Negociante	Santa Izabel
102	Cornélio Proescholdt	61	Jorge Proescholdt	Cazado	Negociante	Jucu
103	Daniel João	23	João Daniel	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
104	Domingos de Souza Marques	28	Jacob Marques	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
105	Estevão Effgen	43	João Nicolau Effgen	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
106	Emiliano Pinto Costa Fraga	37	Joaquim Pinto da Fraga	Cazado	Lavrador	Gallo
107	Fernando Proescholdt	25	Cornelio Proescholdt	Solteiro	Lavrador	Jucú
108	Fiel José de Anchieta	23	Boaventura da Costa e Silva	Solteiro	Empresa Comercial	Santa Izabel
109	Francisco José Eckert	33	Jose Eckert	Casado	Lavrador	Santa Izabel
110	Francisco Victorino Pinto Junior	32	Antonio Victorino Pinto	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
111	Hizidorio Hellmer	29	Jorge Hellmer	Cazado	Lavrador	Jucú
112	João Barboza Monteiro	30	José Antonio Barboza	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
113	José Alves do Espírito Santo	30	Liberato José do Espírito Santo	Cazado	Artista	Santa Izabel
114	Joaquim Ramos da Silva	27	Augustinho Ramos da Silva	Cazado	Artista	Santa Izabel
115	José Bello de Siqueira	21	Izidoro Pinto de Siqueira	Solteiro	Lavrador	Braço do Sul
116	José Chrisostomo d' Assumpção	25	Laurindo d' Assumpção Roza	Solteiro	Lavrador	Jucú
117	João Francisco da Rocha	37	Francisco Bom Jesus da Rocha	Cazado	Artista	Santa Izabel
118	Jorge Pedro	25	Pedro Soly ou Goby	Solteiro	Sapateiro	Santa Izabel
119	João Silva	46	Sebastião	Cazado	Negociante	Santa Izabel
120	João Pinheiro da Conceição	29	Manuel Pinto Bandeira	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
121	José Bernardo Christo	21	José Christo Sobrinho	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
122	João Stein Segundo	28	Jacob Stein	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel

123	Joaquim Pereira Pimenttel	30	Manoel Pereira Pimentel	Solteiro	Lavrador	Jucú
124	José Pereira Pimentel	35	Idem idem idem	Solteiro	Lavrador	Jucú
125	João Volkart	25	Geraldo Volkart	Cazado	Lavrador	Biriricas
126	João Bremmenkamp	24	João Bremmenkamp	Cazado	Lavrador	Biriricas
127	José Pereira Pimentel Netto	23	Ubalдино Pereira Pimentel	Cazado	Lavrador	Jucú
128	Jacob da Silva Cezar	33	João da Silva Cezar	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
129	José Francisco Affonso	38	Francisco Evaristo do Esp. Santo	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
130	José Ephanio dos Reis	36	José Epiphany dos Reis	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
131	João Alfredo Peyneau	26	João Eduardo Peyneau	Solteiro	Lavrador	Jucú
132	João Eduardo Peyneau	51	Pedro Estevão Peyneau	Cazado	Lavrador	Jucú
133	João Niculau Faller	42	Niculau Faller	Cazado	Lavrador	Jucú
134	José Pereira do Nascimento	33	Joaquim Pereira do Nascimento	Cazado	Lavrador	Jucú
135	João Hoffmann	59	Jacob Hoffmann	Cazado	Negociante	Suido
136	João Hoffmann Filho	25	João Hoffmann	Cazado	Lavrador	Suido
137	Joaquim Pereira de Barcellos	69	José Pereira de Barcellos	Cazado	Lavrador	Jucú
138	José Guilherme dos Reis	35	Jacinto José dos Reis	Cazado	Lavrador	Gallo
139	João Pedro Osmam	28	Pedro Osman	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
140	João Pedro d' Assumpção Roza	27	Laurindo Assumpção Roza	Solteiro	Lavrador	Jucú
141	Laurindo d' Assumpção Roza	58	Fabiano José de Christo	Cazado	Lavrador	Jucú
142	Maximiano Luiz Nunes dos Reis	27	Jacinto José dos Reis	Cazado	Lavrador	Jucú
143	Oscar Alfredo Bungenstab	27	Julio Bungenstab	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
144	Pedro Gonçalves dos Reis	28	Jacinto José dos Reis	Solteiro	Lavrador	Gallo
145	(inelegível) Affonso Rodrigues	48	José Affonso Rodrigues	Cazado	Operario	Santa Izabel
146	Ubalдино Pereira Pimentel	43	José Pereira Pimentel	Cazado	Lavrador	Jucú
147	Vandelino Vieira da Costa	29	Delphino Vieira da Costa	Solteiro	Lavrador	Braço do Sul

4º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
148	Alberto Pinto Bandeira	48	Justiniano Pinto Bandeira	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
149	Bento Bandeira da Victoria	26	João Bandeira da Victoria	Solteiro	Lavrador	Braço do Sul
150	Claudiano Moreira de Souza	48	Manoel Pedro Moreira de Souza	Solteiro	Operário	Santa Izabel
151	Evaristo José de Barros	25	José de Barros	Cazado	Operário	Braço do Sul
152	Ismael Sarmento dos Reis	28	Jacinto José dos Reis	Cazado	Lavrador	Gallo
153	Izidro Pinto de Siqueira	38	Joaquim Pinto de Siqueira	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
154	Ignácio Correa Pinto	49	Joaquim da Conceição	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
155	João Miguel da Victoria	28	João Bandeira da Victoria	Solteiro	Lavrador	Braço do Sul
156	José Klein	31	Miguel Klein	Cazado	Lavrador	Santa Isabel
157	José João Maltasch	25	João José	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
158	Militão Francisco Silveira	24	Francisco Silveira	Solteiro	Operario	Braço do Sul
159	Pedro Antonio de Andrade	34	Ângelo Antonio de Andrade	Cazado	Negociante	Braço do Sul
160	Pedro Graip	27	Miguel Gaspar	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
161	Pedro Seith	45	Pedro Seith	Cazado	Negociante	Santa Izabel
162	Sebastião Stein	25	Nicolau Stein	Cazado	Negociante	Jucú
163	Sebastião Ferreira das Neves	23	Sebastião Vicente das Neves	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
164	Severo da Rocha Pinto	51	José da Rocha	Cazado	Empregado Público	Santa Izabel

5º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
165	Antonio Lyra do Nascimento	27	Manoel Jesus do Nascimento	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
166	Alexandre José Bersú ou Berrú	24	Antonio Jose Bersú ou Berrú	Solteiro	Lavrador	Jucú
167	Antonio Severo	37	José Severo	Solteiro	Operario	Braço do Sul
168	Anselmo Pedro May	27	José May	Cazado	Lavrador	Jucú
169	Antonio José Garcia	30	Bento José Garcia	Cazado	Lavrador	Alto Jucú
170	Antonio Paulino Dias	29	(inelegível) Francisco Ignácio	Cazado	Lavrador	Alto Jucú
171	Augusto Küstter ou Küster	35	Guilherme Küstter ou Küster	Cazado	Lavrador	Jucú
172	Bento José Garcia	61	Antonio José Garcia	Cazado	Lavrador	Jucú
173	Benjamim José do Nascimento	29	João José do Nascimento	Cazado	Lavrador	Jucú
174	Daniel Eller	32	João Eller	Solteiro	Lavrador	Jucú
175	Davino da Silva	24	João da Silva	Solteiro	Padeiro	Santa Izabel
176	Emiliano Soares Ferreira	28	Escolástica Maria da Conceição	Cazado	Cazado	Jucú
177	Felippe José Leandes	25	José Leandes	Solteiro	Negociante	Santa Izabel
178	Frederico Valter	36	Jacob Valter	Cazado	Lavrador	Jucú
179	Geraldo Bermond	25	João Jeronimo Bermond	Solteiro	Lavrador	São Bento
180	Guilherme Backer Segundo	25	Guilherme Backer	Cazado	Lavrador	Jucú
181	João Pinto da Conceição	25	Ignácio da Conceição	Solteiro	Operario	Braço do Sul
182	João Klein	23	Luiz Klein	Solteiro	Lavrador	Suido
183	João Tesch	25	Henrique Pedro Tesch	Cazado	Lavrador	Suido
184	João Waiandt	23	Jacob Waiandt	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
185	João Nunes Nogueira	33	Bernardo Nunes Nogueira	Solteiro	Lavrador	Jucú
186	João Jorge Eller	51	João Eller	Cazado	Lavrador	Jucú
187	João Pereira d'Aguiar	32	José Pereira d'Aguiar	Cazado	Lavrador	Jucú
188	João Baptista de Oliveira	29	Luiza de Oliveira	Cazado	Lavrador	Jucú
189	João Guilherme Bermond	29	João Jerônimo Bermond	Solteiro	Lavrador	Jucú
190	João Lourenço Sobrinho	23	João Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
191	Joaquim Lourenço Sobrinho	25	João Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
192	José Antonio Theodoro	31	Antonio Pedro Ferreira	Cazado	Lavrador	Jucú
193	José Vicente Ferreira	55	José Vicente Ferreira	Viúvo	Lavrador	Jucú
194	José Vicente Junior	26	Jose Vicente Ferreira	Solteiro	Lavrador	Jucu
195	José Jeronymo Blanc	33	João Jeronymo Blanc	Cazado	Lavrador	Jucú
196	José Guilherme Bermond	31	José Jeronymo Bermond	Cazado	Lavrador	Jucú
197	João Jeronymo Blanc Filho	26	João Jeronymo Blanc	Cazado	Lavrador	Chapeu
198	Lindolpho Silveira Luiz	22	Severino Costa	Cazado	Lavrador	Jucú
199	Miguel Christo Filho	36	Miguel Christo	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
200	Mathias Stein Segundo	27	Jacob Stein	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
201	Manoel de Freitas	26	José de Freitas	Solteiro	Sapateiro	Santa Izabel
202	Miguel Rodrigues Ramos	24	José Manoel Rodrigues	Cazado	Lavrador	Jucú
203	Manoel Freire d' Almeida	25	Manoel Freire d' Almeida	Solteiro	Lavrador	Jucú
204	Manoel Marcellino Ribeiro	25	Marcellino Ribeiro Fernandes	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
205	Manoel Marcellino Fernandes	37	Antonio Fernandes	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
206	Norberto Pio do Nascimento	23	João Pio	Solteiro	Padeiro	Santa Izabel

207	Niculau Pereira da Victoria Salles	24	José Pereira da Victoria Salles	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
208	Pedro Christo Primo	24	Miguel Christo	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
209	Pedro Krohling	24	João Krohling	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
210	Pedro Manoel de Paula	28	Permínio Francisco Ignácio	Cazado	Lavrador	Jucú
211	Pedro d'Almeida Machado	35	João d'Almeida Machado	Cazado	Lavrador	Jucú
212	Pedro Francisco d' Alcantara	25	Zeferino Francisco Pinto	Cazado	Lavrador	Panelas
213	Pedro Walter	43	Jacob Walter	Cazado	Lavrador	Santa Izabel
214	Rodolpho Silveira Rodrigues	24	Severino Costa da Silveira	Cazado	Lavrador	Jucú
215	Sebastião Freire d' Almeida	39	Manoel Freire d'Almeida	Cazado	Lavrador	Jucú
216	Severino Costa da Silveira	69	José da Costa Silveira	Cazado	Lavrador	Jucú
217	Silvete Francisco Dias	69	Perminio Francisco Ignacio	Cazado	Lavrador	Jucú
218	Sebastião Bazilio da Silva	31	Bazilio da Silva	Cazado	Lavrador	Jucú

6º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
219	Affonso Schneider	53	Miguel Schneider	Cazado	Lavrador	Campinho
220	Augusto Raasch	48	Fernando Raasch	Cazado	Lavrador	Campinho
221	Alberto Lemke	26	Henrique Lemke	Cazado	Lavrador	Campinho
222	Adolpho Fischer	31	Franz Fischer	Cazado	Lavrador	Campinho
223	Adolpho Küster	47	João Küster	Cazado	Negociante	Braço do Sul
224	Adão Endlich Sobrinho	29	Felippe Endlich	Cazado	Negociante	Rio Fundo
225	Bernardo Simmer	25	Niculau (inelegível) Simmer	Cazado	Lavrador	Campinho
226	Carlos Gerhardt	36	Jacob Gerhardt	Cazado	Negociante	Campinho
227	Carlos Litig	44	Jacob Litig	Cazado	Lavrador	Campinho
228	Carlos Wruck	24	João Wruck	Cazado	Lavrador	Campinho
229	Carlos Pedro Schneider	26	Afonso Schneider	Cazado	Lavrador	Campinho
230	Christiano Kiefer	49	Adão Kiefer	Cazado	Lavrador	Campinho
231	Christiano Bruske	52	João Christiano Bruske	Cazado	Lavrador	Jucú
232	Christiano Jahing	31	Gottlieb Jahing	Solteiro	Negociante	Campinho
233	Christiano Jahing Segundo	23	Guilherme Jahing	Solteiro	Lavrador	Jucú
234	Curt Traut Velten	44	Carlos Traut Velten	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
235	Christiano Henrique Burguignon	27	Heliodoro Henrique Burguignon	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
236	Emilio Rupf	30	Hermann Rupf	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
237	Edmund Rupf	32	Hermann Rupf	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
238	Francisco Fischer Filho	34	Francisco Fischer	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
239	Francisco Fischer	66	Carlos G. Fischer	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
240	Francisco Bermond	23	João G. Bermond	Solteiro	Lavrador	Chapéu
241	Felippe Endlich	48	João V. Endlich	Cazado	Negociante	Chapéu
242	Felippe Jacob Schneider	26	Affonso Schneider	Cazado	Lavrador	Campinho
243	Francisco Xavier Simmer	32	Niculau S. Simmer	Cazado	Lavrador	Campinho
244	Frederico Hehr	23	Hermann Hehr	Solteiro	Lavrador	Campinho
245	Guilherme Lemke	28	Carlos Lemke	Cazado	Lavrador	Campinho
246	Guilherme Jann	25	Carlos Jann	Solteiro	Lavrador	Chapeu
247	Germano Uhl	34	Carlos Uhl	Cazado	Lavrador	Chapeu

248	Hermann Rupf	69	Augusto Rupf	Viúvo	Viúvo	Braço do Sul
249	Hermann Hille	58	Gustavo Hille	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
250	Heleodoro Henrique Burguignon	60	Henrique Francisco Christiano Bourguignon	Cazado	Professor Público	Sapuçaia
251	Jorge Balzer	67	Pedro Balzer	Cazado	Ferreiro	Braço do Sul
252	João Litig Terceiro	25	João Litig Primeiro	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
253	Jacob Kiefer	29	Adão Kiefer	Cazado	Lavrador	Suido
254	Jacob Ewald	31	Mathias Ewald	Cazado	Lavrador	Suido
255	João Frederico Klippel	29	Frederico Klippel	Cazado	Lavrador	Suido
256	João Birkelbach	31	Christiano Birkelbach	Solteiro	Operario	Campinho
257	Jacob Kuster	42	João Kuster	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
258	Niculau Welten ou Velten	51	Jacob Welten ou Velten	Cazado	Lavrador	Campinho
259	Niculau W. Simmer	59	Bernard Simmer	Cazado	Lavrador	Campinho
260	Niculau Faller	70	Adão Faller	Cazado	Lavrador	Campinho
261	Oswaldo Hiller	28	Hermann Hille	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
262	Pedro Kippel Segundo	25	Felippe Klippel	Cazado	Lavrador	Suido
263	Paulo Gottlieb Dietrich	31	Carlos Dietrich	Cazado	Lavrador	Campinho
264	Rodolpho Köhler	34	Carlos Köhler	Cazado	Lavrador	Campinho
265	Samuel Mees	29	Adão Mees	Cazado	Lavrador	Suido
266	Samuel Welfer	26	Samuel Welfer	Cazado	Lavrador	Campinho
267	Ulbrisch Kuster Ulrich	50	João Kuster	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
268	Vicente Coelho da Silva	39	Vicente Coelho da Silva	Cazado	Lavrador	Braço do Sul

7º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
269	Augusto Damm	38	Augusto Damm	Cazado	Lavrador	Suido
270	Adão Kiefer Sobrinho	27	Henrique Kiefer	Cazado	Lavrador	Suido
271	Alberto Tscham	36	Theobaldo Tscham	Cazado	Lavrador	Suido
272	Adão Mees	29	Adão Mees	Cazado	Lavrador	Suido
273	Augusto Köhler	32	Carlos Köhler	Cazado	Lavrador	Chapeu
274	Adão Hoffmann	27	João Hoffmann	Cazado	Lavrador	Suido
275	Alberto Schneider	25	Miguel Schneider	Cazado	Lavrador	Suido
276	Adão Köhler Segundo	38	Adão Köhler	Cazado	Lavrador	Rio Fundo
277	Carlos Wicker	32	Carlos Wicker	Cazado	Lavrador	Chapeu
278	Carlos Damm	32	João Godofredo Damm	Cazado	Lavrador	Suido
279	Carlos Litig Terceiro	29	Felippe Litig	Cazado	Lavrador	Suido
280	Clemente Fischer	42	Francisco Fischer	Cazado	Lavrador	Rio Fundo
281	Ernesto Effgen	33	João Niculau Effgen	Cazado	Lavradou	Chapeu
282	Frederico Huwer	47	Carlos Huwer	Cazado	Lavrador	Chapeu
283	Frederico Goese	53	Frederico Goese	Cazado	Lavrador	Chapeu
284	Felippe Littig	53	João Littig	Cazado	Lavrador	Chapeu
285	Frederice Wruck	34	João Wruck	Cazado	Lavrador	Chapeu
286	Francisco Mum	32	João Mum	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
287	Fernando Schneider Segundo	27	Affonso Schneider	Cazado	Lavrador	Rio Fundo
288	Frederice Schneider	33	Mathias Schneider	Cazado	Lavrador	Suido

289	Frederico Schellmann	26	Miguel Shellmann	Cazado	Lavrador	Suido
290	Ferdinando Schmitt Primeiro	39	Mathias Schmitt	Cazado	Lavrador	Suido
291	Felippe Knuettell	30	Adão Kneuttel	Cazado	Lavrador	Suido
292	Felippe Litig Junior	27	Felippe Litig	Cazado	Lavrador	Suido
293	Felippe Bautz	33	Henrique Bautz	Cazado	Lavrador	Suido
294	Felippe Litig	65	Jacob Litig	Cazado	Lavrador	Suido
295	Felippe Mees	25	João Mees	Cazado	Lavrador	Suido
296	Frederice Klippel Segundo	28	Jacob Klippel	Cazado	Lavrador	Suido
297	Frederico Klippel	29	Felippe Klippel	Cazado	Lavrador	Suido
298	Gonçalo Pinto de Amorim	39	Luiz José d'Amorim	Cazado	Lavrador	Chapeu
299	Guilherme Lube	38	Hermann Lube	Cazado	Lavrador	Suido
300	George Köhler	41	Adão Köhler	Cazado	Lavrador	Suido
301	Gustavo Fischer	28	Francisco Fischer	Cazado	Lavrador	Rio Fundo
302	Guilherme Schwanz	50	Fredrico Schwanz	Cazado	Negociante	Chapeu
303	Hermann Kloos	42	Guilherme kloos	Cazado	Lavrador	Chapeu
304	Henrique Hand	39	Adão Hand	Cazado	Lavrador	Suido
305	Henrique Littig	27	Carlos Littig	Solteiro	Lavrador	Suido
306	Henrique Feisch Sobrinho	27	Guilherme Feisch	Solteiro	Lavrador	Suido
307	Henrique Welten ou Velten	47	Jacob Welten ou Velten	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
308	Henrique Geick	41	Joaquim Geick	Cazado	Lavrador	Suido
309	Henrique Litig Segundo	25	Felippe Litig	Solteiro	Lavrador	Suido
310	Henrique Klippel	27	Pedro Klippel	Solteiro	Lavrador	Suido
311	João Marques Ferreira	48	Mathias Marques	Cazado	Lavrador	Suido
312	José Fischer	28	Pedro Fischer	Cazado	Lavrador	Suido
313	João Tschaim	60	José Tschaim	Viúvo	Lavrador	Suido
314	Jorge Klippel	44	João Klippel	Cazado	Negociante	Suido
315	José Pereira da Cruz	31	Antonio Pereira da Conceição	Cazado	Lavrador	Sapucaia
316	Jacob Klippel Segundo	37	João Klippel	Cazado	Lavrador	Suido
317	João Christo	36	Miguel Christo	Cazado	Lavrador	Suido
318	João Frederico Preuss	62	Frederico Preuss	Cazado	Empregado Publico	Rio Fundo
319	João Mees Filho	28	João Mees	Cazado	Lavrador	Suido
320	Jacob Hoffmann	32	João Hoffmann	Cazado	Lavrador	Suido
321	João Wruck	56	Ludwick Wruck	Cazado	Lavrador	Suido
322	Jacob Klippel Primeiro	55	Wandelim Klippel	Cazado	Lavrador	Suido
323	Jacob Effgen	53	João Nicolaus Effgen	Cazado	Lavrador	Suido
324	João Effgen	39	João Nicolaus Effgen	Cazado	Lavrador	Suido
325	José Stein	38	Niculau Stein	Cazado	Lavrador	Suido
326	Joaquim José dos Reis	29	Marcellino Pinto do Rozario	Solteiro	Lavrador	Suido
327	João Ferreira de Moraes	21	Wandelino Ferreira de Moraes	Solteiro	Lavrador	Santa Izabel
328	Ludwick Wruck	27	João Wruck	Cazado	Lavrador	Suido
329	Mathias Stein	40	Niculau Stein	Cazado	Lavrador	Suido
330	Niculau Ewald	34	Mathias Ewald	Cazado	Lavrador	Suido
331	Pedro Litig Segundo	29	Felippe Litig	Cazado	Lavrador	Suido
332	Roberto Hertel	31	Guilherme Hertel	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
333	Wandelino Klippel	31	Felippe Klippel	Cazado	Lavrador	Suido

8º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
334	Antonio Vicente d'Oliveira	26	José Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
335	Antonio Pinto de Lisboa	34	Antonio José d'Sant Anna	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
336	Alberto Goese	25	Frederico Goese	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
337	Bento Lourenço Marques	21	José Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
338	Carlos Welten ou Velten	25	Jacob Welten ou Velten	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
339	Christiano Knuettel	29	Adão Knuettel	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
340	Claudino Pinto de Sant Anna	34	Antonio José de Sant Anna	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
341	Ernesto Tonoli	21	Bartholomeu Tonoli	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
342	Francisco José Leite	30	Jacintho José Leite	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
343	Flavio Antonio da Silva	38	Antonio Caetano da Silva	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
344	Francisco Lourenço d'Oliveira	21	José Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
345	Francisco Baptista de Miranda	32	João Baptista de Miranda	Cazado	Lavrador	Jucú
346	Gelio Ribeiro da Silveira	21	Joaquim Pinto Ribeiro Netto	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
347	Jacob Welten Segundo ou Velten	28	Guilherme Welten ou Velten	Solteiro	Lavrador	Campinho
348	Jacob Tonilo Segundo	22	Bartholomeu Tonoli	Solteiro	Labrador	Sapuçaia
349	João Klippel	30	Jacob Klippel	Cazado	Lavrador	Campinho
350	João Litig	55	Jacob Litig	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
351	João José da Silva	21	Virgilio da Silva Franco	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
352	João Jeronymo de Mendonça	26	Raymundo Ferreira de Mendonça	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
353	José Antonio Ellmer ou Helmer	25	Leopoldo Helmer	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
354	José Gregorio do Nascimento	27	José Luiz do Nascimento	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
355	José Luiz do Nascimento	55	Luiz do Nascimento	Viúvo	Lavrador	Sapuçaia
356	Joaquim Dias Pereira	28	(inelegível) Pereira Leite	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
357	Juvino José da Penha	42	Antonio Francisco da Penha	Cazado	Lavrador	Braço do Sul
358	Joaquim Jacintho da Conceição	26	Jacintho José Leite	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
359	José Vicente d' Oliveira	26	José Lourenço Marques	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
360	José Nunes dos Santos	22	Alexandre Antonio Ribeiro	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
361	José Marques da Silva	23	Jose Firmino da Silva	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
362	José Jaime Dias	25	José Jaime Dias	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
363	João Moreira Dias	35	Moreira Dias	Cazado	Lavrador	Jucú
364	João Schaefer Sobrinho	25	Mathias Schaefer	Cazado	Lavrador	Jucú
365	Luiz Jose de Amorim	58	Manoel Francisco de Amorim	Cazado	Negociante	Sapuçaia
366	Luiz Brandão Subtil	34	Luiz de Castro Brandão	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
367	Luiz Antonio Pereira	28	Manuel Francisco Pereira	Cazado	Negociante	Sapuçaia
368	Leopoldo Helmer	55	Joaquim Helmer	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
369	Mathias Ludwig	35	Jose Ludwig	Cazado	Lavrador	Suido
370	Manoel Jose Mariano	28	Claudio Jose Mariano	Cazado	Lavrador	Sapuçaia
371	Martins Helmer	23	Leopoldo Helmer	Solteiro	Lavrador	Sapuçaia
372	Martin Litig	28	João Litig	Cazado	Lavrador	Suido
373	Mathias Ewald	36	Mathias Ewald	Cazado	Lavrador	Suido
374	Maximiliano Salloker	32	Ludovico Salloker	Cazado	Negociante	Sapuçaia
375	Miguel Pinto do Nascimento	32	José Luiz do Nascimento	Cazado	Lavrador	Sapuçaia

376	Miguel Waiandt	26	Pedro Waiandt	Cazado	Lavrador	Campinho
377	Niculau Erlarcher	44	João Erarcher	Cazado	Lavrador	Suido
378	Paulo Baptista Borlot	36	Miguel Paschoal Borlot	Cazado	Lavrador	Sapucaia
379	Pedro Welten ou Velten Segundo	40	Jacob Welten ou Velten	Cazado	Lavrador	Jucú
380	Pedro Welten ou Velten Terceiro	32	Guilherme Welten	Cazado	Lavrador	Suido
381	Pedro Gerhardt	52	Jacob Gerhardt	Cazado	Negociante	Campinho
382	Pedro Ewald	38	Mathias Ewald	Cazado	Lavrador	Suido
383	Sebastião Erlarcher	34	João Erlarcher	Cazado	Lavrador	Suido
384	Wandelino Ludwich	45	José Ludwich	Cazado	Lavrador	Suido
385	Vandelino Pereira Mattos	22	Francisco Pereira de Oliveira	Solteiro	Lavrador	Sapucaia

9º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
386	Antonio Bruno de Mesquita	43	Adão Bruno	Cazado	Lavrador	Jucú
387	Augusto Thomaz Segundo	21	Augusto Thomaz	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
388	Augustinho Ferreira Lima	31	Vicente Ferreira Lima	Cazado	Lavrador	Jucú
389	Emilio Kill	28	Hermann Kill	Cazado	Lavrador	Jucú
390	Frederico Krüger	36	Guilherme Krüger	Cazado	Lavrador	Jucú
391	Frederico Jann	40	Carlos Jann	Cazado	Lavrador	Sapucaia
392	Felippe Hupp	45	Gaspar Hupp	Cazado	Lavrador	Sapucaia
393	Guilherme Goese	26	Henrique Goese	Cazado	Lavrador	Sapucaia
394	João Bautz	35	Henrique Bautz	Cazado	Lavrador	Sapucaia
395	João Huwer	34	João Huwer	Cazado	Lavrador	Sapucaia
396	José Pereira de Barcellos	31	Ignácio Pereira de Barcellos	Cazado	Lavrador	Sapucaia
397	Luiz Proeschold	37	Pedro Proeschold	Cazado	Lavrador	Sapucaia
398	Luiz Lourenço Marques	24	João Lourenço Marques	Cazado	Lavrador	Sapucaia
399	Manuel Lourenço Marques	23	João Lourenço Marques	Cazado	Lavrador	Sapucaia
400	Magno Pulfz	25	Carlos Pulfz	Cazado	Lavrador	Sapucaia
401	Messias Lourenço Marques	25	José Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
402	Pedro José d'Amorim	23	Luiz Jose d'Amorim	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
403	Raymundo Sergino Barros	25	José de Barros	Cazado	Lavrador	Sapucaia
404	Raymundo Duarte Carneiro	49	Elias Pinto Carneiro	Cazado	Lavrador	Sapucaia
405	Ricardo Liebmann ou Liermann	23	Emilio Liebmann ou Liermann	Solteiro	Lavrador	Chapeu

10º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
406	Augusto Klassner	34	Clemente Klassner	Cazado	Lavrador	Sapucaia
407	Aristides de Souza Ribeiro	29	Roza Maria da Conceição	Cazado	Lavrador	Sapucaia
407	Alexandre Pereira d'Amorim	24	Luiz José d'Amorim	Cazado	Lavrador	Sapucaia
408	Adão Pedro Welten ou Velten	23	Pedro Welten ou Velten	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
409	Antonio Jose Alves	23	Manuel Francisco Alves	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
410	Bartholomeu Tonoli	42	Jacob Tonoli	Cazado	Lavrador	Sapucaia
411	Bernardo Bermond	22	João Jeronymo	Cazado	Lavrador	Sapucaia
412	Carlos Mund	28	João Mund	Cazado	Lavrador	Sapucaia

413	Carlos Hollunder Junior	24	Carlos Hollunder	Cazado	Lavrador	Sapucaia
414	Carlos Faller	34	Niculau Faller	Cazado	Lavrador	Sapucaia
415	Carlos Gottich Dietz	67	Gottich Dietz	Viúvo	Lavrador	Sapucaia
416	Carlos Hollunder	53	Christiano Hollunder	Cazado	Lavrador	Sapucaia
417	Eugenio Alves da Cruz	22	Manoel Alves da Cruz	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
418	Florêncio Jose de Barros	41	Manoel Joaquim de Barros	Cazado	Lavrador	Sapucaia
419	Francisco Joaquim dos Santos	24	Antonio Correa dos Santos	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
420	Francisco Luiz do Nascimento	32	José Luiz do Nascimento	Cazado	Lavrador	Sapucaia
421	Gottlieb Faller	33	Niculau Faller	Cazado	Lavrador	Sapucaia
422	Guilhemer Huwer	33	Frederico Huwer	Cazado	Lavrador	Sapucaia
423	Henrique Faller	42	Niculau Faller	Cazado	Lavrador	Sapucaia
424	José Constancio Dias	30	José Contancio da Silva	Cazado	Lavrador	Sapucaia
425	João Pinto das Neves	24	Adeodato Ferreira das Neves	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
426	João Pires	26	Manoel Pires	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
427	João Vicente Ferreira de Mattos	55	Francisco Vicente Ferreira	Viúvo	Lavrador	Sapucaia
428	Jose Alves da Cruz	47	Francisco Alves da Cruz	Solteiro	Lavrador	Jucú
430	Manoel Francisco dos Santos	37	Francisco E. dos Santos	Cazado	Lavrador	Sapucaia
431	Magnos Proschold	58	Pedro Proschold	Cazado	Lavrador	Pedra Branca
432	Miguel Pickel	36	Miguel Pickel	Cazado	Lavrador	Sapucaia
433	Olimpio Gomes da Silva	36	Ovídio Gomes	Cazado	Lavrador	Sapucaia
434	Miguel Francisco do Esp. Santo	37	Francisco Evaristo do Esp. Santo	Cazado	Lavrador	Sapucaia
435	Marcondes Fereira Cruz	23	Germano Ferreiora Cruz	Cazado	Tropeiro	Campinho
436	Pedro Waiandt	65	Adão Wainadt	Cazado	Lavrador	Sapucaia
437	Sebastião Fereira das Neves	22	Adeodato Ferreira das Neves	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
438	Virgilio Fernandes	22	João Fernandes	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
439	Virginio da Silva Franco	45	João Valentim	Cazado	Lavrador	Sapucaia

11º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
440	Antonio Klein	32	Luiz Klein	Cazado	Lavrador	Suido
441	Adolpho Trarbach	36	João Henrique Trarbach	Cazado	Lavrador	Rio Fundo
442	Augusto Döring	48	João Döring	Cazado	Lavrador	Gallo
443	Augusto Goese	28	Frederico Goese	Cazado	Lavrador	Gallo
444	Alberto Roosman	47	Gottlieb Roosman	Cazado	Lavrador	Gallo
445	Augusto Litig Koff	42	Christiano Litig Koff	Cazado	Lavrador	Gallo
446	Augusto Loose	28	Frederico Loose	Cazado	Lavrador	Gallo
447	Augusto Biege	31	Carlos Biege	Cazado	Lavrador	Galllo
448	Carlos Ost	27	Henrique Ost	Cazado	Lavrador	Gallo
449	Carlos Bottin	27	Gottlieb Bottin	Cazado	Lavrador	Gallo
450	Carlos Pagung	54	Christiano Pagung	Cazado	Lavrador	Gallo
451	Domingos Pereira Neves	29	Francisco Pereira Neves	Cazado	Lavrador	Gallo
452	Emilio Hehr	44	Frederico Guilherme Hehr	Cazado	Lavrador	Campinho
453	Francisco Alves Pereira	21	Francisco Alves Pereira	Solteiro	Lavrador	Melgaço
454	Frederico Loos	54	Bernardo Loos	Cazado	Lavrador	Gallo

455	Frederico Jankoff	45	João Jankoff	Cazado	Lavrador	Gallo
456	Frederico Kempim	46	Guilherme Kempim	Cazado	Lavrador	Gallo
457	Frederico Valker ou Völkers	32	Maria Valker ou Völkers	Cazado	Lavrador	Sapucaia
458	Fredreico Huwer	27	Carlos Huwer	Cazado	Lavrador	Sapucaia
459	Guilherme Kempin	43	Guilherme Kempin	Cazado	Lavrador	Sapucaia
460	Guilherme Grauncke	47	João Grauncke	Cazado	Lavrador	Gallo
461	Guilherme Kutz	56	Frederico Kutz	Cazado	Lavrador	Gallo
462	Guilherme Lintz	53	João Lintz	Cazado	Lavrador	Gallo
463	Hermann Schoeder	44	Frederico Schoeder	Cazado	Lavrador	Gallo
464	Hermann Kühl	44	Martin Kühl	Cazado	Lavrador	Gallo
465	Hermann Fritz	41	João Fritz	Cazado	Lavrador	Gallo
466	Hermann Goerl	49	João Goerl	Solteiro	Lavrador	Gallo
467	Jacob Kalvort	21	Jacob Kalvort	Solteiro	Lavrador	Melgaço
468	José Marques Sobrinho	21	Francisco Lourenço	Solteiro	Lavrador	Melgaço
469	João Liermann	58	João Liermann	Cazado	Lavrador	Gallo
470	João Keger	27	Pedro Keger	Cazado	Lavrador	Gallo
471	João Kill Sobrinho	21	Manoel Kill	Solteiro	Negociante	Campinho
472	Manoel Thomaz da Conceição	46	Francisco Luiz da Conceição	Solteiro	Professor Particular	Melgaço
473	Manoel Pereira de Barcellos	48	Francisco das Chagas Barcellos	Cazado	Lavrador	Gallo
474	Pedro Alves Pereira	22	João Alves Pereira	Solteiro	Lavrador	Melgaço
475	Pedro Schuambach	46	Pedro Schuambach	Cazado	Negociante	Gallo
476	Pedro Pagung	31	João Pagung	Cazado	Lavrador	Gallo
477	Ricardo Liebmann Primeiro	54	Christóvão Liebmann	Cazado	Negociante	Penna
478	Romão Luiz d'Araújo	41	Luiz José de Araújo	Solteiro	Operário	Melgaço
479	Rodolpho Kunspendorff	44	Frederico Kunspendorff	Cazado	Professor Particular	Ponte
480	Sebastião Lourenço e Avelino	27	João Lourenço	Solteiro	Lavrador	Melgaço

12º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
481	Abrahan Lampier	26	Isaac Lampier	Cazado	Lavrador	Gallo
482	Alberto Discher	31	Gotlieb Discher	Cazado	Lavrador	Gallo
483	Alberto Schneider	25	Carlos Schneider	Solteiro	Lavrador	Gallo
484	Antonio Lourenço Sobrinho	23	Joaquim Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Melgaço
485	Antonio Klein	32	Luiz Klein	Cazado	Lavrador	Suido
486	Augusto Ludtke	29	João Ludtke	Cazado	Lavrador	Melgaço
487	Augusto Schuwambach	32	Pedro Schuwambach	Cazado	Negociante	Campinho
488	Balbino Alves Pereira	22	João Alves Pereira	Solteiro	Lavrador	Melgaço
489	Christiano Briske	53	Christiano Briske	Cazado	Lavrador	Melgaço
490	Carlos Pagung Segundo	21	João Pagung	Cazado	Lavrador	Melgaço
491	Eduardo Schneider	23	Miguel Schneider	Solteiro	Lavrador	Gallo
492	Eduard Figl	29	João Figl	Solteiro	Lavrador	Melgaço
493	Eduardo Adão	44	Carlos Adão	Cazado	Lavrador	Melgaço
494	Eloy Lucas Espindula	32	Manoel Jesus Espindula	Cazado	Lavrador	Melgaço
495	Emilio Lubman	57	Christovão (inelegível) Lubmann	Cazado	Lavrador	Chapeu

496	Ernesto Naitz	23	Augusto Naitz	Solteiro	Lavrador	Melgaço
497	Ernesto Teixeira de Barcelos	25	José João Teixeira de Barcelos	Solteiro	Lavrador	Melgaço
498	Frederico Bissut	30	Augusto Bissut	Cazado	Lavrador	Melgaço
499	Frederico Bienow	26	João Bienow	Cazado	Lavrador	Melgaço
500	Francisco Pissoler	22	Otto Pissoler	Solteiro	Lavrador	Melgaço
501	Germano Schneider	32	Carlos Schneider	Cazado	Lavrador	Melgaço
502	Hermann Itraay	29	Germano Itraay	Cazado	Lavrador	Melgaço
503	Henrique May	26	Francisco May	Cazado	Lavrador	Melgaço
504	João Simão	68	Pedro Simão	Cazado	Lavrador	Gallo
505	João Vieira dos Passos	29	Marcellino Vieira dos Passos	Cazado	Lavrador	Gallo
506	Joaquim Correa do Rozário	59	José Francisco Gomes	Cazado	Lavrador	Gallo
507	José Correa do Rozário	29	Joaquim Correa do Rozario	Solteiro	Lavrador	Gallo
508	Luiz d' Athaides Espindula	51	Manoel de Jesus Espindula	Cazado	Lavrador	Pedra Branca
509	Manoel Klein	25	Luiz Klein	Solteiro	Lavrador	Suido
510	Mathias Schefer	28	João Schefer	Cazado	Lavrador	Gallo
511	Pedro Lahl	24	Jacob Lahl	Solteiro	Lavrador	Melgaço
512	Pedro Benedicto do Nascimento Ribas	33	João Benedicto do Espírito Santo	Cazado	Lavrador	Melgaço
513	Theodoro Naith	24	Augusto Naith	Solteiro	Lavrador	Melgaço
514	Wilhelm Ohnesorge	22	João Ohnesorge	Solteiro	Operario	Melgaço
515	Wilhelm Grauncke	23	João Grauncke	Cazado	Lavrador	Melgaço

13º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
516	Augusto Scheider	32	Frederico Schneider	Cazado	Lavrador	Melgaço
517	Aurêlio Corrêa do Rozário	35	Joaquim Corrêa do Rozário	Cazado	Lavrador	Melgaço
518	Alberto Graugne	25	João Graugne	Solteiro	Lavrador	Gallo
519	Antonio Lourenço Marques	25	Joaquim Lourenço Marques	Solteiro	Lavrador	Gallo
520	Augusto Bessert	28	Frederico Bessert	Solteiro	Lavrador	Melgaço
521	Antônio d' Athaide Espindula	23	Luiz de Athaide Espindula	Solteiro	Lavrador	Pedra Branca
522	Benedicto Francisco Coelho	41	Benedicto (inelegível) do Rozário	Cazado	Lavrador	Melgaço
523	Francisco Antonio Pereira	51	Francisco Antonio Pereira	Cazado	Lavrador	Melgaço
524	Francisco Welber	34	Miguel Welber	Cazado	Lavrador	Melgaço
525	Frederico Ohnesorge	67	Frederico Ohnesorge	Cazado	Lavrador	Melgaço
526	Frederico Schumacher	29	Carlos Schumacher	Cazado	Lavrador	Penna
527	Frederice Sechel	30	Augusto Sechel	Cazado	Lavrador	Melgaço
528	Guilherme Broedel	33	Ricardo Broedel	Cazado	Lavrador	Melgaço
529	Germano Broedel	37	Ricardo Broedel	Cazado	Lavrador	Melgaço
530	Gustavo Küster	27	Guilherme Küster	Cazado	Lavrador	Melgaço
531	Henrique Ohnesorge	34	Frederico Ohnesorge	Cazado	Lavrador	Melgaço
532	Henrique Wilber	29	Guilherme Wilber	Cazado	Lavrador	Melgaço
533	Herman Kalek	49	Frederico Kalek	Cazado	Lavrador	Melgaço
534	Isaac Lampier	61	Isaac Lampier	Cazado	Lavrador	Gallo
535	Isaac Lampier Segundo	33	Isaac lampier	Cazado	Lavrador	Gallo
536	João Ohnesorge	51	Frederico Ohnesorge	Cazado	Lavrador	Melgaço

537	João Schifer Sobrinho	34	João Schifer	Cazado	Lavrador	Melgaço
538	João de Almeida Ferraz	44	Conslano José de Almeida	Cazado	Negociante	Melgaço
539	José Francisco Pereira	57	Francisco (inelegível) Pereira	Cazado	Negociante	Melgaço
540	José Henrique Pereira	26	José Francisco Pereira	Solteiro	Negociante	Melgaço
541	João Pereira d' Amorim	22	Luiz José d' Amorim	Solteiro	Lavrador	Sapucaia
542	João Francisco da Victoria	27	Francisco Thomaz da Victoria	Solteiro	Lavrador	Melgaço
543	João Pinto da Victoria	29	Joaquim Pinto da Victoria	Cazado	Lavrador	Melgaço
544	Manoel Furtado de Mendonça	41	Manoel Furtado de Mendonça	Cazado	Lavrador	Melgaço
545	Otto Pissoler	36	Martin Pissoler	Cazado	Lavrador	Melgaço
546	Wilhelm Discher	50	Gottieb Discher	Cazado	Lavrador	Melgaço
547	Wilhelm Neumog Sobrinho	23	Agusto Neumog	Solteiro	Lavrador	Melgaço
548	Augusto Büge	25	Fernando Büge	Cazado	Lavrador	Melgaço
549	Alberto Ohnesorge	33	Frederico Ohnesorge	Cazado	Lavrador	Melgaço
550	Augusto Secher	53	Augusto Secher	Cazado	Lavrador	Melgaço
551	Alberto Bennewitz	33	João Bennewitz	Cazado	Lavrador	Melgaço
552	Altivo José Gonçalves	33	José Gonçalves Souza	Cazado	Lavrador	Melgaço
553	Alberto Neumoeg	29	Alberto Neumoeg	Cazado	Lavrador	Melgaço
554	Augusto Thean	32	Carlos Thean	Cazado	Lavrador	Melgaço
555	Augusto Puppín	39	Francisco Puppín	Cazado	Lavrador	Melgaço
556	Augusto Heese	28	Frederico Heese	Cazado	Lavrador	Melgaço
557	Bernardo Hackbart	42	Frederico Hackbart	Cazado	Lavrador	Melgaço
558	Carlos Becker	31	Frederico Becker	Cazado	Lavrador	Melgaço
559	Carlos Schumacker	40	Carlos Shumacker	Cazado	Lavrador	Melgaço
560	Carlos Frederico Pissoler	30	Frederico Pissoler	Cazado	Lavrador	Melgaço
561	Carlos Schneider	60	Henrique Schneider	Cazado	Lavrador	Melgaço
562	Ernesto Kiefer	35	Adão Kiefer	Cazado	Lavrador	Suido
563	Frederico Bessert	30	Augusto Bessert	Cazado	Lavrador	Suido
564	Frederico Krause	34	João Krause	Cazado	Lavrador	Gallo
565	Felisberto Xavier Coutinho	48	Francisco Xavier Coutinho	Cazado	Lavrador	Melgaço
566	Francisco Romeis	65	João Romeis	Cazado	Lavrador	Melgaço
567	Frederico Raasch	46	João Raasch	Cazado	Lavrador	Melgaço
568	Gustavo Liebmann	53	Christovão Liebmann	Cazado	Negociante	Ponte
569	Guilherme Schumacker	35	Guilherme Schumacker	Cazado	Lavrador	Melgaço
570	Hermann Kustter	38	João Kustter	Cazado	Lavrador	Melgaço
571	Henrique Petter	31	Guilherme Petter	Cazado	Lavrador	Melgaço
572	Julio Kalk	39	Frederico Kalk	Cazado	Lavrador	Melgaço
573	Julio Lange	33	Theodoro Lange	Cazado	Lavrador	Melgaço
574	Julio Januth	37	João Januth	Cazado	Lavrador	Melgaço
575	João Romeis	57	Gustavo Romeis	Cazado	Lavrador	Melgaço
576	João Pinto da Conceição	35	Maria da Conceição	Cazado	Lavrador	Melgaço
577	João Luiz da Victoria	32	Luiz da Vitoria	Cazado	Lavrador	Melgaço
578	Manoel Pinto da Ressurreição	52	João Pinto da Ressurreição	Cazado	Lavrador	Melgaço
579	Theodoro Lange	54	João Lange	Cazado	Lavrador	Melgaço
580	Wilhelm Reetz	51	Frederico Reetz	Cazado	Lavrador	Melgaço
581	Wilhelm Kalk	31	Wilhelm Kalk	Cazado	Lavrador	Melgaço

15º QUARTEIRÃO						
	Nomes	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Domicílio
582	Alberto Braum	29	Gottlieb Braum	Cazado	Lavrador	Melgaço
583	Augusto Kratelon	50	Augusto Kratelon	Cazado	Lavrador	Melgaço
584	Alberto Kalk	25	Frederico Kalk	Cazado	Lavrador	Melgaço
585	Alberto Becker	29	Frederico Becker	Cazado	Lavrador	Melgaço
586	Abraham Lauer	26	Pedro Lauer	Cazado	Lavrador	Melgaço
587	Agusto Schwantz	32	Pedro Schwantz	Cazado	Lavrador	Melgaço
588	Augusto Stein	49	Frederico Stein	Cazado	Lavrador	Melgaço
589	Carlos Burkharte	46	Carlos Burkharte	Cazado	Lavrador	Melgaço
590	Carlos Strelow	39	Frederico Strelow	Cazado	Lavrador	Melgaço
591	Carlos Janke	48	Christiano Janke	Cazado	Lavrador	Melgaço
592	Ernesto Becker	30	Carlos Becker	Cazado	Lavrador	Melgaço
593	Francisco Joaquim dos Santos	25	Antonio Correa do Nascimento	Solteiro	Lavrador	Melgaço
594	Frederico Schimmelpfennig	56	João Schimmelpfennig	Cazado	Lavrador	Melgaço
595	Frederico Petter	26	Augusto Petter	Cazado	Lavrador	Melgaço
596	Fernando Thomaz Sobrinho	27	Augusto Thomaz	Cazado	Lavrador	Melgaço
597	Guilherme Schultz	35	Guilherme Schultz	Cazado	Lavrador	Melgaço
598	Guilherme Mütz	35	Ricardo Mütz	Cazado	Lavrador	Melgaço
599	Guilherme Kumm	29	Carlos Kumm	Cazado	Lavrador	Melgaço
600	Henrique Becker	35	Frederico Becker	Cazado	Lavrador	Melgaço
601	Henrique Fernande Pinchold	29	João Fernandes Pinchold	Cazado	Lavrador	Melgaço
602	Henrique Krause	31	Augusto Krause	Cazado	Lavrador	Melgaço
603	João Dias das Chagas	33	Francisco Dias das Chagas	Cazado	Lavrador	Melgaço
604	Jose Dias das Chagas	31	José Dias das Chagas	Cazado	Lavrador	Melgaço
605	João Munch	54	João Munch	Cazado	Lavrador	Melgaço
606	João Ferraz Coutinho	25	Felisberto Xavier Coutinho	Solteiro	Lavrador	Melgaço
607	Joaquim Antonio Pinto	33	Joanna Maria da Conceição	Cazado	Lavrador	Melgaço
608	Luiz Antonio Pereira	28	Domingos José Pereira	Cazado	Lavrador	Melgaço
609	Mathias Schneider	37	Mathias Schneider	Cazado	Lavrador	Melgaço
610	Manoel Correa do Rozario	27	Joaquim Correa do Rozario	Solteiro	Lavrador	Melgaço
611	Niculau Schaefer	23	Mathias Schaefer	Solteiro	Lavrador	Melgaço

Comissão Municipal de Revisão do alistamento eleitoral Federal da Villa de Santa Izabel, em 16 de junho de 1892. (Assinados) Mariano Ferreira de Nazareth Presidente da Comissão, Manoel d'Oliveira e Souza, José Epiphapio dos Reis, Severino Costa da Silveira e João d'Almeida Ferraz.

Os autores



José Eugênio Vieira

Atual Diretor Superintendente do SEBRAE/ES, José Eugênio Vieira dedicou grande parte de sua vida (50 anos) à gestão de grandes Instituições Públicas, sendo reconhecido por sua notável liderança e capacidade de articulação institucional.

É Bacharel em Economia pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, especializado em planejamento agrícola pela SUPLAN/FGV – Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, CENDEC/CEPAL/UNB – Universidade Nacional de Brasília e estagiário pelo IAM – Instituto Agrônômico de Montpellier, no Sul da França. Em 1979, participou de importante residência no Ministério da Agricultura, em Paris.

Na Prefeitura Municipal de Vitória foi servidor Administrativo, Assessor, Chefe de Gabinete, Coordenador de Governo e Administrador Regional (Prefeitinho). Atuou também em importantes instituições de fomento como BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A e CEF - Caixa Econômica Federal do Espírito Santo.

Certamente foi no Governo Estadual que teve sua participação mais ativa, consolidando-se como um dos mais reconhecidos Gestores Públicos deste Estado. Esteve à frente de 13 Secretarias, com destaque para: Administração em Recursos Humanos; Educação e Cultura; Casa Civil; Fazenda; Educação e

Esportes; Articulação com os Municípios (em duas oportunidades); Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca e Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas.

Foi eleito presidente por duas vezes e também interventor do Conselho Regional de Economia, Presidente e membro do Conselho de Administração do BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S/A, Membro do Conselho de Administração do BANDES - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e presidente e membro de 44 conselhos de administração e fiscal de órgãos públicos nas áreas municipal, estadual e federal.

Publicou 10 livros sobre temas relacionados à história administrativa, política e econômica de municípios capixabas, além de finanças públicas do estado e heranças familiares. É autor da coluna “O endereço da história” na revista ES Brasil, de publicação mensal.

Destacou-se como Diretor de Atendimento do SEBRAE/ES, até assumir a Superintendência (2011-2014) sendo reeleito para o período de 2015-2018.

JOSÉ EUGÊNIO VIEIRA
Telefone: (27) 9 8818-8356 | e.mail: joseeugenio28@gmail.com



Joel Guilherme Velten

É bacharel em letras (português/inglês) pela Faculdade de Filosofia e Letras de Colatina, em 1976. Especializou-se em língua inglesa na Salt Lake Community School, em Salt Lake City, no estado de Utah, nos Estados Unidos da América, onde recebeu o título de professor de inglês.

Amante da sua terra natal, Domingos Martins, ao retornar, ocupou o cargo de contador e secretário de finanças da Prefeitura Municipal, por 35 anos. Paralelamente, formou-se em ciências contábeis. Ainda em Domingos Martins, foi professor de inglês na CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e na EEEFM Teófilo Paulino. Foi diretor por 2 anos da CNEC.

Sua dedicação ao resgate da cultura do município é uma de suas grandes marcas. Foi responsável ou participou de grupos de trabalhos para: criação da Casa da Cultura (1983); Museu da Colonização Alemã no Espírito Santo; Grupo folclórico de danças alemãs do Espírito Santo (1984); 1º Festival de Vinho; Festa da Imigração Alemã, conhecida como “Sommerfest”; Festival internacional de inverno de músicas erudita e popular; a Blumenfest (exposição de

orquídeas); a construção da Rua do Lazer, conhecida como João Batista Wernersbach.

Na atual gestão municipal atuou como secretário de administração, gerente de cultura e coordenador da Casa da Cultura. Atualmente está prestando serviços junto a Câmara Municipal de Domingos Martins no setor de informação cultural.

É o representante oficial da DEULA – Intercâmbio para jovens rurais, na cidade de Nienburg, na Alemanha.

Foi um dos autores do primeiro livro publicado sobre a história e geografia do município. Ajudou, em 1965, a criar a biblioteca pública municipal, juntamente com os técnicos do programa “Voluntários da Pátria”. Sempre envolvido com a cultura martinense, participou do grupo que criou o jornal “A Voz da Montanha” (1966) e é membro do IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Associação CAAL – Comunidades Alemãs da América Latina.

JOEL GUILHERME VELTEN

Tel. 3268-1272/9 9983-7047 | e-mail: jgvelten@gmail.com

A viagem com início no porto de Antuérpia – Bélgica – em direção ao Brasil – Rio de Janeiro – teve escala em Dunkerque, na França, onde tiveram dificuldades de embarque por falta de navios. Ainda segundo o relato de Velten (1930), em Dunkerque encontraram-se com o agente conhecido com o nome de ‘Delry’, cuja função era a de resolver os problemas de embarque para o Brasil. Prossegue a fonte citada que, no princípio ‘Delry’ havia dito que os contratos assinados não tinham validade, gerando uma consternação geral entre eles. Após semanas de espera, os contratos foram declarados válidos, porém, na ocasião não havia navio disponível para a viagem. Depois de vários dias de ‘vai e vem’, o agente ‘Delry’ localiza um navio para trazê-los ao Brasil. Entretanto, grande parte dos alimentos estocados e dos recursos financeiros foram gastos em Dunkerque, o que fez com que o capitão do navio se recusasse a recebê-los a bordo, se não lhe dessem alimentos e água suficientes para a longa viagem. No que respondera o agente:

‘Se o alimento vier a acabar, jogue os imigrantes ao mar!’

APOIO



APOIO CULTURAL

